DOCUMENT RESUME

ED 436 953 FL 025 807

AUTHOR	Barbara, Leila, Ed.; Rajagopalan, Kanavillil, Ed.
TITLE	Revista de Documentacao de Estudos em Liguistica Teorica e Aplicada, 1998 (Journal of Documentary Studies in Linguistic Theory and Application, 1998).
INSTITUTION	Pontificia Univ. Catolica de Sao Paulo (Brazil).
SPONS AGENCY	Associacao Brasileira de Linguistica, Sao Paulo.
ISSN	ISSN-0102-4450
PUB DATE	1998-00-00
NOTE	747p.; DELTA is a bi-annual publication with an optional special issue.
PUB TYPE	Collected Works - Serials (022)
LANGUAGE	English, Portuguese
JOURNAL CIT	DELTA: Revista de Documentacao de Estudos em Liguistica Teorica e Aplicada; v14 n1-2 spec iss 1998
EDRS PRICE	MF04/PC30 Plus Postage.
DESCRIPTORS	*Applied Linguistics; Foreign Countries; *Language Research; *Linguistic Theory; Linguistics; Speech Communication; Speech Curriculum; Speech Instruction

ABSTRACT

This document consists of three issues of DELTA, comprising its entire output for 1998. DELTA is a journal of theoretical and applied linguistics and covers a wide variety of material related to language, speech, and education. The journal publishes only original research and ideas presented in the form of articles, debates, squibs, overviews, reviews, and biographical notes. (KFT)

Reproductions supplied by EDRS are the best that can be made from the original document.

Revista de Documentacao de Estudos em Linguistica Teorica e Aplicada, 1998.

ED 436 953

U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION
Office of Educational Research and Improvement
EDUCATIONAL RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC)

☐ This document has been reproduced as received from the person or organization originating it.

☐ Minor changes have been made to improve reproduction quality.

• Points of view or opinions stated in this document do not necessarily represent official OERI position or policy.

PERMISSION TO REPRODUCE AND DISSEMINATE THIS MATERIAL HAS BEEN GRANTED BY

SANDRA MADUREIRA

TO THE EDUCATIONAL RESOURCES INFORMATION CENTER (ERIC)

1

FL025807

BEST COPY AVAILABLE

revista de

Documentação de

Estudos em

Lingüística

Teórica e

Aplicada

BEST COPY AVAILABLE

educ

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998

Revista publicada com o apoio oficial da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Editores / Editors

Leila Barbara - *PUC-SP*

Kanavillil Rajagopalan - *UNICAMP*

Editores Executivos / Executive Editors

Lais Furquim de Azevedo - *PUC-SP*

Maria Francisca de A. F. Lier-De Vitto - *PUC-SP*

Mary Aizawa Kato - *UNICAMP*

Sandra Madureira - *PUC-SP*

Assistentes Editoriais / Editorial Assistants

Maria Aparecida Caltabiano-Magalhães - *PUC-SP*

Flaminia M. M. Lodovici - *PUC-SP*

Rodrigo Esteves de Lima-Lopes - *PUC-SP*

Conselho Editorial / Editorial Board

Ana M. Martins - *U. de Lisboa*

Ângela B. Kleiman - *UNICAMP*

Anthony J. Naro - *UFRJ*

Anthony Kroch - *U. da Pensilvânia*

Brigitte Schlieben-Lange - *U. de Tübingen*

Charlotte Galves - *UNICAMP*

Daniel Everett - *U. de Pittsburg*

Daniel Faita - U. de Provence

Derek Bickerton - *U. do Havai*

Eduardo Raposo - *U. da Califórnia, Stª Barbara*

Eleonora Albano - *UNICAMP*

Esmeralda V. Negrão - *USP*

Giampaolo Salvi - *U. de Budapeste*

Gillian Sankoff - *U. da Pensilvânia*

Helena Nagamine Brandão - *USP*

Heloisa Collins - *PUC-SP*

Henry Widdowson - *U. de Londres*

Ian Roberts - *U. de Wales*

Ilza Ribeiro - *U. Feira de Santana*

Ingedore G. V. Koch - *UNICAMP*

Jairo Nunes - *UNICAMP*

João A. de Moraes - *UFRJ*

Jose Luiz Fiorin - *USP*

Jürgen M. Meisel - *U. de Hamburgo*

Leda Bisol - *UFRS*

Leonor Scliar-Cabral - *UFSC* - Pres. da ABRALIN

Leticia M. Sicuro Corrêa - *PUC-RJ*

Luiz A. Marcuschi - *UFPe*

Malcom Coulthard - *U. de Birmingham*

Marco Antonio de Oliveira - *UFMG*

Margarida Basilio - *UFRJ*

M. Antonieta A. Celani - *PUC-SP*

M. Cecília Pérez de Souza e Silva - *PUC-SP*

M.da Graça Pinto - *U. do Porto*

M. Denilda Moura - *UFAL*

M. do Carmo Leite de Oliveira - *PUC-RJ*

M. Fausta Pereira de Castro - *UNICAMP*

M. Helena Moura Neves - *UNESP, Araraquara*

M. Luiza Braga - *UNICAMP*

M. Rachel D. Martins - *U. de Lisboa*

Mercedes S. Risso - *UNESP, Assis*

Michael R. Scott - *U. de Liverpool*

Mike Dillinger - *UFMG*

Nadia R. Moreira - *UFCe*

Paola Bentivoglio - *U. de Caracas*

Pedro M. Garcez - *UFSC*

Rodolfo Ilari - *UNICAMP*

Rosa V. Mattos e Silva - *UFBa*

Roxane H. R. Rojo - *PUC-SP*

Shana Poplack - *U. de Ottawa*

Thomas Huckin - *U. de Utah*

Yonne de F. Leite - *UFRJ*

W. Leo Wetzels - *U. Livre de Amsterdam - U. de Nijmegen*

© Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

EST COPY AVAILABLE

ASSINATURAS/ SUBSCRIPTIONS

To/Para:

D.E.L.T.A.
Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.
Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL)
Rua Monte Alegre, 984. CEP 05014-001.
São Paulo, SP, Brasil.

From/De:

NOME/NAME_____

_____

ENDEREÇO/ADDRESS _____

_____

CEP/ZIP CODE _____ COUNTRY_____

Pagamento/Payment

- ☐ por cheque em reais
- ☐ por depósito em banco na conta corrente do BANESPA, # 03.066006/7 Banco # 033, Agência # 0220
- ☐ by international money order to Account # 03.066006-7 Bank BANESPA # 033, Bank Agency # 0220.

Pedido/Order

- ☐ 1) Assinatura anual / Annual Subscription
  Ano / year:_____
- ☐ 2) Vol. 12 n.° especial (volume que inclui todos os resumos dos trabalhos publicados de 1985 a 1994). (A special issue including all the *abstracts* of the works published by D.E.L.T.A. from 1985 to 1994).
- ☐ Enviar os seguintes números / Please send me the following back issues_____

_____

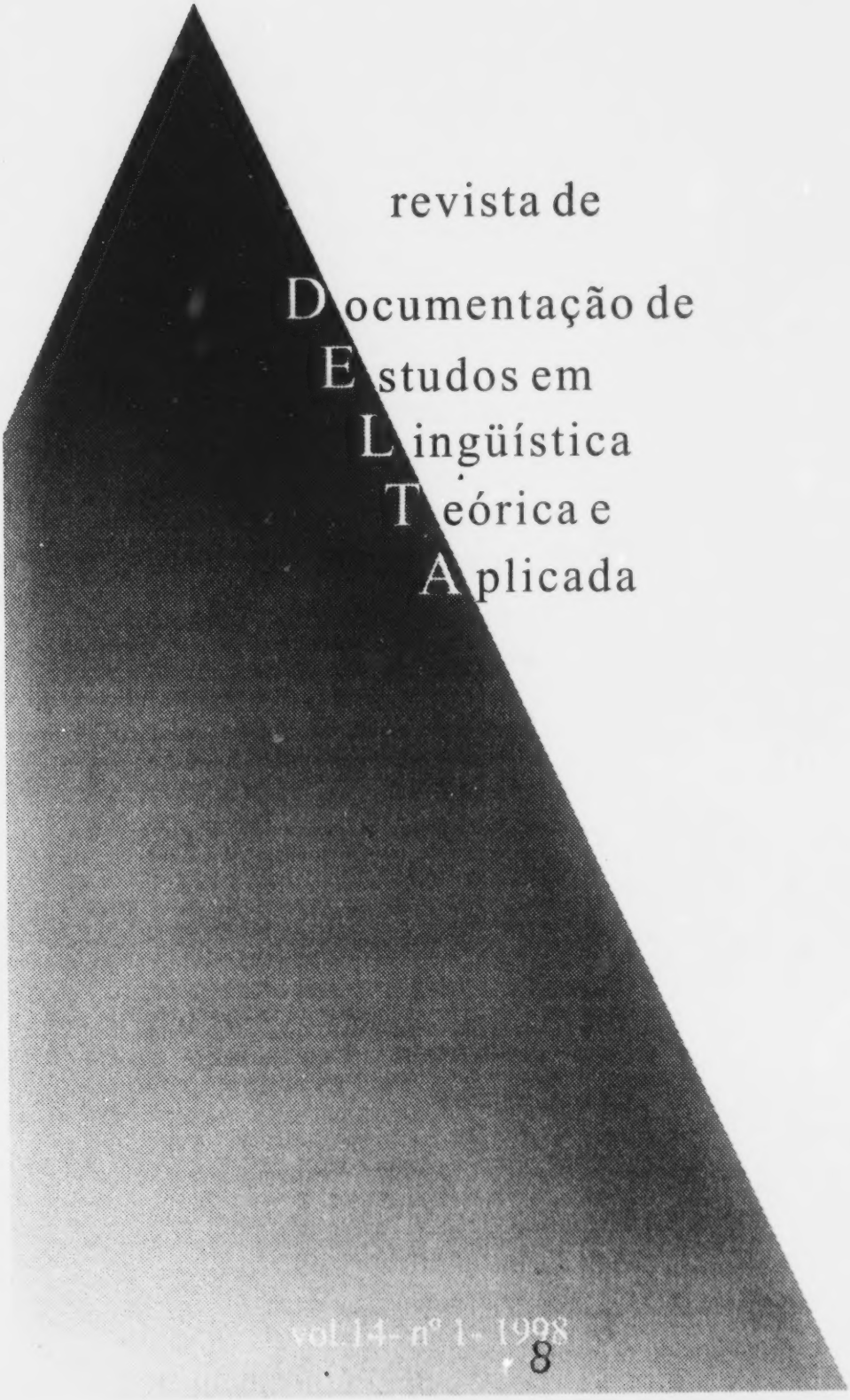
BEST COPY AVAILABLE

BEST COPY AVAILABLE

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT CNPq FINEP



revista de

Documentação de
Estudos em
Lingüística
Teórica e
Aplicada

vol.14- nº 1- 1998

educ

BEST COPY AVAILABLE

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista D.E.L.T.A. publica estudos de caráter teórico ou aplicado, oriundos de qualquer área referente ao fenômeno lingüístico, desde que se trate de contribuições inéditas.

Será dada preferência a trabalhos que contenham pesquisa original, que poderão vir em forma de ARTIGOS, DEBATES e QUESTÕES E PROBLEMAS. A Revista publica, ainda, RETROSPECTIVAS (síntese crítica acerca do estado da ciência), NOTAS BIBLIOGRÁFICAS e RESENHAS.

Colaboradores de todos os países estão convidados a submeter seus trabalhos, os quais serão avaliados, anonimamente, por dois membros do Conselho Editorial assessorados, quando necessário, por pareceristas *ad hoc*. Em caso de empate, um terceiro parecerista é convidado.

Tais trabalhos devem ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

Artigos, Retrospectivas, Debates são precedidos de abstract em Inglês e resumo em Português com aproximadamente 150 palavras cada. Para programas a serem usados e normas gerais de digitação, ver final do volume.

Os originais apresentados não devem ter sido publicados ou submetidos simultaneamente a outra revista.

Ficam concedidos à revista todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados.

ASSINATURAS

A Revista D.E.L.T.A. é uma publicação semestral (fev. e ag.), podendo haver a possibilidade de um número especial incluso na anuidade.Preço anual da assinatura no Brasil: R$30,00 (indivíduos), R$60,00 (instituições) e R$17,00 (números avulsos).

Aceita-se permuta.

EDITORIAL POLICY

D.E.L.T.A. is adressed to all areas of study concerning language and speech, whether theoretical or applied; however, only unpublished contributions will be considered.

Preference will be given to original research work, presented under the categories of ARTICLES, DEBATES or SQUIBS. The journal also carries OVERVIEWS (critical overview of the state of the art), as well as BIBLIOGRAPHICAL NOTES and REVIEWS.

Researchers from all countries in the world are invited to submit their papers which will be sent to two anonymous referees from the Editorial Board. In the event of a tie, a third will be called. If necessary, an *ad hoc* referee cann be invited.

The articles should be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian.

Articles, Overviews, Debates are preceded by an abstract not exceeding 150 words, in English and Portuguese. As for word processing software to be used and general typing instructions see last page of this issue.

It is a condition of publication that manuscripts submitted to this journal have not been published and have not been simultaneously submitted elsewhere.

The acceptance of papers by the journal entails the transference of the copyright to the publishers.

SUBSCRIPTIONS

D.E.L.T.A. is a bi-annual publication (Febr. and Aug.) with an opitional special issue. Annual price-abroad: US 30,00 (individuals), US60,00 (institutions) and US17,00 (single issue); equivalent amount in Reais.

Exchange of publications welcome.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.
REVISTA DE DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS/ARTICLES

Iúta Lerche Vieira ROCHA- Flutuação no Modo de Pontuar e Estilos de Pontuação - Punctuation Variations and Punctuation Patterns 1

Maria Helena MATEUS & Ernesto D'ANDRADE - The Syllable Structure in European Portuguese - A Estrutura da Sílaba em Português Europeu 13

Maria José R. F. CORACINI - A Teoria e a Prática: a Questão da Diferença no Discurso sobre e da Sala de Aula - Theory and Practice: the Issue of the Difference in the Discourse about/in the Classroom 33

Décio Orlando Soares da ROCHA - Polifonia em Enunciados Negativos: Vozes que Habitam o Dizer *"não"* - Polyphony in Negative Utterances 59

João A. TELLES - Teachers' Accounts of Language Variations - Relatos de Professores sobre Variações Lingüísticas Não-Padrão 87

DEBATES/DEBATES

Kanavillil RAJAGOPALAN - Ideologia do Suprimido; ou, como não Teorizar a respeito da Ideologia - Ideology of the Suppressed; or, how not to Theorise about Ideology 121

Paulo Mosânio Teixeira DUARTE - A Identificação do Prefixo em Diversas Abordagens Lingüísticas - The Identification of Prefixes in Different Linguistic Approaches 141

ENTREVISTA/INTERVIEW

Heronides Maurílio de Melo MOURA - Semântica e Argumentação: Diálogo com Oswald Ducrot - Semantics and Argumentation: Dialogue with Oswald Ducrot 169

RESENHAS/REVIEWS

HEYE, J. (org.) (1995) *Flores Verbais: uma Homenagem Lingüística e Literária.* Para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70° Aniversário. Por/By : Maria Eugênia Lamoglia DUARTE 185

COUTO, H. H. do (1996). *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins.* Por/By Dercir Pedro de OLIVEIRA 189

NOTAS SOBRE LIVROS/ BOOK NOTES 195

NOTAS/NOTES 197

Revista D.E.L.T.A. São Paulo Vol. 14 n° 1 P. 1-201 Fevereiro 1998

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.
Vol. 1, 1/2 (fev/ago 1985)
São Paulo: EDUC, 1985
Semestral, no. Especial desde 1992
Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC SP e
da Associação Brasileira de de Lingüística/ABRALIN
Resumo em Português e Inglês em todos os artigos

1. Lingüística Teórica - periódicos. 2. Lingüística Aplicada - periódicos. I. Título: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo III. Associação Brasileira de Lingüística

ISSN 0102-445

CDD 405

Os textos publicados na revista são indexados no SOCIOLOGICAL ABSTRACTS e no LINGUISTICS AND LANGUAGE BEHAVIOR ABSTRACTS

The Journal and its contents are indexed in SOCIOLOGICAL ABSTRACTS and in LINGUISTICS AND LANGUAGE BEHAVIOR ABSTRACTS.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (1-12)

FLUTUAÇÃO NO MODO DE PONTUAR E ESTILOS DE PONTUAÇÃO

(Punctuation Variations and Punctuation Patterns)

Iúta Lerche Vieira ROCHA *(Universidade Federal do Ceará)*

ABSTRACT: In this descriptive paper I analyse some causes for fluctuation in the form of punctuating, as well as discuss punctuation styles and trends with relation to: historical aspects, concept of mastering reading skills, preference for speech rhythm or writing syntactical organization and type of text. The considerations that have been made here are useful for the teaching of written language, specifically for text compositions.

RESUMO: Neste artigo, de cunho descritivo, analiso algumas causas da flutuação no modo de pontuar, discutindo estilos e tendências de pontuação em relação a: aspectos históricos, concepção de leitura dominante, preferência pelo ritmo da fala ou pela organização sintática da escrita e gênero do texto. As considerações feitas são úteis para o ensino da língua escrita, em especial para a redação de textos.

Key Words: Punctuation; Writing; Punctuation Styles; Punctuation Sign.

Palavras-Chave: Pontuação; Escrita; Estilos de Pontuação; Signo de Pontuação.

0. Uma explicação histórica

A ausência de normatividade que envolve a pontuação, provocando enorme flutuação no uso de alguns sinais, não decorre apenas de sua ambigüidade natural (ser um sistema plantado na confluência da fala e da escrita). Razões históricas também explicam essa flutuação. Primeiro, o fato de durante séculos a pontuação ter sido um mecanismo optativo e adicional ao texto para facilitar sua leitura, de domínio de uns poucos (leitores e escribas). Segundo, na Idade Média geralmente não era o autor quem *escrevia* o texto. A natureza morosa e mais *artesanal* da escrita dessa época possibilitava inúmeras versões de um texto. As tarefas de escrita (composição, cópia e edição) eram divididas entre o

autor, o escriba/copista e o editor, que podiam adotar sistemáticas de pontuação diferentes, conforme a orientação do *scriptorium* onde o manuscrito era produzido. Todos estes fatores eram fonte de divergências.

Além disso, até o século XIX, as características de pontuação, ortografia e tipografia do texto flutuavam muito, sendo consideradas *variantes acidentais* - uma das muitas versões provisórias que precediam as versões substantivas, até a versão final da obra (Castro, 1990:15). Significa dizer que a pontuação em geral era definida *depois* do texto pronto, nem sempre coincidindo com as reais intenções do autor, além do texto ser passível de alterações no longo trajeto que percorria até atingir sua edição final.

Mattos e Silva (1992:2) mostra-nos ainda outro aspecto da questão, advertindo-nos para a dificuldade adicional que o lingüista estudioso de hoje experimenta ao procurar se acercar de textos antigos. Dificilmente ele tem acesso à pontuação original de textos medievais, tendo que passar pela intermediação do filólogo-editor, interpretando a pontuação original desses textos (a não ser que se conte com os próprios manuscritos medievais ou com edições diplomáticas "conservadoras absolutas").

1. Uma questão de estilo

A maneira de pontuar muda não só de uma época para outra, mas entre autores de uma mesma época. E até os povos parecem ter diferentes estilos de pontuar. A propósito, Catach (1980:4) refere que os russos e os alemães, por exemplo, têm uma pontuação bem mais estável que a dos franceses, cuja língua está sempre sofrendo alterações.

Os estilos de pontuação também estão intimamente relacionados com o tipo de leitura dominante em cada época - leitura oral ou leitura silenciosa (visual). Antigamente a pontuação estava muito mais presa à prosódia que à gramática. E isso porque os textos eram para ser lidos em voz alta. Durante a maior parte do século XIX era moda usar unidades de pontuação muito identificadas com as unidades de entonação da fala (Chafe, 1987b:5). Na escrita desta época é muito freqüente o uso de uma pontuação que viola as normas gramaticais, especialmente separando sujeito e predicado. No entanto, se "ouvirmos" essas passagens com as intenções prosódicas do autor, perceberemos que a pontuação é

perfeitamente plausível. A mesma coisa vem acontecendo nos textos publicitários atuais.

Atualmente a concepção de leitor mudou muito. A leitura oral caiu em desuso. Em geral ela é rápida e silenciosa, fazendo com que mais linguagem possa ser assimilada como simples atos de compreensão. Na escrita, as passagens que não constituem informação nova tendem a figurar numa mesma "unidade de pontuação" - trecho compreendido entre dois signos de pontuação. Um resultado disto é a tendência corrente para unidades de pontuação mais longas, deixando a interpretação prosódica mais a cargo do leitor. Este é o estilo geralmente referido como pontuação "aberta" (Chafe, 1987b:5).

2. Composição do texto e ritmo

Apesar da tendência atual de pontuar de forma mais gramatical (sintática) que prosódica, ao comporem um texto, os escritores são particularmente sensíveis ao ritmo. É como se a linguagem escrita atuasse envolvendo uma imagem mental do som e como se fosse possível chegar mesmo a "ouvir" essa voz interior.

Chafe (1987b) traz um interessante depoimento da escritora Eudora Welty para mostrar que, assim como as pessoas podem imaginar como soa uma peça familiar de música, também leitores e escritores parecem ser capazes de imaginar como a escrita "soa". E a maneira como os redatores manejam a prosódia pode ter um efeito importante em sua escrita. Segundo esse livro autobiográfico (*One Writer's Beginnings*), Eudora Welty diz:

> *Desde que li pela primeira vez, sempre que lia para mim mesma não havia no livro uma linha sequer que eu não "ouvisse". À medida que meus olhos seguiam a frase, uma voz ia, silenciosamente, dizendo ela para mim... Não era a voz da minha mãe, ou a voz de qualquer pessoa que eu possa identificar. E certamente também não era a minha própria voz. Era uma voz humana, mas interior. E era interiormente que eu prestava atenção a ela. Para mim essa é a própria voz da história ou do poema. A cadência e o sentimento que residem na palavra impressa penetra-me através da voz do leitor. Eu supunha, mas não imaginava que isso acontecesse*

com todos os leitores "ao lerem como ouvintes" e com todos os redatores ao "escreverem como ouvintes". Talvez isso seja parte da paixão de escrever. E aí começa um processo de testar o som do que cai na página, em relação ao que está sendo escrito por mim. Até agora não sei se estou certa em acreditar nisso. Não sei se eu poderia realizar cada um dos processos, ler ou escrever, um sem o outro. Quando eu estou trabalhando numa história, ouço como minhas próprias palavras vão ficando, na mesma voz que ouço quando estou lendo. Quando eu escrevo e o som das palavras volta aos meus ouvidos, então vou fazendo minhas alterações no texto. Eu sempre confiei nessa voz.

Comentando as três funções apontadas para a pontuação (organização sintática, correspondência com o oral e suplementação semântica), Catach (1980) também revela a preferência de escritores franceses contemporâneos pela função oral da pontuação. Segundo uma enquete por ela realizada, apenas 7 entre 45 escritores admitiram guiar-se pela pontuação gramatical baseada na sintaxe. A grande maioria se referiu à tradição oral da pontuação, como podemos acompanhar em alguns fragmentos desses depoimentos:

- É a respiração da fala que dá o ritmo da minha pontuação.
- Escrevo em voz alta.
- Sempre considerei o texto, mesmo em prosa, como devendo ser lido em voz alta. Esta é a razão pela qual a pontuação desempenha um papel essencial.
- A pontuação é tão indispensável quanto a respiração.
- A pontuação me parece essencial para o ritmo.

Da mesma forma, é curioso notar que as crianças e até os animais parecem ser mais afetados pela entonação da fala, que por seu conteúdo. A preferência infantil por livros contendo mais diálogos é outro aspecto que também pode estar relacionado com essa tendência.

3. Estilo escrito e estilo oral de pontuar

Pode-se considerar um modo preferencialmente *falado* de pontuação (pontuação prosódica) e outro preferencialmente *escrito* (pontuação gramatical). Assim também haveria leitores *orais*, que

segmentam o enunciado em unidades menores, e leitores *silenciosos*, que aceitam trechos maiores sem pontuação (Chafe, 1987a:10).

Halliday (1989:37) aponta dois princípios à escolha do redator: pontuar pela gramática e pontuar pelo ouvido. Para ele, o caminho escolhido em geral não faz diferença e há redatores que até combinam os dois estilos. Quando, porém, o autor é fortemente levado por um ou por outro modo de pontuar, aí já se considera um *estilo individual*.

O melhor exemplo de estilos de pontuar está nos textos literários e jornalísticos. Outras boas referências sobre a pontuação dos escritores aparecem nas edições críticas, voltadas para o estudo da gênese da obra.

É comum encontrarmos textos onde a pontuação, ou a falta dela, à primeira vista estranhas, têm o objetivo de criar efeitos especiais, muitas vezes com o autor libertando totalmente a escrita da fala. São os já aludidos *estilos individuais* de pontuar. Um exemplo interessante de nossa época é a pontuação de Saramago, resgatando uma antiga prática de pontuar, onde os diálogos são introduzidos apenas por vírgulas:

> *(...)" Perguntou el-rei, É verdade o que acaba de dizer-me sua eminência, que se eu prometer levantar um convento em Mafra terei filhos, e o frade respondeu, Verdade é, senhor, porém só se o convento for franciscano, e tornou el-rei, Como sabeis, e frei António disse, Sei, não sei como vim a saber, eu sou apenas a boca de que a verdade se serve para falar, a fé não tem mais que responder, construa vossa majestade o convento e terá brevemente sucessão, não o construa e Deus decidirá. Com um gesto mandou el-rei ao arrábido que se retirasse, e depois perguntou a D. Nuno da Cunha, É virtuoso este frade, e o bispo respondeu, Não há outro que mais o seja na sua ordem. Então D. João, o quinto do seu nome, assim assegurado sobre o mérito do empenho, levantou a voz para que claramente o ouvisse quem estava e o soubessem amanhã cidade e reino. Prometo, pela minha palavra real, que farei construir um convento de franciscanos na vila de Mafra se a rainha me der um filho no prazo de um ano a contar deste dia em que estamos, e todos disseram, Deus ouça vossa majestade, e ninguém ali sabia que iria ser posto à prova, se*

o mesmo Deus, se a virtude de frei Antonio, fosse a potência do rei, ou, finalmente, a fertilidade da rainha. "

(José Saramago. In: *Memorial do Convento.* P.13-4)

Smith (1982:159) também refere-se às idiossincrasias da pontuação dos escritores. Para ele, essas preferências estilísticas não seriam pela pontuação em si, mas por estruturas frasais que demandam marcas particulares de pontuação.

Chafe questiona se os estilos de pontuar mudam porque as intenções prosódicas desses autores são diferentes, ou porque varia a proporção com que eles recorrem à própria pontuação para expressar suas intenções. No entender do autor, ambos os fatores interferem, mas ele prefere explorar a idéia de que "os estilos de escrita se distinguem, na medida em que a pontuação capta a prosódia da voz interior da escrita" (1987b:3).

Com esta hipótese, o autor propôs um experimento usando a leitura em voz alta. Chafe gravou a leitura oral de pessoas lendo passagens de diferentes estilos e verificou que elas dividiam as passagens escritas em unidades de entonação semelhantes àquelas usadas na fala normal, independente do modo como elas estavam pontuadas. Eram os chamados leitores "orais", que se sentiam melhor com unidades mais curtas de pontuação.

Depois ele conduziu um segundo experimento, em que os sujeitos deveriam repontuar uma frase (*Nós teríamos perdido nossas cabeças se não tivéssemos perdido nada mais)* em que a pontuação original havia sido removida.

O modo como estes sujeitos repontuassem a passagem revelaria a extensão na qual o autor havia pontuado de maneira que seus leitores considerassem apropriada, bem como forneceria pistas de como os leitores escolhem entre as prescrições da gramática ou da prosódia (Chafe,1987b: 4).

Os resultados do experimento revelaram que os leitores *orais* inseriram um limite prosódico depois de "cabeças", enquanto que os leitores *silenciosos* deixaram a passagem inteira, tal como o autor fizera.

Estes últimos, guiando-se pela voz inferior da linguagem escrita, estariam mais livres para incluir mais que uma unidade de pontuação oral.

4. Erros de pontuação por transferência inadequada de padrões da fala para a escrita

Há muitos erros de pontuação decorrentes da pressuposição de que existe uma relação unívoca entre a prosódia da fala e a pontuação da escrita, de modo que os usos da linguagem falada possam ser transferidos diretamente para a escrita, sem alterações. Isso é muito comum entre redatores inexperientes. Eles costumam representar uma entonação de duração menor da fala ("entonação de vírgula") com uma vírgula na escrita e uma entonação de maior duração ("entonação de ponto") com um ponto na escrita. O efeito obtido pode ser desastroso, gerando uma estrutura de pontuação não-padrão (Danielewitz e Chafe, 1985:214). A propósito, vejam os exemplos abaixo, retirados de textos produzidos por dois alunos universitários do Ceará (2º semestre de 1996):

Texto A

> *A Internet no Brasil, seria de grande produtividade para a população, pois o povo poderia ter sua tecnologia avançada e usufruir de produtos de primeira qualidade.*
> *A chegada da Internet facilitaria muito a vida das pessoas, ou seja, as escolas, universidades facilitariam a vida do aluno, que teria oportunidade de se comunicar com pessoas de todo o mundo, aumentando o contato e sabedoria, abriria o campo de trabalho, porque novas profissões iriam surgir, tais como, home page, o administrador de home page, poderíamos divulgar o currículo para que o empregador veja e nos chame para trabalhar, teríamos acesso a informações que o governo lança e ainda lançar uma crítica a ele mesmo, tudo isso que citei são vantagens que a Internet nos traz.*
> *Enfim, a Internet só traria benefícios e automaticamente o povo iria observar e enxergar que tem que produzir e tomar consciência que precisa alcançar o progresso que está aumentando assustadoramente.*

Texto B

> *A dieta como todos nós sabemos, traz como principal meta o lado saudável, ou seja, o benefício de um perfeito funcionamento do organismo, sem falar na modelagem corporal e na satisfação de bem estar para consigo, como por exemplo, uma atriz de grande repercursão, Cristiane de Oliveira que veio da obesidade para uma admiração nacional.*

Abordando a transferência do ritmo da fala para a pontuação da escrita, Danielewitz e Chafe (1985:214) admitem a possibilidade de não haver uma correspondência total nesta transposição. De qualquer modo, como estratégia de ensino eles sugerem levar os alunos a prestarem atenção ao "som da linguagem escrita" ou a suas "vozes interiores", tirando partido dessa prosódia encoberta da escrita, especialmente nos momentos de revisão do texto.

Smith (1982), por sua vez, afirma que a idéia de tentar "ouvir" a escrita é uma estratégia válida apenas para os que já sabem pontuar. E Halliday (1989) adverte para os possíveis *conflitos* entre o estilo gramatical e o estilo prosódico de pontuar, já que nem sempre o grupo tonal coincide com a oração. Isso é o que acontece muitas vezes quando ficamos em dúvida sobre como pontuar, ou quando, na leitura, às vezes sentimos que teríamos pontuado diferente.

Fica, assim, registrado que nem sempre a prosódia da fala ou a voz interior que guia o redator coincidem com as prescrições gramaticais, caso em que até mesmo redatores proficientes tropeçam na pontuação.

5. Pontuação pelo gênero do texto

Outro aspecto a se observar é que a pontuação contemporânea requer versatilidade do escritor. Um mesmo redator precisa ter habilidade para pontuar diferentemente conforme o gênero do texto. Assim, diz Chafe, um publicitário que pontuasse como um professor, em breve perderia o emprego e um professor que o fizesse como um novelista do século XIX, poderia ter seu texto corrigido, dele eliminando-se vírgulas a torto e a direito. (1985: 5).

Ainda sobre a flexibilidade da pontuação em relação ao gênero, Halliday (1989:37-38) explica que há registros em que a pontuação é

reduzida ao mínimo, como na linguagem legal. Neste caso, as marcas de pontuação, segundo ele, seriam instáveis demais para que se ficasse na sua dependência. Além disso, seria possível fraudar o documento, inserindo, alterando ou eliminando a pontuação. Por esta razão, adotou-se como norma que o texto legal ideal restringiria ao máximo a pontuação. Na verdade, este tipo de texto não é para ser lido oralmente, dispensando as pausas para respirar. E para o propósito de documentar evidências em possíveis casos de dúvidas, bastaria a simples leitura silenciosa.

Finalmente, há que se apontar ainda a forte influência que exercem atualmente a pontuação publicitária, a jornalística e a dos quadrinhos, chegando a subverter os usos clássicos. A grande variedade de impressos produzidos hoje em dia (jornais, revistas, folhetos, catálogos, prospectos, afixos, panfletos etc.) vai alterando as referências existentes e criando novos estilos de pontuar.

Ilustrativo dessa tendência é o emprego da vírgula violando a norma gramatical no anúncio publicitário seguinte:

Fast Print
Impressão Rápida
Onde a pressa,
é amiga da perfeição.

Um outro exemplo, agora no texto jornalístico é, por exemplo, o emprego novo que Gilberto Dimenstein faz dos dois-pontos. Em matéria de *A Folha de São Paulo*, datada de 22/08/93, podemos verificar como o articulista poupa as conjunções integrantes e deixa falar os títulos pela simples aposição de dois-pontos (ver passagens em itálico):

Como você reagiria?

Já tinha concluído ontem minha coluna mostrando como o massacre dos Ianomamis simbolizava a vulgarização da violência. Mas mudei de idéia depois de ler o artigo, também sobre violência, publicado ontem, escrito por uma das personalidades mais respeitadas (justamente, diga-se) *do país: Dom Eugênio de Araújo Sales*, cardeal-arcebispo do Rio de

Janeiro. *Confesso: senti medo.* Não por mim, mas pelos outros.

Ele classifica o aborto como assassinato. Informa que nenhum defensor do aborto pode ostentar o título de católico. *A pena: excomunhão automática.* O problema é particularmente grave por *dois fatores: 1) o Brasil é um país católico; 2) calcula-se que, por ano, ocorram no mínimo dois milhões de abortos.*

Essa pregação estimula, portanto, uma imensa crise de consciência. Todos concordam que o aborto deve ser evitado. Mas qual é a solução? E aqui *vem a questão: a Igreja Católica não oferece alternativa viável.* As pessoas sabem, muitas por dolorosa experiência própria, que os métodos naturais são extremamente falhos, gerando o que se chama de os "filhos da tabela".

Os políticos brasileiros tremem diante da pressão da Igreja, impedindo um plano massivo de planejamento familiar. E, aí os milhões de abortos, resultando em 40 mil internações por ano. Vejam só esse dado divulgado *pelo Unicef: a principal causa de morte entre adolescentes (repito, principal) é o aborto.*

Mais: milhões de mulheres têm cinco, seis, sete filhos, quando desejariam ter apenas um ou dois. *Insisto: a ausência de planejamento familiar é desumana,* resultando de irresponsabilidade de nossos homens públicos, apesar de ser o único investimento social de retorno de curtíssimo prazo. Alguém se lembra de um único Presidente da República falar do assunto?

Compreensível: primeiro não se quer arrumar uma briga política com uma instituição tão poderosa como a Igreja. Depois, quem sofre mesmo são os pobres, gente sem voz, incapazes de comprar pílulas ou camisinhas. Já está mais do que na hora de colocar luzes nessa discussão, mesmo que implique desgaste.

P.S. *Pergunta: como reagiriam os leitores* desta coluna se fossem impedidos de usar métodos anticoncepcionais como a pílula?

Neste artigo chama a atenção não apenas a freqüência no emprego do dois-pontos, mas um uso alternativo deste signo (além de citar), de

forte motivação sintática e semântica, tornando o texto sintético e amarrado. Talvez aqui o articulista Gilberto Dimenstein resgate um antigo uso do dois-pontos (século XVI): separar com um poder intermediário entre o ponto-e-vírgula e o ponto.[1] E não é de estranhar que este estilo econômico venha a se impor em breve pela força da mídia... (Vejam a influência em nosso próprio texto no trecho anterior...)

Fechamos essa reflexão, reportando-nos a Catach (1980:2), que destaca a influência da publicidade no uso das maiúsculas, sugerindo um estudo sociolingüístico sobre o assunto. A autora questiona o impacto do uso de tantos novos caracteres, além da grande massa de brancos, sobre os rumos da pontuação.

A verdade é que não podemos fugir ao fato de já estarmos vivendo sob o domínio de linguagens não-verbais. Neste sentido, à medida que vão se alargando as fronteiras de comunicação entre as sociedades, a semasiografia vai gradativamente se generalizando como uma linguagem visual que fala por si e que aparece cada vez mais em instruções de uso de aparelhos, carros etc (Sampson,1996:30). Algo similar acontece nos textos mais densos como dicionários, obras técnicas e científicas, em que são muito freqüentes signos cabalísticos (quadrados, flechas, pontes, chaves), traços e pontos para orientar o leitor ou para remeter diretamente a conceitos específicos. Resta saber se poderemos nos comunicar de forma tão esquemática e o que isso representará para o destino da pontuação e da escrita. Talvez a linguagem do amanhã o diga.

(Recebido em 24/09/96. Entregue reformulado em 22/07/97)

Referências Bibliográficas

CASTRO, I. (1990) Enquanto os escritores escreverem... In: *IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina*, Campinas: UNICAMP, 6 a 10 de agosto de 1990, 64 p.

CATACH, N. (1980) La Ponctuation. In: *Langue Française* **45**: 16-27. Paris: Larousse.

[1] A propósito, Koch (1987:95) considera que as pausas marcadas por dois pontos (vírgula ou ponto final) são conectores interfrásticos, assinalando tipos de relações diferentes.

CHAFE, W. (1987a) Punctuation and the Prosody of Written Language. In: *Technical Report* **11**, Berkeley: University of California and Pittsburgh: Carnegie Mellon University, Center for the Study of Writing,

_____ (1987b) What good is punctuation? In: *Occasional Paper* **2** (To appear in the National Writing Project Center for the Study of Writing *Quarterly* (in press), Berkeley: University of California and Pittsburgh: Carnegie Mellon University.

DANIELEWICZ, J. and W. CHAFE (1985) How 'normal' speaking leads to 'erroneous' punctuating. In: FREEDMAN, Sarah Warshauer (ed.) *The Acquisition of Writen Language: Response and Revision.* Berkeley: University of California, Norwood /New Jersey: Ablex Publishing Corporation :213-26

HALLIDAY, M. A. K. (1989*) Spoken and Written Language.* England: Oxford University Press.

KOCH, I. G. V. (1987) Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, Elvo (org.). *Lingüística Aplicada ao Ensino de Português.* Porto Alegre: Mercado Aberto : 83-98

MATTOS e SILVA, R. V. (1992) O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses. In: *Reunião Anual da ABRALIN - Mesa Redonda Sintaxe e Pontuação* (mimeo)

SAMPSON, G. (1996) *Sistemas de Escrita - Tipologia, História e Psicologia.* São Paulo: Artes Médicas.

SMITH, F. (1982) *Writing and the Writer.* New York: Holt Rinehart and Winston.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (13-32)

THE SYLLABLE STRUCTURE IN EUROPEAN PORTUGUESE*

(A Estrutura da Sílaba em Português Europeu)

Maria Helena MATEUS (*Universidade de Lisboa -Faculdade de Letras / ILTEC*)
Ernesto D'ANDRADE (*Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras*)

ABSTRACT: The goal of this paper is to discuss the internal structure of the syllable in European Portuguese and to propose an algorithm for base syllabification. Due to the analysis of consonant clusters in onset position and the occurrence of epenthetic vowels, and considering the variation of the vowels in word initial position that occupy the syllable nucleus without an onset at the phonetic level, we assume that, in European Portuguese, the syllable is always constituted by an onset and a rhyme even though one of these constituents (but not both) may be empty, that is, one of then may have no phonetic realisation.

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de discutir a estrutura interna da sílaba em Português Europeu e o de propor um algoritmo para a silabificação de base. Tendo en conta a análise dos grupos de consoantes que ocupam o lugar de ataque e a possibilidade de existência de vogais epentéticas que desfazem alguns desses grupos, e considerando, ainda, a variação de vogais em posição inicial de palavra que constituem núcleo de sílaba sem ataque no nível fonético, apresenta-se a hipótese de que a sílaba, em Português Europeu, é sempre constituída por um ataque e por uma rima, mesmo que um desses constituintes (mas não os dois) seja vazio. Ou seja, um dos dois constituintes pode não ter realização fonética.

Key Words: Syllable; Onset; Empty nucleus; Base syllabification; consonant cluster.

Palavras-Chave: Sílaba; Ataque; Núcleo vazio; Silabificação de base; Grupo de consoantes.

This paper has been presented in the colloquium organised by The Oxford University Press about *The Phonology of the World's languages: The Syllable* (Pézénas, France, June 1996).

1. Data

1.1. Consonant clusters

In European Portuguese (henceforth, EP), we find many sequences of consonants in word-initial and word-internal position. Examples are in (1)-(3).

(1)

(a)

[pn]	- pneu	'tyre'
[gn]	- gnomo	'gnome'
[ps]	- psicologia	'psychology'

(b)

[bn]	- obnóxio	'obnoxious'	[bs]	- absurdo	'absurd'
[dm]	- admirar	'to admire'	[bv]	- óbvio	'obvious'
[tm]	- ritmo	'rhythm'	[bʒ]	- abjurar	'to abjurate'
[gm]	- estigma	'stigma'	[tz]	- quartzo	'quartz'
[tn]	- étnico	'ethnic'	[ks]	- axioma	'axiom'
[pt]	- captar	'to capture'	[dv]	- advertir	'avertir'
[kt]	- pacto	'pact'			
[bt]	- obter	'to obtain'	[mn]	- amnésia	'amnesia'
[dk]	- adquirir	'to acquire'	[ft]	- afta	'thrush'

(2)

(a)

[pɾ][1]	- prato	'dish'
[bɾ]	- branco	'white'
[tɾ]	- trapo	'rug'
[dɾ]	- droga	'drug'
[kɾ]	- cravo	'carnation'
[gɾ]	- graça	'grace'
[pl]	- plano	'plan'
[bl]	- ablução	'ablution'
[tl]	- atleta	'athlete'
[kl]	- claro	'bright'
[gl]	- glande	'glande'

(b) [fɾ] - frito 'fried'

[1]Traditional representation of the tap in Portuguese is [r]. We use the IPA [ɾ] that corresponds to the word-internal and word-final single *r*.

BEST COPY AVAILABLE

[vr]	- palavra	'word'
[fl]	- flor	'flower'

[i] deletion[2] that frequently occurs in coloquial EP in unstressed position, gives rise to other consonant sequences (see (3)).

(3)

[ʃt]	- estar	'to be'
[ʃpr]	- esperar	'to wait'
[ds]	- decifrar	'to decode'
[sp]	- separar	'to separate'
[dvd]	- devedor	'ower'
[mrs]	- merecer	'to deserve'
[dʃpg]	- despegar	'to take away'
[dʃprz]	- desprezar	'to despise'

The examples given in (3), caused by the deletion of [i] in colloquial EP, show sequences of three consonants in word-initial position (e.g. *devedor* [dvdór] - plosive + fricative + plosive) four consonants (e.g. *despegar* [dʃpgár] - plosive + fricative + plosive + plosive) and five consonants (e.g., *desprezar* [dʃprzár]): sequences of different consonants are thus very frequent in EP at the phonetic level.

Unlike those of (2a) and (2b) that are allowed onset clusters, the sequences of consonants exemplified in (1) do not belong to the same syllable. This statement is justified by empirical arguments. For instance, speakers have difficulties to assign the consonants in (1), either one or the two of them, to the coda (C) of the first syllable or to the onset of the second one. This is true when naïve speakers have to break a word into syllables (see Andrade & Viana,1993b), as for instance when they hesitate between *ad-mirar* and *a-dmirar*.

[2] The traditional representation of this neuter vowel is [ə], like the French schwa. However, contemporary studies in Portuguese phonetics and phonology show that [i] is a more adequate representation either because of its phonetic characteristics (it is a high vowel) or because of phonological processes in Portuguese grammar (see A. Andrade (1992) *Reflexões sobre o 'e mudo' em Português europeu*. Unpublished. Lisboa: CLUL).

Furthermore, child productions during language acquisition or mispellings show an inserted vowel between the consonants (e.g. [pinéw] for *pneu* 'tyre' [pnéw] or [áfitɐ] for *afta* [áftɐ] 'thrush'). Moreover, in child language we often find deletion of the second consonant in allowed onset clusters (e.g. [pátu] for *prato* 'dish' or [bẽku] for *branco* 'white') but we never find deletion of the second element in disallowed sequences like those included in (1); in other languages, on the contrary, we find the loss of the first segment in this last kind of sequences, like in *neumático* (Spanish 'tire') or in the pronunciation of *psychology*, in English.

Finally, an argument that reinforces our statement that the consonant clusters in (1) do not belong to the same syllable is the fact that, in most dialects of Brasilian Portuguese (henceforth BP), they constitute two syllables due to the insertion of an epenthetic vowel, mostly, [i], as exemplified in (4).

(4)

pneu	[pi]neu
gnomo	[gi]nomo
psicologia	[pi]sicologia
absurdo	a[bi]surdo
pacto	pa[ki]to
afta	a[fi]ta

Notice that consonant clusters in (2), that are allowed onset clusters in Portuguese, never show this inserted vowel in BP. So, for instance, *[pi]rato, *[bi]ranco, *pala[vi]ra are unacceptable (needless to say, the consonant sequences of the words in (3) do not occur in BP as the vowel [i] does not exist in this variety).

All these sequences of consonants are specific to EP and are due to phonological processes that do not apply in BP. The differences observed at the phonetic level between EP and BP caused by the existence of these consonant clusters are certainly at the origin of the distinct rhythms of the two varieties.

Concerning the examples in (2), the consonant sequences - plosive plus liquid and fricative plus liquid - are typically onset syllables in

Portuguese as in the majority of Romance languages, even though clusters with a plosive are much more frequent than those with a fricative, and the same for sequences ending in a tap versus those ending in a lateral.

These clusters are in accordance with the Sonority Principle which states that the sonority of the segments that constitute the syllable increases from the beginning till the nucleus and decreases to the end.

The proposals about the hierarchy of the segments that constitute the sonority scale are broadly consensual in establishing the following decreasing sonority: vowels (low, medium, high) - glides - liquids - nasals - fricatives - plosives. It is worth to note, however, that the definition of this principle and its relation with the sonority scale is not sufficient to establish the possible sequences for Portuguese syllable onsets. Restrictions to the occurrence of some consonant clusters in onset position occur in all languages: they are language-specific and they are also related to the distance between the members of the sonority scale. This assumption constitutes the basis for the Dissimilarity Condition, which states that it is necessary to postulate, for each language, the value of the permitted sonority difference between two segments in a sequence belonging to the same syllable. Quantifying this difference implies indexation of the sonority scale (as, for instance, that proposed by Selkirk, 1984). A tentative indexation for Portuguese has been presented by Vigário & Falé (1993), who also suggested that in Portuguese sequencial segments in the same syllable may have a certain difference in sonority. Concerning consonant clusters, only plosives or fricatives + liquids have the allowed distance. Thus, adjacent members on the sonority scale can never constitute an onset cluster. According to Harris (1983), the non-adjacency requirement of the two segments represents the universally unmarked case for syllable constituency and thus Portuguese grammar has no costs in this specific case.

It is necessary to recall that the Sonority Principle and the Dissimilarity Condition are intended primarily as applying to base syllabification, as shown by many violations of these principles at the phonetic level in different languages. To explain this apparent violation of the Sonority Principle and the Dissimilarity Condition, we hypothesise, then, the existence of an empty nucleus between the consonants belonging to the words in (1) and we propose that this

nucleus is not filled at the phonetic level in EP. This means that, in base syllabification, all consonant clusters are licenced as onset syllable (in the sense of Goldsmith (1990) syllable licencing).

1.2 Vowels and diphthongs

In Portuguese there are no syllabic consonants. The rhymes of Portuguese syllables always have a nuclear vowel which may be followed by a glide at the phonetic level, thus constituting a falling diphthong. Falling diphthongs may occur in stressed, pre-stressed and post-stressed syllables.

(5)

(a) Stressed		(b) Pre-stressed	
[ɐ́j] - queixa	'complaint'	[ɐj] - queixume	'complaint'
[ɛ́j] - papéis	'papers'	[aj] - ensaiar	'to essay'
[áj] - pai	'father'	[oj] - boiada	'drove'
[ɔ́j] - herói	'hero'	[uj] - cuidado	'care'
[ój] - boi	'ox'	[ew] - endeusar	'to divinise'
[új] - azúis	'blue (pl.)'	[aw] - pautar	'to rule'
[íw] - viu	'(s/he) saw'		
[éw] - deus	'god'	(c) Post-stressed	
[ɛ́w] - véu	'veil'	[ɐj] - fáceis	'easy (pl.)'
[áw] - pauta	'register'		

Nasal diphthongs are quite frequent in Portuguese due to the fact, among others, that they appear in every third person plural of verb forms. Nevertheless, they only occur in word-final syllables, either stressed or post- stressed [3].

[3] There is a small number of words in Portuguese having a diphtong in the penultimate stressed syllable: *cãibra* [kɐ̃j̃brɐ] 'crump' and dialectal *cãibo*, *cãibas*, *cãibro* 'different pieces of the oxen-cart'. Because of their exceptionality, *cãibra* is often pronounced as [kɐ̃brɐ], without the diphthong, and the others have alternating forms without the glide. The word *muito* [mũj̃tu] is the only one that presents the [ũj̃] diphthong and that is the reason why it is included in (6). Also, some words that can be reanalised by speakers as compounds (like *bendito* [bɐ̃j̃+ditu]

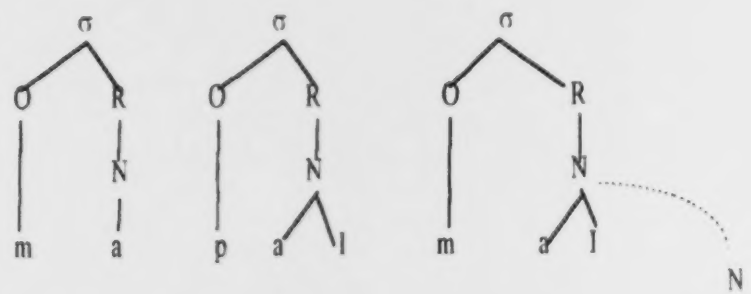
(Cont.)

(6)

(a) Stressed		b) Post-stressed	
[ɐ̃̂j̃] - mãe	'mother'	[ɐ̃j̃] - prendem	'(they) arrest'
[ɐ̃̂j̃] - refém	'hostage'	[ɐ̃w̃] - falam	'(they)talk'
[õ̂j̃] - compões	'(you) compose'	[ɐ̃j̃] - homem	'man'
[ũ̂j̃]- muito	'much'	[ɐ̃w̃] - sótãos	'garrets'
[ɐ̃̂w̃] - mão	'hand'		

In most of the falling diphthongs, the phonetic glide is, phonologically, an underspecified vowel that has to be lexically marked as a trough (see Andrade & Laks, 1991). Both elements of these diphthongs - either oral or nasal - belong to the syllable nucleus. An argument to sustain this statement is the fact that, in nasal diphthongs, both segments are nasalised by the projection of the nasal autosegment to the nucleus. The underspecified fricative /S/ is the only consonant that can belong to a rhyme having a diphthong. In (7) we see the syllabic representation of the words *má* [má], 'bad (fem.)', *pai* [páj], 'father' and *mãe* [mɐ̃̂j̃], 'mother'.

(7)



1.3. Sequences of glides + vowel at the phonetic level

Sequences of glide and vowel at the phonetic level are included in (8):

(Cont.)
'benedict' or *Benfica* [bɐ̃j̃+fĩkɐ]) and the very frequent word *também* [tɐ̃wbɐ̃j̃] can be pronounced with a diphthong in the penultimate syllable.

Sequences of glide and vowel at the phonetic level are included in (8):

(8)
(a) Stressed

[jé]	- frieza	'coldness'	[wí]	- suíno	'pig'
[jɛ́]	- viés	'bias'	[wé]	- roer	'to gnaw'
[já]	- real	'royal/real'	[wɛ́]	- cuecas	'pants'
[j$\acute{\tilde{\text{ɐ}}}$]	- criança	'kid'	[wá]	- voar	'to fly'
[jɔ́]	- pior	'worst'	[wɔ́]	- suor	'sweat'
[jó]	- mioma	'myoma'	[wó]	- voou	's/he flew'
[jú]	- miúdo	'kid'	[w$\acute{\tilde{\text{e}}}$]	- coentros	'coriandre'

(b) Unstressed

[jɐ]	- realeza	'royalty'
[jɐ̃]	- adiantar	'to advance'
[ju]	- miudeza	'minuteness'
[wi]	- suinicultura	'pig breeding'
[wɐ]	- voador	'flyer'

The same glides can precede diphthongs:

(9)

[jájʃ] - criais	'(you) create'	[wáj] - recuai	'put back (imperat.)'
[jɛ́jʃ] - fiéis	'faithful (pl.)'	[wɛ́jʃ] - cruéis	'cruel (pl.)'
[j$\acute{\tilde{\text{ɐ}}}$w̃]- leão	'lion'	[wɐ́j] - voei	'(I) flew'

Phonetic glides preceding vowels raise more problems even for the phonetic description. When we spell out words like *viés* 'bias', *suor* 'perspiration', *farmácia* 'pharmacy' (see (8)), the [+high] segment preceding a [-high] vowel, either stressed or unstressed, is perceived by Portuguese speakers as syllabic, that is, a vowel and not a glide. This is confirmed, for instance, by the traditional classification of the word *farmácia* as a proparoxiton which indicates that two syllables are counted following stress. Within a structuralist approach, these segments

(e.g. p[ia]r 'to cheet' / p[í]o 'cheet', s[ua]r 'to sweat' / s[ú]o 'I sweat'). In the SPE framework, these segments are underlying vowels (cf. Mateus, 1975).

In colloquial Portuguese, however, these two vowels, /i/ and /u/ when unstressed and before a vowel, have a reduced duration and intensity, and they can be perceived by the speakers as belonging to the same syllable as the following vowel. This variation is common to a large number of languages. Consequently, in casual speech glides may be followed by any vowel (with some phonetic restrictions).

The examples in (8) and (9) show that, when these phonetic glides occur before either a nasal vowel or a nasal diphthong, they are not nasalised (cf. [j̃ɐ̃] - criança 'kid'and [j̃ɐ̃w̃] - leão)[4]. This is enough evidence to consider them as independant of the syllabic rhyme (see Andrade et Viana, 1993a, and also Mateus,1993), and to allow us to interpret them as vowels.Thus, even if they are perceived at the phonetic level as glides by the speakers and constitute a rising diphthong, they are syllable nuclei at the base level. These sequences of glide and vowel at the phonetic level are thus very different from the true rising diphthongs existing in other languages, where glides are associated with the following vowel and integrate the rhyme (see for instance Harris,1983, for Spanish).

1.4. Codas

Consonants /R/, /L/ and /S/[5] are usually considered the only ones that can occur in Portuguese syllable coda. They are underspecified autosegments with different realisations. Examples are in (10a) and (10b).

(10)

(a)	par /paR/	[pár]	'pair'
	mal /maL/	[máɬ]	'evil'
	más /maS/	[máʃ]	'bad (fem.pl.)'

[4] According Luis-Carlos Cagliari, in BP the glide preceding a nasal vowel is nasalised in many cases and dialects.

[5] We use capital letters to indicate underspecified segments.

(b)	parte /paRte/	[pártɨ]	'part'
	falta /faLta/	[fáɬtɐ]	'fault'
	peste /pɛSte/	[pɛ́ʃti]	'plague'
	mesmo /meSmo/	[mɛ́ʒmu]	'same'

There is enough evidence to consider these three segments as the only ones that can occur in syllable coda:

- [ɾ] is not allowed word-initially; [l] never begins a word if followed by another consonant;

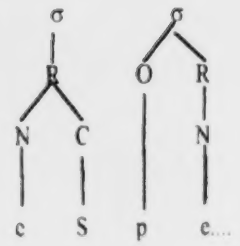
- [S] or [ʒ] resulting from the phonetic realisation of /S/ followed by another consonant trigger voicing assimilation; they may also be placed at the begining of the word without being preceded by any vowel at the phonetic level (cf. *esvaído* and *esperado* in (11)).

(11)

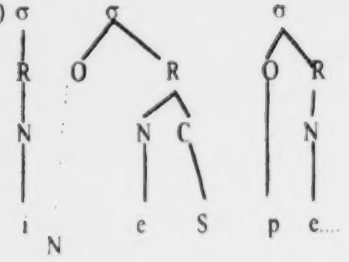
esvaído	[ʒvɐídu]	'fainted'
esperado	[ʃpirádu]	'expected'
inesperado	[iniʃpirádu]	'unexpected'
feliz	[filíʃ]	'happy'
infeliz	[ĩfilíʃ]	'unhappy'

In this case, however, /S/ is preceded by an underlying vowel, and the existence of this vowel is attested by words like *inesperado* (resulting from syllabification of the word esperado when the prefix /iN/ is added): the underlying vowel is the nucleus of the first syllable; the nasal autosegment of the prefix /iN/ fills the onset of this syllable and is phonetically manifested as a nasal consonant. On the other hand, if the word begins with a consonant (like *feliz*, see (10b)) the nasal autosegment of the prefix will be associated with its nucleus, as it happens in *infeliz*, [ĩfilíʃ], and the nasality will spread over the vowel. See the representation in (12) and (13).

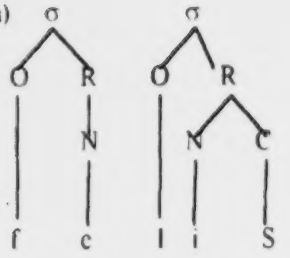
(12)(a)



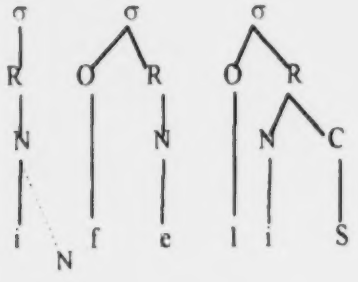
(b)



(13)(a)



(b)



In sum, the three segments /R/, /L/ and /S/ are the only licensed consonants in Portuguese codas. As in most languages (cf. Goldsmith, 1990), consonants licensed in coda position are fewer than those that can occur in the first half of the syllable; in Portuguese their number is reduced to 3. The realisation of these underspecified segments is the result of a phonological process sensitive to the phonetic context.

1.5. Alternations (diphthong oral and nasal / single vowel)

The syllabic hierarchical organisation at the base level raises the problem, among others, of whether all segments of the phonetic level are associated with a skeletal position. Let us see other data about diphthongs.

In Portuguese there is no difference between long and short vowels. Diphthongs, however, seem to have different weights, and this difference

BEST COPY AVAILABLE

has consequences in the number of skeleton positions they occupy. We think that the constraints on the occurrence of diphthongs should be analysed in relation with the stressed syllable in order to establish their different 'weights', if there is any. It is what we are doing now.

We observed above that, in Portuguese, there are strong restrictions for the occurrence of diphthongs in post-stressed position (see examples in (14)).

(14)

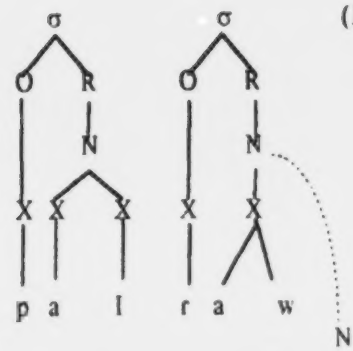
[ɐjʃ]	- fáceis	'easy (pl.)'
[ɐ̃w̃]	- sótão	'garret'
[ɐj]	- homem	'man'
[ɐj]	- prendem	'(they) fast'
[ɐ̃w̃]	- falaram	'(they) have talked'
[ɐ̃w̃]	- pairam	'(they) soar'

If the penultimate syllable is stressed and has a diphthong, restrictions are stronger and the only diphthong that can occur in post-stressed position is a nasal one. This only happens in verb forms, and the diphthong is the realisation of the third person plural suffix (e.g. *pairam*, cf. (15)).

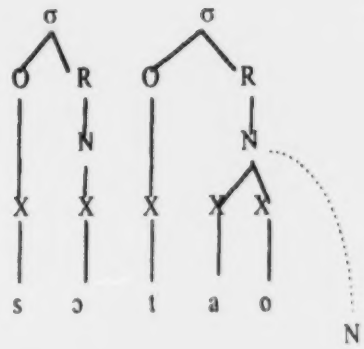
In fact, the glide of final unstressed diphthongs, either in verbal ending or in words like *homem*, is ephenthetic and it is not, as in *sótão*, the phonetic realisation of a class marker. In this case, diphthongs are light in Portuguese and they occupy one position in the skeleton.

In (15) we show the syllabic representation of *pairam* and of *sótão* in (16). The difference between the two representations lays in the number of skeletal positions for the diphtong in the last syllable.

(15)



(16)



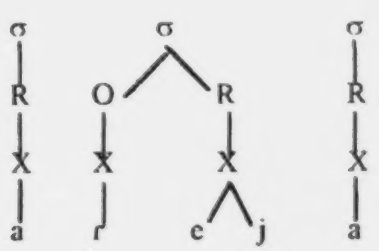
There is another kind of diphthongs that can also be viewed as light. See in (17) the morphological alternations between the lexical representations of *passear* /pase+ar/ pas[i]ar]/pas[j]ar] 'to walk' and *passeio* /pase+o/ pas[ɐ̯j]o 'walk' or between *areal* /are+al/ ar[i]al/ar[j]al 'beach' and *areia* /are+a/ ar[ɐ̯j]a 'sand'.

(17)

/pase+ar/	pas[i]ar/pas[j]ar	'to walk'
/pase+o/	pas[ɐj]o	'walk'
/are+al/	ar[i]al/ar[j]al	'beach'
/are+a/	ar[ɐj]a	'sand'

As we see in (17), Portuguese, similar to other languages cited above, shows the same alternation light diphthongs / single vowel related to morphological alternation (e.g. French *voir / verrons* or Spanish *poder* 'to can' / *puedo* 'I can'): the glide is introduced in the segmental tier as a consequence of word-formation with the addition of the morphemic vowel. In this case, the resulting diphthong occupies a single position in the skeleton.

(18)



BEST COPY AVAILABLE

1.6. Empty onset positions

As there are segments that do not have a proper position in the skeleton, there are also positions that are not associated with any segment. This statement allowed us to assume the existence of empty syllable nuclei. We also propose that, in Portuguese, any syllable is obligatorily constituted by an onset and a rhyme. If a position corresponding to a constituent is not filled, this fact can have consequences at the phonetic level.

It is generally recognised that syllables always possess a rhyme (with its nucleus). Concerning the onset, we propose that its presence in Portuguese is also obligatory, that is, every base syllable in Portuguese consists of an O and a R even though any one of them (but not both) may be empty. There is an interesting evidence that can support our proposal about empty onset positions.

(19)

(a)	Elvira	[ɛ]lvira	'Elvire'
	elefante	[i]lefante	'elephant'
	ermida	[i]/[e]rmida	'hermitage'
	esperado	[ʃ]perado	'expected'
(b)	olhar	[o]/[ɔ]lhar	'to look'
	ornar	[o]/[ɔ]rnar	'to adorn'

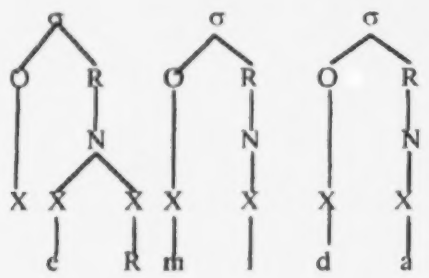
Unstressed underlying vowels /e/ and /ɛ/ are phonetically [i] in EP in word-final and word-internal position. However, in word-initial position, [i] does not exist. Underlying /e/ and /ɛ/ occur as:

a) ɛ] when the coda is /L/ (see Elvira);
b) as [i] when the rhyme has no coda (see elefante);
c) there is some variation between [i], [e] and [E] when the coda is an /R/ (see ermida);
d) they are deleted when the coda is an /S/ (see esperado).

Examples are in (19a). According to our proposal, this exceptional behaviour is due to the fact that these word-initial syllables have an empty onset: the empty position does not allow the presence of an [i].

The same happens with unstressed underlying /o/ and /ɔ/ that are [u] in every context except word-initially where there is a variation between [o] and [ɔ] (examples are in (19b)).In the representation of *ermida* we can see the empty onset position.

(20)



2. Base syllabification: conventions

The most adequate way to build up syllable structure in Portuguese is the usually called 'all nuclei first' approach, starting with constructing the rhymes in accordance with the restrictions of the language (see Goldsmith,1990) about different proposals for base syllabification). This means that we consider rule-based algorithms more adequate than template-matching algorithms (see Blevins,1995).

It is necessary to formulate an algorithm that associates all X assigned to [-cons] segments with a nucleus (N). Association with a nucleus automatically builds up the rhyme (R). It is worth to recall that the phonetic glides of the falling diphthongs are [-cons] segments and are lexically marked as troughs.

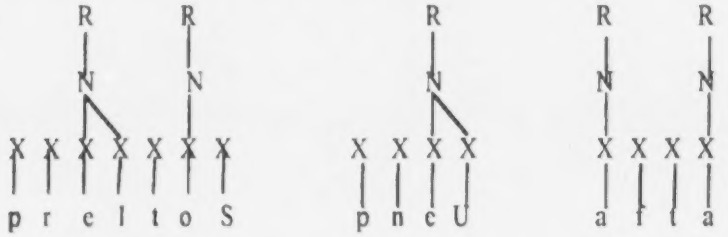
(21) *Nucleus Association Convention*

(a) Adjoin to a N(ucleus) all [-consonant] X as long as they are not lexical troughs preceded by another [-cons].

(b) Adjoin the remainder [-cons] X to the N leftwards.

The application of syllabification conventions is exemplified with the words *preitos* 'homages', *pneu* 'tire' and *afta* 'thrush'.

(22)



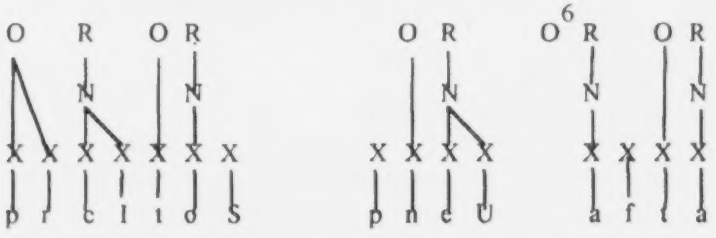
The next convention (Onset Association) syllabifies the [+cons] in associating them to the onsets (O). Each X [+cons] that precedes a vowel is assigned to an onset. A sequence of two [+cons] is associated to the same onset if the consonants are in accordance with the Sonority Principle and the Dissimilarity Condition.

(23) *Onset Association Convention*

(a) Adjoin all [+cons] X immediately preceding a nucleus to an O(nset).

(b) Adjoin to the same O a preceding [+cons] X if it is in accordance with the Sonority Principle and the Dissimilarity Condition.

(24)



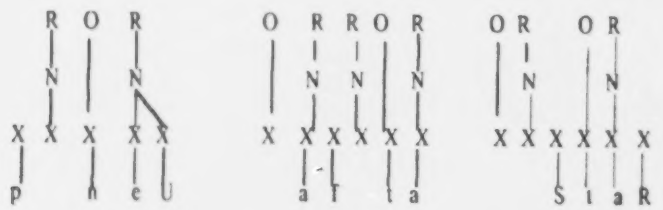
[6] Remember that we assume that every base syllable in Portuguese consists of an O and a R even though any of them (but not both) maby be empty

The remaining fully specified consonants that are not integrated in the syllabic structure, either word-initially (as /p/ in *pneu*) or word-internally (as /f/ in *afta*), after the application of (23), will not be associated with any constituents of the syllable. The existence of a 'non-associated' consonant gives rise to the introduction of a empty nucleus position.

(25) *Empty Nuclei Creation Convention*

Leftwards of an O, insert a N with the corresponding skeletal positionf to the right of a non associated segment if it is a fully specified consonant and to its left if it is an underspecified segment:

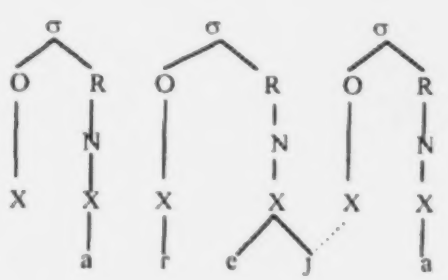
(26)



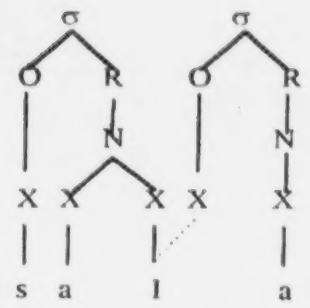
The non-associated consonants can now associate with an onset, as they are followed by a (empty) nucleus, by the re-application of (23).

When there is a diphthong followed by a vowel (e.g. *areia*, see (18), or *saia* [sájɐ] 'skirt'), the glide can associate with the onset of the following syllable (an empty onset) and it becomes then ambisyllabic. See the representation of *areia* 'sand' in (27) and *saia* in (28).

(27)



(28)

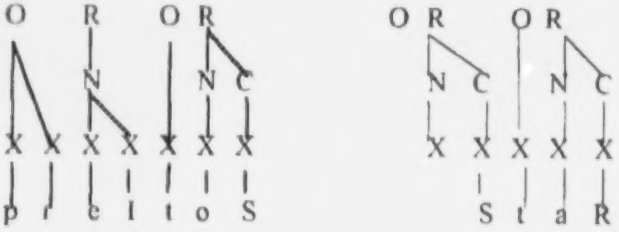


If the consonants are underspecified, that is, /R/, /L/ or /S/, (those that can occur in Portuguese codas), they remain non-associated and become floating segments. At the end of base syllabification, these floating segments are assigned to the codas of the preceding rhyme.

(29) *Coda-Association Convention*

Assign the floating X [+cons] to the coda of the preceding rhyme.

(30)



Thus, base syllables in Portuguese are CV syllables, despite apparent violations at the phonetic level in EP. It is worth to note, as a consequence of the statements made above, that what is traditionally considered as a 'hiatus' (two adjacent vowels as, for instance, in *boa* [bóɐ] 'good (fem.)') is in fact a sequence of two vowels separated by an empty onset at the base level.

We consider that our approach, involving rules of syllabification that apply in an ordered fashion, is better than other approaches so far developed for syllable with respect to Portuguese. It is clearly empirically adequate as it accounts for the oral and nasal falling diphthongs and the

consonant clusters in European Portuguese. Moreover, it is in accordance with our proposal of floating codas.

(Recebido em 15/01/97. Aprovado em 05/03/97)

References

ANDRADE, E. d' (1977) *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais.* Lisbon. INIC.

_____ & A. KIHM (1986) Fonologia Auto-Segmental e Nasais em Português. *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística.* Lisbon (1987).

_____& B. LAKS (1991) Na crista da onda: o acento de palavra em Português. *Actas do 7º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística.* Lisbon (1992): 15-26.

_____& M.C. VIANA (1993a) Sinérese, diérese e estrutura silábica. *Actas do 9º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística.* Coimbra (1994): 31-42.

_____& M.C. VIANA (1993b) *As sobras da translineação.* EPLP. Lisbon: Fondation C Gulbenkian: 209-14.

BARBOSA, J. Morais (1965) *Études de phonologie portugaise.* Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar (2nd ed., Universidade de Évora, 1983).

BASBØLL, H. (1988) Phonological Theory. In: F. Newmeyer (ed.) Vol. 1: 192-215.

BLEVINS, J. (1995) The Syllable in Phonological Theory. In: J. Goldsmith (ed.): 206-44.

BISOL, L. (1989) O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.* (São Paulo, Brasil), Vol. 5, nº 2: 185-224.

_____ (1994) Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.* (São Paulo, Brasil), Vol. 10, nº 2: 123-40.

DELGADO-MARTINS, M. R. (1994) Relação Fonética/Fonologia: A propósito do sistema vocálico do Português. *Actas do Congresso Internacional sobre o Português. Vol. I: 311-25.* Lisbon (1996).

GOLDSMITH, J. (1990) *Autosegmental and Metrical Phonology.* Oxford: Basil Blackwell.

_____ (ed.) (1995) *The Handbook of Phonological Theory.* Cambridge, Mass.: Basil Blackwell.

HARRIS, J.W. (1983) *Syllable Structure and Stress in Spanish.* Cambridge, Mass.: The MIT Press.

MATEUS, M.H.M. (1975) *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisbon: Centro de Estudos Filológicos (2nd ed. reviewed, Lisbon: INIC, Textos de Lingüística, 6, 1982).

_____ (1993) Onset of Portuguese Syllables and Rising Diphthongs. *Proceedings of the Workshop on Phonology*. Coimbra.

_____ (1994) A silabificação de Base em Português. *Actas do 10º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Évora (1995): 289-300.

Mc CARTHY, J. & A. PRINCE (1995) Prosodic Morphology. In: J.GOLDSMITH (ed.): 318-66.

MORS, Ch. De (1985) Empty V-Nodes and their role in the Klamath Vowel Alternations. In: H. Van der HULST & N. SMITH (eds.) *Advances in Nonlinear Phonology*. Dordrecht: Foris.

NEWMEYER, F. (ed.) (1988) *Linguistics: the Cambridge Survey*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press.

RUBACH J. & G. BOOIJ (1990) Edge of constituent effects in Polish. *Natural Language and Linguistic Theory* **8**, nº **3**: 427-63.

RUBACH, J. (1995) Representations and the Organization of Rules in Slavic Phonology. In: J. GOLDSMITH (ed.): 848-66.

SELKIRK, E. (1984) On the major class features and syllable theory. In: M. ARONOFF & R. OEHRLE (eds.) *Language Sound Structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

VIGÁRIO, M. & I. FALÉ (1993) A sílaba do Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica. *Actas do 9º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Coimbra (1994): 465-78.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (33-57)

A TEORIA E A PRÁTICA: A QUESTÃO DA DIFERENÇA NO DISCURSO SOBRE E DA SALA DE AULA*

(Theory an Practice: the Issue of the Difference in the Discourse about/in the Classroom)

Maria José R. F. CORACINI (*Universidade Estadual de Campinas*)

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to question the relationship between theory and practice or basic and applied research in the domain of Applied Linguistics and classroom discourse. In order to achieve our aim, some theoretical texts, some recorded and transcribed classes as well as some teachers' and students' opinions about reading and writing were analysed. Results have shown that 1) practice is not the direct application of theoretical data: the relationship between them is not as simple as some applied linguists seem to believe because of the action of the unconscious in the constitution of subjectivity; 2) the conceptualization of the theoretical issues takes place in a confused and disorderly manner mixed up with personal experiences and previous knowledge (practice). We intend to question the fact that practice comes as secondary to theory.

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é questionar a relação entre teoria e prática ou pesquisa básica e pesquisa aplicada no âmbito da Lingüística Aplicada e do discurso de sala de aula. Para isso, foram analisados textos teóricos, aulas gravadas e transcritas, bem como opiniões de professores e alunos sobre leitura e escrita. Os resultados mostraram que: 1) a prática não é a aplicação direta de dados teóricos: a relação com a teoria não é tão simples quanto alguns lingüistas aplicados parecem acreditar devido à ação do inconsciente na constituição do sujeito; 2) a conceitualização dos dados teóricos se dá confusa e desordenadamente atravessada por experiências e conhecimentos pessoais de toda ordem (prática). Pretende-se ainda problematizar o caráter secundário da prática ou da aplicação diante da teoria.

Key Words: Applied Linguistics; Classroom Discourse; Theory-Practice.

*Este artigo faz parte do projeto Integrado CNPq, sob minha coordenação, "Da Torre de Marfim à Torre de Babel: uma análise discursiva do ensino-aprendizagem da linguagem escrita (LM e LE)".

BEST COPY AVAILABLE

Palavras-Chave: Lingüística Aplicada; Discurso da Sala de Aula; Teoria-Prática.

0. Introdução

Este artigo tem por objetivo problematizar as relações entre teoria e prática em dois momentos complementares: o primeiro, no âmbito da Lingüística Aplicada e sua relação com os professores; e o segundo, no âmbito da escola na relação entre a apropriação dos conhecimentos e a prática de sala de aula. Para isso, foram estudados artigos e livros de autoria de lingüistas aplicados do Brasil e do exterior, além de aulas de leitura e escrita, em língua materna e estrangeira, gravadas em áudio, no 1° e 2° graus da rede estadual de São Paulo e Campinas.

Partimos do pressuposto segundo o qual, na cultura ocidental em que nos inserimos – pesquisadores e pesquisados –, o diferente gera conflitos, as contradições são sinais de incoerência e, como tal, são objeto de repúdio. Por isso, é preciso afastar, abafar, apagar da nossa consciência esses momentos que são freqüentemente vistos e analisados negativamente como deslizes, lapsos, manifestações do não controle da situação, de si e dos outros. São exatamente esses momentos que interessam à pesquisa que vimos realizando, a partir da observação do dizer dos sujeitos (professores, alunos, pesquisadores) sobre leitura e escrita, dando a impressão de que predomina nuns e noutros a ilusão da coerência de suas crenças, a ilusão da unicidade e da univocidade do dizer e do fazer. Dessa ilusão, oriunda de um desejo recalcado e eternamente adiado, provém a concepção de teoria que ainda vigora, ao menos parcialmente, no meio científico-acadêmico.

1. Teoria e prática na Lingüística Aplicada

Primeiramente, é preciso considerar o aspecto mítico que desempenha a teoria com relação à prática. Quero dizer com isso que a teoria tem assumido, no meio acadêmico, o status de verdadeira ciência e, como tal, tem primazia com relação a toda e qualquer prática. Acredita-se, aliás, que é ela que tem determinado as mudanças da prática, vista, então, como aplicação da teoria. Paralelamente, existe uma outra maneira de considerar tal relação: a prática como inspiradora da teoria, "*como criadora em relação a uma forma futura de teoria*", como afirma Deleuze (in Foucault 1979:69) (voltaremos a essa perspectiva

mais adiante). Em qualquer caso, as relações entre teoria e prática são vistas como um processo de totalização, desconsiderando por completo o caráter fragmentário e parcial dessas relações (p. 69).

Nos estudos da ciência lingüística, a oposição teoria vs prática se confunde com a oposição pesquisa básica vs pesquisa aplicada, a primeira superior à segunda por lhe ser imputado caráter científico, e, portanto, neutro e objetivo. De tal maneira que há quem acredite que um lingüista (cientista) tem o dever de dizer como as coisas são e não como devem ser, ou seja, tem o dever de descrever o objeto de estudo. Dizer como as coisas devem ser ficaria a cargo dos sonhadores, como os poetas, ou dos profissionais mediadores, como os políticos, filósofos da moral (cf. Rajagopalan,1996), e, acrescentaria eu, como os lingüistas aplicados. Defende tal postura, dentre outros, Widdowson (1994, 1995), em oposição a outros grupos, como aquele encabeçado por Fairclough (em Lancaster), denominado *Critical Language Awareness* que, como sintetiza tão bem Rajagopalan, insiste no valor do trabalho científico com repercussões imediatas no dia-a-dia da sociedade, provocando nela, através dos estudos lingüísticos "críticos" (cuja tarefa é desvendar a ideologia dos textos), verdadeiras mudanças sociais.

Essa polêmica constitui um excelente exemplo da dicotomia que ainda permanece no meio científico moderno e mostra como tanto uns quanto outros posicionam a lingüística (assim como toda e qualquer ciência) à margem das implicações ideológicas, enfim, de toda e qualquer interferência dos sujeitos, com seus valores e crenças. Afinal, apenas os analistas do discurso, ou o lingüista aplicado, respaldados em pesquisas e teorias de mérito reconhecido, seriam capazes de mostrar aos demais (professores e estes, aos alunos) a ideologia que a linguagem encobre (cf. Coracini, 1995a; Fairclough, 1991; Altman, 1981).

É importante lembrar que, em nome dessa mesma oposição – teoria vs. prática ou pesquisa básica vs. pesquisa aplicada – a Lingüística Aplicada tem sido vista como a aplicação de teorias lingüísticas desenvolvidas por eminentes lingüistas que, a partir das análises e descrições, fornecem matéria-prima para pedagogos, lingüistas aplicados, professores, a quem, afinal, é atribuída tarefa secundária e, portanto, de menor prestígio. A denominação, aliás, de lingüística aplicada parece carregar esse estigma e não é à toa que, noutros países como na França, se preferiu o termo *didactique des langues* para

denominar o campo do ensino-aprendizagem de línguas; mas tal denominação deixa, evidentemente, de lado outras facetas do que chamamos Lingüística Aplicada. É ainda em nome dessa mesma dicotomia que se tem presenciado, no meio acadêmico, um certa crítica ao caráter reducionista da aplicação de uma teoria lingüística à sala de aula ou até mesmo à tradução. Fica evidente que a relação entre Lingüística "pura" e Lingüística Aplicada (portanto, "impura") é uma relação de mão única: não cabe a esta, secundária, subordinada à primeira, de quem é o suplemento imperfeito, a reprodução, teorizar e influir sobre aquela, o que deixa, evidentemente, emergir uma certa tendência ideológica.

Entretanto, mais recentemente, outro caráter tem sido atribuído à Lingüística Aplicada, desta vez, desejosa de se constituir enquanto ciência autônoma. Com as preocupações centrais de teorizar sobre a prática das interações através da linguagem, criando subsídios para o trabalho aplicado (cf. Cavalcanti e Moita Lopes, 1990), a Lingüística Aplicada, no âmbito do ensino-aprendizagem de línguas (materna e estrangeira), e preocupada com a formação de professores, vem se propondo, a partir de problemas práticos, isto é, encontrados no dia-a-dia da sala de aula, construir metodologias de pesquisa capazes de levar à solução desses mesmos problemas.

Tal postura metodológica garante o caráter circular e solucionista da Lingüística Aplicada: a partir da observação da realidade da sala de aula, o pesquisador procede à sua teorização para, em seguida, retornar à sala de aula numa atitude propedêutica. Assim procedendo, abranda, de certa maneira, a dicotomia teoria-prática, ou melhor dizendo, procede como se a passagem da teoria à prática se desse natural e diretamente, sem interferências de qualquer ordem. Nessa perspectiva, caberia, conseqüentemente, ao lingüista aplicado ensinar aos professores como devem proceder na prática de sala de aula a partir dos ensinamentos teóricos por ele ministrados, através de livros e/ou de cursos de formação (também chamados de reciclagem, treinamento etc.) e, assim, provocar as mudanças que seus representantes julgam necessárias ao seu aperfeiçoamento. Schiffler (1984) torna explícito tal desejo:

> *Tout ouvrage scientifique s'adressant à des enseignants a le devoir, parallèlement à l'exposé des théories indispensables,*

> *de dire concrètement à l'enseignant ce qu'il peut modifier demain dans sa classe.* (p.10)

O mesmo autor, acreditando que toda mudança pedagógica corresponde necessariamente à assimilação de uma dada teoria, ou seja, que aprender uma teoria implica em mudar a prática, os hábitos, as atitudes, a metodologia, confere à prática o lugar de subserviência com relação à primeira. É o que se pode depreender da seguinte afirmação:

> *Puisque tout acte pédagogique s'appuie sur une théorie, même lorsque "l'acteur" n'en est pas conscient, toute modification de comportement ou toute conduite visant à un acte pédagogique correct et réfléchi doit commencer par s'assimiler la théorie* (Schiffler, 1984:5)

O desejo de transformar a prática parece estar no cerne de numerosas pesquisas aplicadas, o que se evidencia fortemente, desde a década de 70 (na Europa), em artigos e trabalhos cuja maior preocupação é (era) dizer ao professor de línguas como ele deve(ria) se comportar e/ou que conteúdos e atividades ele deve(ria) desenvolver para cumprir sua função de professor-orientador numa metodologia centrada no aluno, tendência que ainda prevalece na década de 90 e que, aliás, como mencionamos no início deste artigo, tem sido defendida por um certo grupo de estudiosos da linguagem.

Dentre as várias publicações dos anos 80, leia-se Altman (1981) que acredita ser da alçada do lingüista aplicado responder às seguintes perguntas:

Qual(ais) é(são) o(s) método(s) que funciona(m) melhor com tipos específicos de aprendizes em situações específicas? Como poderia melhor responder às necessidades individuais? Que fatores influenciam o ensino de línguas? Que habilidades e competências deveriam possuir os professores de línguas? Como podem essas habilidades e competências ser acionadas nos candidatos a professores?" (p.3; trad. minha)

Mais adiante, no referido artigo, o autor elenca as 85 características do "bom professor", propostas pelo *Threshold Level*, e critica o fato de não terem sido levadas em conta as reais condições de trabalho (classes numerosas) e as necessidades dos professores que, como os alunos, são

indivíduos, com limitações e problemas de formação. Em seguida, afirma que a inovação no ensino de segunda língua só acontecerá onde:

a) os professores estiverem preparados filosoficamente para a inovação;
b) os professores forem treinados antecipadamente para a mudança;
c) os materiais estiverem disponíveis, claros e em bom estado;
d) houver infraestrutura pedagógica suficiente para a inovação do curso. (cf. Altman, 1981: 15)

Atente-se para a ênfase que é dada à preparação teórica (filosófica) e ao "treinamento" antecipado do professor (virtual, ideal) que, acredita-se, deseja *conscientemente* a "mudança", a transformação (aquela que lhe é apontada por especialistas), o que vem reforçar ainda mais a hipótese inicial de uma relação simplista e simplória entre teoria e prática, entre preparação pedagógica ("treinamento", com conotação altamente tecnicista) e "inovação" da prática (cf. b acima: *treinar para a mudança*). Como já foi mencionado, em nenhum momento, nesses textos, considera-se a presença do sujeito – professor e alunos – que, marcado por sua historicidade e clivado pelo inconsciente, se vê, constantemente, diante da impossibilidade do controle e da inovação, entendendo-se inovação como mudança radical, dirigida para um fim por aquele(s) que se encontra(m) na posição de autoridade, em virtude de seu reconhecido saber.

Acrescentando um exemplo a esse argumento, lembramos que, mais recentemente, trabalhos e teses têm sido redigidos no sentido de verificar em que medida se dá a transformação da prática do professor a partir de cursos de atualização que se propõem a refletir sobre a metodologia. Tais pesquisas partem do pressuposto de que a transformação deve acontecer aproximando a prática da teoria, ou melhor dizendo, transformando a teoria em prática. Dentre esses trabalhos, destaque-se Abrahão (1996), tese de doutorado recentemente defendida, cujo título já declara o desejo de renovação que estaria na base da pesquisa realizada: *Conflitos e contradições do professor de língua inglesa na* ***renovação*** *de sua prática de sala de aula*. No capítulo V, referente às conclusões, a autora declara:

> *Apesar de a professora ter procurado a universidade em busca de novos caminhos para sua prática que, segundo afirmara, estava lhe trazendo muita frustração devido aos resultados insatisfatórios obtidos, apesar de ter demonstrado*

> *empenho e interesse ao participar do projeto, apesar de ter manifestado ser seu desejo construir uma prática de acordo com a abordagem comunicativa, talvez tenham faltado a esta professora dois componentes básicos essenciais para atingir a renovação almejada: uma reflexão mais profunda em nível de abordagem e uma maior competência aplicada que, como já foi salientado, mostrou-se restrita.* (p.306)

É interessante notar que a expectativa da autora era realmente de que a professora, depois de dois anos de encontros e discussões sobre a abordagem comunicativa tivesse "renovado" sua prática, na exata medida do que lhe fora transmitido. Atente-se para o adjetivo *novos* e para os substantivos *renovação* ao lado de *frustração*, *resultados insatisfatórios* e *empenho*, *interesse*, *desejo* [de] *construir uma prática de acordo com a abordagem comunicativa*, vocábulos que vêm confirmar o desejo de renovação da parte da pesquisadora. Tal expectativa, oposta ao que realmente aconteceu, manifesta-se no uso repetido do operador argumentativo *apesar de*, que, como as demais concessivas, traz um enunciado (ou a voz do desejo) que conduz a uma conclusão oposta àquela enunciada (cf. Ducrot, 1980): assim, se a professora procurou a universidade em busca de novos caminhos para sua prática, se demonstrou empenho e interesse ao participar do projeto, se manifestou ser seu desejo construir uma prática de acordo com a abordagem comunicativa, então, segundo a autora, seria de se esperar que tivesse ocorrido a *renovação almejada*; entretanto, não foi o que aconteceu. O resultado inesperado leva a autora a buscar as razões: possivelmente, a falta de *uma reflexão mais profunda em nível de abordagem e uma maior competência aplicada* (cf. citação acima) ou ainda:

> *[a] sua formação audiolingual na universidade, que prioriza o "treinamento" do licenciando em técnicas de sala de aula, ou melhor me expressando, em "receitas prontas de como proceder", ou talvez pelo fato de encontrar-se em pleno processo de transição limitou-se ao nível descritivo de procedimentos, não trazendo reflexão com relação às concepções teóricas que sustentam tais procedimentos.* (Abrahão, 1996: 306-7)

A falta de preparo advinda dos cursos universitários ou, talvez, a falta de uma reflexão mais profunda em termos de abordagem, bem como de uma maior competência aplicada ou, ainda, a fase de *transição* em que se encontrava a professora, sujeito da pesquisa, são as razões apontadas pela pesquisadora, todas elas, com exceção da última, apoiadas na necessidade de um maior aprofundamento teórico. Noutras pesquisas, como Moraes (1990:69) têm sido apontados como provável razão os cursos de formação para professores, freqüentemente estruturalistas e prescritivos. Isso acontece justamente porque se trata, em Abrahão (1996), de verificar até que ponto as reflexões teóricas, que a própria pesquisadora havia proporcionado à professora ao longo de dois anos, foram capazes de transformar sua prática pedagógica. Em qualquer caso, a justificativa para a não transformação se encontra "fora" da constituição do sujeito: no contexto político escolar (cf. Clarke, 1994), nos cursos de formação (Moraes, 1990; 1992), nos cursos universitários ou na fase do processo (Abrahão, 1996). Depreende-se daí a necessidade de transformar o contexto político-escolar ou de modificar os cursos universitários e entender melhor o processo. Tal constatação, que se configura como uma falta que não permite a realização do desejo, justifica o retorno à teoria que volta a realimentar a prática e assim subseqüentemente, adiando a solução plena *ad aeternum*.

Em nenhum momento (e nem poderia ser de outra forma, em vista da concepção adotada de sujeito cartesiano), considerou-se que os resultados obtidos estariam apontando para o fato de que o sujeito não é simplesmente o que ele "quer" (conscientemente) ser, mas se constitui historicamente numa dada formação discursiva (heterogênea por natureza) que exerce papel preponderante no seu dizer e no seu fazer (ao mesmo tempo em que é por eles constituída); que, enquanto sujeitos inconscientes, não temos controle total sobre o que dizemos e fazemos, e muito menos sobre os efeitos de sentido desse dizer e fazer; que a relação teoria e prática (ação) é mais complexa, assim como a aprendizagem, do que desejariam pedagogos, lingüistas aplicados e professores que, marcados pela ânsia da totalização e da completude, buscam uma passagem direta, sem obstáculos de qualquer natureza, entre teoria e prática, uma completando a outra; que, marcados pelo desejo recalcado de completude, e pela falta que daí emana, deparamo-nos com o adiamento *ad infinitum* da solução, da totalidade e do controle. E isso porque acreditamos que o sujeito não é homogêneo, indivíduo (= indiviso, uno) consciente, centro do seu dizer, como postula a visão

idealista logocêntrica (racional) da cultura ocidental (cf. Derrida,1972), mas social, e por isso mesmo heterogêneo, atravessado pelo inconsciente, marcado pelo momento histórico-social e, portanto, pelas ideologias de seu tempo.

Gostaria, ainda, de lembrar que, na área da lingüística aplicada, de modo particular, a crença na possibilidade do controle (cf. Krashen e outros) que, por sua vez, advém da concepção de sujeito consciente e racional, somada à crença de uma interferência positiva (insumo) da parte do professor (cf. em Krashen a teoria do i+1), encontra respaldo na psicologia cognitivista que tanto influenciou e tem influenciado a abordagem comunicativa e os estudos sobre o processo de ensino-aprendizagem desde a década de oitenta. Ausubel (1978:108), um dos maiores psicólogos da cognição, afirma que:

> *Conceptual development involves a continuous series of reorganizations in which existing concepts are modified as they interact with new perceptions, ideational processes, affective states, and value systems.*

Assim, aprender de forma significativa, como afirma o eminente psicólogo, consistiria em integrar novas informações, valores, percepções, estados afetivos aos conceitos previamente adquiridos, modificando, dessa maneira, a estrutura cognitiva (conceitual) já existente (cf. Ausubel, 1978:99[1]). Ora, a ênfase na cognição, na inteligência põe em realce a noção de sujeito cartesiano, enquanto ser racional e esquece ou relega para segundo plano a natureza social e, portanto, ideológica (inconsciente) do sujeito (cf. Bahktin, 1977). Como decorrência do sujeito ideal consciente, os estudos cognitivistas vêm reforçar a perspectiva simplista das relações diretas, não problematizadas, entre teoria e prática, tão bem defendidas, como mostramos até aqui, por pesquisadores na área da Lingüística Aplicada.

Em suma, a lingüística aplicada, tanto na acepção de aplicação de teorias lingüísticas quanto de ciência autônoma, marcada pela transdisciplinaridade, trabalha com a dicotomia teoria/prática, embora de

[1] *"In learning a new concept, as much or more depends on existing properties of cognitive structure and on the general developmental status and intellectual ability of the learner as on the nature of the concept itself and the way in which it is presented." (Ausubel, 1978:99)*

modos diferentes; a primeira, de forma explícita: em posição secundária com relação aos lingüistas, os lingüistas aplicados estudam os modos de aplicação dessa mesma teoria; e a segunda, de forma camuflada: os lingüistas aplicados buscam transitar livremente de uma a outra. Em ambos os casos, o professor constitui um intermediário (por vezes, mero "aplicador") entre as reflexões teóricas dos pesquisadores e os alunos, em quem recaem as "soluções" encontradas ou as ditas inovações pedagógicas. Veremos, a seguir, alguns exemplos que nos levaram a questionar e a considerar simplista essa maneira direta de encarar as relações entre teoria e prática, observando como professores de línguas se apropriam de teoria(s) e a(s) transformam em ação pedagógica.

2. A teoria e a prática na sala de aula

Observemos, a seguir, falas de professores em entrevista ou em segmentos extraídos de aulas de língua portuguesa e de língua estrangeira sobre o ato de ler (2.1) e sobre o ato de redigir (2.2), segmentos esses que nos levam a questionar a relação simplista entre teoria e prática, com base no pressuposto segundo o qual é possível partir da prática para buscar na teoria a solução e voltar à prática (no caso, à sala de aula) mediante assimilação de técnicas e propostas metodológicas prontas para solucionar os problemas. Tal assimilação (ou aprendizagem) por parte do professor é vista enquanto processo meramente (ou sobretudo) cognitivo (mental), concepção que, como já dissemos, tem por base a crença no sujeito ideal, consciente e uno.

2.1 Sobre o ato de ler

Uma professora (doravante P) inicia sua aula de francês instrumental para universitários, em que trabalha a compreensão de um texto extraído de uma revista de grande circulação, dizendo o seguinte:

S.1 - P: O trabalho em cima do texto, uma primeira abordagem do texto, tá? uma primeira leitura, uma primeira olhada no texto // Procure fazer uma antecipação do conteúdo tá? / e do que trata o texto o que que a imagem do texto / o próprio título / eventualmente palavras como // que tenham letra maiúscula / número enfim todos os dados, nomes de cidades enfim todos os dados que possam estar sendo identificados numa primeira abordagem do texto // depois nós trabalharíamos aqui apenas a primeira página e depois o trechinho que vem na página seguinte /

procurando descobrir / inferir / enfim perceber o sentido dos elementos que nessa primeira abordagem a gente não conseguiu perceber // então é realmente aquele processo do vamos ver // podemos marcar as palavras que não entendemos que foram complicadas e depois já tendo uma primeira idéia / uma primeira hipótese do que o texto está dizendo / tentar inferir / tentar descobrir o que cada palavra quer dizer // é evidente que todo texto tem uma lógica interna né? / o autor tenta nos passar uma mensagem e é essa lógica que a gente tem que descobrir tá? // a nossa experiência pessoal vai nos permitir essa compreensão e... e é esse trabalho inicialmente que a gente se propõe a fazer // então primeira coisa pra eu compreender um texto / a primeira coisa que eu tenho que fazer pra abordar o texto é tentar descobrir... de que texto se trata? / quem fez o texto? / qual é o objetivo desse texto? / nós não temos muitos dados aqui / mas podemos descobrir algumas respostas pra isso // do que se trata? / qual é o assunto do texto? [*a professora pergunta aos alunos*][2]

Convém observar que a professora da seqüência anterior (S.1), havia participado de vários cursos sobre o ensino instrumental de línguas e acreditava ter "assimilado" não só a teoria, como também a metodologia, isto é, acreditava saber pôr em prática o que aprendera na teoria. Percebem-se várias vozes na constituição do seu dizer: ensino comunicativo de línguas (*ensino centrado no aluno*), lingüística do texto (*todo texto tem uma lógica interna*) , pesquisas sobre o ato de ler (formulação de hipóteses seguida de verificação no texto, conjunto de inferências, cf. Vigner, 1979). Fala de uma *primeira abordagem / olhada no texto* (abordagem global do texto) para *fazer uma antecipação do conteúdo*; cita alguns elementos que deveriam ser observados para saber *do que trata o texto*; depois, procederiam à *verificação de cada parágrafo* (mas, verificação do quê?).

Depois de trabalhar a primeira página dessa maneira, trabalhariam a página seguinte, *procurando descobrir, inferir, enfim, perceber o sentido dos elementos que nessa primeira abordagem* não foi possível perceber. Note-se que se a primeira abordagem seria feita apenas sobre a primeira página, como seria possível *perceber o sentido dos elementos* que a primeira abordagem não permitiu? A frase seguinte evidencia a visão de P a respeito do ensino instrumental: *então é realmente aquele*

[2] Legenda: S=segmento; P=professor; 1P=primeira fala do professor; A=aluno; Axxx: vários alunos; /=pausa breve; // pausa mais longa; [inc] = incompreensível.

processo do vamos ver (atente-se para o uso inadequado, ou pelo menos deslocado, do vocábulo *processo*). A professora prossegue dizendo aos alunos que podem marcar as palavras desconhecidas *que foram complicadas* para depois *tentar descobrir o que cada palavra quer dizer*. Ora, sabemos que o ensino instrumental de línguas preconiza que se tome nota do que se é capaz de entender e não enfatiza a compreensão de cada palavra. Talvez possamos ver aí a voz da metodologia tradicional que prioriza o estudo do vocabulário.

Antes do estudo do texto propriamente dito, P lembra que o *autor tenta nos passar uma mensagem* e essa mensagem seria a lógica interna do texto, que é preciso *descobrir*; que é a nossa experiência pessoal que *vai nos permitir essa compreensão*; percebe-se aí algum vestígio – ainda que deturpado – da visão interativa de leitura (interação leitor-autor via texto) que preconiza uma certa interferência do leitor na construção do sentido. A professora não explica, entretanto, como e em que circunstâncias a experiência pessoal do leitor-aluno vai permitir atingir a mensagem do autor. P finaliza como se estivesse sintetizando (na verdade, não o faz) o que acaba de dizer: *a primeira coisa que eu tenho a fazer é tentar descobrir: de que se trata? quem fez o texto? qual é o objetivo desse texto?* Observa que *não temos muitos dados aqui, mas podemos descobrir algumas respostas pra isso*. Essa afirmação parece contraditória com relação ao que foi dito anteriormente: se o texto não traz dados para que se possa responder às perguntas a seu respeito e, portanto, a respeito das intenções do autor (mensagem, objetivo do texto), será que apenas as experiências prévias permitiriam fazê-lo?

Vale lembrar, ainda, que a concepção de leitura que P tenta resumir, explicitando a sua compreensão do que lhe foi ensinado ou do que leu, parte de uma concepção genérica de leitura que leva o aluno a acreditar que é dessa maneira que ele lê, ou que é dessa maneira que deve ler. Atente-se, pois, para o caráter prescritivo da fala de P1 que parece não se coadunar, ao menos na teoria, com a "filosofia" do ensino centrado no aluno, tão defendida pela abordagem instrumental de línguas: *procure* fazer..., a gente *tem que* descobrir, primeira coisa *pra fazer*..., que eu *tenho que* fazer... Entretanto, o uso de modais e modalizações ameniza tal atitude: uso do verbo modal *poder* (***podemos** marcar..., **possam** estar sendo identificados...*); de modalizações como o futuro do pretérito (*nós trabalharíamos...*) e até do pronome EU (*a primeira coisa que **eu** tenho que fazer...*). Finalmente, gostaria de deixar

claro que a aula em que se insere S.1 não segue os passos anunciados, predominando a leitura do professor e a tradução linear.

Vejamos mais um exemplo de conceitualização pelo professor, desta vez durante uma aula de português, numa 8ª série, ao responder à pergunta de uma aluna sobre o que seria *interpretação* de texto:

S.2 - 1P: Estes exercícios que nós fazemos depois de ler um texto / é interpretação de texto // agora / se o autor faz a pergunta sobre aquele texto você não sabe explicar com as suas palavras? / isso é interpretar // agora / às vezes o autor escreve de tal maneira / tá? / que a resposta não está clara / está implícita // por exemplo a ironia // então o autor pode dizer uma coisa / mas pode ser com ironia que ele queira dizer o contrário // isso vocês podem perceber se lerem muito // agora essa menina faz a pergunta e fica conversando né? / não foi você que fez a pergunta?

[*logo depois*:]

2P: Tá / o que mais eu disse? / que para você interpretar você tem que ir além do texto / às vezes ele está fazendo uma ironia / tá? / fala de ... fala por exemplo que a moça é bonita / mas implicitamente está dizendo que não é ... bonita na verdade / talvez seja interiormente / pelo texto / como o autor trabalha o texto é que é importante // agora / isto a gente consegue perceber / ser sensível a isso / se ler bastante né? / por isso a gente dá bastante leitura // então gente / tudo que a gente dá / a gente manda ler o livro difícil / manda ler diversos livros / para chegar no ponto / gente / não pode pensar "aquela coisa chatinha que a professora está obrigando a fazer" // como eu ainda tenho que dar colocação pronominal / um monte de coisa que vão cair nos vestibulinhos / vamos rapidinho nessa matéria que eu não quero demorar muito... nessa parte

Em S.2, P parece fazer a diferença entre compreender (responder "literalmente") e interpretar ("responder com as próprias palavras"). Mesmo aqueles que admitem que interpretar é "fugir do texto", é "dar sua opinião", entendem por compreensão essa "fidelidade" ao texto ou ao autor (o que o autor quis dizer). Essa mesma visão de *interpretação* (interpretar é saber explicar com suas próprias palavras o que o autor quis dizer; é ir além do texto) é assumida pelos alunos que afirmam que interpretar é responder ao questionário do livro didático sobre o texto; é

dizer com as próprias palavras o que o texto coloca, mesmo se, na hora da aula, o(a) professor(a) não aceita como corretas senão as respostas que reproduzem segmentos *ipsis litteris* do texto. Tais falas apontam para a maioria dos manuais didáticos que fazem essa distinção ou ainda para textos teóricos de lingüistas aplicados ou pedagogos que fazem a diferença entre compreender e interpretar, dois níveis de leitura, mais ou menos reproduzidos em cursos de atualização. Note-se que a leitura do texto (em voz alta e segmentada, na maioria das vezes) precede as perguntas de compreensão (que seguem a linearidade do texto, de modo que basta reconhecer a resposta no texto), e estas, por sua vez, precedem a interpretação, que se constitui de perguntas que solicitam a opinião ou a relação do texto com a vida do aluno ou com a realidade exterior ao texto. Raramente, o professor realiza essa etapa, já que não pode se demorar (perder tempo), porque ainda tem que dar colocação pronominal, "*um monte de coisas que vão cair no vestibular*". Percebem-se, nesta fala como nas outras, vozes dissonantes (heteroglossia no dizer de Bakhtin, 1977) que interferem na prática da leitura em sala de aula e a caracterizam como constitutivamente heterogênea.

Observe-se, ainda, como uma professora de inglês elabora a sua concepção de leitura, numa entrevista informal:

S.3 - P3: Pra mim... ler é decodificar letras... e a partir dessa decodificação... tomar conhecimento de um mundo diferente do que já conhecia ... né? / uma boa leitura ... é quando realmente a pessoa se intera com o que está escrito e ... nessa interação tem que haver assim algo de bom pra se aprender alguma coisa ... porque ler só por ler num leva a nada ... né? / e a leitura ela é trabalhada ... a partir de um texto...claro ... então esse aluno tem que ter o texto né? / o professor / no caso eu / unh ... leio o texto ... vocabulário ... eu acho assim / a leitura ... fica muito vazio ... né? / ele tem que conhecer o que ele está lendo / e a repetição oral é muito importante ... o professor sempre ele é um mediador ... né? / acho que não existe assim / a não ser quando o aluno é autodidata / ele vai pegar o livro ... vai trabalhá em casa .../ mas eu acho que isso não vem muito ao caso não .../ então o professor é muito importante / que é através da relação aluno-professor que o aluno vai ficá assim mais... consciente do que é uma leitura... né?... vai aprender mais

Atente-se para o fato de que, em lugar de uma assimilação e, portanto, de uma reestruturação que tenderia a reorganizar de maneira homogênea as estruturas prévias no que diz respeito à teoria da leitura, nota-se a presença de várias vozes, acoplando-se umas às outras, sem que nenhuma, aparentemente, desapareça. A mudança de concepção se dá pela justaposição de vozes que provêm, provavelmente, dos conhecimentos adquiridos pelo professor ao longo de sua formação profissional – prática de ensino, cursos de atualização, propostas curriculares, livros didáticos –, misturados com suas experiências profissionais e demais experiências sociais, suas crenças no que diz respeito ao ensino da língua estrangeira, e, mais particularmente, ao ensino da leitura.

De um lado, leitura enquanto decodificação de letras, do outro, conhecimento de um mundo diferente (interação com o mundo), interação do leitor com o que está escrito (no sentido de "inteirar-se"). Vale observar que a metodologia utilizada, no dizer da professora, segue os passos de uma aula "normal", isto é, dentro dos padrões habituais, tradicionais: leitura em voz alta, estudo do vocabulário para "conhecer o que está lendo", repetição. O professor, no dizer da informante, é um mediador, pois é na relação com ele que o aluno ganha consciência do que seja leitura. Percebem-se aí, de um lado, vestígios do método tradicional – gramática, vocabulário, tradução –, do método áudio-lingual (ou até mesmo áudio-visual) em que se faz presente uma certa visão de estruturalismo lingüístico – repetição oral; de outro lado, vestígios da abordagem comunicativa: professor enquanto mediador, consciência do ato de ler, interação leitor-texto. Tudo isso, talvez, na ilusão (inconsciente, com certeza) de que é possível abranger o ato de ler na sua totalidade, acumulando-se aspectos das várias abordagens apreendidas teoricamente cá e lá. Vale ressaltar que, na prática de sala de aula de P3, predomina a visão estruturalista e/ou tradicional, como mostram gravações do nosso corpus.

Tomemos, finalmente S.4, segmento extraído de uma aula da disciplina leitura intensiva em inglês numa universidade da capital paulista (curso de Letras), no momento em que P comenta com os alunos o texto de Leech & Svartvik sobre a Gramática Comunicativa do Inglês (*A Communicative Grammar in English*), tecendo considerações sobre o ato de ler e a escrita que denunciam as concepções por ela aprendidas em curso de mestrado e o modo como tenta relacionar teoria e prática:

S.4 - P: Ok / there are two points of view here about grammar ok? / if you follow this book you follow the structuralism and if you follow this one you follow the communicative approach // So as there are two points of view here / you have two points of view here about something // The point of view of the author is expressed by this work // So when we write / when we read a text / any text / any means of communication / we have to think about the author // or the writer and about (...) so in any ah! written text there are three implications: the writer / the text itself / and the reader // when the text is ready / it separates from the author / it doesn't belong to the writer any more / it's something alive // Anybody can touch it / can read it / can talk about it ah! (...) let's find (...) ah! so the author when he writes (...) he tries to communicate something / his ideas / his point of view ok? / and he has an ideal reader in his mind / so he interacts with this ideal reader // We / when we read we have to interact with this ideal reader also // The reader that the writer supposes is going to read the text // So when we read / we have to think about these things // When they talk about practical issues (...) the way the writer thinks, we try to reach the author's believes / the author'point of view / ok? / understand it?

Axxx [inc.]

P: So / we can't see the writer / we don't know the writer / but we can see a (...) of the inner world of the writer through his sentences // That's why I gave you the letter / because when you write you're trying to communicate something of your inner world / so let's try to know somethint about the author / (...) says: try to reach the author / what does he think? / how is he or how is she? / what kind of people write this kind of letter? / What's behind the text?

Percebem-se, no segmento em questão, ao lado de um "parti pris" com relação à abordagem comunicativa, descartando visivelmente o ponto de vista estruturalista também tratado pelo texto em discussão, fortes vestígios da visão interacionista de leitura e da escrita (cf. Coracini, 1996: a respeito): *quando se lê, quando se escreve um texto qualquer devemos pensar no autor* (interação texto-leitor ou leitor-autor via texto) que tem sempre suas intenções ao escrever. Ao leitor cabe apreender essas intenções ("o que o autor pensa", suas "crenças", seus "pontos de vista"), o que leva inevitavelmente à busca de um sentido único para o texto: o sentido que o autor quis lhe dar. Não podemos ver o autor, segundo P5, mas as marcas do seu mundo, do que ele pensa,

permanecem nas frases, nas palavras; cabe, mais uma vez, ao "bom" leitor apreendê-las e, assim, chegar a conhecer o que o autor tinha em mente ao escrever o seu texto (novamente a linguagem é vista como transparente). Tal visão tem sua origem na retórica de Platão e na teoria da argumentação de Perelman e, em seguida, de Ducrot. Essa concepção argumentativa da linguagem, cujo objetivo é convencer o outro (ouvinte ou leitor) do que o autor está enunciando, aliou-se, como sabemos, à concepção interacionista de leitura. A professora, no entanto, parece extrapolar essa concepção, trazendo-lhe modificações, ao afirmar que o leitor deve interagir também com o leitor idealizado pelo autor: *nós, quando lemos, temos que interagir com esse leitor ideal também /.../ Então quando pensamos em leitura não é apenas nós e o autor, temos o autor, um leitor ideal, nós, os leitores, e o texto...* Como se não bastasse interagir com o autor (ausente, mas presente nas palavras do texto), o bom leitor (*nós, os leitores*) deve também interagir com o leitor virtual (ou *ideal*) imaginado pelo autor.

Convém notar, ainda, que, em S.4, justamente devido à inserção de uma perspectiva teórica sobre a leitura e à sua interpretação por parte de P, tem-se a impressão de que P acredita, de maneira simplista, como já dissemos, que teorizar sobre a leitura leva necessariamente a uma determinada mudança de atitude por parte dos alunos com relação ao próprio ato de ler. Se assim não fosse, por que seriam dadas tais explicações aos alunos que, embora no 3° grau, encontram-se numa aula de "prática" de leitura? Ao lado do desejo de interferir numa dada direção, talvez possamos perceber nesse segmento a valorização da teoria por parte de P que, por sua vez, também se sente valorizado por conhecer algo sobre o ato de ler (privilégio dos intelectuais!), bem como o desejo de transferir para a prática o que aprendeu na teoria. Novamente, a crença na assimilação total (perfeita) da teoria e na sua passagem direta para a prática.

2.2 Sobre a escrita

Observemos, a fala de P em S.5 sobre a redação em aula de língua portuguesa (8ª série):

S.5 - P: Gente / tem alguns problemas que aparecem nas redações que retratam o quanto vocês não prestam atenção muitas vezes quando a gente fala de gramática ... né? / Paulo / por exemplo / a Vanessa... a

Vanessa está aí? / "às vezes muitas crianças vão para a escola só para comer" / "às vezes vão só para comer" ela não coloca crase por exemplo em às vezes / quer dizer / este ano *nós já estudamos crase* / né? aquele estudo não foi em vão / não foi só para enfrentar as aulas / *é para melhorar a redação de vocês* / então eu gostaria que quando vocês fazem redação / vocês lembrem das regrinhas / daquilo que nós estamos comentando / para não fazer *aquele erro* porque quando aparece um erro... depois que a matéria foi trabalhada aí *realmente a redação já perde o valor* / não é como quando o aluno entra na 5a. série e ainda *não tem culpa* de ter errado aquilo né? / vocês já estão *aprendendo regras gramaticais / regras de acentuação / de crase / tudo* // bom / uma coisa que eu queria comentar é o seguinte // em uma frase como "o Brasil é assim por causa dos políticos e das pessoas ignorantes que existem" / a aluna pode começar uma redação dizendo "o Brasil é assim por causa dos políticos corruptos e das pessoas ignorantes que existem"? Não /.../ (*grifos meus*)

A forma – pontuação, acentuação, regras gramaticais, enfim, a gramática – são os "probleminhas" mais apontados por P em S.5 e pela maioria dos professores participantes de nossa pesquisa, no que diz respeito à redação: sem a correção gramatical, ela "perde o valor". Subjaz a concepção de linguagem enquanto expressão do pensamento: como apenas a linguagem enquanto produto transparente pode sofrer interferências externas, reconheceu-se, na Antigüidade, a necessidade de interferir na forma de expressão como única maneira de interferir no pensamento. Talvez daí provenha a tendência quase que exclusiva à correção dos elementos formais (grafia, pontuação, concordância, regência etc.) na prática escolar da redação. Esta deve, então, constituir um ato consciente, assim como o erro que deve ser evitado. Do ponto de vista da concepção de aprendizagem, parece que subjaz a essas práticas a concepção cognitivista que acredita na tomada de consciência (sujeito controlador, consciente), já que ensinar significa tornar conscientes as regras, os conteúdos e, como decorrência, os próprios erros. É interessante observar o uso do vocabulário para se referir à aula de redação: *enfrentar* (as aulas), como a um inimigo; *culpa* de ter errado, como se o erro fosse vergonhoso, pecaminoso; a redação *perde o valor*, como se o seu valor estivesse apenas na correção gramatical. As palavras e expressões negritadas denunciam uma certa ideologia. Não queremos com isso dicotomizar forma e conteúdo, como parece acontecer quando se privilegia a forma sem discutir os efeitos de sentido, mas

problematizar as concepções da transparência da linguagem e de sujeito cartesiano determinantes nas relações entre teoria e prática.

Observe-se que a primeira parte da fala de P, no último segmento, parece entrar em conflito com a pergunta feita no final, chamando a atenção dos alunos para o uso inadequado do anafórico "assim" no início de um texto. Percebe-se aí a preocupação com a organização do texto, ou melhor, com a coesão textual. Cabe ressaltar, porém, que essa preocupação com o texto toma uma pequeníssima parte da aula e que, ainda assim, não escapa ao mito da forma, desta vez não da frase, mas do texto, fazendo emergir, ao mesmo tempo, a voz, ainda que à distância, da lingüística textual.

O segmento 6, a seguir, apresenta opiniões de alunos em entrevista informal sobre a atividade de redação e denuncia o mesmo tipo de conflito que é possível perceber na fala dos professores. Trata-se de alunos de 1° e 2° graus opinando sobre os aspectos que consideram mais importantes na avaliação de uma redação:

S.6 - A1: O aspecto mais importante ao se corrigir uma redação é verificar a ortografia, o vocabulário e o tema principal desta.

A2: ... é avaliar em princípio a caligrafia, logo após o emprego das palavras, vendo se estão corretamente escritas.

A3: ... além de ver os erros que os alunos cometem é ver também se ele fez parágrafo e não passou da margem.

A4: O mais importante dentro da aula de redação é trabalhar o senso crítico e criativo de cada aluno. Ao corrigir uma redação, os aspectos de fundamental importância são a pontuação correta, porque, se não for pontuada corretamente uma redação, as frases perdem o sentido, a criatividade, e a letra é importante, porque quem está lendo não precisa decifrar o que está escrito.

A5: Entender a idéia e a mensagem que a pessoa pretendeu passar sem modificá-las e apenas corrigir seus erros de regras e concordâncias para a evolução da escrita, para uma boa redação.

Não fica difícil perceber, nessas opiniões, falas e práticas do professor *(quem está lendo não precisa decifrar o que está escrito; o senso crítico e criativo; ver também se eles fazem parágrafo e não passam da margem...)*. Observe-se como parecem contraditórias as respostas de A4 e A5: ao lado do senso crítico (que, em geral, não se sabe

bem o que é) e da criatividade (seria originalidade?), que devem ser desenvolvidos na aula de redação, os alunos apontam, como o mais importante para a correção, os aspectos formais – pontuação, concordância, enfim, regras gramaticais e a letra. A5 considera importante que o professor não modifique as idéias do aluno, antes, procure compreendê-las. Todas essas opiniões remetem para a aula de redação mais comum nas escolas públicas por nós analisadas: corrigem-se apenas os erros gramaticais, enfatiza-se a necessidade da letra legível, de uma pontuação correta ou modifica-se o texto do aluno em nome da correção formal e tradicional. Aliás, são também os aspectos formais os que mais são enfatizados na aula de leitura: pronúncia, gramática... (cf. Coracini, 1995b). A discussão do tema, se ela é feita na aula de redação é para orientar o aluno (que aliás, em geral, gosta que isso seja feito) e o resultado é a homogeneização das redações que "saem" todas semelhantes umas às outras, apagando a heterogeneidade que constitui todo o dizer.

As falas aqui apresentadas constituem apenas alguns dos muitos exemplos que constituem nosso corpus. Nelas, percebem-se ecos, talvez deformados, de vozes, por vezes dissonantes, confusas provenientes não apenas de diferentes estudos sobre o ensino de línguas e sobre a metodologia, incluindo-se as vozes que constituem o livro didático, como também das experiências cotidianas de sala de aula, de modo que parece impossível relacionar teoria e prática de forma dicotômica ou totalizante.

3. Conclusão

Vale ressaltar, para finalizar, que a situação de subserviência ou secundaridade da LA com relação à chamada pesquisa básica ou teórica, que abordamos ligeiramente no início deste artigo, corresponde aproximadamente à mesma relação entre LA e professores: a estes parece caber a tarefa de "aplicar", ou seja, colocar em prática, na sala de aula a metodologia que os lingüistas aplicados defendem, a partir de pesquisas, muitas vezes empíricas, é bem verdade, mas sempre em condições que nunca ou raramente correspondem às reais situações de sala de aula, tão diversificadas quanto forem os países, as regiões, os grupos. Ainda que defendamos a existência de regularidades que fazem da sala de aula uma formação discursiva onde se manifestam relações de poder, é também em nome do conceito mesmo de formação discursiva que se defende a diversidade, o diferente, a presença constante da resistência (cf. Foucault,

1979). Dizer o que se deve fazer é, no mínimo, fazer *tabula rasa* das diferenças; é acreditar que a verdade se encontra em alguém ou em algum lugar e que é preciso lutar para atingi-la (ideal culturalmente perseguido), tentando pôr em prática o que nos é ensinado. Se é difícil, ou talvez impossível, escapar a essa tendência teleológica, é, no entanto, possível buscar questioná-la para minimizar seus efeitos castradores e avassaladores.

Por outro lado, podemos concluir que, à revelia do consciente, os segmentos aqui apresentados apontam para a complexidade da relação teoria-prática, mas não uma complexidade meramente cognitiva. Para entendermos melhor o que isso significa, é preciso lembrar que toda teoria, enquanto abstração, é também interpretação e que toda "prática" já é por si só interpretação. Ora, interpretar é um ato que não se encontra sob o controle total (consciente) do interpretante, mas depende da sua historicidade, dos valores, crenças (socialmente partilhadas), experiências de toda sorte (afetivas, sociais, intelectuais); enfim, é a vida do sujeito-interpretante que determina a sua maneira de ser, de ver, de perceber, de sentir, de se relacionar e de pensar.

Não queremos com isso negar ao sujeito qualquer ação política na transformação do mundo: o movimento é constante e ininterrupto, sem dúvida alguma; as mudanças, por vezes imperceptíveis, ocorrem a cada momento e se dão graças às resistências que toda relação de poder suscita (cf. Foucault, 1979), ou ainda, tomando os termos de Bakhtin, à presença de forças centrípetas e centrífugas conflitantes, que, por seu caráter teleológico, buscam a realização de seus objetivos e, inevitavelmente, provocam deslocamentos. É preciso ter clareza, entretanto, de que os resultados não são controláveis, isto é, nunca ocorrem segundo os desejos e planos de cada um dos grupos em conflito[3] que, ilusoriamente, lutam para atingir seus objetivos.

Uma vez entendido isso, fica fácil perceber que não é possível imputar a toda aprendizagem ou reflexão teórica uma mudança radical de comportamento, na exata medida da proposta teórica ou das soluções trazidas pelos lingüistas aplicados e pedagogos. O(a) professor(a) pode

[3] Agradeço ao parecerista deste artigo por me ter lembrado possíveis efeitos de sentido que desvirtuariam o meu dizer e me ter feito, assim, buscar uma maior explicitação das minhas idéias, embora saibamos que jamais teremos a garantia do controle do sentido.

ter assimilado teoricamente os princípios de uma determinada metodologia e, na prática, proceder segundo sua experiência ou suas crenças, ainda que inconscientemente; ou ainda, e é o que parece mais normal, proceder de acordo com uma mistura de fragmentos teóricos resgatados aqui e lá (e não teorias completas e coerentes) que lhe chegam através de leituras ou de cursos de formação continuada e se modificam ao se cruzarem, inevitavelmente, entre si e com as crenças e experiências cotidianas que caracterizam sua prática. Assim, tudo leva a crer que a mistura de teorias não constitui apenas uma etapa do processo de aprendizagem como parece querer provar Abrahão (1996:306) nem ainda que uma teoria só é assimilada de fato quando encontra eco numa certa prática, específica e deliberada ou intencional, no dizer de Ausubel (1978:310), mas ocorre de maneira alinear, desordenada e incontrolada.

Além disso, se é verdade que as falas aqui analisadas levam ao questionamento da concepção de ensino/aprendizagem veiculada fortemente por pedagogos e lingüistas aplicados, e da relação entre cursos de atualização ou de formação e prática de sala de aula, na medida em que suavizam a responsabilidade dos primeiros com relação à prática, também é verdade que essas falas mostram que a questão não se coloca simplesmente na falta de informações teóricas, nem na maneira como é ministrado o curso ou como chega a informação ao professor, mas na "vida" desse professor, na sua própria história enquanto indivíduo e sujeito participante e construtor de uma formação discursiva, por sua vez, ancorada num momento histórico-social que regula as formas de expressão e de comportamento nas relações de poder que inevitavelmente abrem brechas para a resistência (cf. Foucault, 1979). É evidente que os cursos, os estágios de formação são parte da história de um professor, mas não podem ser isolados e transformados em únicos responsáveis pela situação de ensino-aprendizagem que caracteriza a escola de 1° e 2° graus em nosso estado.

Tal responsabilidade, aliás, não recai sobre ninguém em particular: fruto do momento social e histórico em que vive, o sujeito, cindido, fragmentado, sofre a ação do seu inconsciente, fazendo aflorar, à revelia do seu consciente, desejos, recalques, de maneira que jamais poderá ter o controle absoluto sobre o que diz, sobre o que faz, o que pensa, mesmo que ilusoriamente o desejem pedagogos, lingüistas aplicados, autoridades responsáveis pela educação. É bastante ilustrativa, a respeito do

inconsciente e do desejo recalcado, desejo de transparência da linguagem, a obra de Melman (1991), sobretudo na seguinte citação:

> *Quer dizer que para cada um, qualquer que seja sua história lingüística, o inconsciente será sempre interpretado como se houvesse uma língua original que tivesse permitido esta transparência perfeita, ou seja, a articulação do desejo, mas que algum acidente produziu um impedimento. A partir de então, esta língua tornou-se a língua de um sujeito acometido de mudez quanto à expressão do desejo, e este desejo não pode mais se exprimir a não ser pelos acidentes e caprichos. Pois bem, ao mesmo tempo essa "Gründsprache" torna-se também a língua de um pai, aquele mesmo pai que procedeu a este interdito, o desejo se reclamando necessariamente dele, de um pai condenado à mudez.* (p.50)

Queremos com estas reflexões defender a idéia de que não é possível explicar as relações entre teoria e prática, sem considerar o sujeito e sua constituição psicanalítica e social, como parecem fazer as ciências, na ânsia da objetividade (cf. Coracini, 1991). A busca da transparência, que se manifestaria no controle da aprendizagem e, portanto, num primeiro momento, na tão desejada assimilação perfeita ou ideal dos ensinamentos teóricos, e, num segundo momento, na transformação dessa assimilação em atos (prática), coincide com a busca de uma verdade que, ao mesmo tempo em que transcende ao próprio homem, só é possível ser atingida a partir da razão, do logos, capaz de controlar a diversidade para chegar à generalização. Se, entretanto, considerarmos o sujeito inconsciente, disperso e heterogêneo, chegaremos à conclusão de que tal maneira de ver as relações entre teoria e prática, entre problema e solução e, portanto, a própria aprendizagem, é, como já afirmamos na primeira parte deste trabalho, simplória e simplista pois, ainda que as pesquisas acreditem partir da observação da sala de aula, a realidade será sempre interpretada e as soluções, além de idealizadas, são, de certa maneira, impostas ao professor que, ilusoriamente, acredita pôr em prática o que lhe foi ensinado.

A presença desordenada de vozes, múltiplas e dissonantes, garante o caráter parcial e fragmentário das relações entre teoria e prática e provoca sua necessária despolarização. Se a prática encontra obstáculos

para "aplicar" a teoria, não podendo nunca ser considerada como semelhante ou reprodutora desta, a teoria, por sua vez, encontra na prática obstáculos para a sua formalização. O suplemento e a turbulência da falta que provoca o eterno retorno à teoria e/ou à prática como a solução (ilusória) para os problemas de uma e de outra, fraturam os limites da dicotomia impedindo sua formalização exaustiva e enclausurante e provocando o eterno adiamento das soluções desejadas. Na verdade, tomando as palavras de Deleuze (in Foucault, 1979:69-70), trata-se de um *sistema de revezamentos* [relais] *em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes* [pièces et morceaux] *ao mesmo tempo teóricos e práticos*. O espaço para trabalhar as relações teoria-prática só pode ser encontrado, portanto, na diferença (cf. Derrida,1972), onde a dispersão, o esfacelamento, o conflito e as contradições são permanentes e constitutivos. Lidar com essa realidade parece constituir um desafio para nós, lingüistas aplicados, se não quisermos permanecer na eterna angústia do insolúvel ou na frustração das soluções sempre precárias e provisórias.

(Recebido em 03/12/96. Aprovado em 03/03/97)

Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, M. H. V. (1996) *Conflitos e Incertezas do Professor de Língua estrangeira na Renovação de sua prática de sala de aula* Tese de Doutorado. Unicamp: IEL.

ALTMAN, H. B. (1981) What is Second Language Teaching? In: Alatis, J. E.; Altman, H. B. & Alatis, P. M.: *The Second Language Classroom: Directions for the 1980's*. New York, Oxford: Oxford University Press.

AUSUBEL, D. F. (1978) *Cognitive Factors in Learning*. New York: Holt. Hinehart and Winston, Inc.

BAKHTIN, M. (1977) *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*. Paris Editions de Minuit. (orig. alem. 1922).

CAVALCANTI, M. & L. P MOITA LOPES. (1990) Implementação de pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, **10**: 133-44.

CLARKE, M. A. (1994) The Dysfunctions of the Theory / Practice Discourse. *Tesol Quaterly*, **28**, 1, spring.

CORACINI, M. J. R. F. (1991) *Um Fazer Persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Pontes/Educ.

_____ (1995a) A Consciência Crítica nos Discursos da Lingüística Aplicada e da Sala de Aula. *Estudos Lingüísticos*, **24** (Anais do GEL). UNICAMP.

_____ (1995b) *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura (Lingua Materna e Estrangeira)*. Campinas: Editora Pontes.

_____(1996) Discurso: Compreensão e Contexto. *Claritas*, **2**: 11-24.

DERRIDA, J. (1972) *Positions*. Paris: Les Editions de Minuit.

DUCROT, O. (1980) *Les Mots du Discours*. Paris: Les Editions de Minuit.

FAIRCLOUGH, N. (1991) Language and Ideology. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, **17**: 113-32. UNICAMP-IEL/DLA.

FOUCAULT, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

KRASHEN, S.D. (1982) *Principles and Practice in Second Language Acquisition* Oxford: Pergamon Press.

MELMAN, C. (1991) *Imigrantes: Incidências Subjetivas das Mudanças de Lingua e Pais*. Trad. bras. São Paulo: Editora Escuta.

MORAES, M. G. (1990) *O Saber e o Poder do Professor de Linguas: algumas implicações para uma formação crítica. Dissertação de Mestrado*. UNICAMP: IEL.

_____ (1992) O Papel do Professor na Sala de Aula de Leitura em Lingua Inglesa. *Trabalhos de Lingüística Aplicada, n.20*, pp.55-68.

RAJAGOPALAN, K. (1996) Linguistics, Ideology and the Ethical Question. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (no prelo).

SCHIFFLER, L. (1984) *Pour un enseignement interactif des langues étrangères*. Paris: Crédif/Hatier.

VIGNER, G. (1979) *Lire: du texte au sens*. Paris: Clé International

WIDDOWSON, H.G. (1994) Discourse: a critical view. Manuscrito.

_____ (1995) Review of N. Fairclough: Discourse and Social Change. *Applied Linguistics*, 16/4. P.510-6.

_____ (1978) *Teaching Language as Communication*. Oxford: Oxford University Press.

BEST COPY AVAILABLE

Heart of Darkness

The heart of darkness awaits. It's the unknown place that exists in the wilderness, among the people, inside your mind. As a researcher, you've chosen to venture into this shadowy world to extract its truths. How deep are you willing to go?

The expedition is difficult. You need the best tools.

Sociological Abstracts (SA) and Social Planning/Policy & Development Abstracts (SOPODA) outfit you for this important journey.

Drawing from more than 2,400 journals published in 35 countries, SA and SOPODA present abstracts of articles, books and conference papers. Bibliographic entries will guide you to relevant dissertations and important book and other media reviews. All are expertly classified and indexed for easy access.

SA and SOPODA are available in a variety of media: print, online, the sociofile CD-ROM, and magnetic tape.

Explore the unknown with confidence by using the most timely information directly related to your areas of interest and expertise.

SAI's Web site, located at www.socabs.org, contains searchable subsets, hot topics, the *Note Us* newsletter, and links to other relevant sites and resources.

For more information about our products and services, visit our Web site, or contact us at:

sociological abstracts, inc.

P. O. Box 22206, San Diego, CA 92192-0206
619.695.8803, Fax 619.695.0416
Internet: socio@cerfnet.com
Web site http://www.socabs.org

69

SAI products are available in print; online from Knight-Ridder, DIMDI, OCLC and Dialog; on CD-ROM from SilverPlatter, EBSCO, Ovid and NISC; and on magnetic tape directly from SAI. For document delivery contact SOCIOLOGY Express. Phone: 619.695.8803 Fax: 310.209.2435

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (59-85)

POLIFONIA EM ENUNCIADOS NEGATIVOS: VOZES QUE HABITAM O DIZER *"NÃO"*

(Polyphony in Negative Utterances)

Décio Orlando Soares da ROCHA (*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*)

ABSTRACT: This paper focuses on the analysis of a written questionnaire administered to a group of foremen working in a tyre factory in Brazil. The questionnaire is designed to reveal the "style of leadership" carried out by each member of the group, among five possible variants: autocratical, demagogical, resigning, mediative and participative. The participative profile is seen by the author of the questionnaire as "the adequate one", in as much as it harmonises workmen's personal and organisational interests. On the basis of a polyphonic conception of negative utterances the case is made for a more complex view of the questionnaire: beyond the five profiles critically antecipated, a sixth one is contemplated, which seems to coincide clearly with what we call "the voice of the organisation", putting forward different kinds of knowledge in the context of interactions at work.

RESUMO: O presente artigo centra-se na análise de um questionário aplicado, por ocasião de um programa de treinamento, a um grupo de trabalhadores responsáveis pela supervisão das atividades de operários numa fábrica de produção de pneus situada no Brasil. O questionário deveria revelar o "estilo de liderança" exercido por cada chefe de equipe, sendo consideradas cinco diferentes possibilidades: os estilos autocrata, demagógico, demissionário, mediador e participativo. O perfil participativo é visto pelo autor do questionário como "o mais adequado", uma vez que promoveria a conciliação entre os objetivos pessoais dos operários e os objetivos industriais. Com base numa concepção polifônica dos enunciados negativos, a análise realizada permitiu concluir que, além dos cinco estilos previstos no questionário, um sexto perfil se deixa entrever, o qual parece coincidir com "a voz da empresa". A presença desse sexto perfil explicita a pluralidade e complexidade dos saberes que se atualizam no contexto das interações em situação de trabalho.

Palavras-Chave: Polifonia; Discurso; Questionário; Negação; Interação.

Key Words: Polyphony; Discourse; Questionnaire; Negation; Interactio.

BEST COPY AVAILABLE

0. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar a função desempenhada por enunciados negativos na produção do sentido de um texto. Entendida como mecanismo explicitador da polifonia no discurso, a negação constituirá o eixo central de análise do corpus escolhido: um questionário destinado a responsáveis por equipes que trabalham diretamente na produção de pneus (denominados *chefes de equipe*) em uma indústria situada na região sudeste do Brasil. Tal questionário, que reproduzimos em anexo, é parte integrante de uma apostila utilizada em programa de treinamento realizado pela empresa no primeiro semestre de 1993, tendo sido submetido aos referidos chefes de equipe, com o objetivo de proceder ao levantamento do "estilo de liderança" por eles exercido. Inscrevendo-se, deste modo, no campo de investigação das práticas de linguagem em situação de trabalho, nossa preocupação estará voltada para o papel exercido pelas estratégias discursivas no que diz respeito a uma necessidade básica das organizações: conhecer (e controlar?) os diferentes saberes construídos acerca dos fatos que dizem respeito ao cotidiano da empresa pelos um de seus segmentos – saberes estes que se encontram associados à natureza das relações sociais de trabalho.

1. Caracterização e interesse do corpus

O questionário com o qual trabalhamos é formado de 45 enunciados, sendo 5 enunciados para cada um dos 9 "temas" escolhidos para se traçar o perfil de liderança do chefe de equipe. Tal distribuição em temas é explicitada na própria grade de levantamento das respostas que acompanha o questionário, na qual figuram as seguintes rubricas: OBJETIVOS, INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO, COMANDO, ATIVIDADE, CONFLITOS, DECISÃO, ORGANIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO, FORMAÇÃO.

Objetivando a caracterização do perfil de liderança exercida pelo chefe de equipe, o questionário é introduzido com as seguintes instruções: o chefe de equipe é solicitado a indicar, nos parênteses que precedem cada um dos 45 enunciados, o seu grau de adesão ao conteúdo de cada enunciado (numa escala de 0 a 3, na qual 0 representaria a rejeição absoluta do conteúdo do enunciado, 1 a adesão em grau mínimo, 2 a adesão parcial e 3 a adesão total). Esta é, inclusive, a razão pela qual decidimos incluir o corpus com o qual trabalhamos na categoria

questionário: através do dispositivo acima descrito, estabelece-se um "diálogo sub-reptício" com os chefes de equipe. A título de ilustração do que expomos, consideremos duas possibilidades diferentes de "resposta" diante do seguinte enunciado:

> *Quando ocorre um conflito, tento suprimi-lo ou fazer prevalecer a minha posição.*

Tendo em vista o referido enunciado, ao chefe de equipe que, manifestando seu grau de adesão, optasse por assinalar 3, seria "dito": "se você dá adesão total ao que se expressa neste enunciado, então seu perfil enquanto chefe de equipe é do tipo *x*". Diferente seria a "resposta", na hipótese de o chefe de equipe optar por 0: "se você rejeita totalmente o conteúdo do enunciado, então seu perfil enquanto chefe de equipe distancia-se de *x*, devendo estar mais próximo de um outro perfil qualquer".

Ao final do preenchimento do questionário, é solicitado a cada chefe de equipe que proceda à soma dos escores obtidos em cada uma das 5 colunas verticais (cada coluna correspondendo a um dado "estilo de liderança"). Quanto maior for o somatório de uma dada coluna, maior será a afinidade do chefe de equipe com o referido estilo de liderança, sendo os resultados registrados sob a rubrica *totais*. Esclarecemos ainda que, no referido treinamento de pessoal em que o questionário foi aplicado, garantiu-se sigilo absoluto dos resultados obtidos por cada chefe de equipe, sendo divulgado apenas um "perfil geral de toda a equipe de chefes" (somatório dos resultados individuais obtidos).

Quais seriam os 5 estilos de liderança considerados no referido questionário? Desde já esclarecemos que é somente após o preenchimento do questionário que o chefe de equipe tomará conhecimento da existência dos cinco diferentes perfis, tendo em vista a necessidade de que este não se deixe influenciar pelos critérios utilizados para a categorização de suas respostas. Um documento acompanhando o questionário definirá da seguinte forma estes 5 perfis, sendo indicados os enunciados referentes a cada perfil:

- perfil Autocrata: considera antagônicos os objetivos individuais e os interesses industriais (enunciados 03, 09, 15,18, 23, 25, 28, 31, 33);

- perfil Empático ou Demagogo: privilegia os interesses individuais, em detrimento dos objetivos industriais (enunciados 02, 08, 14, 21, 29, 32, 42, 44, 45);
- perfil Mediador: atende apenas parcialmente a ambos os objetivos, uma vez que procura uma "solução mediana" (enunciados 04, 07, 11, 13, 17, 22, 35, 36, 38);
- perfil Demissionário: procura, acima de tudo, uma situação que lhe seja pessoalmente satisfatória (enunciados 01, 06, 12, 19, 20, 26, 30, 40, 43);
- perfil Participativo: esforça-se no sentido de fazer convergirem os interesses pessoais e os industriais (enunciados 05, 10, 16, 24, 27, 34, 37, 39, 41).

Como estratégia para a composição do questionário, os 45 enunciados, além de se apresentarem misturados, são sempre construídos em 1ª pessoa do singular (eu). Deste modo, os 5 perfis, estrategicamente "igualados" sob a máscara deste eu polifônico, seriam passíveis de distinção apenas pelas posições que assumem com relação aos 9 temas presentes no questionário. Tal procedimento vem atender a uma dupla exigência: por um lado, criar a ilusão de que seu destinatário (o chefe de equipe) estaria diante de um único locutor, com o qual concordaria ou não; por outro, camuflar a presença do autor do questionário, que exercerá posteriormente a função de "juiz" de cada um dos perfis atualizados pelos vários chefes de equipe, devendo, por esta razão, evitar qualquer pista indicativa de sua possível adesão a um dos cinco perfis esboçados.

Cabe ainda ressaltar que, entre os 5 estilos de liderança considerados, os responsáveis pela elaboração do questionário valorizam como "perfil ideal" o Participativo, que corresponderia ao estilo que, com maior habilidade, conseguiria conciliar os objetivos pessoais dos subordinados e os objetivos industriais da empresa, promovendo, deste modo, um estado de harmonia entre a empresa e seus funcionários.

Se é certo que o perfil Participativo corresponde ao perfil valorizado enquanto "estilo de liderança desejável", é igualmente certo que não podemos dispor de quaisquer informações acerca de questões como as que se seguem: o que se entende por "convergência de objetivos industriais e pessoais", tal como é apresentada na descrição do perfil Participativo? em que sentido os demais perfis "fracassariam" na

promoção de tal convergência? por que razão a escolha de cinco perfis distintos? que distância separaria cada um dos estilos de liderança apresentados? o que haveria em comum entre os mesmos?

Se tais questões nos parecem revestir-se de um significado especial, isto se deve, pelo menos em parte, a uma das características do próprio questionário: a presença de dois perfis construídos predominantemente através de enunciados afirmativos (perfis Autocrata e Participativo) e de três perfis em cujos enunciados a ocorrência de formas negativas é mais freqüente (perfis Mediador, Demissionário e Demagogo). Tais marcas de negação constituirão uma pista relevante em nossa análise, no que concerne à construção do sentido de tais discursos.

2. Problema e hipótese de trabalho

Como elemento norteador de nossa investigação, formulamos os seguintes problemas de pesquisa:

- que tipo de relações se estabelecem entre os 5 perfis de liderança traçados?
- quais as possibilidades e os limites do questionário com o qual trabalhamos enquanto instrumento de apreensão de um saber que se constrói através da linguagem?

Desde já percebemos que as questões ora formuladas trazem em seu bojo uma certa desconfiança com relação ao que é dito no documento de treinamento, a saber, que os 5 perfis variariam unicamente em função da maior ou menor possibilidade de promoverem a convergência entre os objetivos da empresa e os objetivos pessoais. Acreditamos que as relações estabelecidas entre tais perfis sejam na realidade bem mais complexas, o que nos leva à formulação das seguintes hipóteses:

- os cinco perfis de liderança traçados no questionário estabelecem entre si relações de aliança/oposição que poderemos recuperar através dos enunciados negativos;
- tais relações de aliança/oposição possibilitarão um acesso às representações que a empresa tem de si mesma e da função de chefia de equipe.

3. Fundamentação teórica: negação e polifonia

No tratamento que dispensaremos aos enunciados negativos, partiremos da posição sustentada por Ducrot (1980), segundo a qual um enunciado do tipo não-p representaria dois atos ilocutórios: por um lado, a afirmação de p por parte de um enunciador E1 que se dirige a um destinatário D1; por outro, a recusa de p, assumida por um enunciador E2 dirigindo-se a um destinatário D2. Para sustentar sua argumentação, Ducrot recorre à própria concepção psicanalítica de *negação*:

> *Pour Freud, un énoncé non-p est une sorte de travestissement utilisé pour dire, malgré la censure exercée par le surmoi, un p correspondant à une pensée inconsciente et interdite...* (Ducrot, 1980: 50.)

O autor especifica ainda algumas relações que se estabelecem no embate entre enunciador e destinatário: E1 e E2 são necessariamente pessoas diferentes; E2 identifica-se normalmente com o locutor; D2 identifica-se normalmente com o alocutário; E1 pode identificar-se com o alocutário, o que conferirá uma certa agressividade à negação sustentada por E2.

Concebendo, deste modo, o enunciado negativo como uma espécie de "diálogo cristalizado", no qual a produção de um sentido dependeria da explicitação de E1 (o responsável pelo enunciado afirmativo subjacente), Ducrot justifica a posição que assume: haveria uma dissimetria entre enunciados negativos e afirmativos, uma vez que a afirmação estaria implícita na negação de um modo muito mais fundamental que a negação na afirmação, segundo verificamos através do encadeamento de enunciados negativos e afirmativos com a expressão *ao contrário*. A título de exemplo, consideremos o seguinte enunciado:

Pedro não é baixo; ao contrário, é bem alto.

Como se percebe, "é bem alto" exprimiria uma relação de oposição não a "Pedro não é baixo", mas à afirmativa implícita em tal negação (a saber, a afirmação "Pedro é baixo").

O tratamento conferido por Ducrot à negação sofreu algumas reformulações com o tempo. Em *Dire et ne pas dire* e em *Provar e dizer*,

eram considerados dois tipos de enunciados negativos: os que implicavam a rejeição de uma afirmativa prévia (negação "polêmica" ou "metalingüística") e os que simplesmente apresentavam uma dada realidade, sem qualquer objetivo de "contradizer" uma afirmativa implícita (negação descritiva). Como se percebe, a própria classificação fornecida pelo autor excluía a negação descritiva do âmbito de uma teoria polifônica.

Foi com o propósito de conciliar sua abordagem dos enunciados negativos com uma visão polifônica da linguagem que Ducrot procedeu a uma revisão teórica do fenômeno, passando a subdividir a antiga negação polêmica em dois tipos distintos (a que denominou *negação metalingüística* e *negação polêmica*), redefinindo o conceito de *negação descritiva*. Em *O dizer e o dito*, o quadro teórico passa a ser o seguinte: a negação metalingüística coloca em cena um locutor responsável pelo enunciado positivo implícito, agindo sobre seus pressupostos (como seria o caso de *"Ela não parou de fumar; na realidade, ela jamais fumou"*); a negação polêmica se define como sendo a que coloca em cena não um locutor, mas um enunciador responsável por uma afirmativa virtual implícita; a negação descritiva passa a ser caracterizada como um derivado delocutivo da negação polêmica.

Para finalizar, retomamos uma das contribuições de H. Nolke a respeito da questão. Assumindo que toda negação é essencialmente polêmica, o autor admitirá, contudo, a possibilidade de o contexto exercer um papel relevante na interpretação dos enunciados negativos. Desse modo, o contexto pode efetivamente autorizar uma leitura descritiva de um enunciado negativo. Com efeito, um enunciado como *"O muro não é branco"* figurando num guia turístico (cuja finalidade é apresentar, descrever uma certa ambiência) seria mais provavelmente interpretado como descritivo, ficando a possibilidade de uma leitura polêmica bastante remota em tal contexto. A referida leitura descritiva do enunciado negativo é resultante de uma derivação descritiva: há contextos que, promovendo o apagamento do enunciado positivo subjacente, isto é, bloqueando a atualização do ponto de vista que desencadearia uma leitura polêmica da negação, favorecem tal derivação.

Em nosso trabalho, não pretendemos investigar qual seria o tratamento mais adequado para a questão: existência de um único tipo de negação sujeito a leituras variadas ou tipos diferenciados de enunciados

negativos? Assumiremos, no entanto, que o contexto de ocorrência de um enunciado negativo pode efetivamente representar um fator relevante para sua interpretação como predominantemente descritivo ou polêmico[1].

4. Levantamento dos dados

Conforme anunciado anteriormente, procederemos ao levantamento dos enunciados negativos no discurso dos cinco locutores[2] na seguinte ordem: locutores cujos enunciados são predominantemente afirmativos (perfis Autocrata e Participativo); locutores cujos enunciados apresentam uma maior incidência da negação (perfis Mediador, Demissionário e Demagogo).

Antes, porém, justificaremos os critérios que adotamos para o levantamento dos enunciados negativos em nosso corpus. Aos enunciados construídos com o operador *não* (marca lingüística inequívoca de negação), propomos ainda acrescentar em nossa análise enunciados em que figuravam as seguintes marcas: verbo *evitar (+complemento oracional)*, *raramente*, *nada*, *sem (+infinitivo)* ou *sem que (+subjuntivo)*. A razão de tal inclusão explica-se pelo fato de tais marcas funcionarem como verdadeiros elementos de negação, como se pode verificar através do teste preconizado por Ducrot (encadeamento com *ao contrário*):

- Ele *evita* falar em público; ao contrário, permanece quase sempre calado.
- Ele *raramente* fala em público; ao contrário, permanece quase sempre calado.
- Ele *nada* disse em público; ao contrário, permaneceu calado.
- Ele esteve presente *sem* falar em público; ao contrário, permaneceu calado.
- Ele compareceu *sem que* falasse em público; ao contrário, permaneceu calado.

[1] Tendo em vista a natureza do corpus sobre o qual trabalhamos (questionário destinado à identificação do estilo de liderança predominante, entre vários perfis possíveis), assumiremos como preferentemente polêmicos os enunciados negativos localizados no referido contexto.

[2] Ao falarmos de *locutor*, referimo-nos aos 5 perfis que se alternam na produção dos 45 enunciados que totalizam o questionário.

Em todos os exemplos acima relacionados, o enunciado introduzido pela expressão *ao contrário* opõe-se não ao que é dito anteriormente, mas a uma afirmativa que lhe estaria implícita: com efeito, o fato de o personagem permanecer quase sempre calado opõe-se não a "evita falar em público" ou "raramente fala em público", mas à afirmativa implícita segundo a qual o referido personagem tomaria a palavra em público.

Concluídas estas observações preliminares, passemos ao exame dos enunciados negativos em nosso corpus.

4.1 Perfis predominantemente afirmativos

4.1.1. Perfil Autocrata:

Entre os 9 enunciados que compõem o estilo de liderança autocrata, há apenas uma ocorrência de enunciado negativo (enunciado 25, referente ao tema MOTIVAÇÃO):

> *Eu supervisiono, ficando o máximo de tempo possível perto de meus subordinados, porque é difícil obter bons resultados se o chefe* não *está o tempo todo presente para fazer com que o trabalho seja realizado.*

Considerando especificamente o trecho em que aparece a negação no enunciado acima, submetêmo-lo ao teste preconizado por Ducrot (encadeamento com a expressão *ao contrário*). Para fins de maior clareza, procedemos a uma reformulação do enunciado negativo, eliminando a estrutura condicional verificada no enunciado original. Teríamos, pois:

Para obter bons resultados no trabalho, o chefe não deve (não pode) ausentar-se. *Ao contrário, deve permanecer o tempo todo presente.*

Como percebemos, o encadeamento com a expressão *ao contrário* permite-nos depreender a afirmativa implícita no referido enunciado negativo:

> *Para obter bons resultados no trabalho, o chefe não deve (ou pode) ausentar-se.*

A quem poderia ser atribuída a responsabilidade de tal enunciado? Que perfil estaria sendo colocado em cena, cumprindo-se, deste modo, a "vocação polifônica" da negação?

Acreditamos que a afirmativa implícita no referido enunciado negativo esteja bastante próxima das posições sustentadas pelos locutores Mediador e Participativo, no que diz respeito ao mesmo tema MOTIVAÇÃO. Senão, vejamos:

Enunciado 11 - locutor Mediador
Eu tento eliminar ao máximo as causas de descontentamento de meus subordinados e despertar cada vez mais o interesse deles pelo trabalho.

Enunciado 34 - locutor Participativo
Eu procuro dar a cada um a possibilidade de expandir-se em seu trabalho para obter de todos um bom resultado estimulando-os a atingir seus objetivos.

Com efeito, os estilos de liderança Mediador e Participativo parecem corresponder à possibilidade a que se refere a afirmativa implícita acima mencionada: se há alguém que possa admitir a hipótese de não ser necessária (ou mesmo conveniente) a presença do chefe em tempo integral para a realização de um trabalho eficiente, este alguém seria o chefe Mediador (aquele que procura despertar o interesse de seus subordinados pelo trabalho) ou o chefe Participativo (aquele que deseja garantir a todos a possibilidade de expansão no trabalho, estimulando as iniciativas de seus subordinados).

4.1.2 Perfil Participativo:

Com relação ao perfil Participativo, verifica-se igualmente uma única ocorrência da negação nos nove enunciados apresentados (enunciado 39, referente ao tema ATIVIDADES):

Eu não *procuro trabalhar mais ou menos que os meus subordinados ou colegas, o que eu procuro é atingir os objetivos com a minha equipe.*

Tendo em vista a própria reformulação oferecida pelo locutor Participativo, percebe-se que o enunciado negativo significaria "Eu não me preocupo com o meu mérito pessoal no trabalho ou com resultados individuais que poderia alcançar, mas com o mérito da equipe na qual estou inserido". A afirmativa implícita em tal enunciado negativo estaria, pois, referida a um locutor que valorizasse exclusivamente seu próprio mérito e a qualidade dos resultados que sozinho consegue alcançar. Ora, tal posição vem precisamente corresponder ao que afirma o Autocrata a respeito do mesmo tema ATIVIDADES (enunciado 15):

> *Eu me entrego e me dedico muito ao meu trabalho, pois o responsável deve dar o exemplo, sendo sempre o mais ativo e o mais competente de sua equipe.*

O quadro abaixo vem apresentar os resultados obtidos através da análise dos enunciados negativos dos locutores Autocrata e Participativo:

	N° de enunciados negativos	Perfil em cena através das afirmativas implícitas
Autocrata	1	Mediador / Participativo
Participativo	1	Autocrata

Quadro 1: Perfis colocados em cena através das afirmativas implícitas nos enunciados negativos dos locutores Autocrata e Participativo

4.2 Perfis com maior incidência de enunciados negativos

Os mesmos passos adotados para a análise das afirmativas implícitas nos enunciados negativos dos locutores Autocrata e Participativo serão utilizados na investigação dos perfis em que se constata uma maior incidência de enunciados negativos (perfis Mediador, Demissionário e Demagogo), motivo pelo qual dispensaremos os procedimentos analíticos a que recorremos por ocasião da análise dos perfis Autocrata e Participativo.

4.2.1 Perfil Mediador

- Enunciado 38 - Tema: COMANDO - 1 negação
  Eu acho que no mundo atual não *se pode mais dar ordens ...*

Afirmativa implícita: no mundo atual ainda é possível dar ordens.

Locutor em cena: Autocrata (enunciado 03), que espera que seus subordinados executem perfeitamente suas ordens.

- Enunciado 04 - Tema: ATIVIDADE - 2 negações
  Eu faço conscienciosamente o meu trabalho, sem, *necessariamente, passar nisso mais tempo que os outros, pois de* nada *serve querer fazer mais que todo mundo.*

Afirmativas implícitas: há quem considere importante a quantidade de tempo que se passa no exercício de uma atividade e o fato de ser o mais ativo de todos.

Locutor em cena: Autocrata (enunciado 15), que acredita que o responsável deve dar o exemplo, "sendo sempre o mais ativo e o mais competente de sua equipe".

- Enunciado 22 - Tema: CONFLITOS - 1 negação
  ... num conflito, raramente *uma só pessoa tem toda a razão ...*

Afirmativa implícita: há quem atribua a razão a uma pessoa apenas.

Locutor em cena: Autocrata (enunciado 31), que faz prevalecer a sua opinião quando há um conflito.

- Enunciado 07 - Tema: ORGANIZAÇÃO - 2 negações
  Eu não *busco a organização perfeita que conciliaria os imperativos de trabalho e a qualidade das relações humanas, porque essa organização ideal não existe.*

Afirmativa implícita: há quem busque a organização perfeita por acreditar em sua existência.

Locutor em cena: Autocrata (enunciado 33), que faz questão de "ter uma boa organização"; secundariamente, indicaríamos ainda o

Participativo (enunciado 24), que deseja que sua organização "seja um meio eficaz" para que os objetivos sejam atingidos[3].

Eis, deste modo, os resultados do levantamento das negativas presentes no discurso do locutor Mediador: 6 enunciados negativos, todos em oposição ao que afirma o Autocrata, sendo duas negações responsáveis por colocar secundariamente em cena o Participativo. O perfil Mediador parece, pois, construir-se essencialmente em oposição ao perfil Autocrata.

4.2.2 Perfil Demissionário

- Enunciado 01 - Tema: OBJETIVOS - 1 negação
  "Eu não *gosto de traçar objetivos ..."*

Afirmativa implícita: há quem goste de traçar objetivos.

Locutor em cena: Autocrata (enunciado 18), que traça os objetivos ele mesmo.

- Enunciado 19 - Tema: INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO - 3 negações
  "Eu passo as informações que devo transmitir sem *fazer muitos comentários e* sem *abrir discussão para* não *ficar inseguro em relação ao pessoal."*

Afirmativas implícitas: há quem transmita informações fazendo comentários e abrindo discussão, e tal procedimento é fator de insegurança para o chefe.

Locutores em cena: Mediador (enunciado 17), que transmite informações dando as explicações necessárias; Participativo (enunciado 37), que tenta "suscitar a discussão"; no entanto, o tema da necessidade de segurança do chefe frente a seus subordinados (e, por extensão, a

[3] Esclarecemos que consideramos a oposição do locutor Mediador ao locutor Participativo como secundária porque ambos compartilham uma mesma concepção de "organização ideal" (aquela que seria responsável pela convergência dos objetivos individuais e industriais), ao passo que o locutor Autocrata tende a valorizar exclusivamente os objetivos industriais.

eventual insegurança gerada por ocasião da transmissão de uma informação), não é abordado por nenhum dos locutores, o que nos leva a crer que a afirmativa implícita na terceira negação só poderia ser assumida por um "outro enunciador"[4].

- Enunciado 20 - Tema: COMANDO - 2 negações
  Eu comando da maneira mais objetiva possível, fazendo cumprir as diretrizes ... , sem *assumir a responsabilidade pelo conteúdo dessas normas, porque* não *fui eu quem as redigiu.*

Afirmativas implícitas: há quem assuma a responsabilidade pelo conteúdo das normas a serem seguidas; alguém redige as normas de trabalho (e este alguém não é o Demissionário).

Locutores em cena: Participativo (enunciado 16), que, ao comandar, mostra seu compromisso com o sucesso do trabalho; quanto à autoria das normas de trabalho, nenhum dos locutores assume tal responsabilidade. Um "outro enunciador" deve assumir tal ponto de vista.

- Enunciado 30 - Tema: ATIVIDADE - 2 negações[5]
  Eu tomo o cuidado de passar aos Serviços de Apoio os problemas que são ligados a eles, para evitar *assumir trabalhos que* não *sejam da minha estrita competência, ...*

Afirmativas implícitas: há quem assuma os trabalhos que sejam da competência de outros setores da empresa.

Locutor em cena: nenhum dos locutores assume a autoria de tal afirmativa (presença de um "outro enunciador").

- Enunciado 06 - Tema: DECISÃO - 2 negações

[4] Ao falarmos aqui de *"outro enunciador"*, assumimos a definição formulada por O. Ducrot em *O dizer e o dito*, p. 192 (grifos nossos): "Chamo 'enunciadores' estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas".

[5] Em nossa análise, consideraremos em bloco as duas marcas lingüísticas indicadoras de negação no presente enunciado, tendo em vista que "evitar assumir trabalhos que não sejam da minha estrita competência" corresponderia a "não assumir trabalhos que sejam da competência de outros"..

Aceito as decisões das outras pessoas e evito fazer comentários para não *suscitar problemas com as pessoas.*

Afirmativas implícitas: há quem comente as decisões tomadas por outros, o que pode vir a suscitar problemas com as pessoas.

Locutores em cena: Participativo (enunciado 41), que se propõe a refletir sobre as decisões com seus subordinados; quanto ao tema dos problemas suscitados por tais comentários, nenhum dos locutores assume a afirmativa que estaria implícita (presença de um "outro enunciador").

- Enunciado 12 - Tema: ORGANIZAÇÃO - 2 negações
  Eu evito *questionar a funcionalidade da organização para* não *criar problemas na rotina do trabalho.*

Afirmativas implícitas: há quem questione a funcionalidade da organização, o que cria problemas no trabalho.

Locutores em cena: Demagogo (enunciado 42), que trabalha para "evoluir" a organização, isto é, para que a mesma "esteja mais ao serviço dos homens"; nenhum dos locutores assume que tal procedimento criaria problemas na rotina de trabalho (presença de um "outro enunciador").

- Enunciado 26 - Tema: FORMAÇÃO - 1 negação
  Eu envio meus subordinados para fazer formação pelo menos uma vez por ano. Assim, não *tenho problemas com ninguém.*

Afirmativa implícita: há quem tenha problemas com seus subordinados (e os programas de formação poderiam representar uma solução para tais dificuldades).

Locutor em cena: Mediador (enunciado 35), que acredita que a formação, além de cumprir outros objetivos, "facilita a tarefa do chefe".

Uma vez concluído o levantamento dos enunciados negativos no discurso do locutor Demissionário, eis o resultado a que chegamos: dos 12 enunciados negativos, 5 não podem ser referidos a nenhum dos outros quatro locutores (remetendo, portanto, a um "outro enunciador"); 4 se opõem ao que é afirmado pelo locutor Participativo (sendo 2 referidas

BEST COPY AVAILABLE

simultaneamente ao locutor Mediador); 1 exclusivamente ao locutor Mediador; 1 ao locutor Autocrata; 1 ao locutor Demagogo.

4.2.3 Perfil Demagogo:

- Enunciado 45 - Tema: OBJETIVOS - 1 negação
  ... acho que eles [os subordinados] aceitariam mal o fato de se mobilizarem por objetivos que não *venham deles mesmos.*

Afirmativa implícita: os subordinados aceitam mobilizar-se por objetivos que venham de outros.

Locutor em cena: nenhum dos locutores explicitamente designados assume tal afirmativa (presença de "outro enunciador" em cena).

- Enunciado 02 - Tema: INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO - 1 negação
  Eu dedico muita atenção em dosar minhas informações em função da personalidade de cada um, de modo que a mensagem seja aceita sem *que se criem problemas.*

Afirmativa implícita: há quem transmita informações, criando-se, porém, problemas.

Locutor em cena: nenhum dos locutores assume tal afirmativa (presença de um "outro enunciador").

- Enunciado 29 - Tema: COMANDO - 1 negação
  Eu raramente *dou ordens, ...*

Afirmativa implícita: há quem dê ordens (com alguma freqüência).

Locutor em cena: Autocrata (enunciado 03), que deseja que seus subordinados executem perfeitamente suas ordens.

- Enunciado 32 - Tema: DECISÃO - 1 negação
  Tomo muito cuidado para que minhas decisões sejam aceitáveis pelos meus subordinados, para que eles não *se sintam incomodados com as mesmas.*

Afirmativa implícita: há decisões que incomodam os subordinados.

Locutor em cena: nenhum dos quatro locutores assume tal afirmativa (presença de "outro enunciador").

Eis o resultado obtido através do levantamento das negações presentes no discurso do locutor Demagogo: dos 4 enunciados negativos, apenas 1 poderia ser considerado como colocando em cena um locutor explicitamente designado (enunciado 29, que remete às posições assumidas pelo locutor Autocrata); as outras 3 negações colocam em cena um "outro enunciador".

O quadro 2 apresentará os resultados obtidos nesta segunda etapa de análise dos dados:

	Nº de enunciados negativos	Perfil em cena através das afirmativas implícitas
Mediador	4	Autocrata
	2	Autocrata(Participativo)[6]
Demissionário	5	"outro enunciador"
	2	Participativo
	2	Participativo / Mediador
	1	Mediador
	1	Autocrata
	1	Demagogo
Demagogo	3	"outro enunciador"
	1	Autocrata

Quadro 2: Perfis colocados em cena através das afirmativas implícitas nos enunciados negativos dos locutores Mediador, Demissionário e Demagogo

5. Análise e interpretação dos dados

No levantamento dos dados referentes à presença de enunciados negativos em nosso corpus, partimos dos textos predominantemente afirmativos, a saber, os perfis Autocrata e Participativo. Como nos revelam os dados apresentados no Quadro 1, o locutor Autocrata vem colocar em cena, através da negação, o Mediador e o Participativo; por

[6] Os parênteses indicam que apenas secundariamente seria colocado em cena o locutor Participativo

BEST COPY AVAILABLE

sua vez, o locutor Participativo parece construir-se em oposição ao Autocrata.

Tal sistema de oposições parece confirmar-se ao passarmos à análise dos enunciados em que há uma maior incidência de negativas. Com efeito, diante dos dados reunidos no Quadro 2, percebemos que o perfil Mediador se constrói em oposição quase exclusiva ao perfil Autocrata, enquanto o perfil Demissionário se contrapõe ao Participativo (considerando-se apenas os 5 locutores cujos discursos se atualizam em nosso corpus)[7].

Tendo em vista tal jogo de oposições, parece-nos lícito afirmar que o perfil Mediador (em franca oposição ao perfil Autocrata) estaria mais próximo do perfil Participativo, da mesma forma que o perfil Demissionário (em franca oposição ao Participativo) se aproximaria do perfil Autocrata. Teríamos, portanto, a constituição de dois grandes "blocos", que poderíamos representar da seguinte forma: um perfil autocrata-demissionário em oposição a um perfil participativo-mediador.

Que sentido atribuir a tal sistema de "alianças" que pudemos apreender através do levantamento da negação, entendida como expressão da dimensão polifônica dos enunciados sobre os quais trabalhamos? Como explicar a maior afinidade verificada entre, por um lado, os locutores Autocrata e Demissionário e, por outro, os locutores Participativo e Mediador?

Uma primeira resposta a tal questão poderia ser localizada no problema colocado ao início de nosso trabalho: a necessidade expressa pela própria empresa no sentido de conciliar os objetivos que deve alcançar ("objetivos industriais") e os objetivos de cada um de seus funcionários ("objetivos pessoais"). Deste modo, o perfil Participativo é apresentado como sendo o que corresponderia à possibilidade máxima de conciliação destas duas ordens de objetivos, vistos pela empresa como antagônicos. É precisamente nesta perspectiva que entendemos a aliança feita com o locutor Mediador, que também lograria – ainda que em

[7] Como veremos mais adiante, a oposição manifestada pelos locutores Demissionário e Demagogo ao que denominamos "outro enunciador" colocará em cena outros elementos para a presente reflexão

menor grau – tal conciliação. Da mesma forma, explica-se a oposição frente aos locutores Autocrata (aquele que valoriza exclusivamente os objetivos industriais) e Demissionário (aquele que parece excluir-se de tal situação conflitiva, não favorecendo a consecução de nenhum dos objetivos).

Como se dá a entrada do locutor Demagogo em tal cenário? Que lugar viria ele ocupar no jogo de alianças/oposições até então configurado?

Acreditamos que uma possível resposta a tal questionamento seja possibilitada através da discussão do papel desempenhado pelo "outro enunciador" a que nos referimos no levantamento de nossos dados. Trata-se, com efeito, da presença de uma voz que não chega a se materializar num perfil de locutor, sendo recuperada apenas através das afirmativas implícitas no discurso dos locutores Demissionário e Demagogo. No entanto, apesar de sua ausência enquanto "locutor atualizado", sua presença é incontestável, chegando mesmo a configurar uma nova articulação de alianças/oposições: um perfil demissionário-demagogo X "outro enunciador".

Ora, se este "outro enunciador" se faz presente apenas através das afirmativas implícitas nos enunciados negativos dos locutores Demissionário e Demagogo, um breve exame de tais afirmativas poderia revelar-se produtiva para a compreensão desta nova articulação:

- afirmativa implícita no enunciado 19 (locutor Demissionário): "Fico inseguro em relação ao pessoal";
- afirmativa implícita no enunciado 20 (locutor Demissionário): "Redijo as normas de trabalho";
- afirmativa implícita no enunciado 30 (locutor Demissionário): "Assumo trabalhos que sejam da competência de outros";
- afirmativa implícita no enunciado 06 (locutor Demissionário): "Suscito problemas com as pessoas";
- afirmativa implícita no enunciado 12 (locutor Demissionário): "Crio problemas na rotina do trabalho";
- afirmativa implícita no enunciado 45 (locutor Demagogo): "Os subordinados aceitam mobilizar-se por objetivos estabelecidos por outros";

- afirmativa implícita no enunciado 02 (locutor Demagogo): "Crio problemas na transmissão de informações";
- afirmativa implícita no enunciado 32 (locutor Demagogo): "Há decisões (ou tomo decisões) que incomodam os subordinados".

O perfil deste "outro enunciador" não parece, com efeito, coincidir com um perfil conciliador de objetivos industriais e pessoais. Antes, parece muito mais propenso a valorizar exclusivamente a empresa (característica que justifica sua oposição aos perfis Demissionário e Demagogo, os que mais se distanciam dos objetivos industriais). Deste modo, a entrada deste "outro enunciador" vem colocar em cena uma outra dimensão até então não explorada: não se trata mais de saber qual o perfil que conseguiria, com maior eficiência, conciliar as duas ordens de objetivos (industriais e pessoais). Com efeito, nenhum destes três perfis lograria tal conciliação, segundo a análise a que procedemos. A possibilidade que entrevemos de justificar este novo sistema de alianças/oposição seria, pois, a seguinte: os locutores Demagogo e Demissionário parecem compartilhar uma posição de maior distância frente aos objetivos industriais; ora, este "outro enunciador", por sua vez, parece aproximar-se do que poderíamos denominar "a voz da empresa"[8]. Assim sendo, o novo critério em jogo seria o grau de adesão aos objetivos industriais: o Demissionário e o Demagogo seriam os perfis que mais se distanciariam dos objetivos industriais, ao passo que o "outro enunciador" tenderia a manifestar uma adesão máxima.

6. Conclusões

Em breve retrospectiva da análise a que procedemos, havíamos depreendido dois planos distintos de oposições:

- um plano referente à possibilidade de conciliação de objetivos pessoais e industriais. Tal plano se constrói em dois momentos sucessivos: num primeiro momento, apresentam-se dois locutores que se distinguem a partir da maior ou menor habilidade na conciliação dos objetivos pessoais e industriais (locutores Participativo e Autocrata, respectivamente);

[8] Esta "voz da empresa" parece-nos suficientemente clara na afirmativa implícita no enunciado negativo 20. Com efeito, ao "outro enunciador" corresponderia a perspectiva de quem assume redigir as normas de trabalho.

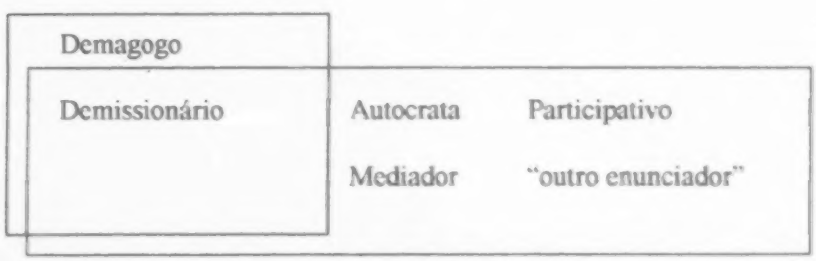
- num segundo momento, criam-se seus "reversos" (locutores Demissionário e Mediador), oposição que será responsável pelo estabelecimento de uma aliança entre os perfis Autocrata e Demissionário, de um lado, e, de outro, entre os perfis Participativo e Mediador. Deste modo, teríamos então o seguinte sistema de alianças/oposições:

Demissionário + Autocrata x Mediador + Participativo

- um plano referente ao grau de adesão de cada um dos perfis aos objetivos industriais. Tal plano é construído através de um novo sistema de alianças/oposição que já se deixava entrever nos enunciados do locutor Demissionário e que é ratificado pelo locutor Demagogo: a oposição feita por estes dois perfis a um "outro enunciador". Teríamos, então, o seguinte esquema ilustrativo:

Demissionário + Demagogo x "outro enunciador"

Gostaríamos de sinalizar que, em função do novo critério colocado em jogo através da oposição feita pelos locutores Demissionário e Demagogo ao "outro enunciador", torna-se possível repensar a posição ocupada por todos estes perfis de liderança em ação no questionário analisado, através do seguinte esquema:



Leia-se: no questionário apresentado aos chefes de equipe, o perfil Demagogo representaria o grau de distância máxima frente aos interesses da empresa; todos os demais locutores – incluindo-se em parte o locutor Demissionário – expressariam, em graus variados, sua adesão aos objetivos industriais.

Se considerarmos que os diferentes locutores sobre cujos enunciados trabalhamos representam uma "ficção" criada pelo responsável pela elaboração do questionário, ou seja, seu autor, poderemos explicitar algumas das posições que parecem caracterizar o lugar construído discursivamente pelo mesmo. Em outras palavras, o que nos parecia de início constituir um "monólogo desinteressado" (o eu que se manifestava em cada um dos 45 enunciados) vem revelar, através da análise a que procedemos, sua real condição de "diálogo polêmico" que se trava entre a empresa e os chefes de equipe:

- no exercício da função de chefia de equipe na empresa considerada, vários são os perfis de liderança que efetivamente se atualizam;
- o perfil de um chefe de equipe será sempre resultante de uma combinação, em graus variados, de diferentes estilos de liderança;
- considerando os diferentes estilos de liderança verificados, é preciso que cada chefe de equipe tenha acesso à imagem com a qual predominantemente se identifica;
- a empresa valoriza o perfil Participativo, não tanto pelo fato de este minimizar os embates entre empresa e subordinados mas, mais fundamentalmente, por manifestar sua adesão aos objetivos industriais;
- sob a condição de poder contar com a adesão (em graus variados) do chefe de equipe na defesa dos objetivos industriais, a empresa é capaz de conviver com diferentes níveis de conflito (chefe de equipe X subordinados, no caso do perfil Autocrata; empresa X subordinados, no caso do perfil Mediador);
- a empresa pode aceitar (ainda que com restrições) um perfil de chefia que não deseje assumir uma aliança explícita com os objetivos industriais, contanto que este chefe também não lhe faça uma oposição declarada (perfil Demissionário);
- a empresa não pode aceitar um perfil de liderança que se oponha abertamente aos objetivos industriais, como é o caso do perfil Demagogo.

Como vimos, o questionário, entendido inicialmente como instrumento de acesso ao saber construído por um dado segmento da empresa (no caso, o segmento representado pelos chefes de equipe), vem ainda colocar em cena saberes de outra ordem – as representações da empresa sobre cada um dos perfis de liderança, bem como os critérios

subjacentes ao julgamento que emite sobre estes diferentes perfis –, explicitando, desta forma, sua dimensão interacional na gestão dos diferentes papéis que se atualizam na empresa. É neste sentido que julgamos pertinente o ponto de vista defendido por J. Richard-Zappella (1993): o questionário seria, enquanto meio destinado a apreender um determinado saber construído socialmente, pelo menos tão "rico" quanto as respostas produzidas.

(Recebido em 04/04/97. Aprovado em 05/07/97)

Referências bibliográficas

DUCROT, O. (1972) *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
_____. (1980) *Les mots du discours*. Paris: Minuit
_____. (1981) *Provar e dizer*. São Paulo: Global.
_____. (1987)*O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
FAITA, D. (1995) Dialogue entre expert et opérateur: contribution à la connaissance de l'activité par l'analyse des pratiques langagières, em *Connexions 65*. Paris: ARIP.
NØLKE, H. (1992) Ne ... pas: négation descriptive ou polémique? Contraintes formelles sur son interprétation, *Langue française 94*, Paris: Larousse.
RICHARD-ZAPPELLA, J. (1990) Variations interrogatives dans la question de sondage, em *Mots 23*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques.
_____. (1993) "Lorsque les questions en disent peut-être autant que les réponses", em *Mots 34*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques.
SOUZA E SILVA, M. C. P. de. (1994) Os efeitos da não negociação nas relações de trabalho, *The ESPecialist* **15** *1/2*: 107-111
_____. (1997) "Construção da realidade profissional no cotidiano da empresa". In KOCH, I.G.V. & K.S MONTEIRO DE BARROS. (Org.) *Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação*. Natal: Ed. da UFRN.

Anexo: Questionário aplicado aos chefes de equipe

EXERCÍCIOS

1	( )	Eu não gosto de traçar objetivos e por isso espero que me dêem objetivos precisos e bem definidos para que eu

		possa transmitir aos meus subordinados.
2	( )	Eu dedico muita atenção em dosar minhas informações em função da personalidade de cada um, de modo que a mensagem seja aceita sem que se criem problemas.
3	( )	Eu aprendi e sei respeitar uma ordem, portanto, quero que meus subordinados executem perfeitamente as minhas ordens.
4	( )	Eu faço conscienciosamente o meu trabalho, sem, necessariamente, passar nisso mais tempo que os outros, pois de nada serve querer fazer mais que todo mundo.
5	( )	Quando há um conflito, eu tento colocar frente-a-frente as partes opostas para "drenar o abscesso" e chegar as verdadeiras soluções.
6	( )	Aceito as decisões das outras pessoas e evito fazer comentários para não suscitar problemas com as pessoas.
7	( )	Eu não busco a organização perfeita que conciliaria os imperativos de trabalho e a qualidade das relações humanas, porque essa organização ideal não existe.
8	( )	Eu tomo cuidado em manter as boas relações entre meus subordinados, porque o que eles buscam, acima de tudo, é um bom ambiente de trabalho.
9	( )	Qualquer formação deve ser um "investimento com retorno" e deve traduzir-se por uma melhoria das capacidades técnicas. Os resultados devem ser acompanhados e controlados com rigor.
10	( )	Os objetivos de Formação devem ser negociados com os homens. A Formação deve fornecer aos homens os meios para melhor atingir os objetivos industriais. Os resultados devem ser comentados entre chefe e subordinado.
11	( )	Eu tento eliminar ao máximo as causas de descontentamento de meus subordinados e despertar cada vez mais o interesse deles pelo trabalho.
12	( )	Eu evito questionar a funcionalidade da organização para não criar problemas na rotina do trabalho.
13	( )	Nas minhas decisões, eu dedico atenção ao equilíbrio entre o lado técnico e o lado da aplicação pelos homens. Eu busco decisões viáveis, ainda que imperfeitas, sempre

BEST COPY AVAILABLE

		reservando uma margem de segurança.
14	( )	Eu procuro apaziguar qualquer conflito que surge, e depois reconciliar as pessoas que se afrontaram para manter o clima de boa paz necessário ao bom andamento do serviço.
15	( )	Eu me entrego e me dedico muito ao meu trabalho, pois o responsável deve dar o exemplo, sendo sempre o mais ativo e o mais competente de sua equipe.
16	( )	Eu comando mostrando o meu compromisso com sucesso do trabalho, de maneira que meus subordinados se sintam atraídos e levados à ação.
17	( )	Junto com as informações que eu devo transmitir, eu dou as explicações necessárias para que as pessoas compreendam.
18	( )	Eu próprio determino os principais objetivos da equipe e os distribuo entre meus subordinados, para que eu tenha certeza de que estamos trabalhando no sentido dos objetivos da Empresa e que eu possa tirar de cada um o máximo de eficácia.
19	( )	Eu passo as informações que devo transmitir sem fazer muitos comentários e sem abrir discussão para não ficar inseguro em relação ao pessoal.
20	( )	Eu comando da maneira mais objetiva possível, fazendo cumprir as diretrizes e o regulamento, dentro de minha equipe de trabalho, sem assumir a responsabilidade pelo conteúdo dessas normas, porque não fui eu quem as redigiu.
21	( )	Eu faço tudo para estar disponível aos meus subordinados e poder ajudá-los, porque eles têm sempre uma grande carga de trabalho e problemas difíceis.
22	( )	Como, num conflito, raramente uma só pessoa tem toda a razão, eu chamo separadamente as duas partes para chegar-se a uma solução aceitável por todos.
23	( )	Quando eu tomo uma decisão, é porque eu conheço o problema e, como é a minha autoridade que está em jogo, eu tomo o cuidado de explicá-la para que ela seja bem compreendida.
24	( )	Como eu quero que minha organização seja um meio eficaz para atingir nossos objetivos, eu a coloco em

BEST COPY AVAILABLE

		prática junto com aqueles que terão que fazê-la funcionar.
25	( )	Eu supervisiono, ficando o máximo de tempo possível perto de meus subordinados, porque é difícil obter bons resultados se o chefe não está o tempo todo presente para fazer com que o trabalho seja realizado.
26	( )	Eu envio meus subordinados para fazer formação pelo menos uma vez por ano. Assim, não tenho problemas com ninguém.
27	( )	Eu discuto com cada um dos meus subordinados sobre a parcela que ele pode realizar dentro dos objetivos globais da Empresa, em função do que lhe interesse e mais o estimule.
28	( )	Na posição de responsável, sou eu quem dá todas as instruções a fim de que cada um saiba o que ele tem a fazer.
29	( )	Eu raramente dou ordens, pois prefiro dar um conselho ou pedir um favor de maneira que meus subordinados sintam um compromisso pessoal com minha maneira de relacionar-me com eles.
30	( )	Eu tomo o cuidado de passar aos Serviços de Apoio os problemas que são ligados a eles, para evitar assumir trabalhos que não sejam da minha estrita competência, mesmo que eu já saiba de antemão como resolvê-los.
31	( )	Quando ocorre conflito, tento suprimi-lo ou fazer prevalecer a minha posição.
32	( )	Tomo muito cuidado para que minhas decisões sejam aceitáveis pelos meus subordinados, para que eles não se sintam incomodados com as mesmas.
33	( )	Eu faço questão de ter uma boa organização porque, é a única maneira de obter o máximo possível dos homens e do material.
34	( )	Eu procuro dar a cada um a possibilidade de expandir-se em seu trabalho para obter de todos um bom resultado estimulando-os a atingir seus objetivos.
35	( )	A formação é necessária para o progresso da Empresa e dos homens que a compõem. Ela facilita a tarefa do chefe e dá a todos as mesmas

		oportunidades.
36	( )	Para poder dar à minha equipe objetivos que sejam realistas, eu procuro conhecer as previsões da Empresa e adaptá-las às possibilidades reais de meus colaboradores.
37	( )	Quando eu passo uma informação, tento fazer com que compreendam o ponto de vista da Empresa, mas eu tento também suscitar a discussão.
38	( )	Eu acho que no mundo atual não se pode mais dar ordens, então eu prefiro orientar sobre o trabalho de meus subordinados, dando-lhes indicações sobre o objetivo a atingir.
39	( )	Eu não procuro trabalhar mais ou menos que os meus subordinados ou colegas, o que eu procuro é atingir os objetivos com a minha equipe.
40	( )	Eu faço tudo para evitar os conflitos e, se surge algum, tento manter-me neutro ou não me envolver.
41	( )	Para que elas sejam criativas e estimulantes, as decisões que eu tomo são o resultado de uma reflexão com aqueles que vão colocá-las em prática.
42	( )	Eu trabalho para evoluir nossa organização para que ela esteja mais ao serviço dos homens, de modo que a melhoria das relações e do ambiente leve a uma melhoria do trabalho.
43	( )	Eu peço que o Dept° de Pessoal estude bem o salário de meus subordinados, porque, no fundo, as pessoas só vêm trabalhar pelo dinheiro e pela estabilidade do seu emprego.
44	( )	É preciso dar às pessoas todo o tempo necessário para realizar sua formação para responder à sua expectativa de formação.
45	( )	Eu atribuo aos meus subordinados a iniciativa e a responsabilidade de definir seus objetivos porque acho que eles aceitariam mal o fato de se mobilizarem por objetivos que não venham deles mesmos.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (87-120)

TEACHERS' ACCOUNTS OF LANGUAGE VARIATIONS *

(Relatos de Professores sobre Variações Lingüísticas Não-Padrão)

João A. TELLES (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)

ABSTRACT: This paper focuses on teachers' stigmatizing perspectives of their students' nonstandard varieties of Portuguese. Theoretically, the study was grounded on Personal Construct Psychology, Perspective Transformation in Teacher Education, Transformative Bidialectalism and Critical Language Awareness. The objectives were to jointly access and assess the teachers' implicit theories about nonstandard language and to verify to what extent these theories affected their classroom pedagogy. My research questions turned to how the participating teachers understood nonstandard language; and to how their understandings are reflected on their language teaching. The viewing of the teachers' videotaped classes and Repertory Grid activities inspired reflective conversations with the two teacher participants on their language and classroom experiences. These conversations were audio-recorded, transcribed and their analysis followed the thematizing approach of Hermeneutic Phenomenology. The study revealed teachers' implicit theories about language variation defining pedagogies based on deficit and standard grammar perspectives. These pedagogies are in constant interaction with the teachers' lived experiences, the contextual restrictions of schools and the limitations of teacher education programs.

RESUMO: O presente trabalho trata das perspectivas estigmatizantes que duas professoras de língua portuguesa trazem em relação às variações lingüísticas não-padrão de seus alunos. Teoricamente, meu estudo se embasa na Psicologia dos Construtos Pessoais, Transformação de Perspectivas na Educação de Professores, Bi-dialetalismo Transformador e Sensibilidade Crítica à Linguagem. Meus objetivos foram acessar e ponderar sobre as teorias implícitas das professoras

* This paper is a partial result of a four year research project funded by CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasília, Brasil. The project was developed simultaneously in Brazil and at the Joint Centre for Teacher Development of the Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto, Canada.

BEST COPY AVAILABLE

sobre linguagem não-padrão e verificar como tais teorias afetam suas pedagogias. Suas aulas foram gravadas em vídeo e atividades com Mapas do Repertório de seus conceitos sobre língua portuguesa foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas segundo a abordagem tematizante da Fenomenologia Hermenêutica. O estudo mostra que as teorias implícitas das duas professoras sobre variação lingüística definem suas posturas pedagógicas com base no déficit lingüístico e na gramática. Tais posturas estão em constante tensão com a experiência vivida dos professores no campo da linguagem e da pedagogia, com as restrições das instituições escolares e com falhas de suas formações universitárias.

Key Words: Teachers'beliefs, Teacher reflection; Language variation; Personal construe; First language.

Palavras-Chave: Crenças de professores; Reflexão de professores; Variação lingüística; Construtos pessoais; Língua materna.

0. Introduction

Soares (1989) lists the manner in which Portuguese is taught as one of the causes of high dropout and academic failure rates among working class children in Brazilian public schools. She claims that pedagogical practices common in the Brazilian official school system are frequently based on the linguistic deficit approach, an approach that considers the language of the low income class children as deficient, with poor vocabulary, short incomplete and monosyllabic phrases, and confusing syntax.

Although Soares (1989) criticizes the adoption of this deficit view of language, her expert analysis still arises out of a deficit perspective on teachers' work in the classroom. Soares (1989) claims that pedagogical practices (of teachers) ignore the relationship between language and social class and the recent sociolinguistic and sociological research findings concerning this relationship. For her, teachers' pedagogy does not acknowledge the legitimacy of linguistic varieties. Rather, it

emphasizes the standard dialect[1] to which only the upper classes have access. In addition, such traditional pedagogy *"ignores the multiple economic, social, cultural, political and ideological determinants of which schools and linguistic varieties are products"* (Soares, 1989:77).

Teachers' stigmatizing attitude to nonstandard language varieties can be presented as a consequence of teacher pre-service and in-service education. There are potentially serious psychological and political outcomes of prejudiced attitudes in relation to students' nonstandard varieties of language. By devaluing children's language through a pedagogy centered on the standard variety, teachers devalue the children themselves. This pedagogy also places children in a doubtful position in relation to their families and cultures. They start to believe that they do not know how to talk outside their stigmatized communities and, as a consequence, they feel excluded from social participation (PCELP, SE/CENP, 1992:22).

An initial assumption towards a course of action to deal with teachers' attitude and pedagogy towards nonstandard varieties in the classroom is that the components on which teachers base their language classroom pedagogy need to be accessed and assessed through professional development programs that foster teachers' critical reflection on language. I have chosen to access and assess these components through a process of *teachers' joint reflection*[2] aimed at answering the following research questions:

- *How do the participating teachers understand nonstandard language?*
- *How are these understandings reflected on their own language teaching?*

[1] Standard dialect: the prestigious language variety used by the economically privileged classes, the media, and the school system. The standard dialect is codified in the grammars and it is used as criterion for judging other dialects (Soares, 1989:82-83).

Non-standard dialect: any dialect different from the standard and spoken by low income social groups. For the purposes of the Brazilian context where Soares' studies were conducted, the criterion used for both of these definitions is the economic.

[2] Despite the fact that the two teachers were participating in my study and that I was committed to following a doctoral research agenda through my research questions, what is referred to as joint reflection on this paper is meant to be the one-to-one interactions between me and the participants.

1. Theoretical foundations

1.1 An approach to teachers'beliefs: Personal construct theory

According do Personal Construct Theory (Kelly, 1955; Hunt, 1980, 1987; Diamond, 1991, 1993), people organize their construction of events by producing structures within the framework of which things in the world take shape and assume meaning. This is done in very personal, but systematic and hierarchical ways of grouping elements into *"construction systems"* (p.50, 56). Kelly (1955) defines *"construing"* in the following manner:

> *By construing we mean "placing an interpretation" (...) In construing, the person notes features [qualities] in a series of elements which characterize some of the elements and are particularly uncharacteristic of others. Thus he erects constructs of similarity and contrast. Both the similarity and the contrast are inherent in the same construct.* (p.50-51)

These notions of *"similarity and contrast"*, in turn, are seen in personal construct psychology in terms of likenesses and differences which the person encounters in his/her experiences in the world. Similarities and contrasts are essential features and they constitute a dimension of all personal constructs (p.71). Kelly's example illustrates these contrasting notions:

> *We cannot understand what he [sic] means by 'respect' unless we know what he sees as relevantly opposed to 'respect'"* (p.71).

In personal construct psychology, then, what is excluded as irrelevant is just as important as what is included as relevant in the construing and grouping of the constructs.

Finally, Kelly's (1955) three key and inter-related notions of *"construct"*, *"construing"* and *"similarity versus contrast"* function as bases in the definition of an instrument, the *Repertory Grid*. The *Rep Grid*, as it is commonly referred to, is used for discovering the qualities of a person's constructs and the principles of inclusiveness and grouping used by him/her in the construing process of constructs. In this study, I

have used the *Rep Grid* to focus on the teachers' constructs of standard and nonstandard language.

1.2. An approach to teacher education: Perspective transformation in teacher education

For Diamond (1991), *Perspective Transformation in Teacher Education* is concerned with providing means through which teachers can become more critically aware of their values, thinking and practices. Such an awareness can, in turn, enhance their ability to deal with professional difficulties and problems (p.16), such as, in this case, the use of nonstandard varieties of Portuguese in the Brazilian public school system.

Diamond (1991) identifies three central concepts of *Perspective Transformation in Teacher Education*: meaning perspective, perspective transformation and emancipatory action. Mezirow (1990:xvi) defines *meaning perspective* as *"the structure of assumptions that constitutes a frame of reference for interpreting the meaning of experience"*. Within the individual's structure of assumptions his/her new experiences are assimilated and transformed by past experiences through a process of interpretation. This structure defines criteria for value judgements and provides principles for interpreting that are uncritically acquired through cultural assimilation. *Perspective transformation* refers to the process through which meaning perspectives undergo change. It is the process through which familiar interpretation patterns of one's frame of reference fail and new explanations of old experiences are then searched out, producing a *"restructuring of the person's own action-orienting self-understanding"* (Diamond,1991:15). For Mezirow (1990), critical reflection refers to one's *"assessment of the validity of the presuppositions of one's meaning perspectives, and examination of their sources and consequences"* (p. xvi). Finally, *emancipatory action* is the process by which teachers engage in the production of knowledge about themselves and their own practice. The core activities of this process of knowledge production are *transformative learning* and *critical reflection*. *Transformative learning* refers to the reformulation and extension of meaning perspectives to allow more inclusive, discriminating and integrative understanding of one's experience (Kelly, 1955; Diamond, 1991:17; Mezirow, 1990:xvi).

BEST COPY AVAILABLE

The joint reflection process with teachers on their views of language that is described below is grounded in these principles of transformative teacher education.

1.3. In search of an orienting approach to language education: Transformative bidialectalism and critical language awareness

A transformative bidialectal language education is basically founded on three simultaneous objectives: to value the students' nonstandard language; to work towards their acquisition of the standard language; and to work towards their acquisition of the cultural (legitimate) capital. The belief here is that achieving the first objective increases students' self-confidence and personal value within the culture of their social class. Achievement of the second objective (acquisition of the standard language) and third objective (acquisition of the cultural capital), in turn, provides students with empowering instruments in their struggle against the inequalities of the social structure. Advocates of a transformative bidialectal language education expect that the acquisition of the standard language and the cultural capital by the under-privileged classes removes the privileged and exclusive use of the standard varieties of language from the dominant classes. In transformative pedagogies of language, teachers must supply students with the appropriate classroom environment to challenge the rules that are monopolized by the privileged classes. Transformative pedagogies of language take into account the social forces that distance the cultural capital from the students' culture and make them challenge these forces. Transformative pedagogies refuse students' *adaptation* to the demands of the social structure. These pedagogies work towards students' instrumentalization so that students acquire conditions to participate socially and politically (Soares, 1989:74).

Critical Language Studies (Clark et al., 1990, 1991; Fairclough, 1992), in turn, also provide consistent theoretical support for the transformative education of language teachers and for developing their awareness of their notions of language and of their teaching practice. Critical Language Studies (CLS) presuppose strong connections between the discursive practices of language and the organization of power hierarchies within social relationships. CLS are concerned not only with an operational descriptive knowledge of linguistic practices, but also with a critical awareness of how these practices shape and are shaped by

social relationships and relationships of power. If, in Hawkins' (1984) notion of Language Awareness, language is viewed in terms of a natural order, in Critical Language Awareness (Fairclough, 1992), language is viewed as having a naturalized order. Finally, CLA views learning and knowledge as integrated with practice.

At the level of the transformative bidialectal education suggested by Soares (1989), the CLS mode of critical language analysis and the notion of Critical Language Awareness can orient teacher's understandings of the meaning perspectives that they carry in relation to standard and nonstandard language varieties. CLS theory and Critical Language Awareness have usually been discussed from the perspective of the students' development of critical language awareness (McKenzie, 1992). However, Critical Language Awareness is rarely discussed from the perspective of teachers' development of a critical awareness of language. Corson (1994) also points at the harmful impact of teachers' stereotypes of language over the learning process, performance and identity of students who are speakers of nonstandard varieties. Corson (1994) also stresses the importance of sensitizing teachers about nonstandard varieties of language and suggests pedagogical guidelines for dealing with this issue in the classroom.

If CLS are to be fostered in the classrooms, teachers must become critically aware not only of language but of their pedagogy as well. Therefore, in addition to being interested in the meaning perspectives that my participant teachers brought about language, I am also interested in their responses to the process in which we shared our reflections on their classroom practices through conversations based on a few of their video-taped classes.

2. Method

My interests lay on both the way that my participants made sense of their experiences with language - particularly nonstandard varieties of language; and on how these experiences could be reflected on their language classroom practice. The process of my research design involved offering participants some learning and reflective tools to turn to themselves and ponder over the meanings they held of language and of their teaching experiences. For me, this is a matter of educational research ethics – *not only take, but give, as well.*

My study is a phenomenological inquiry (van Manen, 1990) into my participants' understandings of language and into their responses to a shared reflection process with me on their teaching. Therefore, my study requires a search to uncover and describe the structuring qualities of the ways that my participants experience both language and their teaching practice.

2.1. Site, time spent in the field, and profile of participants and schools [3]

a) Site

Rio Claro, a 137.000 inhabitant city, located 175 km. from the state capital, São Paulo city (IBGE, 1990). The reasons for choosing Rio Claro as research site were that: (a) the language variety spoken by the city population and its vicinities is a nonstandard variation of Brazilian Portuguese which *resembles* the *caipira* Portuguese (see Rodrigues, 1974 and Bortoni-Ricardo, 1985, about the *caipira* Portuguese and the urbanization of rural dialect speakers, respectively); and (b) there is a significant number of migrant workers and their families coming from the impoverished Northeast of Brazil who speak a variation of Brazilian Portuguese that is stigmatized in the Southern regions of the country.

b) Time Spent in the Field

The gathering of the documentary materials in the first week of September, 1993, and finished in the third week of November of that year (a total of 11 weeks).

c) Profile of the two participants: Elaine and Janaina

Elaine

Elaine is the participant who has been teaching the longest. She received her B.A. degree in English and Portuguese in 1984 and started doing substitute teaching at a technical junior high school that same year. She felt burned out in 1988 and left teaching at the end of that school year. She returned in the beginning of 1989 into adult education,

[3] Except for the name of the location where the study was conducted all of the other names are fictitious due to reasons of confidentiality.

claiming that she missed her students. In 1990 Elaine started teaching English and Portuguese at the high school level. Presently, Elaine is teaching only Portuguese at the junior high school level. Elaine was in her mid thirties, and is married.

Janaina

Janaina was 29 years old. She received her B.A. in Portuguese from a night college course in 1986, but did not go into teaching. She claims she felt incapable. Since then, Janaina has been going in and out of teaching with a variety of job experiences in between - clerical work at a realtors firm, saleswoman for a medical equipment company, manager of a small medical products company. Janaina started teaching Portuguese in an adult education evening course, then on to a technical junior high, and a private high school. Presently, she teaches Portuguese at these schools and says she has found out that her real vocation is teaching. She seemed very interested in her professional development as a teacher of Portuguese.

d) Profile of the Schools

"Petra Geraldo" (Elaine's school) started the school year in February, 1993 with 681 students and, by the time we started our research, there were 677. It is the school that best fits the profile of the working class schools located in the outskirts. It is interesting the way that the *Plano Diretor* reports the economic and linguistic background of the students' families: "Most of its students come from families that have migrated from the Northeast, therefore, with linguistic and cultural variations that are proper of their original place" (p.4)[4]. The students' families expect them to reach the highest schooling that they can so as to contribute to the family income. According to the document, the constant internal migration (mostly from the Northeast) makes it difficult to keep students enrolled in the same school for very long. Variations of the *"caipira"* Portuguese and the Northeastern Brazilian Portuguese could be heard in Elaine's class.

"Alvaro Barros" (Janaina's school) is a technical junior high school. It started the year in February 1993 with 970 students. When we started

[4] "A maioria é originária de família [sic] nordestinas, portanto, com variações linguísticas e culturais próprias dos lugares de origem." (Plano Diretor, p.4)

BEST COPY AVAILABLE

our research, there were 800 students, most of them males. There were only 12 girls in the whole school; all of them enrolled in the Electronics course. Students come from low middle class; parents value school activities and see the technical school as offering a chance for their children to have a profession independently of the college course they may choose.

2.2. Tecniques and procedures for gathering the documentary materials

The basic techniques were:

a) Repertory Grid (the Rep Grid) to provoke conversation focused on my participants' understandings of standard and nonstandard language.

The *Rep Grid* (Kelly, 1955) was used with each of the two participants as an instrument to elicit and keep conversation focused on *standard* vs. *nonstandard* varieties (i.e., standard, educated Portuguese vs. variations of *"caipira"* or Northeastern Portuguese).

In order to elicit my participants' grids about standard and nonstandard language, I supplied them the elements: eight sentences ranging from very literary to very nonstandard forms of Portuguese. The resulting conversation was focused on the participants' reflections on these eight sentences that are supplied below with their translations in English. Seven of the eight sentences were created out of my own language experience as a speaker/writer of Portuguese; one was by a Brazilian poet. Sentences 3 and 5 below are standard educated Portuguese. Although sentence 3 is quite common in European Portuguese, in Brazil, it can be considered archaic. Sentence 2 carries traces of an urban version of the stigmatized *"caipira"* sociolect of the São Paulo farm lands[5] Bortoni-Ricardo (1985) calls this merging of a sociolect into urban non-standard language as a *rurban variety* (p.58). I would like to stress that wherever I refer to the *"caipira"* sociolect, I am not precluding other nonstandard varieties of Brazilian Portuguese. I have also supplied the participants with examples of nonstandard varieties that can be found in middle class Brazilian Portuguese

[5] See Amaral ([1920] 1955) for a pioneer study of this nonstandard variety of Brazilian Portuguese. Rodrigues (1974) also provides an extensive account of its morphosyntaxis and phonetics.

(sentence 1, 4 and 8, for example), as well as in working class speech (sentences 6 and 7). For purposes of validation, I requested Dr. Dino Pretti. a university professor, sociolinguist and expert in dialect studies to discuss these eight sentences in an audio-recorded interview. What is meant by validation of the sentences, here, is the verification that they are sentences that can be heard in the common *parole* of people living in the state of São Paulo or seen in their written form. These eight sentences[6] were:

1. * Esse apartamento venta muito. *(Literally, *"This apartment winds a lot."; "It is very windy in this apartment.)*
2. * Nois cumemu us ovo cum moio. *("We ate the eggs with sauce.")*
3. Dar-lhe-ei o dinheiro na semana que vem. *("I will give you the money next week.")*
4. * Vende-se calçados. *("Shoes are sold.")*
5. Ora direis ouvir estrelas. *("Oh, you tell me you listen to the starts.")*
6. *As pessoa pobre tem menas possibilidade. *("Poor people have fewer opportunities.")*
7. *A caza do Chico tá atrais dos morro aí. *("Chico's house is located behind these hills.")*
8. *Ô Zé! Trais os ovo pra mim fritá! *(Zé! Bring me the eggs so I can fry them.")*

In the context of *nonstandard language*, for example, if a teacher finds that a nonstandard sentence *"sounds awful"*, implicitly and simultaneously, she determines what *"sounds beautiful"*. This is to say that the same aspect or the same abstraction (how a sentence sounds for her) determines both what *"sounds awful"* and what *"sounds beautiful"*. The concept of *"sounding awful"* can only exist in contrast with *"sounding beautiful"*. Presenting the participant teacher with a third element (sentence) and asking her "In what ways two of these sentences

[6] These sentences are not meant to be accurate phonetic transcriptions. Rather, they intended to serve to my purpose of conveying the nonstandard variation to the participants. When reading the sentences, the teachers immediately recalled the nonstandard variations and their possible speakers. Accurate phonetic transcriptions could even confuse the participants in their task; e.g., [trayzuzovu]. However, the article "os" in sentence 8 should have been transcribed as "us" to keep consistency with its transcription in sentence 2. The word "casa" in sentence 7 was spelled with a "z" on purpose, to provoke the teachers' reflection on controvertial issues between oracy and literacy. I appreciate of my reviewers comments on these issues.

BEST COPY AVAILABLE

are similar and therefore different from the third one?" can facilitate this process of eliciting the opposite pole.

The software *Rep Grid* for Macintosh (CPS, 1990) helped me in this elicitation process. The computer mixed the 8 elements (sentences) and presented only 3 of them at a time to the participant. She, then, looked at the three selected sentences on the computer screen. I, then, asked the eliciting question: "In what ways two of these sentences are similar and therefore different from the third one?" The *Rep Grid* elicitation, then, provoked in the participant a reflective activity. Through this reflection the teacher tried to find out the aspect (the quality, the criterion, the reason, the justification) that made her to pair two sentences and make a third one stand out as different.

What is valuable in this process of reflection is that the two participant teachers provided extensive and spontaneous *think-aloud* behavior as the computer presented them several random sets of three sentences and they outlined the dimensions of their constructs of standard and nonstandard language. As a researcher, I explored this think-aloud behavior by encouraging them to talk with me, as they performed their task and I audio-recorded the process.

b) Joint reflection process on videotaped classes to provoke participants' reflective conversation about their own language classroom pedagogy. These conversations on the videotapes were audio-recorded. The participants' pedagogical choices and actions in the classroom may provide cues to how they account for their students' nonstandard language variations in their classes.

The expression, *joint reflection process*, as I use in this paper, refers to the one-to-one conversations I had with my participants about the transcriptions of the Rep Grid activity and the viewing of their videotaped classes. This notion of joint reflection process draws upon the qualities listed by Yonemura (1982) and her notion of reflective conversation. Although differing from regular "chatting" that has no orienting objective, in Yonemura's notion of reflective conversations the topics seem to arise spontaneously and out of the participants' interest. In this study, these conversations were aimed at verifying the participants' pedagogical choices and actions in their classrooms and the underlying principles of these actions and choices that might be related to how they

accounted for nonstandard language. I was interested in accessing the meanings that my participants have of nonstandard language by observing their language teaching experience in their classrooms. Access to these meanings could be provided by their retrospective conversations on their videotaped classes. Therefore, I have assumed that the descriptions provided by my participants are representative of the meaning perspectives they hold about language teaching (see, Ericson & Simon, 1980; Copeland, 1993, about retrospective verbal reports using video, although the tapes used in the present research were meant to trigger conversation with the participants).

In the viewing of the videotapes, I was not concerned with teachers' consciousness. I wanted to know what meanings they could draw from retrospectively observing their own teaching. Polkinghorne (1989) points to the epistemological and methodological problems of phenomenological research in accessing consciousness and alerts researchers as they interpret reports from others describing their experiences. For him,

> (...) *access to consciousness is problematic, and the data a researcher collects are several times removed from the actual flow of experience. For one thing, the act of reflecting – by researchers on their own or by subjects on their experience – effects a change in awareness. The initial non reflective, direct engagement with the flow of experience (the object of study) is replaced by the self's relocation to a point of observation that is removed from the experience. (...) the verbal and written report is not a duplication of what was seen (...) we have direct awareness of only one consciousness, our own. Care must be taken by researchers as they interpret reports from other describing their experiences.* (p.46)

In my study, I have taken advantage of exactly this change of awareness provoked by *"the relocation to a point of observation that is removed from the experience"*. So, at the same time that the video-tapes provided my participants with the opportunity to re-live their classroom experiences from a different perspective; a retrospective one, in which they could acquire a critical and detached perspective from their own classroom practice. Finally, I have also taken into account the fact that

BEST COPY AVAILABLE

the relationship between teachers' choices and actions in relation to their views of language might not always be linear and consistent.

The audio recordings of the Rep Grid and video viewing activities were transcribed for posteriori analysis.

2.3. Data analysis (descriptions and interpretation)

At a first level, tapes were transcribed and became written texts or the descriptions of my participants' lived experiences (van Manen, 1990). At a second level, interview transcripts were divided into meaningful segments and these, in turn, were organized according to categories that emerged through the transcript interpretation. This work finally produced interpretive memos, which were used as a source of information to write this paper.

One of the research questions (*How do the participating teachers understand nonstandard language?*) focuses on the content of my participants' experiences with language. The other question (*How are these understandings reflected on their own language teaching?)* focuses on their pedagogy. Once I engaged in conversation with the transcribed texts, the research questions guided me in the process of thematization. For van Manen (1990), a *theme* is an element which occurs frequently in the text, *"a motif, formula or device"* (p.78). As this process of looking for themes in the texts of the interview transcripts evolved, I needed to have what Borbules (1993) refers to as *"inclusive and critical"* orientations (p.111) towards what my participants said in their texts. My *inclusive orientation* refers to my attempt to understand what led the participating teachers to have the positions that they proclaim in the texts; that is, their beliefs, feelings and experiences underlying their positions regarding standard and nonstandard Portuguese. My *critical orientation*, in turn, refers to a more skeptical, questioning attitude regarding these issues, a researcher's attitude that refers to the judgement of the objective accuracy of the participants' positions, their inconsistencies and the tensions provoked by such inconsistencies.

3. Results: My participants' views of language

3.1. Janaina

Janaina's way of seeing language is between *oracy* and *literacy*. The interesting point here, however, is to characterize how her view on language is dichotomized. *Oracy* and *literacy* determine the more open orientation and questioning attitude she seems to hold towards the treatment of language varieties. The following excerpt suggests such an orientation:

> JN: É que... olha...[ ] também *não estou preocupada com essas coisas certas erradas. Não me preocupa mesmo, tá?* O que eu penso, João, sabe... meu pensamento vai sempre por aí...sabe... esse negócio que as pessoas FALAM, entendeu? Por que SEM concordância? Sabe... eu acho que "vende-se calçados"[7]... por exemplo, *são erros* mas...né? *São erros...*
> J: Seria...huh... o falar é mais importante pra você. Seu negócio é o jeito que as pessoas falam,.. taí, né?
> JN: Isso, é por aí, entendeu. Eu acho, assim, se você tem a preocupação, tá... "vende-se calçados" *seria uma linguagem dirigida a um público mais específico, tá, que é uma coisa que você vai colocar numa placa - escrito, sabe, eu acho que deve haver uma preocupação maior em ter...* você entende?
> J: Porque ela está em público?
> JN: Isso, porque é escrita, porque ela aparece. Porque é uma linguagem escrita, não é uma transcrição da linguagem oral...sabe, é uma coisa que aparece... [Card ID: 10941; Source: stack "JeaniRep1A"][8]

[7] The standard form should be "Vendem-se calçados", where the verb must be conjugated in the plural form to agree with the object which is also in the plural.

[8] JN: (...) I don't bother about this being right or wrong, I don't really worry about that. What I think, you know... this is the way my thoughts go: the fact that people TALK, right? Why do they do it WITHOUT noun-verb agreements? "Vende-se calçados." [literally, "Shoes are sold."], for instance. I believe that this is a mistake and more so... they are mistakes... [pause]
J: Hum... would that be because talking is more important to you? Your business is the way that people talk? Is that it?
JN: Yeah, that's it. Understand? I believe that, if you are careful, you know... "Shoes are sold" would be a kind of language that is targeted to a more specific public. It's something you would put on a sign, it's written, you know. I believe that there should be more emphasis on having... you know? [Card ID:10941; Source: "JeaniRep1A"]

Janaina treats the case of the sentence as a *"mistake"*. This reveals a deficit/standard view orientation in her judgement of language variety as presented in the Rep Grid sentence. Nevertheless, the aspect of her oracy/literacy dichotomy revealed here is how she considers written forms of languag as requiring *"mais cuidado"* [9]. This is because she feels written forms of language are targeted to a *"specific public"* (a specific speech community). Since she believes the sentence *"Shoes are sold"* will most probably be used in its written form (*"put on a sign"*), it will also become public.

Janaina is more lenient in passing judgements on spoken language (*"I don't bother about these either right or wrong things."*). When considering widely used forms of language that are not correct in terms of standard grammar (such as in the case of the sentence in the above excerpt), she tends to accept them:

> JN: (...) você tem essa primeira coisa, você sai pensando assim: puxa vida, mas *são tantas as pessoas que têm esse tipo de linguagem* (...) [Card ID: 13061; Source: stack "JeaniRep1A"]

> JN: Sabe porque eu acho que é acima? Porque eu acho que é muito mais próximo do que as pessoas falam, entende? *Eu acabo considerando...* [Card ID: 9802; Source: stack "JeaniRep1A"][10]

Such permissiveness, however, is not shown where literacy is concerned. Indulgence, then, is replaced by *concern*, *attention* and *more care*, yielding to issues of historicity, legitimacy and the authority of the written word (" (...) what is published and not published." Card ID:1250, Source:jeanirep1A]). For Janaina, the written word is something that is shown to others and *"cannot be a transcription"* of the oral language. This illustrates her notion of *transcribed* language.

[9] Literally, "more care", "more precision". Janaina used this expression many times throughout the Rep Grid activity.

[10] JN: (...) your first move is to think this way: Shucks, but there are so many people that have this kind of language (...) [Card ID:13061;Source: "JeaniRep1A"] JN: I would rank this sentence above, because I think it is much closer to the way people talk, you know. I end up accepting it... [Card ID: 9802; Source: "JeaniRep1A"]

> JN: Isso, porque é escrita, porque ela aparece. Porque é uma linguagem escrita, não é uma transcrição da linguagem oral...sabe, é uma coisa que aparece... [Card ID: 11194; Source: stack "JeaniRep1A"][11]

Therefore, *transcribed* language, for Janaina, provides the written representations of oral forms of language. These written representations of oral forms pertain to *"popular"* oral language used by individuals who seem to be on their way to a standard form of literacy. *"Popular"* language, in its written form, becomes a *"transcribed"* language with no focus on grammar; i.e., standard grammar:

> JN: (...) eu observo que elas [as 8 sentenças) são a linguagem popular. E uma transcrição de uma linguagem oral... Não existe nenhuma preocupação gramatical. É a transcrição da linguagem oral. [Card ID: 7751; Source: jrlang][12]

At one instance of the Rep Grid activity, Janaina explicitly expressed her views on the legitimacy and authority of the printed word through a joke she made. When she sees a literary sentence presented during the Grid activity (a sentence by the Brazilian poet Olavo Bilac), she recognizes the author of the sentence and makes the following comment when ranking the sentence:

> JN: Realmente, nada que eu observo. A primeira [sentença] é de Olavo Bilac, não é? *Mais ele do que eu prá falar que está certo!* [ri] [Card ID: 4913; Source: stack "JeaniRep1A"][13]

Literature, as a form of the printed word, seems to be considered the epitome of the most correct, most standard form of language. However, the reflection process initiated through our conversation triggered Janaina to reflect on her own understanding of literature. She recalls a

[11] JN: That's it, because it's written, because it can be seen, because it's a written language. It cannot be a transcription of the oral language, you know. It's something you see... [Card ID:11194;Source: "JeaniRep1A"]

[12] JN: (...) they [the 8 sentences] are a popular language. That's a transcription of the oral language. There's no focus on grammar. It's the transcription of the oral language. [Card ID:7751; Source:jrlang]

[13] JN: I can see no problems there. The first sentence is by Olavo Bilac, isn't it? He' has more authority to say that it's correct than I do. [laughs] [CardID:4913; Source:JeaniRep1A]

representation of the *caipira*, *Chico Bento*, by Brazilian cartoonist, Mauricio, and questions her view on literature as the epitome of standard language. She recognizes that non-standard language can also be found in the printed word; even in literary.

Janaína seemed to be in a transitional phase: a time of tension between the prescriptiveness of normative grammar and her perception of the language use to which she is exposed in the daily life of her classroom practice. Although confusing and full of contradictions, I see this transitional phase from one way of understanding language to another as something positive. If, on the one hand, her perception on language is influenced by deficit/standard views of language variation; on the other hand, the data that she gathers on daily use of language contradicts such views. At one point of our analysis, she mentions that judging language by the amount of errors in it is ridiculous. At another point, she recognizes non-standard/stigmatized dialectal forms in her own language use, as well as in that of people close to her social background. This recognition contradicts the prescriptive views she holds which she acquired as a result of both language and teacher education.

> JN: Então, aqui eu considero... "as pessoa pobre tem menas possibilidade", pessoas até próximas a mim, entende? Tá? Não professores, mas pessoas do meu convívio normal, tá, em casa... [Card ID: 15416; Source: jrlang][14]

Although Janaina claims that an error approach to language evaluation is *"ridiculous"* [Card 6330; Source: jrlang], many of her judgements in the Rep Grid activity were based on normative grammar rules (e.g., noun, verb, subject, adverb agreement, spelling. number and gender). These rules are clearly expressed throughout the transcripts. Normative grammar, standard views of language and the quantity of errors characterize her distinction between oracy and literacy, for example:

[14] JN: (...) So, here I think about... "Poor people have fewer possibilities" 14 [a very non-standard sentence]. I see it as spoken by people who are close to me, you know? Not teachers, but people I meet every day, people at home. [Card ID:15416; Source:jrlang]

> JN: (...) Eu acho que é mais sério escrever "vende-se calçados" ["shoes are sold"] do que dizê-lo. [Card ID: 7268; Source: jrlang][15]

I believe that normative grammar also regulates and defines the hierarchy on which Janaina bases her language judgements. She does not acknowledge my opinion, however. Janaina claims it is neither a question of hierarchy nor of importance when considering how she judges language.

> J: Então prá você existe uma coisa hierárquica entre oralidade e linguagem escrita, vamos dizer?
> JN: *Não, não é bem hierárquica... sabe, eu não vejo assim como uma coisa mais principal ou menos, nem é questão de importância.* Porque eu acho, assim, se eu estou vendo esses problemas gramaticais, sem concordância, concordância, sabe, ortografia... entendeu? Então, por exemplo, [ ] *eu acho mais grave* escrever "vende-se calçados" ...
> J: ... do que falar...
> JN: *...tá...do que fal... exato...* [Card ID: 7268; Source: jrlang][16]

However, later in the Rep Grid activity, she falls into a contradictory mode which shows that normative grammar, as well as the speech community in which language is spoken, do play an important role in her language judgements:

> JN: Por isso que eu coloco " a casa tá atrais dos morro", eu não vejo uma coisa importante, depois que ele escreveu casa com "z", né? "Tá", eu não acho... o menos importante é o estar "morrosss" no plural, sabe... eu não acho importante. Eu acho que é importante "nois cumemu os ovo" , o "ovo" estar no

[15] JN: (...) I believe it's more serious to spell "vende-se calçados" ["shoes are sold"], than to say it. [Card ID:7268; Source:jrlang]

[16] J: So, for you there is something hierarchical between oracy and the written language, let's say?
JN: No, it's not quite hierarchical. I do not see it as a question of being more or less important. When I think about grammar problems, agreement or spelling, then, I believe that writing "shoes are sold" is more serious...
J: ... than saying it, right...
JN: Exactly, than saying it... [Card ID:7268; Source:jrlang]

BEST COPY AVAILABLE

> singular... você entende, dentro dessa frase aqui. Isso eu acho importante. [Card ID: 7268; Source: jrlang][17]

The relevant point in the above excerpt is the fact that, for Janaina, language functions as an icon of its speakers. The non-standard sentence *"we ate the eggs with sauce"* is typical of one which suggests and portrays an illiterate speech community, a community where non-standard speech is spoken, one such as where the "illiterate hillbillies" of the rural areas of Rio Claro live. Language, in this case, works as a badge, an icon of its speech community.

Later on in the Rep Grid activity, Janaina talks about *"concern for language"* again. She begins by saying that care should be taken not to fall into exaggeration. When asked to make her concept of *"concern for language"* more explicit, I sense that she is ambiguous in what she believes to be exaggeration, and prescriptive/standard views of language. This is the way she talks about *"concern for language"*:

> J: O que é ter um cuidado melhor?
> JN: Olha, em gera.. *tentar seguir o padrão de linguagem jornalística: concisão, sem erros... evitando mesmo prá propagar... Eu acho que deveria ser... porque é uma linguagem jornalística. Eu acho que tem que ter um padrão, independente de ser no norte, no sul, tem que ter esse padrão que a TELEVISÃO tem que seguir. Se eu estou escrevendo um texto só para o Jornal Nacional eu vou ter o cuidado de fazer a mesma coisa.* [Card ID: 16664; Source: jrlang][18]

For me, the essence of the above transcripts is that *"concern for language"* means paying attention to the standard/normative views of

[17] JN: That's why I ranked "the house is behind the hills" [literal translation] as something less important, after he misspelled "house" with a "z" [casa/caza]. I see "hills" in the plural form as less important. I don't think it's important. The important thing is to have the word "egg" in the plural form in sentence "we ate the eggs with sauce" That's what I think is important! [Card ID:7268; Source: jrlang]

[18] J: What do you mean by "concern"?
JN: To follow the standards of journalistic language: conciseness, no mistakes... avoiding mistakes so that they won't be spread... I believe it should be... because it's a journalistic language. I believe there should be a standard, independently of being from the North or South. There must be a standard, which the television has to follow. [Card ID:16664; Source:jralang]

language; and that TV, as vehicle of the media, plays an important role in disseminating forms of language.

Despite being influenced by more progressive views on language variation, Janaina's deficit/standard views seem to prevail in the way she understands language and language learning. The discrepancy between what she professes and the way she actually understands language is probably the result of Janaina's transition process of abandoning traditional models of language which previously guided her. I see here a teacher questioning her old models and comparing what she learned at teachers college with her own language learning and teaching experiences.

Janaina has dichotomous understandings of language. The dichotomies reflect ideas based on oracy and literacy, and on deficit and standard views of language. Janaina's notions of the authority and legitimacy of the written/published (or literary) language as opposed to what she names as *"popular language"* (*"transcribed language"* in its written form) are linked to her dichotomous view of oracy and literacy. Her understanding of language variation is heavily based on views of deficits and standard which are regulated by the prescriptiveness of normative grammars. For her, language functions as an icon, a representation of its users portraying them and their speaking communities. Janaina's notion of *"concern for language"* is well illustrated when she suggests the spoken and written media are vehicles for the dissemination of standard forms of language. In this sense, newspapers and television should use language *"with care"* since they are legitimate and authoritative ways of spreading its standard forms.

Janaina's views of language are based on clarity, concern for and avoidance of ambiguity. These notions are linked to a teleological perspective from which she understands language comprehension. She draws upon this perspective to define her teaching objectives as well as her notions of knowledge about language and language learning. In regards to her teleological view of verbal communication, Janaina accepts only a part of this conduit model of message emission/reception. This is because she also considers prior knowledge held by the sender and/or receiver of the message as well as the context in which communication occurs. For Janaina, neither the sender nor the receiver is seen as empty vessels; and the context in which communication occurs

defines the continuum perspective from which she considers and evaluates meaning and ambiguity in language. Janaina presents these contradictory views of language as she evaluates the eight element sentences during the Rep Grid elicitation. I believe this to be a sign of an on-going process of transformation of perspective, which she was already undergoing when we started our joint reflection process (see excerpt, p.13).

For Janaina, knowing the rules of language and using them are distinctive abilities. She sees a gap between both of them, just as she sees a gap between oral and written performances by students. Janaina talks about students *"retaining the grammar concepts"* (that is, "normative grammar"). However, this does not mean they will use whatever they retain about knowledge of language in their own language performance. Her perspective on language learning is founded in assimilative and cumulative views of knowledge transmission from teacher (a knowledge holder) to student (an empty vessel). This deficit approach is not fully espoused by her, though, since she sees her students as *"talkative persons"*. This means that they are somehow able to use language for communication. In this sense, another dichotomous distinction between *"general oral expression"* (used for chatting) and *"content oral expression"* (used for discussing the content of classroom texts and assignments) helps her to organize her perspective of student learning. This distinction also accommodates the tension caused by the gap she sees between students' oral and written performances.

3.2. Elaine

It is difficult to explicate the operation of Elaine's understandings of language and language varieties without associating them to the general milieu of her school environment and language policy. Several aspects of this milieu have an impact on her understandings of language and standard and nonstandard language. A few of these aspects are: time management of classes, large number of students, her views regarding usefulness of the school language curriculum, deficiencies in her professional development, and the authoritarian aspects of the workplace. Because of the focus of this paper, I have structured my response to the research questions.

From the analysis of the conversations on the Rep Grid and the videotaped classes, I could notice that Elaine's work with language in the classroom is based on a deficit approach. She prefers working from the point of view of looking for students' mistakes, their deficiencies and their lack of grammatical content. Quite explicitly in the analysis of the first video-taped class, the Rep Grid elicitation transcripts show a teacher who works from a right versus wrong perspective, and from a point of view of standard language variation ("correct" standard pronunciation and grammar). These viewpoints of language define her choice of pedagogical materials and the emphasis she places on aspects of standard language which, she believes, will eradicate "the errors" of the language that her students bring with them to school from their homes. Her work operates from the premise that her students do not know how to talk properly. This is illustrated from the following excerpt where Elaine talks about the faults in the textbook she has chosen. The excerpt also suggests the criteria used by Elaine in her choice of the textbook which she adopts for her teaching. The textbook she uses matches her views based on errors or deviations from standard forms of the language:

> J: Que você acha que um livro didático deveria ter assim, o que está faltando nesse livro didático, por exemplo, que falta nesse?
> E; Huh... [pensando] Ele pega, pega muito na parte de *gramática... oração subordinadas, analise sintática, sujeito, predicado...*
> J: E o que você queria mais de linguagem e tal....
> E: *Eu queria mais assim, vamos supor, os erros vamos supor... erros. Quais são os erros mais cometidos, né, e... vamos procurar corrigir essas falhas*, como um livro... como... [FIM DO LADO A DA FITA] um livro bom, excelente, é que você não estava aqui. Então...
> J: Esse livro teria que... então... ter mais... huh....
> E: Por exemplo, *aquele negócio que eu comentei com você "rouba" - não é /róba/ é /rouba/, não é /estóra/ é /estoura/, então, quer dizer... os alunos aproveitam... "Ah, nunca vi isso!!!", "Que bonitinho, aprendeu falar!"* [ri] [Card ID: 4365; Source: stack "langteaching"][19]

[19] J: Do you think a class textbook should be this way? What's missing in this textbook, for instance, what's missing in this one? (Cont.)

BEST COPY AVAILABLE

Elaine's choice of working from this deficit, standard grammar perspective forces her to deal with a few problems. These problems include traces of her own non-standard accent (her own linguistic history she brings to her teaching), the negotiation of access to the speech communities (the gangs) within the school, and the rejection/ deep lack of interest in grammar on the part of her students and on her own part. These three problems are respectively exemplified in the three groups of excerpts below. These three groups of excerpts respectively illustrate Elaine's uncritical awareness of her own regional non-standard accent, and that of her students, the deficit perspective from which she views the language of the gangs, and the tension that this deficit perspective of language poses when choosing the content to be taught:

> E: (...) Bom, a leitura do Anderson, é... ele é assim: medo, insegurança... da muito soquinho, *a pronúncia, tipo assim bem... Piracibano, né? Não só dele como a minha também.* [Card ID: 4476; Source: stack "emilvid1A"]

> "Por que eu explico as gírias, né?" Huh.... por quê? Porque eu explico as gírias. Porque é muito grande o uso de gírias na escola. É grande demais. Praticamente, os alunos lá conversam em gíria, conversa só na base de gírias... né? Por quê? Porque é o grupo deles. De repente que é? A professora não vai entender o que eu estou falando. Então, eu também tenho que entrar na deles, né? Como [illegible] caso que eu citei prá vocês: "farinha", né? Depois que eu fiquei anos trabalhando no centro da cidade, voltei prá periferia e não sabia o que era

(Cont.)
E: Huh... [thinking] It covers, it covers a lot of grammar... subordinated phrases, syntactical analysis, subject, predicate...
J: And what would you rather have as far as language is concerned and so...
E: I wished I had more, let's see, errors, let's suppose..: errors. The most frequent errors, you know... and let's try to solve these faults, a book like... like... [END OF SIDE A OF TAPE] [...] A good book, an excellent book, but you were not here. So...
J: So, this book needed to... so we need more... huh....
E: For example, that problem I mentioned to you "rouba" [literally, "to steal", first vowel pronounced /o/]. It's not "rôba" [as in /ɔ/], it's rouba, it's not "estóra"[as in / ɔ/] [literally, to explode], but it's "estoura" [/o/]. So, I mean... the students learn something... "Oh, I've never seen such thing!!!" "How cute, you've learned how to talk!" [Laughs] [Card ID: 4365; Source: stack "langteaching"]

BEST COPY AVAILABLE

"farinha". Depois que eu fiquei descobrin... que eu.... que eu descobri que era cocaína. "Olha a farinha, a farinha!" Quer dizer, eu então, *o que eu estou fazendo? Estou descendo um pouco ao nível deles... de falar, né?* [Card ID: 4980; Source: stack "langteaching"]

E: Então... mas é... FAZER a analise, né? *A analise, né... que eles não gostam.* [Card ID: 9897; Source: stack "emilvid2"]

Eles querem assim, teatro, jornais, vídeos, e... o que está escrito lá nas folhas... prá que eu estar ensinando isso, né? Que eu vou fazer com isso/ Certo? [Card ID: 9348; Source: stack "emilvid2"][20]

For Elaine, language works as capital. Language defines one's presentation of self and one's role in the social context. Her deficit approach to language places her students in the position of deprived of such capital who must learn how to speak and write the language "correctly" (and that means the standard form) within the different areas of knowledge.

E: Escuta, eu acho o seguinte: huh...suponhamos, fazer o aluno falar o Português corretamente, [ ] de seu trabalho corretamente, mas também em outras áreas, não somente na

[20] E: (...) Well, Anderson's reading is... it's like this: fear, lack of self-confidence... he stammers, his pronunciation is like... someone from Piracicaba [a neighboring city where a similar stigmatized dialect is spoken], right? Not only his pronunciation but mine as well. [Card ID: 4476; Source: "emilvid1A"]
E: I said: "It's slang.", I said. And what is that? It's one of their groups, you know? Each of these groups has its own slang, right? The teachers have theirs, students have others, etc...[Card ID: 2415; Source: stack "langteaching"]
"Why do I teach slang, right?" Huh... why? Why do I teach them slang? Because the use of slang in school is very common. It's so common. Actually, the students at this school interact through slang, their conversations are based on all sorts of slang... (...) So, I must get closer to them , you know? (...) So, what am I doing? I am coming down to their level... the way they talk, right? [Card ID: 4980; Source: "langteaching"]
E: The problem is doing the analysis, you know? [syntactical analysis] It is the analysis that they don't like. [Card ID: 9897; Source: stack "emilvid2"]
E: They are interested in theater, newspapers, videos, and... in what it's written there on the sheets... what's the purpose of teaching all this, you know? What am I going to do with that? [Card ID: 9348; Source: stack "emilvid2"]

BEST COPY AVAILABLE

> matéria Português. [Card ID: 5373; Source: stack "langteaching"][21]

The impression I have is that Elaine aims at a language education that will provide her students with what they do not have, i.e., the standard forms of Portuguese and the standard linguistic capital which will provide them with social prestige. That means the standard forms of Portuguese.

> E: (...) no caso de você ser convidado para dar uma palestra, para ler algo em voz alta para uma platéia, você tem que ler bem, né? Tem que ressaltar certas palavras etc. [Card ID: 5912; Source: stack "emilvid1A"][22]

Despite Elaine's being aware of the few dialectal features of her own Portuguese, she sees herself as an expert and studious person of the Portuguese language. However, she also seems to come from an environment where the non-standard forms are spoken. In the excerpt that follows, Elaine mentions her mother as a non-standard dialect speaker. The excerpt provides an illustration of how Elaine sees non-standard language and her self-relation to it:

> E: Olha, [lendo as sentenças na tela do computador] "as pessoas tem *menas* possibilidade"[23], prá esse tipo de frase ai, eu dou... 60%. Porque esse *"menas"* aí... eu vou falar... eta... minha mãe fala "*menas*" aí... É menas? É *menas* aquela "*menas*", tinha *menas* pessoa em tal lugar, *menas* gente,

[21] E: Listen, this is what I think: huh... let's suppose, make the student speak the Portuguese language correctly, [ ] of their work correctly, but also, in other areas, not only in Portuguese. [Card ID: 5373; Source: stack "langteaching"]

[22] E: (...)In case you are invited to give a lecture on something, to read something aloud in public, you had better READ it well, you know? You should EMPHASIZE certain words, etc... [Card ID: 5912; Source: stack "emilvid1A"]

[23] The speaker is making the feminine form of a quantifier. This is typical of non-standard speakers. The original excerpt in Portuguese is the following: E: Olha, "as pessoas tem menas possibilidade", pra esse tipo de frase ai, eu dou... 60%. Porque esse "menas" ai... eu vou falar... eta... minha mãe fala "menas" ai... É "menas"? É "menas". aquela "menas", tinha "menas"pessoa em tal lugar, "menas"gente, alunos, virgem.. huh... quase que nao existe! Entao, eu dou... 60% [Source: Rep Grid, TransElaine]

> alunos, virgem.. huh... quase que não existe! Então, eu dou... 60%. [Source: Rep Grid, Transelaine][24]

Given her personal history, her social background and the way she presents her mother as a nonstandard speaker, Elaine's own desires in relation to standard Portuguese reflect the hierarchical focus of her perspectives when she constitutes her self-image of expert as a language teacher. For Elaine, standard language seems to provide authority to climb the social ladder and to obtain more power to stamp out or "to police" error.

The transcripts of our conversation provide insights into Elaine's views of how to work with dialectal issues in the class. I could, then, see a hesitant teacher in regards to the value of adopting a bidialectal approach in the teaching of her mother tongue. Elaine does not consider it as an approach that can value the language that students bring with them from home. She does not see bidialectalism as something that can empower students to keep the language of their identity. In addition, she does not seem to see the acquisition of the standard forms as an instrument for social participation. The deficit perspective, from which Elaine sees language, makes her consider bidialectalism as permissive ("Should I correct that?"). These views prevent her from considering the procedures of a bidialectal pedagogy:

> E: *Aí, agora, ficou minha dúvida também? Será que eu corrijo isso?* [O que] estou vendo em redação, alguma coisa? [Card ID: 5779; Source: stack "emilvid2"][25]

During our joint reflection process on the second videotaped class, Elaine associates such permissiveness with students' dialects to what she thought was her way of policing students to talk in the right standard forms. Again, I see a hesitant teacher in regards to the value of bidialectalism and language varieties:

[24] E: Look, [reading the sentence of the computer screen aloud] "People have fewer possibilities..." I'll give 60% to this kind of phrase. Because that "fewer" there, you know... Gee... My Goodness! My mother talks like that, she uses this "fewer" here... There were fewer people in such a place, fewer people, students... Gosh!... Yuck!... Can't believe it! So, I give it... 60%. [Source: Rep Grid, TransElaine]

[25] E: Now, I have a doubt too. Should I correct that [What] I see in the compositions? [Card ID: 5779; Source: stack "emilvid2"]

BEST COPY AVAILABLE

> E: ... que mais, também, que eu pude observar lá? Dando, assim, uma assessoria, né, rápida! *Eu não fiquei policiando, falando [ ] , não tá certo isso? Não tá certo, tá errado.* Já não fiquei falando tanto, assim, né? Já foi mais assim: OPINIÃO DELES, né? Opinião deles mesmo. Então, faz questionar bastante, né? *Porque não tem errado, acha que tudo é certo,* acha que... [Card ID: 10439; Source: stack "emilvid2"][26]

Finally, Elaine's believes that it will be hard for her to accept the fact that students can *"talk wrongly"* in class. For her, she says, this will take a long time. She claims that the students themselves do not accept this bidialectal perspective, and she uses this rejection to validate her own. In the following excerpt, I can perceive such rejection, as well as the questioning effect that our research process had over her *either/or* conception of a bidialectal language education:

> E: Em relação, né, o que eu falo: certo ou errado, padrão e não padrão. EU acho assim... EU pessoalmente, acho que eu vou DEMORAR... porque até agora assim eu tô falando: "É certo ou é errado?" Eu vou DEMORAR, acho que prá aceitar ... isso, né? Huh... "Falar errado!" Então, os alunos vão espantar, né?
> J: Você não aceita isso?
> E: Não, não aceito ainda.
> J: Você não acha válida essa idéia?
> J: Não... não acho, mas agora você está fazendo olhar... sobre... sob OUTROS olhos, né? Huh... pode até falar... porque às vezes a menina... eles "Ah!" , não admitem, né? Quer dizer, é um negócio, assim, difícil, a LONGO PRAZO, eu vou ter que tirar, né? Esse negócio de certo x errado. "Não... huh!!!" Né? [Card ID: 5472; Source: stack "emilvid2"][27]

[26] E: huh... what else could I notice there? I was giving a fast help, right! I didn't police them [ ] "Isn't that right? No, it's right, it's wrong." I did not keep talking like that, right? I sort of tended to THEIR OPINION, you know? Their very own opinion. It put me in a very questioning position, you know? Because there is no such a thing as wrong thing, everything can be right that... [Card ID: 10439; Source: stack "emilvid2"]

[27] E: Regarding that business: right or wrong, standard or non-standard. This is the way I see it... I PERSONALLY believe that I am going to TAKE A LONG TIME... till now I am asking: "Is it right or it is wrong?" I am going TO TAKE A LONG TIME to accept it... I mean, you know, huh... "To talk wrongly!" The students are going to get surprised, you know?
(Cont.)
(Cont.)

BEST COPY AVAILABLE

I believe that the above excerpt epitomizes Elaine's concepts of standard and non-standard language, of her students as non-standard speakers, and her aversion to a bidialectal language education model.

4. Comments

4.1. The Research Questions: How do the participating teachers understand language and their own language teaching?; and How are these understandings reflected on their own language teaching?

Being the focus of my participants' teaching, the non-standard variety of Portuguese spoken by Janaina's and Elaine's students bears features that are characteristic of the nonstandard variety of Brazilian Portuguese spoken and written by people living in the interior regions of the state of São Paulo. This variety did not carry all of the characteristics of the *"caipira"* Portuguese spoken in the area I conducted my research, but closely resembled it. My three participants were exposed to, and had to deal with, the same nonstandard variety. Even their speech carried a few traces of it, but not as many as their students'. Despite their individual differences, Elaine and Janaina seemed to construe standard language in the way defined by Corson (1994), that is, as *"something to aspire to"* (p.273). Their way of viewing standard language seems evaluative and normative. These characteristics are particularly evident in Elaine's persistent way of understanding language in terms of right versus wrong, a dominant perspective that defines the basis of Elaine's teaching (e.g., with its focus on correctness).

Both participants considered spoken language as connected to the social group that speaks it. However, this connection between language and speech community affects their pedagogies and understanding of language in different ways. Elaine understands her students as belonging to a different social class. She construes her own understanding of the language spoken by her students as compared to how she construes

J: You don't accept that?
E: No, not yet.
J: You don't think this idea is a valid one?
E: No... I don't think so, but now you are making me to see.... with... with different eyes, you know? Huh... one can even talk... because that girl sometimes... they say "Oh!", they don't accept that, right? [Card ID: 5472; Source: stack "emilvid2"]

BEST COPY AVAILABLE

standard language; that is, as *"something excellent" or "the best there is"* (Corson, 1994:273).

Similarly, Janaina seemed to have mixed feelings about her students' nonstandard language. Although Janaina is of the (prescriptive) belief that standard forms of language are to be aspired to in her classes (her notion of *care with the language*), she notices that even educated people find using nonstandard forms acceptable in daily colloquial use. This linguistic data, available to Janaina in her school and social environment, triggers her reflection on her judgements based on prescriptiveness and grammatical accuracy. In her transcripts, Janaina construes different dialects as icons of the speech community to which speakers belong. She construes an understanding of "care with language" on basis of normativity. Just like her understandings of pedagogy, the ways Janaina construes standard versus nonstandard forms of language seemed to be consolidating. Janaina is still looking for alternative ways to deal with language in her classes.

A teacher's personal constructs of language are important for teachers to approach students' nonstandard varieties of language from Soares' (1989) bidialectal perspective; that is, a perspective that is both empowering and educational. Teachers' understandings of language must carry both openness to and an attitude towards alternative perspectives of language that reject prescriptive and deficit bases. Teachers whose ways of construing language are heavily based on accuracy or correctness, such as Elaine's, might be more resilient to adopting a bidialectal view of language education in their classes. Views based on deficits, accuracy, and correctness try only to eradicate students' nonstandard language.

For Elaine, a nonstandard language variation is incorrect. As a consequence, her construct of language variation contributes to her understanding of teaching as deficit correction, and repairing her students' language. Therefore, Elaine's ways of construing language, students and language pedagogy distances her from Soares' (1989) proposed bidialectal education. Like Elaine, Janaina also distances herself from Soares' proposal, but for a different reason: her constructs of language, students and teaching are not defined enough to accommodate a bidialectal approach. Furthermore, Elaine's constructs are incompatible with Soares' (1989) approach to nonstandard language varieties because they are based on a deficit view of language. Elaine construes her

students as deprived of *"the capital"* of standard language (*"(...) no caso de você ser convidado para dar uma palestra, para ler algo em voz alta para uma platéia, você tem que ler bem, né?"* Card ID:5912) required to act in *"the market"* (Bourdieu, 1977). Elaine sees bidialectalism as permissiveness, as *"nothing is wrong, everything can be right"*. These ways of construing language typically characterize a deficit approach to language pedagogy, and are incompatible with bidialectal education. They make Elaine's pedagogical possibility of a transformative view of bidialectal language education even more distant.

Janaina's pedagogy and her construct of the teacher's role draw heavily on her experiences as a language student: normative grammar and the teacher as *transmitting* language content. However, from the start of the research process, Janaina herself claimed to be on the way to making changes, and already voiced dissatisfaction with her teaching. Both Janaina's dissatisfaction with her professional development, and her consequent curiosity and will to learn alternative ways to construe language and pedagogy led her to be part of my research. In this sense, already at the beginning of the research process, Janaina had started looking for different perspectives on language and teaching to make up for what she called her "deficient" teacher education.

Imagine that the bidialectal approach had been funneled onto Janaina's professional knowledge landscape by means of a competency-based teacher education approach. Janaina would encounter problems dealing with bidialectalism in class. Based on my reflective experience with Janaina, I perceive that she construes her role as a teacher as the one who has to *"pass on grammar"* to her students (e.g., she asks them to "bounce back" what they have learned from the conduit process). However, her acceptance of bidialectalism would not be so difficult as in the case of Elaine. This is because, through our reflective conversations on her classroom practice and understandings of language, I perceived that Janaina felt unhappy about her teaching and herself as a teacher (see excerpt below). The first condition that favored her transformation was that her professional and pedagogical situation was off-balance. I see imbalance as characterized by the teacher's perception of a lack of content and pedagogical knowledge, accompanied by feelings of unhappiness and personal and professional dissatisfaction. Segments of the transcripts showed that Janaina felt she lacked content and pedagogical knowledge, and was dissatisfied with the way things were

going in her teaching milieu and in her pedagogy. Such feelings are, I believe, a frequent source of emotional and professional stress. The following excerpt illustrates Janaina's feelings:

> JN: (...) Porque... eu já estava passando por um processo dis... de discussão quando você chegou, João. *Estava tudo muito mal, tinha que haver alguma saída, algum lugar para ir...*
> J: Um processo de discussão com quem?
> JN: Comigo mesma!
> J: Com você mesma?
> J: Comigo mesma. Um processo de reflexão. Eu tinha que encontrar alguma coisa que me desse a possibilidade de mudança...minha atitude. Primeiro eu achava que meu problema era falta de conteúdo. Daí eu preparava minhas aulas, eu sabia tudo, eu verificava tudo, tinha o conteúdo e nunca [conseguia resultado]. Eu achava: "Não é só conteúdo. Tem alguma coisa a ver com a dinâmica com meus alunos." (...)[Card ID: 2944; Source: jeanivid2] [28]

Both Janaina and Elaine accounted for students' nonstandard varieties from a deficit perspective. However, their reasons for adopting this deficit view differ. Janaina, for example, adheres to the view of teachers as providers of grammatical knowledge, and is not able to see constructs of language from other perspectives. Janaina, however, seems open to new ways of understanding language as long as they can effectively help her solve classroom problems. Unlike Janaina, Elaine is the most distant from adopting a bidialectal approach, or even something similar. I believe Elaine has to undergo a greater change in her way of construing language, students and pedagogy before there can be any possibility of her considering nonstandard varieties of language from bidialectal perspectives. First, Elaine must free herself of the tight, impermeable constructs she holds of standard grammar and right versus

[28] JN: (...) Because... I was already undergoing a process of dis... discussion when you came, João. Things were awfully bad, there had to be some way out, somewhere to go...
J: A process of discussion with whom?
JN: With myself!
J: Yourself?
JN: Myself. A process of reflection. I had to find something that could give me the possibility to change... my attitude. First I thought that [bad feeling] was due to my lack of content. Then, I prepared my classes, I knew everything, I checked everything, I had the content and never [got any results]. I thought: "It's not only content. It has something to do with the dynamics between me and my students." [Card ID: 2944; Source: jeanivid2]

BEST COPY AVAILABLE

wrong language. Probably, Elaine needs a working partner, a collaborating colleague, who feels more confident.

Finally, this study made me aware of the distance between my participants' ways of construing language, students and pedagogy, and these principles of bidialectal education. From the perspective of transformative teacher education, I can now better grasp these constructs, and anticipate how my two participants would take up bidialectal education. A competency-based teacher education program with inventory-like specifications of principles, content and skills, as described by Diamond (1991), would present a series of requirements to teachers as to how to proceed from a bidialectal education perspective. I have chosen a different, inside-out approach. I have begun with how the practitioner construes language, their students and pedagogy.

(Recebido em 08/04/97. Aprovado em 20/05/97)

References

BORTONI-RICARDO, S. M. (1985) *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: A sociolinguistic study in Brazil.* London: Cambridge University Press.

BOURDIEU, P. (1977) The economics of linguistic exchanges. *Social Science Information,* **16(6)**, 645-68.

BURBULES, N.C. (1993) *Dialogue in Teaching.* New York: Teachers' College Press.

CALDERHEAD, J. & P. GATES (1993) *Conceptualizing Reflection in Teacher Education.* London: The Falmer Press.

CLARK, R.; N. FAIRCLOUGH, R. IVANIC & M.MARTIN-JONES (1990) Critical language awareness. Part I: A critical review of three current approaches to language awareness. *Language and Education,* **4(4)**, 249-60.

_____(1991) Critical language awareness. Part II: Towards critical alternatives. *Language and Education,* **5(1)**, 41-54.

COPELAND, W.D. (1993) Videocases and the thinking of pre-service teachers. Paper presented at the Annual Meeting of the American Educational Research Association, Atlanta, Ga. (April, 1993).

CORSON, D. (1994) Minority social groups and nonstandard discourse: Towards a just language policy. *The Canadian Modern Language Review/La Revue Canadienne des Langues Vivantes,* **50(2)**, 271-95.

CPS (1990) *The Rep Grid.* Computer Software. CPCS: Centre for Person and Computer Studies.

DIAMOND, C.T.P. (1991) *Teacher Education as Transformation.* Buckingham: Open University Press.

_____(1993) In-service teacher education as something more: a personal construct approach. In: P. KAHANEY, L.A.M. PERRY & J. JANANGELO (eds.) *Theoretical and Critical Perspectives on Teacher Change.* Norwood, N.J.: Ablex Publishers.

ERICKSON, K.A. & H.A. SIMON (1980) Verbal reports as data. *Psychological Review,* **87**, 215-51.

FAIRCLOUGH, N. (1992) *Critical Language Awareness.* London: Longman Group UK Limited.

HAWKINS, E.W. (1984) *Awareness of Language.* Cambridge: Cambridge University Press.

HUNT, D. (1980) How to be your own best theorist. *Theory into Practice,* **19** (September), 287-93.

_____(1987) *Beginning with Ourselves.* Cambridge, Ma.: Brookline Books, Inc.

KELLY, G. (1955) *The Psychology of Personal Constructs.* New York: W.W. Norton & Company, Inc.

MCKENZIE, M. (1992) 'What I've always known, but never been told.': Euphemisms school discourse and empowerment. In: N. FAIRCLOUGH (ed.) *Critical Language Awareness.* London: Longman Group UK Limited.

MEZIROW, J. (1990) (ed.) *Fostering Critical Reflection in Adulthood.* San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

PCELP, SE/CENP (1992) Proposta curricular para o ensino de língua portuguesa. São Paulo: Secretaria da Educação/ Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas.

POLKINGHORNE, D.E. (1989) Phenomenological research methods. In: VALLE, R. & S. HALLING (eds.) *Existential – Phenomenological Perspectives in Psychology.* New York: Plenum.

RODRIGUES, A.N. (1974) *O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba.* São Paulo: Editora Ática.

SOARES, M. (1989) *Linguagem e Escola: Uma perspectiva social.* São Paulo: Editora Ática.

van MANEN, M. (1990) *Researching Living Experience.* London, Ont.: The Althouse Press.

YONEMURA, M. (1982) Teacher conversations: A potential source of their own professional growth. *Curriculum Inquiry,* **12(3)**, 239-56.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº1, 1998 (121-139)

DEBATE

A IDEOLOGIA DO SUPRIMIDO; OU, COMO NÃO TEORIZAR A RESPEITO DA IDEOLOGIA

(Ideology of the Suppressed; or, how not to Theorise about Ideology)

Kanavillil RAJAGOPALAN (*Universidade Estadual de Campinas*)

ABSTRACT: In this paper, I argue against the contemporary tendency to confine ideology to the sphere of subjectivity and "point of view", as defended by Paul Simpson (1993) in his book Language, Ideology, and Point of View. *My principal criticism against the view is that it simply amounts to a re-affirmation of certain of the conceptual categories with which we have for long been accustomed to think. Rather, I contend, we ought to try to interrogate those very categories with a view to teasing out the instabilities that characterise them. I argue that there is an urgent need to deconstruct the very opposition between ideology, point of view etc. on the one hand, and science, theory, or whatever that one might wish to posit on the other.*

RESUMO: Este trabalho é uma crítica da tendência atual de confinar a questão da ideologia à esfera da subjetividade - tese essa que se acha defendida no livro Language, Ideology, and Point of View, *da autoria de Paul Simpson (1993). Minha principal objeção a tal proposta é a de que ela não passa de uma simples re-afirmação de algumas das categorias com as quais estamos acostumados a pensar sobre os temas em questão. Procuro sustentar que, ao invés disso, devemos interrogar aquelas mesmas categorias com o intuito de trabalhar as instabilidades que as caracterizam.. Urge, no meu modo de entender, a necessidade de desconstruir a própria oposição entre, de um lado, ideologia, ponto de vista etc., e, de outro, ciência, teoria, ou seja o que for que se queira postular.*

Key Words: Ideology; Point of view; Subjectivity; Theory; Paul Simpson.

Palavras-Chave: Ideologia; Ponto de vista; Subjetividade; Teoria; Paul Simpson.

BEST COPY AVAILABLE

"ESTRANGEIRO: Dividir assim por gêneros, e não tomar por outra, uma forma que é a mesma, nem pela mesma uma forma que é outra, não é essa, como diríamos, a obra da ciência dialética?
TEETETO: Sim, assim diríamos.
ESTRANGEIRO: Aquele que assim é capaz discerne, em olhar penetrante, uma forma única desdobrada em todos os sentidos, através de uma pluralidade de formas, das quais cada uma permanece distinta; e mais: uma pluralidade de formas diferentes umas das outras envolvidas exteriormente por uma forma única repartida através de pluralidade de todos e ligada à unidade; finalmente, numerosas formas inteiramente isoladas e separadas; e assim sabe discernir, gêneros por gêneros, as associações que para cada um deles são possíveis ou impossíveis.
TEETETO: Perfeitamente "

Platão, *Sofista.*

0. Introdução

Vez por outra, aparecem nas prateleiras das livrarias especializadas, livros acadêmicos ostentando grifes internacionais de prestígio editorial inquestionável, que chamam a atenção de um pesquisador, não porque apresentam idéias que vão ao encontro da sua própria posição a respeito, ou trazem novos subsídios para sua reflexão, ou ainda contribuem para levar suas pesquisas numa direção até então não vislumbrada, mas porque - por mais estranho que isso possa parecer - defendem posições visceralmente contrárias a tudo o que o pesquisador no caso tem defendido em relação ao tema abordado. São casos em que, como se diria, pontos de vista diferentes se encontram em rumo de franca colisão. Para o pesquisador, esses livros são tão importantes como aqueles que expõem pontos de vista consoantes com o seu, pois o ajudam a perceber as implicações da sua própria posição com maior clareza e nitidez.

A pesquisa relatada neste trabalho faz parte de um projeto financiado pelo CNPq (Processo n.º 306151/88-0). Meus agradecimentos aos dois pareceristas pelas valiosas sugestões.

Para mim, ou se assim preferir, no meu ponto de vista (o porquê desse reparo será logo esclarecido), o livro de Paul Simpson, *Language, Ideology and Point of View* (Simpson, 1993) pertence a essa classe de verdadeiros 'achados bibliográficos' de valor inestimável. Nele o autor defende uma posição - o seu ponto de vista - diante da questão da moda nos dias de hoje - a ideologia; ou melhor, o tema do livro é, como anuncia o parágrafo chamativo que consta da contra-capa do livro, o *ponto de vista* que, do ponto de vista do autor, "intersecta e é moldado pela ideologia" - tese essa com respeito à qual tenho sérias dúvidas e divergências por razões que procurarei tornar claras ao longo da minha exposição a seguir. Contudo, é preciso ressaltar que o autor defende a sua tese com tanto entusiasmo e convicção que torna extremamente atraente um debate ou aquilo que os intelectuais franceses costumam chamar de um *engagement* com suas idéias.

Eis, então, a minha justificativa para a escolha do referido livro para elaborar esta resenha crítica: Não consigo me lembrar de nenhuma outra obra recente que defenda tão sistematicamente uma postura contrária à minha em relação ao tema central, de tal sorte que, à medida que vou analisando os pontos críticos do livro e me contrapondo a cada um deles, estarei também construindo a postura alternativa e o leitor no fim ficará, espero eu, com duas posições diametralmente opostas e o voto de minerva (ou, quem sabe, um novo ponto de vista e, se o autor do livro ainda estiver com a razão, uma terceira ideologia, já que, na sua perspectiva, não há como pensar os dois temas se não conjuntamente).

1. Ideologia e ponto de vista

O principal defeito na abordagem do autor se acha entusiasticamente alardeado no próprio título do livro. Trata-se da idéia de que a ideologia e o ponto de vista sejam cartas do mesmo naipe. Para o autor, tanto o ponto de vista como a ideologia contribuem para que as coisas pareçam diferentes do que realmente são. Todos os capítulos do seu livro, diz ele, "enfocam a linguagem como representação, como uma projeção de posições e perspectivas, como uma forma de comunicar atitudes e presunções" (Simpson, 1993:2). Ou seja, a linguagem - que pena! - está condenada a apenas representar o mundo; e toda representação, como não podia ser de outra maneira, traz consigo o ponto de vista de quem representa.

Nem tudo está, porém, irrecuperavelmente perdido; pois, para o autor, graças ao fato de que tudo passa pelo "olhar" de quem narra, todo texto é suscetível de uma interpretação estilística - uma das coisas mais fascinantes que se pode fazer depois da análise lingüística. Nas palavras de Ronald Carter, editor responsável pela Série "Interface", da qual faz parte o livro de Simpson, um dos princípios básicos do livro é que "o termo 'literatura' não pode ser definido isoladamente de uma expressão de ideologia" (p. x) e, por conseguinte, a contribuição de Simpson para a série "situa-se em uma área que é central para a crítica literária" (p. xi). E o próprio autor nos adverte logo no início do seu livro (p. 3):

> *Por causa da sua dependência da 'ciência' lingüística, presume-se com freqüência que a estilística tem a pretensão de ser um método puramente 'objetivo' de análise textual. O analista aguarda em uma atitude descompromissada enquanto que o engenho da lingüística espreme do texto todos os significados que teriam sido depositados nele pelo escritor. Todavia, poucos estudiosos de estilística reivindicam tal objetividade.*

Entretanto, o autor faz questão de ressaltar que sua meta não é a de tentar livrar a estilística da sua dependência da lingüística - ou seja, a estilística, segundo o autor, não se propõe a ser uma área tão objetiva quanto a lingüística, porém continua na sua dependência.

A dependência da estilística em relação a lingüística significa que à medida que as técnicas na lingüística vão sendo aprimoradas, os modelos estilísticos também vão se enriquecendo e sendo revitalizados. (p.4)

Resumindo, a estilística só tem a ganhar, em virtude da sua dependência da 'ciência' da linguagem - não tendo, ao que parece implicar a posição do autor, nada a contribuir para a lingüística. A relação de dependência é, em outras palavras, *unidirecional.*

2. A parábola do monarca malvado e a moral da estória

A fim de ilustrar sua tese, Simpson relata a seguinte "parábola macabra" contada, segundo ele, pelo diretor de filmes mexicano Alejandro Jodorowsky, para explicar o segredo da sua técnica cinematográfica. Um monarca cruel e merecidamente feio, deformado e

aleijado - além de ser corcunda, havia perdido um olho e uma perna - decide deixar uma lembrança para a posteridade e encomenda seu retrato oficial. Diante da tarefa ingrata, o primeiro artista a se apresentar para o desafio simplesmente ignora os 'ligeiros' defeitos da fisionomia do Rei. O truque não funciona, porque o tirano fica enfurecido por tamanho desrespeito à verdade, e como é de se esperar nesses casos, manda degolar o responsável. O segundo artista que foi comissionado para executar a tarefa logo decide não cair na mesma asneira do primeiro e opta por uma representação fiel em todos os detalhes, porém o azarado também tem o mesmo destino que o outro, porque o ilustre modelo novamente fica horrorizado, desta vez com tanto realismo numa só obra de arte.

Finalmente, chega a vez do terceiro artista, aquele a quem cabe, pela lógica convencional dos contos do gênero, satisfazer o desejo do Rei e também a curiosidade do leitor, como se diz em linguagem vulgar, "matando a charada". Com toda a esperteza a que tem direito o terceiro na fila em casos como esse, o mais novo candidato a um lugar no "hall of fame" retrata o tirano na pose de um caçador com arco e flecha nas mãos, preparando-se para acertar o alvo, pose essa que exige que o Rei apareça no momento de concentração intensa, com "um dos olhos" fechado e "uma das pernas" descansando sobre o tronco de uma giagantesca árvore caída. O Rei sai satisfeito com a 'semelhança' do retrato com o original e não só deixa o artista ficar com sua cabeça mas manda seu tesoureiro abrir o cofre para um prêmio generoso, acompanhado de todas as demais regalias etc.

Nas palavras do próprio Paul Simpson, "Transportado ao domínio da linguagem, a técnica do terceiro artista será também a preocupação central do livro" (p.2). E explica: "A elusiva questão da 'verdade' daquilo que um texto diz não é o que está em jogo aqui; o que está em jogo aqui é o 'ângulo da narração' que é adotado no texto, seja ele um anúncio, um romance ou uma reportagem jornalística. Em suma, este livro é todo sobre o *ponto de vista* na linguagem"(p.2).

A parábola do déspota malvado é, sem dúvida, interessante e dela pode ser depreendida, sem dúvida, toda uma filosofia da linguagem. Como diria Nietzsche, há uma poderosa metafísica ansiosa e pronta para eclodir por detrás das nossas falas, por mais corriqueiras elas sejam. E, ao contrário do que pensa o autor do livro, o que nos diz essa filosofia é

BEST COPY AVAILABLE

que em nenhum momento estamos livre da "elusiva questão da 'verdade' daquilo que um texto diz". Isso porque a crença na existência de algo chamado a "verdade" é precisamente o que torna possível falar em termos de "ângulos de narração". Ou seja, falar em "ângulos de narração" ou diferentes perspectivas só tem sentido com o pressuposto de que há um ponto qualquer, ainda que este ponto, em toda sua plentitude e seu esplendor seja inacessível a partir de qualquer um dos ângulos e qualquer uma das perspectivas. Platão já previa isso.

3. *Eidos* platônico e a exaltação da razão

A moral da estória (aquela contada pelo diretor cinematográfico mexicano) que Simpson quer que seja dela retirada, já se acha cuidadosamente elaborada por Platão. O *eidos* platônico é inacessível aos nossos olhos, posto que estes só conseguem enxergar o mundo de fenômenos sob uma perspectiva ou outra. E nenhuma perspectiva corresponde à forma eidética do objeto em questão, a qual só pode ser apreendida mediante exercício da nossa intuição. Posto que o verdadeiro objeto é a sua *forma* (no sentido platônico deste termo), e que a forma nunca é enxergada pelos nossos olhos tal e qual, tem-se a conclusão de que os objetos *nunca* são vistos na plenitude de sua forma.

Para Simpson, então, a esperteza do terceiro artista teria a ver com o fato de ter percebido o seguinte: já que todo olhar jamais consegue ser qualquer coisa a mais que um simples olhar, a realidade é uma mera ficção. E já que a realidade nunca passou de uma mera ficção, o artista precisa 'usar sua cabeça' para saber o que retratar e o que não retratar. O melhor artista é aquele que melhor sabe representar, não no sentido de *reproduzir* fielmente o objeto da representação, mas no sentido de *recriar* livremente, da forma que mais convém a seus interesses imediatos, entre os quais, por exemplo, evitar que sua cabeça seja decepada. No mundo de representações, não há lugar algum para verdades.

Vou diretamente à questão que mais me incomoda nessa forma de ler a moral da estória do Rei malvado. Discordo, antes de mais nada, da maneira como a questão ética é relegada ao campo de uma "desgraça" - a desgraça que é, no caso, a própria linguagem e a condição de que a linguagem só consegue, na melhor das hipóteses, *representar* o mundo e não, por exemplo, espelhar ou, melhor ainda, quem sabe, *apresentar* o mundo tal como ele de fato é. Acredito, contrariamente ao autor do livro,

que a oposição entre representar e apresentar no caso é no mínimo problemática, pois só introduz um *petitio principii*. Argumentarei mais tarde que o que temos nesses casos é uma questão de *indicibilidade radical*.

Para retomar a questão do *eidos* platônico, é notável que, com a manobra acima aludida, Platão inaugura toda uma tradição filosófica, todo um modo de pensar, baseado em uma série de oposições binárias. Pois, no rastro da oposição 'objeto vs. sujeito', vem um sem número de outras tantas: 'real vs. aparência', 'público vs. privado', 'razão vs. emoção', 'mente vs. corpo', e por aí vai.

O conceito de ideologia que Simpson utiliza tem um termo oposto suprimido, que é algo que pode ser chamado de ciência, teoria ou coisa parecida, entendida como uma instância de *superação* de todos os últimos vestígios ideológicos. Aliás, o desejo de superação está também sempre presente em todas as outras oposições binárias consideradas, pois, em cada uma delas, o segundo termo é entendido como algo que precisa ser suprimido para se chegar ao primeiro termo, este sim, entendido como instância de superação. A razão se dá a partir da supressão das emoções; a mente é entendida como acima das sensações corpóreas; a realidade se supõe revelar quando forem desfeitas todas as aparências; a esfera pública implica a instância acima de todos os interesses particulares e privados etc.

De nada adianta Simpson insistir que não está interessado em saber "a verdade verdadeira" das coisas, que a única coisa que lhe interessa é o ponto de vista. Ao insistir em que na ideologia só há lugar para o "ângulo de narração", o autor de fato legitima o binarismo clássico, e desse modo, deixa tudo como sempre esteve.

O fato em si de tais idéias terem sido discutidas por Platão ou quem quer que seja, é bom que se diga, não depõe contra o autor do livro. A questão é como mesmo Platão acaba não achando outra maneira de discutir a capacidade de intuição senão aquela que põe em cena a própria metáfora da percepção. A intuição é a percepção do objeto com o uso dos "olhos da mente". O que é importante perceber é que a metáfora no caso não é um simples recurso pedagógico ou retórico. Também não foi fortuito o uso da palavra *perceber* como sinônimo de *compreender* no começo da última sentença. A história da filosofia é testemunha de que

nunca fomos capazes de articular a questão da apreensão de conceitos se não com a ajuda da analogia do processo de percepção. "Perceptos sem conceitos são *cegos*" (ênfase minha), dizia Kant, formulando sua posição incansavelmente racionalista de que conceitos antecedem os perceptos, ao contrário do que querem nos convencer os empiristas.

4. Ponto de vista e a "coisa em si"

O principal problema de confundir a ideologia com o ponto de vista é que tal manobra acaba, como já aludi, no fundo, legitimando algo que estaria acima, ainda que de maneira implícita, de *qualquer* ideologia, da mesma forma que falar em pontos de vista reconhece implicitamente uma visão total do objeto em questão, ainda que tal visão total seja entendida como além do alcance humano (donde a expressão em inglês "God's eye-view"). Tanto a ideologia quanto o ponto de vista são, dessa maneira, relegados ao plano da subjetividade. E o livro de Simpson acaba celebrando a subjetividade, no melhor estilo dos poetas românticos. Como manda a cartilha do Romantismo, o livro recusa qualquer apelo à ciência, representada pela Lingüística, preferindo discutir as questões à margem das análises lingüísticas. A única diferença entre Simpson e os poetas românticos estaria em que a ciência (no caso, a lingüística) não é repudiada por ele ou considerada irrelevante para a estilística, a área na qual se pretende localizar tanto a ideologia como o ponto de vista. A posição de Simpson diverge, portanto, da famosa afirmação do poeta romântico inglês John Keats, de que o estado mental ideal para a criação de poesia seria aquilo que chamou de "capacidade negativa" (negative capability), na qual, segundo o jovem poeta, não haveria "nenhuma procura irritante de fatos e razões" ("no irritable reaching after fact and reason").

5. Lingüística e o estudo da literatura: lembrando um pouco da história

Há fortes indícios no livro de Simpson para se afirmar que, a despeito de toda a pretensão em contrário, a posição assumida pelo autor é extremamente tímida e acuada e, o que vem a ser uma surpresa ainda maior, tradicional e nem de longe inovadora. Afinal, é público e notório que Platão demarcou o terreno da filosofia (leia-se, o território onde prevaleceria o domínio da razão), demarcando uma área separada para a literatura. Ou seja, a filosofia nasceu no mundo ocidental a partir de um

gesto inaugural de exclusão. Desde então, os filósofos e, mais tarde, os cientistas, sempre foram unânimes em lembrar aos poetas que havia todo um espaço exclusivamente reservado a eles, onde eles podiam fazer tudo que bem entendessem. O medo de 'contaminação' sempre foi tão grande que aos poetas sempre era imposta uma espécie de 'quarentena' intelectual. Cada qual no seu lado da fronteira, garantindo a paz para sempre.

Ocorre que a bi-partição do terreno nunca foi e nunca será feita nos moldes paritários como devem pensar os desavisados. A filosofia - e mais tarde, a ciência - sempre se considerava no direito de legislar sobre o que acontecia no outro lado da fronteira. A história da crítica literária está aí como prova contundente disso. Em maior ou menor grau, ela sempre procurou ser um discurso privilegiado sobre a literatura e quase sempre reivindicou para si um caráter científico, o qual foi, novamente conforme os sabores do vento, alardeado com maior ou menor estardalhaço (O chamado *New Criticism* nos E.U.A., contemporâneo do movimento de *Practical Criticism*, no outro lado do oceano Atlântico, são períodos em que o caráter científico da crítica literária foi realçado). Não é de se estranhar que a Lingüística tenha sido convocada para emprestar a base científica de que a crítica literária tanto precisava para se justificar. Em outras palavras, o 'namoro' da Crítica Literária com a Lingüística não foi um caso de amor à primeira vista, muito menos um caso de amor 'platônico'.

Nas palavras de Hill (1955: 968):

> *Na lingüística, já se mostrou frutífero o procedimento de trabalhar, a partir das características observáveis, externas, e formais, até chegar às qualidades de significado que decorrem delas, todas reconhecidamente mais importantes, porém mais vagas. Na análise literária, da mesma forma, não seria interessante trabalhar a partir das características formais e observáveis em direção aos significados?*

Não é por coincidência que até bem recentemente as revistas especializadas traziam análises lingüísticas de poemas e romances. Widdowson (1975: 33) oferece a seguinte justificativa:

BEST COPY AVAILABLE

> [.....] *a interpretação de uma obra literária enquanto discurso envolve o correlacionamento do significado de um item lingüístico no interior do código lingüístico com o significado que aquele item adquire no contexto específico no qual ocorre. Tal procedimento de correlacionamento, porém, é necessário para a produção e recepção de qualquer discurso, de tal sorte que a habilidade de usar e compreender a linguagem como comunicação em sua forma geral se constitui na base para a compreensão da literatura em particular.*

Ou seja, a literatura nada mais é do que um caso especial da comunicação por intermédio da linguagem. "*[a literatura] é tão somente uma forma estranha e misteriosa pela qual os seres humanos conseguem comunicar-se uns com os outros*" (Widdowson, 1975: 124). Ihwe (1975: 132) é ainda mais contundente quando afirma:

> *Pode-se dizer, com um pouco de exagero, que a teoria literária deveria ser vista mais ou menos como um aditivo (appendage) à Lingüística, que goza de uma certa independência apenas em virtude de um refinamento especial das técnicas de descrição.*

É importante salientar que nenhum dos três autores citados acima faz parte da bibliografia do livro de Simpson. Há, no entanto, uma rápida menção ao nome de F.R. Leavis, o nome mais lembrado do movimento de Practical Criticism. Depois de notar que "a estilística [...] se refere, normalmente, à prática de usar a Lingüística para o estudo de literatura"(p. 3), Simpson afirma que não há por que restringir o uso do termo 'literariedade' (literariness) às "inovações lingüísticas que com freqüência ocorrem no contexto da comunicação literária" (p. 3), pois o mesmo atributo pode ser detectado também em muitos outros textos que não seriam convencionalmente rotulados de literários. A principal reivindicação de Simpson contra Leavis é no sentido de repensar "a distinção rigorosa entre linguagem literária e linguagem ordinária, mais prosaica, que caracteriza a interação cotidiana" (p.3). Em outras palavras, Simpson jamais pensa em interrogar as bases conceituais da distinção entre o literário e o não-literário; apenas quer alargar (ou afrouxar) a aplicabilidade do primeiro termo.

6. Na trilha dos binarismos

Já vimos acima que, no rastro da distinção 'filosófico/literário' proposta por Platão como gesto inaugural da demarcação do território conceitual da Filosofia, foram se multiplicando tantas outras oposições dicotômicas. Tendo estabelecido uma estreita relação entre o ponto de vista e a ideologia, Simpson procura evidenciar a presença do ponto de vista em ficção narrativa, e no modo como a linguagem codifica a experiência corriqueira mediante o fenômeno de transitividade, termo este entendido num sentido bem mais amplo do que em Halliday (1985).

Na verdade, não é difícil perceber que o autor está sendo absolutamente fiel à sua meta inicial de definir o ponto de vista em oposição a um ponto arquimediano - meta esta não confessada por ele em nenhum momento. Pois, binarismos como 'lingüística/estilística', 'literal/metafórico', 'fato/ficção', não são senão oposições autorizadas e abençoadas pela distinção inaugural entre filosofia, ciência, teoria etc. de um lado, e poesia, ideologia etc. do outro lado. Em todos esses casos, têm-se relações concebidas hierarquicamente, porém disfarçadas para parecerem simétricas. Isso fica bastante claro no Capítulo 5 do livro, onde se discute o ponto de vista no contexto de pragmática lingüística.

7. A pragmática das sobras

Na página 133 do livro, o leitor encontrará um diagrama que representa o que Simpson chama de "os múltiplos níveis de componentes comunicacionais de um enunciado". Trata-se de uma série de círculos concêntricos. "Cada anel enclausura um nível e os anéis expandem-se radialmente, de acarretamento a implicatura. Assim, enquanto o acarretamento se constitui no significado mais 'literal' fora de contexto, a implicatura depende do significado produzido conjuntamente pelo locutor e seu destinatário." Entre acarretamento (entailment) e implicatura (isto é, respectivamente, os anéis interno e externo) estão dois outros anéis denominados 'pressuposto semântico' e 'pressuposto pragmático'.

Essa representação diagramática dos níveis de significação comprova mais uma vez com muita clareza como Simpson acaba se entregando de corpo e alma aos encantos de uma longa tradição já consagrada na Lingüística, com fortes influências advindas da Semiótica

de inspiração peirceana e da Filosofia Analítica, sobretudo a partir de Carnap. A tendência à qual estamos nos referindo foi muito bem sintetizada por Bar-Hillel (1970) mediante a metáfora da "lata de lixo". A pragmática historicamente foi pensada como o componente onde se jogam todos os detritos dos demais componentes.

É interessante lembrar, a esse respeito, como algumas das tentativas mais destacadas de definir o domínio de cada um dos componentes da tríade semiótica, originalmente vislumbrada por Peirce, Katz e Fodor (1964) chegam a definir o campo da semântica como *"a teoria lingüística menos a gramática"* (linguistic theory minus grammar"). Exatos quinze anos mais tarde, Gazdar (1979) vai utilizar a mesma estratégia para delimitar o campo da pragmática: "*significação menos a semântica"* (meaning minus semantics). Ou seja, a pragmática se define a partir de uma definição previamente disponível da semântica, a qual, por sua vez, se define utilizando como termo já definido a sintaxe. Efetivamente, então, o que temos é uma escala de componentes, escala que define, ao mesmo tempo, uma ordem cronológica de prioridades de pesquisa (Por exemplo, só se faz uma investigação pragmática com razoável êxito se dispusermos de uma descrição semântica do fenômeno em questão, mas *não* o contrário; e mais, um pragmatista precisa conhecer as principais tendências da semântica, mas *não* o contrário). O que vem a ser pior ainda é que a idéia de sobras (isto é, a idéia de que a pragmática é o que se faz com as sobras da semântica, a qual, por sua vez, se constitui em um campo de pesquisa onde se trabalha com as sobras da sintaxe) acaba legitimando uma escala de valores de prioridade *conceitual*. O sintaxista se coloca como quem está com o âmago da linguagem, o pragmatista com a casca (ou, se se quiser mudar a metáfora, respectivamente, com a pérola e com a ostra).

Ao se entregar, como já disse, de corpo e alma, a essa tradição da divisão do bolo, todo o esforço de Simpson acaba se revelando como nada mais que uma patética celebração da casca e da ostra. É isso que se vê quando o autor, no trecho citado no começo desta resenha (reproduzido abaixo a fim de facilitar a consulta), faz a apologia do "ângulo da narração" e do ponto de vista, e coloca, no mesmo saco, a questão da ideologia.

A elusiva questão da 'verdade' daquilo que um texto diz não é o que está em jogo aqui; o que está em jogo aqui é o "ângulo da narração"

que é adotado no texto, seja ele um anúncio, um romance ou uma reportagem jornalística. Em suma, este livro é todo sobre o *ponto de vista* no estudo da linguagem. (Simpson, 1993: 2).

Simpson está dizendo, em outras palavras, "Deixem eles ficarem com a verdade; nós nos contentaremos com os pontos de vista, pois o nosso interesse está na ideologia".

8. Para uma abordagem mais sensata da questão ideológica

No capítulo introdutório do seu livro *Ideology: An Introduction*, Terry Eagleton (1991) distingue nada menos que 16 possíveis definições do termo ideologia. São as seguintes:

(i) o processo da produção de sentidos, signos e valores na vida social
(ii) um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social
(iii) idéias que ajudam a legitimar o poder político dominante
(iv) idéias errôneas que ajudam a legitimar o poder político dominante
(v) comunicação sistematicamente distorcida
(vi) aquilo que oferece uma posição (um lugar) para um sujeito
(vii) formas de pensamento motivadas por interesses sociais
(viii) pensamento de identidade
(ix) ilusão socialmente necessária
(x) a conjuntura de discurso e poder
(xi) o meio pelo qual agentes sociais conscientes fazem sentido de seu mundo
(xii) conjunto de crenças orientadas para a ação
(xiii) a confusão entre realidades lingüística e fenomenológica
(xiv) fechamento semiótico
(xv) o meio indispensável mediante o qual os indivíduos vivem suas relações com uma determinada estrutura social
(xvi) o processo através do qual a vida social é transformada em realidade natural.

Como observa Eagleton, nem todas as definições são compatíveis entre si. De acordo com algumas das definições, a ideologia se refere a *qualquer* sistema de pensamento, ao passo que outras definições identificam a ideologia com apenas determinados *tipos* de pensamento. Nesse segundo caso, a ideologia é encarada como algo negativo e

merecedor de ação corretiva. Acontece, porém, que a conotação pejorativa também está presente em definições como (ix), onde a ilusão é descrita como necessária, portanto, universal. A chave para o enigma está no advérbio "socialmente" que aponta para a possibilidade de que o elemento da negatividade pode não estar presente em outras instâncias que não contemplam o social.

O que é, a meu ver, interessante observar é que, em praticamente todas as definições, está presente a idéia ou, quem sabe, o desejo subliminar de superação. A ideologia é quase sem exceção entendida como algo a ser identificado, isolado, cercado, denunciado, combalido, contido, extirpado, aniquilado, e por fim, superado. Ou seja, conforme já notamos anteriormente, só conseguimos pensar a ideologia, tendo em mente, ainda que de forma implícita, um termo oposto, uma instância superior, de superação. É nesse sentido que argumentei acima que de nada adianta "assumir a bandeira" da ideologia, como faz Simpson em seu livro, se o motivo for simplesmente defender a causa do excluído. Isso porque, ao celebrar o reino da ideologia e do ponto de vista, Simpson está simplesmente deixando intocado aquilo que, desde quando fora concebido para servir de contraponto, fez com que a questão ideológica fosse relegada a um segundo plano, ao plano do subjetivo - a saber, a fé na existência de um lugar transcendental, imune a qualquer influência interpretativa - a fé, em outras palavras, na possibilidade de uma ciência (ou simplesmente teoria) isenta de qualquer conotação ideológica (Cf. Rajagopalan, Ms) ou, pela mesma lógica, de uma estética inteiramente despolitizada (Cf. Rajagopalan, 1997).

Se quisermos entender o funcionamento da ideologia, é preciso, no meu modo de entender, começar *problematizando* as próprias categorias como sujeito e objeto e os inúmeros binarismos que daí decorrem. Em Rajagopalan (1995), argumentei a favor de uma abordagem que começasse problematizando a própria oposição entre a ideologia e a teoria. O raciocínio que desenvolvi naquele trabalho era nitidamente desconstrutivo. A seguir, procurarei elaborar tal proposta.

Antes, porém, face à desinformação generalizada a respeito do pensamento de Jacques Derrida e o movimento filosófico que se inspirou nos seus escritos, urge a necessidade de alertar o leitor desavisado ou, pior ainda, mal avisado, sobre o que a desconstrução não tem a pretensão de ser. A desconstrução não tem a pretensão de ser algo totalmente

inovador na história do pensamento humano; ela parte, pelo contrário, precisamente do reconhecimento do fato de que o sonho de começar tudo de novo foi o que sempre moveu os filósofos, geração após geração. O sonho de refazer a filosofia numa página limpa se traduz na tentativa de superar as tentativas do passado (Toulmin, 1990).

A lógica da desconstrução - se é que podemos falar numa 'lógica' neste contexto, pois certamente não se trata de um método ou de um procedimento com êxito garantido - está no reconhecimento de que, na filosofia (leia-se, no pensamento humano de forma geral), no lugar da suposta superação, o que de fato se verifica é uma espécie de reaproveitamento. Isso diz respeito até mesmo ao sonho de se desvencilhar da metafísica que tanto impulsionou programas filosóficos de grande ousadia como, para citar um exemplo recente, o de Heidegger (cuja principal queixa contra Nietzsche fora a de que este não passou simplesmente de 'o último metafísico' da filosofia ocidental").

Para Derrida, no lugar de superação o que se pode desejar é uma problematização da dicotomia em questão. Tal problematização não terá como meta resolver de vez todos os problemas que são encontrados no caminho do raciocínio, pois este seria nada mais do que o velho desejo de soluções definitivas. Longe de prometer o sossego de soluções duradouras, a reflexão desconstrutivista exige de nós um engajamento constante com os nossos próprios pensamentos, mesmo sabendo, de antemão, da inexistência de saídas teleológicas (Ou melhor, precisamente, em virtude de tal reconhecimento).

Vale a pena citar a seguinte observação de Paul de Man (1982:510) a respeito do que se pretende com a reflexão desconstrutivista:

> *Quando se analisa ou desconstrói um par de termos binários, o que está implícito não é que tal oposição não tenha validade alguma numa situação empírica (ninguém de bom senso poderia sustentar que seja impossível distinguir a noite do dia ou o quente do frio); o que se entende é que a figura da oposição que se encontra em todos os juízos analíticos não é confiável, precisamente porque ela permite, no interior da linguagem à qual pertence enquanto figura, substituições que não ocorrem da mesma forma no mundo empírico. Quando passamos de uma oposição empírica como aquela entre a*

> *noite e o dia para uma oposição categórica como a entre a verdade e a falsidade, as apostas epistemológicas aumentam consideravelmente, pois, no plano de conceitos, o princípio da exclusão opera decisivamente. A função crítica da desconstrução não é de tornar nebulosas as distinções mas de identificar o poder da figuração lingüística em transformar diferenças em oposições, analogias, contigüidades, reversões, encruzilhadas e qualquer outra coisa que seja da ordem das relações que articulam o campo textual de tropos e de discurso.*

Como problematizar, então, a oposição 'ideologia vs. teoria'? O passo inicial de todo esforço desconstrutivo consiste na percepção de que os próprios termos em que tal oposição é posta são problemáticos. O termo excluído é precisamente o que torna possível o delineamento do conceito privilegiado. Já vimos como isso se deu no momento menos esperado na elaboração de um dos binarismos mais consagrados da história da filosofia: a oposição entre os conceitos e os perceptos. No mesmo gesto em que se reivindica a superioridade dos primeiros, evidencia-se a impossibilidade de "conceber" tal relação sem recorrer, pasmem, ao termo que se pretende excluir: percepto. Pois, nota-se que não se tem como pensar o modo como se apreende um conceito se não com base na analogia com o processo da própria percepção sensorial: postula-se, no caso, um processo chamado 'intuição' o qual, por sua vez, vem a ser, nada mais nada menos que a percepção de algo não material através dos "olhos da mente".

Quando se interroga o binarismo 'ideologia vs. teoria', per (ou, *con*?) cebe-se que, por mais que se queira delinear o espaço da teoria em oposição à ideologia, esta se revela uma condição, uma necessidade estrutural, daquela. Ou seja, não há teoria que não seja impulsionada por esta ou aquela ideologia. Ou melhor ainda, toda teoria é, *ao mesmo tempo*, uma expressão ideológica de quem a elaborou em primeira instância e também de todos aqueles que nutrem simpatia por ela.

Quando se percebe que a teoria e a ideologia são mutuamente imbricadas, há que se chegar à conclusão de que a relação entre elas não pode ser a de simples exclusão, mas a de infindável confronto. Em outras palavras, o ideológico e o teórico "convivem" em todo empreendimento de raciocínio. Os dois são obrigados a compartilhar o mesmo terreno, a

despeito de todos os dissabores e atritos entre eles. É justamente por esse motivo que teorias freqüentemente entram em choque entre si, da mesma forma que ideologias. Se as diferentes ideologias fossem, como sustenta Simpson, *apenas* perspectivas diferentes sobre uma mesma verdade, simplesmente não haveria conflitos entre elas, posto que não pode haver nenhum confronto entre elementos complementares. Da mesma forma, também não haveria nenhum conflito no reino da teoria (ou ciência, ou seja lá o que for que autores como Simpson implicitamente postulam como a instância radicalmente oposta à ideologia), já que estaríamos, neste caso, lidando com uma instância de superação total de toda a subjetividade e, como diz o velho ditado, a verdade verdadeira desconhece qualquer contradição interna.

Evidentemente, a necessidade de gerenciar o conflito sem trégua (é isso que, em última análise, nos resta) exige de nós um preço alto: o de vigilância constante contra as armadilhas do fenômeno composto que devemos batizar de "ideologia/teoria" (isso nos remete, é claro, ao par 'conhecimento/poder' de Foucault), (cf. Rajagopalan, 1995).

Acredito que a posição que esbocei acima em rápidas pinceladas tem implicações éticas imediatas. Em verdade, trata-se de uma postura de conduta, de uma maneira de lidar com o mundo, tanto o mundo real como o mundo das idéias, sem nos entregarmos aos velhos encantos de binarismos consagrados.

9. De volta ao monarca malvado

Antes de encerrar esta discussão, talvez valha a pena voltarmos atrás um pouco e rever o conto do rei e seu retrato oficial. Simpson quer tirar uma moral daquela estória que seja válida para todos os tempos e todas as circunstâncias - um princípio norteador universal, em outras palavras. Para Simpson, tal princípio seria o de que o que vale mesmo é o ponto de vista, desde que o que se enxerga não traga conseqüências danosas. A verdade sobre a deformidade do rei nada teria a ver com o sucesso do terceiro artista. Já que tudo é representação, seria tolice ficar pensando no que estaria por trás.

Há, no mínimo, uma profunda ironia nesse gesto do autor. Pois é justamente nesses instantes que o termo *suprimido* da sua posição a respeito da ideologia levanta sua cabeça. Simpson quer, no fundo,

teorizar a questão ideológica e tentar falar do ponto de vista a partir de algo que não seja um outro ponto de vista (contrariando seu próprio preceito).

A propósito, não acho nada de errado neste gesto em si de querer dizer a última palavra do que quer que seja. A ambição totalizante sempre foi a marca registrada de todas as tentativas teóricas. Ela também sempre foi o que animou as ideologias. Podemos dizer que se trata do "ponto cego" da *teoria*, lembrando as raízes etimológicas dessa palavra que deitam sobre a idéia de "visão". Enfim, confirma-se no mundo da concepção o princípio amplamente comprovado na óptica, ou seja, no que diz respeito à percepção, aquele que nos ensina que o ponto cego é condição *sine qua non* para que os olhos consigam focalizar os objetos, enfim, consigam enxergar.

Author's e-mail address: rajan@iel.unicamp.br

(Recebido em 14/10/96. Aprovado em 18/02/97)

Referências Bibliográficas

BAR-HILLEL, Y. (1971) Out of the pragmatic wastebasket. *Linguistic Inquiry*. **1.2**: 401-7.

GAZDAR, G. (1979) *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. Nova Iorque: Academic Press.

HALLIDAY, M. (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold.

HILL, A.A. (1955) An analysis of *The Windhower*: an experiment in structural method. *PMLA*. **70**: 968-78.

IHWE, J. (1975) Linguistics and the study of literature. In: R. Bartsch and T.Vennemann (eds.) (1975) *Linguistics and Neighbouring Disciplines*. Amsterdam: North-Holland Publishing Co. P. 131-44.

KATZ, J.J. e J.A. FODOR (1964) The structure of a semantic theory. In: J.A. Fodor e J.J. Katz (orgs.) (1964) *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*. Englewood-Cliffs, NJ; Prentice-Hall, Inc.

DE MAN, P. (1982) A letter. *Critical Inquiry*. **8. 3**: 509-18.

BEST COPY AVAILABLE

RAJAGOPALAN, K. (1995) Critical discourse analysis and its discontents. *Working Papers Series*. **72**. Lancaster: Lancaster University.

_____ (1997) Aesthetics vs. ideology: the case of canon formation. *British Journal of Aesthetics*. **37. 1**: 75-83.

_____ (Ms) Concerning ethical issues in Linguistics.

SIMPSON, P. (1993) *Language, Ideology and Point of View*. Londres: Routledge.

TOULMIN, S. (1990) *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity*. Nova Iorque: The Free Press.

WIDDOWSON, H. (1975) *Stylistics and the Teaching of Literature*. Londres: Longman Group Ltd.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº1, 1998 (141-168)

DEBATE

A IDENTIFICAÇÃO DO PREFIXO EM DIVERSAS ABORDAGENS LINGÜÍSTICAS

(The Identification of Prefixes in Different Linguistic Approaches)

Paulo Mosânio Teixeira DUARTE (*Universidade Federal do Ceará*)

ABSTRACT: This paper takes a critical look at the different approaches to prefixes, among them the areas based on the following parameters: transformation, productivity, prefix-preposition correspondence, operative perspective. It is argued that none of them is adequate to identify prefix. It is further argued that it may be convenient to recognise the existence of typical prefixes, such as in-, re- *and* des-, *and of non typical ones, such as* sobre- *and* contra-, *characterized by formal, not distributional correspondence to free forms and/or by brachysemic use.*

RESUMO: Este artigo pretende apresentar criticamente as diferentes abordagens referentes aos prefixos, nomeadamente os critérios baseados nos seguintes parâmetros: transformação, produtividade, correspondência entre prefixo e preposição, perspectiva operacional. Após apresentar estes diferentes pontos de vista, concluímos não serem eles suficientes por si sós para identificar o prefixo. É conveniente reconhecer a existência de prefixos típicos, tais como in-, re- *e* des-, *e daqueles não-típicos, como* sobre- *e* contra-, *caracterizados por correspondência formal, mas não distribucional com formas livres e/ou por uso braquissêmico.*

Key Words: stem; Root; Prefix; Suffix; Distribution.

Palavras-Chave: Radical; Raiz; Prefixo; Sufixo; Distribuição.

0. Introdução

O prefixo tem sido objeto de enfoques os mais diversos, conforme os modelos teóricos vigentes em lingüística e as diferentes abordagens, que determinam objetos distintos. Propusemo-nos então a este trabalho, a fim de sistematizar alguns critérios mais relevantes para a identificação da entidade nominal *prefixo*. Para tanto, adotamos o seguinte roteiro: a)

o critério transformacional; b) o critério da produtividade (em termos de número), nas duas versões: oposição inventário limitado/inventário ilimitado; a formação de palavras em série; c) o critério morfo-semântico; d) o critério baseado na operacionalidade do conceito de raiz.

Esperamos, assim, contribuir para iluminar este setor dos estudos morfológicos, quiçá apontar para uma síntese que ofereça meios para a identificação do elemento prefixal. Esta síntese, apresentada na conclusão, encontra-se delineada em parte, quando, procedendo ao exame das perspectivas acima, mostramos a insuficiência das mesmas. Para superá-la, pautam-nos as seguintes questões: até que ponto são tangíveis, coerentes e estruturais os critérios adotados? Em que medida são estes critérios compatíveis com os dados lingüísticos? Não apreendem entidades cujo comportamento lingüístico assume caráter nitidamente heterogêneo?

1. Os diversos critérios na identificação do prefixo

1.1 O critério transformacional

A caracterização do prefixo, em perspectiva transformacional, já se delineia em Chomsky e Halle (1968). Coerentes com o modelo gerativo-transformacional, que então separava a estrutura profunda da estrutura superficial, postulam que um dado item lexical, cuja classificação categorial é dada sintaticamente, converte-se em prefixo na estrutura de superfície:

> *É também um fato que prefixos podem ser formados livremente a partir de outros vocábulos (ex.:* político-, paralelo-*) e neste caso atribuir-lhe-emos a categoria sintática "prefixo" em vez da (e não em adição a) categoria à qual a forma subjacente pertence isoladamente. O vocábulo* paralelogramo *será representado* $[_N\ [_P$ *para* $[_R$ *lel*$]_R$ *o*$]_P\ [_R$ *gramo*$_R]_N$ *, indicando-se que é um nome da forma prefixo-radical, onde o prefixo, por sua vez, consiste de um radical com prefixo não-categorizado* para-*, estando o segundo em igualdade de condições com* mono-, tele-, *etc. Esta análise, uma vez mais, parece ser razoavelmente bem motivada em*

bases sintático-lexicais e é adequada para a fonologia[1]. *(1968:100)*

A impressão que nos dá é que Chomsky e Halle generalizam a concepção tradicional de que prefixos são afixos que antecedem a raiz. Acontece que ela não capta as intuições dos falantes acerca de formações do tipo N^Adj ou Adj^Adj: amor-perfeito, político-partidário, para cujos primeiros elementos a gramática tradicional nunca reconheceu a categoria de prefixo. Por outro lado, desconhece a possibilidade de um constituinte como *filo-* ocupar ora a posição inicial ora a posição final (ex.: filocomunista, cinéfilo). Isto sem mencionar o fato de que formas iniciais podem funcionar como vocábulos independentes, o que é reconhecido pelos próprios autores.

Chomsky e Halle, na verdade, não tratam prefixos e radicais com base em morfologia lexical. O propósito deles é abordar formações do tipo Pref^Rad em termos do ciclo transformacional da fonologia inglesa. Acabam assim por não oferecer contribuições práticas para o diferençar formações radico-radicais de formações prefixo-radicais.

Em bases diferentes das de Chomsky e Halle, já que encampa teses da Semântica Gerativa, situa-se a proposta de Guilbert (1975), a qual representa, de forma significativa, as concepções transformacionais levadas às últimas conseqüências. Atestamo-lo por esta passagem abaixo, que elucida o modo como Guilbert encara a relação entre léxico e gramática:

A diferença entre os dois modos de realização, o frasal e o lexical, situa-se principalmente no ponto de chegada das transformações. A realização sintática do discurso consiste na sucessão de elementos sintagmáticos autônomos, reconhecidos entre todos os falantes de uma mesma língua

[1] It is also a fact that prefixes can be formed fairly freely from other words (e.g., *politico-, parallelo-*) and in this case we will assign them to the syntatic category "prefix" instead of (rather than adition to) the category to which the underlying form belongs in isolation. The word *parallelogram* will be represented $[_N$para $[_S$lel$]_S$o$]]_P[_S$gram$_S]_N$, indicating that is a noun of the form prefix-stem, where the prefix in turn consists of a stem with an uncategorized prefix **para-**, the latter being on a par with *mono-, tele-*, and so on. This analisis, once again, seems to be reasonnably well motivated on syntatic lexical grounds and it is appropriate for the phonology.

BEST COPY AVAILABLE

> *como palavras ou unidades de significação no bojo dos esquemas sintáticos de frases simples ou complexas. A realização lexical, ao contrário, se traduz por uma seqüência especifica de elementos de construção sob a forma de uma seqüência de fonemas soldados, cuja contraparte gráfica é uma seqüência de grafemas coalescentes ou uma seqüência de elementos distintos reunidos por um hífen, à qual corresponde uma unidade de sentido, ou ainda uma seqüência de elementos autônomos sem outro liame aparente que não a significação global. Mas o processo único diferencial entre os dois esquemas, um sintático e o outro lexical, permite ligar a significação menos à forma construída que à própria construção. Todo segmento de frase pode funcionar lexicalmente, dado que resulta da transformação de uma frase. O intercâmbio entre a realização sintática e a realização lexical não é tão somente o resultado de uma equivalência semântica, mas ele se produz em virtude da unidade profunda a partir de uma frase de base comum. Inversamente, a partir de uma realização sintagmática frasal, pode-se retornar a um esquema lexical conjunto, em virtude desta mesma unidade profunda*[2]. (1975:130)

Desta tese resulta logicamente que a unidade fundamental do processo sintático permite considerar a derivação como um processo único do qual a sufixação, a prefixação e a composição, segundo a terminologia tradicional, são apenas formas diferentes.

[2] La différence entre les deux modes de réalisation, le phrastique et le lexical, se situe principalement au point d'arrivée des transformations. La réalisation syntaxique du discours consiste dans la succession d'éléments syntagmatiques autonomes reconnus chez tous les locuteurs d'une même langue comme des mots ou unités de signification dans le cadre des schémas syntaxiques de phrases simples ou complexes. La réalisation lexicale, au contraire, se traduit par une séquence spécifique d'éléments de construction sous la forme d'une suite de phonèmes soudés dont la contre-partie graphique est une séquence des graphèmes coalescents ou une séquence de segments disjoints réunis par un trait d'union, à laquelle correspond une unité de sens, ou encore une séquence d'éléments autonomes sans autre lien apparent que la signification globale. Mais le processus unique différencié entre deux schémas, l'un syntaxique, l'autre lexical permet de lier la signification moins à la forme construite qu'à la construction même. Tout segment de phrase peut fonctionner lexicalement du moment qu'il résulte de la transformation d'une phrase. L'interchangeabilité entre la réalisation syntaxique et la réalisation lexicale n'est plus seulement le résultat d'une équivalence sémantique, mais elle se produit en vertu de l'unité profonde à partir d'une phrase de base commune. À l'inverse, à partir d'une réalisation syntagmatique phrastique, on peut revenir à un schéma lexical conjoint en vertu de cette même unité profonde.

BEST COPY AVAILABLE

Deste modo, um substantivo como *fragilidade*, no sintagma *a fragilidade do copo*, teria como frase de base *o copo é frágil*. Pelo mecanismo transformacional, Guilbert procura explicar a relação entre o adjetivo e o substantivo derivado. Além disto, retoma antigas teses sobre a sufixação, ao caracterizá-la como um processo transcategorizador, que se vale de morfemas mais nitidamente aglutinados à base. Muda, porém, o suporte teórico.

O morfema prefixal, por sua vez, se caracterizaria por maior separabilidade, representando destarte um elemento de construção mais autônomo. Guilbert toma como exemplos neologismos franceses prefixalmente formados (com *anti-* e *super-*, por exemplo), cujos afixos, depois de algum tempo, refletiam autonomia na escrita, pois passavam a ligar-se à base através de hífen.

Guilbert aprofunda sua investigação sobre o processo de adjunção prefixal, opondo-o ao processo composicional nestes termos:

- No primeiro, o elemento afixal, considerado ao nível da frase de base, não constitui jamais um dos elementos da relação predicativa, o sujeito ou o predicado; aparece sob a forma da preposição ou de um equivalente sintático, o advérbio. Exemplo: período antes do (período) romântico → período pré-romântico.
- A composição resulta de uma frase de base na qual os dois termos da formação composta aparecem sob a forma dos retrocitados elementos, que têm relação predicativa. Exemplo: o sofá que é cama → sofá-cama.

Coerente com a teoria que abraçou, Guilbert estende o fenômeno da parassíntese, fazendo-o abranger formações tradicionalmente tidas como prefixais, a exemplo de *intramuscular, supra-orbital* e *extracurricular*, provenientes respectivamente da *intra* + *músculo* + *ar*, *supra* + *órbita* + *al* e *extra* + *currículo* + *ar*. A justificativa é sintática: um adjetivo como *intramuscular*, por exemplo, no sintagma *injeção intramuscular*, seria a versão lexical e condensada de *dentro do músculo*. Para Guilbert, não seria aceitável associar a referida formação diretamente ao adjetivo *muscular*, por causa do diverso contexto sintático que o engendra.

Estamos concorde com algumas colocações de Guilbert, entre as quais a de que os prefixos tendem a uma autonomia que os sufixos não ostentam. Isto não se reflete apenas na escrita, pelo uso do hífen, a exemplo de *pré-operatório*, ou pela ausência do referido sinal gráfico, em algumas formações vistas por nós, como *mini escola*. O elemento prefixal, em contexto propício, pode ser separado do adjetivo, como é de constatar-se em exame *pré-* e *pós-operatório*. Há casos em que a coordenação chega a ocorrer entre prefixo e item lexical vernáculo, como se vê em *micro* e *pequenas empresas*. Podem acontecer inclusive empregos isolados do prefixo por toda a unidade léxica. Usa-se, assim, o *micro* em vez de o *microcomputador*.

É difícil, todavia, aceitar a concepção tradicional do léxico nos termos em que a põe Guilbert. Cabe aqui nos referir ao célebre trabalho de Chomsky (1970), a propósito do comportamento dos dois tipos nominais do inglês: os gerundivos e os derivados. Chomsky observou que não era possível o tratamento nominal para os nominais derivados em virtude do seguinte: a) a regularidade e a produtividade dos nominais gerundivos, que não ocorrem com os nominais derivados; b) o comportamento verbal dos nominais gerundivos, que aceitam auxiliares e advérbios, por oposição ao nominais derivados, que aceitam plurais e adjetivações; c) a regularidade, na correspondência semântica, entre verbo e gerundivo, o que não ocorre entre verbo e nominal derivado; d) a não-existência, em alguns casos, de paralelo entre verbo e nominal derivado, o que implica a postulação de verbos teóricos *ad hoc*, caso se pretenda manter a base transformacional.

Foi em virtude do reconhecimento do extremo poderio que representavam as transformações que surgiram as reações consubstanciadas nas várias hipóteses lexicalistas: a de Halle (1973), a de Jackendoff (1975), a de Aronoff (1976), as mais conhecidas entre nós, que não tratam especificamente dos meios de identificação dos prefixos, mas de modelos para a estruturação do léxico[3]. A propósito, existe um bom apanhado crítico de Basílio (1980) e Corbin (1987), sobre os citados

[3] Jackendoff (1975: 653-55) atém-se a exemplos que constituem formas herdadas: *persist, transfer, precede*, e conclui que, na maior parte das vezes, prefixos e radicais não carreiam informação semântica, o que é questionável. Aronoff (1976: 11-5) também se detém em formas herdadas do latim e não nos fornece subsídios para a identificação do prefixo.

modelos, mas não nos referiremos a eles aqui, devido ao risco de digressão[4].

A concepção transformacional do léxico hoje se encontra superada (cf. Basílio, 1980). Ela não dá conta dos processos lexicais sub-regulares nem de fenômenos como extensão e restrição semânticas. Se a hipótese transformacional explica algumas formações, deixa de explicar inúmeras outras ou traz complicações descritivas. Exemplifiquemos:

Para *período pré-romântico*, poder-se-iam postular os sintagmas de base *período antes do (período) romântico* ou *período antes do romantismo*. No primeiro caso, admitir-se-ia apagamento do substantivo. Já no segundo, suprimir-se-ia o sufixo *-ismo* substituído *ad hoc* por *-ico*. Qual interpretação adotar? Em *luta antifascista*, apagar-se-ia o substantivo no sintagma *contra o regime fascista* ou se consideraria uma regra de truncamento do sufixo *-ismo* para posterior introdução do sufixo *-ista*?

Ao que foi dito supra, acrescente-se a crítica de Bessa (1978: 105), para quem as frases de base guilbertianas parecem estruturas *ad hoc*, isto é, não se adequam ao nível de análise do francês. A frase de base da qual Guilbert deriva o item lexical francês *présalaire*, S |*salaire*| *est avant le salaire*, se comporta como uma estrutura intermediária noutro possível conjunto de transformações.

Lembremos também que a tese de Guilbert não dá conta de compostos cujos componentes padecem de opacidade semântica, a exemplo de *mesa-redonda* e *quadro negro*. Tampouco explica por que há prefixos que não correspondem semanticamente a preposições, como *pseudo-* ou *tri-*.

A despeito das objeções contra as teses transformacionalistas, há quem as adote em versão heterodoxa. É o caso de Dubois e Lagane

[4] Corbin (1987) faz inclusive um levantamento maior e mais sistemático no domínio da morfologia lexicalista, considerando modelos não-estratificados, que tratam niveladamente da regularidades e irregularidades (Jackendoff, Aronoff, Selkirk e Lieber), e os estratificados, que propõem uma hierarquização entre os níveis das regras e os das exceções (Halle, Allen). Tratar deles aqui foge aos objetivos do nosso trabalho.

(1973), que, sem serem transformacionalistas *stricto sensu*, explicam a formação de palavras em termos que evocam o transformacionalismo[5].

A não-adoção da transformação, em qualquer de suas versões, não implica a incidência no erro de considerar o léxico antagônico por completo à gramática. Estudando-se lexicologia sem o devido conhecimento das categorias primárias (as partes do discurso) e as secundárias (gênero, número, aspecto, tempo), e sem apelo ao contexto frasal, para depreender-se o sentido de um item lexical ou de um elemento afixal, faz-se uma investigação parcial e portanto desprovida de caráter científico.

1.2. Propostas baseadas no critério da produtividade

1.2.1 Critério baseado na oposição inventário limitado/inventário ilimitado

Martinet (1973) e Pottier (1962) lançam mão da estatística na investigação do processo de criação lexical. Concebem a produtividade em termos de número, diferentemente de Aronoff (1976), que a formula estruturalmente, considerando as características morfológicas das bases, a coerência semântica e o bloqueio.

Martinet funda sua teoria nas unidades de primeira articulação a que chama monemas, divididos em gramaticais (ou morfemas) e lexicais (ou lexemas). Eis como os caracteriza:

> *Lexicais são os monemas que pertencem a inventários ilimitados; gramaticais, os que nas posições consideradas, alternam com um número relativamente restrito de outros monemas.* (1973:121)

Os afixos são considerados lexemas, conforme se deduz da passagem abaixo:

[5] Dubois e Lagane (1973) dedicam dois capítulos ao estudo de formação de palavras: o 48º, relativo à sufixação, incluída na derivação, e o 49º, dedicado à prefixação e à composição. Há semelhanças entre o pensamento dos dois autores e o de Guilbert, pois: a) é empregado o princípio da transformação; b) por este princípio, o sufixo é transcategorizador; c) pelo mesmo princípio, o prefixo se origina de uma preposição. O mecanismo de formação dos compostos, muito sumário, deixa muito a desejar.

BEST COPY AVAILABLE

Poderia hesitar-se em incluir os afixos entre os lexemas, a pretexto de que em geral eles não são objecto de artigo próprio nos dicionários. Mas isso seria dar excessiva importância a uma tradição nem sempre respeitada, e mais vale referirmo-nos à realidade lingüística, que em última análise determina o comportamento dos lexicógrafos. Consiste o ponto em saber se devem ou não incluir-se os afixos entre as modalidades. Serviu-nos acima de critério para distinguir lexemas e morfemas o carácter ilimitado dos inventários destes últimos, e naturalmente convém ver se o mesmo se aplica aqui. Precisemos que não se trata de saber se é ou não possível contar exactamente os monemas susceptíveis de aparecerem em dado contexto, mas sim se o monema pertence a uma série aberta (que hoje talvez comporte um número reduzido de unidades, mas susceptível de aumentar) ou a uma série fechada tal que o número dos elementos que comporta não possa variar sem que daí resulte uma reorganização estrutural: não se procura saber quantos sufixos há em português susceptíveis, como -inho, *de formar substantivos a partir de substantivos tradicionais, porque eles constituem um sistema suficientemente elástico para a cada passo poder aparecer novo sufixo do mesmo tipo sem lhes afetar o valor nem os empregos. Inteiramente diverso é o caso de sistemas como os do número ou do artigo em português, em cada um dos quais há apenas duas unidades opostas, de modo que, em caso de necessidade, se tem forçosamente de escolher entre singular e plural, entre definido e indefinido. Num casos destes, qualquer unidade nova teria de arranjar lugar à custa das unidades tradicionais. Implica isso que, uma vez realizadas as condições determinantes do emprego de certo tipo de modalidade, o locutor deve necessariamente escolher entre certo número de monemas: pode falar-se em português dum* cruzamento de ruas, *sem artigo antes de* ruas; *mas se se quiser valorizar na mensagem a noção de rua, empregar-se-á necessariamente* a rua *ou* uma rua. *Parece pois haver interesse em ver os afixos como um tipo particular de lexemas* (1973: 137-8).

O discurso martinetiano, quanto ao caráter lexemático dos afixos, não permanece unívoco. Noutra passagem, em tom menos radical, assevera:

> *Semanticamente pode resumir-se isso (isto é, a oposição entre modalidades e afixos) dizendo que o carácter dos afixos é mais central, menos marginal, que o das modalidades, donde decorre como corolário, no plano formal, que no grupo formado de lexema, afixos e modalidades, os afixos são geralmente mais centrais (quer dizer: contactam com o lexema) e as modalidades mais periféricas (isto é, separadas dos lexemas pelos afixos). Em resumo, a dificuldade que se apresenta em linguística geral para distinguir os afixos das modalidades resulta do facto de lexemas e morfemas representarem dois pólos que não excluem a existência de elementos intermédios, de especificidade maior que a das modalidades e a dos monemas funcionais, mas menor que a especificidade média dos lexemas (1973:139)*

Pottier, partindo também de uma fundamentação estatística, chega a resultados diferentes dos de Martinet. Ele reconhece a classe dos lexemas e formantes, sobre os quais se exprime nestes termos:

> *Baseando-se nas possibilidades combinatórias no interior de uma mesma classe de morfemas, distinguimos os* lexemas, *que pertencem a uma categoria com um grande número de variáveis (p. ex.: a partir de cinco mil em francês), e os* formantes *ou morfemas que pertencem a uma categoria com pequeno número de variáveis facilmente determinável (p. ex.: abaixo de cem)*[6]*.(1962:95)*

Como se vê, Pottier se apóia em dados de maior precisão numérica que os de Martinet. Recorre ao princípio estatístico porque rejeita a

[6] En nous fondant sur les possibilités combinatoires à l'intérieur d'une même classe de morphèmes, nous distinguons les *lexèmes* ou morphèmes appartenant à une catégorie à grand nombre de variables (p. ex.: à partir de 5.000 en français), et les *formants* ou morphèmes appartenant à une catégorie à petit nombre de variables facilement déterminable (par ex., au-dessous de 100).

tradicional divisão entre vocábulos de conteúdo nocional e vocábulos vazios deste conteúdo.

Uma vez estabelecida a distinção entre lexemas e formantes, conclui pela inclusão dos prefixos entre estes últimos. Seriam, pois, de natureza gramatical.

Parece-nos pouco convincente a posição de Pottier. Martinet é que oferece um ponto de vista mais ponderado, tomando-se naturalmente como referência a última passagem citada. Assiste razão a Galery (1969), que se reporta à inserção do prefixo ora no léxico, ora na gramática, conforme os enfoques[7]:

> *Embora a classificação de Pottier nos pareça mais concreta e objetiva, é preciso admitir que os prefixos se acham de tal modo no limite entre léxico e a gramática, que variam de um para outro campo conforme o ponto de vista de que são considerados, ainda por lingüistas de orientação semelhante.* (1969:32)

Se tomarmos, por exemplo, em consideração, a oposição entre inventário ilimitado e inventário limitado, que não é o mesmo que série fechada, conforme lucidamente esclarece Galery, os prefixos serão postos fora do domínio do léxico. Cremos todavia que, considerando o traço série aberta X série fechada, o prefixo ficaria mais realisticamente situado no domínio entre léxico e a gramática. Enquanto o número de artigos, por exemplo, não dá sinais de crescimento, o número de prefixos tende a aumentar, embora não em igualdade de condições com as unidades lexemáticas. Cumpre acrescentar que lexemas e afixos têm em comum o fato de se combinarem para formar novas unidades no léxico.

Mas voltemos a Pottier, cuja teoria interessa em particular, pois serviu de ponto de partida para vários estudos. Ele chegou a uma tipologia prefixal, que apresentamos a seguir:

[7] Para ilustrar a afirmação de Galery, citamos Lhorach (1981: 48), que, baseado nas idéias de Hjelmslev, oferece um quadro referente ao plano do conteúdo, do qual emergem as formas derivativas como pleremas marginais, por oposição aos centrais, que são os radicais; as marcas categoriais do verbo (morfemas extensos) e as do nome (morfemas intensos), pertencem à gramática.

- Zona 1: morfemas gramaticais semi-autônomos, de natureza quantitativa: *multimilionário, super-homem, bidimensional.*
- Zona 2: morfemas gramaticais quantitativos integrados, como *in-* negativo, em *indescritível* e *re-*, em *refazer.*
- Zona 3: morfemas gramaticais autônomos, que correspondem aos relatores: *sobrecarregar, encaixar, desmontar.*

As demais zonas concernem aos morfemas lexicais (Zona 4) e sufixais (Zona 5: os de aspecto e formulação do processo, Zona 6, os de grau e Zona 7, os sufixos de concordância).

Ficamos por entender por que *des-* é correspondente a um relator. Será simplesmente por questões de conteúdo, em virtude da noção de "em sentido contrário", carreada pelo prefixo no verbo *desmontar*? A prevalecerem as bases semânticas, podemos enquadrar na Zona 3 exemplos como *superpor* e *interpor*, porque os morfemas iniciais equivalem a relatores, no plano do conteúdo. Indagamos também como seriam tratadas as formações em que os elementos iniciais equivalentes a relatores têm valor quantitativo, a exemplo de *sobrevalorização*. A demasiada intromissão de considerações semânticas perturba a exposição segura da doutrina de Pottier.

É de destacar-se também uma premissa inteiramente descabida, segundo a qual Pottier diferencia o prefixo do sufixo, nos seguintes termos: o primeiro estabelece subordinação e o segundo, coordenação (1962:11). Para ele, uma formação como *belíssimo* equivale a *belo, belo.* Admitindo como verdadeira semelhante tese, é impossível explicar satisfatoriamente formações como *superfeliz* e *ultra-rápido*, em que os elementos iniciais configuram superlativo. O quadro de Pottier reflete perfeitamente a fragilidade de uma teoria cujo suporte é a produtividade, aliada a considerações de ordem semântica um tanto inconsistentes.

Terminemos esta secção, procedendo a um comentário geral sobre o critério ora em tela, comum aos autores aqui estudados. Ele deve ser meio auxiliar e não essencial para a identificação das unidades lingüísticas. É um instrumento ancilar e exterior. Como bem assinala Bessa (1986), em sua tese doutoral:

> *O critério da produtividade, em nosso entendimento, se presta, por exemplo, para aferir a vitalidade das regras de*

> *formação de palavras, sendo essa vitalidade refletida pela freqüência dos elementos formativos nos* outputs *das regras. Adotando-se o critério da produtividade, poderíamos, igualmente, dizer que o elemento* porta-, *em* porta-bandeira, *se comporta como prefixo, porque recorre em número razoável de palavras do mesmo tipo. Esse exemplo poderá parecer absurdo, como, para nós, parece absurdo aferir a natureza lexical de um elemento por sua produtividade. Mas serve para evidenciar a inadequação de um critério, que revela características exteriores às propriedades estruturais dos elementos lingüísticos.* (1986:225).

Por último, mencionamos a seguinte ressalva crítica, feita por Basílio (1991), em conclusão a um estudo sobre fronteiras lexicais, na qual investe contra o critério da produtividade, na versão da formação em série:

> *É importante ressaltar, ao concluir este estudo, que aspectos como produtividade - refletidos em critérios como a ocorrência numa lista fixa de elementos disponíveis ou a alternativa da possibilidade de "formação em série" - não servem para decidir a questão prefixo/forma de composição, já que qualquer formação regular tem potencial indeterminado de recorrência e a freqüência de uso, portanto, não pode se constituir em critério sólido de caracterização de unidades e fronteiras lexicais.* (1991:73)

A produtividade, diga-se de passagem, é vista sob ângulos diversos dos que referimos até aqui (cf. Corbin, 1987: 176). Jackendoff (1975), por exemplo, junta o critério da regularidade dos derivados construídos e o critério da quantidade. Aronoff (1976), por sua vez, estabelece três parâmetros para a 'mensuração' da produtividade: a) condições morfológicas sobre a operação de regras produtivas; b) coerência semântica; c) o fenômeno do bloqueio, que impede a existência de uma forma teoricamente possível, em virtude da existência de uma outra com a mesma função que a forma teoricamente possível exerceria. O certo é que, pelo menos para nós, a noção de produtividade, em termos de mero

inventário, não resulta eficaz para um tratamento adequado dos elementos lingüísticos[8].

1.2.2. O critério da formação em série

Não obstante a fragilidade do critério da produtividade, ele é adotado em diferentes versões, como esta de Galery:

> *Ao contrário de MARTINET, porém, não achamos econômico considerar que "os monemas que formam o composto existem fora de compostos: dos que entram nos derivados, há um que só existe em derivados - o tradicionalmente chamado afixo". Acreditamos que pouco importa que um elemento exista ou não como forma livre (ou dependente). É prefixo tudo aquilo que se comporta como prefixo, isto é, que entra num número razoável de palavras, como elemento formador. Assim,* entre- *e* contra- *são prefixos, do mesmo modo que* in- *e* re-, *porque servem para formar numerosas palavras ao contrário, por exemplo, de* vaga, *que só aparece em* vagalume, *talvez na etimologia popular* vagamundo, *e em mais dois ou três compostos pouco usados. Por conseguinte, um radical pode transformar-se em prefixo, em muitas formações. É o caso de certos elementos eruditos que passam à língua comum e se tornam produtivos - como* auto- *e talvez* tele-, *comportando-se como afixos.* (1969:35-6)

Sandmann (1989) adota também a produtividade, em termos de número, como critério. Para ele, prefixos e sufixos são formas presas, através das quais se podem formar palavras em série. Contudo, estabelece outros parâmetros, que merecem consideração à parte.

- Prefixos se unem a um radical na condição de adjuntos adnominais ou adverbiais; constituem o determinante da palavra complexa engendrada e não mudam a classe da palavra da base.

[8] Há todavia quem descarte a noção de produtividade, como Corbin (1987: 177), por confusa e polissêmica. A autora julga por bem conservar somente a oposição entre processos morfológicos (afixação e conversão), cujas produções não atestadas, não contrariando as restrições lingüísticas impostas à aplicação de cada um, são lacunas acidentais, e aqueles que não podem servir senão para descrever produções atestadas.

- Os sufixos, com exceção dos indicadores de grau, mudam a classe da palavra a que se adjungem; ao fazê-lo, constituem-se no determinado do produto da formação de palavras

Para o autor, prefixação e sufixação se opõem nestes termos: a primeira tem função primordialmente semântica e a segunda, função principalmente sintática.

Procedamos à análise, item a item. Admitir que *re-* ou *pre-*, em *rever* e *prever*, por exemplo, assume função (que é da sintaxe) de adjuntos adverbiais, só faz sentido se, ao procedermos à conversão sintática, verificarmos a equivalência no plano do conteúdo. As mesmas formas podem inclusive assumir valores distintos, conforme sua ocorrência em outros contextos: *re-*,em *releitura*, significa "nova"; *pré-*, em *pré-estréia*, significa "anterior". Em recorrendo ao plano do conteúdo, podemos dizer que o sufixo de grau, presente em *belíssimo*, também equivale a um adjunto adverbial de intensidade, no caso, "muito". Seu valor semântico equivale inclusive ao de prefixos intensivos, como *super-*, em *superbelo*.

As noções de determinado e determinante deixam de ser gramaticais para serem semânticas. De um prisma nocional, em *desejoso*, a idéia principal se sediaria no sufixo e não no radical. Em *prever*, por sua vez, a noção determinada se encontra no radical. Morficamente, contudo, em qualquer caso, o determinado coincide com o radical primário ou raiz.

Quanto ao propalado caráter não transcategorizador do prefixo, reconhecemos que ele apresenta tamanha saliência, que parece inquestionável. Chama-nos porém a atenção uma observação de Bessa (1978:102) a propósito de um exemplo: *antitanque* (sinônimo de anticarro, arma, obstáculo, mina, empregados contra carros de combate). A base pertence à classe do nome, e a forma derivada, à classe do adjetivo.

Alves (1990: 24-5), que também usa o critério da formação em série, observa o citado fenômeno e aduz vários exemplos de passagem de substantivo para adjetivo.

BEST COPY AVAILABLE

A solução deste problema é complexa e não nos ateremos à questão senão *en passant*. Uma saída é o zero sufixal, mais exatamente o uso do morfema zero (ou morfe zero, já que a ausência significativa é do plano da expressão). Porém, pelo artifício cômodo e *ad hoc* que representa, tem sido alvo de críticas por parte de eminentes lingüistas como Gleason (s/d: 80) e Elson e Pickett (1973: 67-8).

Corbin (1987: 121-39), em longa exposição sobre a parassíntese, lança luzes sobre o problema. Propõe um tratamento alternativo para a formação parassintética, com base em três exigências: a) dar conta da identidade formal entre o adjetivo prefixado e o adjetivo não-prefixado (antituberculoso/tuberculoso); b) dar conta da identidade semântica entre o adjetivo prefixado e o adjetivo não-prefixado (antituberculoso/ antituberculose); c) não aplicar senão um afixo por vez.

Examina duas hipóteses: a) sufixação seguida de prefixação; b) prefixação seguida de sufixação. A primeira não obedece à exigência b) e a segunda não se aplica à exigência a). Postula então um Princípio de Cópia:

> *Seja X uma base pertencente à categoria lexical C, Y e Z dois derivados, ambos pertencentes à categoria lexical C' (onde C ≠ C'), tal que a estrutura deles seja a seguinte (p e s designam respectivamente um prefixo e um sufixo):*
> $Y = [[X]_C (s)_{af}]_{C'}$
> $Z = [[(p)_{af} [X]_C]_{C'} (s)_{af}]_{C'}$
> *A seqüência superficial Xs de Z é estritamente idêntica a Y.*
> (Corbin, 1987: 136)

Fica para um outro trabalho o exame mais detido da proposta de Corbin. Voltemos à análise da proposta de Sandmann.

Quanto ao sufixo, há que se fazer alguns reparos. Primeiro: existem, conforme já salientado, sufixos não-transcategorizadores, que não apenas os de grau, a exemplos de *-edo*, em *arvoredo*, *-ado*, em *mestrado* e *consulado*. Segundo: Sandmann lança mão de meios equivocados para manter incólume a premissa de que o sufixo muda a classe da palavra. Assim, em *marmeleiro*, postula que o afixo final *-eiro*, por fazer da fruta uma árvore, muda a subclasse da palavra, embora não lhe mude a classe. O modo de conduzir a argumentação é confuso, uma

vez que opõe classe, conceito gramatical, a subclasse, conceito de ordem semântica. É notório que a classe permanece a mesma em ambos os casos, tanto na base derivante quanto na base derivada. Seria bom saber como o conceito de subclasse explicaria formações do tipo *livraria, arvoredo, consulado, sapateiro*. Não se trata de exceções quaisquer, mas de casos que devem ser considerados, devido a sua extensão.

Como vimos, Sandmann não recorre apenas ao critério da formação em série, mas também estabelece critérios adicionais para o distinguir prefixo de sufixo. Por conta destes parâmetros suplementares, chega a reconhecer a classe dos prefixóides, que configuram semiderivação. Caracterizam-se por assumir identidade formal com preposições e advérbios, não obstante diferenças quanto à distribuição. Falaremos disto a propósito do critério operacional de Basílio.

1.3. O critério semântico-gramatical de Câmara Jr.

Um dos estudiosos que exerceu notável influência no pensamento de Câmara Jr. (1977) foi Vendryès, que cunhou os termos *semantema* e *morfema*, sendo o primeiro relacionado com os elementos lingüísticos que exprimem idéias e representações, e o segundo, concernente aos elementos que expressam relações entre idéias (1950: 85)[9]. Dentre os morfemas, para Vendryès, se destacam os afixos, ao lado das desinências, dos morfemas de alternância e de posição. Em outras palavras, o ponto de partida é a oposição entre significação lexical e significação gramatical, dicotomia acatada por outros autores. Foi tão considerável a influência de Vendryès, que serviu de subsídio para que Câmara Jr. construísse uma concepção semântica de palavra (como vocábulo constituído de semantema) e elaborasse, em parte, sua teoria das espécies de vocábulo.

O lingüista patrício distinguia duas classes de forma mínima: a primeira, relativa à representação lingüística do mundo dos objetos, sendo nele contemplado não apenas o mundo exterior, com seus fenômenos e coisas, mas também o mundo interior de sensações, volições

[9] Parece-nos que os termos com que Vendryès estabelece a diferença entre os dois tipos de significação não são felizes. Preposições como *contra, sobre* ou *sob* operam relações entre idéias, mas também apresentam contornos semânticos, nítidos por sinal, se comparados aos das preposições *de, em, por*. Destaque-se ainda que o fato de estabelecer relação entre idéias não impede que os morfemas também apresentem idéias, oriundas da relação.

e idéias; a segunda, referente às categorias levadas em conta no sistema lingüístico. Em síntese, o autor reconhecia o semantema e o morfema, embora destacasse, e com razão, que a dicotomia pode induzir a julgar que apenas o primeiro tem valor significativo.

Diferentemente todavia do seu mestre Vendryès, Câmara Jr. classificou os prefixos como semantemas subsidiários e não como morfemas. Advém daí uma aporia: se as preposições são definidas como vocábulos que servem de morfemas de relação, conforme o verbete *Preposição*, no *Dicionário de Filologia e Gramática*, de que modo é possível identificar nos prefixos, cuja natureza seria a mesma da preposição, valor semantemático? Além disto, como é possível, numa teoria lingüística que pretende ser geral, dar-se conta de prefixos que ostentam comportamento gramatical? Estes não se acham presentes somente em línguas indo-européias, mas em outras, ditas exóticas, como o iorubá.

Não é compreensível igualmente generalizar a oposição entre prefixo e sufixo, atribuindo-se a este último a condição de entidade desprovida de conteúdo, ou, quando muito, menos provida de sentido que os prefixos. A propósito disto, vale a pena nos referirmos a Sandmann, que contesta as afirmações de Bechara e Rocha Lima, conforme as quais os sufixos são assemânticos. Ele mostra que, do ponto de vista nocional, sufixos (pelo menos alguns) exibem nítido valor semantemático. Para tanto, compara as séries alemã e francesa de formações vocabulares e verifica que os sufixos franceses correspondem, semanticamente, a radicais alemães. Eis a exemplificação (1989:31):

Alemão	**Francês**	**Português**
Aschen.becher	cendr.ier	(cinzeiro)
Feuer.wehr.mann	pomp.ier	(bombeiro)
Seil.bahn	funicul.aire	(funicular)
Schlaf.saal	dort.oir	(dormitório)
Wasch.becken	lav.oir	(lavatório)
Kirsch.baum	ceris.ier	(cerejeira)

Câmara Jr. não se apóia simplesmente na doutrina semântica de Vendryès, cujo fundamento é a noção de semantema. Recorre a um outro parâmetro para a identificação do prefixo: este seria variante da preposição, sob o aspecto de forma presa. O autor recorre ao critério da

correspondência entre prefixo e preposição, a qual é pautada no plano da expressão, no que difere de outros, como Pottier, já citado, e Barbosa (1981), discípula deste último, que recorrem à substância do conteúdo. Contudo, em nota de pé de página, chama a atenção para o fato de faltar, em alguns casos, a forma prepositiva correspondente ao prefixo.

Em outra obra (1976), no capítulo sobre ampliação e renovação lexical, alude explicitamente ao prefixo como elemento de composição. Valendo-se de uma perspectiva pancrônica, fala das antigas partículas adverbiais, que culminaram na formação do microssistema prefixal. Refere-se em seguida à redução do sistema de preposições no latim vulgar, que alterou a notável simetria entre preposição e prefixo. Partículas que funcionavam como conectivos preposicionais passaram a ter comportamento puramente prefixal. Reconhece assim o autor, em português, de modo realístico, três grupos de formas:

- as que funcionam como preposições e prefixos;
- as que são variantes eruditas das preposições;
- as que são exclusivamente prefixos.

O pensamento de Câmara Jr., lamentavelmente, não se mantém coerente. Se atentarmos para o verbete *Prefixo*, do *Dicionário de Filologia e Gramática*, veremos que o autor persevera na idéia de que o afixo inicial é variante presa das formas dependentes chamadas preposições. E mais: atribui a ele o poder de acrescentar uma significação externa à palavra a que se adjunge, sendo por isso classificável como elemento de composição.

Para nós, é inegável que há prefixos correspondentes a preposições, e isto não requer investigação diacrônica, como deseja Freitas (1981: 115). Tal correspondência, porém, leva em conta aspectos de forma e sentido, mas não de função. Os prefixos não podem ser, pois, categorizados como preposições, uma vez que não ostentam o caráter de morfema relacional. Sandmann (1989: 105-14) é de parecer semelhante: enquadra os elementos correspondentes às preposições (no plano da expressão, bem entendido) entre os prefixóides.

1.4 Propostas baseadas na operacionalidade do conceito de raiz

1.4.1 A proposta de Nida

Nida (1949:83-4), na perspectiva distribucionalista, estabeleceu os conceitos de determinante e determinado a partir de critérios formais. Apoiava-se nos conceitos de:

- raiz x não-raiz;
- raiz x radical: sendo este último formado quer de um núcleo, consistindo de uma ou mais raízes, quer de um núcleo mais quaisquer outros morfemas não-raízes (afixos derivacionais, por exemplo), exceto os de natureza flexional;
- núcleo x não-núcleo: sendo o primeiro constante de raiz ou combinação de raízes; o restante é não-núcleo;
- núcleo x periferia: o primeiro consiste de um núcleo ou o contém, podendo também constituir o ponto de partida (head) para uma construção subordinada endocêntrica; o segundo usualmente consta de uma não-raiz e está sempre exterior ao constituinte nuclear.

Os conceitos de núcleo e periferia levam ao de constituintes imediatos, no interior da lexia. Eles determinam que se obedeça à ordem de expansão dos radicais. Uma análise como *des + cobr + i + ment + o*, por exemplo, não seria exemplar, mas sim

descobriment (N) + o (P)
descobr (i) N + ment (P)
des (P) + cobr (N)

Segue-se como corolário que os conceitos de núcleo e periferia são relativos. Deste modo, pode haver mais de um núcleo e de uma periferia.

De acordo com a noção de constituintes imediatos, os afixos são elementos determinantes em relação ao radical, que é o elemento nuclear. Quem adota o ponto de vista semântico pode chegar a resultados diferentes. Assim, em *saleiro*, que se converte sintaticamente em *recipiente para sal*, o sufixo carreia a noção mais importante e, por isto, é o determinado. Já em *prever*, que se desdobra em *ver com antecedência*, o prefixo é o determinante. Os fundamentos semânticos,

neste último caso, conduzem ao mesmo resultado do princípio dos constituintes imediatos.

Admitindo os conceitos de núcleo e periferia, nos termos de Nida, simplificamos a descrição, porque, em qualquer caso, os afixos constituem elementos de natureza periférica. Sempre que possível, é bom transpor os conceitos e procedimentos da morfologia flexional para o âmbito dos estudos lexicológicos, o que não implica fechar os olhos à especificidade destes (nunca é demais lembrar que no setor lexicológico não reinam, com a perfeição desejada, regras, com a "mecânica" da morfologia flexional).

Os estudos de Nida são, porém, ainda preliminares, mesmo vagos, com respeito à identificação da raiz e dos afixos. O lingüista norte-americano, por exemplo, mistura fatos de língua e contingência de discurso, sincronia e diacronia, ao asseverar não ser sempre fácil distinguir raízes de não raízes. Exemplifica-se o primeiro caso com *-ism*, que Nida afirma ser não-raiz em *fatalism* e *comunism*, e raiz em uma frase como *I'm disgusted with all these isms* (Estou aborrecido com todos estes ismos). Ilustra-se o segundo caso com *like*, que Nida considera ser raiz que se tornou não-raiz, através da forma presa *-ly*.

Não vemos dificuldade alguma em classificar o primeiro exemplo entre os casos de conversão (ou de derivação imprópria da gramática tradicional). O segundo ainda é mais simples: *-ly* é sincronicamente sufixo.

Nida dá como exemplo de raiz o elemento *cran* (de *cranberry*). O lingüista tem-no como raiz porque ocuparia a posição própria de raiz. Bessa (1986:235) detecta aí dois problemas: a) imprestabilidade de *cran* como morfema de ocorrência única, já que aparece, segundo testemunho de Akmajian e outros (apud Bessa, 1986:233) em outros itens lexicais: *cranicot*, *cranprune*, o que evidencia não mais ser *cran* caso de *hápax legómena*; b) a extensão indevida do conceito de raiz a elementos de ocorrência única.

A proposta de Basílio surge então para aclarar e reparar pontos obscuros da de Nida. Outros autores, aqui citados, nada mais fizeram senão perseverar na mesma trilha por ela indicada.

BEST COPY AVAILABLE

1.4.2. A proposta de Basílio e seus desdobramentos

Analisando o conceito tradicional de raiz, segundo o qual ela é a parte da palavra que contém o significado principal, Basílio (1974:6) conclui que os critérios para definir o que é principal e o que é acessório, na análise vocabular, esbarram em aporias. Em *mesas*, por exemplo, não há dúvida de que *mesa* contém o significado básico enquanto *-s* apresenta um significado acessório. Já em *cigarreira*, o significado principal estaria no sufixo.

Realmente os gramáticos tradicionais não oferecem parâmetros para definir o que é essencial e o que é acessório em análise mórfica. Arriscamos, todavia, hipotetizar que os gramáticos não se apóiam nas noções de determinante e determinado em bases semânticas, como faz Sandmann (1989), para diferenciar prefixos e sufixos. Eles se referem somente ao significado que se mantém constante, por exemplo na série *livraria - livreiro - livreto*. Por vezes, o significado se encontra conotado, mas a conotação decorre de um significado fundamental. Isto ocorre no verbo latino *deflorare*, cuja raiz se liga formal e conotativamente ao de *flos, floris, "flor"*.

Basílio aduz os seguintes critérios operacionais[10]:

- são raízes os elementos mórficos passíveis de ocorrência isolada;
- são raízes os elementos que servem de base para a formação de derivados.

O critério de número 1, encarado em seus aspectos puramente mecânicos, leva-nos a concluir que *contra*, em *contra-atacar*, é raiz (ou

[10] Houve quem propusesse critérios para a identificação da raiz e do radical em outras bases alternativas, a exemplo de Macambira (1978:1).Num primeiro momento, o autor encara a raiz a luz da proposta tradicional, segundo a qual é o elemento irredutível e comum a todas as palavras duma família. É, como se nota facilmente, uma definição relacionada a uma outra, à página 2, e que remonta à concepção de Saussure (1977: 216), um tanto abstrata, conforme a qual a raiz é o elemento em que o sentido comum a todas as palavras aparentadas atinge o máximo de abstração e generalidade. À página 8, no entanto, vai além e arrola as preposições (ex.: contra), as conjunções (ex.: mas) e as interjeições (ex.: oh!) como vocábulos inflexivos constituídos de raiz e sufixo zero. Não nos dá todavia maiores delineamentos. Na verdade, o conceito de raiz, subjacente aos exemplos, não se funda em uma tomada de posição coerente. Antes, contraria o conceito de cognação, adotado pelo autor. Isto sem falar no emprego abusivo do zero, que é problemático em morfologia.

BEST COPY AVAILABLE

radical, no caso), porque pode ser empregado como forma livre. Mas como bem observou Carvalho, em nota de pé de página, a propósito de um exemplo em francês, *contredire*:

> *A formulação << plusieurs préfixes fonctionnent comme mots indépendents>> é evidentemente infeliz, porque a identidade material de* contre- *em* contredire *e* contre- *em << agir contre quelqu'un>> não implica identidade significativa (tratando-se pois nos dois casos do mesmo significante em funções diversas) e muito menos que o segundo* contre- *seja o prefixo em função de preposição.* (1973: 548).

Tal parecer é admitido por Sandmann (1989), que, considerando a identidade formal entre certos afixos e preposições, prefere classificar os primeiros como prefixóides, enquadrados no fenômeno da semiderivação. Em suma, os elementos correspondentes a preposições não são raízes, porque estamos falando de funções distintas. No plano lexical *contra-*, em *contra-atacar*, não tem o caráter de morfema relacional. Admite também o autor, a partir do confronto entre forma livre e forma prefixada, que *bem-* e *mal-*, bem como *não-*, são prefixoidais.

O segundo critério adotado por Basílio não é novo, pois já se encontra implícito no compêndio da Real Academia Española (1982: 166). Aí se afirma que são raízes os primeiros elementos destacados de cada um dos vocábulos da série: *sombr-ero, varie-dad, tard-ío, contr-ario*.

As teses de Basílio não deixaram de ter repercussão. Monteiro (1991: 28-30), por exemplo, as admite. Para ele, *extra* e *contra*, por serem usados freqüentemente como formas livres na atual sincronia do português, foram promovidos à condição de raiz. Já fizemos comentários a respeito de *contra*. Quanto a *extra*, há que objetar-se que, no contexto lexical, ocorre pré-adjetivalmente, a exemplo de *extraterrestre* e *extra-oficial*. Isto não ocorre com a forma livre *extra*.

Monteiro também admite o critério de número 2. Em virtude deste, *super-* é raiz porque daí resulta *superar*. Pergunta-se quem tem consciência da relação entre *super* e *superar* a não ser o conhecedor da diacronia do português.

No que concerne à coerência, Monteiro deixa a desejar, diferentemente do que ocorre com Basílio. Em um e outro passo, diverge das sugestões da autora, quando sugere que *sobre, contra e perante,* por serem verdadeiros núcleos de significação, em oposição a outras preposições, como *de* e *a,* devem ser raízes. O argumento aí deixa seu cunho operacional e assume caráter semântico[11].

É Bessa (1986:236-43) que, acatando os dois critérios de Basílio, oferece-nos balizas mais tangíveis, às quais acrescenta uma terceira: a mobilidade distribucional. Segundo este critério, *filo* é radical por poder ocupar posições diversas no corpo do vocábulo. *Filo* aparece na primeira posição, em *filocomunista*, e na última, em *francófilo*; *fono* assume a primeira posição em *fonógrafo* e a última em *hipnofono*. Por isto, *filo* e *fono* são raízes.

A mobilidade distribucional já era conhecida por outros autores, como Chevalier e outros (s/d: 56-7), que reconheciam, nos exemplos de elementos deslocáveis, fronteiras entre a derivação e a composição. Iorgu e Manoliu (1980:48) também a reconhecem, mas preferem ver nos constituintes deslocáveis pseudoprefixos ou prefixóides.

Dada a importância do assunto para os estudos das formações técnico-científicas, baseadas principalmente em elementos gregos, deixamos para desenvolvê-lo em outro trabalho, quando distinguiremos o que é efetiva existência em vernáculo do que é simples herança ou

[11] Não é apenas neste pormenor que Monteiro nos lega propostas fluidas. Exemplifiquemo-lo com a seguinte lista dos prefixos que o autor julga verdadeiramente vigentes em português, com seus alomorfes:

a- ~ ad- em- ~ /en-/
ab- abs- in- ~ /im-/ ~ /i-/
cis- ob- o-/
de- ~ des- ré-/
dis- ~ di- /trans-/ ~ /tras-/ ~ /tra-/ ~ /tre-/
ex- es- e-/ /a-/ ~ /an-/

A lista está longe de representar em termos quantitativos os prefixos verdadeiramente vigentes em português. Acrescente-se que as alomorfias são objetáveis. O que conduz o autor a dar **e-** como alomorfe de **es-**? Por que não distingue adequadamente alografia de alomorfia? É a falta de distinção que o leva a dar como alomorfes **em-** e **en-**, **ex-** e **es-**.
Em que bases empíricas se fundamentou para concluir sobre a produtividade prefixal? É questionável, por exemplo, a produtividade de *ab-* e sua variante *abs-*, e de *dis-*, com o sema de separação.

BEST COPY AVAILABLE

empréstimo. De antemão, feitas as ressalvas devidas, cremos que é um bom critério para se caracterizar o radical.

2. Conclusão

De todo o exposto, podemos concluir o seguinte, relativamente ao nosso assunto:

- Não basta simplesmente o critério da posição para caracterizar os prefixos, uma vez que radicais também podem ocupar a primeira posição.
- O critério transformacional não se presta a identificar os prefixos, conforme argumentação feita na secção pertinente deste trabalho.
- O critério da produtividade, em suas diferentes versões, não constitui parâmetro para nós, porque é exterior ao fato lingüístico.
- O critério morfossemântico, de Câmara Jr., sobreleva o valor semântico do prefixo, alçado à condição de semantema subsidiário. Ademais, a afirmação de que os prefixos são variantes presas das formas chamadas preposições é objetável, porque o prefixo e o conectivo preposicional a eles formalmente relacionados ostentam diversos privilégios de ocorrência. Por outro lado, nem sempre tal correspondência se verifica.
- Quanto aos critérios baseados na operacionalização do conceito de raiz, há que se destacar o seguinte: para nós, não basta haver pura e simples correspondência em forma no contexto vocabular e forma livre ou dependente. Deverão ser levadas em conta diferenças distribucionais entre uma dada forma no enunciado e no vocábulo. Todavia, cremos ser de destaque o terceiro critério, relativo à mobilidade distribucional.

Isto posto, julgamos ser possível caracterizar o prefixo típico como elemento mórfico de posição estritamente inicial, sem correspondência formal com nenhum item léxico e sem possibilidade de constituir base de derivação. Isto se aplica a *des-* e a *re-*, por exemplo, mas não a *auto*, que engendra *autismo* e *autista*. Tampouco se aplica a *filo*, dotado de mobilidade distribucional, a exemplo de *filocomunista* e *cinéfilo*.

Constituem elementos de fronteira entre a composição e a derivação as formas iniciais que assumem o seguinte comportamento idiossincrático:

- Correspondem formalmente a itens lexicais, destes se distinguindo por diferença quanto aos privilégios de ocorrência: *contra-* (*contra-atacar*), *não-* (*não-ocorrência*), *mal-* (*malformação*).
- Funcionam por braquissemia: *vice-* (em lugar de *vice-presidente*); **ex-** (em vez de *ex-marido*); *intra-* (em *intra* e *interpartidário*), por exemplo.

Referências Bibliográficas

ALVES, I. M. (1990) *Neologismo*. São Paulo: Ática.

ARONOFF, M. (1976) *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge / Massachussetts: MIT Press.

BARBOSA, M. A. (1981) *Língua e Discurso: Contribuição aos Estudos Semântico-Sintáxicos*. São Paulo: Global.

BASÍLIO, M. (1974) Operacionalização do Conceito de Raiz. *Cadernos da PUC*, **15** : 89-94.

_____ (1980) *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes.

_____ (1991) Produtividade, Função e Fronteiras Lexicais. *Anais da ANPOLL* **5** : 70-3.

BESSA, J. R. F. (1978) *Para um Estudo sobre Nomes Compostos no Português Atual*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Dissertação de mestrado inédita.

_____(1986) *A Composição Nominal e a Adjetival: Problemas e Métodos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ. Tese de doutorado inédita.

CÂMARA Jr., J. M. (1968) *Dicionário de Lingüística e Gramática*. São Paulo: Iozon.

_____ (1976) *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.

_____(1977) *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Padrão.

CARVALHO, J. G. H. de (1973) *Teoria da Linguagem*. Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.

CHOMSKY, N. and M. HALLE (1968) *The Sound Pattern of English.* New York: Harper & Row Publishers.

CHOMSKY, N. (1970) Remarks on Nominalization. *In: Readings in English Tranformational Grammar.* Waltham: Ginn and Co.

CHEVALIER, J. C. et alii (s/d) *Grammaire du Français Contemporain.* Paris: Larousse.

CORBIN, D. (1987) *Morphologie Dérivationelle et Structuration du Lexique.* Vol. 1. Lille: Presses Universitaire de Lille.

DUBOIS, J. & R. LAGANE (1973) *La Nouvelle Grammaire du Français.* Paris: Larousse.

ELSON, B. & V. PICKETT (1973) *Introdução à Morfologia e à Sintaxe.* Tradução de Aryon D. Rodrigues e outros. Petrópolis: Vozes.

FREITAS, Horácio Rolim de (1981) *Princípios de Morfologia.* Rio de Janeiro: Presença.

GALERY, I. V. (1969) *Os Prefixos Intensivos em Grande Sertão: Veredas.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

GLEASON Jr., H. A. (s/d) *Introdução à Lingüística Descritiva.* Tradução de João Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

GUILBERT, L. (1975) *La Créativité Lexicale.* Paris: Larousse.

HALLE, M. (1973) Prolegomena to a Theory of Word Formation. *Linguistic Inquiry,* **4**, 3-16.

IORGU, I. & M. MANOLIU (1980) *Manual de Lingüística Románica.* Revisión, reelaboración por Manuel Alvar. Madrid: Gredos.

JACKENDOFF, R. (1975) Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language,* **51**, 639-71.

LLORACH, E. A. (1981) *Gramática Estructural.* Madrid; Gredos.

MACAMBIRA, J. R. (1978) *Português Estrutural.* São Paulo: Pioneira.

MARTINET, A. (1973) *Elementos de Lingüística Geral.* Tradução e adaptação de Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Sá da Costa.

MONTEIRO, J. L. (1991) *Morfologia Portuguesa.* Campinas: Pontes.

NIDA, E. (1949) *Morphology: the Descriptive Analysis of Words.* Ann Arbor: The University of Michigan Press.

POTTIER, B. (1962) *Systématique des Éléments de Relation.* Paris: Klincksieck.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1982) *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española.* Madrid: Espasa-Calpe.

SANDMANN, A. J. (1989) *A Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo.* Curitiba: Scientia et Labor / Ícone Editora.

BEST COPY AVAILABLE

SAUSSURE, F. de (1977) *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

VENDRYÈS, J. (1950) Le Language. Paris: Édition Albin Michel.

D.E.L.T.A., Vol. 14, N.º 1, 1998 (169-183)

ENTREVISTA

SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO: DIÁLOGO COM OSWALD DUCROT

(Semantics and Argumentation: Dialogue with Oswald Ducrot)

Heronides Maurílio de Melo MOURA (*Universidade Federal de Santa Catarina*)

ABSTRACT: In a recent interview the French linguist Oswald Ducrot discusses the Theory of Topoi, the most recent version of the Theory of Argumentation within Language developed by himself and collaborators, presenting it as an alternative model for the semantics based on the concept of truth conditions. In order to clarify the assumptions of this theory, the interviewer discusses with Ducrot and Marion Carel issues such as the relation between the concept of presupposition and the Theory of Argumentation, the relation between logical languages and natural languages, the definition of lexical meaning in the model, and at last, the translatability of lexical meanings not referentially defined.

RESUMO: Em uma entrevista recente o lingüista Oswald Ducrot discute a Teoria dos Topoi, versão mais recente da Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por ele e colaboradores. A Teoria dos Topoi é apresentada como um modelo alternativo a uma semântica baseada no conceito de condições de verdade. Na tentativa de lançar luz sobre os postulados dessa teoria, o entrevistador discute com Ducrot e Marion Carel tópicos tais como a relação entre o conceito de pressuposição e a Teoria da Argumentação, a relação entre linguagens lógicas e línguas naturais, a definição de sentido lexical no modelo, e por fim, a traduzibilidade de sentidos lexicais não definidos referencialmente.

Key Words: Semantics; Argumentation; Topos; Lexical meanings; Prototypes.

Palavras-Chave: Semântica; Argumentação; Topos; Sentidos lexicais; Protótipos.

0. Introdução

O trabalho de Oswald Ducrot tem exercido uma enorme influência sobre os estudos lingüísticos no Brasil. Conceitos como 'operadores argumentativos', 'escalas argumentativas', 'polifonia' e outros fazem parte do repertório básico de qualquer especialista de semântica, lingüística textual ou análise do discurso. No entanto, é menos disseminada a percepção de que o trabalho de Ducrot e colaboradores têm conduzido, nos últimos anos, à tentativa de formulação de uma teoria do sentido lexical autônoma e internamente consistente. Em outras palavras, a Teoria da Argumentação na Língua se põe no mercado lingüístico como uma teoria do sentido alternativa a outras teorias aí disponíveis.

A recente presença no Brasil desse pesquisador, como professor - visitante UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) - CNPq e conferencista na UNICAMP, serviu para mostrar que a Teoria da Argumentação na Língua não se resume à elaboração de conceitos semântico-pragmáticos pontuais (como os 'operadores argumentativos'), a serem inseridos numa teoria semântica mais abrangente. A empreitada a cargo de Ducrot e colaboradores tem um alcance muito maior, na medida em que recoloca em foco algumas das questões fundamentais da pesquisa semântica, como por exemplo a questão do valor de verdade dos enunciados, o caráter referencial da linguagem e o tipo de inferência que se faz em língua natural, tudo isso conduzindo à indagação da natureza do sentido lexical.

A Teoria dos Topoi, versão mais recente da Teoria da Argumentação na Língua, envolve, portanto, uma série de hipóteses sobre o sentido lexical. Mas por que as pesquisas no campo da argumentação levaram à tentativa de formulação de uma teoria sobre o sentido lexical? Tentarei responder a essa pergunta, mas limitando o escopo de minha resposta a apenas um aspecto.

Numa fase anterior da pesquisa de Ducrot, por exemplo em *Princípios de Semântica Lingüística - Dizer e não dizer* (1977), havia dois postulados básicos que norteavam a elaboração dos conceitos. Em primeiro lugar, a noção de que os itens lexicais são referenciais (a intensão de uma palavra determinando a sua extensão) e por conseqüinte, em função do princípio de composicionalidade, a tese de

que a cada enunciado corresponde um valor de verdade (verdadeiro ou falso). Em segundo lugar, havia o postulado de que o processo de significação deve ser formalizado na metalinguagem como um amálgama de fatores estritamente lingüísticos e de leis do discurso (a serem definidas com precisão, no modelo das regras conversacionais de Grice, por exemplo). Esses dois postulados, interligados, levam à percepção de que o objetivo de uma teoria semântica seria formalizar, no 'componente lingüístico', as regras semânticas que permitem a produção de enunciados com valor de verdade (ou, num outro plano, enunciados que produzem discursos informativos), independentemente do contexto em que tais enunciados estejam inseridos. Um 'componente retórico' reinterpretaria os *outputs* do componente lingüístico, fechando o ciclo do processo de significação. Nesse quadro ideal, o único problema relativo a um conceito como 'operador argumentativo' seria determinar em que componente ele deve ser inserido.

Portanto, nessa fase da teoria não se faz necessário construir uma teoria do sentido lexical. O sentido de uma palavra com conteúdo lexical (substantivos, adjetivos e verbos) equivaleria à contribuição que ela dá para a significação do enunciado como um todo, calculável no 'componente lingüístico'. Essa contribuição deve ser, basicamente, referencial.

Diferentes fatores levaram Ducrot a recusar posteriormente esse modelo semântico. Cito como exemplo a questão da polifonia. Numa frase como 'Está fazendo calor, mas estou doente', teríamos uma complexidade muito maior, na significação dessa combinação de enunciados, do que a produzida pelo 'componente lingüístico', reinterpretado depois por um 'componente retórico'. O cálculo do valor de verdade desta frase complexa envolve apenas a combinação dos valores de verdade dos enunciados elementares "Está fazendo calor" e "Estou doente". Para que a frase complexa seja verdadeira, é preciso que os enunciados elementares também o sejam (de modo que as condições de verdade de uma frase complexa com *mas* (Está fazendo calor, *mas* estou doente) seriam idênticas às de uma frase complexa com *e*: "Está fazendo calor, *e* estou doente"). Segundo a teoria da polifonia, não temos aí apenas a justaposição de duas fotografias (do calor e da doença), mas uma certa apresentação dessas fotografias segundo perspectivas distintas (representadas pelos 'enunciadores'). Se invertemos a ordem das duas fotografias ("Estou doente, mas está fazendo calor"), a significação da

frase se altera (em função da alteração da perspectiva dos enunciadores), mesmo que os fatos representados permaneçam idênticos. Quando se afirma (na perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua) que a significação da frase se altera, indica-se que os encadeamentos possíveis a partir desta frase se alteram. A polifonia, por conseguinte, é um dos fatores que levam Ducrot e colaboradores a afirmar que o sentido dos enunciados não se resume ao seu valor de verdade.

Aí então podemos responder à questão da demanda de uma teoria do sentido lexical no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua. Se o sentido de um enunciado não se resume ao seu valor de verdade, então o sentido de uma palavra não pode equivaler a seu valor referencial. De que forma então o sentido de uma palavra colabora para o sentido do enunciado?

Creio que os últimos desenvolvimentos da Teoria dos Topoi abordam os diferentes aspectos que uma resposta a tal questão pode assumir. O debate a seguir é um esforço no sentido de aclarar alguns destes aspectos.

A entrevista (traduzida para o português pelo entrevistador) foi realizada em Florianópolis, em outubro de 1996, quando da visita de Ducrot e Marion Carel à UFSC. O diálogo transcorreu, em ambiente acolhedor, na varanda de um hotel à beira da Lagoa da Conceição, cujas águas tranqüilas circundadas de montanhas certamente estimularam o diálogo. Deixo aqui consignado o meu agradecimento a Ducrot e a Marion Carel, que se mostraram sempre solícitos em todas as atividades desenvolvidas na UFSC.

1. A entrevista

Heronides Moura: O senhor consegue discernir, ao longo de seu trabalho, um caráter mais geral em suas críticas à aplicação da lógica à descrição das línguas naturais, desde a teoria da pressuposição até a versão mais recente da teoria dos topoi?

Ducrot: É difícil dizer que exista uma linha geral ligando todo o meu trabalho de tantos anos, mas me parece que, apesar de tudo, mesmo se existem contradições entre o meu trabalho anterior, por exemplo na época da teoria da pressuposição, e o que faço atualmente, na Teoria dos

Topoi, perduram certas intuições de caráter geral. Parece-me que a idéia geral que domina todo o meu trabalho é a percepção de que a língua (mais precisamente, deveríamos falar em discurso) não pode ser reduzida à função informativa e que as frases da língua comportam, semanticamente, elementos que não equivalem às condições de verdade.

Esta idéia se encontra reiterada nas minhas pesquisas atuais (pesquisas que não são só minhas, como também de Anscombre (1995), Raccah (1995), Carel (1995) e outros, e o nosso esforço visa a descrever integralmente a língua sem fazer uso da noção de condições de verdade, mas já havia algo nessa direção na época da teoria da pressuposição. Com efeito, o que me interessava na noção de pressuposição é que ela mostrava que, entre as informações contidas num enunciado (pois na época ainda me referia às informações contidas no enunciado), há que se fazer uma distinção essencial, a qual não pode ser explicada em termos informativos. Era preciso distinguir, no enunciado, entre aquilo que era pressuposto e aquilo que era posto. Para tomar um exemplo corriqueiro, em 'Pedro deixou de fumar', dá-se como informação que 'Pedro fumava antes' e também que 'Atualmente Pedro não fuma', mas essas duas informações não são colocadas no mesmo plano pelo discurso, o qual dá preferência à segunda informação (que denomino o posto - 'Atualmente Pedro não fuma'). Em função disso, a continuação do discurso se faz a partir desta segunda informação. A partir de 'Pedro deixou de fumar', posso continuar o discurso dizendo 'de modo que provavelmente ele está bem de saúde', mas, por outro lado, não se poderia fazer o encadeamento a partir do elemento pressuposto e dar seqüência ao discurso dizendo a frase 'ele se arrisca então a ficar doente'. Pode-se assim afirmar que existe uma dicotomia entre as duas informações e esta dicotomia não é, em si mesma, de natureza informativa. O critério que me servia para estabelecer a dicotomia era o encadeamento discursivo, que depois ocupará um lugar importante nas minhas pesquisas.

Heronides Moura: O senhor crê que exista uma relação entre a sua teoria e a tradição saussureana, que define o signo como uma relação estrutural, e não como uma relação com o mundo?

Ducrot: Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta idéia que você evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e

não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso.

Heronides Moura: A crítica da aplicação da lógica às línguas naturais é sempre um pouco frustrante, pois os lógicos podem sempre redargüir: "não pretendíamos mostrar o funcionamento de tal ou tal característica de uma língua natural específica, mas mostrar como nossa ferramenta lógica funcionaria numa língua artificial (que talvez tenha algumas semelhanças com as línguas naturais). Este tipo de crítica dos lingüistas não visa, portanto, ao alvo correto." Penso, por exemplo, em sua análise das descrições definidas (Ducrot, 1977). O senhor mostrou que elas não são sempre referenciais (sejam elas nomes próprios (como em Frege) ou falsos nomes próprios (como em Russell), por exemplo, no enunciado "Pedro não ama sua mulher, ele ama a filha do patrão", na interpretação em que a mulher de Pedro é a filha do patrão. É bem duvidoso que 'a filha do patrão' seja referencial nesse caso. Mas um lógico pode responder: "a lógica não diz que todas as descrições definidas são referenciais na língua natural; pode-se muito bem imaginar que certos usos das descrições definidas não têm sua referência habitual (lembremos a solução clássica de Frege para o problema dos contextos opacos) etc.". Como o senhor avalia esse tipo de contestação (se é que se trata de uma contestação de fato)?

Ducrot: Aí há dois pontos a serem distinguidos. Em primeiro lugar, é preciso determinar se meu trabalho implica uma análise da lógica. Não temos de modo algum a pretensão de colocar em dúvida o valor da lógica. Tanto eu como Marion Carel aqui presente temos um grande apreço pela lógica. A lógica me parece indiscutível e de um valor considerável em dois aspectos: em primeiro lugar, ela tornou-se uma teoria matemática particularmente interessante. Por outro lado, ela é interessante como instrumento para estudar a matemática, para analisar a matemática. Nunca o raciocínio ('*raisonnement*') matemático fora representado com uma precisão tão grande como tem sido desde a criação do cálculo proposicional e do cálculo de predicados, totalmente adaptados a este fim. Creio que mesmo teorias lógicas modernas, como a teoria das categorias, são também perfeitamente adaptadas a descrever tanto os resultados, como o tipo de raciocínio ('*raisonnement*') que se

utiliza na matemática. Não se trata, por conseguinte, de fazer uma crítica da lógica em si mesma. O que eu questiono é outra coisa (e aí chego ao segundo aspecto de sua questão), trata-se agora de averiguar se a lógica é adaptada à descrição das línguas naturais. Em outros termos, trata-se de saber se a lógica pode representar a estrutura profunda das línguas naturais. Bem, neste ponto sustento uma posição extremamente radical. Penso que a lógica não serve em nada para descrever a língua natural. Sem dúvida se reveste de todo interesse a comparação entre as línguas naturais e as linguagens lógicas, mas tentar encontrar nas línguas naturais estruturas subjacentes equivalentes às estruturas lógicas, parece-me de fato pouco interessante.

Esta minha posição poderia suscitar dois tipos de objeção. Em primeiro lugar, poder-se-ia objetar-me que a lógica não é algo concluído, todos os dias se criam novas lógicas, logo não se pode saber se não serão formuladas lógicas que evitem as dificuldades observadas na aplicação, às línguas naturais, das lógicas já existentes. É sem dúvida muito difícil responder a esta objeção, pois não faço idéia das lógicas que serão criadas, e mesmo não conheço a totalidade das lógicas existentes hoje em dia. Mas posso todavia precisar que o tipo de lógica que creio fundamentalmente inadaptado à descrição das línguas naturais, é aquele fundado sobre a noção de verdade. Se se chegar a construir lógicas independentes da noção de verdade, talvez possam ser úteis ou utilizáveis; na minha percepção, problemas relativos às condições de verdade não têm relação clara com as questões das línguas naturais. É uma posição radical a que defendo aqui.

Você se refere, na sua questão, à idéia de que as lógicas, mesmo não descrevendo o conjunto de fenômenos que aparecem numa língua natural, podem talvez descrever certos aspectos desta língua natural, e você dá como exemplo as descrições definidas. Você recorda que eu mostrei (Ducrot, 1977) que um certo número de descrições definidas não têm função referencial e que por isto são muito difíceis de analisar segundo os instrumentos lógicos conhecidos. Você sugere que, por outro lado, existem também descrições definidas que têm claramente função referencial e que podem ser analisadas pelos instrumentos lógicos construídos por Frege ou Russell. Mantendo minha posição radical, direi que nenhuma descrição definida tem função referencial. Freqüentemente os lógicos dizem (penso por exemplo em Donnellan, 1975) que as descrições definidas podem ter seja função atributiva, seja função

referencial. Para mim, não existem aquelas que têm função referencial. A descrição que dou de um objeto quando o apresento por meio de uma descrição definida não tem por objetivo uma melhor identificação deste objeto, mas sim propiciar uma argumentação acerca desse objeto. Retomo um exemplo simples: 'Meu carro quebrou'. 'Meu carro' é uma descrição definida, da qual a maioria dos lógicos diria que tem uma função referencial. Não consigo concordar com isso. O importante quando digo 'meu carro' não é a designação que faço de um certo objeto, que poderia ser designado, com a mesma eficiência, por sua cor, pelo número de sua placa, pelo lugar que ele ocupa numa garagem etc. O que é importante é que se trata de 'meu carro', o carro com o qual, por exemplo, um amigo pode me pedir para ir em sua casa, ou que serve para dar carona a alguém etc. A expressão 'meu carro' não serve para designar um objeto, e sim para indicar que tal ou tal discurso é possível a partir dessa expressão, ou que tal ou tal discurso é impossível a partir dela.

Marion Carel: Seria preciso substituir lógico ('*logicien*') por logicista ('*logiciste*') quando você (Ducrot) diz que um lógico diria que a expressão 'meu carro' na frase 'meu carro quebrou' teria tal ou tal função. Não seria talvez um lógico quem diria isto, mas um logicista, alguém que pretende estudar a língua natural por intermédio dos instrumentos lógicos. Um lógico não fala da língua, ele faz matemática.

Ducrot: De fato, um lógico enquanto tal não tem nada a dizer sobre a língua. E eu não teria nada a dizer a seu favor ou contra ele. As pessoas com as quais eu debateria são aquelas que utilizam a lógica nas línguas naturais, e não na matemática.

Heronides Moura: O problema, creio, é que certos lógicos avaliam que eles não falam apenas da matemática; talvez de fato não falem de línguas concretas, mas de uma *lingua mentalis* (usemos essa expressão) que seria subjacente seja à matemática, seja às línguas naturais.

Ducrot: De todo modo, eu teria as maiores reservas em relação a uma *lingua mentalis*, que seria a linguagem do pensamento, e que a lógica, de um lado, e as línguas naturais, de outro, tentariam expressar.

Heronides Moura: O senhor define o sentido de uma palavra como um 'feixe de topoi' (*paquet de topoi*) (Ducrot, 1995). O senhor se daria

por satisfeito com a seguinte tradução (numa formulação mais geral) dessa definição: o sentido de uma palavra é constituído por um conjunto vago de crenças e inferências?

Ducrot: Creio que em outra época eu ficaria satisfeito com esta tradução, mas atualmente ela não me satisfaz. Nesta tradução que você aponta, posso identificar dois pontos. De um lado, a idéia de conjuntos vagos, conjuntos sem limites precisos, a qual eu aceito de bom grado, pois não creio que se possa fazer corresponder às palavras conjuntos (no sentido matemático do termo) precisos, delimitados, determinados. Portanto, evidentemente concordo com a idéia de vagueza. O ponto que colocaria em questão, na tradução que você apresentou, é o uso dos termos crenças e inferências. Falemos primeiro das crenças. Tenho muitas dúvidas se os topoi dos quais trato em minhas pesquisas correspondem efetivamente ao que se poderia chamar de crenças. Uma crença pode ser definida como uma relação entre dois conceitos, compreensíveis independentemente, cada um com um sentido independente. Ora, os topoi (ao menos na versão mais recente de nossa teoria) não são mais considerados como uma relação entre duas noções, mas os topoi constituem, por si mesmos, relações complexas. Por exemplo, um topos segundo o qual 'a riqueza traz felicidade' não põe em relação uma idéia de 'riqueza' e uma idéia de 'felicidade', mas constitui a noção de uma 'felicidade' obtida a partir da 'riqueza' e de uma 'riqueza' suscetível de trazer a 'felicidade'. Portanto, cada vez mais me parece difícil entender os topoi como crenças.

Finalmente, também não me parece satisfatório entender os topoi como inferências. Compreendo os topoi muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um feixe de topoi ('*paquet de topoi*'), entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis, e não vários tipos de inferências ou deduções. Desejo o mais possível evitar estes termos.

Esta é a razão pela qual desisti, já faz alguns anos, de definir os topoi como 'garantia'('*garant*') de inferências. Prefiro entender os topoi como fontes de discurso, e não como o terceiro termo, como a garantia que assegura e valida a passagem de uma idéia à outra idéia, de um argumento a uma conclusão. Esta é a visão do estado atual da teoria, pois no início da teoria dos topoi havia a tendência (uma tendência

BEST COPY AVAILABLE

equivocada) de apresentar o topos como um princípio inferencial, o que aliás corresponde ao sentido que Aristóteles dava ao termo 'topos'.

Heronides Moura: Se não me equivoco, a idéia é de que o topos é uma relação complexa entre palavras que não serve para estabelecer deduções sobre os fatos do mundo...

Ducrot: Estou totalmente de acordo com esta formulação. Quando afirmo que o topos é complexo, não deve se entender com isso que ele é complexo no nível nocional, no sentido de que ele seria um amálgama de noções pré-existentes. Ele é complexo em função das frases envolvidas.

Heronides Moura: No enunciado 'É um pássaro, então voa', tem-se uma inferência derivada do sentido da palavra 'pássaro'. Se considerarmos que temos aí a utilização de um topos, a análise se torna bem próxima da teoria dos protótipos e da teoria dos estereótipos de Putnam (1975). Como o senhor vê essa aproximação teórica, que Anscombre (1995) faz em um de seus artigos?

Ducrot: Gostaria de começar observando que a frase 'É um pássaro, então voa' não constitui, na minha opinião, uma verdadeira argumentação, mas corresponde a um certo tipo de raciocínio que se pode efetuar no discurso científico e que não pertence, num sentido estrito, à língua natural, ainda que seja construído com as palavras da língua natural.

A segunda observação é que me sinto mais próximo da Teoria dos Estereótipos que da Teoria dos Protótipos. Sinto-me sobretudo muito afastado das primeiras versões da Teoria dos Protótipos, nas quais se tenta descobrir quais são os objetos particulares que correspondem mais perfeitamente a uma certa noção, por exemplo, que pássaro corresponde da melhor maneira à noção de pássaro.

Por outro lado, sinto-me mais próximo da Teoria dos Protótipos na versão atual, na qual se investiga quais são os traços mais inerentes à noção de pássaro. Mas quando se fala desses traços inerentes, faz-se referência, em última instância, aos estereótipos que são ligados intimamente à noção de pássaro. E nessa perspectiva, o estereótipo pode ser considerado como uma aproximação daquilo que entendo por topos.

Mas não desejaria, de modo algum, que a noção de pássaro (tal como utilizada na língua natural) fosse definida apenas por este estereótipo fundamental que seria o fato de voar. Há toda uma série de discursos ligados à noção de pássaro. Gostaria de acrescentar que as metáforas da palavra 'pássaro' (por exemplo, 'meu coração é um pássaro') são tão próximas do valor profundo do termo 'pássaro', quanto os usos literais.

Estou então de acordo com a noção de estereótipo, mas com a ressalva de que, no estereótipo, não gostaria de ver reintroduzido o 'sentido verdadeiro'. Quer dizer, se temos o estereótipo segundo o qual 'o ouro é valioso', não gostaria que essa frase destinada a expressar o estereótipo fosse compreendida dando como definição de 'ouro' aquilo que se chamaria de seu sentido verdadeiro, vale dizer, uma certa realidade química. Em outras palavras, a noção de estereótipo não pode implicar que os termos sejam compreendidos em função de seu sentido verdadeiro. Os termos (como 'ouro' ou 'pássaro') existem apenas no interior dos estereótipos. É por isto que estes estereótipos não deveriam ser considerados crenças. A sentença 'o ouro é valioso' seria uma crença se o ouro fosse definido independentemente do fato de ele ser considerado valioso, mas se se coloca o valor do ouro no próprio sentido da palavra 'ouro', a idéia de que 'o ouro é valioso' não pode ser considerada como uma crença acerca do objeto ouro; seria antes uma simples explicitação do sentido da expressão 'ouro'.

Heronides Moura: Estas considerações o afastam do paradoxo que Putnam propôs sobre a tradução da palavra 'água' num planeta imaginário que ele denomina 'Terra Gêmea'. A água teria nesse planeta os mesmos estereótipos, mas uma outra composição química. Nesse caso, ele diz que se deve considerar um outro sentido para 'água', nesse planeta imaginário (em tudo um duplo da Terra), tendo em vista que 'água $_1$', na Terra, e 'água $_2$', em Terra Gêmea, não possuem a mesma composição química. Mesmo que 'água $_1$' e 'água $_2$' compartilhem os mesmos traços estereotípicos (elemento líquido, incolor, inodoro, que se pode beber etc.), eles não têm a mesma referência, logo existe alguma diferença de sentido entre eles. O que o senhor disse parece indicar que o sentido é definido essencialmente pelos traços estereotípicos compartilhados pelos falantes...

Agora gostaria de passar a uma outra pergunta que se relaciona também à questão da tradução. Aceitemos a hipótese de que, em francês, no feixe de topoi associados à palavra '*riche*', encontremos o seguinte topos: 'os ricos pagam muito imposto' (o que autorizaria uma argumentação do tipo: "os ricos são infelizes, porque pagam muito imposto"). No Brasil, ao contrário, os ricos não pagam muito imposto, logo a argumentação acima soaria estranha (no nosso país, a argumentação iria talvez na seguinte direção: "os ricos são verdadeiramente felizes, pois pagam pouco imposto"). Seguramente existem ainda outras diferenças entre os sentidos das palavras '*riche*' e 'rico'. Poder-se-ia dizer que a tradução se liga ao sentido referencial, e não ao sentido argumentativo. Como o senhor vê esse problema?

Ducrot: Começaria analisando o seu exemplo 'Os ricos são infelizes porque pagam muito imposto'. O topos que intervém aqui (você já o indicou) liga as expressões 'infelicidade' e 'pagar impostos', ou numa interpretação mais geral, ele liga as expressões 'infelicidade' e 'pagar', esta última palavra interpretada no sentido de 'se privar de' e comportando, portanto, uma certa idéia de 'infelicidade'.

Creio que nem no Brasil, nem na França, seria normal argumentar dizendo 'Fulano é infeliz porque é rico' ou 'Fulano é rico, portanto infeliz', mas sim 'Fulano paga muito imposto, portanto, ele é infeliz'. Este é o primeiro aspecto que gostaria de precisar. Resta-nos a questão que você aponta. No Brasil, os ricos pagam pouco imposto, logo, é normal argumentar 'Ele é rico, portanto, paga pouco imposto'. De uma maneira oposta, na França argumentaríamos 'Ele é rico, portanto, paga muito imposto'. Apesar dessa diferença, gostaria de acreditar que existe algo de fundamentalmente equivalente no sentido da palavra 'rico' no Brasil e no sentido da palavra '*riche*', na França, ainda que a riqueza não seja associada a impostos no Brasil, da maneira como ela o é na França.

Haveria ao menos duas maneiras de encarar esta dificuldade. A primeira consistiria em distinguir, na constituição das palavras, entre os topoi intrínsecos e os topoi extrínsecos. Ou seja, os topoi ligados à própria significação das palavras e os topoi ligados a certos conhecimentos. Assim, o fato de que a riqueza traz felicidade, de que ela é algo desejável, é um topos intrínseco, que pertence ao próprio sentido da palavra 'rico', ao passo que o fato de que a riqueza acarreta o

pagamento de impostos é um topos extrínseco, devido a certas contingências históricas. A língua seria estruturada basicamente pelos topoi intrínsecos, e não pelos topoi extrínsecos. Esta seria uma primeira possibilidade de resposta.

O problema desta resposta é que, de fato, é muito difícil fazer a separação entre os topoi intrínsecos e os topoi extrínsecos no sentido de uma palavra. Esta distinção é mais teórica que prática.

Mas existe uma outra forma de responder à sua questão. Ela pode parecer, à primeira vista, paradoxal e apresentada apenas para escapar de uma situação difícil, mas acredito que é essa segunda linha de raciocínio que seria interessante desenvolver. Nessa segunda solução, ao dizer 'Os ricos pagam muito imposto' ou então 'Os ricos pagam pouco imposto', os locutores se referem ao que imaginam ser o ponto de vista do legislador, o ponto de vista institucional, seja no Brasil, no primeiro caso, seja na França, no segundo. Se pensarmos em termos de polifonia, diríamos que a palavra 'rico', nas frases 'os ricos pagam pouco imposto' ou 'os ricos pagam muito imposto', deveria, por assim dizer, ser colocada entre aspas, visto que o que se apresenta aí é a perspectiva do legislador. Se admitimos este tipo de solução, chegaremos à conclusão de que, para os legisladores europeus que obrigam os ricos a pagar muito imposto, a palavra 'rico' não tem o mesmo sentido que ela possui para os legisladores brasileiros, que não obrigam os ricos a pagar muito imposto. Poder-se-ia dizer que, no caso europeu, a riqueza é percebida como a apropriação de bens coletivos por certos indivíduos, ou como uma exploração de bens coletivos e que deve, como tal, ser compensada pelo pagamento de impostos.

No caso brasileiro, a riqueza é percebida como uma espécie de participação na atividade econômica do país, e é por isto que os ricos devem ser liberados, numa certa medida, do pagamento de pesados impostos, visto que se considera a riqueza como diretamente ligada à prosperidade geral da sociedade. A riqueza, para os legisladores que obrigam os ricos a pagar grandes impostos, é vista como um tipo de usurpação de bens coletivos, usurpação que, ainda que seja justificável, deve ser compensada por outra coisa, no caso, os impostos. No Brasil, a riqueza é vista como participação na prosperidade coletiva. Aliás, na França, há cerca de 150 anos, o Ministro das Finanças, num discurso famoso, lançou o slogan "Enriquecei-vos!". A riqueza, nessa época, era

vista (como no Brasil de hoje) como participação no bem-estar da comunidade. Entendo, em suma, que a moderação dos impostos para os ricos está conectada com essa percepção da riqueza, ao passo que a sobrecarga fiscal para os ricos pressupõe uma outra percepção da riqueza, entendida como, conforme já disse, uma apropriação pessoal daquilo que pertence à comunidade. Isto me levaria a dizer que a palavra 'rico' muda de sentido segundo a perspectiva de uma sociedade que sobretaxa a riqueza ou segundo a perspectiva de uma sociedade que deixa a riqueza proliferar mais livremente. Todavia, podemos traduzir o adjetivo francês '*riche*' pelo adjetivo português 'rico'. Mas não é claro que essa tradução dê conta, efetivamente, do sentido dessas palavras. Não é por que traduzimos x por y, que y expressa efetivamente o sentido de x.

Heronides Moura: Mudamos os estereótipos associados às palavras, quando traduzimos...

Ducrot: E ao mudar os estereótipos, mudamos o próprio sentido das palavras.

3. Conclusão

A partir desse debate, podemos ver que a formulação de uma teoria do sentido lexical no âmbito da teoria dos topoi suscita uma série de questões instigantes. Entre elas, podemos arrolar : a) a relação entre a Teoria dos Topoi e outras teorias do sentido não-logicistas, como a Teoria dos Protótipos; b) os efeitos para a teoria da tradução da definição do sentido lexical como um 'feixe de topoi'; c) a relação entre os conceitos de implicação lógica e de encadeamento discursivo. São questões para as quais este debate traçou perspectivas interessantes, mas que merecem um aprofundamento maior.

(Recebido em 17/03/97. Aprovado em 12/05/97)

Referências Bibliográficas

ANSCOMBRE, J-C. (1995a) La théorie des topoï:sémantique ou rhétorique?. *Hermès*, no prelo.

_____ (1995b) (org.) *Théorie des Topoï*. Paris: Kimé.

CAREL, M. (1995) Trop: argumentation interne, argumentation externe et positivité. In: J-C. ANSCOMBRE. *Théorie des Topoï*. Paris: Kimé.

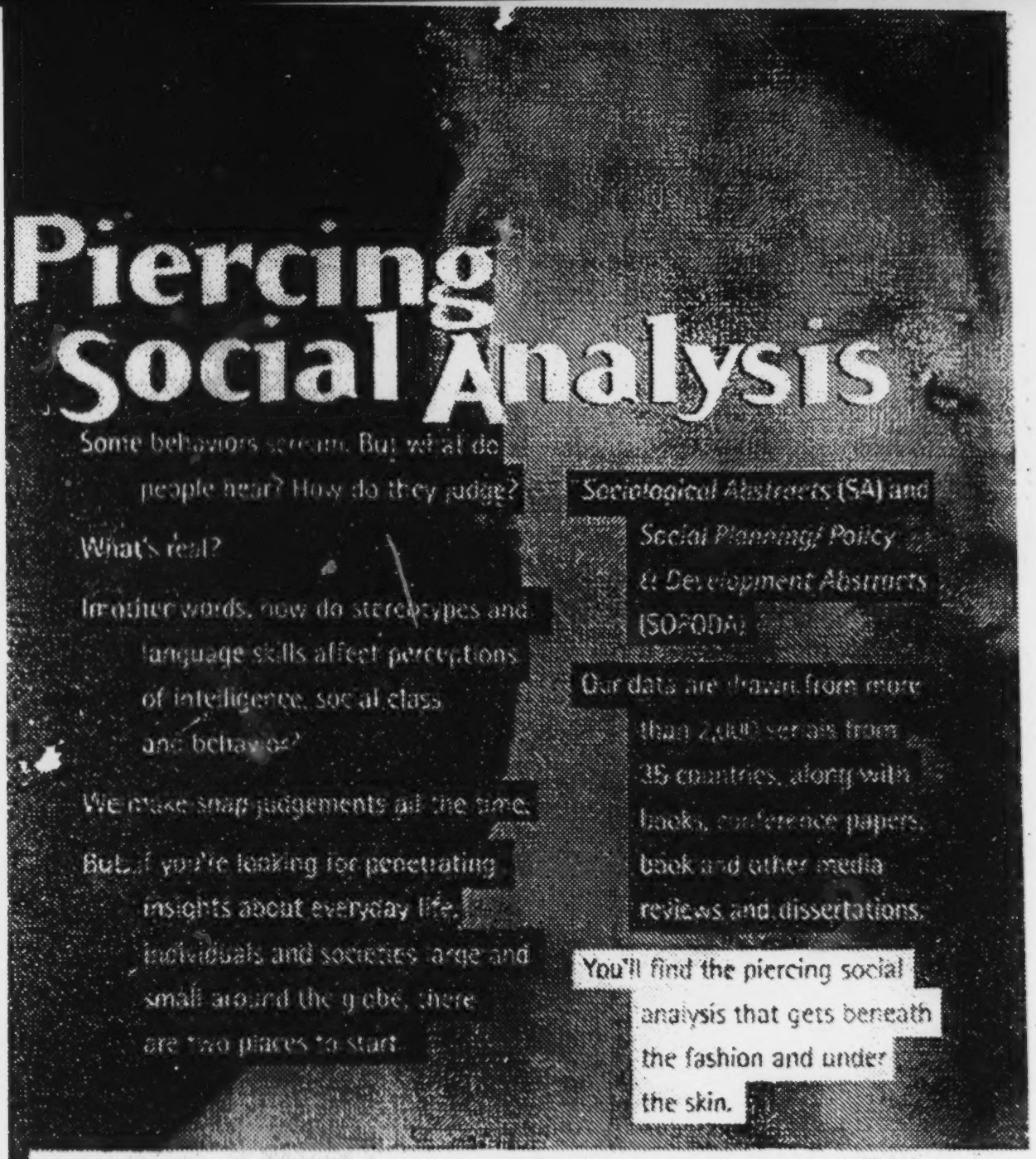
DONNELLAN, K. (1975) Reference and definite descriptions. In: D. D. Steinberg & L. Jakobovits. *Semantics. An interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

DUCROT, O. (1977) *Dizer e não dizer. Principios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix.

_____ (1995) Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, **24 1/2**: 145-66.

PUTNAM, H. (1975) *Mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

RACCAH, P-Y. (1995) Argumentation and natural languages: presentation and discussion of four fundamental hypotheses. *Journal of Pragmatics*, **24 1/2:** 1-16.



sociological abstracts

P.O. Box 22206 San Diego, CA 92192-0206
619/695-8803 Fax: 695-0416
Internet socio@cerfnet.com
User Assistance: 800/732-3945

The SAI family of services: *Sociological Abstracts* (SA) • *Social Planning/Policy & Development Abstracts* (SOPODA) • *sociofile* (SA and SOPODA on CD-ROM) • Products are available in print; online from Knight Ridder, DIALOG, OCLC, and Ovid; on CD-ROM from SilverPlatter, EBSCO and Ovid; on magnetic tape via SAI direct. Document delivery available via SOCIOLOGY*Express*: 800/313-9966, 415/259-5013; Fax 415/259-5058; email: socinfo@ebscodox.com

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (185-188)

RESENHA

HEYE, J. (org.) (1995) *Flores Verbais: uma homenagem lingüística e literária para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário.* Rio de Janeiro: Editora 34 - Associada à Editora Nova Fronteira, 414 p.

Resenhado por: Maria Eugênia Lamoglia DUARTE (*Universidade Federal do Rio de janeiro*)

Key Words: Portuguese Language; Linguistics; Portuguese Literature.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa; Lingüística; Literatura Portuguesa.

Se preparar uma edição temática não é tarefa simples, imagine-se a preparação de uma edição dedicada a uma ilustre lingüista, professora e pesquisadora, que conta com um sem-número de seguidores e admiradores entre alunos, ex-alunos e colaboradores, todos desejosos de homenageá-la através de um trabalho para cuja elaboração ela, sem dúvida, contribuiu, direta ou indiretamente. Essa foi a missão que Jürgen Heye assumiu ao organizar *Flores Verbais*, cujo subtítulo revela a homegeada - *uma homenagem lingüística e literária a Eneida do Rego Monteiro Bomfim, no seu 70º aniversário* - e consiste numa coletânea de trabalhos que cobrem áreas diversas de estudos lingüísticos e literários que se desenvolvem particularmente, mas não somente, na área do Rio de Janeiro.

O volume conta com uma apresentação feita pelo organizador, seguida de um perfil biográfico elaborado por Cristina Bomfim e 30 artigos - 23 sobre língua portuguesa e lingüística e 7 sobre literatura portuguesa. Embora os textos não se encontrem reunidos por área de conhecimento ou tema tratado - o que seria de fato complicado, dada a variedade de tópicos abordados - o leitor poderá ver revisitados, em alguns deles, antigos temas sempre discutidos na descrição do português, como a questão do complemento nominal (Meyer), o estatuto das palavras denotativas (Gonçalves Pereira), além de uma hipótese sobre conectivos subordinativos (Sena). Ainda nesse terreno, perseguindo a trilha do trabalho da homenageada sobre advérbios, Dias revê as locuções prepositivas, no âmbito da semântica conceitual, Lobato discute advérbios e sintagmas adverbiais, preposições e sintagmas

preposicionais, dentro do quadro teórico da gramática gerativa, enquanto Leitão focaliza, sob uma perspectiva funcional-cognitiva, o processo de mudança em direção a uma especialização de formas, empreendido pelas preposições, conjunções e advérbios que codificam as noções de tempo em português, e lança as bases de um projeto de pesquisa.

Os que se interessam particularmente pelo léxico e semântica, encontrarão vários artigos: os resultados do levantamento, realizado por Marques, do léxico de alta freqüência na fala carioca, com base no *corpus* do Projeto NURC, seguido de uma comparação com a fala portuguesa, a partir das unidades listadas nos Inquéritos de Freqüência do Português Fundamental; um estudo de Melo sobre a formação de palavras em -eiro à luz da hipótese lexicalista; a proposta de Basílio para uma descrição semântica do fenômeno da flutuação substantivo/adjetivo em português; e, num âmbito discursivo, um artigo de Santos sobre os empréstimos estrangeiros em textos sobre cinema, mostrando a dinâmica dos acontecimentos como motivadores de sua busca e abandono. Há ainda um passeio etimológico pelas diversas denominações para "carnaval", oferecido por Bechara, que traz à tona aspectos culturais reveladores de um constante misto de penitência e prazer, pecado e absolvição, inferno e céu, através dos tempos.

O artigo de Cabral Bastos se coloca na interface discurso-gramática, analisando as funções expressiva e modalizadora exercidas pelo adjetivo predicativo no discurso. E na linha discursiva propriamente dita, o livro apresenta o trabalho de Braga sobre a relação entre a escolha das variantes "clivadas" usuais no discurso oral carioca e o *status* informacional do referente. O uso de marcadores em comunicações apresentadas num congresso de lingüística e seu papel de diminuir a distância imposta pela simples leitura, de Dias Pereira, fica no limiar entre o discurso oral e o escrito, enquanto o texto escrito é abordado por Paredes Silva, num trabalho sobre a organização tópica em cartas pessoais, realizado sob uma perspectiva funcionalista. Oliveira focaliza atos de fala diretivos em cartas empresariais de pedidos e a forma pela qual se neutraliza seu possível teor de imposição.

Outras áreas de estudo são ainda visitadas. Mollica representa a linha de pesquisa sociolingüística com os resultados de um trabalho que ratifica o efeito de fatores estruturais e sociais na percepção e avaliação de variáveis já estudadas. Marcondes oferece um panorama do percurso

dos estudos relativos à linguagem e Elia traça a trajetória da ortografia portuguesa, com o objetivo de discutir a questão do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, buscando as razões das insatisfações lá e cá e argumentando a favor de sua implementação. Pacheco também discute a questão ortográfica, mas com objetivos pedagógicos, alertando para a importância de tratar a aprendizagem da ortografia numa base conceitual/cognitiva. A mesma preocupação com o ensino está presente no artigo de Travaglia, que apresenta uma proposta de ensino integrado da leitura, redação e gramática, com o objetivo de desenvolver a competência comunicativa do aluno.

A questão da legitimidade da norma e os caminhos encontrados por nossos primeiros gramáticos na sua adoção é o tema do artigo de Quental. A hipótese de haver uma proposta de uma base universal para todas as línguas num manual sobre a língua de Angola, escrito por um Jesuíta na Bahia e publicado em Lisboa em 1697, é levantada por Rosa.

Finalmente, o livro traz uma seção de trabalhos voltados para a literatura. Caputo Gomes trata dos rumos e tendências da poesia africana de língua portuguesa e Scliar-Cabral relata os fundamentos da tradução literária do cancioneiro sefardita, que vem realizando para o português. Dois trabalhos tratam da obra de Gil Vicente: o de Pereira de Souza, que investiga os mistérios de Maria e Mofina na peça *Os Mistérios da Virgem*, mais conhecida como *Auto da Mofina Mendes*; e o de Maia, que analisa personagens femininas nos autos vicentinos, entre as quais encontramos a mesma Mofina Mendes e Inês Pereira. As cartas de Mariana Alcoforado, desvendando uma emocionante história de amor proibido, são analisadas por Demétrio dos Santos. O último visitado, fonte inesgotável de inspiração, é Fernando Pessoa. Numa visita inusitada, Rector busca no Pessoa prosador a feição e a identidade portuguesas. Numa visita habitual, mas sempre bem-vinda porque cheia de novas reflexões, Berardinelli retorna à sua tese de livre docência - *Poesia e Poética de Fernando Pessoa* - e apresenta argumentos para sua afirmação de então sobre o que constitui o cerne do poeta: "sua febre de Além" .

Como se vê, trata-se de obra um tanto eclética, e não poderia ser de outra forma, se se tem em mente o seu propósito. Longe de constituir uma restrição, tal ecletismo é, antes de tudo, revelador do amplo desenvolvimento da pesquisa lingüística e literária entre nós, o que deve

ter deixado feliz e orgulhosa a homenageada. Ao leitor, iniciante ou não, cabe colher nesse jardim a flor que mais lhe interessar no momento ou, talvez, aproveitar a oportunidade para experimentar novos perfumes.

(Recebido em 20/12/96. Aprovado em 09/06/97)

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (189-194)

RESENHA

COUTO, H. H. do (1996) *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 341 p.

Resenhado por Dercir Pedro de OLIVEIRA *(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)*

Key Words: Pidgin; Creole; Relexification; Nativization; Grammaticalization.

Palavras-Chave: Pidgin; Crioulo; Relexificação; Nativização; Gramaticalização.

A publicação de Couto, professor de Fonologia e Línguas Crioulas, em curso de pós-graduação da UNB, é uma boa contribuição para os estudiosos de Lingüística, principalmente porque pouca atenção tem sido dada à Crioulística no Brasil.

É forçoso dizer, como bem realça o autor, que no "no caso dos estudos crioulísticos, é bem verdade que já dispomos do livrinho[1] de F. Tarallo e T. Alkmin (1987) *Falares crioulos* - línguas em contato. Eles têm o grande mérito de pioneirismo." (p.9). Por outro lado, ressaltamos, de igual modo que, em suas aulas de sociolingüística, no início da década de 80, na PUC-SP e na UNICAMP, Tarallo (desaparecido muito cedo) já se dedicava a discussões sobre pidgins e crioulos.

O livro de Couto é dividido em seis partes: I - Conceitos iniciais; II - Breve histórico da crioulística; III - Hipóteses sobre a gênese dos pidgins e crioulos; IV - A crioulística moderna; V - Inventário de crioulos, pidgins e assemelhados; e VI - Textos; subdivididas em capítulos, em itens.

Na primeira parte, após a apresentação de um desfile de estudiosos a respeito do assunto, o autor nos mostra o quão problemático é conceituar pidgin e crioulo. Assim é que discorre sobre a origem da palavra, do seu significado, dos estádios de desenvolvimento, da

[1] Essa palavra não cabe no livro em qualquer que seja sua acepção.

transformação de pidgin em crioulo e da situação lingüística nas regiões crioulófonas.

A caracterização do pidgin feita por Couto, que nos pareceu mais produtiva e definida, tem por sustentação os estudos de Bollée (1977), que apresenta dois critérios: (i) lingüístico, também chamado estrutural, possui poucos fonemas, preferência pelo tipo de sílaba CV, ausência de flexão e derivação, função sintática indicada pela ordenação e léxico reduzido; e (ii) sociolingüístico, caracterizado por situação de multilingüismo, superioridade econômica e política de um povo, meio desfavorável à intercompreensão, ausência de gramática aceita pela comunidade e falta de fidelidade ao pidgin, pelo usuário.

O conceito de crioulo - bastante complexo - corresponde, segundo o autor, para a maioria dos estudiosos, a um pidgin "que se transformou em língua nativa para uma comunidade de falantes" (p.32). Também para a definição de crioulo, consideram-se os fatores: (i) lingüístico, "número de fonemas menor do que os das línguas que entraram em sua formação, pela preferência pela estrutura silábica CV, em geral em vocábulos dissílabos, ausência quase total de morfologia derivacional ou flexional, as funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem, em geral SVO e léxico menos numeroso do que o das línguas de superstrato e substrato."; e (ii) sócio-histórico, semelhante ao do pidgin. (p.34).

No que respeita às regiões crioulófonas, Couto faz uma exposição exaustiva sobre a situação lingüística, que vai desde as questões políticas concernentes à escolha da língua oficial até os problemas da ideologia do colonizador, com explicações sobre línguas pidginizadas e/ou crioulizadas como tok pisin, Hiri motu, Unserdeutsh, papiamentu, crioulo guineense, cabo-verdiano etc. Em diferentes regiões, Papua-Nova Guiné, Guiné-Bissau, Guiana Francesa, por exemplo, pode haver mais de um crioulo, línguas nativas, língua de superstrato e de uma segunda língua estrangeira. Apoiando-se em Chaudenson (1989), Couto informa que os crioulos se originaram no contexto de colonização da América, Ásia e África.

Na segunda seção do livro, o autor traça a cronologia dos estudos crioulos, valendo-se de Holm (1988), ao dizer que "O registro mais antigo de um pidgin é um curto texto de um árabe reestruturado que

provavelmente era usado nas rotas comerciais na Mauritânia durante o século XI." (p.120).

Pela exposição de Couto, observa-se, de certo modo, que, por muito tempo, dinamarqueses, holandeses, alemães, ingleses e franceses se dedicaram ao estudo da crioulística. Em língua portuguesa, as pesquisas começaram, praticamente, no final do século XIX. Nessa época, surgem os estudos do filólogo português Francisco Adolfo Coelho (1880), referência obrigatória nas investigações sobre pidgins/crioulos. Diz Couto que Coelho associou "o surgimento dos crioulos à questão aprendizagem da segunda língua (...) e que ele antecipou em quase cem anos a moderna hipótese do bioprograma lingüístico, de Derek Bickerton."(p. 126) O autor faz, ainda, referência a vários nomes e trabalhos voltados para crioulística em diferentes regiões. Aliás, essa é uma seção constituída por citações e referências, num verdadeiro desafio à memória de qualquer vivente. E mais, diz ele que "alguma informação é melhor que nenhuma" (p. 138).

Na terceira parte, o autor trata da formação e transformação dos pidgins e crioulos, apresentando várias hipóteses, com breves comentários sobre elas, embasando-se em alguns estudiosos, não deixando, porém, de fazer rápidas explicações com base nas idéias de Bickerton (1984), Holm (1986), Decamp (1971), além de umas tintas sobre Chomsky (1981), sem questionamentos e reflexões.

Pelo que nos diz Couto, dada a importância que se deve dar à crioulística para a compreensão da linguagem humana, todas as hipóteses, teorias, metáforas, têm lá suas procedências para justificar o aparecimento do pidgin/crioulo, havendo entre elas até algumas aproximações. A seu ver, por falta de base empírica, duas devem ser descartadas: a monogenética e a linguagem de reconhecimento.

A obra em questão, em sua quarta parte, volta-se para as áreas lingüísticas que se preocupam, de certa maneira, com os estudos crioulos. Maiores considerações, segundo Couto, ficarão restritas à sociolingüística, à aquisição da linguagem e à lingüística histórica.

No que concerne à sociolingüística, apesar de uma ou outra restrição descabida de Bickerton (1973), sem tentar aqui realçar os clássicos problemas da academia como ciúme, prepotência, vaidade,

desequilíbrio emocional, nem muito menos querendo ligar sabedoria com humildade, e, igualmente, levar em conta algum comentário estéril de Couto, que perpassa pelo livro, por desconhecimento, talvez, dos objetivos da metodologia da sociolingüística, Rickford (1988) "alinha três áreas em que houve contribuição mútua entre crioulística e sociolingüística (...) a história social (...) modelos de análise sociolingüística foram forjados no seio da crioulística (...) e a questão dos atos de identidade." (p.208).

A aquisição da linguagem, por outro lado, conforme Couto, tem-se constituído numa disciplina, cujo objeto de perscrutação aproxima-se da crioulística. O autor verificou que crioulistas (Bickerton, 1981) e (Chaudenson, 1978) e psicolingüistas (Tabouret-Keller, 1979 e Slobin, 1977) têm observado que há semelhanças entre pidginização/crioulização e aquisição de língua com base na gramática e no léxico. Afirma o autor que "... não só as crianças filhas de falantes de pidgins mas também as filhas de falantes de línguas européias iniciam a formação de sua gramática da mesmo jeito cometendo o mesmo tipo de "erros" selecionando o mesmo tipo de traços em determinada fase.". (p. 217).

Fica por conta da lingüística histórica a informação de que, para muitos pesquisadores, as línguas pidgins e crioulas são originárias de línguas européias. "A crioulista alemã Annegret Bollée afirma explicitamente que é partidária do que chama "Evolutions theorie", ou seja, de que os crioulos são continuadores diretos das línguas dominantes européias." (p.221).

Por fim, nas duas últimas partes, Couto apresenta algumas rápidas informações sobre pidgins, crioulos e assemelhados e uma amostra de textos de vários crioulos do mundo, seguindo, de certa forma, uma orientação que perpassa em toda obra que é a de apenas, como o próprio autor diz, dar notícias.

Como é de boa geometria, em qualquer trabalho de cunho acadêmico, haver entre os intentos e a possível conclusão pessoal (?) um forte amarrio, Couto cumpriu o seu objetivo que foi o de "ajudar um pouco nossa carência generalizada de material de consulta (sobre crioulística)." Não há, por conseguinte, no livro, nenhuma tomada de posição em relação a propostas divergentes, discussões sobre hipóteses, enfim são raras algumas argumentações e, raríssimas, as justificativas.

BEST COPY AVAILABLE

De qualquer modo, tem o estudioso de lingüística um manual com muitas informações sobre o estudo da crioulística.

(Recebido em 03/02/97. Aprovado em 17/06/97)

Referências Bibliográficas

BICKERTON, D. (1973) The structure of polytectal grammars. In: R. SHUY (org.) *Report of Twenty - Third Annual Round - Table Meeting on Linguistics and Language Studies.* Washington: Georgetown University Press, P. 17-42.

_____ (1981) *Roots of language.* Ann Arbor: Karona.

_____ (1984) The language bioprogram hypothesis. *The Brain and Behavioral Sciences* **7, 2**, p. 173-221.

BOLLÉE, A. (1977) Pidgins und kreolish Sprachen. *Studium Linguistik* **3**, p. 48-76.

CHAUDENSON, R. (1978) Créole et langage enfantin: phylogenese et ontogenèse. *Langue Française* **37**, p. 76-90.

_____ (1989) Créolisation linguistique et créolisation culturelle. *Etudes Créoles* **XII, 1**, p. 53-73.

CHOMSKY, N. (1981) Principles and parameters in sytactic theory. In: N. Hornstein & D. Lighfoot (orgs.) *Explanation linguistics.* Londres: Longman, p. 32-75.

COELHO, F. A. (1880) Os dialetos românticos ou neolatinos na África, Ásia e América. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* 2ª série, **3**, p. 129-96. Reimpresso em Morais Barbosa (1967: p. 109-52).

DECAMP, D. (1971) Introduction: The study of pidgin and creole languages. In: D. HYMES (org.) *Pidginization and creolization of languages.* Cambridge: Cambridge Universty Press, p. 13-39.

HOLM, J. (1986) Dialect diffusion. In: P. MUYSKEN & N. SMITH (orgs.) (1986) *Substract versus Universals in Creole Genesis.* Amsterdã: John Benjamins, p. 259-78.

_____ (1988) *Pidgins and Creoles.* Cambridge: Cambridge University Press, vol. I.

RICKFORD, J. R. (1988) Connections between sociolinguistics and pidgin-creole studies. *International Journal of the Sociology of Language*, **71**: 151-57.

SLOBIN, Dan I. (1977) Language change in childhood and in history. In: J.T. MACNAMARA (org.) *Language learning and thought.* New York: Academic Press, :185-214.

TABOURET-KELLER, A. (1979) Origine et simplicité: des langues créoles and langage des enfants. *Enfance* **34**, p. 269-92.

TARALLO, F. & ALKMIN, T. (1987) *Falares crioulos. Linguas em contato.* São Paulo: Editora Ática.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (195-196)

NOTAS SOBRE LIVROS/BOOKNOTES

PALMER, G. B. (1996) *Toward a Theory of Cultural Linguistics.* Austin: University of Texas Press. Páginas xii + 348. Preços - Hardcover: US$45.00 ISBN: 0-292-76568-1. Paperback: US$21.95 ISBN:0-292-76569-X.

Graças à nossa condição de usuários de línguas, somos seres, não apenas *comunicativos*, mas também *cognitivos e culturais*, ou, mais especificamente, somos *categorizadores*, *construtores*, *esquematizadores*, *imaginadores*, *processadores*, *representadores* de conceitos, idéias, emoções, experiências, (con)vivências, fantasias, imagens, percepções.

Este livro, de um especialista americano em Antropologia, com formação básica em Ecologia Cultural, constitui um marco na história dos estudos das relações entre *Linguagem e Cultura*. Assim, na história das idéias nessa área, a partir do século XVI, surgiram: Antropologia, Lingüística, Antropologia Cultural, Antropologia Lingüística, Lingüística Antropológica e, agora, Lingüística Cultural. Embora lingüistas e antropólogos venham estudando inúmeros fatores culturais que interagem com aspectos ou processos da linguagem (para uma excelente exemplificação, cf. David Crystal, *The Cambridge Encyclopedia of Language*, second edition, 1997), somente a partir dessa introdução a uma teoria de lingüística cultural, está ocorrendo uma integração de modelos oriundos da lingüística antropológica e da lingüística cognitiva.

A obra está dividida em 2 partes: (I) *Goals and Concepts* (5 capítulos) e (2) *Interpretations and Applications* (6 capítulos). Seguem-se notas sobre cada capítulo, bibliografia (26 pp), um índice (13pp), 10 quadros e 56 figuras.

Em sua Introdução, Palmer conceitua linguagem como o jogo de símbolos verbais embasados em imagens variadas, como o saborear uma manga e o caminhar sob uma forte chuva tropical (p.10). Após apresentar um resumo de 3 tradições em Antropologia Lingüística - a Boasiana, a Etnosemântica e a Etnografia da Fala/Comunicação - o autor relata o surgimento da Lingüística Cognitiva para, em seguida, formular sua síntese de Lingüística Cultural. No quinto capítulo (o mais extenso:67pp), são discutidos conceitos-chave subjacentes ao modelo de

Palmer: imagem, esquema-imagem, símbolo lingüístico, cenário, script, metáfora, postulado cultural.

Na segunda parte, o especialista da Universidade de Nevada relaciona línguas a *cosmovisões*, mostra como o discurso pode estar representado em cenários definidos culturalmente, exemplifica sistemas metaforizadores, através da língua indígena Couer d'Alene (automóveis sob a perspectiva da cultura Apache), demonstra aspectos da abordagem cognitiva à gramática - segundo Palmer, um enfoque *libertador*, para os que se deliciam com o estudo das qualidades analógicas, sintéticas e heterogêneas de fenômenos naturais (p.248). O penúltimo capítulo, sobre Fonologia Cultural, relaciona esse enfoque ao da Fonologia Autosegmental. No capítulo final, estrategicamente intitulado *Where we are*, o lingüista cultural formula 8 princípios e apresenta algumas implicações, desse novo ramo da Lingüística, para as pesquisas etnográficas. Vale destacar a crença de Palmer de que os seres humanos, em toda parte, têm construído *línguas e culturas ricas e singulares*, que são tão notáveis por sua enorme diversidade, quanto por compartilharem *universais culturais* (p.293). Para o autor, a Lingüística Cultural pode oferecer subsídios, tanto à aprendizagem de línguas como à pesquisa sobre as mesmas.

De quem terá Palmer recebido influência mais significativa ? Com base no total de referências citadas, destacaríamos: Del Hymes (11), George Lakoff (7), e Ronald Langacker, Cecil Brown e Zoltán Köfvecses (6 referências cada).

Ao concluir seu bem redigido, bem exemplificado e instigante livro, Palmer sustenta que é imenso o potencial aplicativo dessa nova área da Lingüística. A perspectiva lingüístico-cultural traçada pelo autor pode muito bem contribuir para o que este resenhador prefere chamar de *paz comunicativa*, Palmer caracteriza como a busca de uma compreensão intercultural e uma tolerância mais profundas.

Por/By Francisco Gomes de Matos
(Universidade Federal de Pernambuco)

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998 (197-201)

NOTAS/NOTES

1. EVENTOS/CONFERENCES

MARÇO/1998, 14-17 AAAL Encontro Internacional da American Association for Applied Linguistics; Seattle, Washington, EEUU (Contato: AAAL 98 7630 West 145th St., Suite 202, Apple Valley, Minnesota, EEUU e-mail: howe@mr.net)

MARÇO/1998, 17-21 TESOL, Encontro anual do Teachers of English to Speakers of Other Languages, Seattle, Washington, EEUU. (Contato: TESOL, 1600 Cameron St., Suite 300, Alexandria, Virginia, 22314; e-mail: conv@tesol.edu)

MARÇO/1998, 26-28 - ACLA Annual Meeting: Literary and Cultural Translation and Exchange, Austin (Texas) (Contato: http://www.acla.org/98.html; E-mail: acla98@acla.org)

ABRIL/1998, 1-5 LAUD - Symposium: Humboldt & Whorf Revisited: Universal and Cultural-Specific Conceptualisations in Grammar and Lexis, Duisberg, Germany (Contato: Fax.: + 49379 203 2402; e-mail: (Martin Puetz) puetz@uni-duisberg.de)

ABRIL/1998, 20-23 VII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Macau (Contato: Instituto Politécnico de Macau, Prof. Luiz Oliveira Dias, P.O.Box 286 Macau; fax (853) 308801; e-mail: valdevez@ipm.edu.mo)

ABRIL/1998, 16-19 XXVIII Linguistic Symposium on Romance Languages (Contato: LSRL98, M Authier, Dept fr, PA SU, University Park, PA 16802-6201; 814863-2814; lsrl@psu.edu; http://www.psu.edu/lsrl/)

ABRIL/1998, 21-24 VIII INPLA Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada, PUC-SP, São Paulo, Brasil. (Contato: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programas de Estudos Pós-Graduandos em Língüística Aplicada e Estudos de Linguagem (LAEL) Profª Roxane Helena Rodrigues Rojo, Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo, SP, Brasil, CEP.: 05014-001; Fone +55 +11 864-4409; Fax +55 +11 263-6297; e-mail: inpla@exatas.pucsp.br)

ABRIL/1998, 23-25 XIV Linguistics Symposium. Theme: Contrastive Rhetoric & Rhetorical Typology. (Contato: Michael Darnell, Dept Eng, PO box 413, U WI, Milwaukee, WI 53201-0413; darnell@csd.uwm.edu.)

ABRIL/1998, 23-26 Society for Spanish and Portuguese Hustorical Studies Annual Meeting; St. Louis, Missouri, USA (Contato: Suzanne

Burkholder. Departament of History. U. of Missouri-St.Louis. St.Louis, Missouri 63121 USA; e-mail: sshburk@umslvma.umsl.edu)

MAIO/1988, 4-8 Third Annual International Suymposium on Language, Literature. History and Culture. Alabama EUA. (contato: Rita C. Crider, Gadsen State Community Collge, P.O.Box 227. Gadsden, Alabama, 35902-0227 USA)

MAIO/1988, 6-8 V EPLLE - Encontro de Professores de Línguas e Literaturas Estrangeiras. UNESP, Assis, São Paulo, Brasil. (Contato: Comissão Organizadora do V EPLLE, UNESP- Campus de Assis. Departamento de Letras Modernas, Av. D. Antônio, 2100 CEP.: 19800-00 -Assis, SP, Brasil; Fone/Fax 018-322-8997)

MAIO/1988, 6-8. IV Congresso Internacional de Tradução: Perspectivas Futuras - Barcelona, Espanha. (Contato: Faculdade de Tradução e Interpretação de Barcelona (93) 581 2761, 581 3124; Fax (93) 581 2762; http://cc.uab.es/congres_ti/; E-mail: Congres_ti@cc.uab.es.)

MAIO/1988, 11-14 CIATI Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação, Faculdade Ibero-Americana, São Paulo, Brasil. Tema: Tradução, interpretação na Era da Globalização (Contato: Faculdade Ibero Americana. Profª Cleide Maria Bocardo Cerdeira, av. Brigadeiro Luís Antônio, 871, CEP 011317-001, São Paulo, Brasil; Fax: (011) 607 6678; web: http://www.ibero.br; e-mail: cleide@ibero.br)

MAIO/1998 14-18 - X Congresso Internacional de História Oral, Rio de Janeiro; tema "História Oral: Desafios para o Século XXI". Os tópicos previstos para discussão são: "Violência e Silêncio", "Memória e Identidade", "Globalização", "Encontro de Disciplinas", "Novas Técnicas, Novas Tecnologias" e "Teoria, Método e Políticas". (Contato: X Congresso Internacional de História Oral / Comitê Organizador - a/c Marieta de Moraes Ferreira, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, Praia de Botafogo, 190/1107, CEP 22253-900, Rio de Janeiro/RJ; Telefone: (021)536-9265; Fax:(021)551-2649; E-mail: ohistory@fgv.br)

MAIO/1988, 20-23 Trends in Second Language Teaching and Learning, Ottawa, Canada. (contato: Trends/Tendences 98/ Chantal Dion, Departament of French, Carleton University, 1125 Colonel By Drive, Ottwa, Ontario, Canada K1S 5B6; Fone: (613) 520-2600, est 7090; Fax (613) 520-2149)

JUNHO/1998, 6-8 X Conference of Nordic and General Linguistics; Reykjavk, Iceland. (Contato: University of Iceland, 101 Reykjavk, Iceland. Tel.: +354 525 4408; Fax: +354 525 4242; e-mail: nordconf@rhi.hi.is; http://www.rhi.hi.is/~nordconf

JULHO/1998, 12-17 50ª Reunião Anual da SBPC; U. Federal do Rio Grande do Norte; Natal; Tema: "Ciência, Educação, Investimento - SBPC 50 anos" (Contato: SBPC 50ª Reunião Anual; R.: Maria Antônia, 294 - 4º andar; 01222-10 São Paulo, SP, Brasil; Fone: (011)2592766 e-mail inscri@www.sbpcnet.org.br)

JULHO/1998, 13-17 WorldCALL, Inaugural World Conference of Computer-Assisted Language Learning. University of Melbourne, Melbourne, Australia. (Contato: Fauth Royale & Associates Pty Ltd. PO Box 895, North Sydney, NSW Australia 2060 Tel: +61 2 9954 4544; Fax +61 2 9954 4964. E-mail: fauroy@ozemail.com.au; http://www.arts.nimelb.edu.au/~hlc/worldcall/

JULHO/1998, 14-16 VI International Symposium on Chinese Languages and Linguistics, Taipei, Taiwan (Contato: C.-C. Jane Tang, Secretary of Organising Commitee, Institute of History and Philology, Academia Sinica, Nankang, Taipei, Taiwan 115, Republic of China; Tel +886 2 652 3127; Fax: +886 2 786 8834; e-mail: iscll@gate.sinica.edu.tw)

JULHO/1998, 16-19 International Conference on Speech, Writing and Context: Literary and Linguistic Perspectives, Nottingham, UK. (Contato: Drª Rebecca Hughes, Centre for English Language Education, University of Nottingham, Universitary Park, Nottingham NG7 2rd, UK. Tel.: +44 115 951 4893; Fax: +44 115 951 4992. E-mail: rebecca.hughes@nottingham.ac.uk)

JULHO/1998, 23-29 XII International Congress of Romance Linguistics & Philology Brussels, Bélgica (Contato: XII International Congress of Romance Linguistics & Philology, fac Phil & Let, U. Lib Brussels, 50 av F D Roosevelt, B-1050 Brussels, Bélgica; 32-2-650-24-36;Fax.: 32-2-384-04-83; congres@romanc.ulb.ac.be.)

JULHO/1998, 19-24, VI International Pragmatics Conference, Reims, France. (Contact Ipra Secretariat, PO Box 33 (Antwerp 11), B2018, Belgium. Tel/Fax: +32 3 230 5574 e-mai: ipra@uia.ua.ac.be; htttp://ipra-www.uia.ac.be/ipra/

JULHO/1998 23-01 AGOSTO. Seminário Internacional Metodologia e Novas Tecnologias de Ensino - Organizado pela Escola do Futuro, da USP, e pela State University of New York (SUNY) (Contato: URL: http://www.futuro.usp.br; E-mail: futuro@org.usp.br)

AGOSTO/1998, 10-14 Conference on Computational Linguistics (COLING-98) Association for Computational Linguistics (ACL-98) Montreal-Canadá.

BEST COPY AVAILABLE

AGOSTO/1998, 9-14 XXIV Congress for Applied Psycology, San Francisco, CA (Contato: Cong S, APA Off Intnl Affairs, 750 1st St, NE, Whashington, DC 20002-4242; Fax.: 202-336-59-56; acvap@apa.org)

AGOSTO/1998, 21-25 X International Conference on English Historical Linguistics. Manchester, UK. (Contact: David Denison, Dept. of English and American Studies, U. of Manchester, Manchester M13 9pl, UK; Tel: +44 161 275 3154; Fax: +44 161 275 3256. E-mail 10icehl@man.ac.uk; http://www.art.man.ac.uk/english/10icehl.htm

AGOSTO/1998 31-04 SETEMBRO V Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (Contato: Departamento de Letras Modernas; Caixa Postal 15002, CEP 91501-970, Porto Alegre - RS -Brasil; Fax (051)319-1719; web: http://atlas.ucpel.tche.br/~alab/)

SETEMBRO/1998, 8-11. I Primeiro Encontro Nacional Brasileiro de Tradutores & VII Encontro Nacional de Tradutores. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. Tema: Sujeitos da tradução: Posição e Ação. (Contato: CIRAT/FFLCH/USP At.: John Milton, Av. Profº Luciano Gualberto, 403, sala 269, São Paulo - SP, Brasil, CEP 055008-900, Tel/ Fax.: +55 11 818 3764; e-mail citrat@edu.usp.br cc.: jmilton@usp.br)

SETEMBRO/1998, 14-18. II Seminario El Caribe Continental: Tradición Oral y Literatura- Cuba (Contato: Casa de las Americas. 3ra y G, El Vedado, La Habana 10400, Cuba; Tel.: (537) 32-3587/88/89; Fax: (537) 33-4554 e 32-7272.)

SETEMBRO/1998, 23-26. II Congresso Internacional da Sociedade Européia de Estudos da Tradução. Granada, Espanha. (Contato: Gymnasiumstraβe 50, A-1190 Wien (Austria); Fax: +43-131352-280; http://www.univie.ac.at/transvienna/est).

OUTRUBRO/1998, 21-26 Iberamia-98: Vi Ibero American Conference on Artificial Intelligence, Lisbon, Portugal. (Contato: Profº Gabriel Lopes(p), Departamento de Informática, Faculdade de ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa Quinta da Torre, 2885 Monte de Caparica, Portugal. Tel.: +351 1 294 8536; fax.: +351 1 294 8541 e-mail: gpl@di.fct.unl.pt

NOVEMBRO/1998 03-04 III Encontro para o Processamento Computacional da Língua Portuguesa Escrita e Falada, PUC-RS, Porto Alegre, Brasil. (Contato: Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Vera Lúcia S. de Lima, Instituto de Informática, Av.: Ipiranga, 6681 - Prédio 16, Saala 160, CEP.: 90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil; e-mail: vera@andros.inf.purs.br)

NOVEMBRO/1998 30-DEZEMBRO 04 V Spoken language Processing. Sydney Australia. (Contact: TourHosts, GPO Box 128, Sydney, NSW 2001, Australia; fax: 61-2-9262-3135; tourhosts@tourhosts.com.au; http://cslab.anu.edu.au/icslp98)

AGOSTO/1999 2-6 XII Congresso Mundial da Associação Internacional de Lingüística Aplicada AILA 99, Tóquio, Japão; Tema: The roles of language in the 21st century (Contato: AILA 99 Simul International, Inc.; Kowa Bldg. No. 9, 1-8-10 Akasaka, Minato-ku, Tokyo 107, Japan).

2. PUBLICAÇÕES/PUBLICATIONS

ABAURRE, M.B.M. R.S. FIAD & M.L MAYRINK-SABINSON (1997) *Cenas de Aquisição da Escrita: O sujeito e o trabalho com o texto.* Campinas: Associação de Leitura do Brasil (ALB): Mercado de Letras (Coleção Leituras no Brasil).

BARGIELA-CHIAPPINI, F. & S. HARRIS (eds.) (1997) *The language of Business An international perspective.* Edinburg: Edinburg University Press.

BRAIT, B. (1997) *Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido.* Campinas: Editora da UNICAMP.

DIKAS, A.R.F. (1997) *O Discurso da violência. As marcas da oralidade no jornalismo popular.* São Paulo: EDUC/Cortez.

FLECHER, P. & B. MACWHINNEY (1997) *Compêndio da Linguagem da Criança.* Porto Alegre: Artes Médicas.

LANDOWSKI, E. & J.L. FIORIN (1997) *O gosto da gente, o gosto das coisas.* São Paulo: EDUC.

MCKAY, S. L. & N.H HORNBERGER (eds.) (1996) *Sociolinguistics and Language Teaching.* Cambridge: Cambridge University Press.

NUNES, E. (1997) *A Gramática Política no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar

OLIVEIRA e PAIVA, V.L.M. (org.) (1996) *Ensino de Língua Inglesa: Reflexões e Experiências.* Campinas: Pontes; Minas Gerais: Departamento de Letras Anglo-Germânicas - UFMG.

ORLANDI, E.P.; M. LAJOLO et. al. *Sociedade e Linguagem.* Campinas: Editora da UNICAMP.

SILVA, G. M. O. & M. M. P. SCHERRE (1996) *Padrões Sociolingüísticos.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos submetidos à D.E.L.T.A. devem ser enviados:

- em três vias impressas, com páginas numeradas, duas delas sem nenhuma informação que identifique a autoria. Em folha à parte, devem vir um título em português e um em inglês, além do endereço completo, com telefone, fax e e-mail do autor, bem como informação da área em que se insere o trabalho. Os nomes dos autores, com o sobrenome principal em maiúsculas, devem ser seguidos da filiação por extenso;
- em disquete, digitados em programa Word-for-Windows recente, sem formatação além de parágrafo; deve ser colada, no disquete, uma etiqueta contendo o nome do/a autor/a, o título do trabalho e o programa utilizado. O disquete não será devolvido a/o autor/a, que deve manter seu arquivo para as eventuais modificações sugeridas pelos pareceristas.

Notas: devem ser digitadas em pé de página, numeradas a partir de 1. Se houver nota no título, esta recebe asterisco e não numeração. As notas não devem ser utilizadas para referência bibliográfica. Estas devem ser feitas no corpo do trabalho, entre parênteses, usando o sobrenome do autor, data de publicação e página, no caso de citação, precedido de cf. no caso de paráfrase (ex: Chomsky (1995:152) ou (Chomsky;1995:152) e (cf: Chomsky;1995:152) ou (cf: Chomsky :1995:152).

Ênfase: usar itálico, *não sublinhar*.

Tabelas, gráficos, desenhos, quadros e árvores devem ser encaminhados, também separadamente, em versão impressa, pronta para ser fotografada, em laser/ink jet ou tinta nanquim. Devem ser numerados e ter título. Apenas as iniciais do título devem estar em maiúsculas.

Abstract/Resumo: datilografados em itálico, precedidos da palavra *ABSTRACT* ou *RESUMO*, em duas versões de cerca de 100 palavras, uma em inglês e uma em português. Recomenda-se que sejam revistos por falantes nativos dos respectivos idiomas. Os *ABSTRACTS* e *RESUMOS* devem ser seguidos de quatro palavras-chave/key words, naquela língua, precedidos de termo *Key words* ou *Palavras-Chave*.

Referências bibliográficas: datilografar a expressão Referências Bibliográficas. Os autores devem estar em ordem alfabética, sem numeração das entradas e sem espaço entre as referências. O principal sobrenome de cada autor, digitado em maiúsculas, seguido de vírgula e das demais iniciais (do nome e sobrenomes). As iniciais de outros autores precedem o sobrenome. Título de livro ou revista deve vir em itálico e o número de revista em negrito. Na segunda entrada de um mesmo autor, seu nome é substituído por um traço de 5 toques. Data identificadora da obra, entre parênteses, após o nome do autor (outras datas relevantes, no final da entrada). Mais de uma obra no mesmo ano, distinguidas pelas letras a, b, etc após a data. Ex:

SERRANI-INFANTE, S. (1997) Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas. *D.E.L.T.A.*, **13**.1 : 63-81.

KRESS, G. (1997) *Before Writing : Rethinking the Paths to Literacy*. London: Routledge

Anexos: caso existam, devem ser colocados depois das referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo. Para anexos que constituam textos originais já publicados, enviar em formato final para ser fotografado e incluir referência bibliográfica completa, bem como permissão de editores para reprodução.

A D.E.L.T.A. detém o "copyright"dos trabalhos a ela submetidos, exceto nos casos em que está impresso o contrário. Os trabalhos submetidos à D.E.L.T.A não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Tamanho: ARTIGO: até 10.000 palavras; se tiver gráficos e/ou anexos, o conjunto não deve ultrapassar 27 páginas. RETROSPECTIVA, DEBATE: até 12.000 palavras. QUESTÕES E PROBLEMAS: até 6.000 palavras. RESENHA: até 3.600 palavras.

BEST COPY AVAILABLE

INSTRUCTIONS FOR PRESENTATION OF THE CONTRIBUTIONS

Papers submitted to D.E.L.T.A. should be sent: in floppy disk, typed in WORD for Windows with no format other than paragraphs, and three paper copies. The label on the floppy disk must specify the author's name, tittle of the paper, author's affilliation and version of word-processing programme used. To guarantee anonymity when sent to referees, in two of the printed copies, the name, affiliation and other references that may identify the author must be omitted. The floppy disk will not be returned to the author. Therefore, please keep back-up copy for the modifications that may be suggested by referees.

Foot-notes: located at the bottom of the page, numbered from 1. Should there be a foot note in the tittle it is to be introduced by an asterisc (*) and must not be numbered. Foot notes should not be used for bibliographical references. References should be made within the text, in brackets, using the surname of the author, date of publication followed by a colon and the page number; when it is not a quotation put cf before the name of the author (ex: Chomsky (1965:152) or (Chomsky;1965:152) and (cf: Chomsky;1965:152) or (cf: Chomsky :1965:152)).

Tables, charts, figures, trees must also be sent sepparately in camera ready format - laser/ink jet or indian ink. The title of tables, charts, figures, are numbered and capital letters are used for initials.

Abstract/Resumo: In Italics, introduced by the word *ABSTRACT* or *RESUMO* in two versions, one in Portuguese and one in English of around 100 words each. It is advisable to have them read by native speakers. They are each to be followed by 4 key words/ 4 palavras-chave, preceded respectively by the word *Key Words/Palavras-Chave.*

References: type the word References 3 lines before the first entry. The entries, in alphabetical order and single spaced. Use upper case for surnames. Initials of the first author follow the surname; initials of other authors in an entry precede the surname. Titles of books or journals are in italics and the number of journals in bold. In the second entry of a given author his/her name is replaced by a 5 space dash. The date comes in brackets after the author's name; other relevant date come at the end of the entry; more than one work in the same year are distinguished by the letters a, b, etc, within the brackets. E.g.:

SERRANI-INFANTE, Silvana (1997) Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas. *D.E.L.T.A.*, **13**.1 : 63-81.

KRESS, G. (1997) *Before Writing : Rethinking the Paths to Literacy.* London: Routledge

Appendices: should there be any, after the references, preceded by the Word Appendix, in upper case. If long stretches of text from published works are to be annexed, please provide camera ready copy as well as complete bibliographical reference and permission from the publishers for reproduction.

D.E.L.T.A. keeps the copyright of the papers submitted unless it officially withdraws this right on request. Papers submitted are not to be witdrawn after the process of refereeing starts.

Size: ARTICLE: maximum length: 10.000 words; OVERVIEW, DEBATE: maximum length: 12.000 words; SQUIBS: maximum length: 6.000 words; REVIEW: maximum length: 3.600 words.

BEST COPY AVAILABLE

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS
EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA
D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 1, 1998
Revista publicada com o apoio oficial da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Tesouraria / Treasurer
Sandra Madureira Fontes - *PUC-SP*

Correspondência / Mailing address
Revista D.E.L.T.A.
Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Rua Monte Alegre, 984 - CEP 05014-001 - São Paulo, SP, Brasil
Fone: (011) 864-4409 Fax: (55) (011) 263.6297
cogeae/pucsp.br./~pos/cepril/delta.html
E-mail: delta@exatas.pucsp.br

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.
Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

Sumário/Contents

ARTIGOS/ARTICLES

Iúta Lerche Vieira ROCHA - Flutuação no Modo de Pontuar e Estilos de Pontuação / Punctuation Variations and Punctuation Patterns

Maria Helena MATEUS & Ernesto D'ANDRADE - The Syllable Structure in European Portuguese / A Estrutura da Sílaba em Português Europeu

Maria José R. F. CORACINI - A Teoria e a Prática: a Questão da Diferença no Discurso sobre e da Sala de Aula / Theory and Practice: the Issue of the Difference in the Discourse about/in the Classroom

Décio Orlando Soares da ROCHA - Polifonia em Enunciados Negativos: Vozes que Habitam o Dizer "não" / Polyphony in Negative Utterances

João A. TELLES - Teachers' Accounts of Language Variations / Relatos de Professores sobre Variações Lingüísticas Não-Padrão

DEBATES/DEBATES

Kanavillil RAJAGOPALAN - Ideologia do Suprimido; ou, como não Teorizar a respeito da Ideologia / Ideology of the Suppressed; or, how not to Theorise about Ideology

Paulo Mosânio Teixeira DUARTE - A Identificação do Prefixo em Diversas Abordagens Lingüísticas / The Identification of Prefixes in Different Linguistic Approaches

ENTREVISTA/INTERVIEW

Heronides Maurílio de Melo MOURA - Semântica e Argumentação: Diálogo com Oswald Ducrot / Semantics and Argumentation: Dialogue with Oswald Ducrot

RESENHAS/REVIEWS

HEYE, J. (org.) (1995) *Flores Verbais: uma Homenagem Lingüística e Literária*. Para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º Aniversário. Por/By : Maria Eugênia Lamoglia DUARTE

COUTO, H. H. do (1996). *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Por/By Dercir Pedro de OLIVEIRA

NOTAS SOBRE LIVROS/ BOOK NOTES

NOTAS/NOTES

BEST COPY AVAILABLE

revista de

Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

BEST COPY AVAILABLE

vol. 14 - nº 2 - 1998

215

educ

BEST COPY AVAILABLE

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998

Revista publicada com o apoio oficial da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Editores / Editors

Leila Barbara - *PUC-SP*

Kanavillil Rajagopalan - *UNICAMP*

Editoria Executiva / Executive Editors

Laís Furquim de Azevedo - *PUC-SP*

Maria Francisca de A. F. Lier-De Vitto - *PUC-SP*

Mary Aizawa Kato - *UNICAMP*

Sandra Madureira - *PUC-SP*

Sumiko Nishitani Ikeda - *PUC-SP*

Assistentes Editoriais / Editorial Assistants

Maria Aparecida Caltabiano-Magalhães - *PUC-SP*

Aurea Lúcia de Oliveira e Silva – *PUC-SP*

Flamínia M. M. Lodovici - *PUC-SP*

Grácia Anacleto - *PUC-SP*

Karlene Rocha Campos - *PUC-SP*

Rodrigo Esteves de Lima-Lopes - *PUC-SP*

Conselho Editorial / Editorial Board

Ana M. Martins - *U. de Lisboa*
Ângela B. Kleiman – *UNICAMP*
Anthony J. Naro – *UFRJ*
Anthony Kroch - *U. da Pensilvânia*
Brigitte Schlieben-Lange – *U. de Tübingen*
Charlotte Galves - *UNICAMP*
Daniel Everett - *U. de Pittsburg*
Daniel Faïta - U. de Provence
Dennis Albert Moore - *UFPa*
Derek Bickerton - *U. do Havai*
Eduardo Raposo - *U. da Califórnia, Sª Bárbara*
Eleonora Albano - *UNICAMP*
Esmeralda V. Negrão - *USP*
Giampaolo Salvi - *U. de Budapeste*
Gillian Sankoff - *U. da Pensilvânia*
Helena Nagamine Brandão - *USP*
Heloisa Collins - *PUC-SP*
Henry Widdowson - *U. de Londres*
Ian Roberts - *U. de Wales*
Ilza Ribeiro - *U. Feira de Santana*
Ingedore G. V. Koch - *UNICAMP*
Jairo Nunes - *UNICAMP*
João A. de Moraes - *UFRJ*
João Andrade Perez - *U. de Lisboa*
José Luiz Fiorin - *USP*
Jürgen M. Meisel - *U. de Hamburgo*
Leda Bisol - *UFRS*
Leonor Scliar-Cabral - *UFSC* - Pres. da ABRALIN
Letícia M. Sicuro Corrêa - *PUC-RJ*
Luiz A. Marcuschi - *UFPe*
Malcom Coulthard - *U. de Birmingham*
Marco Antonio de Oliveira - *UFMG*
Margarida Basílio - *UFRJ*
M. Antonieta A. Celani - *PUC-SP*
M. Cecília Pérez de Souza e Silva - *PUC-SP*
M. da Graça Pinto - *U. do Porto*
M. Denilda Moura - *UFAL*
M. do Carmo Leite de Oliveira - *PUC-RJ*
M. Fausta Pereira de Castro - *UNICAMP*
M. Helena Moura Neves - *UNESP, Araraquara*
M. Luíza Braga - *UNICAMP*
M. Rachel D. Martins - *U. de Lisboa*
Mercedes S. Risso - *UNESP, Assis*
Michael R. Scott - *U. de Liverpool*
Mike Dillinger - *UFMG*
Nadja R. Moreira - *UFCe*
Paola Bentivoglio - *U. de Caracas*
Pedro M. Garcez - *UFSC*
Rodolfo Ilari - *UNICAMP*
Rosa V. Mattos e Silva - *UFBa*
Roxane H. R. Rojo - *PUC-SP*
Shana Poplack - *U. de Ottawa*
Thomas Huckin - *U. de Utah*
Yonne de F. Leite - *UFRJ*
W. Leo Wetzels - *U. Livre de Amsterdam - U. de Nijmegen*

© Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada
Volume 13 Nº ESPECIAL © Noam Chomsky

BEST COPY AVAILABLE

Chamada

Número especial ano 2000

A revista DELTA lançará um número especial dedicado às perspectivas para as áreas e sub-áreas da linguística teórica e linguística aplicada para o início do milênio.

O corpo editorial estará interessado especificamente em trabalhos voltados aos rumos prováveis de cada área com base em tendências discerníveis nas pesquisas em curso. Não há restrições quanto à orientação teórica ou enfoque da pesquisa, sendo especialmente bem-vindos trabalhos que levem em conta a questão da transdisciplinaridade.

São aceitas contribuições escritas em português, inglês, espanhol, francês e italiano.

O prazo final para submissão é 31 de julho de 1999.

Call for Papers

DELTA is planning to launch a special issue devoted to possible developments and prospects in the different areas and subareas in both theoretical linguistics and applied linguistics in the years ahead.

The editorial board would be particularly interested in contributions dealing with likely tendencies in each of the areas with special attention to work already in progress. There are no restrictions with respect to theoretical orientation or research emphasis, and we welcome papers geared towards transciplinary topics.

We welcome contributions in Portuguese, English, Spanish, French, and Italian.

The deadline for the submission of manuscripts is 31 July 1999.

ASSINATURAS/ SUBSCRIPTIONS

To/Para:

D.E.L.T.A.
Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.
Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL)
Rua Monte Alegre, 984. CEP 05014-001.
São Paulo, SP, Brasil.

From/De:

NOME/NAME: _____

_____

ENDEREÇO/ADDRESS: _____

_____

CEP/ZIP CODE: _____ COUNTRY: _____

Pagamento/Payment

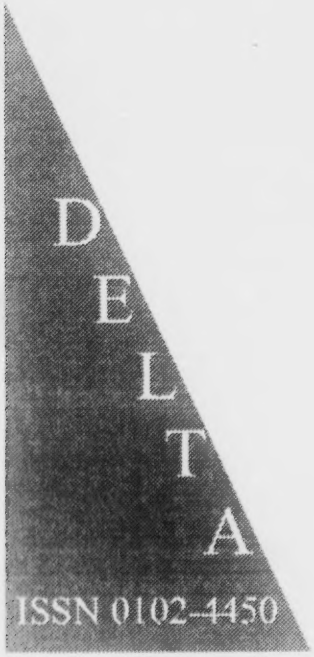
- ☐ por cheque em reais
- ☐ por depósito em banco na conta corrente do BANESPA, # 03.066006/7 Banco # 033, Agência # 0220
- ☐ by international money order to Account # 03.066006-7 Bank BANESPA # 033, Bank Agency # 0220.

Pedido/Order

- ☐ 1) Assinatura anual / Annual Subscription
  Ano / year:_____
- ☐ 2) Vol. 12 n.° especial (volume que inclui todos os resumos dos trabalhos publicados de 1985 a 1994). (A special issue including all the *abstracts* of the works published by D.E.L.T.A. from 1985 to 1994).
- ☐ Vol. 13 n° especial (Chomsky no Brasil/Chomsky in Brazil)
- ☐ Enviar os seguintes números / Please send me the following back issues :

_____

BEST COPY AVAILABLE


D
E
L
T
A
ISSN 0102-4450

D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.
Vol. 1, 1/2 (fev/ago 1985)
São Paulo: EDUC, 1985
Semestral, no. Especial desde 1992
Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC SP e da Associação Brasileira de de Lingüística/ABRALIN
Resumo em Português e Inglês em todos os artigos

1. Lingüística Teórica - periódicos. 2. Lingüística Aplicada - periódicos. I. Título: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo III. Associação Brasileira de Lingüística

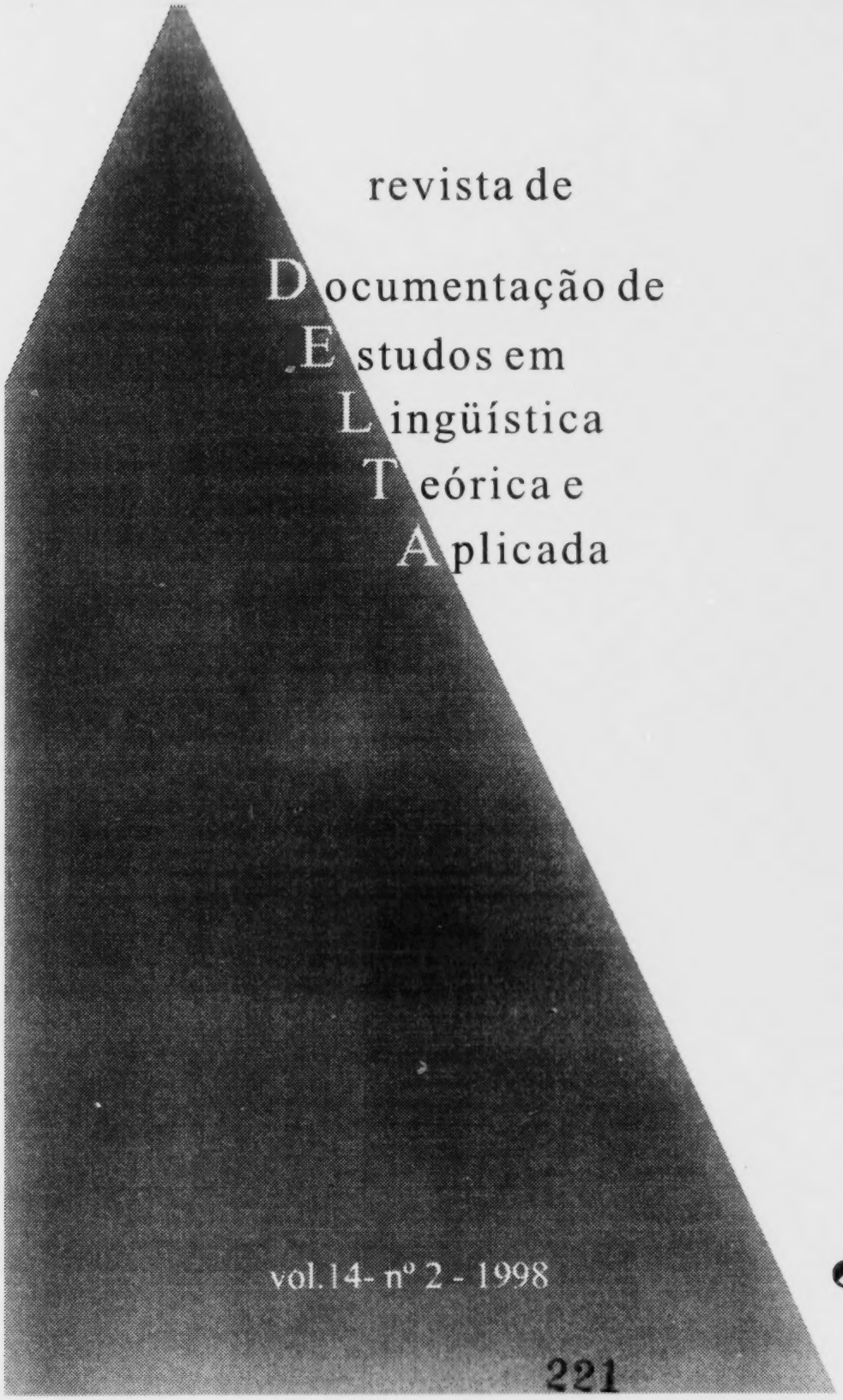
ISSN 0102-445 **CDD** 405

Os textos publicados na revista são indexados em: LLBA (Linguistics and Language Behavior Abstracts), Linguistics and Language Behaviour Abstracts Database, MLA (Mordern Language Association) Directory of Periodicals e International Bibliography, Sociological Abstracts e ULRICH's International Periodicals Directory

The Journal and its contents are indexed in LLBA (Linguistics and Language Behavior Abstracts), Linguistics and Language Behaviour Abstracts Database, MLA (Mordern Language Association) Directory of Periodicals as well as International Bibliography, Sociological Abstracts and ULRICH's International Periodicals Directory

Programa de Apoio a Publicações Científicas
MCT CNPq FINEP

BEST COPY AVAILABLE



revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

vol.14- nº 2 - 1998

educ

BEST COPY AVAILABLE

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista D.E.L.T.A. publica estudos de caráter teórico ou aplicado, oriundos de qualquer área referente ao fenômeno lingüístico, desde que se trate de contribuições inéditas.

Será dada preferência a trabalhos que contenham pesquisa original, que poderão vir em forma de ARTIGOS, DEBATES e QUESTÕES E PROBLEMAS. A Revista publica, ainda, RETROSPECTIVAS (síntese crítica acerca do estado da ciência), NOTAS BIBLIOGRÁFICAS e RESENHAS.

Colaboradores de todos os países estão convidados a submeter seus trabalhos, os quais serão avaliados, anonimamente, por dois membros do Conselho Editorial assessorados, quando necessário, por pareceristas *ad hoc*. Em caso de empate, um terceiro parecerista é convidado.

Tais trabalhos devem ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

Artigos, Retrospectivas, Debates são precedidos de abstract em inglês e resumo em português com aproximadamente 100 palavras cada. Para programas a serem usados e normas gerais de digitação, ver final do volume.

Os originais apresentados não devem ter sido publicados ou submetidos simultaneamente a outra revista.

Ficam concedidos à revista todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados.

ASSINATURAS

A Revista D.E.L.T.A. é uma publicação semestral (fev. e ag.), podendo haver a possibilidade de um número especial incluso na anuidade.Preço anual da assinatura no Brasil: R$30,00 (indivíduos), R$60,00 (instituições) e R$17,00 (números avulsos).

Aceita-se permuta.

EDITORIAL POLICY

D.E.L.T.A. is adressed to all areas of study concerning language and speech, whether theoretical or applied; however, only unpublished contributions will be considered.

Preference will be given to original research work, presented under the categories of ARTICLES, DEBATES or SQUIBS. The journal also carries OVERVIEWS (critical overview of the state of the art), as well as BIBLIOGRAPHICAL NOTES and REVIEWS.

Researchers from all countries in the world are invited to submit their papers which will be sent to two anonymous referees from the Editorial Board. In the event of a tie, a third will be called. If necessary, an *ad hoc* referee can be invited.

The articles should be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian.

Articles, Overviews, Debates are preceded by an abstract not exceeding 100 words, in English and Portuguese. As for word processing software to be used and general typing instructions see last page of this issue.

It is a condition of publication that manuscripts submitted to this journal have not been published and have not been simultaneously submitted elsewhere.

The acceptance of papers by the journal entails the transference of the copyright to the publishers.

SUBSCRIPTIONS

D.E.L.T.A. is a bi-annual publication (Febr. and Aug.) with an opitional special issue. Annual price-abroad: US 30,00 (individuals), US60,00 (institutions) and US17,00 (single issue); equivalent amount in Reais.

Exchange of publications welcome.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.

Revista de documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

Sumário/Contents

Artigos/Articles

Marina R.A. Augusto A Interação dos Traços Referencialidade e Factividade no Processamento de estruturas com Adjuntos Adverbiais/ Referentiality and Factivity in Adverbial Adjunct Processing 277

Letícia Maria Sicuro Corrêa - Acessibilidade e Paralelismo na Interpretação do Pronome Sujeito e o Contraste Pro/Pronome em Português/ Accessibility, Parallel Function and the Pro/Pronoun Contrast in Portuguese 295

Jacob L. Mey – As Vozes da Sociedade: Letramento, Consciência e Poder/ The Voices of Society: Literacy, Consciousness and Power 331

Marcus Maia, Bruna Franchetto, Yonne de Freitas Leite, Marília Facó Soares & Márcia Damaso Vieira - Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras/ Comparative Aspects of Grammar in Brazilian Indigenous Languages 349

Maria Bernadete Abaurre & Charlotte Galves - As Diferenças Rítmicas entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: uma Abordagem Otimalista e Minimalista/Rhythmic Differences Between European and Brazilian Portuguese: an Optimalist and minimalist Approach 377

Célia Regina dos Santos Lopes - *Nós* e *A Gente* no Português Falado Culto do Brasil/*Nós* and *A gente* in standard spoken Brazilian Portuguese 405

Retrospectiva/Overview

Rosemary Arrojo - Os 'Estudos da Tradução' como Área Independente: Dilemas e Ilusões de uma Disciplina em (Des)Construção/ 'Translation Studies' as an Independent Area: Illusions and Dilemmas of a Discipline in (De)Construction 423

Debate/Debate

Suzana Carielo da Fonseca: Lesão x Sintoma: Uma questão de causalidade / Brain Injury X Symptom: a Question on Causality 455

Revista D.E.L.T.A. São Paulo Vol. 14 n° 2 P. 203-434 1998 ISSN 0102-445

BEST COPY AVAILABLE

QUESTÕES E PROBLEMAS/SQUIBS

Ana Cristina Pelosi Silva de MACÊDO - Similarities and Differences in Categorization Behavior by Brazilian Portuguese and American English Native Speakers/ Semelhanças e Diferenças em Comportamentos de Categorização de Falantes do Português Brasileiro e do Inglês Americano. 467

RESENHAS/REVIEWS

BEAUGRANDE, R. de (1997) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Por/by Francisco GOMES DE MATOS 483

MOITA-LOPES, L. P. (1996) *Oficina de Lingüística Aplicada*. Por/by Alice Cunha de FREITAS & Maria Aparecida C. M. B. da SILVA 489

NOTAS SOBRE LIVROS/BOOKNOTES 493

NOTAS 499

ÍNDICE /INDEX VOL. 14 505

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (277-293)

A Interação dos Traços Referencialidade e Factividade No Processamento de Estruturas com Adjuntos Adverbiais*

(Referentiality and Factivity in Adverbial Adjunct Processing)

Marina R.A. Augusto (*Universidade Estadual de Feira de Santana*)

Abstract: This paper deals with adjunct processing of the type where/when/how/why, *arguing in favor of a subdivision of these elements in two distinct classes, based on the application of a psycholinguistics test. The fact that such elements are adjuncts and not arguments is of great interest for parsing issues since it gives rise to structures with ambiguity in terms of the WH-adjunct trace origin. It is argued that syntactic restrictions play a crucial role for the interpretation of adjuncts in ambiguous sentences but the role and extent of influence of other semantic/pragmatic factors are also discussed.*

Resumo: Este artigo trata do processamento de adjuntos do tipo onde/quando/como/por que, *defendendo a subdivisão desses elementos em duas classes distintas, com base na aplicação de um teste psicolingüístico. O fato de esses elementos serem adjuntos e não argumentos é de grande interesse para questões de processamento uma vez que dá origem a estruturas ambíguas em relação à posição do vestígio do adjunto QU. Defende-se que as restrições sintáticas desempenham um papel crucial na interpretação dos adjuntos em sentenças ambíguas, mas o papel e a extensão da influência de fatores semântico/pragmáticos são também discutidos .*

Key words: Referentiality; Long Wh-movement; Binding; Adjuncts; Language Processing.

Palavras-Chave: Referencialidade; Movimento Longo; Ligação; Adjuntos; Processamento Lingüístico.

0. Introdução

Este artigo investiga as características da adjunção adverbial, representada pelos pronomes interrogativos do tipo *onde /quando/como/por que*, em sentenças complexas de dois tipos: com sentenças matrizes apresentando verbos-ponte/parentéticos e com sentenças matrizes de verbos factivos (ambiente de ilha fraca).[1]

[1] Essa terminologia é usada na teoria gerativa e designa um contexto sintático a partir do qual extrações de adjuntos adverbiais resultam agramaticais enquanto as de argumentos geram sentenças interrogativas gramaticais.

BEST COPY AVAILABLE

(1) Onde você disse que Maria comprou o presente?
(2) Quando você descobriu que Maria comprou o presente?

Defende-se a subdivisão dos adjuntos adverbiais em duas classes distintas[2], uma vez que a aplicação de testes psicolingüísticos revelou representações mentais distintas para um mesmo tipo de seqüência lingüística, a depender do adjunto adverbial envolvido. As características do teste aplicado apontam para um tratamento do problema que leva em consideração a interação de dois fatores: i) o caráter de referencialidade do elemento movido e, ii) a interferência causada pela presença de verbos com valor de pressuposição para o processamento desses elementos.

Na seção I abordaremos o interesse da questão para o enfoque psicolingüístico, ressaltando as propostas oferecidas em relação à estrutura sintática pertinente. Na seção II, apresenta-se o teste psicolingüístico aplicado, os resultados obtidos e uma discussão preliminar destes. Na seção III, propõe-se um sistema para dar conta do fenômeno observado, segundo os resultados obtidos na testagem. Na seção IV, verificam-se as preferências de interpretação obtidas para os adjuntos referenciais, apresentando-se um modelo de processamento de estruturas ambíguas que leva em consideração a interferência de fatores semântico-pragmáticos.

1. O processamento lingüístico de categorias vazias

O processamento lingüístico de sentenças com palavras-QU deverá levar em consideração o fato de haver uma categoria vazia que a elas deverá se ligar. Segundo Janet Fodor (1990):

> *Uma categoria vazia cria dois tipos de problemas para o processador. Primeiro, ela não se manifesta, e portanto sua existência deve ser inferida indiretamente. Segundo, para receber uma interpretação, ela deve ser associada a um antecedente na sentença, o qual geralmente não está adjacente a ela mas sim bastante distante; isso destrói o caráter estritamente local dos processos que, de outra maneira, são suficientes para construir a representação estrutural de uma sentença.*[3]

[2] Em consonância com o defendido quer por Aoun et al. (1987), quer por Rizzi (1990) em oposição ao proposto em Chomsky (1986).
[3] As traduções de excertos de artigos em língua estrangeira foram realizadas pela autora.

BEST COPY AVAILABLE

No caso de adjuntos, o processador não poderá recorrer à informação fornecida pela subcategorização, apoiando-se na estratégia de:

> *buscar uma lacuna na sentença que 'precise' do sintagma do tipo que foi movido* (Fodor: 1990:158).

A autora (1990:205), no entanto, conclui que:

> *O estudo das categorias vazias é (em parte) o estudo das dependências sintáticas em relação ao movimento. Quanto mais longo o movimento, maior possibilidade de erro para um processador que não tenha conhecimento preciso das relações que são legítimas. (...) A hipótese de que o mecanismo de processamento de sentenças humano seja assim parece implausível quando confrontado com a velocidade e precisão com que o processador de sentenças humano interpreta vestígios. Podemos concluir, ao invés disso, que o processador humano está bastante sintonizado com a gramática da língua.*

1.1 Argumentos X Adjuntos

As restrições de ilha têm sido objeto de investigação recorrente na história da gramática gerativa e retratam determinadas configurações estruturais a partir das quais a extração de elementos não resulta em sentenças gramaticais. As primeiras descrições acerca desses contextos sintáticos foram realizadas por Ross (1967). Posteriormente são admitidos na teoria gerativa princípios que pretendem dar conta dos efeitos apontados por Ross: o Princípio da Subjacência e o Princípio das Categorias Vazias. Este último tem sido foco de várias reformulações: Aoun, Hornstein, Lightfoot & Weinberg (1987), Rizzi (1990), Cinque (1990). A partir de Chomsky (1986)[4] convencionou-se falar em ilhas fortes e fracas. As primeiras inviabilizam o movimento quer de argumentos quer de adjuntos; as ilhas fracas constituem configurações sintáticas a partir das quais a extração de argumentos se faz possível, mas não a de adjuntos.

[4] Remete-se o leitor às análises mencionadas uma vez que não há possibilidade de se fazer aqui uma exposição detalhada dos estudos referidos. Para uma discussão desses textos veja, AUGUSTO, M.R.A. (1994) *Fatores envolvidos na extração dos adjuntos-Q*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, na qual se apresentam os estudos referidos, suas deficiências e oferece-se uma análise alternativa.

BEST COPY AVAILABLE

Tomando-se, por exemplo, a ilha factiva[5], uma das ilhas fracas, verifica-se que uma sentença do tipo:

(3) *Por que$_i$ você lamentou que Pedro tivesse comprado o carro t$_i$?

é agramatical com essa leitura, em contraste com a sentença abaixo:

(4) O que$_i$ você lamentou que Pedro tivesse comprado t$_i$?

Ou seja, a gramática da língua proíbe a extração longa de adjuntos (cf. 3), permitindo, portanto, somente a interpretação da palavra-QU com o verbo da sentença matriz, embora permita a extração longa de argumentos (cf. 4). O verbo *comprar* precisa de um complemento e o processador, assim, atribuirá à essa posição uma categoria vazia que será associada à palavra-QU.

Aoun et al. (1987), assim como Rizzi (1990), questionam, no entanto, o comportamento unificado dos adjuntos, propondo que há aqueles que apresentam a característica de serem referenciais[6], o que os torna cegos à ilha fraca. Aoun et al. (1987:552), assumindo Aoun (1986), afirmam que:

> *Aoun nota que os adjuntos locativos e temporais são referenciais (conforme sugere a existência de pronomes que podem ser usados correferencialmente: aqui, lá, agora, então), enquanto os advérbios de modo e causa são menos prováveis de serem referenciais (e portanto não apresentam pronomes análogos a lá, então, etc).*

Essa previsão é testada, para o Português, em Augusto (1994), que apresenta a sentença abaixo como legitimamente gramatical em uma leitura que parece violar a ilha factiva:

(5) Onde$_i$ você lamentou (t$_i$) que Pedro tivesse comprado o livro t$_i$?

Um dado como esse está em consonância com o defendido por Aoun et al.

[6] Referência designa a relação entre as expressões lingüísticas e pessoas ou objetos que designam (ou identificam de alguma forma). Na teoria gerativa, propõe-se tratar a identidade ou diferença referencial atribuindo-se arbitrariamente índices aos elementos. Os elementos locativo e temporal são, portanto, tidos como referenciais pois podem ser antecedentes de pronomes que dependem referencialmente desses elementos, conforme discussão no corpo do artigo.

[5] A característica de` apresentar verbos que disparam pressuposição com valor-verdade da ilha factiva traz um ponto de interesse adicional para questões de processamento, conforme discutido, na seção 4, em relação às preferências de interpretação observadas.

BEST COPY AVAILABLE

(1987), em oposição ao assumido em Chomsky (1986), corroborando a subdivisão dos adjuntos adverbiais em duas classes distintas: os referenciais (*onde* e *quando*)[7] que teriam o movimento longo permitido e os não-referenciais (*como e por que*), sensíveis às ilhas fracas.

Ou seja, assumindo-se essa subdivisão na classe de adjuntos, esperar-se-ia que somente os não-referenciais (como/por que) sofreriam a restrição da ilha factiva (impossibilidade de extração longa), recebendo, portanto, sempre uma interpretação com o verbo da matriz. Já os referenciais (*onde/quando*) teriam possibilitada a extração tanto a partir do movimento curto quanto do longo e desencadeariam, portanto, nesse contexto, uma ambigüidade estrutural, podendo tanto ser interpretados com o verbo da matriz quanto com o da encaixada.

2. Testagem

A aplicação de testes de interpretação pretende ver confrontadas as hipóteses levantadas acima. Por um lado, testa-se a pertinência da subdivisão dos adjuntos, verificando-se se sentenças complexas do tipo mencionado nesse artigo favorecem a interpretação do adjunto quer com a sentença matriz quer com a encaixada em ambiente de ilha fraca, como a ilha factiva. Admitindo-se ser a subdivisão entre os adjuntos pertinente, seria interessante verificar se os sujeitos lidam diferentemente com a ambigüidade estrutural deflagrada pelos adjuntos referenciais no ambiente da ilha factiva. Formulou-se, para tanto, um teste em que se verifica o comportamento dos adjuntos em ambiente de ilha factiva, com o verbo *descobrir,* contrapondo-os a sentenças-controle com o verbo *dizer:*

(6) Onde/quando/como/por que você disse/descobriu que Pedro comprou o presente?

A variável dependente do experimento consiste na atribuição do adjunto à sentença encaixada ou à matriz, verificável pelo tipo de resposta fornecida pelo informante. Como variáveis independentes, tem-se o contraste sentenças com verbo factivo versus sentenças com verbos-ponte que funcionam como

[7] Um parecerista aponta que "se *onde* pode ser considerado referencial em função de seu correlato pronominal *lá*, o que dizer de *quando*, cujo correlato pronominal (*então*) parece estar desaparecendo no português brasileiro (com o sentido de 'naquele tempo')? É também interessante apontar que os percentuais de interpretação do locativo com a sentença encaixada são mais altos do que os percentuais de interpretação com a sentença encaixada do temporal (cf. seção 4).

BEST COPY AVAILABLE

sentenças-controle já que a teoria prevê, segundo análise em Chomsky (1986), que a extração de adjuntos seja impossível em ambientes de ilha factiva. Outro fator a ser testado consiste na referencialidade do adjunto movido. Para efeitos da possível ambigüidade estrutural, computa-se a resposta imediata (1ª resposta) e a reanálise (2ª resposta) realizada pelo sujeito como indícios de preferência de processamento.

2.1. Aplicação dos testes

Foram testados 40 informantes de ambos os sexos, com idade entre 20 e 40 anos e profissões variadas. Foi solicitado que o questionário fosse respondido por escrito, o que era feito em uma sala da Universidade ou na casa do informante.

Levando-se em consideração, segundo Bower & Clapper (1989:253) que, em experimentos psicolingüísticos:

> *os sujeitos deparam com algum tipo de estímulo lingüístico e devem responder de alguma maneira que informará o investigador acerca do processo pelo qual o material foi interpretado ou da representação mental resultante.*

salienta-se que, nesse experimento, busca-se a representação mental resultante. Não se tratando, portanto, de um experimento que contabilize tempo de processamento, esse fator não é monitorado.

Solicitou-se ao informante que, se possível, desse mais de uma resposta a cada pergunta, o que objetiva verificar se o falante consegue processar as duas possibilidades de atribuição do local de adjunção do sintagma adverbial em algumas sentenças que o permitem. Teremos, assim, como primeira resposta o processamento mais imediato ou natural, embora o falante possa em algum momento reanalisar a sentença e atribuir-lhe uma outra estrutura possível o que implica em uma resposta de tipo diverso da primeira. Essa reanálise não será possível, segundo a hipótese a ser testada, em ambientes de ilha fraca para aqueles elementos considerados não-referenciais. Solicitou-se ao informante, todavia, que sua primeira resposta escrita fosse sempre a primeira que lhe tivesse vindo à mente.

Seguindo-se as orientações da literatura em relação à aplicação de testes psicolingüísticos, foram elaboradas versões distintas do questionário, impedindo que o mesmo sujeito tivesse acesso à pergunta-teste e à pergunta-controle correspondente. Os questionários apresentavam, ainda, sentenças do tipo despistadoras (*fillers*) que objetivam diluir a presença das sentenças-teste,

impossibilitando que o sujeito perceba qual seja o objeto de investigação. Computam-se, somente, as respostas diretamente relevantes para o experimento, desprezando-se as demais.[8]

2.2 Resultados

A quantificação dos dados provou ser realmente possível a interpretação dos adjuntos referenciais (onde/quando) com a sentença encaixada mesmo em ambiente de ilha fraca, ou seja, na presença de um verbo factivo na sentença matriz.

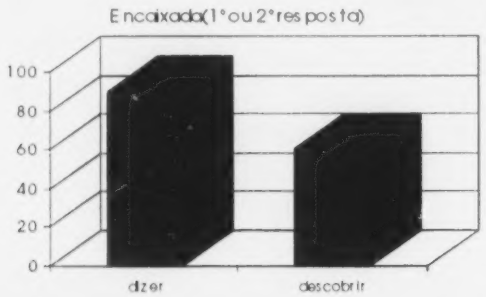


Gráfico I: Interpretação do adjunto *onde* com a sentença encaixada

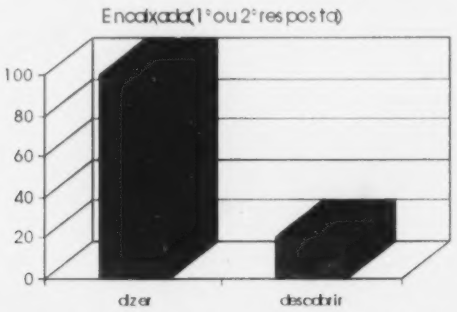


Gráfico II: Interpretação do adjunto *quando* com a sentença encaixada

Em relação à interpretação dos adjuntos não-referenciais (como/por que), esperar-se-ia a não-interpretação com a sentença encaixada na presença de verbo factivo, ou seja, em ambiente de ilha fraca. Os resultados obtidos estão dispostos nos gráficos abaixo:

[8] O questionário referido contemplou outros pontos de investigação, como as variantes *em que lugar/em que dia/de que modo/por qual motivo* que não serão abordadas neste artigo.

BEST COPY AVAILABLE

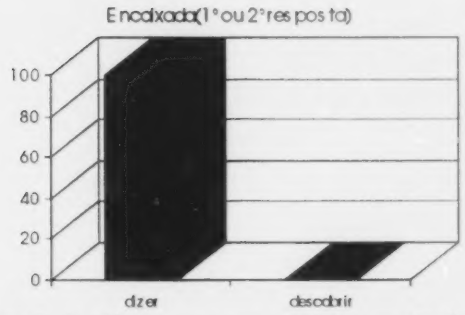


Gráfico III: Interpretação do adjunto *como* com a sentença encaixada

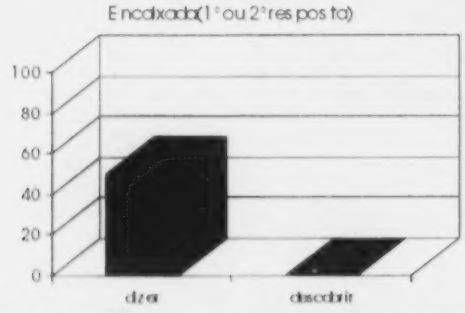


Gráfico IV: Interpretação do adjunto *por que* com a sentença encaixada

Verifica-se que a ligação dos adjuntos não-referenciais[9] com a sentença encaixada em ambiente de ilha factiva não acontece. Em relação a *por que*, verifica-se, ainda, que, mesmo na presença de verbos-ponte, essa interpretação acontece com bem menos intensidade.

Salienta-se, também, que o teste foi aplicado por escrito, buscando-se

[9] Observa-se aqui que se obteve a interpretação de *como* vinculado à sentença encaixada. Uma minuciosa observação dos testes, no entanto, obriga a que se faça uma advertência. Verificou-se que essa interpretação com a sentença encaixada ocorreu (como segunda resposta em 03 questionários) com uma pergunta específica do teste. Na verdade, a sentença usada mostrou-se inadequada. Trata-se da seguinte sentença: *Como você descobriu que o Pedro aplicou o dinheiro?* O verbo *aplicar* pode apresentar argumentos implícitos, ou seja, esses argumentos podem ser omitidos. Pode-se dizer apenas: *Eu apliquei em CDB*, omitindo-se *dinheiro* ou, ainda, *Eu apliquei o dinheiro*, onde, implicitamente, se sabe que foi em algum tipo de aplicação financeira - em dólar, em ouro, em ações etc. Essa explicitação é, então, detonada pela presença do Adjto Q. Verificou-se, portanto, respostas desse tipo, explicitando em que (onde) o dinheiro foi aplicado e não de que modo (bem/muito bem/pessimamente) esse dinheiro foi aplicado. Tendo sido verificado esse enviesamento no tipo de resposta fornecida, desconsiderou-se a interpretação dessa sentença nos cálculos dos resultados finais aqui apresentados.

BEST COPY AVAILABLE

atingir a interpretação mais natural que o falante atribuiria a cada estrutura. Sentenças desse tipo, ditas oralmente, apresentam entonações basicamente diferentes quer o escopo do adjunto-QU recaia sobre a sentença matriz ou sobre a encaixada. A interpretação do adjunto com a sentença encaixada privilegia uma entonação ascendente, enquanto a interpretação com a sentença matriz leva a uma entonação descendente. O mapeamento da estrutura da sintaxe para a fonologia permite, portanto, desfazer uma potencial ambigüidade estrutural, em relação aos adjuntos referenciais.

A exposição dos resultados obtidos permite afirmar que a subdivisão de adjuntos em referenciais e não-referenciais, sugerida por Aoun et al. (1987) e assumida aqui é preferível. Esse aspecto da gramática da língua deve, portanto, ser explicitado para que se possa justificar por que o processador assume essa diferenciação entre os adjuntos, alinhando os referenciais aos argumentos contrariando a previsão em *Barriers*.

3. As restrições sintáticas

A partir dos resultados obtidos, parece clara a importância que uma noção como a da referencialidade deve assumir em uma análise que pretenda dar conta dos dados colhidos. Tomando-se essa noção como básica, pode-se chegar a um sistema bastante diverso do sugerido em *Barriers*.

Uma reformulação em termos do caráter disjuntivo do PCV é assumida, segundo Rizzi (1990). Uma categoria vazia precisa ser formalmente legitimada e, defende-se, em relação aos adjuntos adverbiais que estes são formalmente regidos pela categoria a qual se adjungem. Resta estabelecer as condições de identificação desses elementos, para a qual a noção de referencialidade assume um importante papel. O caráter referencial do elemento movido permite a recuperabilidade de sua referência, possibilitando que se estabeleça uma *relação de ligação* entre vestígio e elemento movido. Em contrapartida, para os elementos ditos não-referenciais essa relação não é de ligação, mas de antecedência. Enquanto a relação de ligação pode operar a qualquer distância, regência por antecedência é intrinsecamente local.

Uma vez assumido esse mecanismo de identificação referencial das categorias vazias, parece interessante adotar noções distintas para barreiras que dizem respeito à relação de ligação e barreiras que se referem à antecedência, conforme sugerido em Cinque (1990).

Barreira para ligação

Uma projeção máxima que não seja (direta ou indiretamente) selecionada na direção canônica por uma categoria não distinta de [+V] constitui barreira para a ligação.

Barreira para regência

Uma projeção máxima que não seja diretamente selecionada por uma categoria não distinta de [+V] constitui barreira para a regência.

Esse sistema permite explicar o caráter gramatical da extração de elementos referenciais de ambientes de ilhas fracas pela ausência de uma barreira sensível para a relação de ligação. Por outro lado, justifica-se a agramaticalidade da extração dos adjuntos não-referenciais pela presença de uma barreira para a relação de antecedência necessária entre o elemento movido e seu vestígio. Esse é o resultado obtido ao se considerar, conforme vários autores[10], que o complemento CP de um verbo factivo está, na verdade, mais alto que V'. A sugestão é de considerá-lo adjunto a VP. Sendo assim, V° e o complemento CP não estabelecem uma relação de irmandade na estrutura da sentença factiva, o que implica que embora q-marcado pelo verbo, este elemento não é L-marcado uma vez que L-marcação é definida como q-marcação direta por um núcleo lexical. Para ser diretamente q-marcado por V°, CP deveria ser dominado pelas mesmas projeções de V° e CP não é dominado por V'. Nesse contexto, portanto, temos a configuração de uma barreira para a regência, mas não para a ligação: CP não é diretamente selecionado por V°.

Esse sistema, por outro lado, também dá conta das ilhas fortes, uma vez que as estruturas apresentam uma barreira para ligação, o que por si só explica a impossibilidade de extração quer de adjuntos quer de argumentos, dispensando-se a necessidade de configuração de duas barreiras para constituir uma violação do Princípio da Subjacência, invocada, no sistema em *Barriers*, para dar conta desses ambientes.

4. As preferências de processamento

Tomando-se como relevante a distinção adjuntos referenciais versus não-referenciais, a ilha factiva passa a constituir, em relação à presença de adjuntos referenciais, uma estrutura potencialmente ambígua em que se pode interpretar o adjunto tanto a partir da sentença matriz quanto da encaixada. A computação

[10]Remete-se a Kiparsky e Kiparsky (1971), Melvold (1991), e Koster (1989), apud Cinque (1990), além de Galves (1991).

BEST COPY AVAILABLE

dos dados a partir de preferências de interpretação (fator: primeira resposta X reanálise) aponta alguns aspectos que merecem referência.

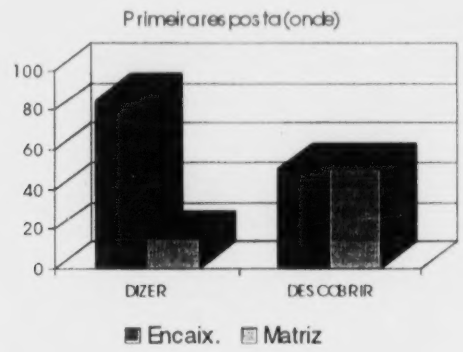


Gráfico V: Interpretação preferencial de *onde* com sentença encaixada/matriz

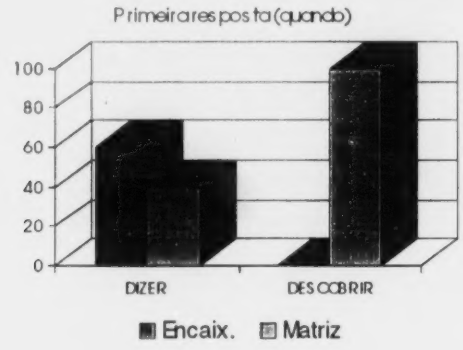


Gráfico VI: Interpretação preferencial de *quando* com a sentença encaixada/matriz

Percebe-se que *onde* é preferencialmente interpretado com a sentença encaixada já em nível de primeira resposta, o que aponta para uma gradação entre o comportamento de *onde* e *quando* (este aparece interpretado com a sentença encaixada somente como segunda resposta, portanto, um processamento menos natural).

Pode-se imputar a *onde* um comportamento específico devido ao fato de

esse elemento poder ser argumento de alguns verbos[11]. Ou seja, seu vestígio não seria imediatamente identificado como ocupante da primeira posição de adjunção possível (i.e., a sentença matriz) dado que poderia haver um verbo no complemento dessa sentença que exigiria um argumento desse tipo. Daí, a espera pela sentença encaixada e conseqüente preferência de ligação atestada nos questionários. *Quando*, por outro lado, justamente por não apresentar essa possibilidade de funcionar como argumento obrigatório, permite a ligação com a sentença matriz em níveis mais expressivos conforme atestaram os questionários, embora sua ligação com a sentença encaixada também seja possível devido ao seu caráter referencial.

Essa hipótese é aventada com base no estudo de Shapiro, Zurif & Grimshaw (1987) acerca do processamento de verbos:

> *Os dados refletem a operação de um mecanismo de processamento que momentaneamente ativa todas as estruturas argumentais de um verbo na proximidade temporal imediata do verbo durante a compreensão da sentença.*

Traçando-se um paralelo, propõe-se que o aparecimento da palavra-QU *onde*, nesse caso específico, ativaria no sujeito a possibilidade de ligação com um verbo que requeira um adjunto de lugar, havendo, portanto, uma expectativa em relação à efetiva existência desse verbo na sentença, o que evita ligações imediatas com a sentença matriz.

Outro aspecto que deve ser mencionado é o tipo de verbo da matriz. As sentenças com verbo *dizer* parecem favorecer a interpretação do adjunto com a sentença encaixada, o que permite explorar os aspectos logofóricos apresentados por esse verbo[12]. Os verbos logofóricos não dão à oração em que aparecem saliência discursiva. Na verdade, esses verbos assumem o papel de introduzir uma sentença que realiza o papel de tópico do discurso, daí o desvio de atenção para a sentença encaixada e posterior interpretação da pergunta como uma pergunta sobre esse tópico do discurso, ou seja, o favorecimento da interpretação do adjunto-QU como modificador da sentença encaixada.

[11] Como, por exemplo, em: Onde você colocou o livro t ?

[12] Além dessa característica semântica, vale apontar que, em termos estruturais, defende-se que as sentenças parentéticas (o verbo *dizer* é do tipo ponte/parentético) estejam adjuntas a IP em uma estrutura que equivale a uma sentença simples, o que justifica a preferência de interpretação do adjunto adverbial com a sentença encaixada.

De outro lado, percebe-se a preferência, em sentenças com verbos factivos pela interpretação do adjunto com a sentença matriz. Pode-se também especular a característica, típica dos verbos factivos, de disparar pressuposição com valor verdade. Talvez o fato de pressupor a verdade da sentença encaixada disparado pelo verbo factivo facilite a interpretação do adjunto-QU como modificador da sentença matriz e não da encaixada, assumida como verdadeira e, portanto, menos suscetível de receber informações adicionais que a modifiquem. A descrição sintática de tais configurações tem tentado captar essa peculiaridade.

Em relação a preferências de interpretação, percebe-se, portanto, que a interrelação de vários fatores está em jogo: as características lexicais/semânticas dos verbos presentes na sentença matriz, o caráter de referencialidade do adjunto QU, um fator fortemente responsável pela análise estrutural, além de informações do tipo quadro de subcategorizações possíveis de verbos, o que parece ser deflagrador das preferências de interpretação na presença de *onde*. Um modelo de processamento de estruturas ambíguas que lida com a aplicação de princípios semântico/pragmáticos é apresentado a seguir.

4.1 Ambigüidades e processamento

Ni, Crain & Shankweiler (1996) salientam que:

> *Um dos aspectos centrais no estudo do processamento de sentenças é a maneira como várias fontes de informação são usadas para resolverem-se ambigüidades estruturais. De acordo com uma proposta, o modelo 'garden path' (e.g. Frazier & Rayner, 1982), inicialmente os sujeitos são direcionados pelas estratégias baseados somente nas propriedades estruturais das sentenças. Outra classe de modelos, 'constraint satisfaction', enfatiza a influência de propriedades lexicais nas decisões entre as análises alternativas de um fragmento de sentença ambíguo (e.g. Tanehaus, Garnsey & Boland, 1991).*

Os autores, no entanto, exploram um modelo alternativo, a teoria referencial de Crain & Steedman (1985), na qual:

> *uma gama variada de preferências de processamento que têm sido atribuídas a propriedades estruturais das sentenças são vistas pela teoria referencial como conseqüência da aplicação de princípios*

referenciais/semânticos. (...) o processador é considerado como um mecanismo de processamento paralelo.

Os princípios da teoria referencial encontram-se a seguir (1996:289):

1. Todas as possíveis análises estruturais de uma sentença ambígua são computadas paralelamente pela sintaxe. Elas são apresentadas ao processador semântico/discursivo para adjudicação.
2. A avaliação semântica é realizada mais ou menos palavra por palavra.
3. O processador semântico/discursivo avalia e escolhe, entre as análises sintáticas, alternativas buscando maior adequação com o contexto conversacional.
4. Se o processador semântico/discursivo não tomar uma decisão, então fatores como conhecimento de mundo podem ser usados para decidir sobre a análise a ser considerada.

Deve-se salientar, de acordo com os autores, que:

A teoria referencial também explica como as ambigüidades são resolvidas na ausência de um contexto. No processamento de uma sentença no contexto dito neutro, o sujeito tenta ativamente construir uma representação mental da situação que seja consistente com a sentença.

4.2 Análises dependentes do contexto

A questão da influência do contexto na interpretação dos adjuntos adverbiais em sentenças do tipo que estão sendo observadas aqui permite, também, apontar diferenciações importantes que se estabelecem entre os verbos com características de disparar pressuposição. Vale salientar que o teste sob discussão apresenta como verbo factivo *descobrir*. Sabe-se que as análises mais tradicionais acerca da ilha factiva costumam fazer referência ao verbo *lamentar*.

Verbos do tipo *descobrir* e *saber*, segundo Marques (1995, apud Santos, 1996) indicam atitude de conhecimento tanto do sujeito da oração principal quanto do enunciador em relação à verdade do complemento. Por outro lado, verbos do tipo *lamentar* e *censurar* não indicam uma atitude de conhecimento, mas uma atitude avaliativa, ou seja, o sujeito faz um juízo em relação ao fato descrito, de modo que a assunção da verdade decorre do tipo de atitude que

expressam. Sendo assim, deve-se afirmar que *lamentar*, além de compartilhar com *descobrir* o traço factividade, indica uma atitude avaliativa, conforme mencionado, constituindo-se, portanto, como um verbo *emotivo*.

Essa carga de emotividade pode trazer algumas implicações para o processamento das sentenças em discussão. Alguns do adjuntos-QU não se combinam com o verbo, ou seja, soa estranho, por exemplo, que se indague *o local* onde um lamento tenha ocorrido ou *a maneira* como se deu um lamento. Não parece haver a construção de um contexto apropriado para tais eventos. Essas sentenças podem, então, ou ser tomadas como agramaticais ou como inaceitáveis. Por um lado, a estrutura sintática proibiria, por exemplo, a interpretação de *como* com a sentença encaixada, mas por outro há restrições semânticas em relação a interpretar *como* com a sentença matriz. Poderíamos esperar, então, nesse contexto, questões de desempenho que não poderiam ser somente explicadas pelo módulo sintático.

Uma testagem em andamento com sentenças com *lamentar* apresenta alguns indícios de que as considerações acima são bastante relevantes. A aplicação do teste com falantes de Inglês (nos mesmos moldes do aplicado em Augusto (1994) em que se pede mais de uma resposta a cada sentença do teste, se possível e comentários que se julgue pertinentes) apresentou, em relação a *onde* e *como*, as seguintes sentenças:

(7) Where did you regret that Mary had bought the present?
(8) How did you regret that Mark had travelled to Europe?

Em relação a (7), a grande maioria das respostas tem contemplado uma interpretação com a sentença encaixada e levantado observações de que as respostas para a interpretação com a sentença matriz soavam estranhas.

> *This sounds a little bit strange to me, but I prefer the first meaning.* (referindo-se à resposta fornecida acerca do local onde o presente foi comprado) (J.M.)

A sentença (8), por outro lado, gerou protestos de agramaticalidade / inaceitabilidade, conforme discutido anteriormente.

> *... is meaningless for me.* (M.D.)
> *... it's odd to ask what type of regret someone felt.* (J.M.)
> *This question is unacceptable/nonsensical in my dialect.* (K.H.)

BEST COPY AVAILABLE

É interessante notar que a possível ambigüidade deflagrada pelo adjunto referencial *onde* é admitida, sendo desfavorecida a interpretação com a sentença matriz por questões pragmáticas. Já a sentença com *como* é, peremptoriamente, considerada agramatical, uma vez que o falante não consegue admitir que a interpretação com a sentença matriz produza algo concebível. Ele, no entanto, nem discute uma interpretação com a sentença encaixada, pois aqui o impedimento é de ordem sintática e não pragmática.

5. Conclusão

A estrutura da ilha factiva, se, por um lado, é um fenômeno sintático relevante, por outro, ganha um interesse particular para as questões de processamento ao se tomar a subdivisão entre adjuntos referenciais e não-referenciais, obtendo-se, com a presença dos primeiros, um ambiente em que se tem uma estrutura potencialmente ambígua. As preferências de interpretação, nesse contexto, podem ser abordadas pela adoção de teorias de processamento como a teoria referencial em que se justificam particularidades de desempenho na medida em que se consideram interferências no direcionamento do processamento que extrapolam as restrições sintáticas. As preferências de interpretação discutidas na seção 4 assim como as colocações em 4.2 (particularmente as sentenças 7 e 8) parecem deixar clara a interferência de questões de ordem contextual. Essas são acessadas pelo processador, contribuindo para a interpretação das sentenças ambíguas, assim que todas as possíveis análises estruturais tenham sido computadas. Defende-se, assim, que as restrições sintáticas colocadas pela gramática são primordiais para direcionar o processamento e que a interferência de outros fatores se dá em momentos posteriores ao da análise estrutural, sendo seu entendimento preciso e salutar para uma visão modular da mente e do desempenho.

Por fim, acredita-se que a conjugação dos estudos sintáticos com os *insights* apontados pela teoria cognitiva por meio dos experimentos psicolingüísticos ajudará a compreender melhor os labirintos da mente humana.

(Recebido em abril de 1997. Aceito em dezembro de 1997)

Referências bibliográficas

Aoun, J. (1986) *Generalized Binding*. Foris, Dordrecht.

_____ N. Hornstein, D. Lightfoot & A. Weinberg. (1987) Two types of locality, *Linguistic Inquiry* **18**. 537-77.

AUGUSTO, M.R.A. (1994) Fatores envolvidos na extração dos adjuntos-Q. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP.

BOWER, G.H. & J.P. CLAPPER (1989) Experimental methods in cognitive science. In: M.I. Posner (ed.), *Foundations of Cognitive Science*. Cambridge, Mass.:The MIT Press.

CHOMSKY, N. (1986) *Barriers*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

CINQUE, G. (1990) *Types of A' Dependencies*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

CRAIN, S. & M. STEEDMAN. (1985) On not being led up the garden path: the use of context by the psychological parser. In: D.R. DOWTY, L. KARTTUNEN & A.M. ZWICKY (eds.), *Natural language parsing: psychological, computational, and theoretical perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.

FODOR, J.D. (1990) Empty categories in sentence processing. *Language and Cognitive Processes*. 155-209.

FRAZIER, L., & K. RAYNER. (1982) Making and correcting errors during sentence comprehension: eye movements in the analysis of structurally ambiguous sentences. *Cognitive Psychology* **14**, 178-210.

GALVES, C. (1991) Inflected Infinitive and AGR Licensing. Universidade de Campinas, mimeo.

KIPARSKY, P. & C. KIPARSKY (1970) Fact. In: M. Bierwisch & K. Heidolph (eds.), *Progress in Linguistics*, Mouton, The Hague.

MELVOLD, J. (1991) Factivity and definiteness. In: L. Cheng & h. Termidash (eds.), *MIT Working Papers in Linguistics*, vol.**15**, 97-117.

NI, W., S. CRAIN & D. SHANKWEILER (1996) Sidestepping garden paths: assessing the contributions of syntax, semantics and plausibility in resolving ambiguities. *Language and Cognitive Processes* **11**(3). 283-334.

RIZZI, L. (1990) *Relativized Minimality*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

ROSS, J. R. (1967) *Constraints on Variables in Syntax*, Dissertação de PhD, MIT.

SANTOS, J. (1996) Ligação não-seletiva de subjuntivos. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP.

SHAPIRO, L.P., E. ZURIF & J. GRIMSHAW. Sentence processing and the mental representation of verbs. *Cognition* **27**. 219-246.

TANEHAUS, M.K., S.M. GARNSEY & J.E. BOLAND (1991) "Combinatory lexical information and language comprehension". In G.T.M. ALTMAN (ed.), *Cognitive models of speech processing: psycholinguistic and computational perspectives*. Cambridge, MA: MIT Press.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (295-329)

Acessibilidade e Paralelismo na Interpretação do Pronome Sujeito e o Contraste Pro/Pronome em Português*

(Accessibility, parallel function and the pro/pronoun contrast in Portuguese)

Letícia Maria Sicuro Corrêa (*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*)

Abstract: The contrastive interpretation of pro and pronoun in co-ordinate sentences by Portuguese speakers is explored here, as a means of distinguishing the procedures whereby pronominal forms are interpreted in different syntactic/ discourse contexts — by means of a search-identification strategy (such as the parallel function strategy) or by means of the "automatic" recovery of a representation which is maintained particularly activated in working memory. Two experiments are reported. The first one tests the hypothesis that the kind of syntactic relationship that holds between the clause containing the pronominal form and the one containing possible antecedents defines processing conditions that favour one or another interpretation procedure. The second one tests the hypothesis that the degree of activation of a representation in working memory (defined in relation to a three-level activity working memory system) accounts for the interpretation of the pronominal subject of independent sentences in discourse. Local alteration of focus is shown to re-establish the pro/pronoun contrast at discourse level. The nature of this contrast is discussed in connection with the processing conditions in which it is manifested.

Resumo: O contraste pro/pronome em orações coordenadas em português é aqui explorado de modo a distinguirem-se os procedimentos através dos quais formas pronominais sujeito são interpretadas em diferentes contextos sintáticos e discursivos — através de estratégias de seleção de um antecedente lingüístico ou da recuperação "automática" de uma representação mantida particularmente ativada na memória de trabalho. Dois experimentos são relatados. O primeiro testa a hipótese de que o vínculo sintático entre a oração que contém a forma pronominal e a que contém seus possíveis antecedentes define condições de processamento que favorecem o uso de um ou de outro procedimento de interpretação. O segundo testa a hipótese de que o grau de

* Este texto corresponde a uma versão ampliada de parte do texto apresentado na Mesa-Redonda *Tendências da Psicolingüística* do I Encontro do CELSUL, Florianópolis, 1995. Os experimentos reportados foram realizados como parte de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (523562/ 94-2).

ativação de uma dada representação na memória de trabalho (definido em relação a um sistema que opera em três níveis) afeta o modo como o sujeito pronominal de orações independentes é interpretado no discurso. Verifica-se que o contraste pro/ pronome pode ser re-estabelecido fora do âmbito de sentenças complexas uma vez que haja alteração local do foco da referência. A natureza deste contraste é discutida levando-se em conta as condições de processamento nas quais este se manifesta.

KEY-WORDS: Pronoun Interpretation; Accessibility; Parallel Function; Sentence and Discourse Processing.

PALAVRAS-CHAVE: Interpretação de Formas Pronominais; Acessibilidade; Paralelismo; Processamento de Sentenças e do Discurso.

0. Introdução

Este estudo lida com a interpretação[1] de formas pronominais sujeito em diferentes contextos sintáticos e discursivos, por falantes adultos de português. Formas pronominais são particularmente interessantes para uma teoria do processamento lingüístico, visto que ainda que estejam sujeitas a restrições estruturais à correferencialidade[2], tais restrições não são, em geral, suficientes para orientar o ouvinte na atribuição de um referente para as mesmas. Sabe-se, por exemplo, que o pronome pode ser interpretado como correferente do SN João em (a) e não em (b). Contudo, em (a), o referente, não sendo necessariamente João, poderá ser buscado fora do âmbito da sentença. Em

[1] O termo *interpretação* tem diferentes usos nas literaturas lingüística e psicolingüística. No âmbito da Lingüística, *interpretação* remete a um procedimento semântico que opera sobre objetos formais (tais como sentenças representadas em um particular nível de descrição lingüística) nos quais dois ou mais elementos apresentam-se co-indexados. A co-indexação de elementos lingüísticos traduz uma vinculação sintaticamente licenciada entre estes e implica correrefência. A interpretação semântica consiste no estabelecimento da relação de vinculação e/ou de correferencialidade entre estes termos. No âmbito da Psicolingüística, *interpretação* diz respeito à atribuição de sentido a um enunciado lingüístico pelo falante/ouvinte. No processamento de enunciados vinculados a um contexto, o processo de interpretação irá incluir a atribuição de um referente ou classe de referentes para uma unidade semântica de natureza referencial (argumento). Este processo de interpretação será informado pelo conhecimento sintático e semântico passível de ser formalizado no âmbito de teorias lingüística assim como poderá levar em conta fatores relativos a condições de processamento específicas. É com esse sentido que o termo interpretação estará sendo utilizado aqui.

[2] As restrições à correferencialidade que se impõem a formas pronominais podem ser vistas como decorrentes de princípios da Gramática Universal, tal como expressos na Teoria da Ligação (Chomsky, 1981), assim como decorrentes do modo de realização da língua no discurso (cf. Kuno, 1985).

(b), o referente do pronome terá de ser buscado fora desse âmbito. Já em (c), há, na sentença, mais de um antecedente possível para o pronome, embora não se exclua a possibilidade de seu referente ser localizado fora desta. Cabe, portanto, a uma teoria do processamento lingüístico identificar os fatores que possam tornar uma dada interpretação preferencial entre os falantes da língua:

(a) João disse que *ele* é inteligente.
(b) *Ele* disse que João é inteligente.
(c) João disse a Paulo que *ele* é inteligente.

A atribuição de um referente para o pronome de terceira pessoa tem sido alvo de considerável interesse na literatura psicolingüística das últimas décadas (Arial, 1994; Caramazza & Gupta, 1979; Cowan, 1980; Garnham, 1987; Garnham & Oakhill, 1985; Greene et al., 1992; Sanford & Garrod, 1989). A interpretação de um pronome em tarefas de compreensão é, tradicionalmente, concebida, como um problema de *seleção*. Ou seja, o "processador de linguagem" deverá selecionar um dentre mais de um antecedente possível para o pronome. Diferentes estratégias cognitivas viriam explicar os critérios de seleção adotados pelo falante/ouvinte da língua diante da ambigüidade da forma pronominal. Fatores semânticos, plausibilidade de eventos no universo de referência (Caramazza & Gupta, 1979; Garnham et al., 1992)[3], assim como fatores formais, tais como paralelismo sintático (Sheldon, 1974; Cowan, 1980; Smyth, 1993) têm sido apontados como relevantes para a caracterização de estratégias de seleção de antecedentes para formas pronominais.

Alternativamente, a interpretação de formas pronominais pode ser vista como decorrente da recuperação privilegiada ("automática") da representação[4]

[3] Tradicionalmente, a identificação de antecedentes que leva em conta propriedades semânticas de verbos é vista como um procedimento estratégico (cf. Caramazza & Gupta, 1979). Este entendimento do processo de interpretação não é, contudo, necessário. Se o reconhecimento lexical atualizar uma determinada grade de predicados que permita eliminar, de antemão, elementos do conjunto de antecedentes possíveis para uma forma pronominal, então a atuação de fatores de ordem semântica torna-se determinística e automática (no sentido de dependente de conhecimento lexical/gramatical) e não estratégica. O conceito de estratégia ficaria, assim, restrito a procedimentos que levassem em conta fatores tais como a *plausibilidade de eventos* no mundo de referência.

[4] O termo *representação* refere-se a uma entidade mental mantida por um sistema de memória, seja temporariamente, durante a realização de uma tarefa cognitiva, seja a longo termo. Representações mentais são resultantes de processos cognitivos tais como percepção e processamento de informação (em sentido amplo), servindo também de *input* no processamento. Trata-se, portanto, de um construto teórico que advém de uma concepção de *mente* como sistema de natureza simbólica e computacional, que corresponde a um nível funcional de teorização acerca dos processos cognitivos, que se materializam na atividade cerebral.

BEST COPY AVAILABLE

de um particular referente mantida ativada na memória de trabalho, dado que condições de processamento específicas promoveriam acesso diferenciado às representações dos possíveis referentes da forma pronominal (Arial, 1994; Greene et al., 1992). Estudos com movimentos regressivos dos olhos na leitura sugerem, por exemplo, que a representação correspondente ao referente tematizado no discurso se torna imediatamente acessível para a interpretação de um pronome sujeito quando do reconhecimento deste e que a verificação da adequação dessa interpretação em termos de coerência ou plausibilidade de eventos se dá num segundo momento, acarretando um maior número de movimentos regressivos dos olhos quando se constata uma inadequação (Garrod et al., 1994).

A literatura acerca da interpretação de formas pronominais parece, pois, apresentar uma controvérsia quanto ao modo como pronomes sujeito são interpretados — por estratégias de seleção de antecedentes lingüísticos ou pelo acesso privilegiado a uma dada representação (não necessariamente de uma forma antecedente) na memória de trabalho. Entretanto, tais procedimentos não precisam ser vistos como excludentes. Condições de processamento específicas podem favorecer um ou outro procedimento de interpretação. Enquanto estudos voltados à caracterização de estratégias de seleção tendem a lidar com pares de sentenças isolados, estudos que enfatizam a acessibilidade relativa de representações passíveis de interpretar uma forma pronominal são, geralmente, baseados em tarefas de compreensão de textos. É possível, pois, que propriedades do contexto sintático e/ou discursivo no qual a forma pronominal ocorre permitam definir as condições específicas nas quais representações correspondentes a um antecedente lingüístico (um SN) dessa forma e representações mais abstratas (não sintagmáticas) de um possível referente para a mesma sejam recuperadas.

O presente estudo tem como objetivo distinguir as condições de processamento que favorecem o uso de um ou outro procedimento de interpretação. Diferentemente da maioria dos estudos acerca do processamento de formas pronominais, nos quais estas são tratadas de forma indiferenciada, no que diz respeito à função sintática do SN que as apresenta, este estudo concentra-se nas formas pronominais sujeito. Ainda diferentemente daqueles, cuja língua de referência é o inglês, este estudo explora o contraste que falantes de português estabelecem entre a forma manifesta do pronome de 3ª pessoa e a não manifesta (*pro*) em contextos específicos.

Formas pronominais sujeito são particularmente relevantes para uma teoria do processamento lingüístico que vise a prover um tratamento integrado

BEST COPY AVAILABLE

para procedimentos operativos na interpretação de formas anafóricas[5] no âmbito da sentença e no âmbito do discurso. Por um lado, um SN sujeito em posição inicial na sentença introduz uma representação a ser mantida particularmente ativada (em foco) durante o processamento do enunciado. Por outro, o processamento de um SN sujeito que contenha um termo anafórico pode permitir a pronta atualização da representação de seu referente[6], mantida

[5] Toma-se aqui o sentido tradicional de *anáfora*. Formas nominais definidas e formas pronominais manifestas e não manifestas serão consideradas formas ou termos anafóricos tendo em vista que não há, no presente contexto, necessidade de se estabelecer uma distinção gramatical em função da oposição entre os traços *pronominal* e *anafórico*, tal como introduzida no contexto da teoria gerativa (Chomsky, 1981, p. 330).

[6] A possibilidade de um SN sujeito em posição inicial na sentença ter seu referente imediatamente acessado é objeto de controvérsia (cf. Altmann, 1989). Esse problema tem sido discutido especificamente em relação ao processamento de SNs com modificadores restritivos tais como Spreps e orações relativas, nos quais um contexto referencial apropriado (no qual o modificador permita a identificação de um particular referente, ou, em outras palavras, no qual todas as pressuposições referenciais do SN sejam satisfeitas) pode ou não atuar nas preferências do *parser*, ao decidir em que nó da estrutura sintática atribuída ao enunciado (*qua* sentença) um dado sintagma deva ser associado. O Princípio (de *parsing*) do Apoio Referential (Principle of Referencial Support") foi formulado para explicar essas preferências (Altmann & Steedman, 1988) , nos seguintes termos: "Uma análise de SN que tenha apoio referencial será preferida a uma que não o tenha" (Altmann & Steedman, 1988, p.201, tradução nossa). Assim sendo, o princípio prevê que a necessidade de identificar um dentre mais de um possíveis referentes para um NP potencial determina se um sintagma estruturalmente ambíguo será processado ou não como modificador do nome. Por outro lado, Clifton & Ferreira (1989) apresentam resultados que sugerem que informação contextual (como a de haver mais de um possível referente para um SN potencial) não impedem efeitos de "*garden-path*" (labirinto) decorrentes da atuação do Princípio (de *parsing*) da Associação Mínima (Minimal Attachment), segundo o qual, diante de uma ambigüidade estrutural, o *parser* privilegia uma análise na qual não é necessária a criação de um novo nó estrutural (no marcador frasal que está sendo construído durante o processamento sintático da sentença) para a associação do sintagma que admite ambigüidade de análise, independentemente de qual seja a informação contextual disponível. Em Corrêa (1995), o padrão de respostas de crianças para sentenças com orações relativas em SN sujeito e objeto em diferentes tarefas experimentais foi interpretado à luz de um modelo de *parsing* no qual o processamento de SNs em sentenças a serem interpretadas em contexto promove a busca de um referente para este antes que o processamento da oração seja concluído. O comportamento de crianças ao imediatamente pegar o objeto referido enquanto a sentença teste estava sendo proferida é compatível com a idéia de mapeamento imediato. Contudo, essa possibilidade não necessariamente impede efeitos de *garden path* em sentenças cuja forma induza preferencialmente uma particular análise, tendo em vista que o ouvinte/leitor tem acesso a informação subsequente a possíveis fronteiras de SN e o fechamento de um SN numa possível fronteira pode depender de um procedimento de *look-ahead* (cf. Corrêa, 1995). Assim sendo, o quão imediato é o acesso ao referente de um SN poderá depender de fatores tais como a compatibilidade da forma da sentença com o fechamento de um SN numa particular fronteira potencial (i.e. após um N, um Adj., um SPrep...), o comprimento do SN potencial e sua posição na oração. Dessa forma, a recuperação do referente de um SN sujeito enquanto uma sentença é processada não necessariamente implica a interferência de informação contextual na condução do *parsing*, como o debate na literatura faz crer (cf. Clifton & Ferreira, 1989; Steedman & Altman, 1989).

BEST COPY AVAILABLE

ativada em um particular nível de atividade da memória de trabalho operativa no processamento do discurso[7].

A concepção de memória de trabalho operativa no processamento lingüístico aqui assumida foi esboçada em Corrêa (1993). Distinguem-se três níveis de atividade da memória de trabalho atuando paralelamente. Um nível que mantém informação de natureza lexical e sintagmática (chamado memória imediata), que corresponde ao componente de curto-prazo da memória de trabalho; outro (chamado intermediário) que mantém um dado referente em foco de modo a integrar a informação apresentada em um segmento discursivo[8] e um terceiro, a partir do qual a produção discursiva como um todo seria monitorada (nível temático). Neste, estaria mantida ativada a representação do tópico do discurso e/ou dos referentes em torno dos quais o discurso se organiza — elemento(s) temático(s).

[7] Entende-se por *memória de trabalho* um sistema de memória que possibilita a manutenção temporária de representações mentais formadas durante o desempenho de uma tarefa cognitiva. O conceito de memória de trabalho não se encontra definido de forma única na literatura (cf. Logie, 1996, para diferentes conceitos de memória de trabalho e sua evolução). Contudo, existe razoável consenso quanto: (i) necessidade de supor um sistema dessa natureza no processamento de informação; (ii) à necessidade de um modelo de memória de trabalho incorporar um componente de curto-prazo: (iii) à possibilidade de representações serem mantidas em diferentes graus de ativação e com estabilidade diferenciada; (iv) à necessidade de uma estratificação do sistema em função da natureza das atividades desempenhadas e (v) à necessidade de o sistema incorporar um elemento gerenciador do processamento de informação. O modelo de memória de trabalho aqui assumido é compatível com esses pressupostos. Foi concebido com o intuito de prover um aparato teórico que facilite o tratamento integrado da atividade de processamento em nível sentencial e em nível discursivo.

[8] *Segmento discursivo* é entendido como uma unidade de processamento que promove o desenvolvimento de um plano temático e na qual a referência a um tópico é mantida. Essa unidade é usualmente delimitada por um marcador discursivo ou por um SN definido e pode se restringir a uma sentença. O termo *foco* é aqui usado para caracterizar representações (caracteristicamente de origem nominal) mantidas em estado de intensa ativação na memória de trabalho para as quais converge a informação processada em uma dada unidade discursiva, oracional ou frasal. Este sentido não está necessariamente associado à carga informacional do enunciado nem à posição final na sentença (cf. Jarvella & Elgenkamp, 1983, para uma revisão do conceito de natureza informacional de foco). Assume-se que o primeiro SN de uma sentença introduz a representação a ser, a princípio, posta em foco ao longo do processamento de uma unidade sentencial ou discursiva. Este estado pode, contudo, ser temporária ou definitivamente alterado à medida que a unidade em questão é processada. Os fatores que promovem a alteração do foco da referência ainda não se encontram satisfatoriamente identificados. Formas nominais definidas em SN sujeito tendem a alterar o foco da referência e o tipo de oração na qual esse SN ocorre pode determinar o escopo dessa alteração (cf. Corrêa, 1993). O aspecto do verbo pode também contribuir para que uma dada representação permaneça ou não como foco da referência (Corrêa, projeto em andamento (CNPq523434/96)). Assim sendo, do modo como o termo *foco* é entendido aqui, aquilo que é tradicionalmente caracterizado como *tópico* ou *tema* de um enunciado estaria, *by default*, em foco na memória de trabalho do falante/ouvinte.

BEST COPY AVAILABLE

Assim sendo, em (d), o pronome sujeito, mantido em foco na memória imediata, recupera o elemento tematizado no discurso, mantido no nível mais "alto" da memória de trabalho. Em (e), o pronome (em itálico) não só pode ser visto reintroduzindo o elemento tematizado no discurso como também recuperando a representação correspondente ao referente do SN que dá início ao desenvolvimento do segmento discursivo (delimitado pelo marcador temporal "ontem") — mantida ativada num nível "intermediário" da memória de trabalho. Diante de (e), cabe perguntar que representação é recuperada por uma forma pronominal sujeito e se o fato de um mesmo referente estar representado em mais de um nível de atividade da memória afeta sua recuperação. O presente estudo volta-se especificamente para estas questões, ao considerar os contextos sintáticos e discursivos nos quais possam ser operativos procedimentos de interpretação baseados na acessibilidade relativa de diferentes representações de possíveis antecedentes para a forma pronominal:

(d) João é jornalista. *Ele* deverá integrar a equipe que fará a cobertura da Copa do Mundo.
(e) João é jornalista. Ele deverá integrar a equipe que fará a cobertura da Copa do Mundo. Ontem, João assistiu atentamente ao jogo da Seleção. *Ele* pretende caracterizar a tática do time.

Quanto ao uso do português, esse se faz instrumental para a caracterização das condições de processamento nas quais procedimentos independentes de língua possam ser operativos. O português, como língua marcada positivamente pelo parâmetro *pro-drop*[9] (Chomsky, 1981), apresenta duas possíveis formas pronominais sujeito independentemente do status sintático da oração em questão — o pronome pleno e *pro* também chamado *sujeito nulo* ou anáfora zero (Ø)[10]. Um contraste entre *pro* e pronome, passível de ser estabelecido por falantes de português em contextos específicos, tais como em orações coordenadas (cf. (f-g)), permite clarificar questões relativas a procedimentos de interpretação de forma pronominais que não admitem tratamento objetivo com base em línguas, tal como o inglês, marcadas negativamente por esse parâmetro. Assim sendo, o presente estudo vem explorar

[9] Existe evidência de que o português esteja evoluindo de uma marcação positiva para uma negativa dentro deste parâmetro. Esta evolução se manifesta, contudo, caracteristicamente na primeira e na segunda pessoas, como demonstrado em estudo diacrônico (Duarte, 1993).

[10] A forma fonologicamente nula *pro* apresenta-se em correspondência ao pronome pessoal manifesto e distingue-se da categoria vazia PRO, que representa o sujeito do infinitivo em estruturas de controle. Tendo em vista que a caracterização gramatical de categorias vazias facilita a articulação entre modelos de gramática e modelos de processamento, assume-se, neste estudo, a caracterização gramatical de *pro*, preferindo-se este termo ao seu equivalente, menos comprometido teoricamente, Ø

BEST COPY AVAILABLE

o contraste *pro*/pronome em português como meio de distinguir procedimentos de interpretação dependentes do acesso a representação de um antecedente lingüístico (um SN) de procedimentos de interpretação que recuperam a representação do referente, dispensando o acesso a uma forma lingüística[11]:

(f) João$_j$ chamou Paulo$_k$ e *pro*$_j$ atravessou a rua.
(g) João$_j$ chamou Paulo$_k$ e *ele*$_k$ atravessou a rua.

Toma-se como hipótese de trabalho que diferenças quanto à natureza dos procedimentos através dos quais formas pronominais sujeito são interpretadas no âmbito da sentença e do discurso são função do tipo de representação mais imediatamente acessível quando do reconhecimento daquelas — a representação da oração que contém possíveis antecedentes lingüísticos (SNs) para estas formas ou a representação (não sintagmática) de referentes introduzidos (ou passíveis de serem inferidos) no discurso, a qual se mantenha particularmente ativada na memória de trabalho enquanto o discurso é processado. O acesso à primeira favoreceria o uso de procedimentos, tais como estratégias de seleção, que levem em conta informação de natureza lexical e propriedades formais daquela oração[12]. Na impossibilidade de acesso a esse tipo de representação, a recuperação da representação de um referente para uma forma pronominal sujeito ficaria sujeita a condições de acessibilidade a serem definidas levando em conta fatores tais como a organização discursiva e alterações de foco com a introdução de informação nova[13]. Diante desta hipótese, é possível conceber um tratamento unificado para a interpretação de formas pronominais sujeito em âmbito sentencial e discursivo, que se beneficie de resultados obtidos pela pesquisa psicolingüística em cada um desses níveis, conduzida, tradicionalmente, de forma independente — proposta que orienta a pesquisa na qual se integra o presente estudo.

[11] A interpretação de formas pronominais pode não envolver a identificação ou seleção de um antecedente lingüístico. No exemplo abaixo, o referente do pronome/*pro* é inferido pelo ouvinte/leitor a partir de informação recém-processada, levando em conta esquemas de conhecimento atualizados na compreensão da linguagem. Representações de natureza conceptual inferidas ou particularmente ativadas na memória de trabalho podem, assim, interpretar uma forma pronominal (Garnham & Oakhill, 1992). — Onde posso encontrar um prato? — Eles/*pro* estão na segunda prateleira do armário.

[12] Essas mesmas condições se aplicam a procedimentos de natureza gramatical tais como os que interpretam reflexivos e constituintes vazios em construções com "gaps", como relativas.

[13] Essas condições também se aplicam a procedimentos de natureza estratégica que levem em conta fatores que remetam ao "modelo de mundo" do falante/ouvinte.

BEST COPY AVAILABLE

Dois experimentos são relatados. O Experimento 1 visa a verificar se o estabelecimento de um contraste entre *pro* e pronome é facilitado pela presença de um vínculo sintático entre as duas orações de um par crítico, no qual a segunda oração contém uma forma pronominal sujeito e a primeira, possíveis antecedentes para esta. Visa também a verificar se é possível caracterizar a acessibilidade relativa de possíveis antecedentes para a forma pronominal, levando em conta o referente tematizado no discurso no qual o par crítico se insere e o referente posto em foco no segmento discursivo correspondente a este.

O Experimento 2 lida exclusivamente com a interpretação de formas pronominais sujeito em orações sintaticamente independentes. Diferentemente do Experimento 1, o contexto discursivo criado permite distinguir o sujeito da oração imediatamente anterior à que contém uma forma pronominal sujeito do elemento posto em foco no segmento discursivo em questão. Este experimento tem como objetivo identificar o tipo de representação que se apresenta preferencialmente acessível para a interpretação de pronomes sujeito de orações independentes, levando em conta três níveis de atividade da memória de trabalho no processamento do discurso (cf. Corrêa, 1993). Visa ainda a verificar se a introdução de um elemento novo, tomado como referente do sujeito da oração imediatamente anterior à que contém a forma pronominal, facilita o estabelecimento do contraste *pro*/pronome em nível discursivo.

Nas sessões que se seguem, as considerações teóricas que orientam o estudo aqui relatado são apresentadas. Em 1, a generalidade da *estratégia da função paralela* em diferentes ambientes sintáticos e entre línguas será discutida em relação ao contraste *pro*/pronome em português. A dependência a essa estratégia no processamento de formas pronominais será tida como condicionada a propriedades do sistema pronominal da língua em questão e a condições de acesso a um representação de natureza sintagmática da oração que contém os possíveis antecedentes para a forma pronominal. As condições de processamento que garantiriam sua operacionalidade são, não obstante, tidas como necessárias à operacionalização de procedimentos de interpretação que levem em conta propriedades formais do estímulo lingüístico, tal como o procedimento adotado por falantes de português em contextos específicos. Este pressuposto justifica o fato de o contraste *pro*/pronome ser tomado como critério para que se distinga o acesso a uma representação de natureza sintagmática do acesso a uma representação mais abstrata do referente da forma pronominal. Em 2, explicita-se a concepção de processamento lingüístico subjacente a esse critério e às hipóteses dos experimentos relatados.

1. A *estratégia da função paralela* e o contraste *pro*/pronome em português

Dentre as estratégias de seleção apontadas como operativas na interpretação de formas pronominais, destaca-se a *estratégia da função paralela* (Sheldon, 1974; Caramazza et al., 1979; Cowan, 1980; Smyth, 1993). Segundo esta, o ouvinte tenderia a tomar como antecedente de um pronome referencial o SN cuja função sintática coincide com a deste. Assim, um pronome sujeito seria tomado como correferencial a um SN sujeito, um pronome objeto a um SN objeto e assim por diante[14].

Os estudos que atestam a dependência do ouvinte a essa estratégia, conduzidos em inglês, apresentam pares de orações coordenadas assim como com pares de orações nos quais a segunda é introduzida por *and then*, o que sugere haver entre elas um vínculo mais discursivo do que sintático[15]. A natureza do vínculo entre orações pode, contudo, atuar no tipo de representação recuperada na interpretação da forma pronominal. A presença de um vínculo sintático facilita a manutenção da forma (representação de natureza sintagmática) da primeira oração de um par. Na ausência desse vínculo, tal representação pode ser submetida a um processo de esvaecimento mais imediato, mantendo-se ativada apenas a representação semântica oriunda da mesma (Flores d'Arcais, 1978). Assim sendo, é possível que o efeito de um paralelismo sintático fique restrito a ambientes nos quais a manutenção da representação da forma de uma oração na memória imediata é garantida — tais como entre orações sintaticamente vinculadas. Em outros ambientes — como entre orações independentes, a interpretação do pronome como

[14] A estratégia da função paralela foi originalmente formulada por Sheldon (1974) em relação à suposta atribuição de uma função sintática para o pronome relativo por crianças em tarefas de compreensão. Este procedimento foi indevidamente generalizado para a interpretação do pronome sujeito em orações coordenadas e foi com o sentido assumido ao descrever esse processo que tal estratégia foi absorvida na literatura (cf. Corrêa, 1995). É, portanto, o procedimento de interpretar um pronome pessoal como correferente de um SN de mesma função (e não a atribuição da função sintática do antecedente a um pronome relativo) que estará sendo considerado no presente artigo.

[15] Não é claro o status gramatical da coordenação. Sua caracterização gramatical constitui um problema teórico de difícil solução e sua identificação no discurso oral é problemática (Rodrigues, 1996). Parece que o contorno entonacional que torna ou não pares de orações um grupo tonal pode ser tomado como um fator crucial na distinção entre uma coordenação sintática e uma concatenação discursiva por meio de marcadores como *e*, *e então*, etc. É possível, pois, que a coordenação seja mais apropriadamente caracterizada na interface sintaxe/fonologia. A principal implicação do fator prosódico para o processamento lingüístico seria o acesso diferenciado à representação sintagmática a primeira oração do par na memória de trabalho. As condições de processamento associadas à coordenação estão sob investigação (Corrêa, projeto de pesquisa em andamento (CNPq523434/96)).

BEST COPY AVAILABLE

correferente do sujeito da oração anterior pode advir de um procedimento que recupere a representação mantida particularmente ativada (em foco) durante o processamento do segmento discursivo equivalente ao par de orações e não de um procedimento que leve em conta um critério sintático. Essa distinção viria a comprometer a generalidade da estratégia da função paralela sugerida pelos dados dos estudos conduzidos em inglês.

A generalidade da estratégia da função paralela parece ser ainda afetada pelas especificidades da língua em questão. Falantes de português, ao contrário de falantes de inglês, não parecem recorrer a um paralelismo sintático quanto da interpretação do pronome sujeito em ambientes sintáticos específicos, tais como em orações coordenadas. A interpretação *paralela* tende a ficar restrita à interpretação de *pro* enquanto que o pronome parecer ser percebido como uma forma "marcada" que altera a referência estabelecida pelo sujeito da oração anterior (cf. (f-g)).

Esse contraste, que é intuitivamente captado por falantes da língua, foi identificado experimentalmente no estudo piloto anterior (Corrêa, 1989). Neste, verificou-se que falantes de português tendem a interpretar o pronome sujeito como correferente de um SN diferente do sujeito da primeira oração em orações coordenadas e que uma diferenciação entre a interpretação destas formas se manifesta em outros ambientes sintáticos, tais como orações temporais. Verificou-se ainda que esse contraste tende a ser neutralizado quando as orações são sintaticamente independentes e, independentemente do vínculo sintático, quando a primeira oração do par encontra-se na voz passiva. A maior demanda gerada pelo processamento de uma oração na voz passiva poderia acarretar a perda da representação da mesma da memória imediata, levando assim à recuperação da representação do referente do primeiro SN da sentença, a qual estaria mantida em foco, ou seja, particularmente ativada, na memória de trabalho.

O comportamento de falantes de português na interpretação do pronome sujeito de orações sintaticamente vinculadas foi, naquele estudo, caracterizado como decorrente de uma estratégia *reverso da função paralela* (ou seja, recupere um SN não-sujeito), a qual adviria do fato de a língua apresentar formas pronominais alternativas (manifesta e não manifesta). O pronome seria interpretado por um SN diferente do sujeito da oração precedente dado que a interpretação de *pro* de 3a pessoa tende a ser vinculada ao sujeito da primeira oração, no caso de coordenadas, ou ao sujeito da oração principal.

A vinculação de *pro* (particularmente de *pro* de 3a pessoa) ao sujeito da

oração principal pode remeter ao modo como este é representado gramaticalmente, não necessariamente como um pronome e sim como uma variável (Novaes, 1996, Figueiredo Silva, 1994, apud Novaes, 1996). Tal representação gramatical serviria de base para um procedimento determinístico de interpretação no processamento lingüístico. Contudo, observam-se casos nos quais a interpretação de *pro* oferece ambigüidade (cf. h-i), o que sugere ter a interpretação contrastiva de *pro* e pronome um caráter mais funcional do que estritamente gramatical[16].

(h) Maria avistou Paula quando *pro* atravessava a rua.
(i) Carlos comunicou a Pedro que *pro* foi despedido.

Duarte (1993) observa que, tal como no italiano (Calabrese, 1986, apud Duarte, 1993), há uma complementaridade entre o uso do pronome pleno e a ocorrência de sujeito nulo de 3a pessoa — *pro* recuperaria um "referente esperado" enquanto que o pronome pleno marcaria uma alteração da referência. Tal complementaridade foi observada em dados relativos à produção de narrativas por adultos e crianças (Corrêa, 1993; 1996), sendo constatado ainda que a presença de um constituinte adverbial entre o sujeito e o verbo, ou qualquer tipo de alteração da ordem canônica, torna o pronome correferente ao sujeito da oração anterior. Parece, portanto, que havendo alguma alteração local de foco, pela anteposição de constituintes, o pronome promove uma nova alteração do mesmo, recuperando o sujeito da primeira oração do par em questão.

A funcionalidade adquirida pela oposição entre *pro* e pronome pode, não obstante, estar fundada numa assimetria de formas passível de ser caracterizada gramaticalmente em contextos específicos, tais como em (j-l). Essa assimetria, identificada originalmente em Espanhol, levou à formulação de uma restrição ao pronome manifesto (Overt Pronoun Constraint, Montalbetti, 1984), que, em sua formulação mais geral, estipula que "pronomes manifestos

[16] O tipo de representação gramatical do sujeito nulo que melhor capta o conhecimento lingüístico do falante de português é objeto de controvérsia. Enquanto Duarte (1995, *apud* Novaes, 1996) defende a proposta de o sujeito nulo ter natureza pronominal independentemente de pessoa, Figueiredo Silva (1994, *apud* Novaes, 1996) apresenta argumentos a favor da possibilidade de o sujeito nulo em português ter, também independentemente de pessoa, status de variável. Novaes (1996), por outro lado, considera que o sujeito nulo pode ser representado como pronome, no caso da 1a pessoa (tendo, assim, referência autônoma do sujeito da matriz em orações dependentes) e como variável no caso da 3a. Contudo, a possibilidade de haver sujeito nulo em orações relativas com foco no objeto (reconhecida em Novaes, 1996, p. 103), assim como a ambigüidade da referência de *pro* nos exemplos (h-i) deste artigo, trazem dificuldades para essa proposta.

BEST COPY AVAILABLE

não admitem variáveis formais[17] como antecedentes" (Montalbetti, 1984, p.187).

(j) Quem t_i acha que pro_i é inteligente?
(l) * Quem t_i acha que ele_i é inteligente?

Diante dessas observações, uma estratégia *reversa à função paralela* para a interpretação de pronomes por falantes de português pode ser vista como um procedimento que explora a funcionalidade adquirida pelo contraste entre *pro* e pronome na língua, o qual pode ser caracterizado gramaticalmente em contextos específicos.

A dependência de falantes de inglês a um paralelismo sintático (ou configuracional), por outro lado, adviria do fato de não haver parâmetros lingüísticos dessa natureza subjacentes aos procedimentos de interpretação. Segundo Smyth (1993), um efeito de *priming* (ativação/ reativação), oriundo da semelhança formal entre as duas orações do par contendo possíveis antecedentes e pronome respectivamente, explicaria a dependência do ouvinte/leitor ao um paralelismo de funções sintáticas na interpretação do pronome. A reativação da representação da forma da primeira, mediante o processamento da segunda oração, levaria à interpretação do pronome como correferente do SN de mesma função sintática na oração anterior. A vinculação de um efeito de *priming* à estratégia da função paralela não é, contudo, necessária. Assumindo-se que, havendo um efeito de *priming*, este ocorreria independentemente da língua em questão, o contraste *pro*/pronome em português parece indicar que a utilização de paralelismo de funções como critério para a interpretação do pronome está condicionada à impossibilidade de uma interpretação contrastiva para o pronome na língua.

2. Pressupostos e hipóteses

Uma melhor compreensão do raciocínio subjacente às hipóteses dos experimentos aqui relatados requer a explicitação dos pressupostos teóricos que as orientam. Estes remetem à literatura psicolingüística acerca do processamento sentencial, tal como discutida em função da *hipótese oracional* (Fodor, Bever & Garrett, 1974; Jarvella, 1971; Marslen-Wilson et al., 1978, Flores d'Arcais, 1988.), à pesquisa acerca da memória de trabalho operativa no processamento lingüístico (cf. Gathercole & Baddeley, 1993; Logie,1996),

[17] Variável formal é definida em Montalbetti (1984), tal como em (Higgenbothan, 1983), como uma categoria vazia proveniente de movimento de quantificador.

assim como a resultados de estudos voltados ao processamento do discurso que levem em conta a noção de *acessibilidade* (Arial, 1994; Greene et al., 1992; Garrod et al. (1994)).

Assume-se, basicamente, que o processamento em nível sentencial requer uma representação de natureza lexical do enunciado em processamento, a qual serve de base à criação de uma representação de natureza sintagmática decorrente do *parsing* (processamento sintático) de unidades lexicais em unidades oracionais (ou sintagmáticas). A finalização do *parsing* de uma unidade sintática que possa adquirir autonomia semântica, ou o fechamento (Kimball,1973) de uma oração semanticamente completa, permite que a representação de natureza sintagmática da mesma seja (re)representada em maior grau de abstração em relação ao estímulo de origem, ou seja, como uma representação de natureza semântica (em sentido estrito)[18] . A existência de uma (re)representação semântica facilita o esvaecimento da representação de natureza sintagmática recém processada da memória de trabalho (Flores d'Arcais, 1978; Marslen-Wilson et al., 1978).

O processamento sintático é, portanto, dependente do acesso a unidades lexicais ou sintagmáticas do enunciado analisado, as quais tendem a se tornar pouco acessíveis após o fechamento de uma unidade semanticamente completa. Considera-se, contudo, que o processador de linguagem (*parser*), a cada possível fronteira oracional, verifica o contexto subseqüente de modo a garantir a manutenção de informação de natureza sintagmática na memória imediata caso esta venha a ser necessária em processamento futuro (Corrêa, 1995). A sinalização de um vínculo sintático entre orações promoveria, então, a manutenção da representação sintagmática da oração recém-processada quando do processamento da oração subseqüente, facilitando, assim, a recuperação de antecedentes lingüísticos (SNs) de formas pronominais e o efeito de fatores de natureza sintática nesse processo.

Assume-se ainda que quando enunciados são processados no discurso, a

[18] Considera-se necessário distinguir dois tipos de representação semântica — uma representação semântica em sentido estrito, que seria decorrente do *parsing* (processamento sintático) do enunciado aliado a um processamento semântico de base lexical e uma representação semântica em sentido amplo, a qual seria decorrente do relacionamento da primeira com o contexto de enunciação, com o conhecimento "enciclopédico" do ouvinte, assim como com outras representações semânticas presentes na memória de trabalho ao longo do processamento do discurso. Não está claro, contudo, a partir de que ponto do processamento lexical e do *parsing* representações semânticas em sentido estrito se relacionam com informações/representações de outras fontes. Em particular, não está claro se a relação entre o enunciado processado e o universo de referência se dá após o processamento sintático e semântico de uma unidade oracional ou se há um mapeamento imediato de SNs, como expressões referenciais, assim que estes são processados (cf. nota 5).

BEST COPY AVAILABLE

identificação ou criação da representação de referentes a partir do processamento de SNs como expressões referenciais dá origem a representações de natureza conceptual, as quais são mantidas particularmente ativadas na memória de trabalho, em função de sua relevância como elementos estruturadores do discurso, de modo a permitir o encadeamento da informação processada e sua vinculação ao tópico discursivo. Representações correspondentes a um elemento temático ou postas em foco num segmento discursivo seriam, então, mantidas particularmente ativadas ao longo do processamento do discurso (Greene et al., 1992; Garrod et al., 1994; Jarvella & Nelson, 1982; Marslen-Wilson & Tyler, 1993).

Diante deste quadro, a interpretação de um pronome sujeito por meio de estratégias de seleção que, tal como a *estratégia da função paralela* e o que se apresenta como seu *reverso* (ou seja, a recuperação de um não-sujeito), pressuponham acesso a uma representação de natureza sintagmática da oração contendo possíveis antecedentes, fica restrita a condições de processamento específicas. A presença/ausência de um vínculo sintático entre a oração contendo o pronome sujeito e a anterior pode, assim, atuar na definição dessas condições. O pronome sujeito em orações sintaticamente vinculadas tenderia a ser interpretado a partir de uma estratégia de seleção de um antecedente dentre os possíveis antecedentes presentes na oração imediatamente anterior a que contém o pronome. Na ausência de um vínculo sintático, o progressivo esvaecimento da representação de natureza sintagmática da oração que precede a que contém o pronome sujeito dificultaria o acesso a SNs alternativos à representação em *foco*, usualmente, equivalente a do referente de um SN sujeito.

Não está claro, contudo, o quanto esta representação (do sujeito/foco da oração anterior a que contém uma forma pronominal sujeito) se mantém como a mais imediatamente acessível em diferentes contextos discursivos. Estudos baseados na compreensão de pequenos textos apresentam o tópico do discurso ou, mais particularmente o elemento temático (referente em torno do qual o discurso é construído) como a representação mais imediatamente accessível na interpretação de formas pronominais (Garrod et al., 1994; Marslen-Wilson et al., 1993.). Estudos baseados na produção narrativa de crianças divergem entre a recuperação predominante de um sujeito temático por meio de pronomes (Bamberg, 1986; Karmiloff-Smith, 1981) e a recuperação do elemento tomado como *foco* de um segmento discursivo[19] (Corrêa, 1996) semelhantemente ao que é observado na produção narrativa de adultos

[19] Ver nota 8.

(Corrêa, 1993). Um estudo experimental sobre a compreensão de um pronome sujeito em situação de diálogo por adultos falantes de português sugere, por outro lado, que a condição mais favorável à interpretação de uma forma pronominal é aquela em que o elemento temático e o foco do segmento discursivo coincidem (Silveira, 1996). É possível, portanto, que o grau de ativação da representação de um dado referente varie em função dos níveis de atividade da memória de trabalho nos quais esta se mantenha ativada. Assim sendo, referentes cuja representação se mantenha ativada em mais de um nível de atividade da memória no processamento discursivo se tornariam mais accessíveis quando da interpretação de uma forma pronominal.

Duas hipóteses são, assim, formuladas a partir dessas considerações: (i) a de que o vínculo sintático entre orações define condições de processamento que possibilitam o uso de estratégias de seleção de um SN como antecedente de um pronome sujeito; (ii) a de que a acessibilidade da representação de um dado referente passível de interpretar uma forma pronominal varia em função de seu grau de ativação na memória de trabalho.

No que diz respeito ao processamento do discurso, foram, até então, consideradas representações que adquirem relativa estabilidade na memória de trabalho, tal como a de um elemento temático e do elemento mantido em foco em um particular segmento discursivo. Não está claro, contudo, como a introdução de um referente novo atuaria na acessibilidade relativa daquelas representações. Uma hipótese tentativa (iii) é a de que um referente novo cria uma alteração de foco local que afeta a acessibilidade daquelas representações na interpretação de formas pronominais. O quanto a interpretação de *pro* e do pronome é afetada pela introdução de um referente novo no discurso é uma questão a ser aqui investigada.

3. Experimentos

Antes do relato dos experimentos cabe uma observação metodológica. Estes experimentos devem ser vistos como ensaios para experimentos com técnicas adequadas à captação de efeitos *on line* de reativação de uma dada representação e de tempo de processamento. Dificuldades de ordem operacional impossibilitaram o uso dessas técnicas num primeiro momento da pesquisa. Assim sendo, optou-se por proceder ao teste das hipóteses acima formuladas, por meio da técnica tradicional de experimentos de compreensão com adultos — pergunta-resposta *off-line*, ou seja, após o estímulo lingüístico ter sido processado, a despeito das limitações da mesma. Conseqüentemente, a abor-

dagem à questão da acessibilidade que se torna viável aqui é considerar que a seleção/recuperação de um dado referente é evidência de que este se encontra accessível quando da interpretação da forma pronominal e que a maior freqüência na recuperação de um dado referente para esta forma sugere que o acesso a sua representação é preferencial, embora não necessariamente exclusivo ou imediato.

3.1. Experimento 1

3.1.1. Apresentação

O experimento que se segue visa a verificar se a presença/ausência de um vínculo sintático entre orações é um fator que atua no modo como formas pronominais sujeito são processadas. 3 ambientes sintáticos foram criados para o par crítico de orações — orações independentes, coordenadas e temporais. Coordenadas e temporais têm em comum o fato de ambas apresentarem a primeira oração do par como sintática e semanticamente completa. Assim, qualquer efeito do vínculo sintático sobre o modo de interpretação do pronome nessas orações e em orações sintaticamente independentes depende do reconhecimento de marcas tais como o conectivo e o contorno intonacional para que a primeira oração recém-processada seja mantida particularmente ativada na memória. Coordenadas e temporais distinguem-se, entretanto, sintaticamente (as primeiras não apresentando dominância entre si e as segundas sendo imediatamente dominadas pelo nó mais alto do marcador frasal correspondente à sentença) embora possam ser semanticamente equivalentes (dado que orações coordenadas podem apresentar uma relação temporal entre eventos sucessivos). Assim sendo, qualquer diferença entre coordenadas e temporais na interpretação de formas pronominais sujeito irá requerer um refinamento da variável *vínculo sintático* no que concerne às condições de processamento por ela definidas.

Dois tipos de formas pronominais foram utilizadas — formas manifestas de 3a pessoa do singular (ele/ela) e a forma não manifesta (*pro*). Parte-se da hipótese de que *pro* será preferencialmente interpretado como correferente ao sujeito da primeira oração do par crítico independentemente do vínculo entre orações.

Os pares críticos de sentenças (a primeira oração contendo possíveis antecedentes para uma forma pronominal e a segunda uma forma pronominal sujeito) foram inseridos num discurso mínimo, como exemplificado em (cf. Quadro 1). De modo a contrabalançar o referente do sujeito da primeira ora-

ção do par crítico entre os dois referentes já introduzidos no discurso, metade dos textos apresentaram o sujeito da primeira oração do par crítico tendo como referente aquele tomado como elemento temático ou tópico do discurso e outra metade com o sujeito da primeira oração do par crítico como correferente a um elemento não temático (até então secundário). Criou-se, assim, uma nova condição experimental, a ser chamada *grau de ativação*, como dois níveis, [+ ativado] (correspondendo à situação na qual o elemento temático e o sujeito da primeira oração do par crítico têm o mesmo referente), outro chamado [- ativado], quando o referente desses elementos não coincide.

Tem-se, portanto, três variáveis independentes, num *design* fatorial 3 (vínculo sintático) X 2 (forma pronominal) X 2 (grau de ativação), no qual o último é um fator grupal:

* vínculo sintático (independentes, coordenadas, temporais);
* termo anafórico (*pro* e pronome);
* grau de ativação (+ / -).

A variável dependente foi o número de respostas em que o pronome sujeito é interpretado como correferente do sujeito da oração anterior para uma pergunta relativa ao referente ao sujeito/agente do verbo na segunda oração do par crítico, como por exemplo, *quem viu?* Para facilitar a caracterização dessas respostas e o relacionamento dos presentes resultados com resultados anteriores, essas respostas serão chamadas de *respostas paralelas*, embora não necessariamente estas envolvam um paralelismo sintático (ou configuracional).

A hipótese de que o falante de português lida com uma distinção entre *pro* e pronome faz prever um maior número de respostas paralelas para *pro* do que para o pronome. Espera-se, contudo, que essa diferença seja particularmente manifesta em sentenças com vínculo sintático, em função da hipótese de que este fator pode definir as condições de acesso a representação de um SN alternativo ao sujeito da primeira oração do par.

Um efeito do *grau de ativação* da representação do referente do SN sujeito da primeira oração do par é previsto, com mais *respostas paralelas* na condição [+]. Esse efeito é, não obstante, previsto de ocorrer particularmente na interpretação do sujeito de orações independentes.

O quadro 1 apresenta exemplos dos textos utilizados, contrastando cada

condição experimental:

Orações independentes, com pro/pronome sujeito:

***Pedro** costuma ler jornal todo dia.*
Ele e Leonardo conversam muito sobre política.

(+ativado) Pedro avistou Leonardo no escritório. pro/*Ele* contou as últimas novidades e pro saiu.
(-ativado) Leonardo avistou **Pedro** no escritório. pro/*Ele* contou as últimas novidades e pro saiu.

Orações coordenadas, com pro/pronome sujeito:

***Emília** gosta de fazer exercícios.*
Ela e Cristina caminham na Lagoa.

(+ativado) Emília chamou Cristina e pro/*ela* atravessou o sinal vermelho.
(-ativado) Cristina chamou **Emília** e pro/*ela* atravessou o sinal vermelho.

Orações temporais, com pro/pronome sujeito:

***Alexandre** sempre estuda com interesse.*
Ele e Rodrigo vão todos os dias à faculdade.

(+ativado) Alexandre viu Rodrigo nos pilotis quando pro/*ele* mostrou o novo calendário escolar.
(-ativado) Rodrigo viu **Alexandre** nos pilotis quando pro/*ele* mostrou o novo calendário escolar.

Quadro 1: Exemplos de textos em todas as condições experimentais

3.1.2. Método

Sujeitos: 24 falantes adultos de português, estudantes universitários e profissionais de nível superior, com idades de 18 a 50 anos (média 29.4), dos quais 15 eram do sexo feminino foram testados. Os sujeitos foram divididos em dois grupos de 12 (com distribuição semelhante de homens e mulheres) correspondentes aos níveis da variável *grau de ativação*. Assim, um grupo recebeu apenas textos com o par crítico de orações na condição [+ ativado] e o outro grupo recebeu apenas textos com o par crítico na condição [- ativado].

Material: foram utilizados 24 textos diferentes: 12 tipos de textos cor-

BEST COPY AVAILABLE

respondentes a duas instâncias de cada uma das 6 condições decorrentes da manipulação de *vínculo sintático* e *forma* pronominal, os quais foram variados em função do fator *grau de ativação*, dando origem a dois conjuntos de textos. Cada um desses conjuntos de 12 textos foi destinado a um grupo de sujeitos, respectivamente. Os textos foram controlados quanto à estrutura sintática das sentenças, levando em conta a transitividade dos verbos, e quanto a possíveis direcionamentos semânticos ou relativos a plausibilidade de eventos. Cada versão dos textos foi impressa em uma ficha tamanho médio, de modo a facilitar a reordenação da ordem de apresentação dos textos a cada sujeito testado. As versões foram distribuídas de forma a cada sujeito ser submetido duas vezes a todas as condições experimentais, sem que um mesmo tipo de texto fosse repetido. Além dos textos experimentais, foram criados textos distratores (isto é, textos apresentados com o intuito de despistar os sujeitos quanto aos reais objetivos do teste e evitar que suas respostas aos textos experimentais sejam produto de estratégias decorrentes de seu entendimento dos objetivos do teste) com estrutura textual semelhante, para serem entremeados aos textos experimentais, seguidos de perguntas tais como *o que*, *onde*, em contraste com as perguntas com *quem* dirigidas aos textos experimentais.

Procedimento: Os sujeitos foram convidados a participar de um experimento sobre compreensão de linguagem. Foram instruídos a ouvir com atenção pequenos textos, apresentados pelo experimentador, de modo a responder a uma pergunta ao final. Três textos de aquecimento, dois destes seguidos de perguntas diferentes do tipo de pergunta da tarefa experimental, foram preparados. Em geral, após dois textos de aquecimento os sujeitos já se viam prontos a desempenhar a tarefa. Todos os textos e perguntas foram apresentados oralmente e as respostas também foram dadas oralmente. A apresentação oral foi preferida por considerar-se que nesta a não recuperabilidade de representações que se esvaem da memória imediata facilita o teste das hipóteses aqui formuladas. As respostas dadas pelos sujeitos também foram gravadas de modo a permitir que as anotações do experimentador fossem conferidas posteriormente. Caso os sujeitos pedissem para repetir um texto, este era passado para o fim da lista de textos. Caso corrigissem uma resposta, as duas eram registradas mas apenas a primeira computada, por corresponder ao referente mais imediatamente acessível. A ordem de apresentação dos textos experimentais foi aleatorizada, evitando-se, contudo, que uma mesma condição fosse apresentada em dois textos sucessivos ou que uma dada condição ocupasse recorrentemente uma certa ordem. A ordem de apresentação dos textos distratores manteve-se fixa entre os sujeitos. A situação de "entrevista" transcorreu informalmente, face

a face, ou numa sala vazia da Universidade ou em outro ambiente no qual sujeito/ experimentador pudessem estar isolados. A testagem levou em torno de 10 minutos, por sujeito.

3.1.3. Resultados.

As respostas *paralelas* foram submetidas a uma análise da variância de *design* 3 (vínculo sintático) X 2 (forma pronominal) X 2 (grau de ativação), no qual os dois primeiros fatores foram medidas repetidas. A tabela 1 apresenta a percentagem dessas respostas por condição.

Forma Pronominal	Grau de Ativação**					
	+ ativado			- ativado		
	Vínculo sintático***					
	Ind.	Coo.	Temp.	Ind.	Coo.	Temp.
pro	*97.9*	*91.6*	*95.9*	*81.3*	*83.3*	*79.7*
pronome	*91.7*	*39.6*	*39.6*	*66.7*	*33.3*	*37.5*
Média Total	*94.8*	*65.6*	*67.8*	*74.0*	*58.3*	*58.6*

Tabela 1: Distribuição (%) de respostas *paralelas* em função de *vínculo sintático, forma pronominal* e *grau de ativação* (n=24)*

* *n* indica o total absoluto de respostas por condição experimental.

** Grau de ativação: + ativado, o elemento temático e o sujeito da primeira oração do par crítico têm o mesmo referente; - ativado, o elemento temático e o sujeito da primeira oração do par crítico têm referentes distintos.

***Vínculo sintático: Ind., orações independentes , Coo., coordenadas e Temp., temporais.

Os resultados foram os seguintes: as três variáveis manipuladas apresentam efeito principal significativo, na direção prevista — *Vínculo sintático*, $F(2,46) = 17.54$ $p<.0001$ (Médias: 1.7 (ind); 1.24 (coo); 1.26 (sub)), com um número maior de *respostas paralelas* para as formas pronominais sujeito de oração independente; *Forma pronominal*, $F(1,46) = 62.98$ $p<.0001$ (Médias: 1.74 (*pro*); 1.0 (pronome), com um maior número de *respostas paralelas* para *pro*; *Grau de ativação*, $F(1,46) = 9.59$ $p<.01$ (Médias: 1.51 (+); 1.28 (-), obtendo-se mais *respostas paralelas* quando o sujeito da primeira oração do par e o elemento temático coincidem.

Quanto a interações, o efeito da interação entre *vínculo sintático* e *forma pronominal* foi altamente significativo: $F(2,92) = 20.72$ $p< .0001$. A Tabela 2 apresenta as médias.

BEST COPY AVAILABLE

	Vínculo sintático**		
Forma pronominal	Ind.	Coo.	Temp.
pro	1.79	1.73	1.71
pronome	1.6	0.75	0.81
Média Total	1.7	1.24	1.26

Tabela 2: Média de respostas *função paralela* em função de *vínculo sintático* e *forma* pro*nominal* (escore máximo = 2)*

* O escore máximo 2 indica que os sujeitos foram submetidos a duas instâncias de cada condição experimental.

** Vínculo sintático: Ind., orações independentes , Coo., coordenadas e Temp., temporais.

Observa-se na Tabela 2 que o contraste *pro*/pronome se manifesta em todas as condições, sendo que este se faz particularmente notável na presença de um vínculo sintático. Não há aqui clara evidência de um comportamento diferenciado em relação a coordenadas e temporais, embora essas últimas pareçam admitir mais que as primeiras correferência de *pro* com um não sujeito e a correferência do pronome com o sujeito. As médias na Tabela 1 sugerem, no entanto, que a direção opostas das médias para coordenadas e temporais na Tabela 1 deve-se à condição - ativada. A interação dos três fatores manipulados não alcançou, contudo o nível de significância, embora se tenha aproximado deste ($p<.01$). Este quase efeito aponta para uma diferença do efeito de *grau de ativação* sobre orações independentes e sintaticamente vinculadas, sendo mais visível nas primeiras, no que se refere à interpretação do pronome.

3.1.4. Discussão

O efeito principal de *forma* pro*nominal* confirma resultados anteriores (Corrêa, 1989), demonstrando que o falante de português estabelece um contraste entre pronome e *pro*. A interação significativa obtida entre *forma* pro*nominal* e *vínculo sintático* corrobora ainda a hipótese de que condições de processamento específicas, tais como a caracterizada aqui pelo efeito de vínculo sintático, podem neutralizar este contraste. Em sentenças independentes, a diferenciação entre *pro* e pronome tende a ser minimizada enquanto que em orações sintaticamente vinculadas, a possibilidade de acesso à representação de dois possíveis antecedentes para a forma pronominal permite que o contraste se estabeleça. Parece, pois, haver dois modos de interpretação de formas pronominais em função das condições de acesso a determinados tipos de representação na memória de trabalho — uma

interpretação na qual um antecedente (representação equivalente a de um SN) é recuperado e uma interpretação na qual é recuperada a representação (possivelmente de natureza conceptual) com maior grau de ativação.

O efeito de *grau de ativação* sugere que o fato de uma representação estar ativada em mais de um nível de atividade da memória de trabalho favorece o acesso a esta quando da interpretação de formas pronominais sujeito. Este efeito se manifesta tanto na interpretação de *pro* quanto na do pronome. Contudo, enquanto esse efeito sobre *pro* se manifesta em todas as condições definidas em função de vínculo sintático, no caso do pronome este efeito parece se restringir a (ou a se manifestar caracteristicamente em) orações independentes. O efeito sobre *pro* independentemente do vínculo sintático sugere que a interpretação da forma fonologicamente vazia é feita por um procedimento de natureza discursiva — manutenção do foco, independentemente do ambiente sintático. A possibilidade de o *grau de ativação* afetar diferentemente a interpretação de pronomes sujeitos em função da presença/ausência de vínculo sintático é compatível com a diferença aqui proposta para os procedimentos de interpretação dessas formas em função desse fator — em sentenças sintaticamente vinculadas, atuaria uma estratégia de seleção de antecedente e em sentenças sintaticamente independentes, um procedimento de natureza discursiva orientado pela acessibilidade relativa das representações de possíveis referentes para o pronome. A relativa resistência dos pronomes a este efeito de grau de ativação sugere, pois, que o espaço sentencial é prioritário quando da busca de um antecedente para um pronome. Uma amostra ampliada é, contudo, necessária para atestar se estas observações podem ser sustentadas.

3.2. Experimento 2

3.2.1. Apresentação

Este experimento segue a lógica do experimento anterior mas restringe-se a verificar a interpretação de formas pronominais como sujeito de orações sintaticamente independentes. Diferentemente daquele, contudo, os textos experimentais foram concebidos de modo que o sujeito da oração imediatamente anterior a que contém a forma anafórica não corresponda necessariamente à representação equivalente ao foco do segmento discursivo na qual o par crítico de orações se encontra. O texto 1 abaixo demonstra o modo como o discurso foi ampliado para essa distinção ser estabelecida (cf. Quadro 2).

Texto 1:

Janete é estudante de Biologia. Ela costuma trabalhar com *Irene* no laboratório.

Hoje, **Janete** deu início a uma nova experiência. pro Ajustou o microscópio, pro preparou as lâminas e pro chamou $Irene_j$ para PRO_j coletar as amostras. **pro / Ela** registrou as observações.

Os dados já estão prontos para análise.

Quadro 2: Exemplo de texto na condição F1 (foco do segmento = elemento temático; referente de PRO = elemento temático

Neste texto, tem-se um elemento temático (Janete), que pode ou não ser retomado no segmento discursivo subseqüente, introduzido por um marcador (no caso acima "hoje") para mais clara delimitação. Esta referência é mantida por *pro* numa seqüência de três orações coordenadas e localmente alterada pelo sujeito do infinitivo PRO, o qual é interpretado correferencialmente ao SN objeto da oração imediatamente anterior. Assim, o sujeito da oração imediatamente anterior é necessariamente distinto do foco do segmento discursivo, embora possa coincidir como elemento temático (quando este não é mantido em foco no segmento discursivo em questão).

Este formato de texto permite, assim, que se verifique, mais claramente do que no Experimento 1, quando uma *resposta paralela* para uma forma pronominal sujeito de oração independente recupera o SN sujeito da oração anterior (como sugerido pela estratégia da função paralela) e quando esta remete ao foco do segmento discursivo no qual se encontra o par crítico de orações. Recuperar o sujeito da oração imediatamente anterior significa recuperar o antecedente de PRO, o qual, dada a cadeia anafórica, é o SN objeto da oração coordenada na qual a oração infinitiva se encaixa. Diante desse formato de texto, é possível manipular *grau de ativação* em relação ao foco do segmento e ao elemento temático, como no experimento 1, como também introduzir um referente novo como antecedente de PRO, de modo que se verifique o quanto esta introdução afeta o acesso à representação correspondente àqueles. Assim sendo, foi caracterizada uma variável chamada *foco*, que se manifesta em 3 níveis:

F1: foco do segmento = elemento temático; referente de PRO ¹ elemento temático;
F2: foco do segmento ¹ elemento temático; referente de PRO = elemento temático;
F3: foco do segmento ¹ elemento temático; referente de PRO (novo) ¹ elemento temático.

O texto 1 acima exemplifica a condição F1. Os textos 2 e 3 abaixo, as condições F2 e F3 respectivamente[20]. Em todas as condições, a forma anafórica foi manipulada (*pro* e pronome):

Texto 2:

Janete é estudante de Biologia. Ela costuma trabalhar com *Irene* no laboratório.

Hoje, *Irene* deu início a uma nova experiência. pro Ajustou o microscópio, pro preparou as lâminas e pro chamou **Janete**$_j$ para PRO$_j$ coletar as amostras. **pro / Ela** registrou as observações.

Os dados já estão prontos para análise.

Quadro 3: Exemplo de texto na condição F2 (foco do segmento ¹ elemento temático; referente de PRO = elemento temático

[20] A inclusão de um um nível F4, correspondente à condição em que o elemento temático é igual ao foco do segmento e um referente novo é introduzido em SN objeto, ao qual remete o sujeito de PRO, tornaria o *design* mais equilibrado. Esta condição não foi, contudo, especificada neste experimento pois isto aumentaria substancialmente o número de textos por sujeito, o que tornaria a tarefa cansativa, comprometendo a qualidade das respostas obtidas. Alternativamente, poder-se-ia, tomar *foco* como variável inter-sujeitos, expondo diferentes grupos a diferentes condições. Isso iria requerer, contudo, que se ampliasse substancialmente a amostra. Como este experimento foi conduzido como um ensaio, optou-se por lidar com apenas três níveis da variável *foco*, sendo a inclusão de uma nova condição F4 prevista para teste por meio de técnicas (leitura automonitorada, por exemplo) que facilitem a apresentação de um maior número de textos a cada participante do experimento.

Texto 3:

Janete é estudante de Biologia. Ela costuma trabalhar com *Irene* no laboratório.

Hoje, *Irene* deu início a uma nova experiência. pro Ajustou o microscópio, pro preparou as lâminas e pro chamou Helena$_j$, aluna nova, para PRO$_j$ coletar as amostras. **pro / Ela** registrou as observações.

Os dados já estão prontos para análise.

Quadro 4: Exemplo de texto na condição F3 (foco do segmento [1]elemento temático; referente de PRO (novo) [1]elemento temático

Tem-se, assim, um *design* fatorial 2 (forma pronominal: manifesta/não manifesta) X 3 (foco: F1, F2, F3), através do qual busca-se verificar que representação se torna mais acessível (aqui entendida como preferencialmente recuperável) em cada contexto definido em função da variável *foco*. Em todos os textos, a pergunta crítica se refere ao referente da forma pronominal correspondente ao sujeito/agente do verbo da segunda oração do par crítico. Assim, nos textos acima, a pergunta crítica é "quem registrou as observações?"

Quanto à variável dependente, essa será função da resposta predominante, contrastando-se *respostas paralelas* (correspondentes ao referente do sujeito da oração anterior) com *respostas foco do segmento*, correspondentes à representação do referente do sujeito da primeira oração do segmento discursivo introduzido por um marcador temporal. Com base em estudo da compreensão de formas pronominais no diálogo (Silveira, 1996), assim como nos resultados do experimento 1, espera-se que respostas *foco do segmento* predominem. Tendo em vista o efeito de *grau de ativação* no experimento 1, espera-se que *foco* atue no número de respostas *foco do segmento* obtidas, com um maior número dessas respostas na condição em que foco do segmento e elemento temático coincidem.

3.2.2. Método

Sujeitos: Os sujeitos foram 30 falantes adultos de português, estudantes universitários e profissionais de nível superior, com idades de 18 a 30 anos (média 23.2), sendo 22 do sexo feminino. Tal como no experimento 1, estes foram convidados a participar de uma tarefa de compreensão de linguagem, que se realizou numa sala isolada da universidade ou em outro ambiente onde sujeito e experimentador pudessem ficar isolados.

Material: foram utilizados 6 tipos de textos, cada qual com 6 versões correspondentes às condições experimentais. A elaboração dos textos observou o controle de estrutura sintática, incluindo a transitividade dos verbos, direcionamentos semânticos ou relativos à plausibilidade de eventos, assim como o número de sílabas dos nomes próprios e da sentença crítica. Cada versão foi impressa em uma ficha tamanho médio, tal como no experimento 1, e a ordenação das mesma, preestabelecida em função dos procedimentos acima caracterizados (3.1.2) precedia cada teste. Dado que os textos do presente experimento são maiores dos que os do experimento anterior, cada sujeito foi submetido a apenas uma instância de cada condição. Foram incluídos 12 textos distratores distribuídos de modo a que os textos experimentais não tivessem apresentação contígua. Os textos distratores têm formato semelhante ao dos textos experimentais e as perguntas que os seguem versam sobre uma informação correspondente à macro-proposição do texto ou a um detalhe, de modo a evitar a dependência do ouvinte a apenas um tipo de estratégia de compreensão.

Procedimento: observou-se o mesmo do experimento 1. O tempo de duração foi de cerca de 15 minutos.

3.2.3. Resultados

A tabela 3 apresenta a distribuição de *respostas foco do segmento* (RF) (i.e. correspondentes ao foco do segmento discursivo demarcado pelo marcador temporal) e das *respostas paralelas* (RP) (i.e., respostas que retomam o antecedente de PRO, sujeito da oração imediatamente anterior a que contém o pronome), por condição experimental.

Forma pronominal	Foco** F1		F2		F3	
	Tipo de resposta***					
	RF	RP	RF	RP	RF	RP
pro	86,7	13,3	50,0	50,0	66,7	13,3
pronome	83,3	16,7	56,7	43,3	30,0	60,0
Média total	85,0	15,0	53,4	46,7	48,4	36,7

Tabela 3: Distribuição (%) de respostas por condição experimental (n=30)*
* *n* refere-se ao total absoluto de respostas por condição experimental
** Foco: F1: foco do segmento = elemento temático; referente de PRO ¹ elemento temático;
F2: foco do segmento ¹ elemento temático; referente de PRO = elemento temático;
F3: foco do segmento ¹ elemento temático; referente de PRO (novo) ¹ elemento temático.
*** Tipo de resposta: RF= resposta correspondente ao foco do segmento discursivo/ RP= resposta *paralela*,correspondente ao antecedente de PRO.

Observa-se na Tabela 3 que o número de respostas correspondentes ao foco do segmento é predominante em todas as condições exceto *F2 pro* e *F3 pronome*. Em *F2 pro* o número de respostas se distribui eqüitativamente entre *respostas foco do segmento* (RF) e *respostas paralelas* RP. Nesta condição a recuperação do referente do sujeito da oração anterior corresponde à recuperação do elemento temático. Observa-se, então, que a dupla ativação desta representação a torna tão acessível quanto a representação correspondente ao foco do segmentoContudo, esta condição de acessibilidade parece afetar particularmente a interpretação de *pro*. A interpretação do pronome ainda é feita predominantemente pelo foco do segmento. A condição F3 tem no sujeito da oração imediatamente anterior a que contém a forma pronominal sujeito a recuperação de um referente novo, como antecedente de PRO. Observa-se que a interpretação de *pro*, embora afetada por esta condição não apresenta tendência à recuperação deste elemento. O foco do segmento continua sendo a opção preferencial e como alternativa a este o elemento temático se apresenta mais acessível que o elemento novo, referente de PRO. O pronome, ao contrário, atrai a referência para o elemento novo, o qual se torna a resposta predominante nesta condição. De modo a verificar se as diferenças observadas são estaticamente significativas, as respostas RF foram submetidas a uma ANOVA 3X2, onde os dois fatores são medidas repetidas.

Os resultados apresentam um efeito altamente significativo da variável *foco*

$F(2,58) = 12.6\ p < .00001$ relativo às médias .85 para F1; .53 para F2 e .48 para F3. Tem-se assim um número predominante de respostas RF na condição F1, na qual o foco do segmento coincide com o elemento temático. Na condição F2, na qual o elemento temático corresponde ao antecedente de PRO, sujeito da oração imediatamente anterior a que contém o pronome, a escolha do antecedente parece ser feita aleatoriamente entre o foco do segmento e o elemento temático. A condição F3 apresenta o menor número de respostas correspondentes ao foco do segmento. *Respostas paralelas* (RP), em que o referente de PRO, elemento novo é recuperado corresponderam a apenas 36,7% das respostas alternativas ao foco do segmento. Os 14,9% restantes recuperaram o elemento temático.

Também foi significativo o efeito da interação entre *foco* e *forma pronominal* $F(2,58) = 4,74\ p = .01$, tal como sugerido pela leitura da Tabela 1. A Tabela 4 corresponde a uma simplificação daquela, apresentando as médias das respostas RF por condição experimental.

Forma pronominal	Foco*** F1	F2	F3
pro	0,87	0,5	0,67
pronome	0,83	0,57	0,3
Média Total	0,85	0,53	0,48

Tabela 4: Médias de respostas RF* em função de *foco* e *forma pronominal* (escore max = 1)**
* Respostas correspondentes ao foco do segmento discursivo
** O escore máximo 1 indica que cada sujeito foi submetido a uma instância de cada condição experimental.
*** Foco: F1: foco do segmento = elemento temático; referente de PRO = elemento temático;
F2: foco do segmento = elemento temático; referente de PRO = elemento temático;
F3: foco do segmento = elemento temático; referente de PRO (novo) = elemento temático.

Observa-se que nas condições F1 e F3 a direção das médias é oposta a que se verifica na condição F2. Enquanto que naquelas *pro* obteve um maior número de respostas RF, nesta última, tem-se o reverso — o número de respostas RF é (ainda que pouco) maior quando a forma pronominal é manifesta. Observa-se ainda que enquanto que em F1 há uma pequena diferença entre as médias para *pro* e pronome, em F3 esta diferença é considerável. Estes resultados reiteram a observação feita anteriormente de que a interpretação de *pro*, embora afetada pela presença de um elemento novo, como antecedente de PRO em F3, é mais afetada pelo fato de este antecedente corresponder ao

elemento temático em F2. O pronome, ainda que afetado de forma semelhante pela recuperação do elemento temático como antecedente de PRO, é muito mais sensível à presença de um elemento novo como antecedente de PRO em F3. Este efeito pode ser ainda mais claramente verificado quando se contrastam, na Tabela 3, as respostas paralelas (correspondentes ao antecedente de PRO) obtidas para pro e pronome na condição F3 (diferença significativa $T = -5,04$ $p < .0001$).

3.2.4. Discussão

Os resultados deste experimento são compatíveis com a hipótese de que o grau de ativação de uma dada representação na memória de trabalho é um fator a ser levado em conta no modo como formas pronominais sujeito são interpretadas. A condição em que a ambigüidade potencial da referência pronominal é minimizada é aquela em que a representação correspondente ao foco do segmento também se mantém ativada como elemento temático, corroborando resultados relativos à interpretação do pronome em uma situação dialógica (Silveira, 1996). Os presentes resultados sugerem ainda, que a interpretação de *pro* em sentenças independentes remete diretamente ao mais alto nível de atividade da memória de trabalho no processamento do discurso, ou seja, o nível no qual se mantêm ativados elementos de natureza temática e a partir do qual se promove o monitoramento da compreensão em nível discursivo (cf. Corrêa, 1993). O contraste *pro*/pronome, praticamente neutralizado nas condições F1 e F2, em consonância com o que foi obtido no Experimento 1, torna a se manifestar na condição F3, ou seja, quando um referente alternativo ao que se apresenta como foco do discurso ou da unidade discursiva em questão se apresenta acessível. No caso de sentenças independentes, a acessibilidade de um elemento alternativo ao que detém o foco da referência parece ficar restrita a condições em que um elemento novo é introduzido e colocado localmente em foco. A recuperação deste como antecedente de PRO parece ser um meio de tornar sua representação particularmente ativada. Do contrário, o contraste entre *pro*/pronome parece se manifestar no âmbito de sentenças sintaticamente vinculadas, como no Experimento 1, cujo processamento parece garantir o acesso a um SN alternativo ao sujeito da primeira oração do par.

4. Discussão geral e conclusão

Este estudo teve como objetivo distinguir condições de processamento que facilitam o uso de estratégias de seleção de antecedentes lingüísticos para

uma forma pronominal de condições que favorecem o acesso privilegiado a uma dada representação mantida particularmente ativada na memória, no processamento do discurso. A presença/ausência de um vínculo sintático em um par de orações que contenham uma forma pronominal sujeito e possíveis antecedentes para esta foi apontada como fator que permite distinguir essas condições.

Os resultados obtidos sugerem que a existência de um vínculo sintático, garantindo o acesso a uma representação de natureza sintagmática da primeira oração do par, favorece a seleção de antecendetes lingüísticos (SNs) na interpretação de um pronome sujeito. Na ausência desse vínculo, uma representação mais abstrata, mantida particularmente ativada na memória de trabalho é prioritariamente recuperada.

Esses resultados são compatíveis com um modelo da memória de trabalho que opera paralelamente em três níveis de atividade— um nível que mantém ativadas representações dos elementos temáticos do discurso, um nível que mantém particularmente ativada a representação correspondente ao foco de um segmento discursivo e um nível imediato, no qual se mantém a representação de natureza lexical e/ou sintagmática do enunciado em processamento. Observa-se que, quando a representação mantida no nível imediato de atividade da memória apresenta possíveis antecedentes para uma forma pronominal sujeito — o que é facilitado pela existência de um vínculo sintático entre as orações, um destes é selecionado. Do contrário, a representação correspondente ao foco do segmento discursivo é prioritariamente recuperada. A condição de acesso que minimiza a ambigüidade da forma pronominal como sujeito de orações independentes é, contudo, aquela em que um referente se mantém representado em mais de um nível de atividade da memória — como foco do segmento discursivo em questão e como elemento temático.

Na interpretação de formas pronominais sujeito por falantes de português, a ausência de um vínculo sintático entre orações tende a neutralizar o contraste *pro*/pronome, que se estabelece quando da presença de possíveis antecedentes lingüísticos na memória imediata. Esse contraste pode, contudo, ser restabelecido, quando há uma alteração local do foco do segmento discursivo, tornando acessível uma representação alternativa àquele. Os fatores responsáveis pela alteração local do foco da referência ainda não se encontram precisamente definidos. A introdução de um referente novo tomado com antecedente de PRO (sujeito de infinitivo) parece criar uma condição favorável a essa alteração.

BEST COPY AVAILABLE

Uma formulação geral para a condição de processamento necessária ao estabelecimento do contraste *pro*/pronome seria, então, a possibilidade de acesso a uma representação alternativa a que se mantém prioritariamente em foco (particularmente ativada), seja no âmbito de um enunciado, quando estratégias de seleção de um antecedente lingüístico podem ser operativas, seja no âmbito de um segmento discursivo mais amplo. As alterações de foco características da dinâmica do discurso tornam a referência do pronome pleno particularmente vulnerável. Essa observação reitera a tese de que não é necessário atribuir plurifuncionalidade ao pronome para dar conta do fato de este poder recuperar tanto a representação mantida em foco no segmento discursivo em processamento quando um representação mais imediatamente acessível (Corrêa, 1993; 1996).

Diante dos presentes resultados e considerações, estratégias tais como a da *função paralela* são de relevância bastante limitada no processamento lingüístico. Essa estratégia seria operativa em sentenças sintaticamente vinculadas em línguas, como o inglês, em que um contraste *pro*/pronome não se estabelece. Contudo, o uso dessa estratégia não seria necessariamente decorrente da reativação da forma da primeira oração do par, quando do processamento da segunda, como recentemente sugerido (Smyth, 1993), do contrário, resultados semelhantes aos obtidos em inglês deveriam ser encontrados em português, a despeito da possibilidade de um contraste entre pronome e *pro* nessa língua.

A despeito das limitações advindas da metodologia através da qual a presente investigação foi conduzida, os resultados obtidos são compatíveis com uma teoria de processamento lingüístico na qual o conceito de *acessibilidade* apresenta-se como fundamental. O uso de estratégias de seleção que levam em conta propriedades formais do material lingüístico estaria subordinado a uma particular condição de acessibilidade, qual seja, de acesso à representação de natureza sintagmática da oração que contém possíveis antecedentes para o pronome.

(Recebido em julho de 1997. Aceito em dezembro dee 1997)

Referências bibliográficas

Altmann, G. T. M. (1989) Parsing and interpretation: An Introduction.

Language and Cognitive Processes, **4**: 3/4, 1-19.

ARIAL, M. (1994) Interpreting anaphoric expressions: a cognitive versus a pragmatic approach. *Linguistics*, **30**: 3-42.

BAMBERG, M. (1986) A functional approach to the acquisition of anaphoric relationships. *Linguistics*, **24**: 227-284.

CALABRESE, A. (1986) Pronomia: some properties of the Italian pronominal system. In N. FUNKUI, T. RAPOPORT & E. SAGEY (eds.). In: *MIT Working Papers in Linguistics*, **8**: 1-46.

CARAMAZZA, A. & S. GUPTA (1979) The role of topicalization, parallel function and verb semantics in the interpretation of pronouns. *Linguistics*, **17**: 497-518.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris Publications.

CLIFTON, C. & F. FERREIRA (1989) Ambiguity in context. *Language and Cognitive Processes*, **4**: 3/4,78- 104.

CORRÊA, L. M. S. (1989) O papel da função paralela em estratégias de processamento. (mimeo) *Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da ANPOLL*, São Paulo.

_____. (1993) Restrições ao pronome livre na linearização do discurso. *Palavra*, **1**: 75-95.

_____. (1995) The relative difficulty of children's comprehension of relative clauses: A procedural account. In: K. NELSON & Z. RÉGER (eds.) *Children's Language*, vol.VIII.Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Assoc.

_____. (1996) A plurifuncionalidade do pronome no desenvolvimento lingüístico reconsiderada. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, **29**: 153-162.

COWAN, J. R. (1980) The significance of parallel function in the assignment of intrasentencial anaphora. In J. KREIMAN & A. OJEDA (eds) *Papers from the Parasession on Pronoun andAnaphora*. Chicago: Chicago Linguistics Society.

DUARTE, M E. L. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: I. ROBERTS & M. KATO (eds.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

_____. (1995) A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro. Tese de Doutorado. UNICAMP.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1994) La Position Sujet en Portugais Brésilien (dans les phrases finies et infinitives). Tese de Doutorado, Université de Genève.

FLORES D'ARCAIS, G. B. (1978) The perception of complex sentences. In: W. J. M. LEVELT & G. B. FLORES D'ARCAIS (eds.) *Studies in the Perception of Language*. Chichester: John Wiley & Sons.

_____ (1988) Language perception. In: F. J. NEWMEYER (ed.) *Language: Psychological and Biological Aspects, Linguistics: The Cambridge Survey*, vol. III. Cambridge: CUP.

FODOR, J. A., BEVER, T. G. & GARRETT, M. F. (1974) *The Psychology of Language: An Introduction to Psycholinguistics and Generative Grammar*. New York: McGraw-Hill.

GARNHAM, A. (1987) Understanding Anaphora. In: A. W. ELLIS (org.) *Progress in the Psychology of Language*. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Ass.

GARNHAM, A., OAKHILL, J. (1985) On line resolution of anaphoric pronouns: effects of inference making and verb semantics. *British Journal of Psychology*, **76**: 385-393.

_____ (1992) Discourse processing and text represention from a "mental model" perspective.*Language and Cognitive Processes*, **7**, 3/4: 193-204.

GARNHAM, A., OAKHILL, J. & CRUTTENDEN, H.(1992) The role of implicit causality and gender cue in the interpretation of pronouns. *Language and CognitiveProcesses*, **7** 3/4: 231-255.

GARROD, S. FREUDENTHAL, D. & BOYLE, E. (1994) The role of different types of anaphor in the on-line resolution of sentences in discourse. *Journal of Linguistics*, **33**: 39-68.

GATHERCOLE, S. E. & BADDELEY, A. D. (1993) *Working Memory and Language*. Howe: Lawrence Erlbaum Assoc.

GREENE, S. B., MCKOON, G. & RATCLIFF, R. (1992) Pronoun resolution and discourse models. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, **18**: 2: 266-283.

GROBER, E. BEARDSLEY, W. & CARAMAZZA, A. (1978) Parallel function strategy in pronoun assignment. *Cognition*, **6**: 117-133.

HIGGENBOTHAN, J. (1983) Logical form, binding and nominals. *Linguistic Inquiry*, **14**: 395-708.

JARVELLA, R. J. (1971) Syntactic processing of connected speech. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*.**10**: 409-416.

JARVELLA, R.J. & ENGELKAMP, J. (1983) Pragmatic Influences in Producing and Perceiving Language: A Critical and Historical Perspective. In: G. B. FLORES D'ARCAIS & R. J. JARVELLA (eds.) *The Process of Language Understanding*. Chichester: John Wiley.

KARMILOFF-SMITH, A. (1981) The grammatical marking of thematic structure in the development of language production. In W. DEUTSCH (ed) *The Child's Construction of Language*. London: Academic Press.

KIMBALL, J. (1973) Seven principles of surface structure parsing in natural language. *Cognition*, **2**: 15-47.

KUNO, S. (1985) *Functional Syntax*. Chicago: The University of Chicago Press.

LOGIE, R. (1996) Seven Ages of Working Memory. In: RICHARDSON, J. T. E., ENGLE, R. W., HASHER, L., LOGIE, R. H. STOLTZFUS, ZACKS, R. T. (1996). *Working Memory and Human Cognition*. New York: Oxford University Press.

MARSLEN-WILSON, W. D., TYLER, L. K. & KOSTER, C. (1993) Integrative processes in utterance resolution, *Journal of Memory and Language*, **32**: 1647-666.

MARSLEN-WILSON, W. D., TYLER, L. K. & SEIDENBERG, M. (1978) Sentence processing and the clause boundary. In: W. J. M. LEVELT & G. B. FLORES D'ARCAIS (eds) *Studies in the Perception of Language*. Chichester:John Wiley & Sons.

MONTALBETTI, M. (1984) After Binding: On the Interpretation of Pronouns. Tese de Doutorado, MIT.

NOVAES, C. V. (1996) Representação Mental de Categorias Vazias: O Sujeito Nulo e a Natureza da Flexão no Português do Brasil. Tese de Doutorado, UFRJ.

RODRIGUES, A. (1996) A coordenação/concatenação de orações na aquisição da linguagem: o caso das adversativas. Projeto de Tese de Doutorado, PUC-RIO.

SANFORD, A. J. & GARROD, S. C. (1989) What, when and how: questions of immediacy in anaphoric reference resolution. *Language and Cognitive Processes*. **4**, 3/4: 235-262.

SHELDON, A. (1974) The role of parallel function in the acquisition of relative clauses in English. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, **13**: 272-281.

SILVEIRA, M. C. S. (1996) Um estudo experimental sobre a compreensão do pronome sujeito ambíguo no diálogo. Dissertação de Mestrado. PUC-

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (331-348)

As Vozes da Sociedade: Letramento, Consciência e Poder*

(The Voices of Society: Literacy, Consciousness and Power)

Jacob L. Mey (*Universidade Estadual de Campinas & Universidade de Odense, Dinamarca*)

Abstract: The dialectic tension between the phenomenon of illiteracy and the remedial efforts of the literate to 'provide' a voice for those who don't have one, reflects at the same time the difficulties that the emerging discourses have to struggle with, and highlights the importance of this struggle as one that belongs to the oppressed, not the well-meaning educators and political activists. It also informs the latter's efforts on behalf of the uneducated. Naturally these issues have attracted a good deal of attention of some specialists in South America. There is now a movement afoot there that aims at placing 'illiterate discourse' inside the societal discourse proper without letting the latter manipulate the former for its own ends. I will address the typical exigencies and limitations inherent in such efforts, but at the same time point to new ways of understanding and handling the problem of literacy in a developing country.

Resumo: Baseado no trabalho de Bourdieu e outros, este artigo estende o uso da metáfora da voz para o discurso da sociedade, em que as vozes individuais representam as formações sociais e os seus sub-discursos específicos. O discurso do letramento, em particular, é focalizado como um exemplo de tal formação, no sentido de que a sua presença versus a sua ausência é concebido como sendo o que define os que estão dentro ou fora do discurso próprio - uma voz iletrada não é percebida como sendo uma voz apropriada. A tensão dialética entre o fenômeno do iletramento e os esforços remediais do letrado de dar voz àqueles que não a têm, reflete as dificuldades enfrentadas pelos discursos emergentes e ressalta a importância de uma luta que é dos oprimidos e não de educadores bem intencionados e ativistas políticos. São focalizadas no artigo as exigências e as limitações inerentes aos esforços recentemente feitos para inserir o discurso do iletrado dentro de um discurso social próprio e são também sugeridas novas maneiras para se entender e se lidar com o problema do letramento em um país em desenvolvimento.

Key words: Literacy; Intercultural communication in mother tongue; Pragmatics.

* Conferência apresentada, em inglês, no Congresso Internacional de Atenas, maio de 1997.

BEST COPY AVAILABLE

PALAVRAS-CHAVE: Letramento, Comunicação intelectual em língua materna; Pragmática.

0. Introdução. Técnica e tecnologia: a síndrome de Elvira Madigan

De modo geral, pode-se definir uma tecnologia como uma 'técnica mediadora', um meio material que provê o acesso a alguma área da atividade ou do conhecimento humano. Assim, a tecnologia automotriz possibilita que lugares distantes sejam alcançados em menos tempo e com menos esforço; a tecnologia odontológica fornece os meios para que os nossos dentes sejam reparados antes de que eles caiam; a tecnologia da informação nos permite acessar a Internet e todas as maravilhosas fontes de informação que possam ser nela encontradas, bem como nos envolver, virtualmente, em diversas atividades emocionantes por intermédio dos *MUD's* [domínios dos usuários múltiplos] e dos avanços similares.

Mas aliada a essa definição primária, há uma grande quantidade de outros objetivos e efeitos que não são tão bem definidos e patentes. Como exemplo de um desses efeitos, e de como a tecnologia nos sugestiona, citarei o caso do bem conhecido tema do segundo e lento movimento (Adágio) do concerto para piano de Mozart, opus 25, em dó maior, K.V. 467, e mostrarei de que maneira esta peça da nossa herança cultural ('conhecimento') foi, para nós, (re)definida, tornando-se familiar e acessível, através do meio 'formador de opinião' dos filmes cinematográficos, acompanhados da 'tecnologia' do som. Eis como isso teria acontecido:

Há uns vinte anos, a indústria cinematográfica sueca lançou um filme que teve muito sucesso, baseado na curta mas intensa vida de Sixten Sparre, tenente da cavalaria e herdeiro de uma família nobre, que teve a infelicidade de se apaixonar por uma moça pobre, a artista circense Elvira Madigan. A história de amor dos dois obedece ao padrão estabelecido, tendo inclusive as complicações costumeiras; desde então, principalmente por causa do seu trágico fim (duplo suicídio), atrai os enamorados de todas as idades que, todos os anos, visitam o túmulo do casal na ilha de Taasinge, ao sul da Dinamarca, no aniversário da morte dos jovens amantes.

O tema principal da trilha sonora do filme *Elvira Madigan*, baseado na vida e morte do casal, foi extraído do 'Adágio' do concerto de Mozart e tornou-se tremendamente popular para todos aqueles que viram o filme. Em conseqüência disso, 'o tema de Elvira Madigan', como ficou conhecido, se

tornou uma propriedade cultural comum, e mesmo os que nunca tinham ouvido o concerto original de Mozart, e muito menos assistido a sua apresentação, começaram a se referir à 'Elvira Madigan de Mozart', sendo essa a maneira como a música era (e ainda é) freqüentemente anunciada nas estações de rádio de toda a Escandinávia, nos programas semanais em que os ouvintes fazem os seus pedidos musicais pelo telefone.

O que esse exemplo mostra é a maneira pela qual a tecnologia (aqui: a parte sonora de um filme) torna acessível, ao grande público, uma certa parte da herança cultural ('informação'); mas ela possibilita esse acesso de uma maneira muito especial, pois transforma a composição original de Mozart em uma parcela de conhecimento de domínio público. Além disso, uma vez que, desse modo, o conceito 'Elvira Madigan de Mozart' torna-se comum a todos, a situação original da questão, na qual o tema de uma peça de Mozart era identificado somente como tal, se modifica: uma parte de um concerto de Mozart passa a ser, de uma certa forma, igualado à trilha sonora de um filme denominado "Elvira Madigan": para muitas pessoas 'Elvira Madigan' *é* Mozart e Mozart é por elas reconhecido como o compositor de uma peça chamada 'Elvira Madigan'. Uma tecnologia específica da mídia tornou essa parte específica da herança musical em uma parcela concreta de conhecimento; e, vice-versa, as pessoas detentoras desse determinado conhecimento tornaram-se, em um sentido restrito, musicalmente 'letradas'. Mas, além disso, esse novo letramento moldou as suas percepções a respeito da música de Mozart dando-lhe uma forma específica e produzindo um efeito especial: para aqueles que se referem à 'Elvira Madigan' como 'Mozart', o compositor *é* simplesmente o homem que escreveu uma peça denominada 'Elvira Madigan', e ponto final.

1. A tecnologia da consciência: a consciência da tecnologia

Tendo em mente o exemplo acima, considerarei agora algumas outras implicações da interação da tecnologia e a formação da consciência humana, principalmente (como será demonstrado na próxima seção) no que se refere a como essa interação se manifesta em o que proponho denominar de "as vozes da sociedade" (ver Mey, 1997a).

Foi estabelecido por pesquisadores como Perkins (cf. seu efeito da 'ponta do dedo'; como referência, ver Salomon, 1992), que os efeitos *secundários* da nova tecnologia na consciência humana são, geralmente, muito mais importantes e abrangentes do que os *primários*. O famoso 'exemplo do carro', de Herbert Simon (1982), ilustra esse fato: tendo sido originalmente inventados

para proporcionar às pessoas maior mobilidade, e tendo funcionado inicialmente dessa maneira (os efeitos *primários*), os automóveis se tornaram, rapidamente, instrumentos de ambições e desejos humanos totalmente diversos: um brinquedo prestigioso e caro, um segundo lar de rodas, um instrumento para definir as pessoas frente aos colegas e aos vizinhos e mesmo um quarto de dormir extra, um lugar para as 'transas' dos adolescentes (os efeitos *secundários*; cf. Salomon 1992).

Nos tempos atuais, em que a vida nesse 'louco mundo' se torna cada vez mais intolerável, longe de ser um simples mecanismo de transporte, o automóvel se tornou a personificação da liberdade e a última fronteira da intimidade dos jovens e dos velhos. Portanto, precisamos distinguir a mera introdução do automóvel como um instrumento tecnológico (a 'carruagem sem cavalos' substituindo o 'veículo movido a cavalo')[1] da adoção do carro como o instrumento que permite, dentre outras coisas, nos descobrir e não só a 'América: Melhor de Carro' (*'America: Best By Car'*: o 'slogan' de um carimbo impresso pelos Correios dos Estados Unidos, no final dos anos sessenta).

Enquanto que na primeira categoria do efeito, *nós* definimos a tecnologia, na segunda, é a tecnologia que *nos* define: somos aquilo que dirigimos. Se dirigirmos um carro velho em um bairro 'chique', podemos acabar sendo detidos e interrogados pela polícia (como se estivéssemos envolvidos em uma ação criminosa); se estacionarmos o nosso 'ferro velho' predileto em uma rua aprazível, seremos avisados, mais cedo ou mais tarde, por um adesivo vermelho, assinado pela simpática polícia local, dizendo: 'Carro Abandonado: Remova [-o] Em 7 Dias' [*'Abandoned Auto: Remove Within 7 Days'*].

O que acontece no mundo automotriz é reproduzido em outras instâncias das atividades humanas. Considere-se o seguinte caso: nos meados dos anos setenta, muitas pessoas comentavam sobre as propriedades liberalizadoras do computador como um instrumento educacional; foi nessa época que Herbert Papert escreveu o seu famoso tratado sobre 'as mentes e as máquinas', denominado *"Mindstorms"* ["Tempestades da Mente"] (1978), no qual procurava mostrar que o fracasso de muitos alunos em matemática não era o resultado de um QI baixo, mas o de uma tecnologia educacional mal dirigida, que poderia ser reparada pelo uso dos computadores. Tendo em vista esse objetivo, ele inventou a linguagem LOGO, que, supostamente, seria um instrumento adaptável para ajudar aos jovens adquirir as operações matemáticas

[1] Na verdade, é ainda o nome de uma pequena concessionária de automóveis em Thrall, Texas (a 45 milhas de Austin na rodovia US 79): "A Companhia da Carruagem sem Cavalos".

básicas, tais como somar, multiplicar, medir, etc. No entanto, como Salomon aponta (ao comentar os resultados muito bem divulgados, mas desalentadores dos programas existentes sobre o treinamento baseado em LOGO), "trabalhar com instrumentos não ensina muito em si mesmos. É o pensamento que acompanha as atividades propiciadas [pelos instrumentos] que pode ter um impacto." (1992:13)

Após essas digressões, volto, a seguir, ao tema de interesse: o discurso do letramento na sociedade e as suas 'vozes'.

2. O letramento e a tecnologia na sociedade

O letramento é mais do que a habilidade de ler e escrever. Sem dúvida, em um sentido, o *letramento* pode ser considerado como uma forma de tecnologia em que a leitura e a escrita são os efeitos *primários* desta determinada técnica; no entanto, é muito mais importante e frutífero se se examinarem os efeitos e as repercussões *secundárias* que o letramento, tanto como um fato (ao nível do objeto), quanto um tema de discussão (ao nível meta), tem em nossa sociedade, através dos efeitos formadores que ele exerce em nossas mentes.

A atitude implícita que subjaz a grande parte do trabalho de 'alfabetização' e da promoção do letramento (por exemplo, nas escolas primárias e secundárias) é a de que saber alguma coisa é melhor do que não sabê-la. As pessoas podem ficar extremamente perturbadas devido ao pouco conhecimento que os alunos americanos do nível secundário têm a respeito da geografia, e pode-se sempre contar com a produção de alguns chavões bem escolhidos, por parte do próprio presidente do país, sobre a necessidade da 'América' remediar uma terrível situação em que os jovens nem mesmo sabem quais os estados que fazem divisas com o Arkansas.

Eu não estou dizendo que o conhecimento não possa ser útil; no entanto, o conhecimento sem *compreensão* não serve, na verdade, para muita coisa. Não se tem só que saber algo por sabê-lo; também se precisa saber o *porquê* desse saber, o porquê o conhecimento fazer 'sentido', no duplo significado do termo, o dó 'sentido' que inclui a 'direção'. A direção do conhecimento é determinada pela função que esse tem no meio em que se vive; se saber os nomes de todos os estados da União é uma parcela de informação que dá acesso ao discurso padrão da classe média dos Estados Unidos, então é importante que se tenha esse conhecimento para se ser capaz de agir como

BEST COPY AVAILABLE

um bom cidadão. Nessa perspectiva pode até fazer algum sentido que os candidatos à cidadania americana sejam argüídos em questões vitais, tais como a que indaga o que George Washington, ao cortar aquela famosa cerejeira, teria dito ao seu pai.

O letramento, tanto o do tipo usual quanto o do 'computador,' é mais do que uma 'tecnologia de informação', ativa ou passivamente adquirida. Não é suficiente se ter a capacidade de ler e escrever ou se ter acesso à Internet e ser um 'surfista' hábil; é necessário também que se saiba o quê se procurar na rede; senão (como foi dito) iremos aonde o surfe e não os nossos corações e as nossas mentes nos levarem (em homenagem a Suzanna Tamaro, 1995; ver Gorayska & Mey, 1997). Na verdade, a antiga distinção entre "saber o quê" e "saber o porquê" é tão atual hoje quanto foi quando formulada pela primeira vez. O letramento da mídia é, em primeiro lugar, e em seu aspecto *primário*, a habilidade de se acessar a mídia, mas este acesso tem que ser exercido de maneiras funcionais, ou seja, precisa-se saber de que maneira os movimentos que se fazem em relação às tecnologias do conhecimento (da leitura e da escrita ao surfe) são inspirados e condicionados pela nossa atitude em relação à sociedade. Refiro-me aqui aos efeitos *secundários* do letramento (da mídia): os letramentos da mídia e do computador são noções *funcionais*.

Mas se a visão funcional é importante nas transações primárias com as tecnologias da informação, sua importância é maior ainda quando se trata do letramento em geral. Gostaria de discutir aqui algumas das visões que têm circulado sobre o status do letramento na sociedade. Em primeiro lugar, há muitas discussões que consideram o letramento como uma espécie de 'bilhete de ingresso' a uma vida 'melhor', sendo esta entendida como uma posição social mais alta; o letramento se torna, neste caso, a "prova da associação à sociedade 'adequada'", como declarei em outro lugar (Mey, 1985:253). Em segundo, o letramento tem sido discutido de acordo com o seu valor, como um elemento do *funcionamento do grupo*, sendo que, nesta situação, algumas habilidades específicas são mais apreciadas do que outras; entre os Cherokees, o letramento tem sido tradicionalmente tratado como uma questão de escolha, de maneira que, em cada família, pelo menos um dos seus membros tem acesso ao 'mundo das letras' (Heath 1986a: 18).

Nessa perspectiva, as funções "não podem ser universalmente atribuídas" (Heath, ibid: 17) e, portanto, "precisa-se saber muito mais sobre as conseqüências sociais e psicológicas, tanto do iletramento como o do letramento não-escolarizado, antes de se levar adiante os objetivos, tais como os da missão

da UNESCO, de erradicar o iletramento no mundo antes do ano 2000" (Heath ibid: 19; um objetivo tão ultrapassado e não-funcional, dias de hoje, quanto foi quando formulado pela primeira vez, nos meados dos anos sessenta).

Em terceiro lugar, a visão funcional acaba com o 'mito', segundo Mertz o denomina (1992; apud Signorini 1998:10), de que o letramento, não havendo outras diferenças, é simplesmente melhor, de alguma maneira essencial, do que o iletramento; um rápido olhar na história fará, certamente, que a balança penda a favor de um declamador grego 'iletrado' da poesia épica do século oitavo A.C. (como o famoso Demodoco, que Homero, na *Odyssea*, denominou de 'cantor divino'), quando comparado a um moderno leitor letrado de um jornal tablóide ou a um usuário de um manual da linguagem UNIX.

Se o letramento é mesmo um objetivo a ser perseguido, então, naturalmente, os que estão encarregados de criar os programas de letramento, bem como os que participam desses programas, precisam ser de algum modo persuadidos de que o objetivo merece ser perseguido. Em outras palavras, o discurso do letramento precisa, de algum modo, ter um elemento de valor que seja, de uma maneira ou de outra, acessível e identificável aos que estão envolvidos na prática do letramento. A questão é, então, como esses valores podem ser expressos e o que eles representam; este será o assunto da próxima seção.

3. Os discursos do letramento e as vozes da sociedade

Um determinado discurso está sempre incorporado pelo que denomino de *voz*, que significa um agente social que representa alguma função e algum interesse na comunidade. Até certo ponto, esse conceito pode ser comparado à clássica idéia marxista de 'agentes', que representam os interesses da classe; no entanto, é distinto do conceito original de 'classe', no sentido de que leva em conta a maneira com que essa é *intermediada* pelas camadas realmente funcionais de uma determinada sociedade. Em vez de colocar uma estrutura de base econômica universal como explicação para o que acontece na sociedade, eu gostaria de recorrer ao que Bourdieu denomina de 'disposições duradouras', que são o resultado tanto das influências objetivas como da maneira pela qual as pessoas lidam com as mesmas (em resumo, o que é, por Bourdieu, designado 'habitus'; 1992: 82-83). Essas disposições não são só ideológicas; elas pertencem à esfera do discurso, quer dizer, a ideologia como é praticada e exercida na produção das condições materiais e os seus reflexos nos seres humanos que nelas vivem. Ao mesmo tempo, devemos lembrar que

BEST COPY AVAILABLE

esses reflexos são, também, o trabalho dos seres humanos: produzimos uma ideologia através do discurso, do mesmo modo que a ideologia nos produz, como membros da comunidade do discurso.

Uma 'voz' atribuída a uma determinada comunidade ou a um membro dessa comunidade é, portanto, um conceito dialético que deve ser entendido como alguma coisa que está relacionada à produção individual e social e que emerge através dela. Este aspecto é extremamente importante quando se discute o valor do *letramento* em uma certa sociedade. O letramento, também, é o produto de uma participação ativa em alguma atividade social, que produz uma certa disposição; entretanto, a maneira com que se participa de tal atividade e, conseqüentemente, a voz que se é capaz de assumir, depende intensamente da maneira como se está integrado nas formações que estão na base dessas disposições.

Em termos simples, isso significa que o mineirador tem uma voz distinta da do morador urbano não só porque os dois falam dialetos ou línguas diferentes, nem porque um seja mais letrado do que o outro (em algum senüido absoluto), mas porque tanto os seus conceitos de fala, quanto as vozes que eles se percebem ter são tão distintas quanto são as suas posições sociais. E é mais do que isso, na verdade: uma vez que enquanto o status social pode ser medido de uma maneira definida, calculada (como é feito por grande parte da sociologia americana moderna), um *habitus* distinto só pode ser avaliado no verdadeiro ambiente em que é praticado e no qual ele surge mediante o comportamento dos seus praticantes.

Isso nos leva a concluir que o letramento como tal não existe. O letramento sempre incorpora a voz letrada de alguém, ou melhor, a voz letrada de algum agente social. Nessa concepção, um tipo particular de letramento, socialmente determinado, pode não coincidir com uma definição particular, socialmente determinada, desse conceito. No trabalho de Signorini (e.g. 1998), a ênfase é mostrar de que modo os iletrados que funcionam no ambiente referido como 'letrado' (e. g. os vereadores de uma pequena cidade brasileira que possuem, no máximo, o terceiro ou quarto ano do primeiro grau - e que, por isso, não são capazes de ler ou escrever fluentemente) não se consideram iletrados, mas, simplesmente, 'não-escolarizados' (cf. o letramento 'não-escolarizado' de Heath, antes referido).

Colocar o letramento no discurso das vozes da sociedade também significa que não se pode realmente 'promovê-lo' como se fosse alguma habilidade

esquecida ou um costume folclórico ameaçado. O discurso é uma noção política, e o exercício da voz no discurso é uma atividade política. "O discurso não é alguma coisa que a língua *faz*. O discurso não é uma simples função da língua. Ao contrário, o discurso, em termos grosseiros, é a condição pela qual a língua, como uma estrutura ou um sistema, existe" (Luke, McHoul & Mey 1989: 40), e eu acrescento: isso também se aplica ao letramento. O letramento não é o que torna as pessoas letradas: é a maneira pela qual as pessoas funcionam no discurso da sociedade, se utilizando das suas próprias vozes. O letramento é como a cultura: não é um objeto, ou um objetivo em si; é uma função na sociedade ou, mais precisamente, um meio de funcionamento.

A 'objetificação' (para adotar um termo de Bourdieu: 1992:87ff) não intermediada da literatura e do letramento é, como geralmente acontece no caso da cultura, uma maneira infalível de se alienar aqueles que mais precisam do letramento e da cultura, ao defini-lo 'objetivamente', tendo como base as idéias de uma determinada classe social sobre o que o letramento e a cultura significam. Como observa a antropóloga dinamarquesa Kirsten Hastrup (1995:43), ao citar as opiniões de Joanne Rappaport sobre o letramento e o poder na América Latina colonial: "... a introdução da escrita transformou a cultura nativa, não por ser uma nova tecnologia, mas, mais significativamente, por ensinar uma determinada ideologia e preparar o caminho para a estrutura do poder colonial (Rappaport 1990)." A leitura, por ter sido introduzida ao mesmo tempo, e sob as mesmas condições, sofreu as mesmas tendências ideológicas; um fato que deve ser lembrado quando as atenções se voltam para os problemas da leitura, seja em pequena escala (como nas escolas primárias) ou em âmbito nacional (como na organização das campanhas de leitura ou na de congressos, em que se discute como se pode desenvolver a leitura nas massas). Esta questão será discutida com algum detalhe na próxima seção.

4. 'O mundo da leitura'

A leitura é, talvez, o aspecto mais visível do letramento. Uma pessoa que não pode ler fica muito mais exposta, em termos negativos, do que a que não pode escrever. A escrita, afinal, é dependente de inúmeros fatores, inclusive do uso de um instrumento de escrita e de uma caligrafia, mais ou menos visível; é sabido que entre as pessoas com educação superior, há muitas que não podem escrever de uma maneira que os outros possam entender sem que tenham um treinamento especial ou muita familiaridade. Como todo o mundo sabe, a caligrafia do médico da família é notoriamente ilegível, e, até os dias de hoje, é um enigma para o presente autor como os manuscritos de Marx chegaram a ser publicados, dada a 'caligrafia' dos originais.

Uma pessoa, normalmente, mesmo que seja iletrada, será capaz de escrever o seu nome (na opinião de muitos iletrados ter unicamente esta habilidade significa 'letramento', como observa Signorini, 1998:5). E com o advento dos recursos modernos da escrita, tal como o teclado eletrônico, muito do estigma das habilidades da escrita insuficiente foi eliminado. Minha esposa, que é professora de dinamarqueses de dezessete a dezenove anos, observou que esses jovens -muitos deles podendo ser classificados como 'funcionalmente iletrados' - quando deixados à vontade em um computador com um programa de processamento de textos, desenvolvem as habilidades da escrita em um número de horas que, dadas as suas produções manuscritas, não se julgaria ser possível. Experiências dinamarquesas recentes confirmaram que mesmo aqueles que foram institucionalizados como sendo totalmente incapazes mentalmente (os que são referidos como 'vegetativos') puderam se expressar clara e poeticamente (até com comentários sobre o tipo de 'cuidado' que recebiam e a maneira eram vistos pelos que tomavam conta deles), quando lhes foi fornecido um teclado ligado ao computador.

Em comparação ao uso relativamente limitado da escrita, as capacidades da leitura são tremendamente importantes em toda a trajetória da vida. Uma pessoa que possa ler é muitas vezes considerada como sendo a detentora das mais altas capacidades culturais e interpessoais, e, conseqüentemente, é encarregada das tarefas importantes. Signorini conta o exemplo de uma vereadora, com o nível universitário, que, imediatamente após ser eleita, "foi encarregada da tarefa de ler textos em voz alta", porque era a pessoa que "lia melhor", como um dos seus colegas observou (ibid).

No entanto, a leitura não está isenta da sua própria problemática; os problemas residem na mesma direção que indiquei quando me referi ao letramento em geral. A leitura também é um exercício de 'apropriação da voz': o/a leitor/a tem uma 'voz', mas esta voz não é somente sua (ver Mey 1997c: ch.8). A questão é, então (como foi antes apontada) *de quem* é a voz que ouvimos (e que usamos) quando lemos. Freqüentemente, não se fazem perguntas explícitas como essas; entende-se que a leitura é somente o ato de ler e que nós, como leitores, simplesmente temos acesso à propriedade comum da herança cultural, um patrimônio ('o mundo da leitura') que todos nós compartilhamos como membros de uma cultura. Ter acesso a este mundo é considerado um privilégio do qual alguns estão 'excluídos'; além disso, é suposto que a entrada no 'mundo da leitura' acontece, exclusivamente, nos próprios termos do/a leitor/a: ele/ela é colocado/a em contato com esse 'mundo', e daí em diante é simples: é só seguir em frente.

Exemplificando: o 11º Congresso Brasileiro de Leitura (11º COLE), que foi realizado em julho de 1997, em Campinas, SP, apresenta o tema desse encontro, *A voz e a letra dos excluídos*, apontando o crescente processo da globalização como sendo o responsável pelo aumento da marginalização de milhões de pessoas. Essa exclusão acontece, em primeiro lugar, ao nível da produção (o desemprego), mas se estende ao dos benefícios sociais e, de modo geral, torna os excluídos "efetivamente oprimidos". Aderindo "à luta pela efetiva garantia do exercício da cidadania pelas maiorias excluídas", os coordenadores do congresso querem criar "um espaço para a defesa da democratização do acesso ao mundo da leitura", com vistas a contribuir "para que a justiça e a democracia se façam de fato em nosso país" (todas as citações foram extraídas do 'folder' do congresso).

Estou convencido de que os organizadores desse congresso não só estão muito bem intencionados, mas também, em parte, têm razão: a leitura *é* uma qualificação importante, em uma sociedade global em expansão. Persiste, no entanto, a pergunta, antes colocada, a respeito de quais são as condições sobre as quais se conceitualiza e se organiza este tipo de processos de 'leitura remedial'. Na concepção comum, segundo indica o convite do congresso em questão, há pessoas que são excluídas de certos privilégios associados à classe social; a sua exclusão os torna desprivilegiados e a maneira de sanar isto, é lhes estendendo os privilégios (o da leitura, no caso). É a velha questão dos códigos 'bersteinianos' revisitada: os desprivilegiados, que falam um código restrito, têm que ser elevados ao nível da elaboração para poderem se defender da opressão. Nenhuma palavra é mencionada sobre as *necessidades* daqueles que são excluídos, e se eles querem beijar, em vez de morder, a mão que os alimenta com as migalhas do letramento e do treinamento bem intencionado na forma de cursos de leitura e de outros empenhos educacionais, dentro e fora do sistema escolar.

É preciso perguntar, do mesmo modo que Signorini (1998), o que realmente significa o 'mito do letramento': ser letrado é simplesmente melhor do que não ser letrado? Se a resposta é 'sim', então, naturalmente, é preciso perguntar como se procede para produzir o letramento nas pessoas. Mas se a resposta é mais qualificada (que, se seguirmos as orientações propostas por Graff, em 1986, parece ser o caso), então a pergunta mais importante não diz respeito à produção do letramento *tout court*, mas se refere à *localização* do letramento como uma função do discurso da sociedade, como insinuei antes. A próxima seção fará referências a algumas facetas deste último problema.

5. Iletrado ou desinformado?

O título desta seção foi extraído do artigo de Signorini (1998), anteriormente citado. Nele, a autora mostra que o valor do letramento, tal qual é percebido pelos eleitores rurais e pelos vereadores por eles eleitos (os quais, na sua maioria, são iletrados), depende das condições sociais que governam a vida política da comunidade. Na tradição política do lugar, certas instituições (como os "feudos" locais) e as maneiras paternalistas de se lidar com os problemas, são aceitas e consideradas funcionais pela maioria; a possibilidade de se eleger vereadores sem que esses tenham uma instrução formal, um fato decorrente das novas leis da eleição brasileira, na verdade, não modificou esse antigo padrão. Parece-me que David Olson estava certo quando, há mais de vinte anos atrás, nos preveniu sobre a supervalorização do letramento. O letramento, diz ele, "é, em parte, supervalorizado porque as pessoas letradas, tais como os educadores, por reconhecerem o valor do seu próprio trabalho, não conseguem valorizar o de mais ninguém. Mais significativamente, o letramento é supervalorizado por causa da própria estrutura da escolarização formal - a escolarização que, nas palavras de Bruner, implica em aprender 'fora do contexto da ação'..." (1975/76:149; apud Graff, 1986:63).

É precisamente o contexto que direciona os usos do letramento e que estabelece os seus valores. Segundo Graff, as discussões sobre o letramento vacilam, porque elas "ignoram - flagrantemente, muitas vezes - o papel vital do contexto sócio-histórico" (1986:63). E continua: "nem a escrita, nem a impressão, por si sós, são 'agentes da mudança'; seus impactos são determinados pela maneira na qual a ação humana os explora" (ibid:64); quer dizer, é o discurso social que designa ao letramento o seu papel apropriado.

Mas, se esse é o caso, será que isso também significa que precisamos desistir de ensinar às pessoas a ler ou (no contexto do tema da conferência em que este artigo foi originalmente apresentado, a saber, 'o hegemonismo lingüístico') será que abandonamos todos os esforços de educar as pessoas para o letramento, uma vez que ainda não estabelecemos algum tipo de contra-hegemonia? Discutirei esta questão na seção final deste trabalho, quando também tentarei chegar a algum tipo de conclusão.

6. Conclusão: O que fazer (e pode ser feito?)

Minha reação imediata às perguntas como a que foi colocada no final da seção anterior - o que pode ser feito, senão abandonar o letramento, uma vez

que ainda não estabelecemos algum tipo de contra-hegemonia? - é a de que ela não aborda a questão central do problema. Da maneira como a pergunta está formulada, a resposta é óbvia: nada. Mas esta resposta desconsidera o fato de que tal pergunta contém uma pressuposição não-revelada, cuja credibilidade é problemática, para se dizer o mínimo: a de que nós, como educadores, decidimos quando, onde e como educar alguém. No entanto, não somos nós, na verdade, que devemos decidir qual o tipo de letramento é necessário em determinadas 'conjunturas' (como Bourdieu as denomina; 1992:84) da sociedade; e essas conjunturas devem representar algum tipo de ação, historicamente motivada, que, no presente, seja possível. Do que precisamos nesse caso é o de que Roger Schank denomina de educação 'da hora certa': a ação necessária deve ser calibrada de acordo com as necessidades daqueles que precisam agir. A opressão e a exclusão, às quais me referi acima, não são, significativa ou exclusivamente, uma questão da aprendizagem ou da educação; elas têm a ver com as condições reais da vida de uma grande parte da humanidade. E, a esse respeito, a questão do letramento não é, talvez, a mais importante, e, de qualquer maneira, não é o único fator determinante. Para que uma professora de uma língua minoritária declare que o letramento, nessa língua, é uma parte importante da vida de um usuário, precisa estar claro para ela quais as questões que o mesmo considera como relevantes na sua existência. É a possibilidade de obter um emprego interessante? Ou é a de ser capaz de participar dos debates públicos? Ou é simplesmente a de saber equilibrar o orçamento doméstico?

Vou contar um caso elucidativo para esclarecer o que estou, aqui, tentando dizer. Uma das minhas colegas na Universidade de Campinas, em São Paulo, tem como empregada, há muitos anos, uma mulher iletrada. Essa mulher, a qual vou chamar de Rosa Maria, tem quatro filhos, que, segundo a opinião de todos, estão bem de vida: as duas moças estão casadas, os dois rapazes estão na universidade, um na Odontologia e o outro na Engenharia Mecânica. Rosa Maria criou esses filhos sozinha, pois o pai desapareceu quando eles eram bem pequenos. Quando Adriana, a minha amiga, pergunta a Rosa Maria se ela quer aprender a ler e a escrever, esta responde, educadamente: 'Sim, claro'; mas, ao longo dos anos, não existe, em Rosa Maria, a motivação suficiente para que ela sequer organize uma sessão de aula; e Adriana, naturalmente, não quer se impor, uma vez que o interesse está, definitivamente, só de um lado. Toda a vez que a questão é discutida, quando as duas estão trabalhando juntas ou quando estão conversando uma com a outra, Rosa Maria sempre questiona a necessidade das habilidades do letramento: elas serviriam para melhorar a sua qualidade de vida? Mas ela está lidando muito bem com

BEST COPY AVAILABLE

os seus problemas diários, mesmo com as autoridades que ela tem que enfrentar, dada a sua situação (ela é muito precisa quando se refere a sua posição); ela criou quatro filhos, nenhum deles nunca teve a ver com as drogas ou com o crime; ela até tem, agora, três netos, e acha que a sua vida está realizada. O que é que o letramento poderia acrescentar a essa realização? É verdade que ela está excluída, em um certo sentido, do 'mundo da leitura', e não há dúvidas que as suas experiências poderiam ser engrandecidas e a sua vida seria mais completa se ela tivesse 'acesso' a este mundo; mas atrelar uma 'vida melhor' ao letramento seria, no melhor dos casos, um *latius hos*, no pior, um simples *non sequitur*.

Agora, outro caso (desta vez inventado, mas, sem dúvida, próximo à realidade). João é um jovem de dezenove anos que acaba de receber o seu diploma de assistente técnico de laboratório químico, em um curso profissionalizante. Ele está procurando trabalho em um mercado especializado, mas, provavelmente, levará alguns anos para encontrar o lugar adequado. Enquanto isso, ele poderia utilizar seu desemprego forçado para melhorar as suas qualificações. Estaria o letramento entre elas? João, certamente, não é iletrado: pode ler e escrever, e a sua expressão oral é fluente; mas ele não está familiarizado com as outras redações ou leituras que não sejam as dos manuais técnicos e similares (e, naturalmente, as da seção dos esportes no jornal). Se se perguntar ao João de que ele mais precisa, no que diz respeito às questões educacionais, incluindo o letramento, a sua resposta provavelmente seria: o 'inglês' - não só para desenvolver as suas habilidades técnicas, mas também, e, talvez, principalmente, para ser capaz de encontrar um lugar na terra dos sonhos de todos os desempregados da América Latina: os Estados Unidos.

Tanto Rosa Maria como João têm uma visão altamente funcional do letramento: é um meio para se atingir alguns fins. Para Rosa Maria, esses foram atingidos sem o letramento e, conseqüentemente, o letramento não faz mais parte dos seus planos. Para João, o conceito do letramento está totalmente vinculado às perspectivas de conseguir um emprego decente e rendoso; e em um mundo em que o desemprego é a regra crescente a cada ano, é difícil de se imaginar a aquisição do letramento como sendo o centro de um possível interesse ativo e como parte do interesse da ação, por parte dos letrados ou dos semi-letrados.

Acima eu mencionei as 'línguas minoritárias' e, naturalmente, o que eu acabei de dizer é aplicável não só às línguas que são estrita e tradicionalmente

minoritárias, mas também às que, em um sentido muito específico, são faladas por uma minoria *social*, viz. os desempregados que entendem que as suas línguas 'nativas' não são 'suficientemente boas' para competir com a língua majoritária, que, em nossa economia globalizada, na maioria dos casos, é o inglês. Em um certo sentido, o/a brasileiro/a, que tenta enfrentar a sua vida em função do letramento, tem a mesma falta aparente de motivação para aprender a usar as 'letras' do que aqueles pais indígenas que enfatizam a importância de que os seus filhos adquiram as habilidades nas línguas majoritárias, em vez de na sua. Segundo observou Antonia Candela (comunicação pessoal), no México, nas vilas em que se fala o zapoteco, as pessoas locais, muitas vezes, censuram os professores visitantes que fazem parte de uma campanha de letramento, enganando-os, quando descobrem que eles interpretam o 'letramento' como sendo 'mais zapoteco' e não o espanhol. A mesma questão foi apontada por Peter Ladefoged, há alguns anos atrás, quando discutiu na *Language* as suas experiências na Índia Central. Aí, um pai indígena, falante do *toda*, se opôs, inflexivelmente, à aprendizagem da língua nativa pelos seus filhos; de acordo com ele, os mesmos deveriam aprender o inglês, e quanto mais cedo esquecessem o *toda*, melhor seria. E, segundo Ladefoged (1992:811), quem somos nós, lingüistas, para nos opor à visão desse pai, dizendo-lhe que está totalmente equivocado? Afinal de contas, nós, lingüistas ou educadores, não somos os responsáveis em criar, da melhor maneira possível, os filhos dos outros, dando-lhes, inclusive, uma perspectiva decente no mercado de trabalho.

Mas, a esse respeito, uma ponta de dúvida se insinua em meu modo de pensar. Não se estaria deixando de lado, ou mesmo esquecendo-se totalmente, as lições contidas na 'pedagogia do oprimido' de Paulo Freire (1973) e o seu conceito de 'conscientização'? Não foi o seu trabalho produzido com a intenção de melhorar as condições de vida dos pobres, tornando-os conscientes através da 'alfabetização', ou seja, através do ensino do letramento atrelado àquelas próprias condições, como sendo um primeiro passo com vistas a melhorá-las?

Na verdade, Freire sempre se baseou na premissa de que essa mudança das condições, esses esforços 'emancipatórios' deveriam ser, em última análise, produzidos pelos próprios oprimidos e não pelos educadores, por mais bem intencionados que fossem. Mas, ao mesmo tempo, ele atribuiu um papel importante aos educadores, sendo estes os que propiciam que o processo se instaure, os 'animadores' e os facilitadores dos projetos de letramento. Como aponta Heath, em outro contexto, a questão central do trabalho de Freire é a de que os planejadores do letramento "estabeleçam contextos institucionais que promovam a discussão

entre os novos letrados sobre o significado dos materiais da escrita, no que diz respeito às novas maneiras de pensar e *agir em suas vidas*" (1986b: 216, grifos meus).

O sucesso do trabalho de Freire pode ser, indiretamente, atribuído à oposição, para não dizer, à total perseguição que sofreu por parte das camadas influentes da sociedade: os militares (ainda no poder, na época), os grandes latifundiários, a classe alta urbana: em suma, os que têm contra os que não têm. Além disso, em nossos dias, como um veículo de protesto e como uma maneira de expressar oposição à situação atual dos fatos, a utilização de uma língua indígena pode ser apropriada e útil, mesmo que ela não seja, talvez, o meio de comunicação da maioria dos que participam da atividade. Quando o *Ejército Revolucionario Popular* apareceu, pela primeira vez, no estado de Guerrero, no México, em 28 de junho de 1996, apresentou os objetivos e a motivação da sua ação (neste caso, o de não ter sido convidado a participar do ato oficial da comemoração do massacre dos dezessete *campesinos* em Aguas Blancas, no ano anterior) com uma declaração em espanhol e em *nahuatl*, sendo esta a língua promovida a oficial pelo movimento revolucionário que queria se estabelecer entre o povo oprimido da região.

Clifford Geertz declarou, certa vez, que o trabalho do antropólogo (e eu acrescento: o do lingüista e o do educador) pode ser comparado aos "esforços dispendidos para ler textos por cima dos ombros daqueles a quem esses textos realmente pertencem" (1987: 239). Ou seja, a correta interpretação dos textos e das vozes pertence a quem os produz; afinal das contas, os 'textos' não são nada mais do que uma metáfora para aqueles conjuntos das relações sociais, aos quais, segundo indico, é dada uma 'voz' a ser falada e lida. Por isso devemos seguir 'a rota do meio', que se encontra entre a atitude daqueles que querem de imediato se identificar com o desejo dos falantes das minorias de acabar, da maneira como for preciso, com a hegemonia e a desigualdade tão legitimamente contestadas (Ratto, 1996:1) (esta sendo a solução 'ladefogediana' ao problema do *toda* acima referido), e os esforços dos educadores de impor os seus pontos de vista como sendo os únicos possíveis e viáveis, em determinada situação: o comentário do vereador iletrado de que 'foi a vida que me ensinou' (Signorini 1998:10) vai além da auto-defesa: pode ser entendido como uma simples afirmação dos fatos. Acabar com iletramento no ano 2000, o grandioso projeto sonhado pela UNESCO nos meados dos anos sessenta, nunca será uma realidade significativa, a não ser que se aprenda a respeitar os usos do letramento da maneira que eles são percebidos pelas pessoas a quem se quer introduzir como no 'mundo da leitura' e nos outros aspectos do 'nosso' letramento. O letramento, para que seja

verdadeiramente funcional, tem que ser situado dentro de um discurso representativo da atividade, em que a representação não é a 'voz' da maioria letrada, mas a da minoria iletrada.

Traduzido por Maria da Glória de Moraes*
IEL/DLA -UNICAMP

(Recebido em julho 1997. Aceito em setembro 1997)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. (1992) *Outline of a theory of practice*. Cambridge &c.: Cambridge University Press [edição francesa original: 1977].

GORAYSKA, B. & J. L. MEY (1997) Murphy's surfers, or: Where is the green? Lure and lore on the Internet. *AI & Society* (a ser publicado).

GRAFF, H. J. (1986) The legacies of literacy: Continuities and contradictions in western society and culture. In: CASTELL, S. de, A.LUKE & K. EGAN (eds.) *Literacy, society, and schooling. A reader.* Cambridge &c: Cambridge University Press. : 61-86.

FREIRE, P. (1973) *Pedagogy of the opressed*. New York: Seabury Books [edição original:1969].

GEERTZ, C. (1987) Deep play: A note on the Balinese cockfight. In: P. RABINOW & W. M. SULLIVAN (eds.) *Interpretative social science: a second look*. Berkeley &c.: University of California Press : 195-240.

HASTRUP, K. (1995) *A passage to anthropology*. London: Routledge.

HEATH, S. B. (1986a) The functions and uses of literacy. In: CASTELL, S. de, A. LUKE & K. EGAN (eds.). *Literacy, society, and schooling. A reader.* Cambridge &c.: Cambridge University Press: 15-26.

HEATH, S. B. (1986b) Critical factors in literacy development. In: CASTELL, S. de, A. LUKE & K. EGAN (eds.) *Literacy, society, and schooling. A reader.* Cambridge &c.: Cambridge University Press. : 209-232.

LADEFOGED, P. (1992) Another view of endangered languages. *Language* 68 4: 809-811.

LUKE, A., A. MCHOUL & J. L. MEY (1989) On the limits of language planning: class, state and power. In: R. BALDAUF & A. LUKE (eds) *Language planning and education in Australasia and the South Pacific*. Clevedon & Philadelphia: Multilingual Matters : 25-46.

*Agradeço à colega Joanne M. Busnardo pelas sugestões pertinentes a respeito de alguns aspectos da tradução deste trabalho.

BEST COPY AVAILABLE

MAGALHÃES, M. I. (1995). Beliefs about literacy in a Brazilian community. *International Journal for Educational Development,* 15.3: 263-276.

MEY, J.L. (1985) *Whose language? A study in linguistic pragmatics.* Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.

_____(1997a) The voices of society. Série de conferências proferidas nos programas de pós-graduação em Lingüística e Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, SP; março-maio 1997.

_____(1997b) Metaphors and computing. *Rask 5/6:* 3-20 .

_____(1997c) *When voices clash: Studies in the pragmatics of literary texts.* Berlim: Mouton de Gruyter, (a ser publicado).

MERTZ, E. (1992) Linguistic ideologies and praxis in U.S. law school classrooms. *Pragmatics* 2.2: 111-126.

PAPERT, H. (1978) *Mindstorms.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

RAPPAPORT, J. (1990) *The politics of memory. Native historical interpretation in the colonial Andes.* Cambridge: Cambridge University Press.

RATTO, I. (1996) Functioning in a literate context: The interactional strategies of an illiterate union representative (submetido à publicação ao *Journal of Pragmatics*).

SALOMON, G. (1992) Computer's first decade: Golem, Camelot, or the Promised Land? Conferência proferida a convite do AERA (American Educational Research Association) Meeting, abril 1992, San Francisco (inédito).

SIGNORINI, I. (1998) Literacy and legitimacy: Unschooled councilmen in legislative sessions. *Journal of Pragmatics* (no prelo).

SIMON, H. (1982) *The sciences of the artificial.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

TAMARO, S. (1995) *Va dove ti porta il cuore.* Milano: Bompiani.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (349-375)

Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras*
(Comparative Aspects of Grammar in Brazilian Indigenous Languages)

Marcus Maia, Bruna Franchetto, Yonne de Freitas Leite, Marília Facó Soares & Marcia Damaso Vieira
(*MN-Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq*)

Abstract: This paper compares a set of interrelated phenomena concerning the syntax/morphology interface in four Brazilian indigenous languages: Kuikúro, Guarani, Karajá and Tikuna. The linearization of the SOV word order is discussed following Chomsky (1993) and Kayne (1993). Clitics, auxiliaries and functional categories are also examined, allowing a preliminary comparative overview on the structure of the clause in the languages.

Resumo: Este artigo compara um conjunto de fenômenos interrelacionados cencernentes à interface sintaxe/morfologia em quatro línguas indígenas brasileiras: Kuikúro (família Karib). Mbyá Guarani (família Tupi-Guarani), Karajá (tronco Macro-Jê) e Tikuna (isolada). Discute-se, inicialmente a linearização da ordem SOV, predominante nessas línguas, com base em Chomsky (1993) e Kayne (1993). Examinam-se, em seguida, construções com clíticos e auxiliares e discute-se o conjunto de categorias funcionais componentes da estrutura frasal, a fim de fornecer um quadro comparativo da estrutura da oração nas quatro línguas.

Key words: Minimalism; Word Order; Functional Categories; Concordance; Subject; Indigenous Languages.

Palavras-chave: Minimalismo; Ordem de Constituintes; Categorias Funcionais; Concordância; Sujeito; Línguas Indígenas.

*Este trabalho foi apresentado inicialmente no III Encontro de Gramática Gerativa, na Faculdade de Letras da UFRJ em agosto de 1995. Uma segunda versão foi apresentada no Simpósio Teoria da Gramática/Línguas Indígenas Brasileiras no XI Encontro Nacional da ANPOLL em junho de 1996. O primeiro autor é o principal autor da publicação, sendo os demais autores listados em ordem alfabética pelo último sobrenome. Todos desenvolvem projetos individuais sobre as línguas em comparação. Bruna Franchetto estuda o Kuikúro, Yonne Leite e Marcia Damaso Vieira pesquisam línguas da família Tupi-Guarani, Marcus Maia estuda a língua Karajá e Marília Facó Soares estuda a língua Tikuna.

BEST COPY AVAILABLE

0. Introdução

Este trabalho trata da organização das categorias funcionais e de sua interação com diferentes fenômenos relacionados à interface sintaxe/morfologia nas línguas indígenas brasileiras Karajá, do tronco Macro-Jê, Mbyá Guarani, da família Tupi-Guarani, Kuikúro, da família Karib, e Tikuna, isolada.

Procurou-se, particularmente, explorar o modelo proposto em Chomsky (1993) em que se estabelece a existência, na Gramática Universal, de dois sintagmas de concordância, um para a checagem de traços relacionados ao sujeito (AgrsP)[1] e outro para a checagem de traços relacionados ao objeto (AgroP). Um dos objetivos centrais deste artigo é, então, o de testar a adequação deste modelo face aos dados das línguas indígenas examinadas.

Chomsky (1993) propõe a redução dos níveis de representação gramatical a um nível de representação abstrata dos sons, a Forma Fonética (FF) e a um nível abstrato de representação dos significados, a Forma Lógica (FL), eliminando os níveis de representação interna do modelo de Regência e Vinculação (Chomsky, 1981), a saber, os níveis conhecidos como Estrutura Profunda (EP) e Estrutura Superficial (ES). A derivação das frases é concebida no sistema de Chomsky (1993) como resultado da aplicação sobre um Léxico de duas operações binárias simples: concatenação e movimento. Estas duas operações do sistema computacional constroem estrutura, formando pares de representação constituídos por objetos de FF e FL. Em qualquer ponto da computação, uma operação conhecida como Spell-Out pode ser aplicada, eliminando da estrutura FF/FL até aqui derivada os traços apenas relevantes para FF. Após esta divisão, a derivação continua na chamada sintaxe invisível até FL. A computação anterior ao ponto de Spell-Out é também conhecida como sintaxe visível e as operações que têm lugar entre Spell-Out e FF fazem parte do componente fonológico. Após Spell-Out, a derivação é avaliada por um princípio da Gramática Universal, o princípio da Interpretação Plena que determina a convergência ou não da derivação. Chomsky propõe também que os traços constituintes de um item lexical possam ser fortes ou fracos. Assim, por exemplo, os traços morfológicos fortes associados com as categorias lexicais são potencialmente visíveis nas interfaces e devem ser checados antes de Spell-Out, pois não desempenham qualquer função nem em FF e nem em FL e provocarão a não convergência (crash) da derivação. Já os

[1]Abreviamos as categorias lexicais com suas iniciais em português e mantemos as categorias funcionais em inglês.

traços ditos fracos não são visíveis nas interfaces, podendo procrastinar a sua checagem para operações posteriores ao ponto de Spell-Out.

No que se refere à linearização da cadeia de constituintes frasais, Chomsky (1993) adota proposta de Kayne (1993) de que os Princípios da Gramática Universal apenas determinam o ordenamento Sujeito Verbo Objeto (SVO), sendo as demais ordens atestadas nas línguas derivadas por movimento a partir desta ordem. De acordo com o quadro teórico proposto em Chomsky (1993), em todas as línguas haveria operações de movimento dos argumentos verbais com a finalidade de checar caso estrutural no âmbito das categorias funcionais de concordância. Assume-se, portanto, que tanto o SN sujeito quanto o SN objeto são gerados internamente ao SV, devendo ser alçados quer antes, quer depois do ponto de Spell-Out, a fim de ter Caso e concordância checados na relação especificador/núcleo com o núcleo do sintagma de concordância (AgrP) apropriado. O Caso nominativo, que é função do caráter finito do predicado, é checado na categoria funcional de concordância de sujeito (AgrsP), que domina a categoria funcional de Tempo (TP) para onde o sujeito deve elevar-se em algum ponto da derivação. O Caso acusativo é checado via sintagma de concordância de objeto (AgroP), para cuja posição de especificador o SN objeto deve alçar-se a fim de checar seu Caso com o núcleo de AgroP, ao qual o verbo estaria adjungido. Chomsky incorpora idéias de Holmberg (1986) que, analisando línguas escandinavas, condiciona o movimento dos SNs em posição de objeto para o especificador de AgroP ao prévio alçamento do verbo para o núcleo de AgroP. A partir desta generalização, Chomsky introduz a noção de eqüidistância, argumentando que a subida do verbo forma uma cadeia que tem a cabeça no núcleo de Agro e o pé no núcleo de SV. A existência de tal cadeia tornaria viável que os especificadores de Agro e de SV permaneçam no domínio mínimo da cadeia, ficando eqüidistantes da posição do complemento verbal. É por essa razão que, no sistema de Chomsky (1993), o SN objeto pode saltar sobre a posição de especificador de SV sem violar a Condição do Movimento Mais Curto, que especifica que o alvo do movimento não pode estar além do primeiro sítio de pouso apropriado que, no caso, seria o especificador de SV. Seguindo o princípio da ciclicidade estrita, agora derivado de necessidade conceptual virtual, o próximo passo na derivação é o alçamento do sujeito interno ao SV, presumivelmente, para a posição de especificador do Sintagma de Tempo (TP) ou para a posição de especificador de AgrsP, saltando sobre aquele que seria o primeiro sítio de pouso apropriado, a posição de especificador de AgroP. Tal procedimento, que constituiria uma violação à Condição do Movimento Mais Curto, só poderia ser licenciado pela subida visível do complexo [Agro

verbo+ Agro] para o núcleo de TP. Esta operação, no entanto, seria problemática para as línguas SOV, pois a subida do verbo, na sintaxe visível, para o núcleo de TP, passando por cima do SN objeto no especificador de AgroP, impediria a linearização da ordem OV. Neste trabalho, estas hipóteses fornecem o quadro teórico em que são abordadas exploratoriamente áreas da gramática das línguas indígenas em foco, nas quais predomina a ordem vocabular SOV. Iniciamos a discussão analisando a derivação da ordem vocabular e sua interação com sistemas de concordância de sujeito e de objeto.

1. A Derivação da Ordem SOV em Karajá

1.1. Advérbio

Nesta seção, discutem-se fatos relacionados à ordem vocabular na língua Karajá[2] dentro do quadro do programa minimalista, seguindo o sistema de Chomsky (93), que desenvolve propostas de Pollock (89) de que advérbios adjungidos ao SV possam fornecer um teste para se determinar a ocorrência ou não nas línguas de alçamento do verbo antes do ponto de Spell-Out. Inicialmente, vamos discutir a linearização da ordem SOV, que é dominante em Karajá, em orações em que o verbo lexical é integralmente flexionado. Depois, vamos considerar também orações em que o verbo lexical é um infinitivo não flexionado seguido por um auxiliar flexionado. Finalmente, discutimos a parametrização entre os sistemas de marcação de sujeito e de objeto no verbo Karajá, analisando dados que sugerem que, enquanto o sistema de concordância de objeto é checado na sintaxe visível, a checagem do sistema de concordância de sujeito pode ser procrastinada para a sintaxe invisível. O paradigma apresentado em (1) parece indicar que os verbos lexicais e os objetos em Karajá são alçados acima do advérbio adjungido ao SV. No sistema de Chomsky (1993), pode-se capturar este comportamento através da categoria funcional AgroP, como se desenvolverá adiante:

(1) a. Kua habu hawò r-i-winy-ra ywimy.
aquele homem canoa 3A-tema-fazer-Pass vagarosamente
"Aquele homem fez a canoa vagarosamente"
b.* Kua habu riwinyra ywimy hawò.
aquele homem fez vagarosamente a canoa
c. ?? Kua habu hawò ywimy riwinyra.
aquele homem canoa vagarosamente fez

[2]A língua Karajá, pertencente ao tronco Macro-Jê, é falada por cerca de 3.000 pessoas, que habitam a Ilha do Bananal (TO) e adjacências.

d. * Hawò riwinyra kua habu ywimy.
canoa fez aquele homem vagarosamente
e. ?? Kua habu riwinyra hawò ywimy.
aquele homem fez canoa vagarosamente

Note-se, em (1), o contraste que se obtém no julgamento de gramaticalidade de uma sentença como (a), por um lado, e (b) e (c), por outro lado. Nos termos do quadro teórico sob consideração aqui (Chomsky (1993)), tais diferenças seriam indicativas de que os traços nominal e verbal de Agro são fortes em Karajá. A agramaticalidade do exemplo (b) é assim analisada como indicativa de que a elevação do verbo na sintaxe visível não é suficiente para garantir a convergência da frase. O SN em posição de objeto também deve elevar-se para a posição de especificador de AgroP a fim de checar caso acusativo na relação especificador/núcleo com o núcleo de AgroP. Da mesma forma, também pode-se tomar a agramaticalidade da frase (c) como evidência de que o SN objeto não pode elevar-se para a posição de especificador de AgroP, acima da posição de especificador de SV, se o verbo não sobe para o núcleo de AgroP (a fim de estabelecer o domínio de checagem adequado para que o SN objeto esteja equidistante de ambos os especificadores de SV e de AgroP). Já a agramaticalidade da frase (1d) pode ser interpretada como uma indicação de que o SN sujeito deva mover-se de sua posição interna ao SV para checar caso nominativo antes do ponto de Spell-Out. Assim, a elevação do verbo, bem como dos SNs sujeito e objeto na sintaxe visível produzem a linearização da ordem SOV, que é dominante em Karajá.

Note-se, entretanto, que a fim de que a linearização da ordem SOV possa ser mantida, o verbo não deve mover-se do núcleo de AgroP antes de Spell-Out. O fato de que o verbo só pode mover-se de Agro em Forma Lógica indica que, ao contrário dos traços N e V de Agro, que são fortes, e, portanto, devem ser checados na sintaxe visível, os traços de Agrs são fracos em Karajá, permitindo a procrastinação do movimento do verbo para a sintaxe invisível. Elimina-se também a possibilidade de se ter um sistema de afixação incorporativo, em que os afixos seriam anexados via movimento sintático de núcleo. Como o verbo não sobe além de Agro, não seria possível à raiz verbal anexar os afixos de sujeito, tempo e aspecto que, segundo o sistema incorporativista, deveriam ser adquiridos pela raiz verbal não flexionada nas categorias funcionais relevantes. Por fim, note-se a existência de um problema técnico no modelo explorado neste artigo, a saber, o quadro delineado em Chomsky (1993), que assume idéias de Kayne (1993): não se pode invocar a equidistância, ao menos nos termos em que esta é definida neste quadro teó-

BEST COPY AVAILABLE

rico, para permitir que o sujeito interno ao SV ignore a posição relevante mais próxima - o especificador de AgroP - objetivando o especificador de TP ou de AgrsP. Com relação à primeira questão, isto é, o fato de que os traços de Agrs são fracos em Karajá, permitindo a procrastinação do movimento do verbo para a sintaxe invisível, apresentaremos evidências independentes, considerando o comportamento dos clíticos e dos auxiliares nesta língua. Com relação ao problema de não se poder invocar a eqüidistância para permitir que o sujeito interno ao SV salte sobre o especificador de AgroP, adotamos a reformulação do conceito de eqüidistância proposta por Bobaljik (1994), que será objeto de consideração em maior detalhe em Maia et alii (1998b).

1.2. Clíticos

Em Karajá, ao contrário de Tikuna e Kuikúro, em que os clíticos e desinências de objeto internas ao verbo podem coocorrer com os SN's complementos, desde que estes não estejam em posição argumental, não constatamos evidências da coocorrência de clíticos ou desinências de objeto com os SN's complementos. Os clíticos do Karajá, que identificam a primeira, a segunda e a terceira pessoas são marcadas com caso morfológico através do mesmo morfema *-my* , que marca os SNs objetos de um grupo de verbos em Karajá. As desinências verbais que indicam objeto ocorrem imediatamente à esquerda da raiz verbal e identificam a primeira e a segunda pessoas apenas.

Em alguns verbos Karajá, os clíticos parecem ocorrer em distribuição complementar com os afixos de objeto internos ao verbo, como exemplificado em (2). Em (2a), exemplifica-se uma construção com clítico. Note-se que o clítico de primeira pessoa wa em (2a) recebe a mesma marca -my que o objeto do verbo -ohote- "bater" em (2b). Observe-se em (2c) que a estratégia de marcação de objeto com desinência interna ao verbo não é possível com a mesma raiz verbal que aceita o clítico. O caso inverso é exemplificado em (2d), (2e) e (2f). Em (2d), o SN objeto do verbo -heteny- "agredir" não recebe a marca de caso -my. Em (2e), este mesmo verbo pode ser marcado com a desinência de objeto -wa- ; em (2f), mostra-se que a estratégia com o clítico não está disponível para este verbo:

(2) a. Kua habu wa-my r-a-ohote-re
aquele homem 1Ob-AC 3A-tema-bater-Pass
" Aquele homem me bateu"
b. Kua habu weryry-my r-a-ohote-re
aquele homem menino-AC 3A-tema-bater-Pass
"Aquele homem bateu no menino"

BEST COPY AVAILABLE

c.* Kua habu r-a-wa-ohote-re
aquele homem 3A-tema-1Ob-bater-Pass
"Aquele homem me bateu"
d. Kua habu weryry r-i-heteny-re
aquele homem menino 3A-tema-bater-Pass
"Aquele homem bateu no menino"
e. Kua habu r-i-wa-heteny-re
a quele homem 3A-tema-1Ob-bater-Pass
"Aquele homem me bateu"
f. * Kua habu wa-my r-i-heteny-re
aquele homem 1Ob-AC 3A-tema-bater-Pass
"Aquele homem me bateu"

1.3. Auxiliares

As construções com auxiliares em Karajá podem fornecer suporte adicional para uma análise dos clíticos e das desinências de objeto em Karajá como sendo licenciados na sintaxe visível, em contraste com os prefixos de sujeito cuja checagem pode ser procrastinada para a Forma Lógica. Considere o paradigma em (3):

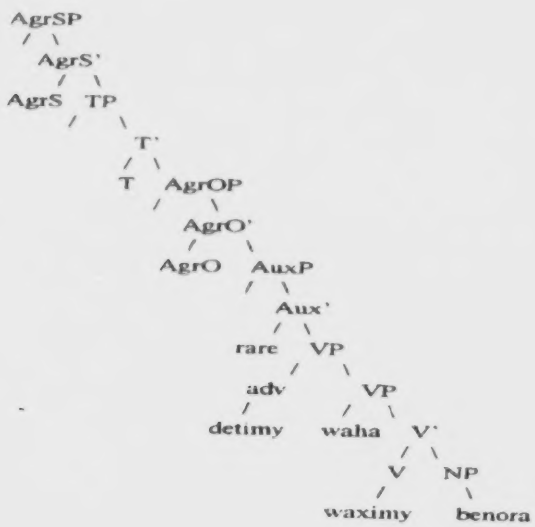
(3) (a) Waha benora waximy r-a-re detimy
meu pai tucunaré pescar 3A-tema-Pass rapidamente
"Meu pai foi pescar tucunaré rapidamente"
(b) * Waha benora rare waximy detimy
meu pai tucunaré foi pescar rapidamente
(c) ?? Waha benora waximy detimy rare
meu pai tucunaré pescar rapidamente foi
(d) *Waha waximy rare benora detimy
meu pai pescar foi tucunaré rapidamente
(e) *Waha rare waximy benora detimy
meu pai foi pescar tucunaré rapidamente
(e) *Waha rare waximy benora detimy
meu pai foi pescar tucunaré rapidamente

(3a) é uma construção em que o verbo lexical é um infinitivo não flexionado. O prefixo subjetivo, bem como o sufixo de tempo são realizados em uma forma verbal auxiliar que deve seguir-se ao verbo lexical, como demonstrado pela agramaticalidade de (3b). (3c) testa a posição relativa do auxiliar e do advérbio adjungido ao SV, sugerindo que a melhor aceitabilidade do auxiliar é acima de SV . (3d) e (3e) indicam que nem o verbo lexical, nem

BEST COPY AVAILABLE

o auxiliar podem alçar-se acima do objeto. Nossa proposta é a de que o auxiliar seja o núcleo de um sintagma Aux que é concatenado a Agro, acima do nó SV, como demonstrado na configuração representada abaixo em (4):

(4)



De acordo com esta análise, o auxiliar não teria justificativa morfológica para elevar-se antes de Spell-Out, pois a concordância de sujeito e o tempo são ambos fracos em Karajá. O verbo lexical, contudo, deve elevar-se abertamente, pois Agro tem traço V forte em Karajá. Esta análise é independentemente motivada pela observação de que o morfema objeto, que pode ocorrer prefixado à raiz verbal (5a), não pode ocorrer no verbo auxiliar (5b), mas pode ocorrer como um clítico, fora da raiz verbal (5c).

(5) (a) Kua ijorosa r-i-wa-rò-kre.
aquele cachorro 3A-tema-1Ob-morder-Fut.
"Aquele cachorro me morderá"
(b) *Kua ijorosa r-i-rò-my r-a-wa-kre
aquele cachorro 3A-tema-morder-Subord. 3Atema-1Ob-Fut
"Aquele cachorro vai me morder"
(c) Kua ijorosa wa-my r-i-rò-my r-a-kre
aquelecachorro1Ob-Ac3A-tema-morder-Subord 3A-tema-Fut
"Aquele cachorro vai me morder"

BEST COPY AVAILABLE

O fato de que o morfema de objeto não pode ser afixado ao auxiliar fornece confirmação independente para a análise apresentada acima: o traço de concordância de objeto é forte em Karajá e deve ser checado antes de Spell-Out. Assim, este pode ser realizado no verbo lexical ou como um clítico ao verbo lexical, sendo adequadamente checado na sintaxe visível em ambos os casos, seja via adjunção da raiz verbal ao núcleo de Agro, seja via relação especificador/núcleo. Contudo, os marcadores verbais de objeto não podem ocorrer como afixos do auxiliar, pois estes, conforme nossa análise, permanecem in situ na sintaxe aberta, somente checando seus traços em FL. Os auxiliares em Karajá podem receber o conjunto completo de afixos verbais, exceto os marcadores de objeto. Assim, uma frase como (6a), com um verbo integralmente flexionado, pode opcionalmente ser expressa como em (6b) em que todos os afixos, com exceção do marcador de objeto são realizados no auxiliar. (6c) como (5b) demonstram que o prefixo de objeto não pode ser realizado no auxiliar. Tal fato se torna claro, se adotamos a análise sugerida aqui:

(6) (a) r-i-wa-heteny-myhy-reny-õ-reri
3A-tema-1Obj-bater-Asp. cont.-Pl-Neg-Pres.
"Eles não estão me batendo continuamente"

(b) r-i-wa-heteny-my r-a-myhy-reny-õ-reri
3A-tema-1Obj-bater-Subord. 3A-tema-Asp.cont.-Pl-Neg-Pres
"Eles não estão me batendo continuamente"

(c) * r-i-heteny-my r-a-wa-myhy-reny-õ-reri
3A-tema-bater-Sub. 3A-tema-1Obj-Asp.-Pl-Neg-Pres
"Eles não estão me batendo continuamente"

2. Mbyá-Guarani (família Tupi-Guarani)

No dialeto Mbyá Guarani investigado[3], observa-se a ocorrência das ordens SOV e SVO, sendo a primeira o tipo dominante na gramática dos falantes mais velhos. Nesta seção, averiguamos a derivação da ordem SOV em Mbyá Guarani, focalizando as construções que envolvem verbos auxiliares, por serem estes, elementos que permanecem in situ em sintaxe visível e, por isso, podem servir como diagnóstico para a demarcação de fronteira entre o SV e o sistema flexional.

[3] Os informantes do dialeto Mbyá -Guarani consultados residem no Posto Bela Vista ,em Ubatuba,Estado de São Paulo.

2.1. A demarcação de fronteira de SV

A posição dos advérbios não-sentenciais é geralmente utilizada como teste para a demarcação de fronteira de SV. A partir da posição deste tipo de advérbios, gerados em adjunção ao SV, é possível determinar se a linearização da ordem SOV, por exemplo, é produzida ou não pelo movimento do verbo e de seus argumentos para fora de SV. Em Mbyá Guarani, todavia, os advérbios podem figurar em qualquer posição na sentença, como mostra o exemplo (7). Sendo assim, a posição que eles ocupam na sentença não serve como diagnóstico para a demarcação de fronteira de SV[4]:

(7) **(begwe'i)** ava-kwe **(begwe'i)** ajaka **(begwe'i)** o-japo **(begwe'i)**
devagar homem-pl. cesta 3-fazer
Os homens fizeram a cesta devagar'

Analisamos, então, as construções com verbos auxiliares como diagnóstico para a linearização da ordem SOV.

2.1.1. As construções com verbos auxiliares

Em Mbyá Guarani, existe uma classe restrita de verbos usada para expressar o aspecto progressivo. Entre esses verbos, encontram-se os posicionais ("estar sentado", "estar em pé", etc.), os de movimento e o verbo "estar". As construções em que figuram os auxiliares apresentam as seguintes propriedades:

(i) O verbo lexical é marcado com flexão de concordância de sujeito[5], de tempo e de negação, enquanto que o verbo auxiliar só exibe morfologia de concordância de sujeito.

[4]Lista das abreviações utilizadas no texto: aux.=auxiliar; dep.=(marcadordeoração) dependente; fut.=futuro; pl.=plural; refl.=reflexivo ;rel.=relacional;sg.=singular.

[5] Em Mbyá Guarani, assim como em outras línguas da família Tupi-Guarani,o verbo apresenta flexão de concordância de sujeito quando o objeto é de 3a pessoa :
(i) xee mitã a-exa 'Eu vi a criança'
eu criança 1sg.-ver
Porém, quando o objeto é de 1a ou 2a pessoas, o verbo porta apenas os clíticos pronominais de objeto:
(ii) mitã xe rexa 'A criança me viu '
criança me ver

Nessas construções, o sujeito concorda, então, com dois ou mais verbos:

(8) ava-kwe ajaka **o-japo-ta o-kwapy**
homem-pl. cesta 3-fazer 3-aux.
'Os homens estarão fazendo cesta.'

(ii) O verbo auxiliar sempre segue o verbo lexical, mas quando o precede, a sentença torna-se agramatical:

(9) a.* ava-kwe **o-kwapy o-japo** ajaka
homem-plural 3-aux. 3-fazer cest
b.* ava-kwe **o-kwapy** ajaka **o-japo**
homem-pl. 3-aux. cesta 3-fazer

A agramaticalidade das sentenças (9a e b) é o resultado do não-deslocamento do verbo para fora de SV. Propomos que o verbo auxiliar é gerado no núcleo de AuxP que domina imediatamente o SV, onde o verbo e seus argumentos são projetados. Ele não pode ser gerado no interior de SV, uma vez que não faz parte das relações temáticas do predicado. Dessa maneira, sua ocorrência sempre à esquerda do verbo lexical indica que este último se move de sua posição de base em sintaxe visível. A agramaticalidade de (9a-b) resulta, então, do não-deslocamento do verbo para fora de SV e, não da permanência do objeto in situ porque a língua permite a ordem SVO, como em (4).Tal fato mostra também que o movimento do objeto está vinculado ao deslocamento do verbo antes de Spell-Out:

(10) ava-kwe **o-japo o-kwapy** ajaka
homem -plural 3-fazer 3-aux. cesta
'Os homens estão fazendo cesta'

2.2. O alçamento do verbo e do objeto

Adotando a posição dos auxiliares como indicadora de fronteira de SV e a hipótese de que SVO é a ordem em que o verbo e seus argumentos são gerados em SV, assumimos que a ordem SOVAux é obtida através de movimentos sucessivos do verbo e de seus argumentos para fora de SV. Em Mbyá Guarani, existem evidências de que a ordem SVO parece ser a ordem de base. Trata-se das construções interrogativas descontínuas, envolvendo o sintagma "qual SN". Observe-se que nesse tipo de interrogativas, a palavra

qu- aparece em [Spec,CP], à esquerda, enquanto que o restante do sintagma interrogado ocorre após o verbo lexical na ordem VO:

(11) **mava'e** pa ere-japo **ajaka**
qual inter. 2sg,-fazer cesta
'Qual a cesta que você fez?'

Assumindo que movimento envolve cópia e apagamento, podemos sugerir aqui que a posição do objeto descontínuo marca a posição do pé da cadeia de onde o sintagma -qu foi deslocado. Assim, tais estruturas mostram ser VO a ordem de base[6]. Em Mbyá Guarani, tanto o verbo lexical quanto o objeto são deslocados de suas posições de base em SV para uma categoria funcional situada logo acima de SV (ou de AuxP). Denominamos essa categoria de AgroP. Observe-se que o fato de o verbo poder mover-se sobre o núcleo de Aux em estruturas SOVAux mostra que o Mbyá Guarani permite, assim como o Karajá, movimento longo de verbo.

A fim de justificar a ordem OV , sugerimos que em Mbyá Guarani, o núcleo de AgroP - Agro- possui traços N(ominais) e V(erbais) fortes que engatilham , antes de Spell-Out, o movimento do verbo e do objeto para as suas posições de especificador e de núcleo, respectivamente, onde se dá a checagem de traços de Caso acusativo e de concordância. A ordem OV é ainda observada em construções envolvendo clíticos pronominais. Note-se no exemplo (11) abaixo que o clítico de objeto precede imediatamente o verbo, indicando , assim, que ele é também licenciado em AgroP:

(11) a'i xe nupã o-ikovy
mãe me bater 3-aux.
'Minha mãe está me batendo'

Existem outras evidências que justificam a postulação de Agro com traços N e V fortes em Mbyá Guarani. Trata-se das estruturas de Regência Excepcional para Caso. Como em Mbyá Guarani, o objeto é alçado para [Spec,AgroP] em sintaxe visível, a fim de checar os traços de Caso e de concordância, é de se esperar que os sujeitos de construções de Regência Excepcional para Caso também sejam deslocados para [Spec, AgroP] da oração matriz antes de Spell-Out.Os exemplos abaixo mostram ser este o procedimento encontrado em Mbyá Guarani:

[6] Para análise sobre interrogativas descontínuas, vide Vieira (1996).

BEST COPY AVAILABLE

(12) xee Ara$_i$ a-exa [t$_i$ g-uu o-inupã-ramo]
eu Ara 1sg.-ver 3 refl.-pai 3-bater-ramo
'Eu vi a Ara bater no seu pai'

(13) Ara xe$_i$ rexa [t$_i$ g-uu a-inupã -agwã]
Ara me ver 3-pai 1sg.-bater-dep.
'A Ara me viu bater no pai dela'

Note-se que nessas estruturas[7], o sujeito da oração encaixada ocorre na posição estrutural de objeto da oração matriz, o que sugere que ele foi alçado da posição de base de sujeito para a posição derivada de objeto.

2.3. O alçamento do sujeito e a violação da Condição de Movimento mais Curto

O alçamento do objeto para [Spec,AgroP] em Mbyá Guarani parece estar condicionado ao movimento do verbo para o núcleo Agro. Se o verbo permanece após o auxiliar, é sinal de que está in situ ,o que torna a sentença agramatical, como vimos nos exemplos(9a e b). O deslocamento do verbo para Agro parece, então, necessário para tornar as posições [Spec, SV] e [Spec, AgroP] eqüidistantes para o movimento do objeto.

Na ordem SOV, como o sujeito precede o objeto e o verbo, ele também tem de ser deslocado de sua posição de base em [Spec, SV]. No entanto, esse movimento deveria ser impedido porque, como o verbo lexical permanece em Agro e o auxiliar, in situ, as posições [Spec,AgroP], preenchida pelo objeto, e [Spec,TP] não se tornam eqüidistantes do sujeito. De acordo com o quadro teórico aqui adotado, se o sujeito se mover em tal configuração, have-

[7] Existe uma outra análise alternativa para construções como (12)e (13) .Elas podem ser interpretadas como construções de Controle de Objeto. Nesse caso, o objeto da oração matriz seria o argumrnto interno do verbo da matriz que estaria coindexado com o sujeito PRO da oração depenedente.
Acontece que essa análise não é adequada para o Mbyá Guarani,,visto que quando um verbo seleciona dois argumentos, -um nominal/pronominal e outro oracional,- o primeiro ocorre sempre acompanhado de uma posposição que lhe confere caso. O verbo "pedir " é um verbo de Ccontrole de Objeto. Note-se que o objeto em (i) ocorre acompanhado da posposição -pe::
(i) xee a-porandu Arai-pe [PRO i g-uu o-inupã-agwa
eu 1sg.-pedir Ara-para 3 refl,-pai 3-bater-dep.
'Eu pedi para A Ara para bater no pai dela'
(ii) Ara o-porandu xei wype [PROi g-uu a-inupã-agwa]
Ara 3-pedir me para 3 refl.-pai 1sg.-bater-dep.]
'A Ara me pediu para bater no pai dela'

BEST COPY AVAILABLE

rá violação da Condição de Movimento mais Curto. Tal fato sugere, então, que, o movimento do sujeito em Mbyá Guarani não é licenciado pelo mecanismo que vincula movimento de sintagmas nominais ao movimento do verbo.

3. Tikuna

3.1. Ordem vocabular

O Tikuna[8] exibe flexibilidade com relação à ordem de palavras. Nessa língua, há fundamentalmente dois modos pelos quais se chega a uma variação de posicionamento entre os constituintes maiores de uma sentença.

O primeiro modo prevê a superficialização de sentenças com núcleo final, em que o objeto antecede o verbo e o sujeito pode ser visto como o tópico natural da sentença. Trata-se, nesse primeiro modo, da obtenção da ordem SOV. Verificada nos exemplos mais abaixo, essa ordem apresenta as seguintes características: i) o verbo só exibe concordância com o primeiro sintagma nominal (cf. exemplos (14a,b,c))[9]; (ii) a ordem, sozinha, é suficiente para a explicitação das funções sintáticas em jogo (ver (14c)); (iii) a possibilidade de marcação de caso no objeto aparece a partir do momento em que esse veicula um argumento [+ animado] (cf. (15a,b,c,d,). A essas características soma-se mais uma: o primeiro sintagma nominal pode receber uma marca morfológica de tópico, que, vista no exemplo (16), será retomada mais adiante em seção específica sobre o sujeito:

(14) a. Maria pacara i-ü ga ine
cesto 3p.fem.-fazer x ontem
'Maria fez cesto ontem'
b. Gracila airu i-yau
cachorro 3p.fem.-pegar
"Gracila pegou o cachorro"
c. Reinaldo airu ni-ma'
cachorro 3p-matar
'Reinaldo matou o cachorro'

[8]Língua tonal e isolada, o Tikuna é falado por uma grande populacão que se distribui por três países: Brasil, Peru e Colômbia. A maior parte dessa populacão - cerca de 25 000 indivíduos - está localizada no Brasil.

[9]Os exemplos referentes ao Tikuna são apresentados na escrita que vem sendo utilizada, no lado brasileiro, pelos próprios falantes nativos.

(15)a. Gracila na-tchiru i-yau
3p-roupa 3p.fem-pegar
'Gracila pegou a roupa'
b. *Gracila na-tchiru-ü i-yau
3p-roupa- "dativo"[10] 3p.fem-pegar
'Gracila pegou a roupa'
c. Gracila airu i-yau
cachorro 3p.fem.-pegar
'Gracila pegou o cachorro'
d. Gracila airu-ü i-yau
cachorro-dativo 3p.fem.-pegar
"Gracila pegou o cachorro'

(16) Maria rü Elisa-si i-dau
tópico Elisa-piolho 3p.fem.-procurar,catar
'Maria cata piolho da Elisa'

Nesse primeiro modo, que prevê a superficialização da ordem SOV, é possível seguir Kayne (1993) e atribuir a existência dessa mesma ordem ao movimento, na sintaxe visível, do objeto para o especificador de Agro, com o fim de checar Caso, e do verbo para Agro. O outro modo básico de ordenar constituintes em uma sentença prevê o aparecimento de clíticos ou a presença de marcas de objeto direto internas ao verbo, ambos focalizados a seguir.

3.2. Clíticos

Em (17a) e (17b), além do clítico e da marca de objeto interno, vê-se - à direita do verbo - um sintagma nominal que seria o complemento. Introduzido por partículas traduzidas por 'x' e identificadoras de construções em adjunção[11] e, ainda, sempre acompanhado do clítico ou da marca de objeto interno, o sintagma nominal complemento pode aparecer à esquerda do verbo, o que tem lugar em uma situação específica da qual falaremos mais tarde:

[10]O termo dativo foi utilizado como um rótulo sintático arbitrário. O morfema referido como 'dativo' (cuja única vogal é nasal) ocorreu em seqüências espontaneamente obtidas como marca de complemento indireto do verbo correspondente em Tikuna a 'dar'.
[11]Sobre a relevância sintática de tais partículas, ver Soares (1992a). Ver ainda Soares (1992b).

(17) a. Yatü nü-ü ni-u i ore-gü
homem 3p-"dativo" 3p-contar x história-plural
(O homem a[s] conta, histórias)
'O homem conta história'

b. Reinaldo na-ya-ma ga airu
Reinaldo 3p-**OI** -matar *x* **cachorro**
(OI= objeto interno)
(Reinaldo o matou, o cachorro)
'Reinaldo matou o cachorro'

No que diz respeito aos clíticos, esses se apresentam imediatamente à esquerda do verbo, possuem uma marca de caso e são co-referentes ao que seria o sintagma nominal complemento (exemplo (17a). Além disso, há indicações de que o clítico não ocupa uma posição argumental. As indicações residem no fato de que, em Tikuna (uma língua que admite a ordem OVS), uma sentença que apresente sintagma nominal duplicando o clítico não será, de acordo com nossos dados, ambígua. Nessa situação está (17c), que é necessariamente interpretada como 'X viu elei o homemi', já que há uma co-referência indispensável entre clítico e sintagma nominal complemento. Se o clítico em Tikuna ocupasse uma posição argumental, a referência poderia ser disjunta e, para o exemplo em questão, seria possível a interpretação 'O homem viu ele'- interpretação devidamente excluída conforme mostra (17c):

(17) c. **Nü-ü** na-dau *ya* **yatü**
3p-"dativo" 3p-ver x homem
" X viu **ele** $_{i}$ **o homem** $_{i}$'
* O homem viu ele

No que se refere às marcas de objeto interno, essas são manifestadas pelos morfemas na- e ya-, cujo aparecimento está na dependência, antes de tudo, da forma verbal a que se ligam; isto é, seu aparecimento é previsto no léxico.

Clíticos e marcas de objeto interno podem ser considerados como estando estreitamente ligados. A esse respeito, pode-se ver o que se passa em (18)[12] (OI= objeto interno):

[12]Os dados gramaticais em (18a) e (18b) foram extraídos de construções com redobro do clítico e da marca de objeto interno. Quanto ao dado agramatical de (18a), ele também integra construções do mesmo tipo, tendo sido formulado pelo pesquisador como parte de um conjunto de testes de gramaticalidade.

(18) a. **nü-ü** ni-'u 'ele o disse'
3p-"dat" 3p-dizer,contar

*ni-**na**-'u 'ele o disse'
3p-OI-dizer,contar

b.**nü-ü** pi-'a 'vocês o deram'
3p-"dat" 2p.pl.-dar

na-**na**-'a 'ele o deu'
3p-OI-dar

c. na-**na**-ngo' **ya ma' e**
3p- OI-comer x capim 'ele o come, o capim'

na-**ya**-yau **i** tchoni 'ele o pega, o peixe'
3p-OI-pegar x peixe

na-**ya**-ma' **ga airu** 'ele o matou, o cachorro'
3p-OI-matar x cachorro

Em (18a), tem-se complementaridade entre elemento pronominal (clítico) e morfema objeto interno - um indicativo de que alguns verbos estão subcategorizados para o clítico e outros verbos para o morfema objeto interno. Em (18b), há alternância entre elemento pronominal (clítico) e morfema objeto interno - o que indica que determinados verbos admitem ambos. Em (18c), constata-se o aparecimento de um clítico ou de um morfema objeto interno, quando o que seria o argumento interno do verbo é situado à direita desse último.

Além desses pontos de contato entre o elemento pronominal (clítico) e o morfema objeto interno, é possível estabelecer mais uma outra aproximação entre ambos. Tanto um quanto outro estão relacionados a uma liberdade na busca de um antecedente. Vejam-se, a propósito, os dados em (19) (OI= objeto interno):

(19) a.Üpa rü Reinaldo ãtape nü-ü
tempo passado tópico cobra 3p-"dat"
ni-ma'
3p-matar
(Algum tempo atrás, Reinaldo, a cobra o matou)
'Algum tempo atrás, a cobra matou Reinaldo'

BEST COPY AVAILABLE

b.Üpa rü ãtape Reinaldo nü-ü ni-ma'
tóp.cobra 3p-"dat" 3p-matar
(Algum tempo atrás, a cobra, Reinaldo a matou)
'Algum tempo atrás, Reinaldo matou a cobra'

c.Mo'ü rü ya Abel i wairatchi'ü
amanhã tópico x x vinho de açaí
ta na-ya-a'e
não-agora 3p-OI-beber
(Amanhã, Abel, vinho de açaí, ele o vai beber)
'Amanhã Abel vai beber vinho de açaí'

d. Abel rü wairatchi'ü ni-a'ü
tópico vinho de açaí 3p-beber
(Abel, vinho de açaí bebeu)
'Abel bebeu vinho de açaí'

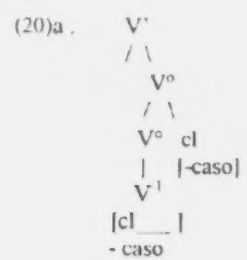
e.? Abel rü wairatchi'ü ni-ya-a'ü
tópico vinho de açaí 3p-OI-beber
(Abel, vinho de açaí, ele o bebeu)
'Abel bebeu vinho de açaí'

Se o que estamos considerando como clítico é imediatamente precedido de um sintagma nominal desprovido de marca morfológica, não será esse último que será interpretado como antecedente do clítico; os dados mostram que o antecedente será buscado fora da sentença ou do predicado: em (19a) e (19b), o clítico "salta" o sintagma nominal que o precede para encontrar o antecedente. Vale registrar que o argumento retomado à esquerda pelo clítico não vem acompanhado da marca morfológica de tópico. No caso das formas verbais que contêm a marca de objeto interno, o antecedente dessa marca deve estar, de acordo com outros dados em (19), fora do predicado. Em (19c), a partícula temporal ta fecha o predicado e, por essa razão, wairatchi'ü 'vinho de açaí' pode ser retomado como o antecedente da marca de objeto interno. Em (19e), a ausência da partícula temporal ta não permite que a marca de objeto interno possa retomar wairatchi'ü 'vinho de açaí' como seu antecedente; aparentemente, esse último está em posição argumental, o que não é permitido quando o verbo exibe marca de objeto interno; em razão disso, (19e) se torna - para um falante nativo - estranha. Em compensação, (19d) é perfeitamente gramatical; porque o verbo não exibe marca de objeto interno, wairatchi'ü pode estar no interior do predicado, em posição argumental. As

generalizações descritivas mostram que há uma relação entre o clítico e a marca de objeto interna ao verbo. Podemos tentar compreender essa relação a partir de uma análise formal.[13]

Se clíticos em Tikuna são parte de uma cabeça sintática - no caso, V_ - é possível levantar a hipótese de que clíticos e marcas de objeto interno sejam colocados em relação a partir de um processo de incorporação.[14] Nesse processo, teríamos um núcleo (V¤) realizado em dois segmentos (V¤ e o clítico), sendo que seria o primeiro desses dois segmentos aquele a dominar V-1, núcleo desencadeador do processo de incorporação. Além disso, o hospedeiro estaria subcategorizado morfologicamente para o incorporado no caso de o resultado da incorporação ser um amálgama dos dois segmentos nucleares. Nos termos de Roberts (1991:213), o núcleo que desencadeia a incorporação é X-1 e o amálgama - que deve ser de dois núcleos - é vinculado à suposição de que uma posição estrutural é criada para o incorporado como uma função das propriedades lexicais do hospedeiro. No caso Tikuna, o clítico genuinamente incorporado seria aquele não marcado para caso, já que para ele o hospedeiro previria uma posição estrutural através de subcategorização morfológica. Assim:

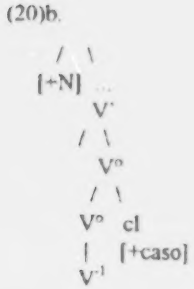
(20)a.



Quanto ao clítico marcado para caso, ele não seria incorporado em V-1, tendo em vista que, para ele, não haveria posição prevista pelo hospedeiro. Sem posição prevista em V-1, o clítico marcado para caso seria levado para fora da palavra verbo. Uma vez fora dessa última, o movimento do clítico para cima seria justificado por uma propriedade morfológica do próprio clítico; em função dela, o clítico seria movido para junto de uma categoria acima de V' marcada com o traço forte [+N], podendo, então, ter o seu caso checado.

Veja-se (20b):

(20)b.



A propósito da posição final dos clíticos, é necessário dizer que, se movimentados sozinhos mais para cima, com o fim de checar um traço nominal forte, como em (20b), a expectativa é de que os clíticos possam ser separados do verbo muito mais do que o faz o objeto nominal. Por outro lado, se os clíticos se movimentam como uma parte de V', a expectativa é de vê-los sempre adjacentes ao verbo. A maioria de nossos dados se conforma à última possibilidade. Mas, de fato, ainda não exploramos plenamente essas duas possibilidades em nosso trabalho.

Essa análise pressupõe uma simetria entre morfologia e sintaxe, isto é, clíticos e marcas de objeto interno estariam relacionados a partir de uma subcategorização morfológica, refletindo-se esse relacionamento na sintaxe, que exibiria aparentes sintagmas nominais complemento - os quais, por sua vez, acompanhando as construções com clíticos/ objeto interno, poderiam ser gerados diretamente em adjunção.[15]

Caso não se queira assumir esse pressuposto, um outro caminho analítico possível seria abrir mão das generalizações descritivas que, apoiadas em dados como (18a) e (18b), ligam-se à subcategorização morfológica. Assim fazendo, o relacionamento entre clíticos e marcas de objeto interno situar-se-ia apenas no âmbito da sintaxe - através dos aparentes sintagmas nominais complemento passíveis de serem gerados em adjunção. Nesse outro caminho, poder-se-ia dizer que as marcas de objeto interno - à semelhança do que pode ser proposto para o morfema que, no interior do verbo, indica o agente em

[15]A adjunção na base foi assumida para o Tikuna, em Soares (1992a) para uma série deconstruções, entre as quais aquelas com aparentes sintagmas nominais complemento.

Tikuna (ver 2.1.1) - absorvem as propriedades de Caso do núcleo e licenciam um pronome nulo em posição argumental (o que fornece motivação para que o sintagma nominal aberto interpretado como objeto esteja em posição não-argumental). Quanto aos clíticos, esses seriam gerados em posição diferente daquela que abriga os morfemas de objeto interno, movimentando-se conforme as suas próprias necessidades. Em comum com as marcas de objeto interno, manteriam apenas a absorção das propriedades de Caso do núcleo - o que motivaria igualmente a presença de um pronome nulo em posição argumental e a de um sintagma nominal aberto interpretado como objeto em posição não argumental.

4. Kuikúro

4.1. Linearização de SV e OV

O Kuikúro é uma língua ergativa do ponto de vista da classificação tipológica. A ordem linear dos constituintes é bastante rígida. Tanto o argumento único (S) de um verbo intransitivo, como o objeto/paciente (O) de um verbo transitivo ocorrem obrigatoriamente em posição imediatamente pré-verbal, formando com o verbo uma unidade fonológica, e não exibem nenhuma marca morfológica. Por outro lado, o agente-causa (A) de verbo transitivo é morfologicamente marcado pela posposição heke e ocorre canonicamente após a unidade OV. A literatura tipológica tem chamado o caso não marcado de O e S de absolutivo e o caso marcado de A de ergativo. Em Kuikúro, partículas, dêiticos e certos advérbios podem ocorrer entre o complexo Objeto/V e o agente/causa. Os dados oferecem evidências para a postulação das ordens OV e SV como derivadas por movimento dos SNs e de V para fora de SV e para posições de Especificador e Núcleo, respectivamente, de categoria funcional imediatamente acima de SV, onde se dá a checagem dos traços de Caso. Processos fonológicos pós-lexicais expressam essa relação Especificador, Núcleo. Disso decorre o paralelismo estrutural dos argumentos O e S, característico, aliás, das línguas ergativas. As evidências são ilustradas nas frases em (21), onde advérbios de maneira e quantificadores com escopo sobre S e O permanecem dentro de SV, linearmente após o verbo:

(21)
(advérbios)
ngüne ha-tagü kuge heke tüheinhi
casa fazer-T/A pessoal A de pressa
"O pessoal está construindo a casa de pressa"

ngüne há-tagü i-heke-ni tüheinhi
casa fazer-T/A 3-A-PL de pressa
"Eles estão construindo a casa de pressa"

* iheken ngüne hatagü tüheinhi
* kuge heke hatagü ngüne tüheinhi
* tüheinhi ngüne hatagü kuge heke
* tüheinhi kuge heke ngüne hatagü
* ngüne hatagü tüheinhi kuge heke
* ngüne tüheinhi kuge heke hatagü
* kuge heke tüheinhi ngüne hatagü

kügamuke etimpe-tagü tüheinhi
crianças chegar-T/A de pressa
"As crianças estão chegando de pressa"

* etimpetagü kügamuke tüheinhi
? tüheinhi kügamuke etimpetagü
* kügamuke tüheinhi etimpetagü

(quantificadores)
impe ingi-nügü i-heke kaküngi ekugu u-inha
pequi trazer-T/A 3-A muito mesmo 1-para
"Ele trouxe muitos pequis para mim"

toto te-lü kanga-ki takeko
homem ir-T/A peixe-INST dois
"Dois homens foram pescar

4.2. A categoria funcional acima de SV

Um problema que deve ser colocado neste ponto diz respeito à natureza da categoria funcional acima de SV. É uma categoria com traços nominais e verbais fortes, o que impulsiona o movimento sintático visível, antes de Spell-Out, do verbo e dos SNs para checagem de Caso. Trata-se de uma categoria relacional mais geral na língua, já que a postulamos também para construções genitivas e posposicionais, em claro paralelismo estrutural (e morfológico no caso das genitivas) com as relações S/O-V, como mostram os exemplos em (22):

(22) a. itao geponga
mulher perto
"perto da mulher"
b. itao muku-gu
mulher filho-POS
"o filho da mulher"
c. itao tehesuN-tagü
mulher andar-T/A
"a mulher está passeando"
d. itao impi-lü ngikogo heke
mulher roubar-T/A índio A
"os índios roubaram a mulher"

Acrescentamos a isso que em Kuikúro não encontramos qualquer manifestação morfológica de concordância. Há uma série única de pronominais como prefixos de verbos, nomes e posposições, argumentos em distribuição complementar com os SNs plenos. Os mesmos sufixos de plural e futuro ocorrem com verbos e nomes. Os sufixos verbais têm valor de informações aspectuais e epistêmicas, apenas residualmente temporais, com uma oposição fundamental entre, de um lado, formas de tipo nominal, com significado de evento pontual atemporal, homomorfas aos sufixos que indicam a relação de posse, e, do outro lado, um sufixo cujo valor semântico é de processo visto em sua progressão ou continuação no tempo. Consideradas essas características daquilo que poderíamos chamar de flexão verbal, definir a categoria funcional acima de SV de AgrO é uma decisão de escolha de um rótulo que nos serve para homogeneizar o tratamento comparativo no âmbito deste artigo. Diante dos dados Kuikúro, seria talvez mais adequado defini-la como uma categoria aspectual.

4.3. As marcas de objeto

Fenômeno semelhante ao que foi observado em Tikuna, dois prefixos verbais em Kuikúro marcam a posição de objeto/paciente quando não ocorre um SN independente na mesma função ou posição. Interessa aqui o comportamento de um desses prefixos, ng-, já que ele se aproxima da marca de objeto interno do Tikuna. O prefixo caracteriza obrigatoriamente as construções clivadas e relativas de objeto, bem como os modos performativos, como o Imperativo, onde a relação se dá entre os participantes da enunciação:

(23) tatohongo ige-i u-ng-ihipüte-pügü
cesto DEIT-COP 1-MO-comprar-PERF
"este é o cesto que eu comprei"

tatohongo ige-lüingo e-heke u-ng-ihipüte-pügü
cesto levar-FUT 2-A 1-MO-comprar-PERF

e-ng-enge-ke-ha kanga
2-MO-comer-IMP-ENF peixe
"coma o peixe!"

Observe-se que o marcador de objeto (MO) indica que o objeto pleno não está em sua posição canônica, imediatamente pré-verbal, tendo sido como que retirado do interior do complexo OV. O objeto para o qual o MO aponta ou está na oração matriz ou é um adjunto situado à direita. Observe-se, também, que o MO, embora absorva o papel temático (paciente), não é marcado por caso, fazendo com que o agente-causa assuma o papel de argumento único de um verbo "intransitivizado" no processo de checagem de Caso (absolutivo).

5. Conclusões

A primeira conclusão que se impõe diz respeito à questão que se propôs introdutoriamente como central: a adequação do modelo de Chomsky (1993) face aos dados de quatro línguas indígenas brasileiras. No que se refere à linearização da ordem SOV, há, como se demonstrou, evidências em todas as línguas para a postulação de uma categoria funcional acima de SV, ativa na sintaxe. A postulação desta categoria como tendo o conteúdo de Agro, conforme proposto em Chomsky (1993), revelou-se, no entanto, problemática nas quatro línguas, já que em todas elas há evidências contrárias à pressuposição da indivisibilidade do sistema de concordância na Gramática Universal. Chomsky (1993) assume que o conjunto de traços de Agrs é o mesmo de Agro. Assim, por exemplo, se Agro tem traços fortes, Agrs também os deveria ter. Como se demonstrou acima, as quatro línguas têm razões para distinguir o comportamento sintático de Agrs do de Agro. Note-se que se encontra, na literatura gerativa, base conceitual em suporte da diferenciação entre os sistemas de concordância de sujeito e de objeto. Murasugi (1994), por exemplo, propõe uma condição sobre a especificação de traços (Feature Specification Constraint) que prevê que os traços de Agro possam ser menos especificados do que os de Agrs.

BEST COPY AVAILABLE

Construções com auxiliares foram analisadas em Mbyá Guarani e em Karajá como diagnóstico para a linearização da ordem OV. Propôs-se, tanto para o Mbyá Guarani quanto para o Karajá, que os auxiliares sejam gerados acima de SV, adotando-se o dispositivo de movimento longo de núcleo de Rivero (1994) para evitar a violação do Princípio do Movimento mais Curto. A diferença, como se explicitou nas análises, reside no fato de que em Karajá se postulou a existência de movimento do auxiliar em Forma Lógica para checagem de traços fracos de tempo em TP e, subseqüentemente, de traços fracos de concordância de sujeito em AgrsP. Tal checagem revelou-se problemática em Mbyá Guarani, já que os auxiliares nesta língua não exibem marcas de tempo, exigindo movimento longo do auxiliar para AgrsP que, além disso, deveria dar conta da checagem múltipla de traços de concordância do verbo lexical e do auxiliar. Note-se, a propósito, que a postulação da geração de SAux como gerado acima de SV é ainda problemática para a ordem SVAux, atestada nas duas línguas, já que não explica a motivação de V para elevar-se para fora do SV.

Clíticos foram investigados em Karajá, Mbyá Guarani e em Tikuna. Em Karajá e Mbyá Guarani explorou-se a possibilidade de que os clíticos tenham comportamento paralelo aos SNs em posição de objeto, com os quais estão em distribuição complementar. Em Tikuna, onde há redobro dos clíticos, propôs-se uma análise em termos de subcategorizacão morfológica, relacionando-os com as marcas de objeto internas ao verbo, que não são morfemas de concordância.

Finalmente, as línguas indígenas examinadas colocam um problema para o quadro teórico proposto em Chomsky (93): o alçamento do sujeito interno ao SV, presumivelmente, para a posição de especificador do Sintagma de Tempo (TP) ou para a posição de especificador de AgrsP, saltando sobre aquele que seria o primeiro sítio de pouso apropriado, a posição de especificador de AgroP, constituiria uma violação à Condição do Movimento Mais Curto, só podendo ser licenciado pela subida visível do complexo [Agro verbo+ Agro] para o núcleo de TP. Esta operação, como discutimos no artigo, seria problemática para as línguas SOV, pois a subida do verbo, na sintaxe visível, para o núcleo de TP, passando por cima do SN objeto no especificador de AgroP, impediria a linearização da ordem OV. Diferentes alternativas de solução para o problema aqui identificado são discutidas em Maia et alii (1998b).

(Recebido em fev. 1997. Aceito em nov. 1997)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBALJIK, J. D. (1994) *What does Adjacency do?* In: H.Harley & C. Phillips, eds., The Morphology-Syntax Connection. *The MIT Working Papers in Linguistics*, **22**.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*.Foris:Dordrecht.

_____ (1993) A Minimalist Program for Linguistic Theory. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, **1**.

_____ (1995) Ch. 4, Categories and Transformations,MIT ms.

DOBROVIE-SORIN, C. (1993) *The Syntax of Romanian: comparative studies in romance*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter.

HOLMBERG, A. (1986) *Word Order and Syntactic Features in the Scandinavian Languages and English*, Ph.D. dissertation, Stockholm University.

KAYNE, R. (1993) *The antisymmetry of syntax*, MIT Press.

MAIA, M. (1986) *Aspectos Tipológicos da Lingua Karajá*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.

_____., E. LANES & A. SALANOVA (1997) *Syntaxis Comparada de las interrogativas en Karajá, Kayapó y Manchineri*. A aparecer nas atas do 49 Congresso Internacional de Americanistas, Quito, Equador.

_____, B. FRANCHETTO, Y. LEITE, M.F. SOARES & VIEIRA, M.D. (1998b). *A Estrutura da Oração em Línguas Indígenas Brasileiras*. Manuscrito a aparecer na Revista D.E.L.T.A.

MURASUGI, K. (1994) *A Constraint on the Feature Specification of Agr*. In: H.Harley & C. Phillips (eds.), The Morphology-Syntax Connection. *The MIT Working Papers in Linguistics*, **22**, 131-152.

POLLOCK, J.Y.(1989) Verb Movement, UG and the Structure of IP, *Linguistic Inquiry* **20**, 365-424.

RIVERO, M.L. (1994) Clause Structure and V-Movement in the languages of the Balkans. *NLLT* **12**: 63-120.

ROBERTS, I. (1991) Excorporation and minimality. *Linguistic Inquiry*, **22**: 209-218.

SOARES, M.F. (1997) Algumas possibilidades abertas no horizonte da pesquisa com línguas indígenas brasileiras. *Anais do I Congresso Nacional da Associação Brasileira de Lingüística*. ABRALIN, Maceió.

_____(1992a) Investigação de aspectos da sintaxe Tikuna. 245p. Volume I de *O suprassegmental em Tikuna e a teoria fonológica*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.

_____(1992b) Ordem de palavra: primeiros passos para uma relação entre som, forma e estrutura em Tikuna". *Ameríndia*, 17: 89-118. A.E.A./ CNRS, Paris.

_____(1990) Marcação de caso e atribuição de Caso em Tikuna. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 18: 79-114. UNICAMP, Campinas.

VIEIRA, M.D. (1996) Reflexiones sobre una lengua de "argumento pronominal": el caso Asurini del Trocara". Atas das II Jornadas de Etnolingüística. Universidad de Rosario, Argentina

321

WORD OF MOUTH

Communication is power. An idea, passed from person to person, and village to village, can transform the world.

Start with the right idea.

Linguistics and Language Behavior Abstracts
offering

- abstracts of scholarly articles and books
- bibliographic entries for subject specific dissertations and book and other media reviews.

LLBA's timely and comprehensive coverage speaks volumes on current ideas in linguistics and language research.

Available in print, online, on CD-ROM (from SilverPlatter and NISC) and on magnetic tape.

Visit our Web site: www.socabs.org for product information, links to relevant sites, and subscription-based access to the LLBA Speech, Language and Hearing Pathology subset.

LLBA
Linguistics and Language Behavior Abstracts
P.O. Box 22206, San Diego, CA 92192-0206
619/695-8803 • Fax: 619/695-0416 • email: socio@cerfnet.com

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (377-403)

As Diferenças Rítmicas entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: uma Abordagem Otimalista e Minimalista*

(Rhythmic Differences Between European and Brazilian Portuguese: an Optimalist and Minimalist Approach)

Maria Bernadete Abaurre (*Universidade Estadual de Campinas*)
Charlotte Galves (*Universidade Estadual de Campinas*)

Abstract: The aim of this paper is to discuss some rhythmic differences between European and Brazilian Portuguese and their relationship to pretonic vowel reduction phenomena. After the basic facts of PE and PB are presented, we show that the issue cannot be discussed without taking into account secondary stress placement, and we proceed to present the algorithm-based approach to secondary stress in Portuguese, representative of Metrical Phonology analyses. After showing that this deterministic approach cannot adequately explain the variable position of secondary stress in both languages regarding words with an odd number of pretonic syllables, we argue for the interpretation of secondary stress and therefore for the construction of rhythmic units at the PF interface, as suggested in Chomsky's Minimalist Program. We also propose, inspired by the constraint hierarchies as proposed in Optimality Theory, that such interpretation must take into account two different constraint rankings, in EP and BP. These different rankings would ultimately explain the rhythmic differences between both languages, as well as the different behavior of pretonic vowels with respect to reduction processes.

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir algumas diferenças rítmicas entre o Português Europeu e o Português Brasileiro, bem como a relação entre tais diferenças e fenômenos de redução de vogais pretônicas em ambas as línguas. Após a apresentação dos fatos básicos de PE e PB, mostramos que a questão não pode ser discutida sem que se leve em conta a colocação do acento secundário. Apresentamos, então, a abordagem do acento secundário em português baseada na aplicação de um algoritmo, representativa das análises da Fonologia Métrica. Depois de mostrar que esta abordagem determinística não pode explicar adequadamente a posição variável do acento secundário em ambas as línguas com respeito às palavras com um número ímpar de sílabas pretônicas, argumentamos a favor da interpretação do acento secundário, e portanto da construção de unidades rítmicas, na interface PF,

*Artigo originalmente produzido para D.E.L.T.A. V. 14 Nº Especial em homenagem ao Prof Ataliba Castilho.

conforme sugerido no Programa Minimalista chomskyano. Propomos também, inspiradas nas hierarquias de restrições como propostas na Teoria da Otimalidade, que essa interpretação deve levar em conta dois diferentes rankings de restrições, em PE e PB. Esses rankings diferentes explicariam, em última análise, as diferenças rítmicas entre as duas línguas, bem como o comportamento diferente das suas vogais pretônicas com respeito a processos de redução.

KEY WORDS: *Secondary Stress and Rhythm; Rhythmic Units; Pretonic Vowel Reduction; Constraint Hierarchy; Interpretation at the PF Interface of Grammar.*

PALAVRAS-CHAVE: *Acento Secundário e Ritmo; Unidades Rítmicas; Redução de Vogais Pretônicas; Hierarquia de Restrições; Interpretação na Interface PF da Gramática.*

0. Introdução

As chamadas fonologias não-lineares, particularmente a Fonologia Métrica (Liberman & Prince, 1977; Halle & Vergnaud, 1987; Hayes, 1995), por proporem teorias explicativas para o fenômeno do acento, possibilitaram abordagens paramétricas dos sistemas acentuais em uso nas línguas naturais, permitindo a identificação dos tipos de sistemas possíveis e também daqueles que, em princípio, não se poderiam encontrar (van der Hulst, no prelo). Ao fazê-lo, inauguraram também os estudos sobre o ritmo lingüístico, que buscam identificar os princípios determinantes da distribuição, nos enunciados da língua falada, dos acentos rítmicos, saliências acentuais responsáveis pelas alternâncias características de um certo tipo de padrão rítmico subjacente à emissão desses enunciados.

Um dos ganhos das teorias de acento e ritmo é que elas permitem atribuir aos princípios específicos da organização rítmica a origem de determinadas diferenças prosódicas entre sistemas lingüísticos muito semelhantes, como o Português do Brasil (doravante PB) e o Português Europeu (doravante PE). Elas permitem também explicar, a partir de tais princípios, processos que afetam unidades segmentais constitutivas dos itens lexicais e que contribuem para o incremento das diferenças percebidas entre os sistemas em comparação.

Essas teorias, no entanto, limitam-se à análise de acento e ritmo nos domínios inferiores da hierarquia prosódica (Nespor e Vogel, 1986), particularmente

no domínio da palavra fonológica, sem permitir uma análise de padrões rítmicos no domínio mais alto dos enunciados ("utterance"). Ora, dentro de uma visão mais abrangente de língua falada, espera-se que os fenômenos rítmicos sejam considerados levando-se em conta não só o seu contexto natural de implementação, ou seja, o texto oral, mas também o fato de que o ritmo é um fenômeno de performance, caracterizado pela variabilidade.

Assumir a variabilidade inerente ao fenômeno do ritmo lingüístico não implica, no entanto, assumir uma ausência de relação entre padrões rítmicos e fenômenos definidos por princípios gramaticais categóricos. É justamente nessa interface entre a gramática e o sistema de desempenho Articulatório-Perceptual (Chomsky, 1995) que se situa a análise comparativa do ritmo de PE e PB proposta neste artigo.

Apresentaremos inicialmente os fatos segmentais e rítmicos que diferenciam PE e PB para, em seguida, trazer uma proposta de representação do ritmo a partir da qual podemos explicar as diferenças encontradas no *corpus* analisado.

1. Elementos de descrição comparativa do ritmo no PE e no PB: as pretônicas e o acento secundário

1.1. A redução das pretônicas

Os historiadores da língua portuguesa concordam em afirmar que a pronúncia do PB é mais próxima da do Português Clássico (doravante PCl) do que a do PE. Este sofreu, com efeito, possivelmente na segunda metade do séc.18 (cf. Révah, 1958; Teyssier, 1980), uma mudança fonológica que está na origem da pronúncia moderna: a chamada redução das sílabas pretônicas. Paul Teyssier afirma:

> *En réalité, tout nous donne à penser que ce que nous appelons la "réduction" de e et o prétoniques a eu lieu dans le cours du XVIIIe siècle, et même dans la seconde moitié de ce siècle.*
>
> (Teyssier, 1980)

Révah confirma:

> *La modification la plus grave qui ait affecté la prononciation portugaise depuis le XVIe siècle est certainement la valeur de e muet donnée à l'e fermé en position prétonique non initiale, posttonique et finale, ou même souvent, la disparition de toute*

BEST COPY AVAILABLE

> *trace de cet ancien ê fermé atone. J'ai dit la modification la plus grave* car elle atteint la structure même des mots *(grifo nosso). Comme le signalait déjà le grand phonéticien portugais Gonçalves Viana, les acteurs de son temps récitaient le vers que Camoens avait sans doute prononcé* E sê virês que pôde mêrêcêr-tê[1] *de la manière suivante*, E se vir's que pode mer'cer-t'. *C'est-à-dire qu'il y manquait deux pieds.* (Révah, 1958)

A observação de Gonçalves Viana mostra bem que a redução das pretônicas afeta o ritmo da língua porque ela tem como efeito apagar parte das batidas que definem a métrica do verso, e que são a base do esquema acentual da língua. No exemplo que ele dá, a redução consiste na redução do núcleo vocálico das sílabas. É essa redução da vogal que resulta na perda de uma batida rítmica, que estaremos considerando aqui ao falar de "redução".[2]

À guisa de ilustração do fenômeno no português moderno, apresentaremos um primeiro exemplo tirado do *corpus* comparativo constituído no âmbito do Projeto "Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e mudança lingüística".[3] Os nossos dados, representativos do estilo mais lento de pronúncia,[4] já evidenciam a redução das pretônicas como um fenômeno saliente do PE por oposição ao PB. Veja-se por exemplo o registro do mesmo enunciado ("Naquele tempo disse Jesus"), lido por um locutor português e por um locutor brasileiro:

[1] Mantemos aqui o critério de transcrição do autor, para quem o acento circunflexo indica que a vogal anterior ou posterior é média fechada.

[2] Existem outros fenômenos de redução de vogais, tanto em sílabas pretônicas quanto em postônicas, em PB e PE, que são condicionados essencialmente por fatores de ordem segmental e não rítmica. Algumas dessas reduções são freqüentemente observadas também nos estilos mais lentos de fala. Cf. a pronúncia corrente "me[ds]ina", em PB, em que a redução da vogal [i], núcleo da segunda sílaba, ocorre por ela vir seguida por [s].

[3] Esse projeto interdisciplinar reúne pesquisadores de universidades brasileiras e do exterior e tem como objetivo estudar o papel do ritmo na aquisição e na mudança sintática. Para isso, parte-se de uma caracterização dos padrões rítmicos em PB e PE, baseada inicialmente em dois *corpora*, representativos de estilos mais lentos de fala: I. a gravação da cerimônia da missa dominical, transmitida no mesmo dia na televisão portuguesa e na brasileira; II. a leitura do mesmo trecho de um livro sobre Teoria da Probabilidade por um matemático português e por um matemático brasileiro.
No tratamento dos dados, utilizou-se o analisador de fala *WinPitch*, da autoria de Philippe Martin.

[4] Na nossa análise, privilegiamos em um primeiro momento a fala lenta, por permitir uma maior visibilidade dos fenômenos efetivamente relevantes para a discussão do problema da interpretação rítmica das representações fonológicas. Deve-se notar, no entanto, que, em velocidades mais rápidas, observam-se reduções ainda mais drásticas, tanto em PB quanto em PE. Em relação ao PE, ver os dados de d'Andrade e Mira Mateus (1998) relativos às possíveis seqüências consonantais em início de palavra, no nível fonético.

BEST COPY AVAILABLE

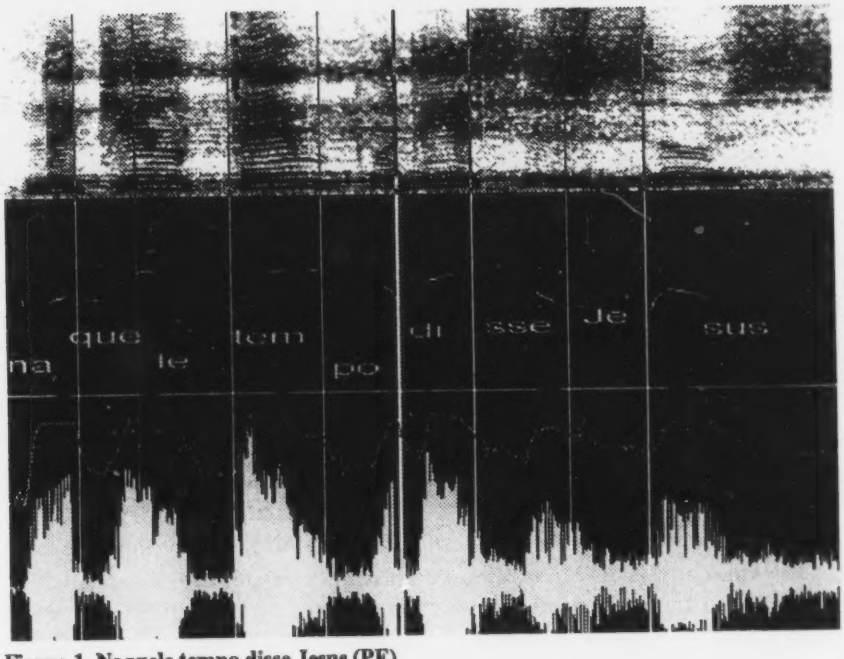


Figura 1. Naquele tempo disse Jesus (PE)

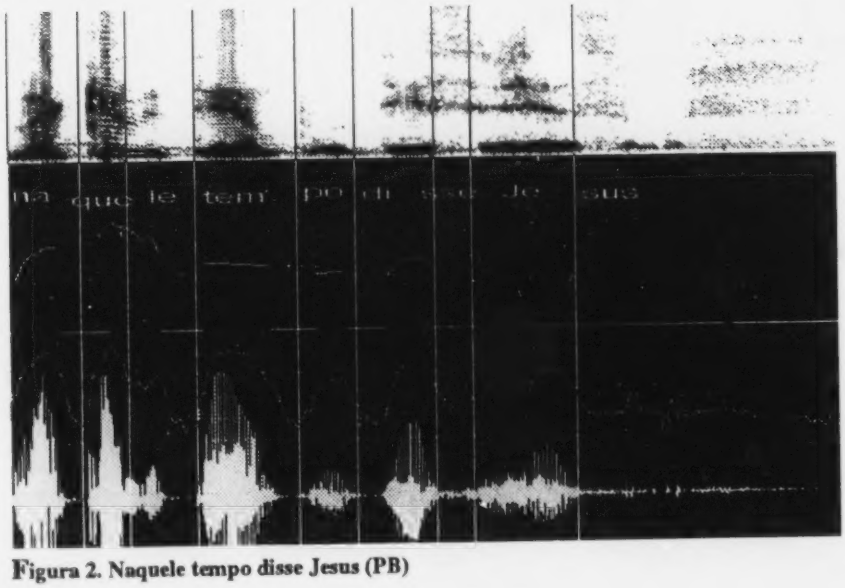


Figura 2. Naquele tempo disse Jesus (PB)

BEST COPY AVAILABLE

A comparação entre os dois gráficos mostra uma realização fonética bem diferente do mesmo enunciado, conforme lido pelo locutor português e pelo locutor brasileiro. No primeiro gráfico (PE), observamos que a primeira sílaba da palavra "Jesus" não apresenta uma configuração nítida de vogal no núcleo. Além disso, vê-se claramente que o movimento intonacional que marca o final do enunciado tem o seu início na sílaba acentuada [zús]. No segundo gráfico (PB), além de aparecer nitidamente a vogal no núcleo silábico da pretônica, é nela que se inicia o movimento intonacional. Nesse enunciado, a sílaba reduzida é a postônica da palavra "disse".

Poderiam também ser citadas inúmeras realizações de palavras com a pretônica inaudível em PE. Isso não acrescentaria muito, no entanto, em relação àquilo que já é amplamente conhecido. Dois aspectos menos conhecidos relativos à redução das pretônicas serão contudo considerados neste artigo: a relação desse fenômeno com a atribuição do acento secundário e com a existência de uma restrição sobre os contextos de ocorrência da redução. Essa restrição já é mencionada por Carvalho (1988-1992), que chama a atenção para o fato de que o fenômeno não acontece em início absoluto de enunciado. Veremos, na seção 2, que tal restrição traz uma forte confirmação para a nossa análise.

1.2 A posição do acento secundário

A localização do acento secundário, que também diferencia PB e PE, passou desapercebida pelos historiadores da língua, talvez por não ser tão facilmente perceptível quanto o fenômeno da redução das pretônicas. O acento secundário é discutido por estudiosos do português no âmbito da teoria fonológica atual (d'Andrade e Laks, 1991; Carvalho, 1988/1992, 1989; Collischon, 1993, 1994), mas esses estudos se restringem à consideração do fenômeno no domínio da palavra e, eventualmente, das palavras compostas. Na seção 3, a seguir, apresentamos um resumo da proposta de Collischon para a atribuição do acento secundário em PB, tomando-a como representativa das demais análises baseadas no quadro teórico da Fonologia Métrica. Nosso objetivo será, então, o de mostrar a dificuldade dessas abordagens para explicarem os casos em que parece haver variação na posição do acento secundário, em PB e PE.

Deter-nos-emos, nesta seção, na discussão da proposta de Carvalho. O trabalho de Carvalho (1989) é particularmente relevante para a nossa análise porque, além de situar-se numa ótica comparativa PB/PE, ele procura expli-

car o comportamento das pretônicas em correlação com a atribuição do acento secundário. Carvalho observa:

> *(...) the conditions on secondary-stress placement differ quite radically from BP to EP. Whereas* BP pretonic strings follow a binary rhythm based on the leftward stressing of each even syllable, *(ênfase do próprio autor) (...) only the most carefully European styles (somewhat like spelling pronunciations, in fact) attest such a pattern. EP current speech shows, rather, a* three-mora-counting system for secondary stress-placement. (Carvalho, 1989)

Ele contrasta então a acentuação das seguintes palavras, que contêm três sílabas antes da tônica (as sílabas portadoras de acento secundário estão em itálico):

PB	PE
la*van*daria	la*van*daria
vag*a*bundagem	vag*a*bundagem
cav*a*laria	*ca*valaria

Em PB, segundo o autor, o acento secundário obedece sistematicamente a uma contagem binária. Em PE, ao contrário, constatar-se-ia uma diferença em função do peso das sílabas. Vale observar que, em presença de alguma sílaba pesada (para o autor, sílabas travadas por /l/, /r/, ou com rimas nasais e ditongos), o acento acaba seguindo um ritmo binário, pois com apenas duas sílabas obtêm-se as três moras necessárias para a atribuição do acento secundário, como nos casos de "lavandaria" e "vagabundagem". Na ausência de sílaba pesada, o acento recai na primeira das três sílabas, que coincide com a primeira das três moras, como ilustrado em "cavalaria".

O nosso *corpus* confirma a observação de Carvalho quanto à atribuição do acento secundário em PE à sílaba inicial das palavras com três sílabas pretônicas leves, por oposição ao PB, onde a atribuição se faz duas sílabas antes do acento primário. O conjunto de exemplos a seguir, tirados do *corpus* referido acima, ilustra esse fato. A sílaba sublinhada é aquela que recebe o acento secundário:

PB	PE
com*pa*rativa	*com*parativa
co*nhe*cimento	*co*nhecimento
clas*si*ficar	*cla*ssificar
ca*te*gorias	*ca*tegorias
a*pli*cação	*a*plicação

Esse fenômeno pode ser também tomado como representativo da tendência do PE a acentuar o início da palavra (cf.: d'Andrade e Laks, 1992). Contudo, encontramos vários contra-exemplos no nosso *corpus* em palavras contendo duas sílabas, onde observamos vários casos de redução da primeira sílaba em PE, quando no PB, coerentemente com a regra de acento secundário observada nas palavras de 3 sílabas antes da tônica, a primeira sílaba da palavra é acentuada. Nos exemplos a seguir, retirados do mesmo *corpus*, as palavras recebem um acento inicial em PB e são reduzidas em PE:

PB	PE
*re*ferência	r(e)ferência
*re*lação	r(e)lação
*se*melhantes	s(e)melhantes
*de*cisor	d(e)cisor

Nesses três casos, porém, observamos a presença de uma palavra funcional monossilábica (preposição ou conjunção). Essa palavra funcional recebe o acento secundário, em PE, e permanece não acentuada em PB:

PE
de r(e)ferência
em r(e)lação
ou s(e)melhantes
ou d(e)cisor

Se considerarmos que o domínio de aplicação da regra é a palavra fonológica e não a palavra lexical, esses casos são comparáveis com o caso das palavras comportando três sílabas antes da pretônica.[5] A primeira sílaba recebe o acento secundário, e a segunda é reduzida. Essa generalização implica que se admita, se se assume o quadro teórico das fonologias lexical e métrica, que o acento secundário é atribuído pós-lexicalmente.

[5] O domínio prosódico da Palavra Fonológica é aqui entendido, para o português, como constituído do radical e seus afixos, bem como de quaisquer palavras funcionais acentualmente inertes que lhe estejam enclíticas ou proclíticas.

A descrição acima evidencia também a relação existente no PE entre redução das pretônicas e atribuição do acento secundário. Com efeito, a acentuação inicial nas palavras contendo três sílabas antes da tônica é acompanhada, em todos os casos encontrados no *corpus*, de redução da sílaba seguinte. Por outro lado, as unidades rítmicas produzidas nessas palavra têm um acento inicial, contrariamente ao que acontece no PB. Proporemos, na seção 3, uma explicação para esses fatos.

O reconhecimento dessa correlação nos permite trazer elementos de explicação para a sensibilidade ao peso observada por Carvalho, uma vez que as sílabas pesadas parecem oferecer resistência à redução.

Existem dois casos no *corpus* que merecem consideração especial. O primeiro é o caso da palavra "quantificar" em que, no PE, a acentuação inicial não é acompanhada de redução na sílaba seguinte. Esse comportamento singular pode ser explicado, porém, pelo fato de ser esse acento um acento enfático, provocado pelo contexto: " ...vai até o ponto de QUANtificar". Essa interpretação é reforçada pelo fato de que o leitor brasileiro também pronuncia essa palavra, no mesmo contexto, de maneira inesperada. Ele também acentua a primeira sílaba, contrariamente ao princípio de binariedade do pé que no PB normalmente atua sobre a atribuição do acento secundário. Esses dois fatos inesperados, acento na primeira de três sílabas pretônicas em PB, e ausência de redução da segunda sílaba em PE, podem ser explicados da mesma maneira: por referência ao valor enfático do acento, que foge à regularidade do ritmo justamente por constituir uma acentuação marcada, regida por outras regras.

O segundo caso é o da palavra "avaliação". No *corpus* de PE, esta palavra foi pronunciada com três pretônicas, mas o acento secundário não recaiu na primeira sílaba, embora as três sílabas sejam leves. Tanto em PB (como seria de esperar) como em PE (de forma inesperada), o acento secundário recaiu, no *corpus*, na segunda sílaba, "a<u>va</u>[lya]ção". Um olhar mais atento ao contexto pode explicar o comportamento aparentemente anômalo do acento secundário em PE, nesse caso específico. A palavra "avaliação" aparece dentro de uma frase fonológica que é, no texto escrito, realçada entre aspas: "base de avaliação".[6] Os dois leitores acentuam fortemente a sílaba tônica da primeira

[6] No domínio prosódico Frase Fonológica pode ocorrer mais de um acento primário, situação em que, no português, o acento da última palavra à direita é aquele mais saliente do sintagma.

palavra, "base", invertendo, assim, a expectativa de maior saliência acentual na tônica de "avaliação", segundo núcleo portador de acento primário no domínio da frase fonológica em questão. Dada a existência de um fenômeno de sândi entre a preposição e a primeira sílaba de "avaliação", (cf. b[ázda]va[lya]ção), se o acento secundário desta palavra recair sobre a primeira sílaba, o resultado é um choque acentual bastante perceptível, dado o maior grau do acento enfático colocado na tônica de "base", e a redução da vogal postônica. Deve-se ressaltar também que o locutor brasileiro evita a outra pronúncia possível em contexto de leitura, com as quatro sílabas fonológicas pretônicas pronunciadas e um acento secundário na primeira e na terceira sílabas da palavra fonológica [[báz]ω [davaliação]ω]φ , o que, dada a redução da vogal postônica da palavra fonológica anterior, também resultaria em um choque acentual.

2. Redução das pretônicas e integridade morfológica

Carvalho explica a diferença entre o PB e o PE da seguinte maneira:

> *Pretonic syllables can be reduced because they are* potentially attracted by and embodied within the preceding accentual foot, *that is, leftward again (...) Conversely, if there is no such reduction, then these syllables remain* true pretonic ones, depending on the following foot only, *without any leftward process (...) EP would be an example of the first process. The second process would be for BP (...) In other words,* pretonic syllables behave like enclitic particles in EP, but they remain proclitic in BP. (*op. cit.*:430-432)

Essa análise relaciona explicitamente redução das pretônicas e ritmo, uma vez que o que está em questão é a maneira como as sílabas pretônicas que não estão integradas aos pés trocaicos construídos lexicalmente passam, pós-lexicalmente, a fazer parte de um grupo rítmico. A proposta de Carvalho é que PB e PE diferem em termos da direcionalidade desse processo de integração: ele se daria para a esquerda no PE (ênclise) e para a direita (próclise) no PB. A essa diferença na direcionalidade está relacionada uma outra. As sílabas associadas à direita são integradas a um pé contido na mesma palavra, enquanto que as sílabas associadas à esquerda são ritmicamente integradas à palavra precedente. Se representarmos por // as fronteiras das unidades rítmicas assim obtidas no enunciado da missa exemplificado acima, teremos as seguintes unidades rítmicas:

PB: Naquele // tempo // disse // Jesus
PE: Naquele // tempo // disse Je//sus

No PB, os grupos rítmicos correspondem às palavras. O mesmo não ocorre em PE, onde temos o grupo //disseje//. Em outras palavras, a integridade da palavra não é respeitada. Esse aspecto é enfatizado em Carvalho (1988/1992), que afirma:

> *(En PB), la prétonique constitue alors un pied dégénéré, préservant la cohésion accentuelle du mot. (En PE), il n'en va de même que si le mot se trouve en début d'énoncé (et dans le style soutenu). Sinon le pied dégénéré s'intègre au schème accentuel précédent formant avec lui un groupe rythmique à accent initial.* (op. cit.: *20-21*)

A questão da integridade da palavra desempenhará um papel fundamental na nossa análise. Na realidade, a direcionalidade pode ser considerada como derivando da relevância das fronteiras de palavras na definição do ritmo, em PE e PB. Se a integração da sílaba pretônica se faz dentro das fronteiras da palavra, como parece ser o caso em PB, a direcionalidade define-se necessariamente para a direita. Se, por outro lado, ela não é limitada pelas fronteiras da palavra, como parece ocorrer em PE, é mais natural que a integração se dê para a esquerda, uma vez que numa língua trocaica como o português, o núcleo acentual de um grupo rítmico se encontra à esquerda.

No nosso *corpus*, encontramos um argumento empírico forte para a análise de Carvalho: não se encontra nenhuma redução de vogal pretônica em início de um outro domínio prosódico, o Grupo Intonacional. Considerem-se os exemplos seguintes, extraídos respectivamente do *corpus* da Missa e da leitura do texto acadêmico:

Pedro, de pé, (...)
(...) que são, fundamentalmente, de três tipos

Nos dois enunciados, observamos que a preposição "de" vem, na escrita, precedida de uma vírgula. Essas vírgulas são realizadas na fala, pelos leitores, como pausas de mais de 200 ms., nos dois casos. Em ambos os casos, a vogal da preposição é nitidamente pronunciada pelos locutores portugueses. No segundo caso, é o locutor brasileiro que reduz a vogal, como resultado de um processo de haplologia. Encontramos assim um contraste inesperado, no qual é o locutor brasileiro que reduz uma vogal que é pretônica, no interior da palavra fonológica, e é o locutor português que a pronuncia. Isso se explica

BEST COPY AVAILABLE

perfeitamente, no entanto, se se assume que a redução de algumas sílabas, no PE, decorre da sua encliticização às unidades acentuais precedentes, conforme proposto por Carvalho, pois a enclitização torna as sílabas postônicas. Ora, no exemplo em questão, há uma pausa indicando o início de um novo grupo intonacional, o que bloqueia o próprio processo de encliticização que, por hipótese, licencia as reduções que têm por função otimizar o ritmo, em PE. O bloqueio da enclitização faz, assim, com que a sílaba não possa ser reduzida, e a vogal tenha de ser pronunciada. Em PB, ao contrário, a presença da pausa não bloqueia a redução da única sílaba da preposição, uma vez que não se esperaria que essa sílaba se houvesse encliticizado à unidade rítmica anterior, como em PE, para que seu núcleo pudesse ser reduzido. Além do mais, esta é uma redução de pretônica que, em PB, não tem propriamente a função de ajustar o ritmo, sendo determinada por condicionamentos de ordem segmental, como é o caso do processo de haplologia.

Proporemos aqui uma análise desses fatos baseada na idéia de que o ritmo consiste na interpretação, pelo sistema de desempenho articulatório-perceptual, da forma fonológica produzida pela gramática. Uma vez que, por hipótese, princípios conflitantes atuam sobre essa interpretação, o ritmo de cada língua seria o resultado da hierarquização desses princípios, hierarquização esta que varia de língua para língua.

A noção de hierarquização de princípios está no centro da Teoria da Otimalidade[7]. Na seção 4.2 a seguir, apresentaremos os pressupostos básicos dessa teoria e mostraremos como alguns desses pressupostos, articulados a pressupostos do minimalismo, podem explicar o ritmo diferente do PB e do PE. Antes, porém, faz-se ainda necessário tecer algumas considerações sobre o acento secundário, responsável pela definição das unidades rítmicas do português. É o que passaremos a fazer na seção seguinte.

[7] Traduzimos, aqui, o termo inglês "optimality" por "otimalidade". A nosso ver, ainda que não exista, em português, o adjetivo "otimal" (a partir do qual estaria autorizada a derivação do substantivo "otimalidade") justifica-se, neste momento, a criação do neologismo, pelos seguintes motivos: 1) a derivação de "otimidade", autorizada pela existência do adjetivo "ótimo", resolve um problema e cria um outro, relacionado ao adjetivo mais adequado para uso em expressões que se referem a análises conduzidas com base nessa teoria. Seriam elas análises "ótimas" ou "otimalistas"?; 2) já se firmaram, nos textos de teoria sintática, as traduções "minimalismo" e "minimalista", embora não exista, em português, o adjetivo "minimal", que autorizaria tais derivações (essas formas, no entanto, já estão dicionarizadas, o que indica que a língua incorporou, sem problemas, esses neologismos). Parece autorizado, portanto, o uso do mesmo critério para as derivações, nos dois casos. Além do mais, no caso do subtítulo que demos a este artigo, pareceu-nos muito estranha a alternativa que também consideramos e descartamos, "uma abordagem ótima e mínima" (não consideramos, evidentemente, a alternativa "uma abordagem ótima e minimalista", que nos pareceu ainda mais problemática).

BEST COPY AVAILABLE

3. Acento primário e acento secundário

Para que possamos discutir a questão do acento secundário e de sua relação com o ritmo é necessário também introduzir, aqui, algumas considerações gerais sobre o acento primário em PB e PE.

No quadro atual das teorias métricas sobre acento e ritmo (cf. Halle & Vergnaud, 1987; Hayes, 1995; van der Hulst, no prelo), os acentos primários e secundários das palavras são atribuídos por um conjunto de algoritmos que constroem uma estrutura de *pés* a partir da fixação de valores para determinados parâmetros. De acordo com van der Hulst:

> *(...) the presence of foot structure enables metrical theory to reduce primary accent rules to rules placing primary accent on the rightmost or leftmost 'foot accent'. (...) Metrical theory explains the culminative nature of accent, i.e., its once-per-domain occurrence, by viewing accents as heads of these domains. Thus, non-primary accents will be represented as heads of feet, and primary accents as heads of words.* (Van der Hulst, no prelo)

Essa abordagem paramétrica e determinística do acento permite que os sistemas acentuais das línguas sejam vistos como resultantes da maneira como variam os valores atribuídos aos parâmetros que são indicados nas regras de construção como as citadas em van der Hulst:

Metrical algorithms

foot structure
i. left-headed (LH) / right-headed (RH)
ii. assigned from left to right (LR) / right to left (RL)

word structure
left-headed (LH) / right- headed (RH)

(van der Hulst, no prelo)

O fato de que os acentos, primários ou secundários, são vistos como propriedades de domínios que podem ter apenas um acento, tem como conseqüência: 1) que a existência de um acento primário em uma sílaba implica sua ausência em todas as demais sílabas do mesmo domínio (i.e., no domínio da palavra, o que significa dizer que cada palavra é portadora de apenas um acento

primário); 2) que a existência de um acento em uma sílaba implica sua ausência nas sílabas imediatamente adjacentes (ou seja, no interior do mesmo pé, o que significa dizer que cada pé é portador de apenas um acento secundário).

As análises propostas para o acento primário no português, baseadas na Fonologia Métrica, apresentam, dentre outras, diferenças com relação aos algoritmos de construção dos pés e aos domínios de aplicação desses algoritmos (cf. Bisol, 1992 a. e b.; Lee, 1995; Massini-Cagliari, 1995; d'Andrade e Laks, 1992). No entanto, em qualquer dessas análises, as sílabas identificadas como portadoras do acento primário no PB e no PE são sempre as mesmas. Não vamos portanto discutir aqui essas análises, já que as diferenças encontradas entre as duas línguas, nos *corpora* por nós analisados, reside na localização dos acentos secundários.

Com relação ao acento secundário, Collischon (1993, 1994) propõe, para PB, que ele seja atribuído no componente pós-lexical, através de um algoritmo que, sobre a estrutura previamente construída de acento primário (constituinte ilimitado de cabeça à direita), constrói constituintes binários de cabeça à esquerda, obedecendo a uma direção (D)ireita-(E)squerda a partir do acento primário, e tomando como domínio de aplicação a palavra. O algoritmo de acento secundário seria, segundo a autora, insensível ao peso silábico, cabendo-lhe, simplesmente, preencher a grade métrica e marcar o ritmo.

Collischon chama a atenção para o fato de que, nas palavras em que pode ocorrer ditongação (cf.si.be.ri.á.no ~ si.be.r[y]á.no) ou epêntese (cf. in.dig.ná.do ~ in.di.[gi].ná.do), a posição do acento secundário depende da aplicação ou não desses processos pós-lexicais tardios, pois o algoritmo que o atribui deve contar as sílabas. Isso indica que: 1) ou o acento secundário é atribuído depois desses e de outros processos semelhantes que alteram a estrutura silábica, ou 2) o acento secundário e essas regras se aplicam simultaneamente, conspirando para a produção de um ritmo binário regular.

Da análise de Collischon para o PB é interessante ressaltar, aqui, a discussão que faz essa autora a respeito dos casos em que se observa a criação de um constituinte degenerado no limite esquerdo da palavra:

> *Quando o número de sílabas anteriores ao acento primário for ímpar, a regra produz um constituinte degenerado (com apenas um elemento) na margem esquerda da palavra. Isso ocorre porque a atribuição de acento de acordo com o modelo de Halle e*

> *Vergnaud deve preencher as seguintes condições: nenhum elemento do domínio deve ficar fora de constituinte (Condição de Exaustividade); e todo constituinte deve ter um cabeça (Condição de Sinceridade). Por esta razão, ocorre choque no início da palavra entre o cabeça de um constituinte binário e o cabeça de um constituinte degenerado. Como não há espaço para movimento, um dos dois acentos terá de ser apagado.*
> *A solução que adotamos é aquela proposta por Haraguchi (1991:164) para o espanhol invocando o princípio* Evite Choque, *que funciona como um filtro, eliminando estruturas mal-formadas. Este princípio é operacionalizado pela regra* Apague α, *que simplesmente apaga um constituinte, quando o contexto de aplicação determinado pelo princípio, ou seja, um contexto de choque, for encontrado.* Como a regra Apague α não tem uma direção de aplicação, tanto um como o outro acento em choque pode ser apagado. Deste modo, o próprio princípio prevê que ora encontraremos acento secundário sobre a sílaba inicial, ora encontraremos acento secundário sobre a segunda sílaba. (Collischon, 1994:49. Grifo nosso)

Os casos de posição variável do acento secundário a que se refere Collischon são aqueles em que ocorrem três sílabas (ou outro número ímpar de sílabas) antes da tônica, como em: a.pa.ga.dór ~ a.pa.ga.dór; di.men.s[y]o.na.li.dá.de ~ di.men.s[y]o.na.li.dá.de. Esta seria a explicação, portanto, para dados como os que aqui vimos considerando para PB (ca.va.la.ría) e PE (ca.va.la.ría). O problema é que tal análise simplesmente prevê uma variação, em dados como esses (supõe-se que também para PE), e nada diz sobre o que poderia levar à escolha do apagamento de um ou de outro dos acentos em choque.

Ora, o que os nossos dados estão a indicar é que, embora a ocorrência desse acento secundário em um ou outro dos seus possíveis lugares de pouso, não seja categórica em uma das duas posições para cada um dos dialetos, parece haver uma nítida preferência, em PB, para o que seria, na análise de Collischon, o apagamento do primeiro dos acentos em choque, ao passo que o PE pareceria preferir apagar o segundo desses acentos (cf. dados apresentados na seção 1.2, acima). Além disso, como já mencionamos anteriormente, as ocorrências de acento secundário na sílaba inicial parecem relacionadas, no *corpus* do PB, a algum tipo de ênfase, efeito que em PE parece ser obtido a partir da não redução da sílaba seguinte. Vale mencionar, aqui, que também a

análise de d'Andrade & Laks (1992) prevê uma variação na posição do acento secundário, nos casos considerados, indicando-se, no entanto, uma tendência para o acento inicial.

Talvez fosse o caso, portanto, de se buscar uma outra explicação para essas duas tendências observadas para PB e PE, particularmente nos dados que apresentam três sílabas antes da tônica. É o que procuraremos fazer, nas seções seguintes deste trabalho.

4. Uma interpretação minimalista e otimalista da diferença rítmica entre PE e PB

4.1. A articulação gramática/sistemas de desempenho no Programa Minimalista

No modelo de Princípios e Parâmetros (cf.: Chomsky, 1985, entre outros), a cada enunciado de uma determinada língua correspondem quatro níveis de representação: Estrutura-D, Estrutura-S, Forma Lógica (LF) e Forma Fonética (PF). Uma das inovações cruciais do *Programa Minimalista para a Teoria Lingüística* proposto por Chomsky (1995) é a proposta de supressão dos níveis internos à própria gramática (Estrutura-D e Estrutura-S), mantendo-se somente LF e PF, definidos como os níveis de interface com os sistemas de desempenho, respectivamente o Sistema Conceptual-Intencional e o Sistema Articulatório-Perceptual:

> *A particular language L is an instantiation of the initial state of the cognitive system of the language faculty with options specified. We take L to be a generative procedure that constructs pairs (π, λ) that are interpreted at the articulatory-perceptual (AP) and conceptual-intentional (CI) interfaces, respectively, as "instructions" to the performance systems? is a PF representation and ? a LF representation, each consisting of legitimate objects that can receive an interpretation (perhaps as gibberish). If a generated representation consists entirely of such objects, we say that it satisfies the condition of Full Interpretation (FI). A linguistic expression of L is at least a pair (?,??) meeting this condition – and under minimalist assumptions, at most such a pair, meaning that there are no levels of linguistic structure apart from the two interface levels PF and LF, specifically no levels of D-Structure and S-Structure.* (Chomsky, 1995:219)

A articulação da gramática com os sistemas de desempenho encontra-se assim muito mais enfatizada no modelo minimalista do que nos modelos anteriores, como se pode ver por esse outro trecho:

> *The language is embedded in performance systems that enable its expressions to be used for articulating, interpreting, referring, inquiring, reflecting, and other actions. We can think of the SD (Structural Description) as a complex of instructions for these performance systems, providing informations relevant to their functions. While there is no clear sense to the idea that language is "designed for use" or "well adapted to its functions", we do expect to find connections between the properties of the language and the manner of its use.* (Chomsky, 1995: 168)

Deste ponto de vista, a gramática é vista como um sistema exclusivamente gerativo (chamado por Chomsky de sistema de computação), ficando a interpretação propriamente dita a cargo dos sistemas de desempenho. Essa concepção da divisão das tarefas sugere fortemente um deslocamento de certas análises do interior da gramática para as suas interfaces. É o que sugerimos aqui para o ritmo, fenômeno que as teorias fonológicas citadas acima explicam por um conjunto de regras e princípios de natureza puramente gramatical. Vimos em particular que o acento secundário é definido por algoritmos da mesma natureza daqueles que definem o acento primário. Por outro lado, é agora possível vislumbrar um lugar de articulação entre gramática e desempenho. Isso era mais difícil em modelos anteriores da gramática. Em Adams (1987), por exemplo, a consideração explícita do ritmo como um fenômeno de desempenho cria problemas para a tese de que ele afeta a sintaxe na mudança do francês antigo para o francês moderno.

A ênfase posta na interface da gramática com os sistemas de desempenho no modelo minimalista permite definir dois níveis na compreensão dos fenômenos gramaticais. O primeiro nível diz respeito à geração de *instruções* pelo sistema de computação, geração essa regida pelos princípios categóricos inerentes a este sistema. O segundo nível concerne à interpretação dessas instruções pelos sistemas de desempenho. A nossa proposta é a de que, nesse nível, as restrições definidas pelos diversos sub-componentes da computação não podem ser satisfeitas conjuntamente, o que leva à hierarquização dessas restrições no processo de interpretação. A idéia de uma tal hierarquização encontra-se na base da Teoria da Otimalidade, que apresentaremos a seguir, e na qual nos inspiraremos ao propor nossa explicação

BEST COPY AVAILABLE

para a diferença rítmica entre o PE e o PB. É importante insistir, contudo, no fato de que a nossa análise adota essa teoria unicamente para os fenômenos resultantes da interpretação das estruturas na interface da gramática com os módulos de desempenho. Com efeito, assumir a Teoria Gerativa chomskiana implica que consideremos que no interior do sistema gerativo os princípios se apliquem categoricamente. Voltaremos a essa questão mais adiante.

4.2. A Teoria da Otimalidade

A chamada Teoria da Otimalidade (Prince & Smolensky, 1993) tem por objetivo modelar o funcionamento da gramática a partir dos seguintes pressupostos: 1) a Gramática Universal é constituída de uma série de restrições sobre a boa-formação das representações; 2) as gramáticas das línguas específicas são construídas levando em conta essas restrições, e ordenando-as em uma hierarquia; 3) as restrições são conflitantes e fazem asserções contraditórias a respeito da boa-formação da maioria das representações; 4) uma gramática particular consiste de um conjunto de restrições e de um meio de solucionar o conflito entre as predições que fazem essas restrições.

A seguinte passagem de Prince & Smolensky (1993) chama a atenção para o que se deve entender como crucial neste modelo:

> *The heart of the proposal is a means for precisely determining which analysis of a given input* best satisfies *(or least violates) a set of conflicting well-formedness conditions. For most inputs, it will be the case that every possible analysis violates many constraints. The grammar rates all these analyses according to how well they satisfy the whole constraint set and produces the analysis at the top of this list as the output. This is the* optimal *analysis of a given input, and the one assigned to that input by the grammar. The grammatically well-formed structures are those that are optimal in this sense.*
> *How does a grammar determine which analysis of a given input best satisfies a set of inconsistent well-formedness conditions? Optimality Theory relies on a conceptually simple but surprisingly rich notion of constraint interaction whereby the satisfaction of one constraint can be designated to take absolute priority over the satisfaction of another. The means that a grammar uses to resolve conflicts is to rank constraints in a* strict dominance hierarchy. *Each constraint has absolute priority over all the constraints lower in*

BEST COPY AVAILABLE

the hierarchy. (Prince & Smolensky, 1993:2)

Como se vê, a idéia de avaliação e escolha é central para o modelo, que rejeita a noção de "derivação de um único output a partir de um único input" e pressupõe uma visão de gramática baseada na existência de duas funções:

> – a função GEN (abreviatura de "generator"), parte fixa da Gramática Universal, que contém informação sobre os primitivos representacionais e suas relações universalmente válidas e irrevogáveis. É óbvio para GEN, por exemplo, que, no âmbito da sílaba, o nódulo σ pode dominar um nódulo *Onset* ou um nódulo μ (a depender da teoria da sílaba que se assume, se uma que postula elementos como *onset* e *rima* ou uma que postula apenas *moras*), mas nunca o contrário.

Nas discussões sobre otimalidade em fonologia, presume-se que os princípios a partir dos quais GEN produz candidatos para avaliação são constituídos, na verdade, pelo conjunto dos postulados lingüísticos que se podem tomar como consensuais nos diferentes módulos (ou subteorias) da fonologia não linear.

> – a função H-EVAL (abreviatura de "harmony evaluator"), que determina a harmonia relativa dos inputs candidatos gerados por GEN, impondo, a todo o conjunto, uma ordem baseada no grau de satisfação às restrições, que são hierarquizadas conforme a gramática das línguas específicas.

Cabe ainda ressaltar que, na Teoria da Otimalidade, o eixo das preocupações, como se viu, desloca-se de uma teoria das operações (GEN) para uma teoria da boa-formação (H-EVAL).

4.3. Para uma articulação dos modelos otimalista e minimalista

Na análise das diferenças rítmicas entre PE e PB, adotaremos da Teoria da Otimalidade a noção de hierarquização das restrições, mas deslocaremos o lugar onde tal hierarquização se aplica, bem como seu papel na arquitetura da gramática como um todo. Para nós, com efeito, a função GEN é desempenhada por um sistema de computação que já contém uma função EVAL interna. No minimalismo, essa função EVAL é desempenhada, por um lado, pelo princípio de *economia* (que escolhe, entre várias derivações concorrentes, aquela que é menos custosa) e, por outro lado, pela noção de *convergência* que impõe que todo elemento que aparece nas interfaces seja interpretável pelo respectivo

sistema de desempenho. Dessa maneira, a partir de um conjunto de itens lexicais, o sistema de computação produz uma só representação bem formada, que é, das representações convergentes, a mais econômica. Isso diferencia crucialmente o modelo minimalista do modelo otimalista.

Contudo, propomos aqui que a hierarquização de restrições, ou de princípios, intervém no nível da interpretação, feita pelos sistemas de desempenho, dessas representações produzidas pela gramática, que ainda são subespecificadas em relação a sua efetiva realização. Tratar-se-ia, portanto, de uma função EVAL (baseada na *economia* e na *convergência*) que atuaria sobre as interpretações possíveis dos outputs únicos produzidos pela função GEN (aqui entendida como o próprio sistema de computação). No que segue, argumentaremos que um modelo desse tipo nos permite explicar as diferenças rítmicas entre PB e PE.

4.4. A hierarquização das restrições em PE e PB

Assumindo o quadro teórico do Programa Minimalista (Chomsky 1995), propomos aqui que o acento primário é atribuído às palavras no componente lexical, sendo idêntico em PB e PE. Assumimos ainda que as diferenças rítmicas entre os dois dialetos podem ser explicadas em termos da implementação do ritmo na interface PF, como resultado da interpretação pelo sistema de desempenho AP.

Mostraremos agora que os fenômenos de natureza pós-lexical (acentos rítmicos e ressilabificações resultante de reduções vocálicas e de sândi) apresentados na seção 2 podem receber uma explicação otimalista como a que foi esboçada acima – centrada, pois, na questão da boa-formação das estruturas – , sem prejuízo de uma articulação com os pressupostos do programa minimalista, uma vez que a hierarquização de restrições se faz necessária para dar conta da interpretação, pelos sistemas de desempenho, das estruturas geradas pela gramática.

O comportamento diferenciado do PE e do PB quanto aos fenômenos de redução vocálica e quanto à atribuição do acento secundário pode ser derivado da diferente hierarquização de três vínculos ou restrições:

- a integridade da palavra fonológica
- a binariedade do pé
- o pé trocaico

Convém ressaltar que a restrição "pé trocaico" faz referência, essencialmente, à localização da cabeça do pé à esquerda, independentemente do número de sílabas. Define-se assim uma família de pés fonéticos, da qual fazem parte também os dátilos, que são pés constituídos de uma sílaba forte e duas fracas.[8]

As duas restrições "binariedade do pé" e "pé trocaico" fazem parte, na Teoria da Otimalidade, de uma das famílias de restrições responsáveis pela definição do sistema rítmico das línguas. São denominadas, respectivamente, "FtBin" (Foot Binarity: Os pés são sempre binários em algum nível de análise, μ ou σ), e "RhType=I/T" (Rhythmic Type: pés são iambos ou troqueus).

Quanto à restrição que aqui denominamos informalmente "Integridade da palavra fonológica", é importante notar que não é definida na Teoria da Otimalidade. Ela se aproxima, porém, em espírito, da família de restrições de "Alinhamento" (propostas, com base na idéia geral de otimalidade, na chamada morfologia prosódica, de McCarthy e Prince, 1993). Mas o seu objeto é distinto. Com efeito, a família original de "Alinhamento" funciona na interface da fonologia com a morfologia. A nossa restrição de "Integridade da palavra fonológica" situa-se na interface da fonologia prosódica com o ritmo, ou seja, atua na interpretação da forma fonética pelo sistema AP, coerentemente com os pressupostos da nossa análise. O alinhamento, aqui, diz respeito às fronteiras da palavra fonológica, (ou Grupo Clítico, se assumirmos Nespor & Vogel, 1986) definida como um domínio prosódico, e às fronteiras do grupo rítmico produzido na interpretação desses domínios. "Alinhar" pode então ser entendido como um princípio geral de interpretação que a existência de outras restrições como "RhType=I/T" impede de satisfazer categoricamente, ficand, portanto, este princípio, como os demais que com ele interagem, sujeito à hierarquização.

A análise de Carvalho adotada acima para a redução das pretônicas no PE evidencia que, nessa língua, a restrição do pé trocaico é mais forte do que a da integridade da palavra fonológica. Essa hierarquização dá conta, com efeito, do fato de que, nas palavras com apenas uma sílaba antes do acento primário, essa sílaba pretônica se encontra encliticizada ao domínio acentual a sua esquerda, sem levar em conta a fronteira de palavra.

[8] No limite, podem também ser interpretados como pés fonéticos dessa família trocaica os pés degenerados (de uma só sílaba) resultantes de processos de redução de núcleos silábicos.

As palavras com três sílabas pretônicas trazem evidência da ordem relativa entre a integridade da palavra e o pé binário, em PE. Com efeito, o que verificamos é que a redução não se dá na primeira sílaba, mas geralmente na segunda, como em ca[t']goria ou, mais raramente, na terceira, como em carac[t']rística. Esse fato, juntamente com a constatação de que a primeira sílaba pretônica recebe acento secundário, mostra que, nessas palavras, não ocorre encliticização dessa sílaba ao domínio acentual à esquerda, através da juntura de palavra. Tem-se, assim, evidência para a ordem relativa entre a integridade da palavra fonológica e a binariedade do pé, com a primeira dessas duas restrições tendo primazia sobre a segunda. Obtemos, assim, a seguinte hierarquia de restrições para PE:

1. pé trocaico
2. integridade da palavra fonológica
3. binariedade do pé

No PB, por outro lado, a restrição da integridade da palavra fonológica aparece como mais forte do que a do pé trocaico, uma vez que, nas palavras em que ocorre apenas uma sílaba pretônica, esta sílaba vem interpretada como formando um agrupamento rítmico com o pé seguinte, portador do acento primário.

As palavras com três sílabas pretônicas trazem evidência da ordem relativa entre o pé binário e o troqueu. O fato de o acento secundário recair, em regra geral, na segunda sílaba à esquerda do acento primário, decorre da precedência do pé binário sobre o troqueu. Obtemos, assim, a seguinte hierarquia de restrições para PB:

1. integridade da palavra fonológica
2. binariedade do pé
3. pé trocaico

Observe-se que, nas duas variedades, a integridade da palavra fonológica sempre tem precedência sobre a binariedade do pé. O que os distingue essencialmente é a posição, na hierarquia de restrições, do pé trocaico. Este se encontra em primeiro lugar em PE e em último lugar em PB. Ou seja, pode-se dizer que o ritmo em PE é baseado no troqueu, enquanto que o ritmo brasileiro se constrói respeitando antes de mais nada as fronteiras de palavras fonológicas.

Quanto ao acento secundário, observe-se que ele também decorre, em nossa análise, desse conjunto de restrições e da interação entre elas. Não é

necessário propor que sua atribuição se faça a partir de um algoritmo, uma vez que todas as unidades rítmicas construídas na interface AP (independentemente do número de sílabas, se duas ou três) terão sempre uma proeminência acentual na sílaba mais à esquerda, dado que se assume que a formulação precisa da restrição relevante para a definição do tipo de ritmo das línguas (na Teoria da Otimalidade: "RhType=I/T") fixa o ritmo, em português, como sendo de base trocaica (o que, na TO, traduzir-se-ia por "RhType=T").

Vejamos, então, como se pode explicar a localização dos acentos rítmicos encontrados no *corpus* de PB e PE, a partir dessas diferenças na hierarquia de restrições. Consideraremos três tipos de palavras:

– palavras com uma sílaba pretônica , como "Jesus".
– palavras com duas sílabas pretônicas, como "referência".
– palavras com três sílabas pretônicas, como "categoria".

Na primeira palavra, não há, *a priori*, contexto para ocorrência de acento secundário, uma vez que apenas uma sílaba precede a sílaba portadora de acento primário. Como em PB a prioridade é dada à integridade da palavra fonológica, esta sílaba tem de ser interpretada como "proclítica", ou seja, como integrada à unidade rítmica que tem como cabeça o acento primário à direita.

Em PE, por outro lado, a precedência do troqueu impede tal reagrupamento à direita, o que criaria uma unidade rítmica iniciada por uma sílaba não acentuada. Força-se, portanto, a interpretação dessa sílaba como enclítica à unidade rítmica à esquerda, o que por sua vez desencadeia a redução do núcleo vocálico da sílaba. É isso, de fato, que se observa na seqüência "disse Jesus". Como se observa nas figuras 1 e 2, acima, no PB, é a última sílaba de "disse" que sofre redução, por ser postônica. No PE, é a primeira sílaba de "Jesus" que é reduzida, após ter sido encliticizada à unidade rítmica à esquerda.

Como já foi dito acima, na ausência de uma unidade rítmica à esquerda, a redução é bloqueada em PE, o que interpretaremos como o índice de que a sílaba recebe então uma saliência comparável à de um acento secundário, fenômeno que parece ocorrer em início de grupos intonacionais.

Devemos, portanto, à luz dessas considerações, modificar o que foi dito anteriormente, pois no PE, uma palavra contendo uma só sílaba antes da tônica pode receber um acento secundário nesta sílaba, se se encontrar no início de um grupo intonacional.

As palavras com duas sílabas antes da pretônica constituem um caso em que, no PB, as três restrições podem ser conjuntamente satisfeitas, uma vez que o acento secundário na primeira sílaba obedece ao mesmo tempo às fronteiras das palavras, ao ritmo binário e ao troqueu. No PE, vimos que, conforme o contexto, essas palavras podiam corresponder a um sub-caso das palavras com três sílabas antes da pretônica. É o caso dos exemplos "referência", "relação", "semelhantes" e "decisor", apresentados acima, em que o acento secundário recai na preposição que precede a palavra, e a primeira sílaba é reduzida.

Quando não se verifica tal extensão da palavra fonológica por acréscimo de alguma palavra funcional, a situação é outra, e encontramos freqüentemente pronúncias em que a vogal da primeira sílaba é pronunciada e é a vogal da segunda sílaba que é reduzida, como em "di[f´rent´]" ("diferente"), ou como "re[f´r]ência", que corresponde a uma outra pronúncia possível para a primeira das palavras citadas, constantes do *corpus*. Nesses casos, observa-se também uma saliência acentual na primeira sílaba, o que indica que aí está localizada uma fronteira de unidade rítmica iniciada por um acento secundário. A redução do núcleo da segunda sílaba, no caso, que acaba por produzir uma seqüência fonética com moderada colisão acentual, é o efeito de outras restrições que levam à modificação da cadeia segmental do output, e que têm a ver com os segmentos que entram na constituição das sílabas.[9]

Algumas reduções de material fonológico manifestam-se mais freqüentemente em PE do que em PB, o que se pode explicar, mais uma vez, pelo diferente ranking das restrições, nas duas línguas. Em PE, com a restrição da binariedade do pé colocada em último lugar no ranking (supostamente abaixo das restrições responsáveis pela redução de material segmental nas sílabas), os pés degenerados que resultam desses processos de redução não criam problemas. Já em PB, a opção de reduzir os núcleos vocálicos das sílabas sempre que há contexto segmental é mais problemática, dado que a binariedade do pé está em segundo lugar no ranking, provavelmente acima das restrições responsáveis pela redução de material segmental.

[9] Não nos ocuparemos, aqui, da formulação dessas restrições que dão conta de redução de material segmental e dos conseqüentes reajustes silábicos em PE e PB (como a redução de núcleos vocálicos de sílabas internas à palavra, processos de sândi vocálico externo e haplologia), e que são determinadas pela natureza mesma dos segmentos constituintes das sílabas. Pressupomos, porém, não só a existência de tais restrições, como também a sua interação com restrições como as aqui propostas, responsáveis pela interpretação e implementação do ritmo pelo sistema de desempenho AP, na interface PF da gramática.

BEST COPY AVAILABLE

Os fatos discutidos no parágrafo anterior mostram novamente a sensibilidade do PE ao contexto precedente, na escolha da melhor solução rítmica. Essa escolha levará sempre em conta o ranking de restrições, onde tem primazia o tipo trocaico de ritmo e admitem-se como menos custosas as violações das fronteiras das palavras fonológicas e da binariedade do ritmo. De fato, em todos os casos em que a redução vocálica dos núcleos silábicos que ocorrem após um acento secundário é possível (do ponto de vista da natureza dos segmentos envolvidos), constata-se, no *corpus*, a sua implementação.

Enfim, nas palavras com três sílabas antes da pretônica, a primazia das fronteiras da palavra fonológica e do ritmo binário levam à atribuição do acento secundário na segunda sílaba em PB. No PE, ao contrário, a primazia do troqueu e das fronteiras de palavras sobre o ritmo binário tem como conseqüência a atribuição do acento à primeira sílaba. Se o acento estivesse na segunda sílaba, o troqueu só poderia ser respeitado se a primeira sílaba fosse reagrupada com a unidade rítmica anterior. Mas, nesse caso, as fronteiras da palavra seriam violadas. Na escolha entre a violação de duas restrições, a da integridade da fronteira de palavra e a da binariedade, o PE prefere violar a binariedade, como previsto na hierarquização acima proposta, em que essa restrição é a última do ranking.

Por fim, esta análise explica também, de forma adequada, a chamada redução das vogais pretônicas apontada na literatura como característica do PE. Com efeito, a primazia do troqueu no ritmo do PE faz com que não haja, *do ponto de vista rítmico*, sílabas pretônicas nessa língua. Só há tônicas e postônicas, que seguem os acentos primários e os secundários.[10] Sendo assim, a redução das postônicas, correlato segmental do ritmo que atinge tanto o PB quanto o PE, acaba por ter uma abrangência bem maior em PE, pois afeta também várias sílabas que, embora lexicalmente pretônicas, encontram-se ritmicamente integradas, como postônicas, a uma unidade rítmica precedente, no interior de um mesmo grupo intonacional.

[10] Resta verificar o que ocorre foneticamente, em PE, nos casos em que a palavra fonológica situada à esquerda da sílaba pretônica que a ela se deve encliticizar é constituída por um radical proparoxítono. Não ocorreram exemplos desse tipo no *corpus* analisado, mas a nossa previsão seria a de que as três sílabas postônicas assim criadas no interior da mesma unidade rítmica também sofreriam algum tipo de redução, com o objetivo de eliminar, quando segmentalmente possível, o "excesso" de sílabas após o acento primário. De qualquer forma, vale a pena notar que, na construção de unidades rítmicas na interface PF, o fato de se criarem unidades de mais de três sílabas em PE (nas unidades rítmicas que envolvem radicais proparoxítonos) pode também ser explicado pela hierarquia proposta, em que a binariedade do pé aparece em último lugar no ranking. Vale ainda notar que, às restrições aqui consideradas, deverão associar-se também restrições que dão conta de outros processos de redução de material segmental, como as mencionadas na nota 8, que explicam, em última análise, os outputs fonéticos da língua.

BEST COPY AVAILABLE

5. Conclusões

Em conclusão, esta abordagem, ainda que exploratória, além de propor uma explicação para as diferenças na organização rítmica de PE e PB e para a diferença de abrangência, nas duas variedades, do fenômeno da chamada "redução das vogais pretônicas", permite-nos também avançar na busca de uma maior explicitação de dois aspectos essenciais da teoria da gramática:

– A arquitetura geral da gramática, com a definição precisa do que a ela é interno, e do que constitui as suas interfaces (questão pouco ou nada tematizada pelos fonólogos).

–A natureza dos processos de interpretação na interface (pressupostos, mas pouco ou nada explicitados no modelo minimalista da teoria de Princípios e Parâmetros).

Referências bibliográficas

Andrade, E. d' e B. Laks (1992) Na crista da onda: o acento de palavra em português. *Actas do 7º Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa.

Andrade, E. d' e M.H. Mateus (1998) The syllable structure in European Portuguese. *D.E.L.T.A.*, **14**.1:13-32.

Bisol L. (1992 a.) O acento lingüístico e o pé métrico binário. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, **23**: 69-80. Campinas: IEL-UNICAMP.

_____ (1992 b.) O acento: duas alternativas de análise. Mimeo.

Carvalho, J. B. (1988/1992) Réduction vocalique, quantité et accentuation: pour une explication structurale de la divergence entre portugais lusitanien et portugais brésilien. *Boletim de Filologia*, **32**:5-26.

_____ (1989) Phonological conditions on portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics* **27**: 405-436.

Chomsky, N. (1985) *Knowledge of Language*. New York: Praeger.

_____ (1995) *The Minimalist Program.* Cambridge: The MIT Press.

Collischon, G. (1993) Um estudo do acento secundário em português. Dissertação de Mestrado. UFRGS.

_____ (1994) Acento secundário em português. *Letras de Hoje – Fonologia: Análises não-lineares*, **29**.4 (98):43-53. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Halle, M. & J.-R. Vergnaud (1987) *An Essay on Stress*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

HARAGUCHI, S. (1991) *A Theory of Stress and Accent*. Dordrecht: Foris.

HAYES, B. (1995) *Metrical Stress Theory – principles and case studies*. Chicago: The University of Chicago Press.

HULST, H. van der (no prelo) Word accent. Em: HULST, H. van der (org.) *Word Prosodic Systems in the Languages of Europe*. Berlin e N.York: Mouton de Gruyter.

LEE, S-H, (1995) *Morfologia e fonologia lexical do português do Brasil*. Tese de Doutorado. UNICAMP.

LIBERMAN, M. & A. Prince (1977) On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, **8**:249-336.

MACCARTHY, J. e A. Prince (1993) *Prosodic Morphology I: constraint interaction and satisfaction*. Ms., University of Massachussetts, Amherst, and Rutgers University, New Brunswick, New Jersey. A sair, MIT Press.]

MASSINI-CAGLIARI, G. (1995) *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico*. Tese de Doutorado. UNICAMP.

NESPOR, M. & I. Vogel (1986) *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris.

PRINCE, A. & P. Smolensky (1993) *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. Technical report #2 of The Rutgers center for Cognitive Science. Rutgers University. inédito.

REVAH, I.S. (1958) L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du 16è siècle à nos jours, *Anais do primeiro congresso brasileiro da língua falada no teatro*.

TEYSSIER, P. (1980) *Histoire de la langue portugaise*, Paris: PUF.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (405-422)

Nós e *A Gente* no Português Falado Culto do Brasil *

(*Nós* and *A gente* in standard spoken Brazilian Portuguese)

Célia Regina dos Santos Lopes *(Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

Abstract: An analysis of the variation nós *and* a gente *in subject position is presented. Using the framework of Labovian Quantitative Sociolinguistics, social and linguistic factors were identified in order to explain the different distribuitions of these forms. The study focused the use of educated speakers of three main geographical regions of Brasil: Rio de Janeiro (Southeastern area), Porto Alegre (Southern area) and Salvador (Northeastern area).*

Resumo: Este trabalho analisa a variação de nós *e* a gente *na posição de sujeito. Com base nos princípios da Sociolingüística Quantitativa Laboviana foram identificados os fatores lingüísticos e sociais com o objetivo de explicar a diferente distribuição destas formas. O estudo focaliza o uso de falantes cultos das três principais regiões geográficas do Brasil: Rio de Janeiro (Sudeste), Porto Alegre (Sul) e Salvador (Nordeste).*

Key words: Sociolinguistic; Variation; Personal Pronouns; Portuguese.

Palavras-chave: Sociolingüística; Variação; Pronomes Pessoais; Português.

0. Introdução

A alternância das formas *nós* e *a gente*, representando a primeira pessoa do plural, é de uso comum entre os falantes no Brasil. A gramática normativa, entretanto, por raramente explicar fenômenos já consagrados na língua falada, apresenta, ainda, incoerências quanto à classificação e inserção da forma *a gente* no sistema de pronomes pessoais e considera o pronome *nós* como mero plural de "eu", sem discutir o seu uso mais abrangente e genérico de um "eu-ampliado".

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm sido realizadas sobre a introdução da forma *a gente* no quadro dos pronomes pessoais, como uma variante do pronome de 1ª pessoa no plural *nós* (Naro et alii, 1983, Omena, 1986, Albán et alli, 1986, Fernandes & Gorski, 1986, Freitas et alii, 1991, Lemos Monteiro, 1991). Tais pesquisas de cunho variacionista ou restringem-se à investigação das características sociais, sem apontar os fatores lingüísticos que favorecem o uso dessa variável (Lemos Monteiro, 1991), ou tomam por base apenas a fala popular (Omena, 1986).

* Este Artigo é em homenagem ao Prof. Ataliba Teixeira de Castilho

Pretende-se, pois, rever essas posições, dando conta da norma oral culta e identificando, além dos fatores sociais, os ambientes lingüísticos que condicionam o uso de *nós* e *a gente* na função de sujeito. Para tanto, utilizamos metodologia variacionista, levando em consideração as seguintes variáveis sociais: *região geográfica*, representadas pelas cidades do Rio de Janeiro (região sudeste), Salvador (região nordeste) e Porto Alegre (região sul), *faixa etária* e *sexo* dos informantes.

1. Revisão gramatical e descritiva

No tocante à apresentação dos pronomes pessoais pelas diversas gramáticas normativas, não são verificadas divergências significativas. As questões mais problemáticas dizem respeito aos seguintes pontos: 1) a não inclusão de formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial, como é o caso de *você/ vocês/a gente* e 2) a concepção equivocada nas noções de número e pessoa. Com relação à forma *a gente*, as gramáticas não apresentam uma posição coerente e única. A classificação é, em geral, controvertida, pois ora consideram *a gente* como pronome pessoal, ora como forma de tratamento, ou ainda como pronome indefinido, comentando-na apenas em notas ou observações de rodapé.

Em termos gerais, os pronomes pessoais são caracterizados pelos gramáticos como indicadores universais das três pessoas do discurso: *quem fala, com quem se fala* e *de quem/que se fala*, admitindo formas no singular com correspondente no plural. Entretanto, há inúmeras ressalvas que devem ser estabelecidas quanto às categorias de *número* e *pessoa*.

Assim como os nomes têm essencialmente, no plano semântico, um caráter representativo ou simbólico, os pronomes, em oposição, se caracterizam como formas indicativas que situam os seres e/ou coisas no mundo bio-social.

Em sua origem, a *noção de pessoa* está intimamente relacionada a condições pragmáticas, designando um elemento do universo discursivo que pressupõe, por sua vez, uma interação dialógica entre o falante - aquele que enuncia - e o ouvinte - a quem se dirige o enunciado. Esta concepção interlocutiva da noção de pessoa remonta ao latim e reflexo disso era a exclusividade de representação pronominal, em posição de sujeito, para o eixo falante-ouvinte (*ego-tu*). Por sua vez, designava-se "aquele de quem se fala" por intermédio de um demonstrativo (*ille*), dada a inexistência de um pronome pessoal para representar a dita terceira pessoa no caso nominativo. Outras

BEST COPY AVAILABLE

particularidades, verificáveis hoje, caracterizam a "não-pessoa": a flexão de gênero e número (*ele/ela, eles/elas*) e a combinação com verbos que nas línguas do mundo, em geral, levam desinência zero. Conforme afirmam há muito os estudos sobre o assunto, entende-se a terceira pessoa como um elemento que se situa fora da interlocução verbal, e tal enfoque deve-se firmar de vez.

Levanta-se ainda outra divergência quanto à descrição gramatical, referente à oposição singular/plural nos pronomes pessoais. Ora, a noção de número implica o grupamento de elementos de mesma natureza e não é isso que ocorre com a forma *nós*, entendida como plural de *eu*, e *vós/vocês* como plural de *tu/você*. No primeiro caso, é inconcebível a junção de *eu+eu*, havendo, na verdade, várias possibilidades de compreensão: *eu+tu/você, eu+ele/ela, eu+vós/vocês, eu+eles, eu+todos*. No segundo caso, do mesmo modo, a forma plural refere-se a um conjunto de pessoas *com quem se fala*, admitindo também um valor indeterminado, abrangente, genérico e até difuso. Novamente, à diferenciação semântico-pragmática coaduna-se uma distinção formal, uma vez que o sentido expresso e os radicais das formas *eu/nós* e *tu/vós* são completamente diferentes. A introdução de formas como *você(s)/a gente* ratifica a posição de que a pluralização do *eu/tu* por *nós/vós* não se processa pela junção de elementos iguais, como se percebe no exemplo:

"Havia uma tradição, desde a copa do mundo de cinqüenta, pelo menos aquele pessoal que assistiu e se lembra daquilo. Ah, até *nós* sairmos perdendo. Então, acho que foi o jogo mais emocionante. O Brasil estava jogando mal." (Inquérito 18, Projeto NURC/Porto Alegre)

O falante emprega a forma *nós* podendo referir-se a ele pessoalmente (o *eu*), ao interlocutor (tu/você), aos jogadores que participam da partida, aos torcedores, enfim, a todos os brasileiros em geral.

Fica entendido, pois, que o plural, nos pronomes pessoais, pode indicar:

- a referência a dois ou mais seres que partilham o mesmo lugar na interlocução e, por conseguinte, são da mesma natureza. Poderíamos citar o uso de *vocês*, dito por um professor para interagir com seus alunos, ou seja, mais de um *você*;

- a referência a dois ou mais seres que ocupam lugares diferentes na interlocução (*nós*, representando *eu+você(s), eu+ele(s)*).

- uma referência indeterminada, porque ao englobar diferentes pessoas, um pronome pode, como dizíamos antes, tornar-se tão genérico a ponto de não podermos precisar qual é o seu referente.

Assim, resgatando as considerações sobre *pessoa* e *número* gramaticais nos pronomes pessoais, teríamos as seguintes observações em termos de uma descrição mais coerente:

1) *Stricto sensu*, a noção de pessoa restringe-se às duas primeiras (*eu* e *tu* (ou *você*)) que se opõem na enunciação, assumindo seus papéis legítimos: *pessoa que fala* e *com quem se fala*. A forma *ele* é a "não-pessoa", por excelência, pois se situa fora da interlocução.

2) *Lato sensu*, a noção de pessoa se expande para as formas *eu, tu, nós* e *vós* ou às suas variantes atuais *(você, a gente* e *vocês)*, consideradas, então, 4 pessoas gramaticais que podem ser empregadas fora da alocução *(eu/tu)*, assumindo o caráter ampliado e indeterminado do elemento *alia*.

Trabalhos recentes sobre pronomes pessoais, e mais especificamente sobre as formas de representação da 1ª pessoa do plural, enfatizam os aspectos levantados sobre a categoria de pessoa e número e a noção do "eu-ampliado" (cf. Omena, 1986, Bastos, 1988, Bondim, 1989, Lemos Monteiro, 1991, Freitas e Albán, 1991, Rollemberg, 1991, Cunha, 1993). Com base em Benveniste (1988), Freitas et alii (1991a, 1991b) realizaram vários estudos, identificando as diferentes possibilidades de formas pronominais, como *nós* e *a gente*, serem utilizadas para expressar o "eu-ampliado". Considerando eu (o emissor), o 'não-eu' (receptor) e a 'não-pessoa' (*alia*), mostram como o falante pode utilizar ambas as formas equivalendo a:

a) eu + não-eu

(1) "O que *nós* chamamos, aqui, a brisa, que vem da terra...vem da terra propriamente não, da cidade, vamos dizer, aqui onde *nós* estamos, vem da Barra Avenida para o... para Mar Grande." (Inquérito 135, Salvador)

b) eu + 'não-pessoa'

(2) "LOCUTOR:
- Está assaltando, né. Em frente à minha casa assaltaram as pequenas...

DOCUMENTADOR:

- ...Nessa área de assalto, por exemplo, como é que você chama o ato, o ato de tirar alguma coisa que não é da pessoa que está tomando?

LOCUTOR:

- Hoje mesmo *nós* falamos disso. Eu chamo de roubo.

DOCUMENTADOR:

- Hum. Você chama de roubo sempre?

LOCUTOR:

- Roubo sempre. A minha colega estava perguntando... E ela não saberia usar se era roubo ou furto. Eu não, eu também não, não sei direito como *a gente* usa, mas eu nunca uso furto. Eu sempre uso roubo."

c) eu + não-eu + 'não-pessoa'

(3) "Então a única preocupação que um brasileiro normal, assim ...um padrão de vida razoável tem, é com, é com a estética. Não engordar demais. Mas se *a gente* está comendo as proteínas certas ou não, *a gente* não sabe."

O caráter genérico e globalizante que *nós* e *a gente* podem assumir, referindo-se, muitas vezes, a um grupo de pessoas indeterminado, tem estimulado outros pesquisadores a analisar de que forma os pronomes pessoais estão sendo empregados pelos usuários da língua como um recurso para indeterminar o sujeito (cf. Rollemberg et alii, 1991 e Cunha, 1993).

Rollemberg *et alii* (1991), com base em dados de falantes cultos de Salvador, examina esse aspecto relacionando-o com as variáveis 'categoria de texto' e 'faixa etária do informante'. Observa a autora que *você* é o recurso mais utilizado, seguido respectivamente por *nós*, *a gente* e *eles*. Nas situações formais há preferência pela forma *nós*, contrariamente ao que se observa nos textos informais em que o falante prefere *a gente*. Quanto à faixa etária, conclui que *você* e *a gente* são empregados como recursos de indeterminação do sujeito entre os falantes mais jovens, estando *nós* e *eles* na preferência dos idosos.

Percebe-se a existência de uma estreita relação entre o uso de *nós* e *a gente*, com valor ampliado - sem a identificação nítida dos referentes no discurso - e o emprego dessas formas como recursos de indeterminação. Cunha (1993:13) alerta para este fato:

BEST COPY AVAILABLE

> *"Parece-nos que pronomes de primeira e de segunda pessoa tornam-se indeterminados na medida em que assumem a capacidade de englobar a "não-pessoa", o que pode acontecer inclusive com* eu."

Nota-se ainda que esse valor genérico, difuso e indeterminado das formas *nós* e *a gente* e *você* se reflete na própria desinência verbal, como apontaram Benveniste (1988) e Lemos Monteiro (1991). O fato de *a gente* e *você*, por exemplo, abarcarem a "não-pessoa" (*alia*) está expresso na forma verbal a eles associada. Com tais pronomes o verbo fica na 3ª pessoa do singular, que se caracteriza pela marca zero ou falta de desinência e é considerado como forma impessoal. A impessoalidade verbal se coaduna com a noção de amplitude em que as formas pronominais são empregadas. Numa escala que vai do [-determinado] para o [+determinado] *você* e *a gente*, como observam Rollemberg e Cunha, são mais freqüentemente utilizadas do que a forma *nós*, que, em contrapartida, apresenta desinência verbal, ausente naquelas.

Como apontou Lemos Monteiro, parece que estamos caminhando para a simplificação do quadro dos pronomes pessoais, e a gramática não deveria continuar deixando de lado tais questões. Por isso propõe-se, nesse trabalho, verificar que ambientes lingüísticos e extralingüísticos são mais propícios ao uso de *nós* e *a gente*, tentando contribuir para o esclarecimento de mais um ponto abordado de forma pouco coerente por nossos gramáticos, repercutindo num ensino de língua que não corresponde à realidade falada pelos seus usuários.

2. Metodologia

As hipóteses preliminares desse trabalho foram levantadas a partir da pesquisa de Omena (1986), intitulada "A referência variável da 1ª pessoa do discurso no plural", cuja análise foi feita a partir de um *corpus* de falantes com pouca escolaridade. A intenção básica era partir dos resultados obtidos pela autora e verificar se o comportamento lingüístico de falantes cultos é o mesmo de falantes com pouca escolaridade Outro objetivo era descobrir se estávamos diante de um fenômeno de variação estável ou de mudança lingüística, além de observar se há uma "unidade lingüística brasileira na aparente diversidade regional".

Adotando a metodologia sociolingüística quantitativa laboviana (Sankoff, 1988), partimos de um *corpus* constituído de uma amostra de 18 entrevistas

do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) do Arquivo Sonoro do Projeto NURC/Brasil (6 de cada cidade - Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador), havendo uma distribuição proporcional de 01 (uma) entrevista de cada sexo pelas 03 (três) faixas etárias (de 25 a 35 anos (F1), de 36 a 55 anos (F2) e mais de 56 anos (F3)).

Embora tenhamos realizado diversas rodadas binárias, isolando cada uma das variáveis sociais, privilegiamos, para a interpretação e análise dos resultados, a rodada geral que será, paulatinamente, apresentada no exame dos fatores lingüísticos. Os grupos selecionados na rodada geral, por ordem, foram:

1°) Paralelismo formal.
2°) Sexo associado à faixa etária;
3°) Saliência fônica;
4°) Região geográfica;
5°) "Eu-ampliado"
6°) Tempo verbal;
7°) Modalização discursiva.

Os outros grupos de fatores controlados (mudança de referente, gênero discursivo, tamanho de grupo e tipo de oração) não foram considerados pertinentes na rodada global.

3. Análise dos dados: *nós* e *a gente* na função de sujeito

Obteve-se um total de 972 dados, sendo 375 de *nós* (39%), 333 de a gente (34%), 187 de sujeito Ø com verbo na 4ª pessoa gramatical (19%) e 77 de sujeito Ø com verbo na 3ª pessoa do singular (8%). Na análise geral, temos 562 dados de sujeito *nós*, explícito ou não, contra 410 de sujeito *a gente*, explícito ou não. Dos 972 dados, 523 são de mulheres e 449 de homens. Quanto à idade, a distribuição também é bastante equilibrada: 253 dados de jovens, 333 de adultos e 386 de idosos.

Em nossos dados, foram identificadas 4 possibilidades utilizadas pelo falante culto para referir-se a 1ª pessoa do discurso no plural: sujeito *nós* - explícito ou não - seguido de verbo com desinência *-mos* e de sujeito *a gente* - explícito ou não - com desinência verbal Ø.

"*Nós* famos" assistir um filme. (Inquérito 121, Porto Alegre)
Então "vamos" fazer o negócio." (Inquérito 181, Rio de Janeiro)

"*A gente* se esquecia" que tinha muito o que fazer e "tomava" duas cervejas e "ficava" com um sono danado." "Comia" pra burro. (Inquérito 050, Rio de Janeiro)

É importante mencionar que, obviamente, só foram considerados como dados os verbos de 3ª pessoa, sem sujeito explícito, que apresentavam em orações antecedentes ou subseqüentes a forma *a gente*, uma vez que o verbo na 3ª pessoa gramatical pode se referir a diferentes sujeitos não explícitos.

Ainda que se tenha levantado que as duas formas referem-se a um "eu-ampliado", havendo um certo nivelamento semântico entre elas, identificaram-se ambientes lingüísticos, sejam eles estruturais ou discursivos, favoráveis à presença de *a gente*, enquanto outros apresentam um acentuado condicionamento ao uso de *nós*. As características sociais do falante também atuam no uso das variantes em estudo. A tabela abaixo ordena os fatores mais favoráveis ao uso de *a gente*

Grupo de fatores	Fator condicionante:	Nº/Total	Freq. %	P.R
1) Paralelismo	Forma antecedente = sujeito Ø + verbo em P3	044/048	92	.91
	Forma antecedente = sujeito *a gente*	161/184	87	.90
2) Sexo/Faixa-etária	M1 - Mulheres de 25 a 35 anos	106/130	82	.85
3) Saliência fônica	Nível 1 - falava/falávamos	081/225	36	.62
	Nível 2 - fala/falamos; trouxe/trouxemos, etc	183/287	64	.63
4) Região geográfica	Rio de Janeiro (sudeste)	217/369	59	.69
5) Eu-ampliado	Eu + você(s) + ele(s) - grau máximo de indeterminação	252/422	60	.65
6) Tempo verbal	Gerúndio	005/006	83	.75
	Infinitivo	029/042	69	.65
	Presente do Indicativo	276/564	49	.60
7) Modalização	Auxiliares modais (poder, querer, etc) + *a gente*	037/057	65	.59

Tabela 1: Ambientes favoráveis ao uso de *a gente*:

BEST COPY AVAILABLE

Analisemos, pois, em que consiste cada um dos grupos de fatores relecionados e os respectivos resultados.

A variável *paralelismo*, como atualmente é rotulada nos diversos estudos de fenômenos do português e de outras línguas (cf. Poplack, 1980, Schiffrin, 1981, Lefebvre, 1981, Omena, 1986, Scherre, 1988, Silva, 1988, Gryner, 1990), consiste na tendência de o falante repetir uma mesma forma numa seqüência discursiva, seja dentro de um sintagma, seja entre orações, por influência, dependendo do fenômeno, de fatores pragmático-discursivos.

Observemos um exemplo de uma estrutura paralela de nosso *corpus*:

"Eh, dizem, dizem, os nutrólogos, né, que *nós* somos um povo que pior comem, né? *Nós* não sabemos nos alimentar, né? E é, e é verd... e é real porque *a gente* não tem um mínimo, *a gente* não tem a mínima preocupação com a comida..." (Inquérito 050, Rio de Janeiro)

No exemplo, o falante escolhe *nós* (1ª referência) para designar o brasileiro em geral, incluindo-se nesse contexto. Na seqüência do discurso, utiliza novamente o *nós* - precedido de *nós* (repete a forma). Utiliza depois duas vezes *a gente*, o primeiro antecedido por *nós* e o segundo precedido por *a gente* (repete a forma).

Valor de aplicação: *nós*

Grupo/Fator: Forma Antecedente	Nº/Total	Freq %	P.R	Nível 1
1ª pessoa plural (sujeito Ø)	078/084	.93	.86	.90
nós	22/254	87	.79	.83
isolada	18/189	62	.53	.53
1ªreferência	11/204	54	.50	.45
a gente	23/184	13	.10	.09
3ª pessoa singular (sujeito Ø)	04/048	08	.09	.06

Tabela 2 - Freqüências e pesos relativos de *nós* na seqüência do discurso: paralelismo formal

A tabela 2 mostra que, com relação ao pronome que inicia uma série (1ª referência) e a forma isolada no período, o falante tanto pode usar *nós* quanto *a gente*: pesos relativos próximos de .50. Contudo, no momento em que seleciona uma forma, tal escolha influenciará no uso das formas subseqüentes, pois o falante tende a repetir a mesma forma numa seqüência discursiva.

BEST COPY AVAILABLE

Observa-se uma maior freqüência: 1) com o sujeito não explícito com verbo na 1ª pessoa do plural - (93% dos casos, .86), e 2) com a forma *nós* precedida de uma oração introduzida por *nós* (87%, .79). Isto indica que a probabilidade de usar *nós*, ao invés de *a gente*, é significativamente maior quando o falante utiliza também *nós* em oração antecedente. A forma *a gente* apresenta comportamento idêntico: há maior probabilidade para o uso de *a gente* quando o antecedente formal é *a gente*, e o verbo encontra-se na 3ª pessoa do singular, com sujeito explícito ou não.

Interessante observar ainda que a presença do pronome no paralelismo está relacionada à mudança de referência, apresentando-se altos índices de sujeito explícito na 1ª ocorrência de uma série. Isso nos sugere que o falante, a fim de identificar para o ouvinte o referente, necessita explicitá-lo formalmente, quando faz sua primeira alusão a ele, iniciando um tópico. Durante a interlocução, este recurso será utilizado, novamente, quando houver uma mudança de referência.

O paralelismo formal mostrou-se significativo na análise, sendo selecionado em primeiro lugar em todas as subamostras. Os fatores de natureza discursiva controlados - determinação do referente, mudança da referência, tipos de discurso - foram dominados pelo paralelismo, que se revelou o condicionador mais poderoso.

Com relação ao princípio da *saliência fônica* (Lemle & Naro, 1977), diz-se que entre duas formas niveladas, que se opõem, é mais provável a manutenção dessa oposição quando existe, entre elas, uma diferenciação fônica acentuada. Caso contrário, ou seja, quando for menor essa distinção, há uma tendência a neutralizar-se a oposição e prevalecer o uso de apenas uma das formas.

Nos nossos resultados identificamos que quanto maior a diferença entre as formas do singular e plural maior probabilidade de ocorrer o pronome *nós* (.77), tabela 3 próxima página, nos níveis 3, 4 e 5 (*está/estamos, comeu/comemos, é/somos*). Em contrapartida, nos níveis 1 e 2 de menor saliência (*falava/falávamos, fala/falamos*), há favorecimento para a forma *a gente*.

Grupo de fatores	Fator condicionante:	Nº/Total	Freq %	P.R
1) Paralelismo	Forma antecedente = sujeito ϕ + verbo em P1	078/084	93	.86
	Forma antecedente = sujeito nós	222/254	87	.79
2) Sexo/Faixa-etária	H3 - Homens com mais de 56 anos	173/199	87	.81
3) Saliência fônica	Nível 3 - está/estamos, tem/temos	150/221	68	.65
	Níveis 4 e 5 - comeu/comemos, vai/vamos, foi/fomos, falou/falamos, é/somos	120/149	81	.77
4) Região geográfica	Porto Alegre	272/379	72	.60
5) Eu-ampliado	Eu + você - grau máximo de determinação	25/3222	78	.66
6) Tempo verbal	Pretérito Perfeito do Indicativo	081/086	94	.90
	Futuro do Subjuntivo	006/009	67	.84
	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	008/012	67	.67
7) Modalização	Verbos de opinião ou expressões do tipo "eu acho que" + x	009/010	90	.92

Tabela 3 - Ambientes mais favoráveis ao uso de *nós*

Para analisar o "*eu-ampliado*", definimos, seguindo alguns esquemas propostos em outros trabalhos (cf. Lemos Monteiro, 1991), níveis situados entre dois extremos: o grau máximo de inclusão do "eu" e o grau mínimo de inclusão do "eu". Os resultados mostraram que há uma diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. O falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* 1) para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (eu+você) (.91), ou a (eu+ele) "não-pessoa"(.87): referente [+perceptível] e [+determinado]. No momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente*(.65), de maior grau de impessoalidade.

BEST COPY AVAILABLE

No gráfico 1, há uma ascendência progressiva no uso de *a gente* em função do maior grau de amplitude do *eu* [-determinado]. Percebe-se a configuração de graus, partindo de *eu+você(s)* [+determinado] aumentando gradativamente a generalização até atingir o maior nível de indeterminação *eu+ você(s)+ele(s)* ou *eu + todos*. No caso de *nós*, o processo é inverso: quanto maior a delimitação do "eu-ampliado" *(eu+vocês)*, maiores são os índices percentuais, que vão decrescendo na medida em que se parte para a generalização *(eu+você(s)+ele(s)*.

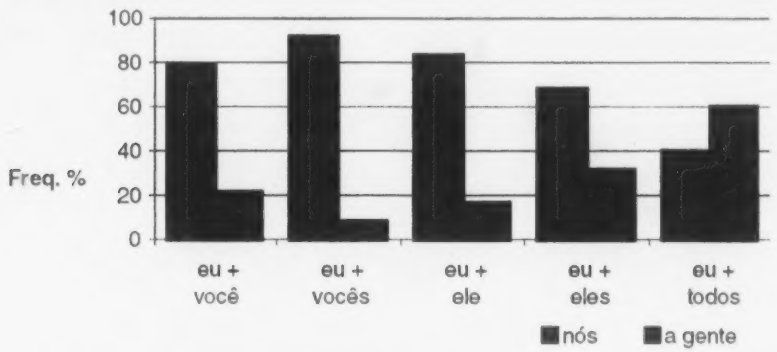


Gráfico 1 - Graus de amplitude do "EU"

O *tempo verbal* revelou-se, também, em nossa investigação, como fator significativo. Ao testá-lo, como grupo de fatores, tínhamos as seguintes hipóteses, que, como veremos, se confirmaram:

a) O uso de *a gente* com o gerúndio é categórico, (Omena, 1986);
b) A desinência número pessoal (DNP) *-mos* vem adquirindo a função de morfema pretérito, em oposição ao Ø no tempo presente, (Fernandes & Gorski, 1986);
c) O pretérito imperfeito, o presente e as formas nominais favorecem o uso de *a gente*, já o futuro e o pretérito perfeito favorecem a presença de *nós*, (Omena, 1986).

As maiores probabilidades para o uso de "*nós* " ocorreram com o pretérito perfeito (94%, .90) e com os tempos que se caracterizam pelo fato de apresentarem maior número de marcas. Observaram-se altos índices, em termos de peso relativo, para o futuro subjuntivo (.84); o imperfeito do subjuntivo (.67); o presente do subjuntivo (.58); e o futuro do pretérito do indicativo (.61): tempos verbais em que a presença da desinência modo temporal é regular,

com um emprego bem específico em termos semânticos e limitado a certas construções sintáticas. Os pesos relativos maiores para o uso de *a gente* ocorreram em formas nominais (infinitivo .65 e gerúndio .75) e presente do indicativo .60.

Na análise da *modalização*, observamos apenas dois recursos que consideramos opostos: os "auxiliares modais" do tipo *poder, querer, dever, etc.* que são utilizados para amenizar a responsabilidade do falante em relação ao seu discurso e os verbos ou expressões de opinião, como as orações performáticas "eu acho que ", empregados para evidenciar uma posição pessoal do falante sobre um tópico. Nossos resultados indicam que houve maior favorecimento da forma *nós* nas situações em que o falante expressa sua opinião pessoal (90%, .92). No entanto, ao modalizar seu discurso, através dos auxiliares *poder, dever, querer, etc.* a forma *a gente* prevalece (65%, .69).

Quanto à faixa etária, Omena (1986) constatou que na fala popular os falantes mais jovens empregam a forma *a gente*, enquanto os idosos utilizam, preferencialmente, a forma *nós*. Em nossos resultados prevalece um peso relativo de (.77) da forma *a gente* entre os falantes cultos de 25 a 35 anos (faixa 1), ao passo que houve uma ocorrência de .60 da forma *nós* entre os informantes com mais de 56 anos (faixa 3).

Com relação ao sexo, contrariamente ao que se observa entre os falantes de menor grau de escolarização, o peso relativo de uso de *a gente* é maior entre as mulheres (.59). Entre os homens tem-se 69% de ocorrências da forma *nós* contra 31% de *a gente*. A intersecção sexo e faixa etária faz-se necessária para verificar se o fenômeno da substituição de *nós* por *a gente* é um processo de variação estável ou de mudança lingüística. A preferência pela forma não-padrão entre as mulheres pode sugerir-nos a segunda opção, embora, ao inter-relacionar as duas variáveis sociais (sexo e idade) verifique-se uma configuração curvilinear, interpretada como um padrão de variação estável, jovens e idosas com índices mais altos que as falantes da faixa média. No caso dos homens, observa-se uma progressão contínua e ascendente.

BEST COPY AVAILABLE

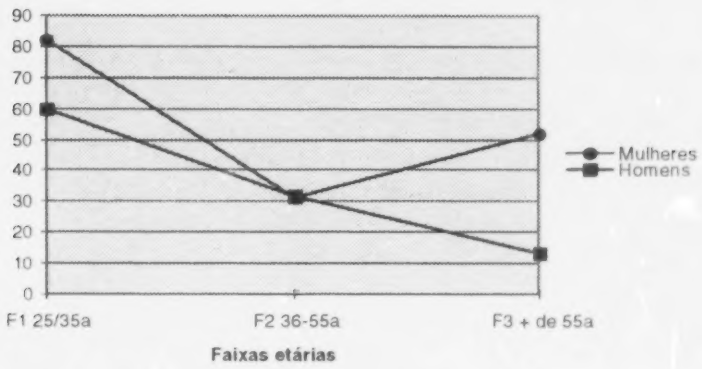


Gráfico 2 - Sexo/Faixa etária - uso de a gente

No plano diatópico, Lemos Monteiro (1991) examinou as tendências de uso dos pronomes "*nós* e *a gente*" em cinco capitais brasileiras, mostrando que não há grande divergência entre elas. Comprova o autor que Porto Alegre e Salvador são as cidades em que o emprego de *nós* atinge a taxa mais elevada e o Rio de Janeiro cidade em que mais se usa o sujeito *a gente*. Em minha pesquisa, com um *corpus* menor, a distribuição entre as cidades mostra-se significativa. No Rio, acusa-se uma preferência de (59%, .69) para o uso de *a gente*, em oposição a Porto Alegre e Salvador, cujos falantes utilizam mais a forma *nós* (72%, .60 e 63%, .66).

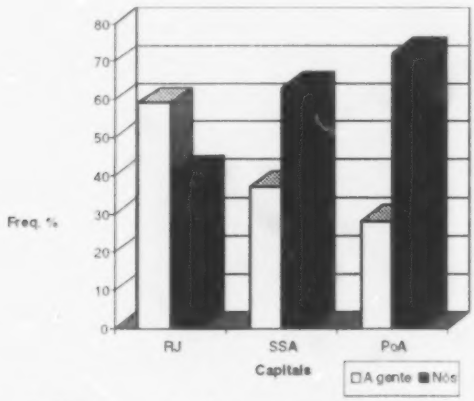


Gráfico 3 - uso de nós e a gente por região

4. Considerações finais

Confirmando-se, em sua maioria, as hipóteses levantadas a partir do estudo de Omena (1986), concluímos que os fatores lingüísticos que condicionam o uso de *nós a gente* são, praticamente, os mesmos, tanto para os falantes com pouca escolaridade, quanto para os de formação universitária completa. O processamento da mudança lingüística nos dois grupos, entretanto, está ocorrendo de forma diferenciada. Nos falantes com pouca escolaridade (Omena, 1986) a substituição de *nós* por *a gente* encontra-se em um estágio mais avançado que entre os falantes cultos. Estes últimos, homens e mulheres de meia-idade — sofrendo pressões sociais maiores, em função de suas atividades profissionais — estão, talvez, retardando a efetivação da mudança.

Em síntese, destacamos as tendências gerais quanto ao uso de *nós* e *a gente* no português falado culto do Brasil:

a) numa seqüência discursiva a forma *a gente* ocorre quando precedida de outra forma *a gente* ou verbo na 3ª pessoa do singular, sem sujeito explícito. O mesmo acontece com o pronome *nós* que tende a se repetir no paralelismo discursivo. Entretanto, quando o referente é outro, a forma escolhida pelo falante também se altera;

b) há uma diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. O falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (não-eu), ou a não-pessoa: referente [+perceptível] e [+determinado]. No momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente*.

c) os tempos verbais não-marcados e o presente favorecem o uso de *a gente*; formas [-salientes], enquanto o futuro e o pretérito perfeito e os tempos do subjuntivo favorecem a presença de *nós*: formas [+salientes];

d) Os falantes jovens empregam mais a forma *a gente* e os falantes idosos, a forma *nós*. Os adultos, com formação universitária completa, estão utilizando as duas formas;

e) as mulheres tendem a usar mais a forma *a gente* do que os homens;

f) o Rio de Janeiro é a cidade onde mais se usa o sujeito *a gente*, enquanto em Porto Alegre e Salvador o emprego de *nós* é bem mais freqüente.

Ainda que se tenha realizado uma análise separando os ambientes lingüísticos dos sociais e apresentando os resultados isolados, percebe-se que o uso das duas formas condiciona-se a determinados ambientes lingüísticos e discursivos que se inter-relacionam, endossando o caráter indeterminado de *a gente* em oposição a uma nuance mais específica de *nós*. Em primeiro lugar, tem-se o uso da forma *a gente* para referências discursivas mais vagas, indefinidas e amplas. Ao se referir a um grupo grande de pessoas, indeterminado e difuso, o falante prefere tal forma pelo seu caráter genérico. Utiliza *a gente* também com o presente, infinitivo e gerúndio que são formas verbais características das enumerações de atos habituais, freqüentes ou até atemporais, associados aos discursos descritivos, argumentativos e expositivos. Com a forma *a gente* o falante se descompromete com o seu discurso, comentando assuntos gerais e não particulares. Quando eventualmente narra um fato vivido, o comprometimento com aquilo que enuncia é maior, por isso o falante utiliza o pronome *nós* que, embora também possa englobar o elemento *alia*, possui um caráter mais específico e determinado, daí a sua presença em ambientes lingüísticos em que o referente é identificável e conhecido e o tempo verbal é o pretérito (característico da narração de fatos reais).

Com relação à fala carioca, é inegável a sua posição não-conservadora, contrapondo-se às outras duas cidades. As mulheres aparecem inovando com o uso de *a gente* e, como apontou Labov (1990), através da escola básica e da família, conduzem os membros da sociedade aos primeiros contatos com a linguagem, iniciando o processo de mudança lingüística.

Referências bibliográficas

Albán, M. del R. et alii. (1986). Nós e a gente: uma abordagem na norma culta brasileira. In: *Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil*. Salvador, Instituto de Letras da UFBA.

Bastos, L. C. (1988) O emprego da 1ª pessoa do singular ou da 1ª Pessoa do plural -uma questão discursiva. In: *LETRAS & LETRAS, v. 4, ns. 1 e 2*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de Letras, p.115-131.

Bechara, E. (1967) *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo, Ed. Nacional.

Benveniste, E. (1988) *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP, Pontes: Editora da UNICAMP.

Bondim, R. G. (1989) *Nós, quem, cara-pálida? ou A Representação do Sujeito no Discurso Evasivo*. Dissertação de Mestrado em Letras.Rio de Janeiro, UFRJ, 423 p. 2 volumes.

BEST COPY AVAILABLE

CUNHA, C. F. & L. CINTRA (1985) .*Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CUNHA, C. de S. (1993) *Indeterminação pronominal do sujeito*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ.

FERNANDES, E. & E. GORSKI (1986) A concordância verbal com os sujeitos Nós e A gente : um mecanismo do discurso em mudança. In: *Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil*. Salvador, Instituto de Letras da UFBA, p.175-83.

FREITAS, J. & M. del R. ALBÁN (1991) Nós ou a gente? *Estudos lingüísticos e literários*. nº **11**, Salvador, Universidade Federal da Bahia.

FREITAS, J. et alii. (1991) Os pronomes pessoais na norma culta e nos textos pedagógicos. In: *Estudos lingüísticos e literários*. nº **11**, Salvador, UFBA.

_____ (1991a) Eu, você et alia em três diálogos. In: *Estudos lingüísticos e literários*. nº **11**, Salvador, UFBA.

_____ (1991b)Nós e a gente em elocuções formais. In: *Estudos lingüísticos e literários*. nº **11**, Salvador, UFBA.

GRYNER, H. (1990) *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português* Tese de Doutorado.Rio de Janeiro, FL/UFRJ, mimeo.

LABOV, W. (1990) The intersection of sex and social class in the course of linguist change. *In: Language Variation and change*. Editors: David Sankoff et alii, Cambridge, Univ. Press, Vol 2, nº 2.

LEFEBVRE, C. (1981)Variation in plural marking: the case of cuzco quechua. In: SANKOFF, D. & H. CEDERGREN (eds.). *Variation Omnibus*. Canadá, Linguistic Research Inc..

LEMLE, M. & A. J. NARO, (1977) *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBRAL.

LEMOS MONTEIRO, J. (1991). *Os pronomes pessoais no português do Brasil*. Tese de Doutoramento, UFRJ.

NARO, A. et alii. (1983) *Uma mudança lingüística em curso: a concordância com o sujeito nós/a gente. Seminário sobre variação em sintaxe*. UFRJ, Rio de Janeiro.

OMENA, N. P. de. (1986). A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: NARO, Anthony *et alii*. *Relatório Final de Pesquisa: Projeto Subsídios do Projeto Censo à Educação*. Rio de Janeiro, UFRJ, V. 2. p.286-319.

POPLACK, S. (1980) The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, W. (eds.)*Locating language in time and space*. Philadelphia, University of Pennsylvania.

ROLLEMBERG, V. et alii. (1991). Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. *In: Estudos lingüísticos e literários*. nº **11**, Salvador, UFBA.

SAID ALI, M.(1964) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 5 ed. São Paulo, Edições Melhoramentos.

SANKOFF, D. (1988) Variable rules. In: AMMON, Ulrich et alii (eds.) *Sociolinguistics - An international handbook of the science of language and society*. New York.

SCHERRE, M. P. (1988). *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro, UFRJ.

SCHIFFRIN, D. (1981) Tense variation in narrative. *In: Language*. SA, **57** (1):5-62, mar.

SILVA, V. P. da. (1988) *Carta Cariocas: A variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro. mimeo.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (423-454)

RETROSPECTIVA/OVERVIEW

OS 'ESTUDOS DA TRADUÇÃO' COMO ÁREA DE PESQUISA INDEPENDENTE: DILEMAS E ILUSÕES DE UMA DISCIPLINA EM (DES)CONSTRUÇÃO

('Translation Studies' as an Independent Area of Research: Dilemmas and Illusions of a Discipline in (De)Construction)

Rosemary ARROJO (*Universidade de Campinas/CNPq*)

ABSTRACT: Since the early 1960's, the study of translation has begun to conquer a more defined space within academic institutions and publications. Since then, all the basically essentialist attempts at widening and consolidating such a space have declared their interest in making that study as rational and as systematic as possible, so that it would be recognized as a legitimate research area which should also legislate over all translation practices, no matter which languages, goals or circumstances were involved. This paper intends to present a critical account of the main attempts at occupying the academic terrain claimed by "translation studies," arguing that what has motivated them, above all, is a certain imperialistic thrust in which what is actually at stake is the prestige and the power of the trends in the name of which they intend to discipline the translator's task.

RESUMO: A partir da década de 1960, a reflexão sobre tradução começou a conquistar espaços mais definidos dentro das instituições e publicações acadêmicas. Desde então, as tentativas explícitas de ampliar e consolidar esses espaços, de caráter basicamente essencialista, têm declarado seu interesse em tornar essa reflexão o mais racional e sistemática possível, o que não apenas a legitimaria enquanto área de pesquisa, mas também como instrumento legislador de toda a prática de tradução, quaisquer que sejam as línguas, os objetivos e as circunstâncias envolvidas. O presente trabalho se propõe apresentar um perfil crítico das principais tentativas de ocupação dos territórios acadêmicos reivindicados em nome dos "estudos da tradução", mostrando que o que as têm motivado, sobretudo, é um certo impulso imperialista em que o que está realmente em jogo é o prestígio e o poder das tendências em nome das quais se pretende disciplinar a tarefa do tradutor.

KEY WORDS: Translation Studies as an Independent Discipline; Linguistic Approaches to Translation; Essentialist Approaches to Translation; Postmodernity.

Palavras-chave: Estudos da Tradução como Disciplina Autônoma; Abordagens Lingüísticas à Tradução; Abordagens Essencialistas à Tradução; Pós-modernidade.

Num dos livros mais importantes já publicados na área, George Steiner divide "a literatura sobre a teoria, a prática e a história da tradução"[1] produzida até meados de 1970 em quatro períodos que, como ele mesmo declara, não são exatamente estanques, nem absolutamente demarcados. O primeiro teria sido simbolicamente inaugurado pelo famoso princípio de Cícero de acordo com o qual não se deve traduzir "*verbum pro verbo*", discutido no *Libellus de optimo genere oratorum*, de 46 A.C., e referendado pelo apoio de Horácio a essa tese em sua *Ars poetica*, cerca de 20 anos mais tarde. Esse longo período — que, para Steiner, termina com os comentários "enigmáticos" de Holderlin sobre suas próprias traduções de Sófocles (1804) — teria como característica primordial um tráfico direto da prática para a reflexão, "em que análises e declarações seminais se originam diretamente da prática do tradutor" (1975: 237), incluindo, entre outros, comentários de Lutero (*Sendbrief vom Dolmetschen*, de 1530), du Bellay, Montaigne, Chapman, Jacques Amyot, Ben Jonson, Pope, Dryden e Rochefort. Mesmo os textos essencialmente teóricos dignos de destaque produzidos no período, como *De interpretatione recta*, de Leonardo Bruni, de 1420, e *De optimo genere interpretandi*, de Pierre Daniel Huet, publicado em Paris em 1680, têm como característica comum seu "foco imediatamente empírico" que informa, também, o conhecido *Essay on the Principles of Translation*, de Alexander Fraser Tytler, publicado em Londres em 1792, e o fundamental *Ueber die verschiedenen Methoden des Ubersetzens* (1813), de Friedrich Schleiermacher (1975: 236-237).

O segundo momento se caracterizaria por uma "indagação teórica e hermenêutica", examinada inicialmente por Schleiermacher e retomada, em seguida, por A. W. Schlegel e Humboldt, em que "a questão da natureza da tradução é abordada dentro do contexto mais geral de teorias da linguagem e da mente", assumindo um caráter "francamente filosófico", independentemente das questões mais imediatas levantadas pela prática, e em que a problemática da tarefa tradutória "passa a ter um vocabulário, um status metodológico próprio, separado das exigências e das singularidades de um determinado texto". Ao mesmo tempo, continuou, sem dúvida, "o intercâmbio entre teoria e necessidade prática", sobretudo através do trabalho de Goethe, Schopenhauer, Matthew Arnold, Paul Valéry, Ezra Pound, I.A. Richards, Benedetto Croce, Walter Benjamin e Ortega y Gasset (1975: 237).

[1] Esta e todas as outras traduções do inglês são minhas, a menos que cite obras traduzidas.

Depois do *Sous l'invocation de Saint Jérome*, de Valery Larbaud, publicado em 1946, nos encontramos, segundo Steiner, "na corrente moderna", que incluiria os primeiros trabalhos sobre tradução mecânica divulgados no final dos anos 1940 e a aplicação de teorias lingüísticas e estatísticas, sobretudo por parte de especialistas e críticos russos e tchecos, herdeiros do movimento formalista. Importantes textos desse período são *Word and Object*, publicado por Quine em 1960, e *Introdução à Teoria de Tradução*, de Andrei Fedorov, originalmente publicado em russo em 1953. O período se caracteriza também pelo início de uma conscientização profissional mais pronunciada expressa na organização de associações, e pelo delineamento, ainda que incipiente, de uma área de estudos especialmente dedicada à tradução, visível, por exemplo, na publicação de revistas especializadas e de duas coletâneas de ensaios particularmente influentes no período: *On Translation*, organizada por Reuben A. Brower e publicada pela *Harvard University Press* em 1959, e *The Craft and Context of Translation: A Critical Symposium*, organizada por William Arrowsmith e Roger Shattuck para a *University of Texas Press*, em 1961. Para Steiner, as abordagens representadas nessas coletâneas — influenciadas pela lógica, pela análise contrastiva, literária, semântica e pelos estudos comparados — continuam a ser desenvolvidas na década de 1970 paralelamente a um novo interesse numa hermenêutica da tradução, despertado, sobretudo, por uma redescoberta do ensaio "A Tarefa do Tradutor", de Walter Benjamin, publicado inicialmente em 1923, cuja discussão passa a ser marcada também pela influência de Heidegger e Gadamer. Nesse quarto período, a reflexão sobre a teoria e a prática da tradução se transforma "num ponto de contacto entre disciplinas estabelecidas e emergentes, como a filologia clássica, a literatura comparada, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a etnolingüística, a sociolingüística", entre outras, interessadas no ato tradutório e "no processo da vida entre línguas" (1975: 238).

O mapeamento da reflexão sobre tradução apresentada por Steiner nessa primeira obra de fôlego que se escreveu sobre o tema sugere que o próximo passo seria, certamente, a reivindicação e o estabelecimento de um espaço próprio e independente, reivindicação essa que, como tentarei argumentar, em geral se tem associado à possibilidade de se estabelecerem universais supostamente objetivos e implementáveis — princípios, definições, diretrizes, critérios de avaliação — para a tradução não apenas como atividade prática, mas também como reflexão teórica. O principal objetivo deste trabalho é precisamente o exame de algumas tentativas de conquista desse espaço teórico-acadêmico quase inexplorado esboçado por Steiner, bem como algumas das principais aspirações e ilusões que têm constituído os bastidores das lutas territoriais responsáveis pelos esforços de demarcar a área e de estabelecer a

370

reflexão sobre tradução como uma disciplina reconhecida institucionalmente, em busca de uma certa autonomia. Por trás desse cenário pintado por Steiner, aparentemente antisséptico e pacífico, em que várias disciplinas e/ou tendências parecem motivadas principalmente por um interesse genuíno nos mecanismos e problemas da tradução e no "processo da vida entre línguas", é possível identificar-se uma gama de relações complexas e basicamente assimétricas não apenas entre a tradução como objeto de investigação e os interesses político-acadêmicos representados por essas tendências e disciplinas mas, também, entre concepções de teoria e prática que revelam uma ética no mínimo perversa, sempre parcial em relação à tarefa e ao suposto poder da teoria e dos teóricos.

1. A reflexão tradicional sobre tradução: relatos de dúvidas e frustrações

No prefácio a um dos livros pioneiros citados por Steiner como marco importante da "corrente moderna" iniciada no quarto momento, seus organizadores Arrowsmith e Shattuck queixam-se da dificuldade de se ter acesso a "comentários inteligentes sobre tradução" que, ou quase não existem, ou apresentam argumentos dispersos e se escondem em "cantos estranhos" (citado em Steiner 1975: 272). Em seu detalhado mapeamento das perspectivas literárias, lingüísticas e filosóficas que têm se ocupado das questões relevantes à tarefa do tradutor, William Frawley chega à conclusão de que "a teoria de tradução hoje" é um "fantasma" que não nos oferece nenhum instrumento para a sistematização da transferência de significados entre diferentes línguas e culturas. Nesse sentido, tudo o que já se escreveu na área apenas apresenta "pseudo-teorias" (1984: 159). Ao mesmo tempo, esses comentaristas e estudiosos declaram sua expectativa de que a "obra crucial e abrangente" sobre o tema seja um dia finalmente escrita. Para Louis G. Kelly, essa obra culminaria com a formulação de uma teoria abrangente que não se aplicasse apenas à prática de tradução "moderna", mas que permitisse "a harmonia essencial entre as práticas de todos os tempos e gêneros", além de fornecer "uma análise satisfatória de suas diferenças" (1979: 227).

Para esses e tantos outros teóricos e comentaristas vinculados a concepções essencialistas de linguagem e cultura,[2] o ideal de uma teoria

[2] Para ilustrar a oposição essencialismo x não-essencialismo, fundamental para a argumentação que pretendo desenvolver neste trabalho, o seguinte trecho de um texto de Richard Rorty me parece útil: " Há [...] duas formas de se pensar sobre várias coisas [...] A primeira [...] pensa na verdade como uma relação vertical entre a representação e o que representa. A segunda [...] pensa na verdade em termos horizontais — como a reinterpretação culminante da reinterpretação de nossos predecessores da reinterpretação de seus predecessores [...]. É a diferença entre considerar a verdade, o bem e a beleza como objetos eternos que tentamos localizar e revelar, e considerá-los como artefatos cujo desenho fundamental temos que alterar com freqüência" (1982: 92).

universal e capaz de sistematizar e enquadrar qualquer ato tradutório é a meta suprema da pesquisa na área. Ao mesmo tempo em que estabelecem objetivos tão ambiciosos, sugerem que esses poderiam ser alcançados se houvesse algum tipo de mobilização universal de todos aqueles que se dedicam a imaginá-la. Comentários sobre a suposta falta de organização, ou de substância, dos estudos e pesquisas vinculados à tradução têm sido lugar comum na área e geralmente expressam, em diferentes graus, a velha esperança de que a formulação de uma teoria abrangente e universalmente implementável pudesse, algum dia, tornar qualquer tradução não apenas previsível e independente das circunstâncias e idiossincrasias de seu tradutor ou tradutora mas, também, objeto de avaliações isentas, revertendo, assim, a situação de alegada indigência teórica e reflexiva, geralmente associada à inevitável inadequação supostamente intrínseca à atividade tradutória. Para Theodore H. Savory, por exemplo, a ausência de diretrizes objetivas e universais para a profissão se atribui a uma certa falta de disciplina por parte dos tradutores em geral que "há tanto tempo, e com tanta freqüência, se contradizem uns aos outros", tendo nos legado apenas "um volume de pensamentos confusos" dificilmente superados, em sua pobreza e desorganização, por outras áreas do conhecimento (1968: 49-50). Louis G. Kelly lamenta o isolacionismo dos teóricos e estudiosos que se dedicam à questão. Como declara, "há, ainda, pouco entendimento entre grupos de teóricos ou tradutores, embora o diálogo de fato tenha se iniciado com as coletâneas de Brower e de Arrowsmith e Shattuck" (1979: 225). Erwin Theodor, também entre tantos outros, lamenta a falta de prestígio da atividade tradutória e a associa à falta de organização e de profissionalização dos que nela atuam. Como sugere,

> *Essa atividade, tão importante desde os tempos mais remotos, não gozou, entretanto, nem do prestígio e nem da popularidade que era de esperar. Existem grandes enciclopédias modernas, como por exemplo a Enciclopédia Britânica, que até bem pouco tempo descrevia com precisão o ato de ferrar cavalos, mas não dedicavam mais que algumas linhas à tradução, se é que a mencionavam. A última edição do Grande Brockhaus, famosa enciclopédia alemã em catorze volumes, que reúne cerca de dez mil páginas de informações úteis acerca de todos os ramos de atividade e do saber humanos, não concede mais de meia coluna à tradução. Talvez se trate de resquícios da época em que traduzir era considerado uma atividade subalterna, exercida por diplomatas em início de carreira ou literatos frustrados que, não conseguindo publicar as suas próprias produções, contentavam-se em aparecer em páginas de rosto, como transmissores de conhecimento. (1983: 12)*

Para outros, a falta de princípios e/ou diretrizes universais se associa a uma suposta "imaturidade" da área, pressupondo-se, obviamente, que a definição e o fortalecimento de uma teoria idealizada, definitiva e objetiva, livre da "precariedade" que nos assola, seria basicamente uma questão de tempo e de mobilização dos que se dedicam a estudar a tradução. Segundo Francis Aubert, por exemplo, "os estudos tradutológicos ainda não se encontram amadurecidos a tal ponto que se possa propor, de maneira consistente, uma verdadeira Teoria da Tradução, precariedade essa que torna problemática a propositura de uma definição pronta e acabada dos conceitos 'tradução' e 'traduzir'" (1993: 12).

Até mesmo Steiner — que parece, de certa forma, ter como meta última produzir a obra que pudesse começar a organizar a reflexão sobre tradução — se detém em lamentar a resistente indigência dos estudos disponíveis, associando-a à "percepção da inadequação" que, implícita e explicitamente, acompanha a tarefa do tradutor, tradicionalmente vista como servil e envergonhada. Ao comentar, por exemplo, a relação que Stephen MacKenna estabelece com a obra de Plotino, Steiner chama atenção para o que vê como "obscuro" e "milagroso" na tarefa do tradutor, que lhe lembra um verdadeiro processo de metempsicose, em que o tradutor, nas palavras de MacKenna, "deve nascer" para servir a seu autor (Steiner 1975: 269). Contudo, apesar dessa dedicação superlativa que beira o servilismo, o milagre "nunca é completo" já que, por não poder haver "uma circunscrição total", toda tradução necessariamente "decepciona". Conseqüentemente, a partir da "percepção [dessa] inadequação sem fim", ou dessa "miséria",[3] "emerge uma certa tristeza", uma "melancolia pós-Babel"[4] que "assombra a história e a teoria da tradução", reduzida, depois de quase dois milênios, a um "espectro de idéias teóricas [...] muito pequeno", apesar do calibre dos poucos que "já disseram algo fundamental ou novo" sobre a questão: São Jerônimo, Lutero, Dryden, Holderlin, Novalis, Schleiermacher, Nietzsche, Ezra Pound, Valéry, MacKenna, Franz Rosenzweig, Walter Benjamin e Quine (idem). Paradoxalmente, o próprio Steiner — cuja reflexão em *After Babel* foi associada ao florescimento do quarto momento por ele mapeado, ao apresentar como "marca essencial" precisamente a "consolidação da teoria" (Kelly 1979: 225) — chega a se perguntar se seria a tarefa do tradutor de fato um objeto legítimo de reflexão teórica, duvidando, inclusive, da "existência" da tradução "em termos

[3] Steiner explicitamente se refere ao conhecido texto de Ortega y Gasset, "*Miseria y Esplendor de la Traducción*" (1945).

[4] Em sua tese de doutorado, Susana K. Lages (1996) propõe uma reflexão precisamente sobre essa "melancolia" a partir da perspectiva da psicanálise, focalizando a obra de Walter Benjamin.

abstratos", apesar de ponderar que há um "corpo de *praxis* tão grande e diferenciado" que resiste, entretanto, à "inclusão em qualquer esquema unitário" (Steiner 1975: 272). Assim, para o autor,

> *podem-se agrupar e examinar exemplos de tradução literária desde a Odisséia de Lívio Andrônico até o presente. Pode-se investigar a história cheia de altos e baixos da tradução de termos científicos e filosóficos. Seria possível, e fascinante, organizar o que há sobre o desenvolvimento da tradução comercial, legal e diplomática, ou estudar o intérprete e suas funções na história social e econômica. [...] Mas, cada uma dessas áreas — e quase tudo ainda precisa ser feito nelas — constitui apenas uma definição contingente e ad hoc: cada uma delas circunscreve um fenômeno empírico ou um agrupamento de fenômenos. Não há categorias axiomáticas.* (Steiner 1975)

O tipo de expectativa cultivada por Steiner em relação a esse "quase tudo" que "ainda precisa ser feito" se esclarece ainda mais em seu apoio à sugestão de Arrowsmith e Shattuck segundo a qual "necessitamos desesperadamente de uma elaboração paciente e persuasiva dos princípios adequados [à tradução] dos diferentes gêneros na medida em que cada um deles encontrou sua expressão histórica, além da explicitação de suas diferentes funções e suas respectivas virtudes e limitações" (citado em Steiner 1975: 273). Ao considerar "vital" que os estudiosos se empenhem para que essa meta comece a ser atingida, Steiner não apenas antevê sua possibilidade — o que exigiria, segundo ele, "grande erudição e tato lingüístico" — mas, ao considerá-la, torna transparentes suas concepções de teoria e prática, que sintetizam boa parte das aspirações e idealizações inerentes à tradição essencialista dominante. Uma ilustração exemplar do nível de expectativa alimentada por essa tradição pode ser apontada na argumentação de Steiner, de acordo com a qual mesmo se elaborássemos "os princípios adequados [à tradução] dos diferentes gêneros", ainda assim não teríamos "um estudo formal e teórico da 'questão da tradução'", já que tal elaboração "não leva a um modelo sistemático da estrutura geral e da validade epistemológica da transferência de significados entre línguas" (1975: 273).

Em seus mais básicos alicerces, o modelo de teoria que inspira as expectativas de Steiner e de toda a tradição que sintetiza e representa é, sem dúvida, derivado das ciências chamadas exatas ou naturais e de suas promessas de racionalidade e isenção. No caso exemplar de Steiner, esse modelo se associa,

BEST COPY AVAILABLE

mais especificamente, às ciências naturais, como deixa claro o tipo de metáfora que utiliza para descrever os estudos sobre tradução, tanto os "possíveis" quanto os "ideais". Ao considerar que os limites do tipo de estudos que se poderiam vir a desenvolver nessa área talvez sejam "aqueles determinados pelo paciente acúmulo de classes descritivas, pela coleta de sugestões práticas organizadas de acordo com o período, o local e o gênero específico", Steiner conclui que "a disciplina da tradução talvez possa ser objeto apenas de um tipo de formalização lineana, e não mendeliana"[5] (idem). Ainda assim, mesmo que adotássemos essa "perspectiva modesta" e, portanto, mesmo que considerássemos o estudo da tradução como "descritivo-taxonômico", ao invés de "adequadamente teórico" — em que "teórico" significa "passível de generalização indutiva, predição e comprovação de autencidade através de contra-exemplo" — Steiner vê uma "dificuldade grave":

> *Na avassaladora maioria dos casos, o material a ser estudado é um produto terminado: um texto original e uma ou mais supostas traduções. Nossa análise e nosso julgamento operam externamente, acontecem depois do fato. Não sabemos quase nada sobre o processo genético que atuou na prática do tradutor, nem sobre os princípios ou recursos prescritivos, ou puramente empíricos, que controlaram sua escolha deste ou daquele equivalente, de um nível estilístico em vez de outro, da palavra "x" ao invés da "y". Não podemos dissecar, ou apenas raramente. Como foi sempre considerada trabalho de escrevinhadores banais, a grande massa de traduções não deixou registros. Não há rascunhos.* (273-274)

Nesse contexto determinado por expectativas de sistematização supostamente objetiva e universalizante, é possível detectarmos a influência direta do ideal da modernidade e do iluminismo, segundo o qual "o homem [...é] um animal racional e a ciência o ápice da racionalidade" (Rorty, 1991: 46). A partir desse enredo, em que a ciência se torna "a atividade humana paradigmática", as outras áreas da cultura "se reduzem a uma esperança ansiosa de que algumas delas (como, por exemplo, a filosofia) pudessem se tornar mais científicas" (Rorty, 1991). Para Steiner — e para os demais estudiosos

[5] Steiner se refere a Lineu (1707-1778) e a Mendel (1822-1884). O primeiro é reconhecido como o primeiro botânico a estabelecer os princípios para a definição do gênero e da espécie dos vegetais, além de um uso uniforme dos nomes científicos. Sua obra *Genera Plantarum* é considerada o ponto de partida da moderna botânica sistemática. O segundo é o realizador das célebres experiências de cruzamento entre variedades de ervilhas que o levaram à descoberta das leis da herança biológica, conhecidas até hoje como "as leis de Mendel" (Enciclopédia Barsa).

da tradução ainda vinculados a esse sonho iluminista — como não há uma "ciência natural" da tradução, como não se pode dissecá-la, nem tampouco imobilizá-la em condições laboratoriais para uma análise isenta, o "equipamento teórico do tradutor tende a ser minguado e empírico". Da mesma forma, "o que o historiador ou o estudioso da tradução" pode nos fornecer é apenas "um comentário, mais ou menos informado, mais ou menos perceptivo, sobre alguma instância de tradução em particular" (1975: 273). Nesse contexto, em que o que é real e possível parece limitado e insatisfatório, Steiner conclui seu conhecido capítulo sobre teoria com uma espécie de consolo mal disfarçado em relação às imprecisões teimosas que assombram as traduções e seus estudos que, para ele, parecem se esgotar com o cotejamento, a comparação e a avaliação de traduções de textos clássicos e canônicos:

> *Um erro, uma tradução incorreta inicia a história moderna de nosso tópico. As línguas românicas derivam seus termos para "tradução" de traducere porque Leonardo Bruni entendeu mal uma sentença das Noctes, de Aulus Gellius, na qual o latim na verdade quer dizer "introduzir, levar a". Esse ponto é trivial mas simbólico. Com freqüência, [...] uma tradução incorreta afortunada é a origem de uma nova vida. As precisões que se têm como meta são de um tipo extremo, porém não sistemático. Como mutações na evolução das espécies, atos importantes de tradução parecem ter uma necessidade fortuita. A lógica vem depois do fato. Estamos lidando não com uma ciência, mas com uma arte exata.* (1975: 295)

Como sugerem as metáforas empregadas acima, em que o processo de tradução é equiparado a um ser vivo que devesse ser observado e estudado objetivamente, a relação próxima que Steiner parece estabelecer com o ideal moderno de ciência não esmorece mesmo quando afirma que o estudo da tradução não pode constituir um saber científico. Sua conclusão segundo a qual "estamos lidando não com uma ciência, mas com uma arte exata", além de sugerir sua dificuldade de abrir mão da expectativa de que algum dia se possa controlar e sistematizar a tarefa do tradutor, deixa implícita a relação que sua concepção textual costuma estabelecer entre teoria e prática, ou entre teórico e tradutor. Afinal, se estamos lidando com "uma arte exata", devemos supor, obviamente, que há formas absolutamente exatas, ou corretas, de se traduzir um texto. A quem caberá, contudo, a tarefa de definir essa exatidão? Julgando-se o discurso e as expectativas basicamente essencialistas de Steiner, parece claro que atribui esse papel definidor somente aos teóricos e

BEST COPY AVAILABLE

comentaristas comprometidos com um ideal moderno de conhecimento e pesquisa. O que torna a proposta de Steiner diferente daquelas da maioria de seus contemporâneos, entretanto, é que não chega a defender o território acadêmico de nenhuma disciplina em particular como a única área supostamente capaz de abrigar a tradução e abordar seus "problemas" de forma adequada. Como já observei acima, Steiner parece crer na possibilidade de um esforço interdisciplinar "desinteressado" que pudesse, finalmente, transformar a tradução numa "arte exata".

2. A Tradução como Objeto de Estudo da "Ciência da Linguagem"

As velhas expectativas em torno da possibilidade de sistematização da tradução encontraram um novo alento no estabelecimento da lingüística como a "ciência da linguagem" que, implícita e explicitamente, prometia livrar os estudos da tradução de seu endêmico e indesejado "empirismo". Georges Mounin, J. C. Catford e Eugene Nida são os nomes geralmente associados às primeiras tentativas de se articular lingüística e tradução. Dos três, o trabalho de Mounin é o que mais diretamente interessa a este ensaio não apenas por ser considerado "a alvorada de uma teoria de tradução moderna", e por representar "a primeira tentativa de um autor europeu no sentido de desenvolver um arcabouço teórico para a tradução com base na lingüística" (Sager 1995: 87-88) mas, sobretudo, por sua reivindicação do direito que teria essa "ciência" de circunscrever a tradução em seus domínios. Essa dimensão política explícita registra uma diferença radical na abordagem de Mounin, em comparação àquelas propostas pela maioria dos teóricos e especialistas comentados no item anterior, o que determina, inclusive, a divisão que propõe de toda a reflexão sobre a tarefa do tradutor em dois grandes períodos. O primeiro se caracterizaria pelo que chama de um "empirismo da tradução", constituído, sobretudo, de "impressões gerais, intuições pessoais, inventários de experiências e receitas artesanais", alguns deles sob a forma de "testemunhos" de autores como Cícero, Horácio, São Jerônimo, Dante, Erasmo, Étienne Dolet, Joachim du Bellay, Amyot, Lutero, Pope, Chateaubriand, Schlegel, Schopenhauer, Humboldt, Mallarmé, Croce, entre outros (1975: 22-23). O segundo momento representaria uma suposta mudança radical inaugurada pela publicação de dois livros que "reivindicam para a tradução a condição de objeto distinto, ou de domínio distinto, de estudo científico". O primeiro deles, *Introdução à Teoria da Tradução* (*Vvednie v teoriju perevoda*), de A. F. Fédorov, publicado pela primeira vez em Moscou em 1953, "isola" a "operação" da tradução "para constituir o seu estudo científico (e promover uma ciência da tradução) [, afirmando] em primeiro lugar que se trata de uma operação lingüística, de um

fenômeno lingüístico, [...determinando, assim, que] toda teoria da tradução deve ser incorporada ao conjunto das disciplinas lingüísticas" (citado em Mounin 1975: 23). O segundo, *Estilística Comparada do Francês e do Inglês* (*Stylistique comparée du français et de l'anglais*), de J.P. Vinay & Darbelnet, publicado na França em 1958, propõe, como explica Mounin, "'a inscrição normal (da tradução) no quadro da lingüística' e pelos mesmos motivos que Fédorov: [considera] que 'a tradução é uma disciplina exata, possuindo técnicas e problemas particulares' [, que] merecem ser estudados à luz das 'técnicas de análise atualmente consagradas (em lingüística)'" (citado em Mounin 1975: 23-24).

Segundo essa divisão, o que determinaria a "modernidade" nos estudos da tradução seria o seu ingresso na área de atuação da lingüística estrutural e é, inclusive, a defesa apaixonada desse ingresso que se torna a meta primeira do livro de Mounin. Como declara, o seu "propósito" nada mais é do que "fundamentar o direito que tem a tradução de figurar, como problema lingüístico digno de nota, num tratado de lingüística geral" (1975: 209). Em outro trecho, explicita o "problema" que pretende abordar em seu livro: "explorar todas as teorias lingüísticas modernas a fim de verificar se, destruindo por completo a confiança em nossa aptidão para lidar inteligentemente com o *sentido* dos enunciados lingüísticos, elas atingem a legitimidade da tradução" (1975: 43). Assim, basicamente, o que parece mais importante para Mounin nessa tentativa de estabelecer uma interface entre tradução e lingüística é a garantia e a expansão do poder acadêmico-institucional da disciplina estabelecida que defende e, não, exatamente, uma investigação isenta dos mecanismos e dos "problemas teóricos" da tradução. Ao rebater, por exemplo, as críticas do tradutor Edmond Cary às pretensões de Fedorov em relação às possíveis contribuições da "ciência da linguagem" para a tradução, Mounin não apenas identifica linguagem e lingüística, assumindo que todo processo lingüístico seja automaticamente objeto de estudo exclusivo dessa "ciência", mas também atribui ao lingüista o poder e o direito de decidir até mesmo sobre "a legimitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir":

> *A tradução (sobretudo nas áreas do teatro, do cinema, da interpretação) comporta sem dúvida aspectos francamente não-lingüísticos, extra-lingüísticos. Mas toda operação de tradução — tem razão Fédorov — comporta, basicamente, uma série de análises e de operações especificamente dependentes da lingüística e susceptíveis de serem mais e melhor esclarecidos pela ciência lingüística aplicada corretamente do que por qualquer empirismo artesanal. Poderemos dizer, se fizermos questão disto, que, tal como*

> *a medicina, a tradução é ainda uma arte — mas uma arte alicerçada numa ciência. Os problemas teóricos suscitados pela legitimidade ou ilegitimidade da operação de traduzir, e por sua possibilidade ou impossibilidade, só podem ser esclarecidos em primeiro lugar no quadro da ciência lingüística.* (1975: 26-27).

A discussão proposta por Mounin sempre explicita suas prioridades. Como já comentei em trabalhos anteriores (cf. Arrojo, 1990, 1997 e 1998), se considerarmos a oposição tradicionalmente estabelecida entre teoria e prática, jamais ocorre a Mounin reavaliar o poder que teria a teoria sobre a prática ou, mais especificamente, a "superioridade" da lingüística em relação à prática de tradução, mesmo depois de reconhecer que a primeira carece de recursos que expliquem adequadamente os mecanismos da segunda. Em seu capítulo introdutório, por exemplo, declara:

> *A atividade de tradução suscita um problema teórico para a lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorremos com proveito às suas produções.* Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea. (1975: 19, meu grifo)

Paradoxalmente, a "ciência da linguagem" — cuja meta seria o exame e a explicação de todos os eventos lingüísticos — permite descrições desses eventos que, quando levadas às últimas conseqüências, teriam que negar certos aspectos inegáveis de seu próprio objeto, ou, nesse caso, a própria possibilidade da tradução, uma atividade que, como concede Mounin, realmente "existe". Essa negação é, então, explicitada pelo autor que, depois de reconhecer que "a tradução tem estado até agora sempre ausente da ciência lingüística registrada em nossos grandes tratados de lingüística" (1975: 20), propõe duas alternativas para a resolução do impasse entre teoria (lingüística) e prática (tradução): a condenação da possibilidade teórica da tradução em nome da lingüística, relegando essa atividade para "a zona das operações aproximativas não científicas em questão de linguagem" (idem); ou o questionamento da "validade das teorias lingüísticas em nome da atividade de tradução" (idem). Embora Mounin descarte essas alternativas e adote uma terceira, cujo desenvolvimento constitui a meta principal de seu livro, não deixa de ser significativo o fato de que a primeira alternativa que lhe ocorre é a proteção da lingüística contra seu

próprio objeto de estudo. Como já comentei acima, essa terceira alternativa se resume basicamente na tentativa de "fundamentar o direito" que teria a tradução "de figurar, como problema lingüístico digno de nota, num tratado de lingüística geral", inclusive para "contrariar certos tradutores" que não acreditam numa ciência da tradução, reafirmando, conseqüentemente, "o direito que tem a lingüística de encarar a tradução como um problema de sua alçada" (1975: 209).[6]

Entretanto, no final de *Os Problemas Teóricos da Tradução*, em vez de uma teoria lingüística da tradução — teoria essa pela qual, segundo Sager, "ainda estamos esperando" (1995: 91) — o que encontramos é a principal conclusão de Mounin, de acordo com a qual

> *Em lugar de afirmar, como faziam os antigos práticos da tradução, que esta é sempre possível, ou sempre impossível, sempre total, ou sempre incompleta, a lingüística contemporânea chega a definir a tradução como uma operação, de sucesso relativo, e variável nos níveis de comunicação por ela atingidos. [...] A tradução sempre pode ter início, pelas situações mais claras, pelas mensagens mais concretas, pelos universais mais elementares. Tratando-se porém de uma língua considerada em conjunto — inclusive as mensagens mais subjetivas — através da investigação de situações comuns e da multiplicação dos contatos susceptíveis de trazer esclarecimentos, a comunicação pela tradução sem dúvida alguma nunca chega a estar verdadeiramente concluída, o que significa, ao mesmo tempo, que ela nunca chega a ser inexoravelmente impossível.* (1975: 252)

O que Mounin nos oferece como conclusão, em seu livro tão explicitamente ambicioso, é apenas a repetição dos mesmos lugares-comuns que pretende superar através da utilização do instrumental supostamente científico da lingüística. Embora não nos ofereça as soluções pretendidas aos "problemas teóricos" que associa à tarefa do tradutor, Mounin, num gesto típico dos especialistas que defendem concepções essencialistas de saber e de ciência, projeta para um futuro distante o final feliz que não pôde nos oferecer no livro em questão. Ao comentar, por exemplo, as implicações para a tarefa

[6] Como já foi sugerido, Mounin sempre explicita sua "solução" para o conflito latente entre teoria e prática, ou entre as visões do lingüista e do tradutor, inerente às abordagens baseadas na lingüística. Como declara, a "candidatura da tradução a figurar num tratado de lingüística geral [...] foi contestada desde o início, e não pelos lingüistas mas sim pelos tradutores. Encarando a tradução sobretudo como arte, negam eles que ela deva ser definida como uma operação que depende estritamente do conhecimento científico e especificamente da análise

do tradutor da afirmação de Bloomfield segundo a qual "é cientificamente impossível captar o sentido dos enunciados lingüísticos, o que equivaleria [...] a postular 'nada mais nada menos que a onisciência'", já que "o estudo das situações dos falantes e dos comportamentos-respostas dos ouvintes equivale à soma total dos conhecimentos humanos" (Bloomfield 1955: 74; citado em Mounin 1975: 37), Mounin não se deixa intimidar. Por um lado, percebe que "a teoria bloomfieldiana com relação ao sentido implicaria por conseguinte uma negação da legitimidade teórica ou então da possibilidade prática de qualquer tradução" pois se "o sentido de um enunciado permanece inacessível, nunca se poderia ter certeza de haver transportado esse sentido de uma língua para outra" (1975: 38). Por outro, declara sua esperança e sua expectativa de que o "avanço" científico possa mudar esse quadro:

> *Mas essa definição do sentido, aos olhos do próprio Bloomfield, exprime um procedimento ideal, um absoluto de que nos aproximaremos muito gradativamente graças à marcha da humanidade em direção a um maior conhecimento, através de séculos e séculos. É no momento atual, por razões metodológicas e provisórias, que se revela impossível captar o sentido, cientificamente falando; por conseguinte, é no momento atual que a tradução é impossível, no sentido científico.* (Mounin, 1975)

O interesse em se chegar a uma abordagem científica à tradução não se esgotou, de forma alguma, com o trabalho de Mounin, nem com a década de 1960 que, sem dúvida, testemunhou um verdadeiro *boom* das teorias da linguagem de vocação supostamente científica. Além de Mounin, e além das tentativas por parte de lingüistas ingleses e americanos como J. C. Catford (1965), que baseou sua abordagem no conceito de gramática sistêmica de M. A. K. Halliday; e Eugene A. Nida (1964; Nida e Taber 1969),[7] que tentou aliar sua experiência com traduções da Bíblia a conceitos da gramática transformacional, pode-se mencionar também a "tradutologia" de ascendência alemã — a Ubersetzungswissenschaft — desenvolvida a partir de meados de 1960 pela chamada Escola de Leipzig (representada por Otto Kade, Gert Jager and Albrecht Neubert, entre outros), e por especialistas como Wolfram Wilss, Katharina Reiss e Werner Koller sobretudo durante a década seguinte (cf. Snell-Hornby 1988: 14). Como observa Mary Snell-Hornby, "da mesma forma que a lingüística tem como meta tornar o estudo da linguagem estritamente científico, a Ubersetzungswissenschaft tem como meta tornar o estudo da

[7] Para uma análise atualizada da obra de Catford e Nida, ver Rodrigues 1998.

tradução rigorosamente científico e inequívoco", o que implica, naturalmente, uma rejeição das chamadas teorias de tradução tradicionais, consideradas "subjetivas", e até mesmo "ingênuas" (Snell-Hornby, 1988). Como a lingüística, a Ubersetzungswissenschaft "adotava perspectivas e métodos das ciências exatas, em particular da matemática e da lógica formal" (Snell-Hornby, 1988). Nesse sentido, é exemplar o trabalho de Wolfram Wills, ao propor a formulação de uma "teoria da tradução moderna" que deveria ser uma tentativa "de decompor em fatores o ato tradutório e determinar as relações entre as constantes individuais do processo tradutório de forma tão explícita quanto possível [, e quaisquer que sejam as duas línguas envolvidas]" (1982: 14). Obviamente, nenhuma dessas abordagens conseguiu chegar nem mesmo perto de suas ambiciosas metas e, como muito bem observa Snell-Hornby, levaram apenas a "um beco sem saída" (1988: 14).

Esse "beco sem saída", entretanto, não desencorajou outras tentativas. No início da década de 1980, por exemplo, Joseph Graham novamente repete os passos de seus antecessores, particularmente daqueles interessados na gramática transformacional chomskiana. Antes de apresentar sua proposta, como é de praxe, desvaloriza os estudos "não-científicos", baseados exclusivamente na experiência e na prática:

> *Muito do que se tem escrito sobre tradução fornece muito pouco quando se procede a uma análise minuciosa de sua substância teórica porque sempre se escreveu como se se estivesse falando da oficina. As histórias pessoais e os conselhos podem muito bem proporcionar alguma ajuda, mas, certamente, não a teoria coerente e consistente de que se necessita para a tradução.* (1981: 23).

Considerando que "o problema da tradução é teórico, estritamente falando, sendo um problema de e em teoria: não simplesmente a teoria certa, mas o tipo certo de teoria, que é realmente o único tipo verdadeiro", Graham procura uma abordagem que não se baseie em nenhum tipo de "empirismo ou pragmatismo" (idem). Influenciado pela "revolução" instaurada nos estudos da linguagem pela gramática transformacional, Graham propõe o desenvolvimento de "uma teoria de tradução rigorosa" que "incluiria algo como um procedimento prático de avaliação, com critérios necessariamente específicos, embora gerais" (1981: 26). A "novidade" dessa teoria seria a proposta de uma distinção "entre uma arte e uma ciência da tradução" inspirada pela distinção saussuriana entre *langue* e *parole* e, sobretudo, pela oposição de Chomsky entre competência e desempenho, que dissolveria "a maior parte

da confusão sobre a natureza e a função de uma teoria de tradução". Através de "um uso regular da distinção entre competência e desempenho", a velha "oposição entre arte e ciência em tradução" seria simplesmente "resolvida" de uma vez por todas: "teoria científica e prática artística estariam intimamente relacionadas, apesar de certamente independentes — assim como a lingüística e o discurso real ou, mais adequadamente, como a retórica e a persuasão, a poética e os poemas" (1981: 27).

Num gesto semelhante ao de Mounin, que, como vimos, chega a sugerir "a condenação da possibilidade teórica da tradução em nome da lingüística" (1975: 20), Graham pretende resolver os problemas da teoria longe de "qualquer tipo de empirismo ou pragmatismo" (1981: 23), mas dentro de um modelo chomskiano que, propõe, ao mesmo tempo, uma alienação explícita (e impossível) da prática e uma conveniente intimidade com esta. Contudo, em vez de resolver a onipresente "oposição entre arte e ciência em tradução" (1981: 27), Graham simplesmente enfatiza os seus contornos, deixando inequívoca sua opção pela valorização da teoria (e, obviamente, da lingüística) em detrimento da prática.

As abordagens aos "problemas teóricos da tradução" vinculadas a concepções essencialistas de linguagem — entre as quais incluiria, sem exceção, todas as propostas comentadas até aqui — sempre articulam algum tipo de oposição clara e demarcada entre teoria e prática, ou entre uma "ciência" e uma "arte" da tradução, optando por alguma versão da primeira como o elemento legislador ao qual se deve submeter a segunda. Enquanto essa tendência é bastante clara nos teóricos influenciados pela lingüística, como Mounin, Graham e Wills, também permeia os comentários de especialistas filiados a outros interesses e disciplinas. Um exemplo apropriado é, sem dúvida, Steiner que, ao defender o estudo da tradução como uma "arte exata", demonstra entreter expectativas semelhantes às dos seus colegas comprometidos com a lingüística.

3. Tentativas pioneiras para o estabelecimento de uma disciplina independente: Holmes, Lefevere e Bassnett

Alguns anos antes da publicação de *After Babel*, James Holmes começa a tentar mapear os limites e as especificidades da tradução como objeto de estudo de uma disciplina idealmente autônoma. Em primeiro lugar, é importante notar que essa tentativa de emancipação diferencia sua proposta das comentadas acima, marcando, pela primeira vez, um movimento político-acadêmico que,

potencialmente, poderia criar um espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a teoria e a prática da tradução. Entretanto, ao justificar o estabelecimento dessa "nova" disciplina, a partir do que considera o fracasso de toda uma tradição que não apenas deixou de prestar a devida atenção à tarefa do tradutor mas que, sempre que o fêz, não obteve resultados exatamente satisfatórios, Holmes parece repetir a grande maioria de seus predecessores e contemporâneos em sua expectativa de que se pudesse, de alguma forma, organizar e unificar o que se pensa e prescreve em relação à tradução. Como declara num ensaio pioneiro, as teorias de tradução até então propostas pelas disciplinas institucionalizadas

> *não são, na realidade, teorias, em nenhum sentido acadêmico do termo, mas um amontoado de axiomas, postulados e hipóteses que são formulados de forma a ser, ao mesmo tempo, abrangentes demais (cobrindo também atos não-tradutórios e não-traduções) e excludentes demais (deixando de fora alguns atos tradutológicos e algumas obras geralmente reconhecidas como traduções).* (1972/75) (1988: 73)[8]

Como essas teorias são, na realidade, "pouco mais do que uma introdução" à teoria de tradução geral e definitiva que as disciplinas institucionalizadas não conseguiram formular, o estabelecimento dos "estudos da tradução" como disciplina autônoma passa a se justificar como o espaço em que se deverão determinar, finalmente, as bases, as metas e os limites desse conhecimento ideal de que parecem sentir falta tanto tradutores como especialistas em tradução. Além do mais, como não deixa de lembrar Holmes, o momento seria estrategicamente oportuno para a conquista e a organização de um espaço próprio. Afinal,

> *depois de séculos de atenção casual e irregular [prestada à tradução] por parte de uma variedade de autores, filólogos e especialistas em literatura, além de um ou outro teólogo ou lingüista idiossincrático, o tema da tradução passou a ser alvo de um interesse cada vez maior e constante por parte de especialistas nos últimos anos, tendo a Segunda Guerra Mundial como um tipo de* turning point. (1988: 67-68).

[8] "*The Name and Nature of Translation Studies*", ensaio em questão, foi inicialmente publicado em 1975, a partir de uma versão anterior apresentada durante o *Third International Congress of Applied Linguistics*, realizado em Copenhage, entre 21 e 26 de agosto de 1972.

BEST COPY AVAILABLE

Para Holmes, o estabelecimento de uma disciplina especialmente dedicada à tradução se liga diretamente à necessidade de se desenvolver um paradigma que demonstre sua eficiência naquilo que as disciplinas institucionalizadas "falharam". Aliás, é com base na expectativa desse desenvolvimento que Holmes planeja tornar legítima a nova disciplina perante os especialistas e as instituições acadêmicas, baseando-se, como os defensores de abordagens inspiradas pela lingüística, em modelos calcados nas ciências. A partir da definição de "ciência" de Michael Mulkay, segundo o qual esta "tende a se desenvolver através da descoberta de novas áreas de ignorância" (1969: 136), Holmes argumenta que tal "descoberta" geralmente traz como conseqüência "um influxo de pesquisadores de áreas adjacentes que trazem com eles os paradigmas e os modelos que se mostraram frutíferos em suas áreas" (1988: 67). A aplicação desses "paradigmas e modelos" ao "novo problema" provoca, basicamente, dois tipos de situação: em algumas, "o problema mostra ser submisso à explicitação, à análise, à explicação e, pelo menos, a uma solução parcial dentro dos limites de um dos paradigmas ou modelos e, nesse caso, esse paradigma ou modelo acaba se tornando um ramo legítimo de uma área de estudo estabelecida" (Holmes, 1988). Em outros casos, entretanto, como na questão exemplar dos estudos sobre tradução, "os paradigmas ou modelos não conseguem produzir resultados suficientes e os pesquisadores se conscientizam de que novos métodos são necessários para a abordagem ao problema em questão" (Homes, 1988).

Antes de se deter nas questões delicadas de nomear a nova disciplina e de determinar seus limites com base no "segundo tipo de situação" acima exposto, Holmes prevê as objeções de alguns especialistas e, em particular, dos lingüistas, ao estabelecimento de uma disciplina exclusivamente dedicada à reflexão sobre tradução, independente das áreas já institucionalizadas. A escolha do nome, por exemplo, também revela uma tentativa de se afastar de um certo cientificismo geralmente associado à lingüística tradicional, embora, como vimos, baseie seu esboço de proposta em modelos diretamente inspirados pelas ciências, o que sugere uma concepção moderna e, claro, essencialista de disciplina, pressupondo como condição primeira para seu estabelecimento a necessidade de um delineamento absolutamente racional de seu objeto de estudo e, conseqüentemente, também a necessidade de consenso unânime entre os pesquisadores que a ele se dedicam. Depois de considerar várias denominações, entre as quais "*translatology*" (inspirado pelo francês *traductologie*), "*translation theory*", e até mesmo "*science of translation*" ou "*translation science*" (inspirado pelo alemão *Ubersetzungswissenschaft*), Holmes finalmente opta por "*translation studies*", argumentando que o termo "*studies*" é

geralmente adotado pelas disciplinas que, "dentro da velha distinção vigente nas universidades [anglo-americanas, presume-se,] tendem a se classificar entre as humanidades ou as artes, e não entre as ciências", como, por exemplo, "*Russian studies*", "*American studies*", "*Commonwealth studies*", "*population studies*", "*communication studies*", etc. (1988: 70). Por trás dessa escolha e dessa justificativa, que, sem dúvida, tentam circunscrever um espaço autônomo para a tradução que seja independente sobretudo da lingüística, também é possível apontar alguma semelhança com a argumentação de Steiner ao propor que o estudo da tradução não deve se constituir numa "ciência", mas numa "arte exata" (1975: 295). Ou seja, como Steiner, Holmes parece entreter o ideal de ciência "exata", ou "natural", mas, por não conseguir encaixar a reflexão sobre tradução nesses modelos, tenta nos oferecer um substituto que, entretanto, deverá se aproximar o máximo possível do ideal vislumbrado.

Além disso, a criação dessa nova disciplina teria que enfrentar um desafio muito maior do que chegar a um acordo em relação ao seu próprio nome, ou seja, definir consensualmente sua especificidade:

> *O que constitui o campo dos estudos da tradução? Poucos diriam que coincide com estudos terminológicos ou lexicográficos comparativos (ou contrastivos); vários o consideram como praticamente idêntico à lingüística comparativa ou contrastiva; muitos o considerariam, em grande parte, sinônimo de teoria de tradução.* (1988: 71)

Sua proposta de "delineamento" da nova área se baseia, em termos gerais, num texto de Werner Koller, para quem "os estudos da tradução devem ser compreendidos como uma designação coletiva e abrangente para todas as atividades de pesquisa que tomam o fenômeno do traduzir e da tradução como sua base ou seu foco" (1971: 4; minha tradução da versão inglesa de Holmes 1988: 71). A partir dessa fundamentação ampla, Holmes conclui que esses estudos, na concepção de Carl G. Hempel, teriam dois objetivos principais: "descrever determinados fenômenos do mundo de nossa experiência e estabelecer princípios gerais através dos quais esses fenômenos poderiam ser explicados e previstos" (Hempel 1967: 1; citado em Holmes 1988: 71). Mais especificamente, enquanto "área de pesquisa pura", os estudos da tradução teriam como metas: "descrever os fenômenos do traduzir e das traduções na medida em que se manifestam no mundo da experiência, e estabelecer princípios gerais por meio dos quais esses fenômenos poderão ser explicados e previstos" (Holmes 1988: 71). Com o objetivo de atingir essas metas, propõe que "os

estudos da tradução" sejam divididos em três ramos distintos, dedicados à "descrição", à "teoria" e à "aplicação", articulados numa "relação dialética", em que "cada um dos três ramos fornece material para os outros dois, ao mesmo tempo em que utiliza as descobertas que deles recebe" (Homes, 1988).

Embora declare ter partido da proposta geral de Koller segundo a qual os estudos da tradução "devem ser compreendidos como uma designação coletiva e abrangente para todas as atividades de pesquisa que tomam o fenômeno do traduzir e da tradução como sua base ou seu foco", o estabelecimento da nova disciplina delineada por Holmes passa a ter como meta uma especificidade que depende da possibilidade não apenas de se explicar e prever o trabalho de tradução, mas também de se prescreverem princípios gerais e universais. Como declara, os estudos téoricos da tradução deveriam ter como função a utilização dos "resultados dos estudos descritivos, em combinação com a informação disponível nas áreas e disciplinas afins, para o desenvolvimento de princípios, teorias, e modelos que servirão para explicar e prever o que o traduzir e as traduções são e serão" (Holmes, 1988: 73). A partir dessa perspectiva,

> *a meta última do teórico da tradução em seu sentido amplo deve ser, sem dúvida, o desenvolvimento de uma teoria completa e abrangente que acomodasse tantos elementos quanto necessários para explicar e prever todos os fenômenos que ocorrem dentro do terreno do traduzir e das traduções, excluindo aqueles fora dele. Quase não é necessário lembrar que uma* teoria de tradução geral, *nesse sentido preciso do termo, se é que será possível formulá-la, será necessariamente altamente formalizada e, por mais que o especialista possa tentar ser econômico, também altamente complexa.* (Holmes, 1988)

Num ensaio publicado alguns anos mais tarde, Holmes amplia ainda mais os poderes que idealmente atribui ao "especialista que deseja descrever a relação entre o texto traduzido e seu original": "ele deve tentar determinar as características dos dois mapas do tradutor [, referentes às línguas e culturas envolvidas,] e descobrir seu sistema de regras, aquelas que indicam os desvios, a projeção e, sobretudo, a correspondência — em outras palavras, a poética do tradutor" (Holmes 1978: 77). Além disso, caberia a esse especialista "a tarefa de elaborar [um] repertório" que mapeasse toda a evolução de uma determinada literatura para que pudesse relacionar originais e suas traduções em termos de sua essência estável", tarefa essa que Holmes considera "enorme"

e que lhe sugere o sistema de classificação lineano, também imaginado por Steiner como um modelo ideal para os estudos da tradução:

> [...Se] *os especialistas chegassem a um consenso em relação [a toda a evolução de uma determinada literatura], da mesma forma, por exemplo, que botânicos desde Lineu chegaram a um consenso em relação a métodos sistemáticos para a descrição das plantas, seria então possível, pela primeira vez, chegar a descrições de textos originais e traduzidos, de seus mapas respectivos, e das redes de correspondência, regras e hierarquias que seriam mutuamente comparáveis. E apenas com base em descrições mutuamente comparáveis podemos então produzir estudos de maior escopo bem fundamentados: estudos comparativos das traduções de um autor ou de um tradutor, ou — um passo ainda maior — envolvendo período, gênero, uma língua (ou uma cultura), ou histórias gerais de tradução.* (1978: 81)

Vale a pena compararmos essas concepções de Holmes às que apresenta num texto escrito alguns anos antes, em que discute a impossibilidade da equivalência nos termos em que é tradicionalmente teorizada, concluindo que nenhuma tradução de poema será exatamente "equivalente" a seu original (1973-4: 67):

> *Coloque cinco tradutores para traduzir, por exemplo, um poema de imagens simples, de métrica livre e sintaxe direta, como* "Fog", *de Carl Sandberg, para o holandês. A probabilidade de que duas, entre as cinco versões, sejam idênticas é, realmente, muito pequena. Depois, peça a vinte e cinco tradutores que traduzam essas versões de volta para o inglês, cinco tradutores para cada versão. Novamente, o resultado mostrará, quase com certeza, tantas versões quanto há tradutores. Chamar isso de equivalência é perverso.* (1973-4: 68; citado em Gentzler 1993: 95)

Esse interesse pela "subjetividade" ou, como diríamos hoje, pela "visibilidade" do tradutor que, como lembra Gentzler, as teorias de tradução sempre evitaram (1993: 95), é, sem dúvida, menos importante do que o desejo de fundar uma disciplina exclusivamente dedicada aos estudos da tradução, em que as noções tradicionais de "objetividade", ou "racionalidade", aliadas a expectativas de formulação de leis supostamente universais, são vistas como alicerces indispensáveis. Como os teóricos influenciados pela "ciência da

BEST COPY AVAILABLE

linguagem", Holmes não parece considerar compatível com o estudo sistemático da tradução a inclusão do tradutor e do seu "viés".

A proposta de criação de uma disciplina independente foi prontamente encampada por André Lefevere, que resume o objetivo dessa nova "utopia disciplinar" nos seguintes termos:

> *O objetivo da disciplina é produzir uma teoria abrangente que possa ser usada como uma diretriz para a produção de traduções. A teoria se beneficiaria se fosse desenvolvida a partir de argumentos não inspirados pelo neopositivismo, nem pela hermenêutica. A teoria se beneficiaria se fosse elaborada num pano de fundo constituído de relatos de casos, a partir dos quais seria constantemente testada. Assim, a teoria não seria estática, mas evoluiria de acordo com o consenso dinâmico de especialistas qualificados que constituem um fórum de competição.* (1978: 234)

De acordo com Lefevere, a nova disciplina não apenas se tornaria independente das duas principais áreas onde tradicional e marginalmente se incluem as investigações sobre tradução — a lingüística, que associa ao neopositivismo, e os estudos literários, que associa à hermenêutica — mas, sobretudo, começaria a influir sobre essas mesmas áreas de cujo jugo estaria se libertando. Como declara, "não seria inconcebível" que uma teoria de tradução elaborada nos moldes acima esboçados "pudesse auxiliar na formulação de teorias lingüísticas e literárias, da mesma forma que não seria inconcebível que as traduções realizadas de acordo com as diretrizes apontadas de forma experimental pela teoria pudessem influenciar o desenvolvimento da cultura receptora" (idem). Novamente, como deixou claro Holmes, a criação de uma disciplina exclusivamente dedicada à tarefa do tradutor pressupõe que os "especialistas qualificados" detenham todo o poder decisório sobre as "diretrizes" a serem seguidas para a produção de traduções, ao mesmo tempo em que atribui somente às traduções realizadas sob essas "diretrizes" o poder de "influenciar o desenvolvimento da cultura receptora".

Seguindo os exemplos de Holmes e Lefevere, Susan Bassnett faz questão de demarcar o território dos "Estudos da Tradução" na abertura de um livro apropriadamente intitulado *Translation Studies*, lembrando que esse termo "pode talvez surpreender aqueles que sempre consideraram que tal disciplina já existia, tendo em vista o uso disseminado do termo 'tradução', particularmente no processo de aprendizagem de línguas estrangeiras", e

anuncia seu objetivo de "tentar esboçar o escopo dessa disciplina" e de "demonstrar que os estudos da tradução constituem, sem dúvida, uma disciplina independente, e não, meramente, uma subárea menor dos estudos de literatura comparada, nem uma área específica da lingüística, mas um campo vastamente complexo com muitas ramificações de grande alcance" (1980: 1). Ao tentar estabelecer os estudos da tradução como disciplina autônoma, Bassnett associa essa reivindicação de independência a um suposto direito exclusivo que teria essa nova disciplina de legislar sobre os tradutores e seu trabalho: "se houver critérios a serem estabelecidos para a avaliação de uma tradução, esses critérios serão estabelecidos no interior da disciplina, e não fora dela" (1980: 10-11), num gesto que certamente lembra o de Georges Mounin em sua tentativa de reivindicar para a lingüística o "direito" de decidir, inclusive, sobre a própria legitimidade, ou ilegitimidade, da tarefa do tradutor (cf. Arrojo, 1997a). Segundo Bassnett, contudo, o instrumental necessário para a sistematização e a disciplina dessa tarefa seria fornecido pela semiótica, com base na convicção de que "há princípios gerais regentes do processo tradutório que podem ser determinados e categorizados e, finalmente, utilizados no ciclo texto/teoria/texto, quaisquer que sejam as línguas envolvidas" (idem). Entretanto, também como os defensores de abordagens lingüísticas, diante de metas tão ambiciosas e inatingíveis, Bassnett não pode deixar de declarar que "o estudo sistemático da tradução se encontra ainda em cueiros" (1980: 1).

4. Os "Estudos da Tradução" de Base Essencialista Hoje

Se avaliarmos, ainda que de forma genérica, os resultados atingidos nas duas últimas décadas, a partir dos termos e dos planos inicialmente propostos por Holmes, Bassnett, ou Lefevere, podemos dizer que, enquanto área independente, capaz de controlar toda a prática, gerando regras, leis, princípios ou definições universalmente aceitáveis e implementáveis, a disciplina idealizada por esses e outros especialistas nunca deixou os "cueiros". Aliás, nesses termos, essa disciplina nunca foi — nem poderia ser — nada além de uma ilusão projetada pelas concepções textuais de seus idealizadores e defensores, ilusão essa que continua estimulando o trabalho de vários estudiosos entre os quais destaco, por exemplo, Kirsten Malmkjaer que, num texto recente, tenta esboçar uma definição de tradução, em termos absolutos, ainda seguindo os passos originalmente idealizados por Holmes (1993) (cf. Arrojo, 1998). Contudo, diferentemente do que pretendiam e ainda pretendem esses estudos, nunca se chegou a esboçar nenhuma diretriz única para qualquer projeto de sistematização efetivo que pudesse servir de modelo universal e inquestionável para a pesquisa na área. Apesar das várias tentativas de tornar esta ou aquela

BEST COPY AVAILABLE

tendência a legítima definidora desses estudos, até mesmo um exame superficial do que se vem realizando na área a partir do início desta década mostra que ainda convivem, não muito pacificamente, tendências filiadas aos quatro períodos em que George Steiner dividiu toda "a literatura sobre a teoria, a prática e a história da tradução" (1975: 237), reunidos agora sob a designação genérica de "estudos da tradução".

Nesse quadro, a grande maioria dos debates e das questões que têm ocupado a reflexão divulgada nesta década também não mudou muito desde Mounin e Steiner, e a competição por uma suposta conquista territorial "definitiva" da área — já tomada, formal e informalmente, por diversas tendências — continua estimulando o discurso dos defensores de concepções e ideais fundamentalmente essencialistas. Para ilustrar meu argumento, pretendo me deter num desses debates que têm dividido, de um lado, interessados em abordagens lingüísticas e, obviamente, na possibilidade de um paradigma objetivo e universalizante para os estudos da tradução; e, de outro, especialistas identificados com abordagens associadas aos chamados "*cultural studies*" ("estudos da cultura"), que têm como objeto abrangente as implicações políticas e ideológicas da "visibilidade" do tradutor e da tradutora e descrentes, portanto, da possibilidade de uma abordagem ingenuamente científica aos estudos da tradução (cf. Baker, 1996, Neubert/Shreve 1994, Venuti, 1996 e Malmkjaer, 1993). Na visão de Mona Baker, por exemplo, os estudos da tradução

> *estão realmente atravessando um período de mudança radical. Infelizmente, também estão atravessando um período de fragmentação: de abordagens, escolas, metodologias. O principal conflito que atualmente ameaça reduzir o discurso sobre tradução a uma série de exercícios de apontar defeitos e divergências é aquele verificado entre um paradigma relativamente novo, ou seja, os estudos da cultura, e os modelos derivados da lingüística, bem estabelecidos mas, de forma alguma, perfeitos.* (1996: 9).

Para a autora que, de forma semelhante a Mounin, ainda defende o "direito" praticamente exclusivo da lingüística contemporânea de formular abordagens à tradução, essa "ciência" teria feito progressos substanciais nos últimos anos, deixando para trás sua "ingenuidade" sobretudo no trato de questões ideológicas. Segundo afirma, "tanto a lingüística, como os estudos da tradução de orientação lingüística, conseguiram um progresso notável nos últimos anos", particularmente em sua forma de lidar com "questões ideológicas em relação à linguagem e à tradução" (Baker, 1996: 15). Esse "progresso"

geralmente é creditado à influência de novos desenvolvimentos associados à "análise do discurso", ou à "lingüística crítica", cujo princípio básico seria que "todo uso lingüístico codifica padrões ideológicos ou estruturas discursivas que *medeiam* representações do mundo na linguagem" (Fowler, in Malmkjaer 1991: 89; citado em Baker, 1996: 15). Contudo, ao examinarmos mais detalhadamente algumas dessas abordagens "progressistas" à tradução, parece claro que, apesar de sua declarada aceitação das implicações da ideologia para a linguagem e para o texto, ainda não podem levar essas implicações até suas últimas conseqüências. Ao mesmo tempo em que defende o suposto avanço da lingüística crítica, que "se recusa a teorizar a linguagem e a sociedade como entidades diferentes" (1996: 15) e, portanto, ao mesmo tempo em que parece aceitar a possibilidade de uma concepção não-essencialista de significado e da relação que se pode estabelecer entre texto e sujeito, Mona Baker critica os estudos da tradução influenciados pelo paradigma dos "estudos da cultura" por seu interesse persistente em abordar aspectos políticos e ideológicos, classificando-os como "amadores", sobretudo por seu "fracasso" em desenvolver metodologia própria e por sua tendência em "rejeitar valores absolutos" (1996: 14).

Novamente, essa crítica se fundamenta num ideal racionalista de ciência, em que "profissionalismo" e "disciplina" parecem compatíveis apenas com as tentativas (sempre inevitavelmente fadadas ao fracasso) de se atingir um nível metateórico a que se pudesse submeter toda a prática de tradução, quaisquer que fossem suas circunstâncias e interesses. Contudo, o que torna suspeita essa defesa tão veemente de "valores absolutos" e essa associação imediata entre "profissionalismo" e "ciência" é a óbvia (e inescapável) falta de isenção dos que a propõem. Nesse contexto, "profissionalismo" e "ciência" seriam privilégios da lingüística, alçada à posição de instrumento exclusivamente capaz de revelar aos tradutores os segredos da "matéria-prima" com que trabalham e de livrá-los do "amadorismo", como revela a significativa analogia que Baker propõe entre lingüística e medicina: se aceitarmos que o estudo da lingüística é "irrelevante para o trabalho do tradutor", nunca seremos considerados nada além de "curandeiros" e, "embora seja suficiente para alguns indivíduos imaginar que possam curar pessoas porque desfrutam de poderes mágicos ou de uma relação especial com Deus, o fato é que os curandeiros não são profissionais reconhecidos e os médicos o são" (1992: 3). Resumindo, um determinado tipo dominante de medicina — européia, ocidental — se torna a ciência mestra elevada à posição de modelo supostamente desinteressado e isento, em comparação ao qual todas as outras tentativas de cura são ilegítimas, ao mesmo tempo em que a lingüística seria a única "cura" profissional que pudesse livrar

tradutores e especialistas de suas tentativas desprestigiadas e ineficientes de "curandeirismo" (cf. Arrojo, 1998).

Um outro exemplo digno de nota pode ser encontrado em texto recente de Basil Hatim e Ian Mason que também defendem a propriedade de uma relação íntima entre tradução e ideologia, supostamente influenciados pela lingüística contemporânea "a partir de cuja perspectiva todo uso da linguagem reflete um conjunto de pressuposições dos usuários que estão intimamente ligadas às atitudes, crenças e sistemas de valores" em que se situam (1997: 144). Esses autores definem "ideologia" com base em Simpson (1993: 5) — ou seja, como "as pressuposições, as crenças e sistemas de valores tácitos que são compartilhados coletivamente pelos grupos sociais" — concepção essa que associam ao ramo da lingüística que chamam de "análise crítica do discurso" (Hatim e Mason, 1997: 146). Contudo, as concepções de significado e de sujeito implícitas em seus comentários certamente sugerem que não aceitam todas as implicações da noção de ideologia que aparentam defender. Ao comentarem, por exemplo, "um dos poucos estudos de tradução já realizados do ponto de vista da análise crítica do discurso", em que Knowles e Malmkjaer (1989) analisam quatro traduções para o inglês do conto de fadas "*Den Standhaftige Tinsoldat*" ("O Soldadinho de Chumbo Inflexível"), de Hans Christian Andersen, Hatim e Mason observam que "diferentes traduções, em muitos pontos do texto, refletem com graus variáveis de explicitação a ideologia do universo textual de Andersen", sendo que um desses pontos se refere ao uso de repetições "do adjetivo *nydelight* — '*pretty*' [em inglês], com conotações pejorativas de superficialidade, mantidas numa tradução, mas traduzido por '*pretty*', '*lovely*', '*fine*', '*charming*', '*enchanting*' e '*graceful*', nas outras" (1997: 147). Ao mesmo tempo, entretanto, previnem o leitor de que

> *a decisão de, digamos, traduzir todas as instâncias de* nydelight *no texto fonte pelo termo* pretty *na língua alvo pode refletir uma preocupação em veicular o valor ideológico implícito no uso do recurso coesivo da repetição ou, mais simplesmente, uma orientação geral tendendo para a tradução literal, no sentido de selecionar o 'equivalente' lexical mais próximo sempre que possível. Apenas quando uma evidência desse tipo é parte de uma tendência discernível, refletida na forma pela qual todo um espectro de características lingüísticas é tratado numa tradução em particular é que o analista pode considerar que detectou uma motivação ou orientação subjacente por parte do tradutor. Na verdade, a tendência discernível pode ser vista em termos de graus de mediação, ou seja, pela extensão*

BEST COPY AVAILABLE

> *da intervenção dos tradutores no processo de transferência, colocando seus próprios conhecimentos e crenças no processamento do texto.* (Knowles e Malmkjaer, 1997)

O tratamento da ideologia que efetivamente propõem Hatim e Mason nesse breve excerto pressupõe que alguns "usuários da linguagem", pelo menos em determinadas circunstâncias, estejam imunes à influência das "atitudes, crenças e sistemas de valores" em que se situam. Um desses "usuários" é, sem dúvida, o "analista" de traduções para o qual Hatim e Mason pretendem estabelecer parâmetros objetivos de análise que possam indicar quando um determinado recurso ou característica textual deve ser classificado, ou não, como "uma motivação ou orientação" ideológica por parte do tradutor. Assim, o trabalho do tradutor apresenta "graus de mediação" que indicam a "extensão" de sua "intervenção" no processo de transferência de significados, ao mesmo tempo em que ao autor se atribui o uso de recursos, como a repetição de um determinado adjetivo no exemplo em questão, que têm "valor ideológico" implícito, enquanto que a tarefa do "analista", como árbitro e juiz soberano, parece se situar acima dessas "limitações". Além disso, obviamente, da mesma forma que há "usuários" imunes à ideologia, há, também, opções de tradução que podem, ou não, "refletir uma preocupação em veicular [...] valor ideológico". Se, como defendem Hatim e Mason, "todo uso da linguagem reflete um conjunto de pressuposições dos usuários que estão intimamente ligadas às atitudes, crenças e sistemas de valores", como poderiam esses mesmos autores explicar, por exemplo, uma determinada opção de tradução isenta de "valor ideológico"? A "orientação geral [,que tende] para a tradução literal", apontada pelos autores no texto em questão, não seria também (e inevitavelmente) marcada por "valores ideológicos"? De forma semelhante, como se poderia justificar a posição privilegiada que atribuem ao "analista crítico" do discurso traduzido?

xxx

Os defensores de abordagens lingüísticas à tradução, mesmo aqueles declaradamente influenciados por tendências contemporâneas que supostamente teriam superado as limitações dos estudos marcadamente cientificistas dos anos 1960 e 70, ainda não abrem mão de concepções fundamentalmente essencialistas de texto e de significado que, de uma forma ou de outra, os levam a reivindicar uma posição de autoridade privilegiada perante a prática da tradução. Ao tentarem legitimar os "estudos da tradução" como disciplina autônoma com base em ideais inatingíveis, deixam de lado

todo um universo de pesquisa centrado nas implicações e nas conseqüências da visibilidade inevitável do tradutor e da tradutora, que apenas passou a ser objeto de estudos mais regulares nos últimos dez ou quinze anos com a disseminação de reflexões sobre a linguagem geralmente creditadas à pós-modernidade (cf. Arrojo, 1996). Como tenho argumentado em outros textos, não parece ser uma mera coincidência o fato de que é a partir desse *turning point* — em que se reconhece o impacto autoral do ato tradutório e se começam a superar as noções de inferioridade e inadequação associadas à tarefa do tradutor e difundidas pelas propostas essencialistas — que toma corpo o verdadeiro *boom* dos estudos da tradução percebido na última década, sobretudo através da proliferação da bibliografia e das revistas especializadas, de programas de pós-graduação e de encontros acadêmicos exclusivamente dedicados à área, tanto entre nós como no exterior (cf. Arrojo, 1997 e 1998). Em lugar de um incômodo "problema teórico" que precisaria ser resolvido a qualquer custo principalmente em nome dos interesses desta ou daquela disciplina, o reconhecimento da visibilidade do tradutor (e da tradutora) passa a abrir novas perspectivas e a constituir novas interfaces que não têm como metas a perseguição irredutível do mesmo e a "disciplina" da tarefa tradutória, mas o exame das conseqüências e implicações da complexa produção de significados que qualquer tradução necessariamente promove entre o doméstico e o estrangeiro, entre tradutor e autor, ou entre o "mesmo" e o outro. Entre essas interfaces, poderíamos mencionar, por exemplo, aquelas constituídas entre tradução e pós-colonialismo (cf. Rafael, 1988; Niranjana 1992; Vieira, 1994; Arrojo, 1998a); tradução e psicanálise (cf. Silveira Jr., 1983; Bass, 1985; Benjamin, 1989; Arrojo, 1993); tradução e gênero (cf. Chamberlain, 1988; von Flotow, 1991; Bassnett, 1992; Arrojo, 1994; Arrojo, 1995; Simon, 1996), que têm em comum o estudo da tradução como uma forma de transformação e apropriação do chamado "original", em que a diferença enquanto conseqüência necessária do encontro entre duas línguas e duas culturas não é reprimida, mas incansavelmente investigada. A discussão e o detalhamento do que se tem realizado nessas e em outras interfaces recentemente estabelecidas deveriam constituir o objeto de novas retrospectivas.

(Recebido em março de 1998. Aceito em junho de 1998)

Referências bibliográficas

Arrojo, R. (1990) As Questões Teóricas da Tradução e a Desconstrução do Logocentrismo: Algumas Reflexões. D.E.L.T.A., **6**: 41-53.

_____(1993) *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

_____(1994) Fidelity and the Gendered Translation. *TTR (Traduction, Terminologie, Redaction)*, **7.2**:147-163.

_____(1995) Feminist, 'Orgasmic' Theories of Translation and Their Contradictions. *Tradterm*, **2**: 67-75.

_____(1996) Os Estudos da Tradução na Pós-Modernidade, o Reconhecimento da Diferença e a Perda da Inocência. *Cadernos de Tradução*, **1**: 53-69.

_____(1997) Postmodernism, the Emergence of Translation Studies and the Empowerment of the Translator. *APLIEMGE — Revista da Associação de Professores de Língua Inglesa do Estado de Minas Gerais*, **1**: 163-174.

_____(1997a) Asymmetrical Relations of Power and the Ethics of Translation. *TEXTconTEXT*, **11.1**: 5-24.

_____(1998) The Revision of the Traditional Gap between Theory and Practice and the Empowerment of Translation in Postmodern Times. *The Translator*, **4.1**: 25-48.

_____(1998a) Interpretation as Possessive Love: Hélène Cixous, Clarice Lispector, and the Ambivalence of Fidelity. S. BASSNETT e H. TRIVEDI (orgs.), *Postcolonial Translation Theory*. Londres e Nova York: Routledge.

ARROWSMITH, W. e R. SHATTUCK (orgs.) (1961) *The Craft and Context of Translation: A Critical Symposium*. Austin: University of Texas Press.

AUBERT, F. H. (1993) *As (In)Fidelidades da Tradução: Servidões e Autonomia do Tradutor*. Campinas: Editora da UNICAMP.

BAKER, M. (1992) *In Other Words — A Coursebook on Translation*. Londres e Nova York: Routledge.

_____(1996) Linguistics and Cultural Studies. Complementary or Competing Paradigms in Translation Studies?. A. LAUER et al. (orgs.), *Ubersetzungswissenschaft im Umbruch*, Tubingen: Gunter Narr.

BASS, A. (1985) On the History of a Mistranslation and the Psychoanalytic Movement. J. GRAHAN (org.), *Difference in Translation*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.

BASSNETT-MCGUIRE, S. (1980) *Translation Studies*. Londres: Methuen.

_____(1992) Writing in No Man's Land: Questions of Gender and Translation. *Ilha do Desterro*, **28**: 63-73.

BENJAMIN, A. (1989) *Translation and The Nature of Philosophy — A New Theory of Words*. Londres e Nova York: Routledge.

BLOOMFIELD, L. (1955) *Language*. Londres: Henderson & Spalding.

BROWER, R. A. (org.) (1959) *On Translation*. Cambridge: Harvard University Press.

BEST COPY AVAILABLE

CHAMBERLAIN, L. (1988) Gender and the Metaphorics of Translation. *Signs*, **13**: 454-72.

CATFORD, J. C. (1965) *A Linguistic Theory of Translation*. Londres: Oxford University Press.

FEDOROV, A. (1953) *Vvednie v teoriju perevoda* (Introdução à Teoria de Tradução). Moscou.

FRAWLEY, W. (org.) (1984) *Translation: Literary, Linguistic, and Philosophical Perspectives*. Newark: University of Delaware Press.

GENTZLER, E. (1993) *Contemporary Translation Theories*. Londres e Nova York: Routledge.

GRAHAM, Joseph F. (1981) Theory for Translation. M. GADDIS ROSE (org.) *Translation Spectrum — Essays in Theory and Practice*. Albany: State University of New York Press.

HATIM B. e I. Mason (1997), *The Translator as Communicator*. Londres e Nova York: Routledge.

HEMPEL, C. G. (1967), *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*. Chicago: University of Chicago Press.

HOLMES, J. S. (1973-4) On Matching and Making Maps: From a Translator's Notebook. *DELTA*, **16.4**: 67-82.

_____(1978) Describing Literary Translation: Models and Methods. J. S. HOLMES, J. LAMBERT, e R. VAN DEN BROECK (orgs.), *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies with a Basic Bibliography of Books on Translation Studies*. Leuven: Acco.

_____(1988) The Name and Nature of Translation Studies. In: *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdã: Rodopi.

KELLY, L. G. (1979) *The True Interpreter — A History of Translation Theory and Practice in the West*. Nova York: St. Martin's Press.

KNOWLES, M. & K. MALMKJAER (1989) Translating Ideology: Language, Power and the World of the Tin Soldier. In: *Language and Ideology, ELR Journal*, **3**: 205-241.

KOLLER, W (1971), Ubersetzen, Ubersetzung und Ubersetzer. Zu schwedischen Symposien uber Probleme der Ubersetzung. *Babel*, **17**.

LAGES, S. K. (1996) Melancolia e Tradução: Walter Benjamin e 'A Tarefa do Tradutor'. Tese de doutorado inédita, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LEFEVERE, A. (1978) *Translation Studies: The Goal of the Discipline*. J.S. HOLMES, J. LAMBERT E R. VAN DEN BROECK (orgs.), *Literature and Translation*. Louvain: Acco.

MALMKJAER, Kirsten (1991) *The Linguistics Encyclopedia*. Londres e Nova

York: Routledge.

_____(1993) Underpinning Translation Theory. *Target*, **5.2**:133-148.

MULKAY, M. (1969), Some Aspects of Cultural Growth in the Natural Sciences. *Social Research,*. **36. 1**.

MOUNIN, G. (1975) *Os Problemas Teóricos da Tradução*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas de *Les problèmes théoriques de la traduction*, Paris 1963. São Paulo: Cultrix.

NEUBERT, A. e G. M. SHREVE (1994) Foreword: A House of Many Rooms: The Range of Translation Studies. In: D. KADISHI e F. MASSARDIER KENNEY (orgs.), *Translating Slavery: Gender & Race in French Women's Writing, 1783-1823*, Kent, Ohio: Kent State University Press, vii-xiv.

NIDA, Eugene A. (1964) *Toward a Science of Translating with Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translation*, Leiden: Brill.

_____ & C. R. TABER (1969) *The Theory and Practice of Translation*, Leiden: Brill.

NIRANJANA, T. (1992) *Siting Translation: History, Poststructuralism, and the Colonial Context*. Berkeley, Los Angeles e Oxford: University of California Press.

ORTEGA Y GASSET, J. (1945) Miseria y esplendor de la traducción, *El libro de las misiones*. Buenos Aires.

RAFAEL, V. (1988) *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule*. Ithaca e Nova York: Cornell University Press.

RODRIGUES, C. C. (1998) Tradução e Diferença: Uma Proposta de Desconstrução da Noção de Equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury. Tese de doutorado inédita, UNICAMP, Campinas.

RORTY, R. (1982) *Consequences of Pragmatism*, Mineápolis: *University of Minnesota Press*.

_____ (1991) *Objectivity, Relativism, and Truth*. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press.

SAGER, J. (1995) The Dawn of a Modern Theory of Translation: Review of Georges Mounin's Les problèmes théoriques de la traduction, *The Translator*, **1.1**: 87-92.

SAVORY, T. (1968) *The Art of Translation*. Londres: J. Cape.

SILVEIRA JR., P. M. da (1983) *A Tradução — Dados para uma Abordagem Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Aoutra Editora Ltda.

SIMON, S. (1996) *Gender in Translation — Cultural Identity and the Politics of Transmission*. Londres e Nova York: Routledge.

SNELL-HORNBY, M. (1988) *Translation Studies — An Integrated Approach*. Amsterdã e Filadélfia: *John Benjamins Publishing Company*.

STEINER, G. (1975) *After Babel — Aspects of Language and Translation*. Londres, Oxford e Nova York: *Oxford University Press*.

THEODOR, E. (1983) *Tradução: Ofício e Arte*. São Paulo: Editora Cultrix Ltda.

VENUTI, L. (1996), Translation, Heterogeneity, Linguistics. In: *TTR (Traduction, Terminologie, Rédaction)* **9. 1**: 91-116.

VIEIRA, E. R. P. (1994) A Postmodern Translation Aesthetic in Brazil. M. SNELL-HORNBY (org.) *Translation Studies: An Interdiscipline*. Amsterdã: John Benjamin.

VINAY, J. -P. e J. DARBELNET (1958), *Stylistique comparée du français et de l'anglais*, Paris e Montreal: Beauchemin.

VON FLOTOW, L. (1991) Feminist Translation. *TTR (Traduction, Terminologie, Redaction)*, **4.2**: 69-85.

WILLS, Wolfram (1982) *The Science of Translation— Problems and Methods*, Tubingen: Gunter Narr Verlag.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (455-466)

DEBATE/DEBATE

LESÃO X SINTOMA: UMA QUESTÃO SOBRE A CAUSALIDADE *

(Brain Injury X Sympton: a Question on Causality)

Suzana Carielo da FONSECA (*DERDIC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)

ABSTRACT: This paper aims at discussing the organicist proposal concerning aphasia. According to such a proposal, there is a direct causal relation between an impaired brain and linguistic symptoms. I depart from and take into account the fact that language is governed by laws intrinsec/inherent to the functoning of language. This is to say that language cannot be governed by laws of any other theoretical domain. As a speech therapist and linguist, who is constantly face to face with the problematic status of the aphasic symptons, I claim that the classical causal relation mentioned above ought to be revisited. In this direction, I follow Freud (1891) who put forward Jackson's hypothesis that the relation between lesion-linguistic symptom was not straight (Freud, 1874).

RESUMO: Este trabalho propõe rever e problematizar a relação de causalidade direta lesão-sintoma, pedra de toque do discurso organicista sobre as afasias. Tal problematização parte do reconhecimento de que a linguagem tem ordem própria, ou seja, leis de funcionamento que não se submetem às de outro domínio - no caso específico, às do funcionamento cerebral. Como fonoaudióloga e lingüista, questionada pelo sintoma afásico, pareceu-me incontornável promover um deslocamento da noção clássica e vigente dessa relação causal. Nesse sentido, aproximo-me de Freud (1891), primeiro "afasiologista" que fez render a suspeita de Jackson (1874) de que a relação lesão-sintoma não era de causalidade direta.

KEY WORDS: Aphasia; Impaired Brain and Linguistic Symptons; Language and Aphasia; Language Functioning and Brain Functioning.

PALAVRAS-CHAVE: Afasia; Causalidade Lesão/Sintoma; Linguagem e Afasia; Funcionamento da Linguagem e Funcionamento Cerebral.

Entende-se que a afasia é um problema na linguagem *causado* por lesão

* Trabalho apresentado no II Simpósio Sobre Comunicação, promovido pela DERDIC/PUC SP em agosto de 1995. Tema: Afasias.

BEST COPY AVAILABLE

cerebral. Essa afirmação faz aparecer a proposição-eixo das abordagens neurológicas da afasia, qual seja, a de que o sintoma na linguagem é lugar da expressão de problema em outro domínio, o cerebral. Pode-se atribuir a Broca (1861) e a Wernicke (1874) a origem da acima referida proposição. É certo que antes deles já se acreditava na relação direta entre lesões cerebrais e sintomas diversos, além dos lingüísticos. Fato é que se atribui a esses dois autores a configuração de um "discurso fundador" na afasiologia[1]. Pode-se dizer, pelo menos, ser inegável que autores que sucederam Broca e Wernicke os tomam como referências necessárias e obrigatórias e que em seus trabalhos não se questionam a acima referida proposição-eixo. A circunscrição do lingüístico a um centro motor (Área de Broca) conectado, via fibras de associação, a um centro sensorial (Área de Wernicke) foi a base sobre a qual se articulou a possibilidade do estabelecimento de uma *correlação direta* e, portanto, *causal entre lesão e sintoma*, já que zonas de lesão são identificadas a zonas de linguagem.

O discurso organicista das chamadas propostas "localizacionistas" veiculava a idéia de que a *uma* perturbação da linguagem corresponderia *uma* área lesada e vice-versa. Convém dizer que a relação causal e direta entre domínios heterogêneos - no caso, cérebro e linguagem - não foi sequer tratada como questão problemática nas abordagens médicas da afasia. Questão que, na filosofia, deve-se dizer, é inserida no rol dos grandes problemas.

Tal questão-problema que primeiramente formulada por Aristóteles e tematizada, trabalhada, definida e redefinida ao longo dos séculos por Descartes, Spinoza, Kant, Leibnitz, entre outros[2]. No século XX, a causalidade é feita problema também no corpo da Lingüística. Pode-se dizer que o próprio nascimento deste campo como ciência decorre, exatamente, do enfrentamento desta questão. Basta lembrar, para isso, que postular a autonomia do lingüístico significa recusar que a linguagem possa ser explicada por fatores que lhe são externos. Não foram outros os empreendimentos saussureano e chomskyano[3]. Diante disso, ficamos frente à impossibilidade de pensar a causalidade na relação entre domínios heterogêneos: entre cognitivo e lingüístico, entre social e

[1] Uso essa expressão no sentido que lhe foi atribuída por Foucault (1969).

[2] Remeto o leitor a uma discussão detalhada sobre o assunto "causalidade" ao dicionário *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, de André Lalande (1977).

[3] Saussure afirma, por exemplo, que "nossa definição de língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema ..." (1916/1969: 29), ou seja, "a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria" (op. cit., pg. 31). Chomsky, desde *Syntatic Structures* (1957) se restringirá à linguagem enquanto "faculdade autônoma do espírito".

lingüístico e, mesmo, entre cerebral e lingüístico[4].

A desproblematização, aqui naturalização, da causalidade cérebro-linguagem na medicina parece correr por conta do compromisso com o orgânico. Compromisso, diga-se, legítimo. A questão é que o discurso organicista na afasiologia teve como conseqüência o submetimento do lingüístico ao funcionamento cerebral. Entende-se, então, porque a questão da causalidade resultou naturalizada: *foi desproblematizada porque desproblematizado foi o lingüístico*. Talvez seja bem o momento de se indagar sobre o porquê não de uma clínica médica da afasia e o porquê sim de uma clínica fonoaudiológica. Acompanho Vieira (1992) que, em sua dissertação de mestrado, chamou a atenção para o fato de que "a terapêutica médica inclui, prioritariamente, medicação e intervenção cirúrgica" (op. cit., pg. 246) e que nenhuma dessas terapêuticas leva ao restabelecimento da linguagem.

O "restabelecimento da linguagem" é questão que se impõe na e para a clínica fonoaudiológica. É nesse espaço que o sintoma - a linguagem - convoca um gesto terapêutico que se supõe deva incidir sobre ele. Gesto, este, que parece exigir que se promova um deslocamento da noção de causalidade direta lesão-sintoma. Isso porque, diferentemente da clínica médica, a fonoaudiológica não pode se esquivar ao enfrentamento da linguagem enquanto questão-problema, questão que se coloca para um fonoaudiólogo relativamente às afasias.

Para perseguir o tema da relação causal lesão-sitnoma, passo brevemente, mas não superficialmente, pelos trabalhos de Broca (1861), Wernicke (1874), Goldstein (1950), Luria (1981 e 1987) e Freud (1891/1987)[5]. Em foco estarão os modos de abordagem, por esses autores, desta questão.

No final do século XIX e começo do século XX, trabalhos oriundos da medicina ganharam notoriedade no que se refere à afasia. Isso teve uma razão de ser. Segundo Foucault (1980), entre os séculos XVII e XIX, observou-se uma grande mudança no saber médico, mudança caracterizada pela passagem do "adivinhar o interior" para o "descobrir a doença na profundidade secreta do corpo" (Foucault, 1980: 156). Chamo a atenção para a mudança ente o "adivinhar" e o "descobrir". A "soberania de olhar" que o "descobrir" descortina só se tornou possível a partir da ultrapassagem de obstáculos que opunham

[4] Na psicanálise, Freud (1900) falará em "múltipla determinação". Contido aí está o obstáculo a uma relação causa-efeito, ou seja, contida está a impossibilidade de identificação de uma causa.

[5] Para uma discussão mais detalhada das propostas acima, remeto o leitor ao trabalho de Vieira, C. H. (1992) e ao meu próprio, Fonseca, S. C. (1995).

resistência à abertura de cadáveres. Os progressos da observação médica pautaram-se, a partir daí, num compromisso cada vez maior com um "empirismo mais científico", compromisso propriamente observacional que era fundamentado, principalmente, na técnica da anatomia patológica.

Ponho em relevo o fato de que tal mudança está relacionada à oposição observável/não observável que, na Medicina, implicou, em momentos anteriores ao inaugurado pelos estudos anátomo-patológicos, a delimitação de dois espaços: (1) um espaço *externo* - observável/visível - e (2) um espaço *interno* - não observável/invisível, conforme assinalou Fonseca (1994). Este último, espaço do "adivinhar", do inferir. A inacessibilidade ao espaço corpóreo interno levava os médicos de então, como disse acima, a *inferir*, com base nos sintomas que aquilo que eles não podiam "ver" (interno) era a *causa* do que podiam "ver" (externo).

A visibilidade do interno do corpo, conquistada com a anátomo-patologia, conferiu às inferências, até então estritamente clínicas, um caráter de "positividade", quer dizer: há lesões cerebrais quando há perturbação na linguagem. Não se pode negar que os avanços da medicina foram pautados, e muito, na investigação de cadáveres. Mas é verdade também, e falo agora com Olgivie (1988), que "a acuidade [...] do olhar médico prepar[ou] as condições para a surdez da medicina à palavra do louco" (Olgivie, 1988: 14). Não só à palavra do louco, eu diria, mas, de um maneira mais radical, preparou a surdez da medicina à palavra, já que é isso que ocorre na abordagem das afasias. Ou seja, se houve ganho no "olhar", houve perda na "escuta".

Datam da época das primeiras experimentações, as investigações realizadas por Paul Broca. Ele localiza a lesão cerebral responsável pelos sintomas na linguagem na terceira circunvolução frontal esquerda. Os quadros sintomáticos decorrentes de lesão nessa área foram descritos como de: alogia, amnésia verbal, afemia e alalia. No caso da *alogia* tem-se ausência de idéias a exprimir e no da *amnésia verbal*, tem-se problemas de memória. A perturbação na linguagem é remetida ao domínio cognitivo, como se vê. Não se deve, contudo, esquecer que tais "deficiências" cognitivas decorrem da lesão cerebral.

Já na *afemia* e na *alalia*, o sintoma lingüístico é de natureza propriamente orgânica (não mais cognitiva), ou seja, a desordem da linguagem corre por conta de uma impossibilidade articulatória, seja por comprometimento na programação da motricidade (afemia), seja por falta de integridade dos órgãos fonoarticulatórios (alalia). Cabe dizer que nada de específico ou preciso é dito

sobre o "sintoma". As descrições de Broca fazem uso de um "vocabulário popular"[6] e estão bem em acordo com as intuições de senso comum. Ou seja, ele nada diz para além do reconhecimento de que a linguagem é articulada e que essa articulação faz sentido. Note-se que uma descrição intuitiva dessa ordem já é anúncio da desproblematização do lingüístico. É ela que fornece as bases de sustentação para o discurso da causalidade.

O acréscimo que Wernicke introduz, relativamente à idéia de que a linguagem na afasia é desarticulada, diz respeito ao fato de que ela pode ser igualmente "não compreendida". A afasia sensorial, como foi designada e como ficou conhecida, decorre de lesão na primeira circunvolução temporal esquerda. Estabelece-se, assim, com Wernicke, os pólos produção/compreensão. Desse modo, além da função expressiva/representativa, a linguagem adquire outra função, a comunicativa.

Wernicke postulava, ainda, a existência de um tipo de afasia decorrente de lesão nas fibras associativas - a afasia de condução - cujo sintoma principal seria a parafasia (ou o uso inadequado/inapropriado de palavras e/ou fonemas). Como, por exemplo, no caso de um afásico que atendi: ao invés de ele dizer "pelourinho" disse "chafariz". Quero chamar a atenção para o fato de que Wernicke viu algo mais, algo para além do problema articulatório ou de compreensão. Quero dizer que ele viu algo "próprio" do lingüístico, viu um possível de linguagem. No entanto, o seu compromisso era com uma teorização de outra ordem e isto o afastou do que pode ver. Ele acabou submetendo as parafasias ao funcionamento cerebral. Não se pode cobrar de Wernicke uma teorização sobre a linguagem. Entretanto, deve-se assinalar a redução do lingüístico ao cerebral. É nesse passe que ele é desproblematizado e a causalidade também.

Como se vê, Wernicke parte do funcionamento cerebral (e aí permanece) para explicar os sintomas afásicos. Quer dizer, a partir dos sintomas, o autor *infere* a existência de uma correlação positiva entre eles e zonas cerebrais lesionadas. Mais do que isso, infere que, se a correlação é positiva, essas zonas são zonas de linguagem. Note-se que tanto em Broca quanto em Wernicke, a linguagem tem *função* expressiva/comunicativa.

Ponho em relevo, nesse momento, duas expressões: *função e funcionamento*. A primeira é destinada ao lingüístico e a segunda ao cerebral. Essa distinção torna o cerebral proposição problemática já que é ele que tem explicar o porquê das alterações nas funções. É nessa oposição função/funcionamento que a causalidade encobre um mistério e desconsidera o problema filosófico da impossibilidade de relação causal entre domínios heterogêneos. A assunção da acima referida causalidade torna marginal e até mesmo irrelevante a busca de entendimento do *funcionamento*

[6]Segundo expressão de Chomsky (1959).

BEST COPY AVAILABLE

da linguagem. Isso porque, se a relação é direta, supõe-se um *isomorfismo* entre o cerebral/mental e o lingüístico. Neste caso, basta estudar o funcionamento cerebral.

A assumida incontestabilidade do discurso organicista fez-se sentir, inclusive, nas propostas da área que tinham por objetivo refutar a noção de localização cerebral. Refiro-me às propostas "holísticas" que têm em Goldstein (1950) e Luria (1981 e 1987) seus representantes mais notáveis. Nelas, porém, permanece intocada a premissa básica da correlação *positiva* e, portanto, *causal* entre o funcionamento cerebral e a linguagem.

No entanto, deve-se assinalar, que é no trabalho de Goldstein que se presentifica de maneira mais forte uma "insistência" do lingüístico. A atenção ao "sintoma" levou-o a reconhecer uma complexidade tal (não esclarecida pelo autor) que inviabilizava a visão localizacionista. É a partir da observação de que diferentes lesões podem levar a um mesmo sintoma e a de que na presença de uma só lesão diferentes sintomas se apresentam, que o autor oferece a sua proposta "holística". A novidade está em que Goldstein recusa uma causalidade um a um.

Importante é que Goldstein duvida da legitimidade do estabelecimento de relação direta entre sintomas afásicos e transtornos cerebrais. Ele detecta aí um problema e o enuncia da seguinte maneira: "como, e até que ponto, é justificado presumir a existência de tal relação?" (1950:3). O que é enunciado como problema resulta obscurecido pela busca da *origem* do sintoma. E é nessa busca que Goldstein não pode escapar à questão da causalidade, apesar de ter enunciado um problema aí.

Trata-se, é certo, de uma causalidade expandida (Fonseca, 1995): o funcionamento do cérebro, agora concebido enquanto *sistema funcional*, indicaria que a desintegração de uma das funções que o compõem comprometeria o sistema como um todo. Portanto, não seria possível reconhecer, através do sintoma (que é entendido enquanto efeito imediato de um funcionamento sistêmico) *a área lesionada circunscrita no cérebro*. Ele não escapa à questão da causalidade porque, em última instância, é no cérebro que ele vai buscar a origem do sintoma.

Não se pode negar, contudo, que a linguagem foi fonte de perturbações para Goldstein. Tanto que ele não se conformou apenas em atribuir funções à linguagem. Ele sentiu necessidade de assinalar que a linguagem tinha duas *naturezas*: uma interna/abstrata e outra externa/concreta. O modo encontrado por Goldstein para privilegiar o linguístico foi o de criar para ele uma instância

interna. A linguagem estaria, então, ao mesmo tempo, dentro e fora. Não se deve esquecer, porém, que a linguagem interna/abstrata e externa/concreta ficam ambas submetidas ao mecanismo funcional do cérebro.

Tendo em vista o compromisso desse autor com a medicina, ou seja, com os mecanismos cerebrais, tornou-se difícil para ele também enfrentar as dificuldades da confrontação entre domínios heterogêneos. Para Goldstein, aliás, nem se coloca o problema dessa heterogeneidade. Deve-se dizer, no entanto, que ele foi tocado pela referida complexidade do "sintoma". Mas Goldstein oscila. Atribui ao cerebral a origem da sintomatologia e, ao mesmo tempo, põe em dúvida essa causalidade. De todo modo, nessa oscilação reside, a meu ver, a grande riqueza do seu trabalho. Riqueza que a própria oscilação entre causalidade e não causalidade põe em cena. Isso, num dizer organicista, é notável.

A proposta de Luria (1981 e 1987) vai também na direção de garantir a base neuronal dos processos mentais. É ele quem diz que a tarefa fundamental de um afasiologista não é "localizar processos psicológicos [...] em áreas limitadas do córtex" (1987:118). Para ele, a tarefa fundamental é "determinar que zonas do cérebro operando em concerto são responsáveis pela [...] atividade mental complexa" (Luria, 1981 e 1987).

Note-se que Luria pretende ser "não localizacionista" e, acrescento, também, "não holista", o que se expressa na sua preocupação de determinar "zonas do cérebro operando em concerto". Isso quer dizer que Luria não pretende tratar o cérebro como um todo indiferenciado. É aqui que ele se afasta de Goldstein. Não cabe no espaço desse trabalho discutir a distinção entre Luria e Goldstein. O que nos importa aqui é a questão da causalidade. Ao se dizer nem localizacionista nem holista, talvez se pudesse perguntar se Luria escapa tanto da causalidade direta quanto da causalidade expandida. Eu vou procurar mostrar que não é esse o caso.

Luria, como diz, estará com a atenção voltada para a "análise cuidadosa de zonas do cérebro operando em concerto". Ele começa afirmando que as estruturas cerebrais são identificáveis. Nesse caso é possível localizá-las: é possível localizar "foço" de lesão. Lesão responsável, ou seja, causa do problema na linguagem. Nesse sentido, então, Luria é "localizacionista".

A "operação em concerto" dessas estruturas falaria em favor da noção de "sistema funcional complexo". Embora o cérebro não seja uma massa

indiscriminada, vínculos funcionais entre as estruturas garantem a referida "operação em concerto". E, acrescenta o autor, vínculos funcionais não são localizáveis. Nessa medida, sua proposta é "holista".

Retornando à questão da causalidade, como fica em Luria a relação lesão x sintoma? Segundo ele, a correlação lesão/sintoma não é direta porque entre esses dois pólos interpõe-se o plano mental. Partindo do princípio de que a fala é "meio especial de comunicação" (1981:269) e que a comunicação implica "transmissão de informações" (idem, ibidem), Luria dirá que se trata de "atividade consciente", já que envolve um sujeito em controle da informação, envolve atividade volitiva. Dessa dupla função da fala, comunicativa e cognitiva, é que ele fará a distinção (apoiando-se em Vygotsky) entre *fala expressiva* - que corresponde ao processo de externalização, ou seja, transformação de processos internos em externos com vistas à comunicação - e *fala impressiva* - processo de auto-regulação, interno, subjetivo.

A noção de sintoma receberá uma dupla configuração, dependendo de se o "defeito" é expressão de uma alteração da fala expressiva ou se o é da fala impressiva. Não é por acaso que as afasias serão por ele classificadas[7] sob a égide dessa dicotomia. Dicotomia que Luria tomará como reflexo de lesões cerebrais locais que promoverão a desarticulação na organização funcional do cérebro.

Embora, neste autor, leiam-se declarações explícitas contra a causalidade direta lesão ——> sintoma, o empenho que faz em remeter tanto o mental quanto o lingüístico a uma base neuronal, apenas "maquia" a referida relação de causalidade. Quando ele fala do lingüístico, fala do "significado da palavra", que é, para ele, domínio do psicológico que, por extensão, é domínio do mental que, por extensão, remete ao cerebral. Essas remissões criam uma *rede de hipóteses inferenciais*. Passagens que não são absolutamente problematizadas por ele. É como se o autor não duvidasse da *naturalidade* dessas extensões, das relações entre os três domínios heterogêneos.

A partir da discussão acima alinhavada, pode-se dizer que a vinculação causal cérebro/mente/linguagem, presente nas abordagens neurológicas da afasia, fazem com que a linguagem seja *necessariamente* entendida como *instância de representação* de conteúdos, ou seja, de afecções provenientes de *domínios que lhe são exteriores e anteriores*. Sendo assim, como falar ou tecer considerações que levem em conta a materialidade própria da linguagem e o seu funcionamento?

[7]Sensorial, acústico-amnésica, motora aferente, motora eferente, semântica e dinâmica.

Foi Freud que, ainda neurologista, diluiu a relação causal lesão/sintoma. Em artigo de 1891, o autor chama a atenção para a *ocorrência de sintomas lingüísticos na ausência de lesão cerebral*. Lembro aqui a importante observação que ele fez sobre as parafasias: elas ocorrem tanto na fala dos afásicos quanto na de "pessoas normais".

Freud promove um deslocamento da questão que envolve as relações entre cérebro e linguagem porque faz ver que *perturbação de linguagem, na ausência de lesão cerebral, é um problema relevante que não encontra "lugar" no conjunto das proposições que orientam o discurso organicista*. Ou seja, há sintoma sem lesão; e mais, sintoma que se estende para todo o conjunto de seres falantes, afásicos ou não.

Para ele, há "perda da eficácia do *aparelho da linguagem*". "Aparelho" que se pode ler funcionamento. *Freud aponta para um funcionamento que produz efeitos e que não pode ser reduzido à ordem do orgânico*. Nas palavras do autor, "a relação entre a cadeia de processos fisiológicos [...] e processos mentais [...] não é de causa e efeito" (1891/1987: 70). Vê-se que Freud *descarta a causalidade direta* entre o cerebral e o psíquico e afasta a possibilidade de se estabelecer um isomorfismo entre o cerebral e o mental.

Cabe lembrar, ainda, a sua asserção de que "o processo psíquico é [...] paralelo ao fisiológico, um 'concomitante dependente'" (Freud, 1891 e 1987). Parafraseando Freud, pode-se dizer que há entre processo cerebral e processo psíquico "*relação de implicação, não de causalidade*" (Fonseca, 1995). Implicação no sentido de afetação entre funcionamentos. Nas afasias, eu digo, entre funcionamento cerebral e funcionamento lingüístico. Não se trata de negar que uma lesão no cérebro produza efeitos no funcionamento lingüístico, *o que não se pode é reduzir a complexidade do lingüístico ao funcionamento cerebral*.

É nesse sentido que se deve entender a afirmação de Freud: "vemo-nos obrigados a desenvolver outra concepção da organização do aparelho da linguagem" (Freud, 1891/1987: 115). "Outro" é, também, o modo como, a meu ver, um fonoaudiólogo deve abordar a questão da afasia. O espaço que dediquei às abordagens médicas sobre o assunto teve como objetivo trazer à luz a solidificação de um espaço de questões que diz respeito exclusivamente à medicina na solução de compromisso com seu objeto.

Freud é, nesse sentido, instigante. Não porque desqualifique a medicina

BEST COPY AVAILABLE

mas porque localiza uma questão teórica: a da desproblematização da relação cérebro/mente/linguagem que se expressa pelo viés do isomorfismo presente nos estudos médicos sobre a afasia. Ao problematizar essa relação, ele propriamente abre um novo campo de questões e abre a possibilidade de reinterpretação das manifestações afásicas. Reinterpretação que reivindico para a fonoaudiologia.

A *dissolução do vínculo causal* lesão/sintoma parece ser o caminho mais consistente para que se possa abordar a afasia como uma *questão de linguagem*. A conseqüência primeira que disso decorre diz respeito, exatamente, à possibilidade de se pensar a linguagem enquanto "realidade autônoma", pensá-la em seu *funcionamento*. Acompanho Paul Henry, quando diz:

> "*... é claro que a linguagem* supõe *uma certa organização cerebral, mas ela [a organização cerebral] não esgota a matéria*"
> (1992: 182) (ênfase minha).

Procurei, neste trabalho, discutir a relação causal cérebro/linguagem (proposição-eixo do discurso organicista), visando a um deslocamento da questão. Foi no âmbito dessa discussão que propus ser de *implicação* a relação entre o cerebral e o lingüístico. Parece plausível sustentar que tanto o funcionamento cerebral como o funcionamento da linguagem sejam realidades governadas por "leis próprias" ou, em outras palavras, que uma realidade *não se submete* à lei de outro domínio. Esse estado de coisas não impede dizer que um funcionamento não possa ser *afetado* por outro. A relação causal cérebro/linguagem não está implicada no sentido de "afetar" mas, sim, no de "submeter", como vimos nas abordagens neurológicas. Por meio desse "desvio", dessa alteração de sentido, pode-se defender a idéia de que há *autonomia* mas que não há *independência* para domínios como o cerebral e o lingüístico[8].

Nesse deslocamento, ganha visibilidade o que Paul Henry (1992), designa "ordem da linguagem". Falar em "ordem da linguagem" implica um impedimento: o de não reduzir a linguagem a outras ordens que não a própria. Implica não remetê-la seja ao cerebral, seja ao mental. Implica, enfim, a assunção de um "compromisso ético" com o "real da língua". No que concerne a afasia, a não assunção do compromisso com o "real" da língua adviria da resistência ao reconhecimento desse real e de sua conseqüente redução a um comportamento sintomático, entendido como determinado pela ordem do orgânico/cerebral.

[8]Sobre esse assunto ver Fonseca, S. C. (1995) *Afasia: a Fala em Sofrimento.*

Indago, nesse ponto, acerca da questão que a afasia coloca para um fonoaudiólogo. No meu entender, é a linguagem que convoca o fonoaudiólogo. O seu compromisso é, nesse caso, antes de tudo, com a fala do paciente e, conseqüentemente, acima de tudo, com a "ordem da linguagem". De fato, se como disse Lier-De Vitto (1994), o compromisso ético do pesquisador de aquisição da linguagem é com a fala da criança, o do fonoaudiólogo é com a fala do paciente.

Eu sinalizei para duas modalidades de compromisso intimamente relacionadas entre si: (1) com a fala do paciente e (2) com a ordem da linguagem. Quero dizer que o primeiro não pode ser assumido sem o segundo. Esse duplo compromisso, que se articula em torno da linguagem, permite pensar a clínica fonoaudiológica porque a linguagem faz, nesse espaço, a diferença fundante - diferença que propriamente oficializaria esse espaço terapêutico como singular. Ao resistir ao "real da língua", um discurso sobre a afasia e as ações clínicas ao abrir espaço para discursos e fazeres outros com tonalidades "psicológicas", "sociais", "psicanalíticas". Expressões mesmas de quebra de compromisso primeiro que é com a fala do paciente[9].

(Recebido em novembro de 1997. Aprovado em março 98)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROCA, P. (1861) Remarques sur le siège de la faculté de langage suivies d'une observation d'aphemie. *Bulletin de la Societé d'Anatomie*, **6.**

CHOMSKY, N. (1957) - *Syntatic Strutures*.MIT Press.

_____ (1959) - Review of Skinner's Verbal Behavior. John P. de Cecco (org.) *The Psychology of Language, Thought and Instruction.* N.Y., Holt, Rinahrt and Winston.

FOUCAULT, M. (1980) Abram Alguns Cadáveres. *O Nascimento da Clínica.* Rio de Janeiro, Universitária Forense.

FONSECA, S. C. (1994) Afasia: algumas questões. LIER-DE VITTO, M. F. (org.) *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem.* São Paulo: Cortez

[9] Tendo em vista que a discussão deste trabalho gira em torno de uma questão teórica, qual seja, a da causalidade lesão-sintoma, conforme ela se apresenta na afasiologia, faço referência apenas, a duas conseqüências primeiras e capitais que decorrem da sua problematização no âmbito da fonoaudiologia. Refiro-me aos compromissos enunciados com o "real da língua" e com a "fala do paciente". Remeto o leitor à minha dissertação de mestrado "Afasia: a fala em sofrimento", (Fonseca, 1995), em que teço considerações mais aprofundadas sobre uma terapêutica alternativa e que leva em conta a discussão encaminhada neste trabalho.

_____ (1995) *Afasia: a fala em sofrimento.* Dissertação de Mestrado. PUC-SP (inédito).

FREUD, S. (1891/1987) *La Afasia.* Buenos Aires, Nueva Visión.

_____(1900) *A Interpretação dos Sonhos, vol. IV.* Imago Editora.

GOLDSTEIN, K. (1950) *Transtornos del Lenguaje. Las Afasias: su Importancia para la Medicina y la Teoria del Lenguaje.* Barcelona, Editorial Científico Médica.

HENRY, P. (1992) *A Ferramenta Imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso.* Campinas, Editora da UNICAMP.

JACKSON, J. H. (1874) On the nature of the duality of the brain. *J. Taylor (org.) Selected Writings of John Huglings Jackson.* Hodder and Stoughton Limited. London (1932).

LALANDE, M. (1977) *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie.* Paris, Presses Universitaires de France.

LIER- DE VITTO, M. F. (1994) *Os Monólogos da Criança: Delírios da Língua.*Tese de Doutorado. Campinas: IEL-UNICAMP. (a sair).

LURIA, A. R. (1981) Atividades Mentais Sintéticas e sua Organização Cerebral. *Fundamentos de Neuropsicologia.* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora.

_____ (1987) *Pensamento e Linguagem.* Porto Alegre, Artes Médicas.

OLGIVIE, B. (1988) *Lacan. A Formação do Conceito de Sujeito.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SAUSSURE, F. (1916/1969) *Curso de Lingüística Geral.* São Paulo: Cultrix.

VIEIRA, C. H. (1992) *Um Percurso pela História da Afasiologia: Estudos Neurológicos, Lingüísticos e Fonoaudiológicos.* Dissertação de Mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná (inédita).

WERNICKE, C. (1874) The Symptom Complex of Aphasia. A Psychological Study on an Anatomic Basis. *R. Cahen et. al (orgs.) Boston Studies in the Philosophy of Science, vol. 14 (1969).*

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (467-481)

QUESTÕES E PROBLEMAS/SQUIB

SIMILARITIES AND DIFFERENCES IN CATEGORIZATION BEHAVIOR BY BRAZILIAN PORTUGUESE AND AMERICAN ENGLISH NATIVE SPEAKERS

(Semelhanças e Diferenças em Comportamentos de Categorização de Falantes do Português Brasileiro e do Inglês Americano)

Ana Cristina Pelosi Silva de MACÊDO (*Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará*)

ABSTRACT: The present paper presents a brief account of the nature and formation of categories. It also reports on some of the findings obtained by investigating the way native speakers of Brazilian Portuguese and American English organize their semantic categories. Eleven semantic categories taken from the Battig and Montague (1969) category response norms were used in the study. The way the Brazilians and the Americans behave, in ranking the various category members is statistically analyzed by assessing levels of agreement within and between groups. The results of the analysis indicate that, although, there exists some correspondence in the way the two groups behave in ranking and in describing functions and attributes associated with category members, culturally specific constraints also exist and these will influence ranking decisions. Additionally, subjects' performance suggests that categorization behaviors appear to be motivated by two broad approaches to category structure: a prototypical approach based on feature overlap and a schema-directed approach based on instantiations prompted by the individual's world knowledge.

RESUMO: O presente artigo relata alguns dos resultados que obtivemos ao investigar como brasileiros e americanos organizam suas categorias semânticas. Para a análise foram utilizadas onze categorias semânticas tiradas das normas de freqüência de respostas de Batting e Montague (1969). O comportamento dos brasileiros e americanos ao seqüenciarem os itens a partir dos mais tópicos aos menos típicos nas várias categorias é estatisticamente analisado por se calcular níveis de concordância intra-grupo e inter-grupo. Os resultados dos dois grupos e nas suas descrições sobre funções e atributos associados com os membros das categorias, delimitações culturais também existem e estas influenciam decisões de categorização. Os resultados também indicam que comportamentos de categorização parecem ser motivados tanto por uma visão prototípica da categoria baseada no compartilhamento de funções, quanto por uma visão esquemática da mesma baseada em instanciações motivadas pelo conhecimento de mundo do indivíduo.

Key words: Categories; Categorisation; Exemplar; Prototype; Semantics

Palavras-Chave: Categorias; Categorização; Exemplar; Protótipo; Semântica

0. Introduction

This paper summarizes some of the findings from the research which I have carried out on how Brazilian and American subjects assign category membership in their native languages. It reports on some of the findings obtained from presenting Brazilian subjects and American subjects with items which belong to various semantic categories such as *Animal, Furniture* etc., and asking them to rank the items according to their concept of the categories. This ranking is in harmony with the evidence gathered by cognitive psychologists notedly Rosch and her colleagues (1973b, 1975, 1975b, 1975c, 1976) that categories center around a prototype and that categorization decisions are governed by degrees of distance between the prototype and remaining category members. In line with such evidence, some of the similarities and differences in the way the two groups of subjects ranked items into the categories were analyzed. The statistical analysis performed on the data also allowed for some conclusions to be drawn regarding the categorization behaviors which the subjects appear to have displayed.in ranking the various category members.

Basically, there are two apparently opposing psychological accounts of how individuals assign membership into a category, a prototype-based account and an exemplar-based account. The prototype-based account posits that gradation in a category departs from the prototype, which is conceived as either the best exemplar or exemplars in a category or as a mental abstraction containing summary information (i.e. the central tendency) about criteria viewed as essential for membership into the category. Prototype models of categorization have thus generally assumed that membership decisions will be governed by degrees of perceptual or functional feature overlap between category items and the category's best exemplar(s) (Franks and Bransford, 1971; Reed, 1972, Rosch and Mervis, 1975). On the other hand, exemplar-based models have asserted that rather than focusing on feature overlap, individual information about actual category members are encoded and may be retrieved when a subject is faced with a categorization task (Brooks, 1978; Hintzman and Ludlam, 1980; Medin and Schaeffer, 1978). Categorization decisions viewed this way may also make use of contextual information which may be present at the time a category item is experienced (or encoded). These

BEST COPY AVAILABLE

results suggest that rather than being exclusive, the prototype-based approach to categorization and the exemplar-based approach may be simultaneously employed by subjects when these are faced with a categorization task. This conciliating view implies that in most, if not all, categorization tasks, the individual will be making use of both categorization procedures.

This study, having been carried out with the help of Brazilian-Portuguese native speakers and American-English native speakers, also made possible the investigation of categorization behaviors adopted by individuals who belong to different cultural groups. This has contributed to shedding light on the fact that, despite certain variations in item salience, there are categorization behaviors and linguistic ways of expressing fuzziness which may well be universally shared by the human mind.

Before reporting on the study and its findings, I have included, in the next two sections, a brief review of the theoretical background which points to the insufficiency of the classical theory of categorization and highlights the non-traditional view as a more plausible account.

1. The Nature of Categories

Why do people usually consider table a more representative member of the category *Furniture* than shelf or lamp; dog a more representative member of *Animal* than turtle or snake? If the classical theory which has traditionally regarded categories as rigid logically bound domains were right, this should not be so. After all, according to this view, membership of any items into a category will be solely determined in terms of necessary and sufficient criteria. From such a viewpoint, category membership is an all or none phenomenon. Adoption of such a position leaves no room for fuzziness or membership gradation within categories. As evidence from empirical research has time and again demonstrated, though, (Berlin and Kay, 1969; Ekman, 1971; Kay, 1979; Rosch (1973), the classical theory of categorization is not capable of providing a solely satisfactory account for the way concepts are acquired and organized in the mind. Everytime an individual is able to decide on how well a category item represents the concept entailed by the category, s/he provides evidence that category structure is not rigid. Rather than static, category structure allows for gradation of representativeness so that some category members will be more central to the concept entailed by the category label than others. Evidence of fuzziness and prototype effects have been found both in language and cognition. Lakoff (1972), for example, points to the existence of linguistic

BEST COPY AVAILABLE

hedges, such as, "a sort of", "strictly speaking", "more of a" as evidence of fuzziness in natural languages. The dominance of central category members (i.e. prototypes) is furthermore ascertained by improved performance on categorization tasks, ease of encoding items into memory for free recall, and category acquisition as research carried out by a considerable number of psychologists has indicated (see Bjorlund and Thompson 1983; Duncan and Kellas 1978; Hayes and Taplin 1993; Keller and Kellas 1978).

2. Category Formation: The non-traditional view

In contrast to the classical view, Rosch (1978) provides a more plausible explanation of how categories are formed. According to her, two general basic principles are responsible for the formation of categories, cognitive economy and perceived world structure.

The first principle (cognitive economy) allows us to "treat new stimuli as equivalent to other stimuli already categorized therefore reducing the infinite differences among stimuli to behaviorally and cognitively usable proportions" (Rosch, Mervis, Gray, Johnson and Boyes-Braem, 1976).

The ability of the human brain to classify new stimuli as equivalent to stimuli previously found and categorized is advantageous in at least two ways. First, it allows the individual to impose order into her/his environment. Without the ability to categorize, the individual would not interact meaningfully with the infinitely diverse number of objects and situations s/he is exposed to and, in fact, life would be chaotic. Secondly, it is cognitively advantageous and economical since it allows one to organize the infinite number of objects and events encountered through life into manageable easily accessible categories.

The second principle, Rosch (op. cit.) highlights as essential for category formation, i.e. perceived world structure, asserts that unlike the sets of stimuli traditionally used in laboratory-concept attainment tasks, the perceived world is not an unstructured total set of equiprobable co-occuring attributes. Rather, things found in the world display, highly correlational structure. Therefore, a knower who understands the complex attributes of feathers, fur and wings, knows by experience with the perceived world that wings co-occur more frequently with feathers than with fur. Perceived world structure, thus, allows for a high level of certainty as to which attributes or parts of totals will occur together.

Although it is plausible to accept that the two principles briefly outlined in the preceding paragraphs form the basis of the category systems found in the world, one point to note, however, is that the formation of categories itself is culture specific. This implies saying that, while cognitive economy and perceived world structure may be universal principles employed in the classification and grouping of stimuli, the actual categories found in a culture and coded by the language at a particular point in time will reflect the historical, social and environmental constraints which are relevant to the cultural context in which the categories are formed. Along these lines, Lakoff (1990: 92-102) provides an enlightening analysis of the Dyirbal language in which he highlights the link between the formation of categories in Dyirbal culture and the language classifier system pointing to the importance of the cultural context in which the categories of the language were formed and to the domains of experience of the people involved as crucial to the way Dyirbal categories came to be organized.

3. The Study

Nine categories[1], taken from among the 56 categories used by Battig and Montague (1969) to obtain category response norms, were ranked as to degrees of concept representativeness by 30 Brazilian-Portuguese native speakers. These categories represented a sub-set of the same categories which have been ranked by 76 American subjects in a previous study on fuzzy semantic categories by Markovitz (1977). For the purposes of the cross-cultural analysis which was attempted, the ranks given by the two groups of subjects have been statistically compared in order to ascertain levels of similarities and differences in the behaviors of the two groups in ranking the various category items. Since the categories used are part of a word list specific to American English, it was felt that, before being ranked by the Brazilian subjects, they needed to be modified for the purposes of the analysis.

The modification of the categories was done by presenting the categories (translated into Portuguese) to another group of thirty Brazilian-Portuguese native speakers who took part in a pilot study. These assessed the extent to which the category items reflected Brazilian-Portuguese categories, by eliminating items which were considered not to be part of the categories and/or by adding, if necessary, other items considered more typical of their own native language categories. In order that interesting borderline cases of category

[1] The nine categories were translated to Portuguese before being presented to the Brazilian subjects.

membership might not disappear from the original categories, only items eliminated in a frequency of 100% were to be left out from the original categories. Since none of the items were eliminated by all the subjects, all the items which appear in the original categories remained. Table 1 shows the final version of the categories. The items appearing in italics are the extra ones which were added by the Brazilian subjects. In order for an item to be added, it had to have been included by at least 20% of the subjects.

Animal: dog, cow, deer, squirrel, turtle, snake, elephant

Drink: milk, coffee, juice, cider, soup, beer, tea

Fuel: oil, coal, wood, paper, steam,, alcohol, gas

Furniture: chair, lamp, dresser, stool, picture, bed, table

Insect: fly, ant, grasshopper, flea, centipede, cockroach, spider

Seasoning: salt, pepper, garlic, ketchup, nuts, parsley, herbs

Toy: doll, block, soldier, balloon, swing, paint set, teddy bear,ball

Tree: oak, pine, birch, ash, weeping willow, palm, bamboo, mango

Weapon: gun, bomb, bow and arrow, stick, rock, grenade, knife

Table 1: List of the Modified Categories Category Stimulus Items

4. Method

In order to obtain the various ranks, the Brazilian subjects were presented with nine 3cm x 5cm card sets composed of the category name and individual cards of some of its members. Three additional sets (*Clothing*, *Sport* and *Vehicle*) were used as demonstration sets to introduce and explain the ranking task. These were not included in the analysis. The procedure for the ranking task was as follows; the subject was asked to select the category member or members which best fitted their concept of the category name and align it or them below the card containing the category name. S/he would then be asked to align the remaining category member cards according to the same concept of how well they represented the category name, from best to least representative of the category. The subject was allowed to eliminate any item or items which s/he did not consider to be a member of the category. Tied ranks were accepted. This meant that more than one item could receive the same rank. A 1 to 7 point scale was used and the first item(s) on the list was considered the most typical.

5. Results and Discussion

Both the Brazilian subjects and the American subjects were willing to rank the various category items. The fact that the task made sense to them thus exposes graded category membership as a cross-culturally shared phenomenon. Moreover, the mean ranks obtained from both groups of subjects are many times very close (see Table 2, next page).

The two groups also produced various instances of identical tied ranks. The fact, for example, that ties such as *dog/cow* in *Animal*, *salt/pepper* in *Seasoning*, and *stick/rock* in *Weapon* were produced by both groups of subjects gives evidence that concepts regarding some of the various category members are, at times, shared between the two culturally distinct populations analyzed in the study.

In addition to the ranking task, subjects were also asked to express their views as to the inclusion or exclusion of items into the various categories or as to the assignment of items into alternative categories. When asked to do so some of the Brazilian subjects made use of linguistic hedges to express fuzzy or doubtful category membership. Whereas some subjects would assign full membership to certain items in alternative categories, others would restrict an item's full inclusion by inserting a hedge to express a certain degree of fuzziness in their taxonomic statements. For example, when expressing their views about the items lamp and/or picture included under *Furniture*, the subjects invariably ranked such items as poor members of *Furniture*. On several occasions they would either totally assign the items to a new category, saying for instance, "A picture is an *Ornament*" conferring therefore full membership on the specific item (picture) in the alternative contrast category. Or they would still shift the item to the alternative category but signal a certain degree of uncertainty as to the full extent of the item's membership within the newly assigned category by saying "It (picture) is more a type of *Decoration*" or "These (picture and lamp) remind me more of *Ornaments*". Such a trend was often observed throughout the ranking statements for all ten categories included in this study. The term 'picture', therefore, sets *Furniture* against *Decoration* or *Accessory* on the basis of a diminishing degree of functionality or of serving a useful basic purpose. The best examples of the category are always those items which fulfill functions viewed as very necessary within the confines of a house, such as beds, tables and chairs. The hedges, *'like'* and *'more of a'* were also employed to express the fuzzy nature of the category *Toy*. Depending on the existence and complexity of rules and sense of competition for example, *Toy* can fuzz into *Sport*; and depending on the age group involved, they can be viewed more as *Hobbies* or *Pastimes*.

Category Items	Present Study	Markovitz's Study
dog	1.8	1.7
cow	1.6	2.2
deer	2.7	2.4
squirrel	3.8	3.6
turtle	3.9	5.1
snake	4.3	5.8
elephant	2.2	-
milk	2.5	2.1
coffee	3.1	2.3
fruit juice	2.0	2.1
cider	3.5	3.8
soup	5.4	4.7
beer	2.7	-
tea	3.0	-
fly	1.5	2.0
ant	3.3	1.9
flea	2.8	3.4
grasshopper	3.2	3.7
centipede	4.5	3.9
spider	3.1	-
cockroach	1.9	-
oak	2.1	1.2
pine	2.3	3.1
birch	5.1	3.4
weeping willow	3.8	2.7
palm	3.1	4.7
bamboo	4.8	5.8
ash	5.3	-
mango	1.5	-
gun	1.6	1.3
bomb	2.3	2.9
bow and arrow	3.8	3.2
stick	4.9	3.8
rock	4.5	3.8
knife	2.6	-
grenade	2.8	-

Table 2 Mean Ranks for some Category Items in Both Studies

Category	Kendall's W Score	Percent. of Agreement
Animal	0.47	22
Drink	0.36	13
Fuel	0.63	39
Furniture	0.72	52
Insect	0.41	17
Seasoning	0.65	42
Toy	0.29	09
Tree	0.53	28
Weapon	0.52	27

Table 3 Intra-Group Agreement for the Brazilian Subjects

Levels of agreement within and between groups were calculated by the Kendall's Coefficient of Concordance and the Spearman Rank Correlation.

The W scores and the corresponding percentages of agreement obtained for the Brazilian subjects, shown in Table 3, above, are all above chance at $p<.001$. Such a result shows that the ranks produced for all the categories used in this study were not random. There is, however, a great diversity of levels of intra-group agreement. As we see, there was only 9% and 13% of agreement for *Toy* and *Drink* and even the highest percentage for the category *Furniture* reaches only 52%. A comparison of Table 3 with Table 4 where the levels of intra-group agreement obtained from the American subjects is shown, reveals that although there is partial agreement between the two groups, the American subjects on the most part displayed greater agreement in their ranking of the category members. Something which stands out, however, is that culturally specific categories such as *Tree*, and *Seasoning*, are among the categories which display the highest percentages of intra-group agreement in both studies.

Category	Kendall's W Score	Percent. of Agreement
Animal	0.76	58
Drink	0.55	30
Fuel	0.58	34
Furniture	0.83	69
Insect	0.33	11
Seasoning	0.81	65
Toy	0.56	31
Tree	0.71	50
Weapon	0.45	20

Table 4: Intra-Group Agreement for the American Subjects

In order to assess levels of inter-group agreement, the data emerging from the Brazilian subjects was statistically tested against the one produced by the American subjects. As an attempt to do this, the mean ranks given by both groups of subjects for each member of the nine semantic categories common to both studies were analyzed. The Spearman's Rank Correlation Coefficient test was used to assess the level of agreement of the mean ranks obtained for the two groups.

The basic hypothesis underlying the use of such a test was that despite the fact that the two groups of subjects came from culturally distinct environments, their common life experiences as members of two modern westernized nations would act as a cohesive factor in making their behaviors uniform.

The correlations obtained for most of the categories, with the exception of *Insect*, *Seasoning*, *Toy* and *Tree*, proved to be significant at $p < .01$ (see Table 5).

Categories	Correlations
Animal	0.91
Drink	0.93
Fuel	0.98
Furniture	0.95
Insect	0.65
Seasoning	0.89
Toy	0.53
Tree	0.89
Weapon	1.00

Table 5: Spearman Correlation Coefficients for Mean Ranks Given by Brazilians and Americans

This finding appears to confirm the hypothesis stated above. The fact that *Animal*, *Drink*, *Furniture*, *Fuel* and *Weapon* emerge as categories for which significant correlations are obtained seems to indicate that, from among the nine categories which are compared, these are, in the case of the present analysis, the categories for which the concept of membership gradation appears to be consistently shared by both the Brazilian and the American subjects. The nature of these categories stands out, I believe, as a positive factor in obtaining such a result. The remaining four categories are, to a greater or lesser extent, constrained in the way they are organized in the two cultures, and given members become, therefore, more or less salient by cultural or environmental factors. In contrast, when one thinks of the category *Weapon*, for instance, it is easy to verify that items included in this category are quite universally common and used for the same purposes in different cultures. The same line of reasoning also applies for the categories *Animal*, *Drink*, *Furniture* and *Fuel*. On the other hand, categories

BEST COPY AVAILABLE

such as, *Insect*, *Tree* and *Seasoning* are more susceptible to environmental or cultural constraints, such as the flora and fauna and cooking habits found in one part of the world but not so common in another. Constraints such as these, therefore, seem to play a part in the way the various category members are ranked by individuals belonging to different cultures.

Pairs of items belonging to all the categories were submitted to the Wilcoxon statistical test of significance. This additional test needed to be done, in the first place, to assess whether differences between mean ranks would indeed prove to be statistically significant. Furthermore, it would provide statistical evidence which would allow me to assess whether there were any differences between the performances of the Brazilian and the American subjects in assigning ranks to the various category items.

The results of the Wilcoxon test for matched pairs indicated a significant difference at $.01 < p < .05$ between the means of most of the members used in this study. However, as shown in Table 6, next page, a considerable number of items did not reach a significant difference in the way they were ranked. The number of such items varied from five in *Fuel* and *Seasoning* to ten in *Weapon*. The results of such a test suggest that the Brazilian subjects may have applied more than one categorization behavior in ranking the various category items. This is the case because amongst the pairs of items whose ranks the Wilcoxon test for matched pairs exposed as not statistically different there are both perceptually similar but also perceptually very different items.

For example, in the category *Animal*, pairs of anatomically similar animals such as cow/dog do not reach a significant level of difference in the way they are ranked, interestingly, however, pairs of physically very different animals such as squirrel/snake do not equally reach a significant level of difference either. What do these results suggest as to the categorization behavior adopted by the Brazilian subjects? If the representation accessed for a category (i.e. the abstracted summary information about the category) incorporated, as orthodox prototype theorists have claimed, mainly perceptually overlapping features instead of exemplar-based information which is context-sensitive, then perceptually distant pairs of category items would not receive ranks which do not reach a significant difference. The results of the Wilcoxon, thus, suggest that in ranking the various category items the Brazilian subjects were operating not only on prototype-based information but equally on a more all encompassing schematical view of the categories which may incorporate context-sensitive information besides private and/or culturally shared knowledge about the various exemplars in the category

Category	Member	Means
Animal:	dog	1.8
	elephant	2.2
	deer	2.7
	elephant	2.2
	cow	1.6
	dog	1.8
	squirrel	3.8
	turtle	3.9
	snake	4.3
Drink:	beer	2.7
	coffee	3.1
	fruit juice	2.0
	beer	2.7
	beer	2.7
	milk	2.5
	coffee	3.1
	tea	3.0
Fuel:	oil	1.8
	gas	2.2
	coal	2.4
	oil	1.8
	alcohol	1.7
Tree:	oak	2.1
	pine	2.3
	palm	3.1
	weeping willow	3.8
	birch	5.1
	ash	5.3
	bamboo	4.7
Weapon:	bomb	2.3
	knife	2.6
	knife	2.6
	grenade	2.8
	rock	4.5
	stick	4.9

Table 6: Some Members Whose Means were Not Statistically Different from Each Other

This result partially harmonizes with what was found in the ranks assigned by the American subjects. Although Markovitz (1977) used a *t* test of significance, which, due to the nature of the data, is actually less appropriate than the Wilcoxon, the American subjects also assign ranks to perceptually quite different pairs of items which do not reach a significant level of difference (see Table 7).

Category	Members	Means
Animal:	cow	2.2
	deer	2.3
Drink:	milk	2.1
	coffee	2.3
	fruit juice	2.1
Fuel:	oil	1.7
	coal	1.8
Tree:	pine	3.0
	birch	2.8
	weeping willow	3.1
Weapon:	stick	3.8
	rock	3.8

Table 7: Some Members Whose Ranks were Not Statistically Different from Each Other in Markovitz's Study

6. Conclusion

In conclusion, it is relevant to bear in mind that a study such as the one here reported constitutes only a minute step into the investigation of categorization behaviors displayed by adults subjects.

Since only two culturally distinct populations were used, any conclusions as regards the universality of the behaviors displayed by the subjects can only be hinted at. Additional cross-cultural studies of a broader nature involving different age groups from various cultures and linguistic backgrounds are, therefore, in order to allow for a clearer understanding on how the human mind deals with the issues involved in assigning category membership and in expressing semantic fuziness in different languages.

Finally, it can be said that, despite the limited scope of the present study, the evidence emerging from it indicates that category membership is a phenomenon which varies according to the cultural settings in which concepts are formed or come to be incorporated by members of a given culture. In addition, the results of the Wilcoxon and the *t* test, seem to suggest that categorization tasks, such as the ranking task performed by the Brazilian subjects

and the American subjects, may involve the use of both a prototype-approach and a schema-directed approach to category structure. Thus, rather than being exclusive, the two approaches may be part of a common phenomenon. In order words, in assigning membership, the individual may adopt a mixture of behaviors. One which focuses on degrees of feature overlap amongst the various category items with the prototype and, at the same time, a global schema which incorporates a universe of information based on each individual's world knowledge.

(Recebido em novembro de 1996. Aprovado em março de 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTIG, W. F. & MONTAGUE, W. E. (1969). Category norms for verbal items in 56 categories: A replication and extension of the Connecticut category norms. *Journal of Experimental Psychology Monograph.* **80**: 1-46.

BERLIN, B. & KAY, P. (1969). Basic Color Terms: Their Universality and Evolution. Berkeley: University of California Press.

BJORLUND, D. F. & THOMPSON, B. E. (1983). Category typicality effects in children's memory performance: Qualitative and quantitative differences in the processing of category information. *Journal of Experimental Child Psychology*. **35**: 329-344.

BROOKS, L. (1978). Nonanalytic concept formation and memory for instances. In E. ROSCH and B. B. LLOYD. *Cognition and Categorization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

DE MACÊDO, A. C. (1995). A cross-cultural analysis of some fuzzy semantic categories using English-speaking and Portuguese-speaking subjects. Unpublished Ph. D. Thesis. University of Leeds. U.K.

DUNCAN, E. M & KELLAS, G. (1978). Developmental changes in the internal structure of semantic categories. *Journal of Experimental Child Psychology*. **26**: 328-340.

EKMAN, P. (1971). *Universals and Cultural Differences in Facial Expressions of Emotions. Nebraska Symposium on Motivation series*. James K. Cole, ed. Lincoln: University of Nebraska Press.

FRANKS, J. J. & BRANSFORD, J. D. (1971). Abstraction of visual patterns. *Journal of Experimental Psychology*. **90**: 65-74.

HINZTMAN, D. L. & LUDLAM, G. (1980). Differential forgetting of prototypes and old instances: Simulation by an exemplar-based classification model. *Memory and Cognition*. **8**: 378-382.

KAY, P. (1979). *The Role of Cognitive Schemata in Word Meaning: Hedges Revisited*. Department of Linguistics, University of California, Berkeley.

BEST COPY AVAILABLE

KELLER, D. & KELLAS, G. (1978). Typicality as a dimension of encoding. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory*. **4**: 78-85.

LAKOFF, G (1972). Hedges: A Study in Meaning Criteria and the Logic of Fuzzy Concepts. In: *Papers from the Eighth Regional, Meeting, Chicago Linguistic Society*, 183-228. Chicago: Chicago Linguistic Society.

_____ (1990). *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Tell About the Mind*. The University of Chicago Press. Chicago and London.

MARKOVITZ, J. A. (1977). A look at fuzzy categories. Unpublished Ph.D. dissertation. Northwestern University. U.S.A.

MEDIN, D. L. & SCHAFFER, M. M. (1978). Context theory of classification learning. *Psychological Review*. **85**: 207-238.

REED, S. K. (1972). Pattern recognition and categorization. *Cognitive Psychology*. **3**: 382-407.

ROSCH, E. (Eleonor Heider), (1973). Natural Categories. *Cognitive Psychology*. 4: 328-50.

____, (1973b). On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: T. MOORE. *Cognitive Development and the Acquisition of Language*: 111-144. New York: Academic Press.

____, (1975). Cognitive reference points. *Cognitive Psychology*. **7**: 532-547.

____, (1975b). The nature of mental codes for color categories. *Journal of Psychology: Human Perception and Performance*. **1**: 303-322.

____, (1975c). Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology*. **104**: 192-233.

____, (1978). Principles of Categorization. Cognition and Categorization. In: E. ROSH e B. LLOYD. Hillsdale. NJ.: Lawrence Erlbaum Associates.

ROSCH, E. and MERVIS, C. (1975). Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology*. **7**: 573-605.

____, MERVIS, C., GRAY, W., JOHNSON, W., and BOYES-BRAEM, P. (1976). Basic Objects in Natural Categories. *Cognitive Psychology*. **8**: 382-439.

Sociology • the Social Sciences

2 BIRDS IN THE HAND

If one bird in the hand is worth two in the bush ...
Our two sources are invaluable
... and right at your fingertips.

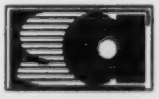
For current thought and research in sociology and the social sciences, consult

sociological abstracts (sa)
and
Social Planning/Policy & Development Abstracts (SOPODA)

Abstracts of articles, books and conference papers from more than 2,500 journals published in 35 countries; citations of relevant dissertations and book and other media reviews.

Comprehensive, cost-effective, timely.

Available in print, online, on the **socio**file CD-ROM and on magnetic tape. Our Web site, **http://www.socabs.org**, features the *Note Us* newsletter; information on support services and document delivery; links to relevant sites; and the SAI Web Search Service offering reasonably priced subscriptions to two subsets: Marriage and Family Issues & Law, Crime and Penology.



P.O. Box 22206, San Diego, CA 92192-0206
619/695-8803 • Fax: 619/695-0416 • email: socio@cerfnet.com

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (483-488)

RESENHA/REVIEW

BEAUGRANDE, R. de (1997) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 670 p.

Resenhado por/by Francisco GOMES DE MATOS (*Universidade Federal de Pernambuco*)

KEY WORDS: *Discourse; Text; Cognition; Communication; Knowledge.*

PALAVRAS-CHAVE: *Discurso; Texto; Cognição; Comunicação; Conhecimento.*

Se, por um lado, como afirma o lingüista britânico Carter (1997), nos últimos 20 anos os termos texto e discurso têm sido privilegiados no estudo da linguagem, da literacia e da literatura, por outro lado, podemos dizer que faltava, na bibliografia da diversificadíssima área de *Estudos do Discurso*, uma obra que se propusesse oferecer novos fundamentos para uma ciência transdisciplinar centrada no texto e no discurso. Agora, está significativamente preenchida a lacuna, com a publicação deste volume enciclopédico, resultante do saber construído pelo autor em quase duas décadas de pesquisas.

Resenhar uma obra de tal abrangência e complexidade impõe uma seletividade maior, por isso, após descrevermos a organização da mesma, responderemos a estas indagações: 1. Quais os aspectos positivos? 2. Como Beaugrande caracteriza ciência, texto, discurso? 3. Qual o objetivo de sua abordagem? 4. Como percebe a Lingüística Aplicada? 5. Que atenção dá à nova área de direitos lingüísticos? 6. Como está representada a contribuição da comunidade de língua portuguesa? 7. Que omissões e lapsos podem ser apontados ?

NFSTD tem um Prefácio à Série *Advances in Discourse Processes*, da qual constitui o volume LXI. Seguem-se *Format of the Text and the Sources of Examples*, explicação sobre as estratégias usadas em benefício dos leitores e uma enumeração das fontes exemplificativas. Uma página e meia são dedicadas aos agradecimentos do autor a colegas e a estudantes de 39 países, enquanto o prefácio do autor esclarece a intenção subjacente ao livro: "to assemble previous or current trends in the respective disciplines and the insights they have projected" e "to propose an integrative framework of consistent terms and principles for organizing these trends and for designing models that

BEST COPY AVAILABLE

can interface theory with practice,engagewith data and issues, and suggest agendas for further research"(p.xi).A seguir, o cerne do volume: 8 Partes, intituladas I. Getting Started (20 p.), II. Toward a Science of Text and Discourse (57 p.), III. Designing Models of Cognition and Communication and Society (102 p.), IV. Functionality and Textuality (114 p.),V. Intermediary Control Systems between Virtual and Actual (55 p.), VI. Interlingual Discourse in Theory and Practice (40 p.), VII. Discourse in Socialization and Educationn (128 p.), VIII. Discourse and the "Whole Human Being" (67 p.). As referências bibliográficas ocupam 62 páginas, enquanto o Índice de Nomes tem 10 páginas e o Índice de Termos, 24 páginas.

1. Aspectos positivos em NFSTD

Inúmeros atributos podem ser encontrados nesta obra, alguns dos quais salientados na contra-capa, em depoimentos dos lingüistas Michael Halliday, Ruth Wodak, Teun van Dijk, John Sinclair e Frantisek Danes. Limitar-nos-emos a destacar seis características que mais impressionaram este resenhador.

1.1 Senso de transdisciplinaridade

Para Beaugrande, "a science of text and discourse .....should be a meta-paradigm that integrates multiple paradigms", a fim de contextualizar mais amplamente os conceitos e achados interdisciplinares, possibilitando a construção de um "detailed ecologist program for sustainable social progress" (p.21). Esse enfoque transdisciplinar assentaria numa concepção de linguagem como um fenômeno integrado à sociedade e a seu conhecimento de mundo (p.40).

1.2 Senso de universalidade

Como o mais itinerante transdisciplinarista contemporâneo, o autor interagiu *in loco* com colegas e alunos em 39 países (cf p. ix). A consulta à lista de especialistas com quem Beaugrande dialogou constitui uma amostra de sua produtivíssima atividade comunicativa e evidência da universalidade de suas fontes inspiradoras (ix-x).

1.3 Senso de empatia didática

Beaugrande aplica o princípio redacional "Pense primeiro em seus leitores", empenhando-se em promover a maior processabilidade possível de

seus textos. Assim, para cada capítulo, ele oferece comentários minuciosos que, reunidos, constituiriam um valioso banco de dados bibliográficos. Como analista do discurso que põe em prática seu modelo teórico, o autor desenvolve cada capítulo em seções, realizadas através de parágrafos numerados. Os 1.441 parágrafos de NFSTD raramente excedem 30 linhas: curiosamente, uma das exceções é o parágrafo sobre "The role of discourse", com 41 linhas (p.433). A destacar, também, o senso didático: Beaugrande oferece 849 itens exemplificativos.

1.4 Senso crítico

O autor exerce seu direito de questionar práticas pedagógicas, por exemplo, no ensino de redação em língua materna. Assim, argumenta que "writing teachers have an abnormally error-consciousness, i.e., a disposition to notice and evaluate error, but are often unable to explain in learner-friendly terms just what counts as an "error" or "why" (p.466). Além disso, posiciona-se contra a natureza behaviorista do discurso de Krashen et al. (p.504), opõe-se ao uso do conceito-chave "falante nativo" no ensino de língua inglesa porque ,"as many applied linguists have pointed out, the model and goal for teaching and learning cannot realistically be "native speaker English" for several reasons (p.507). Dentre as justificativas para esse questionamento, destaca que o recorrer-se, muitas vezes, aos padrões de falante nativo resulta em imperalismo lingüístico. A criticidade beaugrandiana, manifesta em muitas passagens, constitui amostra da competência argumentativa de um dos mais argutos analistas críticos do discurso científico - principalmente lingüístico - contemporâneo. Veja-se o extenso exercício analítico feito pelo autor a respeito do livro Piagetiano *The Child and Reality* (1976): Beaugrande objetiva demonstrar como o acesso ao conhecimento através do discurso pode direcionar a evolução de modelos teóricos ou até mesmo paradigmas inteiros.

1.5 Senso terminológico

Terminologicamente responsável, o autor apresenta cada termo central ou programático em negrito, definindo-o ou explicando-o. A listagem dos termos, com as respectivas páginas, está no respectivo Índice, no qual encontramos 45 termos em *-ism*, dentre os quais *ecologism*, *feminism*, *growthism* (cunhado por Halliday), *feminism*, *multiculturalism*. Para o modelo ecologicamente motivado, proposto por Beaugrande, "theory and practice are reconciled by cooperating to consciously sustain a life-style in harmony with our social and ecological environment" (p.3).

1.6 Senso humanizador

Uma característica notável da criação discursiva do autor é sua percepção humanizadora da comunicação humana. Logo no Prefácio, ele indaga sobre essa nova ciência transdisciplinar do texto e do discurso: "What is its human relevance and social usefulness in a modernized world where people and events are increasingly interconnected and steadily fewer people understand how ?" (p.xi). Também no capítulo final, significativamente chamado (tradução nossa) *O Discurso e o Ser Humano Integral*, ele relembra o pensamento inspirador de J.R. Firth, segundo o qual a lingüística geral deveria estudar os seres humanos holisticamente, como pensantes, falantes e interactantes (p. 517). Sustenta Beaugrande que as ciências dos humanos e das línguas precisam do potencial da diversidade multicultural, como o espaço-ação mais fértil para realização do ser humano integral e para integrarem-se modos alternativos de conhecimento e experiências humanas. Ao preconizar o uso de estratégias construtivas como indispensáveis à sobrevivência das sociedades, o autor revela-se humanizador, i.e., pessoa imbuída da filosofia subjacente aos direitos humanos e da paz comunicativa e que aplica esses valores em sua (inter)ação discursiva.

2. Ciência, texto, discurso

O lingüista da Universidade de Viena assim caracteriza ciência como um empreendimento comunicativo que envolve transações discursivas, cognitivas e sociais (p.130). Para ele, um texto pode ser entendido como um evento comunicativo em que ocorre a convergência de ações lingüísticas, cognitivas e sociais (p.10), enquanto um discurso viria a ser um conjunto de textos interligados, primordialmente exemplificado pela conversação (p.21). Beaugrande tem uma percepção dinâmica de discurso: este seria um construtor ativo de conhecimentos (p.433).

3. Objetivo da abordagem

Na primeira frase de NFSTD Beaugrande esclarece que o objetivo principal da ciência do texto e do discurso é o de construir fundamentos para a liberdade de acesso ao conhecimento e à sociedade através do discurso (p.1).

4. Lingüística Aplicada

O autor, após atribuir a Rasmus Rask o pioneirismo do uso do termo

Applied Linguistics em 1814, afirma que esse campo permanece um empreendimento problemático e pondera que o mesmo não deveria ser desviado de suas iniciativas sérias por teorias supostamente inovadoras. Em vez disso, sustenta Beaugrande, a LA poderia consolidar uma exploração transdisciplinar dos fatores relativos ao sucesso ou insucesso na aprendizagem de línguas (p.504).

5. Direitos lingüísticos

Após questionar e rejeitar as advertências infundadas dos guardiães puristas da linguagem, Beaugrande enfatiza que verdadeiramente ameaçadas não estariam as línguas padrão, mas os direitos lingüísticos humanos e apela em favor da resistência ao lingüicismo global (p.370).

6. Contribuição da comunidade de língua portuguesa

Exemplarmente - se considerarmos que, às vezes, obras de alcance e valor internacionais omitem a contribuição de especialistas de nossa comunidade de língua portuguesa - este volume cita os seguintes cientistas da linguagem e da comunicação: Heloisa Brandão, Ingedore V. Koch, Joaquim Fonseca, Leonor L. Fávero, Luiz A. Marcuschi, Tereza Halliday e este resenhador.

7. Omissões, lapsos

Num *vade mecum* tão extenso (quase 700 páginas), é compreensível a existência de omissões e a ocorrência de lapsos, principalmente bibliográficos. Assim, em *References*, poder-se-á estranhar a ausência de enciclopédias especializadas, como a de Asher e Simpson (1993). Terminologicamente, podemos questionar a opção do autor pelas variantes bilinguism/multilinguism em vez dos termos mais usuais bilingualism/multilingualism (p.354), usados, segundo Beaugrande (em comunicação pessoal), porque as variantes foram encontradas nos livros consultados.

8. Uma palavra final

Com razão, Beaugrande conclama-nos a que reavaliemos continuamente os objetivos ecológicos da ciência do texto e do discurso (p.253) e que exploremos fenômenos comunicativos que só recentemente começaram a ser objeto de trabalhos científicos transdisciplinares, como o discurso terapêutico (p.567). Seu livro, sensata e humildemente chamado de Foundations, oferece

muito mais aos que compartilham da convicção de que é preciso renovar e aprofundar a dialética entre teorias e aplicações. Nosso reconhecimento ao lingüista universal Beaugrande e à sua Editora, por contribuirem tão significativamente para o saber transdisciplinar discursivo humanizador.

(Recebido em maio de 1998. Aprovado em julho de 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHER, R. E. & J.M.Y. SIMPSON (orgs.) (1993) T*he Encyclopedia of Language and Linguistics*. 10 volumes. Oxford: Pergamon.

CARTER, R. (1997) *Investigating English Discourse. Language, Literacy and Literature*. London: Routledge.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (489-492)

Resenha/Review

Moita Lopes, L.P. da (1996) *Oficina de Lingüística Aplicada: A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas.* Campinas: Mercado de Letras. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade) 192 p. (ISBN 85-85725-16-8)

Resenhado por Alice Cunha de Freitas (*Universidade Federal de Uberlândia*) &
Maria Aparecida C.M. Borges da Silva (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Faculdade Sant'Anna*)

Key words: Applied Linguistics; Language Learning and Teaching; Language Teaching Research.

Palavras-chave: Lingüística Aplicada; Ensino e Aprendizagem de Línguas; Pesquisa em Ensino de Línguas.

Oficina de Lingüística Aplicada, como o sub-título nos informa, discute questões relativas à natureza social e educacional dos processos de ensino-aprendizagem de línguas. Professor e pesquisador, conhecido nas universidades brasileiras não somente pelos trabalhos que desenvolve, mas também pelo seu constante engajamento com questões políticas relacionadas à Lingüística Aplicada, Luiz Paulo da Moita Lopes traz nesse livro novas contribuições para a área.

A obra tem um valor especial, visto que ainda são poucas as publicações voltadas ao mesmo tempo para professores e para estudantes de graduação e pós-graduação, nas quais são discutidos o ensino de língua inglesa nas escolas brasileiras, as pesquisas sobre a sala de aula e na sala de aula e a formação do professor.

Organizada em seis partes, a coletânea inicia-se com Uma Visão Contemporânea de Lingüística Aplicada. Dois artigos constam dessa seção: *Afinal, o que é Lingüística Aplicada?* e *Lingüística Aplicada no Brasil: uma perspectiva*. O autor sinaliza, logo no primeiro artigo, suas preocupações com uma questão política ao discutir os parâmetros que definem a Lingüística Aplicada e a estabelecem como uma Ciência Social, uma área de investigação e não mais (de forma simplista) como uma mera aplicação de Teorias Lingüísticas ou, nas palavras do próprio autor, como "um apêndice da Lingüística".

Ainda no mesmo artigo, Moita Lopes apresenta algumas características que estão subjacentes a grande parte das pesquisas que têm sido feitas nessa área de investigação: são de natureza aplicada, focalizam a linguagem do ponto de vista processual, são de natureza interdisciplinar e mediadora, envolvem formulação teórica, utilizam métodos de investigação de base positivista (mais na década de 80) e interpretativista.

Embora, como alerta o próprio autor, para alguns pesquisadores voltar a falar sobre esse tema possa parecer uma questão estéril, acreditamos (como ele) ser esta uma questão ainda necessária, e sempre retomada pelos professores universitários, para os iniciantes em cursos de graduação e de pós-graduação da área. Afinal, nossos alunos-professores conhecem a Lingüística, mas e a Lingüística Aplicada, como fica?

No artigo seguinte, *Lingüística Aplicada no Brasil: uma perspectiva*, Moita Lopes nos fornece um panorama do que tem sido feito em termos de pesquisas na área, nas universidades brasileiras, remetendo-nos aos programas de pós-graduação em Lingüística Aplicada existentes no Brasil, que até hoje são poucos. Destaca, ainda, a importância da criação, em 1990, da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB) para o estabelecimento da "independência" da Lingüística Aplicada como área de investigação. Marca, aqui, de forma clara, suas preocupações com questões políticas que envolvem a Lingüística Aplicada (doravante LA).

Dois outros trabalhos compõem a Parte 2: O Aprendiz e o Professor de Línguas na Escola Pública. Neles são levantadas questões polêmicas tais como as diferentes atitudes de alunos e professores e as ideologias preconceituosas, como "a falta de aptidão" e "o déficit lingüístico" interferindo no processo de aprendizagem de línguas. Usando um título bastante sugestivo e instigante, em *Yes, nós temos bananas ou Paraíba não é Chicago não...*, o autor discute a alienação e o ensino de inglês no Brasil, mais especificamente, no que se refere às atitudes de alguns professores e alunos de inglês (no Brasil) em relação às culturas de língua inglesa. "Observa-se uma atitude exageradamente positiva e de quase adoração" (p.37) pela cultura americana principalmente. Poderíamos acrescentar que as palavras do autor podem certamente ser endossadas por muitos que atuam na área de ensino/aprendizagem de línguas.

Os resultados de sua pesquisa levam à conscientização de que deve existir uma certa preocupação, por parte dos professores, em ensinar aspectos culturais

BEST COPY AVAILABLE

ligados à língua estrangeira em questão. Por outro lado, não podemos permitir que essa preocupação possa fomentar preconceitos em relação ao Brasil (p.41), o que muitas vezes acontece. Esta é uma das questões políticas que havia sido discutida anteriormente pelo autor, em forma de artigo.

Quebrar falsos mitos e ideologias preconceituosas sobre o processo ensino-aprendizagem de línguas, criados ao longo de décadas, não é tarefa fácil, o que não significa dizer que seja impossível, diz Moita Lopes em *Eles não aprendem Português quanto mais Inglês*. E é dentro desse panorama de desafio que o autor "conclama" os colegas lingüistas aplicados da área de ensino de línguas a subverter a ordem e "voltar seu foco de ação para a educação em LE das classes subalternas" (p.77), ao invés de concentrar suas pesquisas em tópicos relacionados com a educação das classes dominantes.

É com relação a este ponto proposto pelo autor que um acréscimo seria interessante. Ao se falar em ensino de línguas, a nosso ver, fala-se sobre o ensino de qualquer língua, incluindo a língua materna. Assim, o que o autor propõe deveria ser também aplicado ao contexto de ensino de Língua Materna (LM). Por que não voltar o foco das pesquisas sobre o ensino de LM também para as classes subalternas ? Por que não discutir também os falsos mitos sobre o processo ensino/aprendizagem de LM ?

Na Parte 3 do livro (A SALA DE AULA DE LÍNGUAS) o autor mostra *Tendências da pesquisa na sala de aula de línguas no Brasil* e questões ligadas à *Interação na sala de aula de língua estrangeira*. Antes de nos fornecer uma descrição dos tipos de pesquisa que estão sendo desenvolvidas, atualmente, no Brasil, Moita Lopes nos apresenta um panorama retrospectivo da tradição de pesquisa nesta área, mostrando desde pesquisas típicas de pesquisadores que trabalham a Lingüística Aplicada (LA) de forma periférica, encarando-a como uma área secundária de atuação, ou como uma "aplicação da Lingüística", até as tendências mais atuais de pesquisas na sala de aula, que classificou de pesquisas de diagnóstico e de intervenção.

O conceito de "interlíngua" é o foco da discussão na Parte 4 - A LÍNGUA DO APRENDIZ. Mais uma vez, o autor mostra que os conceitos (e/ou preconceitos) que permeiam as atitudes de professores e de alunos de LE são importantes, e muitas vezes determinantes, pois interferem no processo e podem afetá-lo de forma positiva, levando ao êxito, ou de forma negativa, levando a um fracasso muitas vezes irreversível.

Na Parte 5 (UMA ABORDAGEM DE ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS PARA A ESCOLA PÚBLICA: O ENSINO DE LEITURA), o autor toca em duas questões extremamente relevantes, especialmente neste momento em que novos parâmetros curriculares estão sendo propostos pelo MEC para o ensino fundamental e médio. O autor defende uma abordagem de ensino de língua estrangeira com ênfase na leitura, e mostra por que a leitura é a habilidade em LE que parece se justificar socialmente no Brasil e que parece atender às necessidades reais dos alunos brasileiros, especialmente se levarmos em conta o contexto das escolas públicas brasileiras.

Em segundo momento, o autor esboça *Um modelo interacional de leitura*, argumentando acerca da relevância pedagógica desse modelo. O modelo interacional proposto fundamenta-se em teorias de esquema e em uma visão de discurso entendido como "o processo comunicativo entre leitor e escritor na negociação de significado do texto" (p.138).

A contribuição deste capítulo talvez seja, justamente, conscientizar os professores de LE sobre a importância de se fazer um trabalho de desenvolvimento de consciência (e de postura) crítica junto ao aluno, de forma que ele perceba a leitura como uma prática social, e para que ele perceba também a natureza social da linguagem; a linguagem como um instrumento que reflete relações de poder na sociedade. Essa consciência por parte do leitor é fundamental, nas relações escritor/leitor, para que o último não se deixe manipular pelos textos (discursos escritos) a que tem acesso, e para que possa reagir de forma crítica nesse processo.

Na Parte 6 (A EDUCAÇÃO PERMANENTE DO PROFESSOR DE LÍNGUAS), que fecha a coletânea, o autor propõe uma *formação teórico-crítica para o professor de línguas*, e questiona o que chamou de formação dogmática que geralmente permeia os cursos de formação de professores de línguas no Brasil.

A nosso ver, a obra aqui resenhada representa uma contribuição valiosa e pode ser considerada uma leitura obrigatória tanto para professores quanto para alunos de Prática de Ensino de Línguas. O caráter de oficina de trabalho, garantido pelas tarefas propostas ao final de cada capítulo, possibilita reflexões mais aprofundadas referentes à natureza social e educacional do processo ensino/aprendizagem de línguas (incluindo a língua materna).

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (493-498)

NOTAS SOBRE LIVROS/BOOKNOTES

Δ GUY, G.R., C. FEAGIN, D. SCHIFFRIN & J. BAUGH (eds.) (1997) *Towards a Social Science of Language*. Papers in honor of William Labov. Volume 2: Social Interaction and Discourse Structures. Amsterdam: John Benjamins. ISBN 0304-0763. 358 p.

O segundo volume de *Towards a Social Science of Language*, da série Current Issues in Linguistic Theory, aborda temas sobre interação social e estruturas do discurso, áreas que refletem o impacto do trabalho de Labov nos estudos sociolingüísticos.

Na seção I do livro são apresentados trabalhos cujos temas dão ênfase ao estudo do discurso, baseados nos trabalhos que Labov desenvolveu sobre a narrativa (Labov & Waletzky 1967) e discurso terapêutico (Labov & Fanshel 1975. Compõem o elenco desta seção os seguintes autores: Charlotte Linde, Emanuel A. Schegloff, Deborah Schiffrin, Anne R.Bower, Marjorie Harness Goodwin, Barbara M. Horvath, Roger W. Shuy, E. Judith Weiner, Sylvie Dubois e David Sankoff e John J. Gumperz.

A busca de determinantes discursivos, interativos e significativos presentes na complexidade da comunicação humana e a preocupação com o uso da língua, são temas centrais da seção II desta obra. Os trabalhos apresentados são de autoria de Ellen F. Prince, John Myhill, Sally Boyd, Shana Poplack, Benji Wald e dos lingüistas brasileiros Marco Antônio de Oliveira e Maria Luiza Braga.

Para Gregory R. Guy, um dos editores da obra, os dois volumes têm a intenção de homenagear William Labov, ressaltando a grande contribuição que ele tem dado à Sociolingüística, com suas idéias iluminadas que têm o poder de instigar pesquisadores a desenvolver importantes estudos nessa área.

Por/By Karlene S. Rocha CAMPOS (*IC-CEPE/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)

Δ RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (orgs.) (1998). *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 159 p. R$20,00

Estudar as formas como se organiza a interação social humana é buscar compreender a maneira como, "simplesmente" ao falarem umas com as outras, as pessoas produzem fenômenos tão palpáveis como discriminação e racismo; prestam e recebem serviços vitais, como cuidado médico e formação educacional; ou, ainda, como elas constituem os laços interpessoais que pautam sua vidas. Este é o tópico global do livro *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. O livro congrega traduções para o português de oito textos clássicos, fundamentais para o estudo da linguagem em interação social.

Os textos selecionados introduzem o leitor brasileiro à pesquisa em Sociolingüística Interacional - tradição de pesquisa eminentemente transdisciplinar que tem cada vez mais interessado a estudiosos brasileiros. Encontram-se reunidos aí, pela primeira vez, estudos de pesquisadores de grande reputação internacional que colocaram os alicerces e ergueram os pilares para a tradição de pesquisa qualitativa em Sociolingüística. O texto mais antigo é o artigo clássico do psiquiatra e antropólogo Gregory Bateson, "Uma teoria sobre brincadeira e fantasia", de influência considerável em diversos campos de estudo, da inteligência artificial à psiquiatria, e que aparece aqui por lançar a semente das noções de *enquadre* e *contextualização* da fala em interação social, desenvolvidas pelos dois autores que estabeleceram os fundamentos teóricos da tradição sociolingüística interacional, Goffman e Gumperz. Estes aparecem na coleção organizada por Ribeiro & Garcez cada um com dois textos, um mais antigo e outro mais recente. "A situação negligenciada", de autoria do sociólogo Erwin Goffman, publicado originalmente em 1966, delineia a necessidade de investigação do que atualmente se chama de *indexicalidade* na construção de sentido na interação social. "Footing", capítulo influente do último livro de Goffman publicado em 1981, descontrói as noções de falante e ouvinte, em busca de uma conceituação mais técnica acerca da estruturação da participação em interações face a face, convidando os lingüistas a se engajarem na instrumentalização desta tarefa. O outro pilar da tradição sociolingüística interacional, o lingüista e antropólogo John J. Gumperz, está representado também por dois textos fundamentais. "O significado social na estrutura lingüística: Alternância de códigos na Noruega", em co-autoria com o norueguês Jan-Petter Blom, traz o seu trabalho clássico no âmbito da então

etnolingüística sobre a alternância de códigos em comunidades bilíngües, mas já alinhava as noções que Gumperz desenvolveria mais tarde em sua obra mais madura sobre a relação íntima e indexical entre o conjunto de recursos e preferências que compõem a etiqueta comunicativa de uma comunidade de fala e a contextualização da linguagem em uso na vida cotidiana. "Convenções de contextualização" resume em larga medida o modelo sociolingüístico interacional de comunicação humana em interação social face a face.

Os demais três capítulos da coleção trazem as contribuições da segunda geração de sociolingüistas interacionais. Em "Algumas fontes da variabilidade cultural na ordenação da fala", a antropóloga Susan Philips apresenta seu trabalho pioneiro de pesquisa que contrasta a etiqueta comunicativa de uma comunidade indígena do Noroeste dos Estados Unidos com a etiqueta, muita vezes tida como universal, da classe média branca anglo-americana. Os dois últimos capítulos da coletânea são os mais representativos do trabalho tipicamente sociolingüístico interacional contemporâneo, em sua busca de compreensão das dificuldades interacionais que surgem em situações institucionais cotidianas. A lingüista Débora Tannen, em co-autoria com a psicóloga social Cynthya Wallat, discute "Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: Exemplos de um exame/consulta médica". Os antropólogos da educação Frederick Erickson e Jeffrey Shulz examinam "'O quando' de um contexto: Questões e métodos na análise da competência social".

O veio comum que atravessa todos estes trabalhos é a preocupação em apontar caminhos teóricos e metodológicos norteadores da investigação sistemática e criteriosa da fala e do discurso em situações reais e quotidianas de interação humana. Cada artigo foi prefaciado pelos organizadores, que sublinham a relevância dos pontos teóricos e analíticos avançados em cada uma das contribuições e evidenciam a correlação temática entre os textos.

Por/By Liliana Cabral BASTOS (*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*)

Δ NEVES, M. H. M. (1997) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes. ISBN: 85-336-0763-6; série Texto e Linguagem; 159 p.

Em *A Gramática Funcional*, Neves oferece uma ampla visão do funcionalismo em lingüística, examinando questões relevantes para a compreensão de sua amplitude e importância. Segundo a autora, *Caracterizar o Funcionalismo é uma tarefa difícil* (p. 1), dada a variedade dos modelos presentes denominados funcionalistas.

No primeiro capítulo, a autora explora diferentes concepções de 'função', colocando o leitor em contato com a pluralidade de enfoques que se dizem funcionalistas. Já no segundo capítulo, a autora estabelece as bases da gramática de forma a definir o paradigma funcional. *Na verdade, a gramática funcional tem sempre em consideração o uso de expressões lingüísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico modelo lingüístico.* (: 16)

O terceiro capítulo é dedicado à comparação entre as correntes formalista e funcionalista, identificando-as *como dois pólos de atenção opostos no pensamento lingüístico* (:39). Neves faz um levantamento das principais características de cada corrente, traçando paralelos entre as duas formas de analisar o fenômeno lingüístico. No quarto capítulo, são apresentados dois dos principais modelos funcionalistas, o de M. A. K. Halliday e o de Simon Dik.

No quinto capítulo, encontramos a relação entre a Gramática Funcional e o Cognitivismo. O sexto capítulo é dedicado aos processos de gramaticalização. Aqui a autora busca não só conceituar esses processos como também discutir alguns de seus princípios. Já no último capítulo é demonstrada a relação entre a gramática funcional e os diversos campos da investigação lingüística.

Por/By Rodrigo Esteves de LIMA-LOPES (*IC-CNPq/PIBIC/ CEPRIL-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)

Δ MACHADO, A R. (1998). *O Diário de Leituras: A Introdução de um Novo Instrumento na Escola*. São Paulo: Martins Fontes. (Texto e linguagem). ISBN 85-336-0929-9.

Este trabalho, fruto de uma tese de doutorado em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas, articula um procedimento de análise de discurso ao exame de um processo didático ou formativo: a produção de *diários reflexivos de leitura*, no quadro de um curso universitário ministrado pela própria autora.

Nesse processo, Machado propunha a seus alunos a leitura de um texto e pedia-lhes que redigissem, à medida que iam lendo, um diário na primeira pessoa, relatando as reflexões, questões e problemas que a atividade de leitura suscitava e relacionando essas questões com suas experiências pessoais e seus conhecimentos prévios.

O prefácio, escrito pelo prof. Dr. Jean-Paul Bronckart, já apresenta as bases teóricas mais amplas que serviram de fonte para a análise desse processo, que são, fundamentalmente, as idéias fundadoras de Vygotsky, Bakhtin e Habermas, relidas e desenvolvidas pelo grupo de Didática de Línguas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra sob o rótulo geral de *interacionismo sócio-discursivo*.

A obra está dividida em duas grandes partes: (I) *Pressupostos teóricos para a utilização do diário em situação escolar* (2 capítulos) e (II) *A pesquisa* (6 capítulos). Seguem-se notas sobre cada capítulo, referências bibliográficas (6 p.) e dois anexos: o primeiro, com a enumeração dos textos utilizados pelos alunos para a produção dos diários reflexivos e o segundo, com o questionário de avaliação do referido curso.

Em sua *Introdução*, Machado descreve como sua experiência pessoal com a escrita dos diários reflexivos levou-a a introduzir esse tipo de leitura/escrita como prática central de suas aulas e como, a partir do processo didático, surgiram as suas questões básicas de pesquisa.

Na primeira parte do trabalho, são apresentados os pressupostos teóricos que subjazem à utilização do diário de leituras em situação escolar. Dentre eles, são fundamentais o conceito de *ação comunicativa* desenvolvido por Habermas (1981 e ss.), o conceito de *gênero* desenvolvido por Bakhtin (1953) e por autores que relêem esse conceito em novos quadros teóricos (Schneuwly, 1994; Fairclough, 1989). Além disso, a autora faz um levantamento das

características e das funções já atribuídas ao gênero *diário* tanto por pesquisadores quanto por autores diaristas e um levantamento dos resultados de estudos desenvolvidos sobre sua utilização em diferentes formações sociais. Com a discussão desses pressupostos, a autora busca demonstrar que o gênero escolhido pelo professor como dominante na sala de aula se constitui tanto como um instrumento psicológico de desenvolvimento como também um instrumento determinante do tipo de relações que se constróem entre os interlocutores nessa situação de comunicação, parecendo-lhe haver argumentos de diferentes ordens a favor da utilização do diário em sala de aula.

Na segunda parte (do capítulo 3 ao 7), a autora apresenta seu trabalho de pesquisa propriamente dito, mostrando todo o percurso percorrido, indo da exposição do modelo teórico adotado para efetuar a análise dos dados, a descrição da metodologia adotada, o levantamento das representações que os alunos diaristas foram construindo a respeito da situação de comunicação e do próprio diário de leituras e, finalmente, a apresentação dos resultados das análises dos diários.

Em suas *Conclusões*, a autora discute o estatuto dos textos diaristas produzido por seus alunos e do possível *modelo de gênero* que teria guiado essas produções, assim como o significado que se pode atribuir à criação da situação didática descrita. Finalmente, Machado efetua uma avaliação crítica de sua própria ação nesse processo didático, das teorias em que se baseou, assim como da sua própria pesquisa, apontando perspectivas que lhe parecem se abrir para outros pesquisadores/educadores interessados em experiências didáticas semelhantes à relatada nessa obra.

Por/By Ana Raquel Machado (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (499-504)

NOTAS/NOTES

1. Publicações

ALMEIDA FILHO, J.C.P. & J.R. SCHMITZ (1998) *Glossário de Lingüística Aplicada.* Português-Inglês/Inglês-Português.Campinas, SP: Pontes.

BARBIER, J. M. et al. (1996) *Situations de travail et formation.* Paris: L'harmattan.

BENSON, M et alli. (1997) *The BBL Dictionary of English Word Combinations.* Philadelphia: Benjamins.

BLAXTER, L. et al. (1996) *How to research.* Buckingham: Open University Press.

BLIN-J.-F. (1997) Représentations, pratiques et identités professionnelles. Paris: L'Harmattan.

BOULIMA, J. (1998) *Negotiated Interaction in Target Language Classroom Discourse.* Philadelphia: Benjamins.

BRITTO, L.P.L. (1997) *A sombra do caos.* Ensino de língua X Tradição Gramatical. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; ALB.

BRONCKART, J.-P. (1996) *Activité langagière, textes et discours - Pour un interactionisme socio-discursif.* Paris: Delachaux et Niestlé.

BRUNER, J. (1996) *The culture of education.* Cambridge: Harvard University Press.

BUSH, P. & K. MALMKAER (eds.) (1997) *Rimbaud's Rainbow.* Philadelphia: Benjamins.

CARR, S.E. et.al (eds.) (1997) *The The critical Link: Interprets in The Community.* Philadelphia: Benjamins.

CARTER, R. et al (1997) *Working with texts – a core book for language analysis.* London: Routledge.

CASTILHO, A.T. de (1998) *A língua falada no ensino de português.* São Paulo: Contexto.

CELANI, M.A.A. (org.) (1997) *Ensino de Segunda Língua. Redescobrindo as origens.* São Paulo: EDUC.

CHARAUDEAU, P. (1997) *Médias Recherches. France*: Nathan.

CHESTERMAN, A. (1997) *Memes of Translation.* Philadelphia: Benjamins.

CHILTON, P. A. et. alli (1998) *Political Discourse in Transition in Europe 1989-1991* Philadelphia: Benjamins

CHRISTIE, F. & J. R. MARTIN (eds.) (1997) *Genre and institutions – social processes in the workplace and school.* London: Cassel.

COHEN, A. (1998) *Strategies in learning and using a second language.* London: Longman.

COLE, M. (1996) *Cultural psychology – a once and future discipline*. Cambridge: Harvard University Press.

COLE, M. et al (eds.) (1997) *Mind, Culture and Activity*. Cambridge: Cambridge University Press.

CRESWELL, J. W. (1998) *Qualitative inquiry and research design – choosing among five traditions*. Thousand Oaks: Sage Publications.

DANIELLON, F. (1996) *L'ergonomie en quête de ses principes-Débats épistémologiques*. Toulouse: Octares Editions.

DENZIN, N. K. & Y. S. LINCOLN (eds.) (1998) *The landscape of qualitative research – theories and issues*. Thousand Oaks: Sage Publications.

DENZIN, N. K.(1997) *Interpretive ethnography – ethnographic practices for the 21st century*. Thousand Oaks: Sage Publications.

DOLLERUP, C & V. APPEL (eds.) (1996) *Teaching Translation and Interpreting 3* Philadelphia: Benjamins.

EUBANK, L. et al (eds.) (1997) *The current state of interlanguage*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

FAIRBAIRN, G. J. & C. WINCH (1996) *Reading, writing and reasoning – a guide for students* (2nd edtion). Buckingham: Open University Press.

FRAWLEY, W. (1997) *Vygotsky and cognitive science*. Cambridge: Harvard University Press.

GAMBIER, Y. et al (eds.) (1997) *Conference Interpreting: Current Trends in Research*. Philadelphia: Benjamins.

GOSDEN, H. (1996) *A genre-based investigation of theme: product and proces in scientific research articles written by NNS novice researchers*. Nottingham: Department of English Studies/University of Nottingham.

GUÉRIN, F. et al. (1997) *Comprendre le travail pour le transformer – La pratique de l'ergonomie*. France: Anact.

HANNAHS, S. J. & M. YOUNG-SCHOLTEN (Editor) (1998) *Focus on Phonological Acquisition* Philadelphia: Benjamins

HARRIS, B. (Compiler) (1997) *Translation and Interpreting Schools*. Philadelphia: Benjamins.

HOLLOWAY, I. (1997) *Basic concpets for qualitative research*. Oxford: Blackwell Science.

HUTCHBY, I. & R. WOOFFITT (1998) *Conversation analysis*. Cambridge: Polity Press.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1996) *La conversation*. Paris: Seuil.

KLOSSA, G. & F. TEULON (1996) *Vocabulaire de Gestion Sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.

KOCH, I.V. e K.S.M. BARROS (orgs.) (1997) *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN.

LABRUM, M.B. (ed) (1998)*The Changing Scene in World Languages* Philadelphia: Benjamins.

LE BOHEC, J. (1997) *Les Rapports Presse-Politique-mise au point d'une typologie «idéale»*. Paris: L'Harmattan.

LERBET-SÉRÉNI-F. (1997) *Les Régulations de la Relation Pédagogique*. Paris: L'Harmattan.

LIBERMAN, A. M.. (1996) *Speech: a special code*. Massachusetts: The MIT Press.

LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES (1996) *Theoretical Analysis of Romance Languages : Selected Papers from the 26th Linguistic Symposium on Romance Languages by Mexico*. Mexico City: Benjamins.

MACARRO, A. S., & R. CARTER (Eds.) (1998) *Linguistic Choice Across Genres: Variation in Spoken and Written English*. Philadelphia: Benjamins.

MACHADO, A. R. (1998) *O Diário de Leituras : A introdução de um Novo Instrumento na Escola. São Paulo: Martins Fontes.*

MAIGUENEAU, D. (1996) *Exercises de Linguistique pour le texte littéraire*.Paris: Dunod.

MAIGUENEAU, D. (1996) *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil.

MARTIN, J. R. et al. (1997) *Working with functional grammar*. London: Arnold.

MEURER, J. L. (1998) *Aspects of language in self-help counselling*. Florianópolis: Pós-graduação em inglês/UFSC.

NEVES, M. H. M. (1997) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

NIEMEIER, S.(1998) *The Cultural Context in Business Communication*. Philadelphia: Benjamins.

NOVAES, M. (1996) *Os Dizeres nas Esquizofrenias. Uma Cartola sem Fundo.* São Paulo: Escuta.

OREO, P. & J.C.SAGER (eds.) (1997) *The Translator's Dilalogue: Giovanno Pontiero*. Philadelphia: Benjamins.

PAUWELS, A. (1998) *Women changing language*. London: Longman.

POLLARD, D. E. (1997) *Translation and Creation*. Philadelphia: Benjamins.

POSSENTI, S. (1998) *Os humores da língua*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras.

POYATOS, F. (Ed.) (1997) *Nonverbal Communication in Translation*. Philadelphia: Benjamins.

REVIERE, R.et al (eds.) (1996) *Needs assessment – a creative and pratical guide for social scientists*. Bristol: Taylor & Francis.

RIBEIRO, B.T. e P.M. GARCEZ (org.)(1998) *Sociolingüística Interacional*: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso. Porto Alegre: AGE Ed.

ROJO, R. (org.) (1998) *Alfabetização e Letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

SHELL-HORNOBY, M. et. alli (eds.) (1997) *Translation as Intercultural Communication*. Philadelphia: Benjamins.

SIGNORINI, I. (org.) (1998) *Lingua(gem) e Identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras; FAPESP; FAEP/UNICAMP.

SILVERMAN, D. (ed.) (1997) *Qualtitative research – theory, method and pratice*. London: Sage Publications.

SOMERS, H. (ed.) (1996) *Terminology, LSP Translation* Philadelphia: Benjamins

SOUCHARD, M. et al. (1997) *Le pen les mots – Analyse d'un discours d'extrême-droite*. Paris: Le Monde Editions.

TEICH, E. (1998) *Systemic Functional Grammar in Natural Language Generation: Linguistic Description and Computational Representation*.Mayfield Dalkeith Midlothian: Cassell Academic.

THOMAS, S. & T. HAWES (1997) *Theme in academic and media discourse*. Nottingham: Department of English Studies/University of Nottingham.

THOMPSON, G. (1996) *Introducing functional grammar*. London: Arnold.

THUDEROZ, C. (1997) *Sociologie des entreprises*. Paris: Éditions La Découverte.

TORR, J. (1997) *From child tongue to mother tongue: a case study of language development in the first two and a half years*. Nottingham: Department of English Studies/University of Nottingham.

TROSBORG, A. (ed.) (1997) *Text Typology and Translation*. Philadelphia: Benjamins.

TUCKER, G. H. (1998) *The Lexicogrammar of Adjectives : A Systemic Functional Approach to Lexis (Functional Descriptions of Language)* Mayfield Dalkeith Midlothian: Cassell Academic.

VAN DIJK, T. A. (ed.) (1997) *Discourse as social interaction*. London: Sage Publications.

VERSCHUEREN, J. (ed.) (1996) *Handbook of Pragmatics*. Philadelphia: Benjamins.

VYGOSTSKY, L. S. (1997) *Obras escogidas I*. Madrid: Visor Distributers.

VYGOSTSKY, L. S. (1997) *Obras escogidas II*. Madrid: Visor Distributers.

WERTSCH, J. V. et al (eds.) (1995) *Sociocultural studies of mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

WITTORSKI, R. (1997) *Analyse du travail et production de compétences collectives*. Paris: L'Harmattan.

WOODSWORTH, J. e J. DELISLE (1998) *Os tradutores na história*. Tradução de Sérgio Bath. S.Paulo: Ed.Ática.

2. Eventos

OUTUBRO/1998 27-31 XII Seminário Nacional de Inglês Instrumental. Escola Técnica Federal da Paraíba (Contato: Av.: 1º de maio, 720 58015-430, João Pessoa, PB; Fone: (083) 241-2200,ramal: 283; Fax.: (083) 241 1434)

OUTUBRO/1998, 12-18 VI Latin American ESP Colloquium. Catamarca, Argentina (Contato: Facultad de Ciencias Agrarias/Universidad Nacional de Catamarca - Lidia Aguirre de Quevedo, Avenida Belgrano y Maestro Quiroga, 4700, Catamarca, Argentina; Fax: 54- 833- 30504; e-mail: event@catam.unca.edu.ar/ingles@tcasuser.unca.edu.ar)

NOVEMBRO/1998, 20-21 I Colóquio Cuba-Brasil de Terminologia. Cuba. (Contato: Departamento de Lingüística - Universidade de São Paulo, Caixa Postal 8105, CEP: 05508-900, São Paulo, SP; Fax: (55)(11)211-6392; e-mail: fll@org.usp.br)

FEVEREIRO/1999, 25-26 II Congresso Nacional da ABRALIN – Associação Brasileira de Lingüística. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. (Contato: ABRALIN - Pós-Graduação em Lingüística, UFSC/CCE/DLLV, Campus Universitário, CEP: 88040-900, Florianópolis, SC; Tel: (048) 331-9908/9293/9581; e-mail: abralin@cce.ufsc.br; data-limite para o envio de resumos: 15 de outubro)

ABRIL/1999 30 - MAIO 02 IX InPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada, PUC-SP, São Paulo, Brasil. (Contato: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Estudos de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) Profª Beth Brait e/ou Profª Sumiko Ikeda, Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo, SP, Brasil, CEP.: 05014-001; Fone: +55+11 864.4409; Facsimile: +55 +11 3862.5840; e-mail: inpla@exatas.pucsp.br)

Agosto/1999, 1-6 XII AILA World Congress of Applied Linguistics. Tokio, Japão (Contato: Fone: +81 –3-3226-2822; Fax +81-3226-2824; e-mail: aila99@simul.co.jp; http://www.langue.hyper.chubu.ac.jp/ jacet /aila99

ABRIL/2000, 26 –29 3rd International Maastricht-Lodz Duo Colloquium on «Translation and Meaning». Maastricht, The Netherlands. (Contato: Hogeschool Maastricht - School of Translation and Interpreting –

Dr. Marcel Thelen, P. O. Box 964, 6200 AZ Maastricht, The Netherlands; Fax: + 31 43 346 6649; Tel: + 31 43 346 6471 (direct line); e-mail: m.m.g.j.thelen@ftv.hsmaastricht.nl)

SETEMBRO/2000, 21-24 3rd International Maastricht-Lodz Duo Colloquium on «Translation and Meaning». Lódz, Poland. (Contato: Department of English Language - University of Lodz Prof. Dr. Habil. Barbara Lewandowska-Tomaszczyk, Al. Kosciuszki, 65, 90-514, Lodz, Poland; Fax: + 48 42 36 63 37; Tel: + 48 42 36 63 37; e-mail: duoduo@krysia.uni.lodz.pl)

A Revista D.E.L.T.A. (Documentação em Estudos de Lingüística Teórica e Aplicada) agradeça aos pareceristas *ad hoc:*

- Hanna Botoréo (*Faculdade de Letras de Lisboa*)
- Hilário Bohn (*Universidade de Santa Catarina)*
- Maria Aparecida Torres (*Universidade de São Paulo*)
- Sonia Borges V. Mota (*Universidade Federal de Minas Gerais*)

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998 (505-510)

ÍNDICE/INDEX VOL. 14

1. POR AUTOR/AUTHOR INDEX

ABAURRE, Maria Bernadete & Charlotte GALVES – As Diferenças Rítmicas entre o Português Brasileiro: uma Abordagem Otimalista e Minimalista/Rythmic Differences Between European and Brazilian Portuguese: an Optimalist and Minimalist Approach (Artigo) 2: 377-403

ARROJO, Rosemary – Os 'Estudos da Tradução' como Área Independente: Dilemas e Ilusões de uma Disciplina em (Des)construção/ 'Translation Studies' as na Independent Area: Ilusions and Dilemmas of a Discipline in (De)construction (Retrospectiva) 2: 423-454

AUGUSTO, Marina R.A. - A Interação dos Traços Referencialidade e Factividade no Processamento de estruturas com Adjuntos Adverbiais/Referentiality and Factivity in Adverbial Adjunct Processing (Artigo) 2: 277-293

BASÍLIO, Margarida – Morfológica e Castilhamente: um Estudo das Construções X-mente no Português do Brasil - Morphologically and "Castilho" –wise: a study of X-mente formations in Brazilian Portuguese (Artigo) E: 17-28

BISOL, Leda - A Nasalidade, um Velho Tema - Nasality, an Old Theme (Artigo) E: 29-49

CAGLIARI, Luiz Carlos & Gladis MASSINI-CAGLIARI - Quantidade e Duração Silábicas em Português do Brasil - Syllable Quantity and Duration in Brazilian Portuguese (Artigo) E: 51-64

CALLOU, Dinah, João MORAES & Yonne LEITE - Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real/R Deletion in Final Coda Position in Brazilian Portuguese: a Case-Study in Apparent Time and in Real Time E: 65-76

CAMACHO, Roberto Gomes & Erotilde Goreti PEZATTI – Repetição e Coordenação/ Repetition and Coordination (Artigo) E: 77-96

CORACINI, Maria José R. F. - A Teoria e a Prática: a Questão da Diferença no Discurso sobre e da Sala de Aula/Theory and Practice: the Issue of the Difference in the Discourse about/in the Classroom (Artigo) 1: 33-57

CORRÊA, Letícia Maria Sicuro - Acessibilidade e Paralelismo na Interpretação do Pronome Sujeito e o Contraste Pro/Pronome em Português/Accessibility, Parallel Function and the Pro/Pronoun Contrast in Portuguese (Artigo) 2: 295-329

COUTO, H. H. do (1996). *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins.* - Dercir Pedro de OLIVEIRA (Resenha) 1:189-194

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia – HEYE, J. (org.) (1995) *Flores Verbais: uma Homenagem Lingüística e Literária.* Para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º Aniversário. (Resenha) 1: 185-88

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira - A Identificação do Prefixo em Diversas Abordagens Lingüísticas/The Identification of Prefixes in Different Linguistic Approaches (Debate) 1: 141-68

FÁVERO, Leonor Lopes, Maria Lúcia de C. V. de O. ANDRADE & Zilda Gaspar Oliveira de AQUINO - Discurso e Interação: a Reformulação nas Entrevistas/ Discourse and Interaction: Reformulation in the Interviews (Artigo) E: 97-111

FONSECA, Suzana Carielo da - Lesão x Sintoma: Uma questão de causalidade/Brain Injury X Symptom: a Question on Casuality (Debate) 2: 455-466

FRANCHI, Carlos, Esmeralda Vailati NEGRÃO & Evani VIOTTI – Sobre a Gramática das Orações Impessoais com *Ter/Haver*/On the Grammar of Impersonal Sentences with *Ter/Haver* (Artigo) E: 113-140

GOMES DE MATOS, Francisco - BEAUGRANDE, R. (1997) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society.* (Resenha) 2: 483-488

ILARI, Rodolfo - *Pela primeira vez*, e suas Complicações Sintático-semânticas/*Pela primeira vez*, and its Syntactic-semantic Complications (Artigo) E: 141-153

KATO,Mary A. - Formas de Funcionalismo na Sintaxe/Functionalism in Syntax (Debate) E: 155-180

KOCH, Ingedore Villaça & Luiz Antônio MARCUSCHI - Processos de Referenciação na Produção Discursiva /Referencial Processes in Discourse Production (Artigo) E: 181-203

LOPES, Célia Regina dos Santos - *Nós* e *A Gente* no Português Falado Culto do Brasil/*Nós* and *A gente* in standard spoken Brazilian Portuguese (Artigo) 2: 405-422

MACÊDO, Ana Cristina Pelosi Silva de - Similarities and Differences in Categorization Behavior by Brazilian Portuguese and American English Native Speakers/ Semelhanças e Diferenças em Comportamentos de Categorização de Falantes do Português Brasileiro e do Inglês Americano (Artigo) 2: 467-481

MAIA, Marcus, Bruna FRANCHETTO, Yonne de Freitas LEITE, Marília Facó SOARES & Márcia Damaso VIEIRA - Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras/ Comparative Aspects of Grammar in Brazilian Indigenous Languages (Artigo) 2: 349-375

MEY, Jacob L. - As Vozes da Sociedade: Letramento, Consciência e Poder/The Voices of Society: Literacy, Consciousness and Power (Artigo) 2: 331-348

MOITA-LOPES, L. P. (1996) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Por/by Alice Cunha de FREITAS & Maria Aparecida C. M. B. da SILVA (Resenha) 2: 489-492

NEVES, Maria Helena de Moura & Maria Luiza BRAGA - Hipotaxe e Gramaticalização: uma Análise das Construções de Tempo e de Condição /Hipotaxis and Grammaticalization: an Analisis of Temporal and Conditional Complex Sentences (Artigo) E: 225-244

PALÁCIO, Adair & Denilda MOURA - Ataliba Teixeira de Castilho: o Homem, o Professor e o Lingüista/ Ataliba Teixeira de Castilho: the man, the lecturer, the linguist (Artigo) E: 1-15

PERINI, Mário A., Yara G. LIBERATO, Maria Elizabeth F. SARAIVA & Lúcia FULGÊNCIO - Sobre a Classificação das Palavras/On Word Classes (Artigo) E: 245-262

RISSO, Mercedes Sanfelice & Clélia Cândida A. Spinardi JUBRAN - O Discurso Auto-reflexivo: Processamento Metadiscursivo do Texto/Self-reflexive Discourse: Meta Discursive Processing of Text (Artigo) E: 263-279

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Perez de & Mercedes Fátima de Cunha CRESCITELLI – Retomando a Interrupção.../Getting Back to Interruption... (Artigo) E: 281-293

TAPAZDI, Judit & Giampaolo SALVI - Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil/ The Hypothetical Construtuion in Spoken Portuguese (Artigo) E: 295-308

URBANO, Hudinilson - O seu Trabalho Está Bom, mas.../Your Paper is Good, but... (Artigo) E: 309-317

BEST COPY AVAILABLE

2. Por Título/Title Index

A Interação dos Traços Referencialidade e Factividade no Processamento de estruturas com Adjuntos Adverbiais/ Referentiality and Factivity in Adverbial Adjunct Processing - Marina R.A. AUGUSTO (Artigo) 2: 277-293

Acessibilidade e Paralelismo na Interpretação do Pronome Sujeito e o Contraste Pro/Pronome em Português/Accessibility, Parallel Function and the Pro/Pronoun Contrast in Portuguese - Letícia Maria Sicuro CORRÊA (Artigo) 2: 295-329

Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real/R Deletion in Final Coda Position in Brazilian Portuguese: a Case-Study in Apparent Time and in Real Time - Dinah CALLOU, João MORAES & Yonne LEITE (Artigo) E: 65-76

As Diferenças Rítmicas entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: uma abordagem Otimalista e Minimalista/Rhythmic Differences Between European and Brazilian Porutguese: an Optimalist and Minimalist Approach - Maria Bernadete ABAURRE & Charlotte GALVES (Artigo) 2: 377-403

As Vozes da Sociedade: Letramento, Consciência e Poder/The Voices of Society: Literacy, Consciousness and Power – Jacob L. MEY (Artigo) 2: 331-348

Ataliba Teixeira de Castilho: o Homem, o Professor e o Lingüista/ Ataliba Teixeira de Castilho: the man, the lecturer, the linguist - Adair PALÁCIO & Denilda MOURA (Artigo) E: 1-15

BEAUGRANDE, R. de (1997) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society.* – Francisco GOMES DE MATOS (Resenha) 2: 483-488

Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras/Comparative Aspects of Grammar in Brazilian Indigenous Languages - Marcus MAIA, Bruna FRANCHETTO, Yonne de Freitas LEITE, Marília Facó SOARES & Márcia Damaso VIEIRA (Artigo) 2: 349-375

Discurso e Interação: a Reformulação nas Entrevistas/ Discourse and Interaction: Reformulation in the Interviews - Leonor Lopes FÁVERO, Maria Lúcia de C. V. de O. ANDRADE & Zilda Gaspar Oliveira de AQUINO (Artigo) E: 97-111

Flutuação no Modo de Pontuar e Estilos de Pontuação/ Punctuation Variations and Punctuation Patterns - Iúta Lerche Vieira ROCHA (Artigo) 1: 1-12

Formas de Funcionalismo na Sintaxe/Functionalism in Syntax - Mary A. KATO (Debate) E: 155-180

HEYE, J. (org.) (1995) *Flores Verbais: uma Homenagem Lingüística e Literária*. Para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70° Aniversário. – Maria Eugênia Lamoglia DUARTE (Resenha) 1: 185-188

Hipotaxe e Gramaticalização: uma Análise das Construções de Tempo e de Condição /Hipotaxis and Grammaticalization: an Analisis of Temporal and Conditional Complex Sentences - Maria Helena de Moura NEVES & Maria Luiza BRAGA (Artigo) E: 225-244

Lesão x Sintoma: Uma questão de causalidade/Brain Injury X Symptom: a Question on Casuality - Suzana Carielo da FONSECA (Debate) 2: 455-466

MOITA-LOPES, L. P. (1996) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication and the Freedom of Accèss to Knowledge and Society*. Por/by Alice Cunha de FREITAS & Maria Aparecida C. M. B. da SILVA (Resenha) 2: 467-481

Nós e *A Gente* no Português Falado Culto do Brasil/*Nós* and *A gente* in standard spoken Brazilian Portuguese - Célia Regina dos Santos LOPES (Artigo) 2: 405-422

O Discurso Auto-reflexivo: Processamento Metadiscursivo do Texto/Self-reflexive Discourse: Meta Discursive Processing of Text - Mercedes Sanfelice RISSO & Clélia Cândida A. Spinardi JUBRAN (Artigo) E: 263-279

O seu Trabalho Está Bom, mas.../Your Paper is Good, but... - Hudinilson URBANO (Artigo) E: 309-317

Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil/ The Hypothetical Construtions in Spoken Portuguese - Judit TAPAZDI & Giampaolo SALVI (Artigo) E: 295-308

Os 'Estudos da Tradução' como Área Independente: Dilemas e Ilusões de uma Disciplina em (Des)construção/ 'Translation Studies' as na Independent Area: Ilusions and Dilemmas of a Discipline in (De)construction - Rosemary ARROJO (Retrospectiva) 2: 423-454

Pela primeira vez, e suas Complicações Sintático-semânticas/*Pela primeira vez*, and its Syntactic-semantic Complications - Rodolfo ILARI (Artigo) E: 141-153

Processos de Referenciação na Produção Discursiva /Referencial Processes in Discourse Production - Ingedore Villaça KOCH & Luiz Antônio MARCUSCHI (Artigo) E: 181-203

Quantidade e Duração Silábicas em Português do Brasil - Syllable Quantity and Duration in Brazilian Portuguese - Luiz Carlos CAGLIARI & Gladis MASSINI-CAGLIARI (Artigo) E: 51-64

BEST COPY AVAILABLE

Repetição e Coordenação/ Repetition and Coordination - Roberto Gomes CAMACHO & Erotilde Goreti PEZATTI (Artigo) E: 77-96

Retomando a Interrupção.../Getting Back to Interruption... - Maria Cecília Perez de SOUZA E SILVA & Mercedes Fátima de Cunha CRESCITELLI (Artigo) E: 281-293

Similarities and Differences in Categorization Behavior by Brazilian Portuguese and American English Native Speakers/ Semelhanças e Diferenças em Comportamentos de Categorização de Falantes do Português Brasileiro e do Inglês Americano - Ana Cristina Pelosi Silva de MACÊDO (Artigo) 2: 467-481

Sobre a Classificação das Palavras/On Word Classes - Mário A. PERINI, Yara G. LIBERATO, Maria Elizabeth F. SARAIVA & Lúcia FULGÊNCIO (Artigo) E: 245-262

Sobre a Gramática das Orações Impessoais com *Ter/Haver*/On the Grammar of Impersonal Sentences with *Ter/Haver* - Carlos FRANCHI, Esmeralda Vailati NEGRÃO & Evani VIOTTI (Artigo) E: 113-140

456

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998

INSTRUCTIONS FOR PRESENTATION OF THE CONTRIBUTIONS

Papers submitted to D.E.L.T.A. should be sent: in floppy disk, typed in WORD for Windows with no format other than paragraphs, and three paper copies. The label on the floppy disk must specify the author's name, tittle of the paper, author's affilliation and version of word-processing programme used. To guarantee anonymity when sent to referees, in two of the printed copies, the name, affiliation and other references that may identify the author must be omitted. The floppy disk will not be returned to the author. Therefore, please keep back-up copy for the modifications that may be suggested by referees.

Foot-notes: located at the bottom of the page, numbered from 1. Should there be a foot note in the tittle it is to be introduced by an asterisc (*) and must not be numbered. Foot notes should not be used for bibliographical references. References should be made within the text, in brackets, using the surname of the author, date of publication followed by a colon and the page number; when it is not a quotation put cf before the name of the author (ex: Chomsky (1965:152) or (Chomsky;1965:152) and (cf.: Chomsky;1965:152) or (cf.: Chomsky :1965:152)).

Tables, charts, figures, trees must also be sent sepparately in camera ready format - laser/ink jet or indian ink. The title of tables, charts, figures, are numbered and capital letters are used for initials.

Abstract/Resumo: In Italics, introduced by the word *Abstract* or *Resumo* in two versions, one in Portuguese and one in English of around 100 words each. It is advisable to have them read by native speakers. They are each to be followed by 4 key words/ 4 palavras-chave, preceded respectively by the word *Key Words/Palavras-Chave*.

References: type the word References 3 lines before the first entry. The entries, in alphabetical order and single spaced. Use upper case for surnames. Initials of the first author follow the surname; initials of other authors in an entry precede the surname. Titles of books or journals are in italics and the number of journals in bold. In the second entry of a given author his/her name is replaced by a 5 space dash. The date comes in brackets after the author's name; other relevant date come at the end of the entry; more than one work in the same year are distinguished by the letters a, b, etc., within the brackets. E.g.:

Serrani-Infante, S. (1997) Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas. *D.E.L.T.A.*, **13**.1 : 63-81.

Kress, G. (1997) *Before Writing : Rethinking the Paths to Literacy*. London: Routledge.

Appendices: should there be any, after the references, preceded by the Word Appendix, in upper case. If long stretches of text from published works are to be annexed, please provide camera ready copy as well as complete bibliographical reference and permission from the publishers for reproduction.

D.E.L.T.A. keeps the copyright of the papers submitted unless it officially withdraws this right on request. Papers submitted are not to be witdrawn after the process of refereeing starts.

Size: ARTICLE: maximum length: 10.000 words; OVERVIEW, DEBATE: maximum length: 12.000 words; SQUIBS: maximum length: 6.000 words; REVIEW: maximum length: 3.600 words.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos submetidos à D.E.L.T.A. devem ser enviados:

•em três vias impressas, com páginas numeradas, duas delas sem nenhuma informação que identifique a autoria. Em folha à parte, devem vir um título em português e um em inglês, além do endereço completo, com telefone, fax e e-mail do autor, bem como informação da área em que se insere o trabalho. Os nomes dos autores, com o sobrenome principal em maiúsculas, devem ser seguidos da filiação por extenso;

•em disquete, digitados em programa Word-for-Windows recente, sem formatação além de parágrafo; deve ser colada, no disquete, uma etiqueta contendo o nome do/a autor/a, o título do trabalho e o programa utilizado. O disquete não será devolvido a/o autor/a, que deve manter seu arquivo para as eventuais modificações sugeridas pelos pareceristas.

Notas: devem ser digitadas em pé de página, numeradas a partir de 1. Se houver nota no título, esta recebe asterisco e não numeração. As notas não devem ser utilizadas para referência bibliográfica. Estas devem ser feitas no corpo do trabalho, entre parênteses, usando o sobrenome do autor, data de publicação e página, no caso de citação, precedido de cf. no caso de paráfrase (ex.: Chomsky (1995:152) ou (Chomsky;1995:152) e (cf.: Chomsky;1995:152) ou (cf.: Chomsky :1995:152).

Ênfase: usar itálico, *não sublinhar*.

Tabelas, gráficos, desenhos, quadros e árvores devem ser encaminhados, também separadamente, em versão impressa, pronta para ser fotografada, em laser/ink jet ou tinta nanquim. Devem ser numerados e ter título. Apenas as iniciais do título devem estar em maiúsculas.

Abstract/Resumo: datilografados em itálico, precedidos da palavra *Abstract* ou *Resumo*, em duas versões de cerca de 100 palavras, uma em inglês e uma em português. Recomenda-se que sejam revistos por falantes nativos dos respectivos idiomas. Os *Abstracts* e *Resumos* devem ser seguidos de quatro palavras-chave/key words, naquela língua, precedidos do termo *Key Words* ou *Palavras-Chave*.

Referências bibliográficas: datilografar a expressão Referências bibliográficas. Os autores devem estar em ordem alfabética, sem numeração das entradas e sem espaço entre as referências. O principal sobrenome de cada autor, digitado em maiúsculas, seguido de vírgula e das demais iniciais (do nome e sobrenomes). As iniciais de outros autores precedem o sobrenome. Título de livro ou revista deve vir em itálico e o número de revista em negrito. Na segunda entrada de um mesmo autor, seu nome é substituído por um traço de 5 toques. Data identificadora da obra, entre parênteses, após o nome do autor (outras datas relevantes, no final da entrada). Mais de uma obra no mesmo ano, distinguidas pelas letras a, b, etc. após a data. Ex.:

Serrani-Infante, S. (1997) Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas. *D.E.L.T.A.*, **13**.1 : 63-81.

Kress, G. (1997) *Before Writing : Rethinking the Paths to Literacy*. London: Routledge.

Anexos: caso existam, devem ser colocados depois das referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo. Para anexos que constituam textos originais já publicados, enviar em formato final para ser fotografado e incluir referência bibliográfica completa, bem como permissão de editores para reprodução.

A D.E.L.T.A. detém o "copyright"dos trabalhos a ela submetidos, exceto nos casos em que está impresso o contrário. Os trabalhos submetidos à D.E.L.T.A não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Tamanho: ARTIGO: até 10.000 palavras; se tiver gráficos e/ou anexos, o conjunto não deve ultrapassar 27 páginas. RETROSPECTIVA, DEBATE: até 12.000 palavras. QUESTÕES E PROBLEMAS: até 6.000 palavras. RESENHA: até 3.600 palavras.

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS
EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA
D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº 2, 1998
Revista publicada com o apoio oficial da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Tesouraria / Treasurer
Sumiko Nishitani Ikeda - *PUC-SP*

Correspondência / Mailing address
Revista D.E.L.T.A.
Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Rua Monte Alegre, 984 - CEP 05014-001 - São Paulo, SP, Brasil
Fone: (55) (011) 864.4409 Fax: (55) (011) 3862.5840
http://cogeae/pucsp.br./~pos/cepril/delta.html
E-mail: delta@exatas.pucsp.br

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.
Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

Sumário /Contents

Artigos/Articles
Marina R.A. Augusto - A Interação dos Traços Referencialidade e Factividade no Processamento de estruturas com Adjuntos Adverbiais/ Referentiality and Factivity in Adverbial Adjunct Processing

Letícia Maria Sicuro Corrêa - Acessibilidade e Paralelismo na Interpretação do Pronome Sujeito e o Contraste Pro/Pronome em Português/ Accessibility, Parallel Function and the Pro/Pronoun Contrast in Portuguese

Jacob L. Mey- As Vozes da Sociedade: Letramento, Consciência e Poder/The Voices of Society: Literacy, Consciousness and Power

Marcus Maia, Bruna Franchetto, Yonne de Freitas Leite, Marília Facó Soares & Márcia Damaso Vieira - Comparação de Aspectos da Gramática em Línguas Indígenas Brasileiras/ Comparative Aspects of Grammar in Brazilian Indigenous Languages

Maria Bernadete Abaurre & Charlotte Galves - As Diferenças Rítmicas entre o Português Europeu e o Português Brasileiro: uma Abordagem Otimalista e Minimalista/Rhythmic Differences Between European and Brazilian Portuguese: an Optimalist and Minimalist Approach

Célia Regina dos Santos Lopes - *Nós* e *A Gente* no Português Falado Culto do Brasil/ *Nós* and *A Gente* in Standard Spoken Brazilian Portuguese

Retrospectiva/Overview
Rosemary Arrojo - Os 'Estudos da Tradução' como Área Independente: Dilemas e Ilusões de uma Disciplina em (Des)construção/ 'Translation Studies' as an Independent Area: Illusions and Dilemmas of a Discipline in (De)Construction

Debate/Debate
Suzana Carielo da Fonseca: Lesão x Sintoma: Uma Questão de Causalidade /Brain Injury X Sympton: a Question on Casuality

Questões e Problemas/Squibs
Ana Cristina Pelosi Silva de Macêdo - Similarities and Differences in Categorization Behavior by Brazilian Portuguese and American English Native Speakers/ Semelhanças e Diferenças em Comportamentos de Categorização de Falantes do Português Brasileiro e do Inglês Americano

Resenhas/Reviews
Beaugrande, R. de (1997) *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition,Communication,and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Por/by Francisco Gomes de Matos

Moita-Lopes, L. P. (1996) *Oficina de Lingüística Aplicada*.
Por/by Alice Cunha de Freitas & Maria Aparecida C. M. B. da Silva

Notas sobre Livros/Booknotes

Notas
Índice /Index Vol. 14

BEST COPY AVAILABLE

revista de

D ocumentação de
E studos em
L ingüística
T eórica e
A plicada

Homenagem a Ataliba T. de Castilho

BEST COPY AVAILABLE

1998

educ

461

BEST COPY AVAILABLE

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998

Revista publicada com o apoio oficial da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Editores / Editors

Leila Barbara - *PUC-SP*

Kanavillil Rajagopalan - *UNICAMP*

Editores Executivos / Executive Editors

Antônio Paulo Berber Sardinha – *PUC -SP*

Laís Furquim de Azevedo - *PUC-SP*

Maria Francisca de A. F. Lier-De Vitto - *PUC-SP*

Mary Aizawa Kato - *UNICAMP*

Sandra Madureira - *PUC-SP*

Sumiko Nishitani Ikeda - *PUC-SP*

Assistentes Editoriais / Editorial Assistants

Maria Aparecida Caltabiano-Magalhães - *PUC-SP*

Áurea Lúcia de Oliveira e Silva - *PUC-SP*

Flamínia M. M. Lodovici - *PUC-SP*

Grácia Anacleto - *PUC-SP*

Karlene Rocha Campos - *PUC-SP*

Rodrigo Esteves de Lima-Lopes - *PUC-SP*

Conselho Editorial / Editorial Board

Ana M. Martins – *U. de Lisboa*

Ângela B. Kleiman - *UNICAMP*

Anthony J. Naro – *UFRJ*

Anthony Kroch - *U. da Pensilvânia*

Brigitte Schlieben-Lange - *U. de Tübingen*

Charlotte Galves – *UNICAMP*

Daniel Everett - *U. de Pittsburg*

Daniel Fatta - U. de Provence

Dennis Albert Moore - *UFPa*

Derek Bickerton – *U. do Havaí*

Eduardo Raposo - *U. da Califórnia, Sª Bárbara*

Eleonora Albano – *UNICAMP*

Esmeralda V. Negrão – *USP*

Giampaolo Salvi – *U. de Budapeste*

Gillian Sankoff - *U. da Pensilvânia*

Helena Nagamine Brandão – *USP*

Heloisa Collins – *PUC-SP*

Henry Widdowson - *U. de Londres*

Ian Roberts - *U. de Wales*

Ilza Ribeiro - *U. Feira de Santana*

Ingedore G. V. Koch – *UNICAMP*

Jairo Nunes – *UNICAMP*

João A. de Moraes – *UFRJ*

João Andrade Perez - *U. de Lisboa*

José Luiz Fiorin – *USP*

Jürgen M. Meisel - *U. de Hamburgo*

Leda Bisol – *UFRS*

Leonor Scliar-Cabral - *UFSC* – Pres. da ABRALIN

Letícia M. Sicuro Corrêa - *PUC-RJ*

Luiz A. Marcuschi - *UFPe*

Malcom Coulthard - *U. de Birmingham*

Marco Antonio de Oliveira - *UFMG*

Margarida Basílio - *UFRJ*

M. Antonieta A. Celani - *PUC-SP*

M. Cecília Pérez de Souza e Silva - *PUC-SP*

M. da Graça Pinto - *U. do Porto*

M. Denilda Moura - *UFAL*

M. do Carmo Leite de Oliveira - *PUC-RJ*

M. Fausta Pereira de Castro - *UNICAMP*

M. Helena Moura Neves - *UNESP, Araraquara*

M. Luíza Braga - *UNICAMP*

M. Rachel D. Martins - *U. de Lisboa*

Mercedes S. Risso - *UNESP, Assis*

Michael R. Scott - *U. de Liverpool*

Mike Dillinger - *UFMG*

Nadja R. Moreira - *UFCe*

Paola Bentivoglio - *U. de Caracas*

Pedro M. Garcez - *UFSC*

Rodolfo Ilari - *UNICAMP*

Rosa V. Mattos e Silva - *UFBa*

Roxane H. R. Rojo - *PUC-SP*

Shana Poplack - *U. de Ottawa*

Thomas Huckin - *U. de Utah*

Yonne de F. Leite - *UFRJ*

W. Leo Wetzels - *U. Livre de Amsterdam - U. de Nijmegen*

© Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

BEST COPY AVAILABLE

Chamada

Número especial ano 2000

A revista DELTA lançará um número especial dedicado às perspectivas para as áreas e sub-áreas da linguística teórica e linguística aplicada para o início do milênio.

O corpo editorial estará interessado especificamente em trabalhos voltados aos rumos prováveis de cada área com base em tendências discerníveis nas pesquisas em curso. Não há restrições quanto à orientação teórica ou enfoque da pesquisa, sendo especialmente bem-vindos trabalhos que levem em conta a questão da transdisciplinaridade.

São aceitas contribuições escritas em português, inglês, espanhol, francês e italiano.

O prazo final para submissão é 31 de julho de 1999.

Call for Papers

DELTA is planning to launch a special issue devoted to possible developments and prospects in the different areas and subareas in both theoretical linguistics and applied linguistics in the years ahead.

The editorial board would be particularly interested in contributions dealing with likely tendencies in each of the areas with special attention to work already in progress. There are no restrictions with respect to theoretical orientation or research emphasis, and we welcome papers geared towards transciplinary topics.

We welcome contributions in Portuguese, English, Spanish, French, and Italian.

The deadline for the submission of manuscripts is 31 July 1999.

ASSINATURAS/ SUBSCRIPTIONS

To/Para: D.E.L.T.A.
Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.
Departamento de Lingüística - Puc-SP.
Rua Monte Alegre, 984. CEP 05014-001.
São Paulo, SP, Brasil.

From/De:

NOME/NAME _____

_____

ENDEREÇO/ADDRES _____

_____

CEP/ZIP CODE _____ COUNTRY _____

Pagamento/Payment

- ☐ por cheque em reais
- ☐ por depósito em banco na conta corrente do BANESPA, # 03.066006/7 Banco # 033, Agência # 0220
- ☐ by international money order to Account # 03.066006-7 Bank BANESPA # 033, Bank Agency # 0220.

Pedido/Order

- ☐ 1) Assinatura anual / Annual Subscription
  Ano / year:_____
- ☐ 2) Vol. 12 n.° especial (volume que inclui todos os resumos dos trabalhos publicados de 1985 a 1994). (A special issue including all the *abstracts* of the works published by D.E.L.T.A. from 1985 to 1994).
- ☐ Enviar os seguintes números / Please send me the following
  issues/s _____

_____

BEST COPY AVAILABLE

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada.
Vol. 1, 1/2 (fev./ago. 1985)
São Paulo: EDUC, 1985
Semestral, n.º Especial desde 1992
Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC SP e da Associação Brasileira de Lingüística/ABRALIN
Resumo em Português e Inglês em todos os artigos

1. Lingüística Teórica - periódicos. 2. Lingüística Aplicada - periódicos. I. Título: Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo III. Associação Brasileira de Lingüística

ISSN 0102-445 **CDD** 405

Os textos publicados na revista são indexados no LLBA (Linguistics and Language Behaviour Abstracts), no MLA (Moderm Language Association) Directory of Periodicals e International Bibliography, no Sociological Abstracts e no ULRICH's International Periodicals Directory

The Journal and its contents are indexed in LLBA (Linguistics and Language Behaviour Abstracts), MLA (Modern Language Association) Directory of Periodicals as well as International Bibliography, Sociological Abstracts and ULRICH's International Periodicals Directory

Programa de Apoio a Publicações Científicas
MCT CNPq FINEP

BEST COPY AVAILABLE

revista de

Documentação de
Estudos em
Lingüística
Teórica e
Aplicada

Homenagem a Ataliba T. de Castilho

vol.14- nº Especial - 1998

edue

467

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista D.E.L.T.A. publica estudos de caráter teórico ou aplicado, oriundos de qualquer área referente ao fenômeno lingüístico, desde que se trate de contribuições inéditas.

Será dada preferência a trabalhos que contenham pesquisa original, que poderão vir em forma de ARTIGOS, DEBATES e QUESTÕES E PROBLEMAS. A Revista publica, ainda, RETROSPECTIVAS (síntese crítica acerca do estado da ciência), NOTAS BIBLIOGRÁFICAS e RESENHAS.

Colaboradores de todos os países estão convidados a submeter seus trabalhos, os quais serão avaliados, anonimamente, por dois membros do Conselho Editorial assessorados, quando necessário, por pareceristas *ad hoc*. Em caso de empate, um terceiro parecerista é convidado.

Tais trabalhos devem ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

Artigos, Retrospectivas, Debates são precedidos de abstract em inglês e resumo em português com aproximadamente 100 palavras cada. Para programas a serem usados e normas gerais de digitação, ver final do volume.

Os originais apresentados não devem ter sido publicados ou submetidos simultaneamente a outra revista.

Ficam concedidos à revista todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados.

ASSINATURAS

A Revista D.E.L.T.A. é uma publicação semestral (fev. e ag.), podendo haver a possibilidade de um número especial incluso na anuidade.Preço anual da assinatura no Brasil: R$30,00 (indivíduos), R$60,00 (instituições) e R$17,00 (números avulsos).

Aceita-se permuta.

EDITORIAL POLICY

D.E.L.T.A. is adressed to all areas of study concerning language and speech, whether theoretical or applied; however, only unpublished contributions will be considered.

Preference will be given to original research work, presented under the categories of ARTICLES, DEBATES or SQUIBS. The journal also carries OVERVIEWS (critical overview of the state of the art), as well as BIBLIOGRAPHICAL NOTES and REVIEWS.

Researchers from all countries in the world are invited to submit their papers which will be sent to two anonymous referees from the Editorial Board. In the event of a tie, a third will be called. If necessary, an *ad hoc* referee can be invited.

The articles should be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian.

Articles, Overviews, Debates are preceded by an abstract not exceeding 100 words, in English and Portuguese. As for word processing software to be used and general typing instructions see last page of this issue.

It is a condition of publication that manuscripts submitted to this journal have not been published and have not been simultaneously submitted elsewhere.

The acceptance of papers by the journal entails the transference of the copyright to the publishers.

SUBSCRIPTIONS

D.E.L.T.A. is a bi-annual publication (Febr. and Aug.) with an opitional special issue. Annual price-abroad: US 30,00 (individuals), US60,00 (institutions) and US17,00 (single issue); equivalent amount in Reais.

Exchange of publications welcome.

BEST COPY AVAILABLE

Apresentação

O objetivo central da revista D.E.L.T.A. é permitir que os colegas tomem conhecimento do que está acontecendo na área no país e oferecer um espaço para colocarmos os resultados de nossas pesquisas. Mas há outros que assumem proeminência em momentos distintos. Esse é o papel principalmente, dos números especiais, que já há alguns anos estão vindo a público sistematicamente.

Este número especial tem objetivo ainda mais específico. Homenagear um dos membros da comunidade que tem tido papel muito relevante; além de seu trabalhos sobre lingüística do Português, tem atuado efetivamente na congregação de colegas em torno de objetivos comuns. O motivo desta homenagem é seu trabalho coordenando o projeto "a gramática do português falado", provavelmente o mais importante trabalho de grupo jamais desenvolvido no Brasil.

É uma honra para a Revista D.E.L.T.A. dedicar este número especial ao de todos querido, colega Ataliba Teixeira de Castilho, publicando trabalhos de membros e colaboradores do projeto. O tamanho do número já seria evidência suficiente da importância do professor Ataliba; acrescente-se que alguns trabalhos ainda deverão ser incluídos em futuro número regular.

Leila Barbara

D.E.L.T.A.

Revista de documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

Sumário/Contents

Apresentação/Presentation i

Adair Palácio & Denilda Moura - Ataliba Teixeira de Castilho: o Homem, o Professor e o Lingüista/ Ataliba Teixeira de Castilho: the man, the lecturer, the linguist 1

Margarida Basílio – Morfológica e Castilhamente: um Estudo das Construções X-mente no Português do Brasil - Morphologically and "Castilho" -wise: a study of X-mente formations in Brazilian Portuguese 15

Leda Bisol - A Nasalidade, um Velho Tema - Nasality, an Old Theme 27

Luiz Carlos Cagliari & Gladis Massini-Cagliari - Quantidade e Duração Silábicas em Português do Brasil - Syllable Quantity and Duration in Brazilian Portuguese 47

Dinah Callou, João Moraes & Yonne Leite - Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real/R Deletion in Final Coda Position in Brazilian Portuguese: a Case-Study in Apparent Time and in Real Time 61

Roberto Gomes Camacho & Erotilde Goreti Pezatti – Repetição e Coordenação/ Repetition and Coordination 73

Leonor Lopes Fávero, Maria Lúcia de C. V. de O. Andrade & Zilda Gaspar Oliveira de Aquino - Discurso e Interação: a Reformulação nas Entrevistas/ Discourse and Interaction: Reformulation in the Interviews 91

Carlos Franchi, Esmeralda Vailati Negrão & Evani Viotti - Sobre a Gramática das Orações Impessoais com *Ter/Haver*/On the Grammar of Impersonal Sentences with *Ter/Haver* 105

Rodolfo Ilari - *Pela primeira vez*, e suas Complicações Sintático-semânticas/*Pela primeira vez*, and its Syntactic-semantic Complications 133

Mary A. Kato (Debate) - Formas de Funcionalismo na Sintaxe/Functionalism in Syntax 145

Ingedore Villaça Koch & Luiz Antônio Marcuschi - Processos de Referenciação na Produção Discursiva /Referencial Processes in Discourse Production 169

Revista D.E.L.T.A. São Paulo Vol. 14 nº Especial P. (1-276) 1998 ISSN 0102-445

BEST COPY AVAILABLE

Maria Helena de Moura NEVES & Maria Luiza BRAGA - Hipotaxe e Gramaticalização: uma Análise das Construções de Tempo e de Condição /Hipotaxis and Grammaticalization: an Analisis of Temporal and Conditional Complex Sentences 191

Mário A. PERINI, Yara G. LIBERATO, Maria Elizabeth F. SARAIVA & Lúcia FULGÊNCIO - Sobre a Classificação das Palavras/On Word Classes 209

Mercedes Sanfelice RISSO & Clélia Cândida A. Spinardi JUBRAN - O Discurso Auto-reflexivo: Processamento Metadiscursivo do Texto/Self-reflexive Discourse: Meta Discursive Processing of Text 227

Maria Cecília Perez de SOUZA E SILVA & Mercedes Fátima de Cunha CRESCITELLI - Retomando a Interrupção.../Getting Back to Interruption... 243

Judit TAPAZDI & Giampaolo SALVI - Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil/ The Hypothetical Constrution in Spoken Portuguese 255

Hudinilson URBANO - O seu Trabalho Está Bom, mas.../Your Paper is Good, but... 267

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (1-14)

Ataliba Teixeira de Castilho: o Homem, o Professor e o Lingüista

Adair Palácio & Denilda Moura (*Universidade Federal de Alagoas*)

A Revista D.E.L.T.A. homenageia neste número a figura de um estudioso das ciências humanas no Brasil, mais precisamente, da ciência da linguagem, o Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, cujo perfil temos a pretensão de resumir: sério, sem ser sisudo; despretensioso, sem ser ingênuo; ativo, sem ser ofegante; sábio, sem ser arrogante. O dileto discípulo amigo do Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum herdou do seu mestre uma humildade dificilmente encontrável nos meios acadêmicos.

O Prof. Ataliba Teixeira de Castilho fez seus cursos de Graduação e Pós-Graduação na USP, do bacharelado à livre docência; cursos de Pós-Doutorado no Exterior, nos Estados Unidos e na França; é Pesquisador I-A do CNPq; e iniciou sua carreira docente como Professor de Ensino Secundário. Em 1959 e 1960, foi Professor Contratado de Português no Ginásio Estadual "Prof. Francisco Roswell Freire" de São Miguel Paulista, São Paulo; em 1960 foi também Professor Interino de Latim no Ginásio Estadual e Escola Normal de Suzano, São Paulo; e em 1961 iniciou sua brilhante carreira no Ensino Universitário. De 1961 a 1975, foi Professor Titular de Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, São Paulo; em 1970 foi "Visiting Professor" no Curso de Pós-Graduação do Departamento de Espanhol e Português da Universidade do Texas em Austin, Estados Unidos; de 1975 a 1991, foi Professor Titular de Lingüística Portuguesa no Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas; tem prestado valiosa colaboração a Programas de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do país e do exterior, como Professor Convidado; desde 1991, após sua aposentadoria, é Professor Convidado Titular no Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas; de janeiro de 1992 a novembro de 1993, foi Professor Doutor de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e a partir de dezembro de 1993, é Professor Associado nessa mesma instituição; ainda na USP, a partir de junho de 1997, é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa.

Casou-se com D. Célia Maria Moraes de Castilho, formando com ela e os três filhos: Cláudia, Célia e Rogério, uma família adorável, que já conta com descendentes.

A participação do Prof. Ataliba Teixeira de Castilho na História da Lingüística Brasileira tem sido ativa e contínua desde seus primórdios. Ele

BEST COPY AVAILABLE

descobriu e estimulou talentos pelo interior de São Paulo, onde lecionou por muitos anos, e foi estendendo sua atuação pela capital extrapolando as fronteiras do Estado para atingir outras paragens, inclusive algumas menos aquinhoadas, que iluminou com brilho e incentivo, deixando por onde atuou sua marca registrada de pesquisador e figura humana inconfundíveis, e muitos amigos.

O Prof. Ataliba Castilho é sócio fundador da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), foi seu Presidente no biênio 1983-1985 e Conselheiro da Associação em quatro gestões: 1969-1971, 1973-1975, 1975-1977 e 1977-1979. Com a vinda do Projeto da Norma Urbana Culta (Projeto NURC) para o Brasil, assumiu, junto com o Prof. Dr. Isaac Nicolau Salum, a coordenação do Projeto em São Paulo (NURC-SP) nos difíceis momentos de sua instalação no Brasil; e junto com o Prof. Dr. Dino Preti, deu início às primeiras publicações do corpus coletado pelo Projeto em São Paulo e no Brasil, permitindo que outros pesquisadores tivessem acesso a esse material tão rico, uma amostragem da fala do brasileiro culto.

Além da ABRALIN e do NURC, o Prof. Ataliba tem exercido várias funções junto à CAPES, ao CNPq, à ANPOLL, à FAPESP, ao GEL-SP, e junto a outras entidades científicas e para-científicas, tendo tomado parte em praticamente todos os movimentos lingüísticos no Brasil. Ele tem também apresentado trabalhos e proferido conferências em Congressos e Seminários, no Brasil e no Exterior, assim como tem estagiado em vários centros de reconhecida notoriedade no Exterior.

O magistério é o seu mundo. Professor de Português, de Filologia, entusiasta do desenvolvimento dos estudos sobre língua falada, é difícil situá-lo em um setor restrito da Lingüística: lingüista teórico e/ou lingüista aplicado, pragmatista, funcionalista, ele é um estudioso ávido de novas informações e enfoques, de conhecer as novas teorias que vão surgindo, sem contudo deixar-se deslumbrar pelo imediatismo, que, no seu caso, seria incompatível com sua sólida formação acadêmica e pessoal. Alegre e informal, mas muito rígido consigo mesmo, leva os estudos, as reuniões, as discussões muito a sério. Ensina para que se aprenda.

O Ataliba é um cientista que se emociona com Deus e suas criaturas. Teria que ser uma pessoa como ele para tentar e conseguir da rígida burocracia universitária a permissão para a realização de uma defesa de tese sem a presença do candidato, que se encontrava em estado de coma em um leito de hospital. Só um homem totalmente comprometido com a vida poderia ter tido a idéia e

se empenhado em executar tal tarefa, ao mesmo tempo significativa e aparentemente inglória.

Ataliba é dono de uma oratória lúcida e coerente, entremeada por pequenas observações sutilmente irônicas e bem humoradas; usa com elegância um "r" retroflexo que o situa geograficamente e atesta sua indiferença para com os preconceitos lingüísticos. Escreve igualmente com clareza e concisão e tem se ocupado de memórias de associações e eventos, assim como de homenagens a professores e colegas seus. Mas, o foco principal de suas atenções tem sido os emaranhados temas menos estudados e/ou compreendidos da língua portuguesa, entre eles a tríade tempo/modo/aspecto que, por não apresentarem fronteiras definidas entre si, despertam incertezas aos falantes em geral, aos neo-estudiosos de língua portuguesa e até mesmo àqueles que têm grande domínio das estruturas gramaticais.

Sua preocupação começou em 1966, quando defendeu a Tese de Doutorado intitulada "Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa" sob a orientação do Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer Jr. e, por sua extensa bibliografia, podemos observar sua constante preocupação em tratar desse tema.

Queremos chamar a atenção para o fato de que para descobrir modo, tempo ou aspecto em outras línguas que por acaso desejemos estudar, faz-se necessário entender muito bem como a língua que dominamos desde o berço manifesta esses processos. Quando dizemos: "acendi o fogo", não fui eu que de fato o "acendi" (uma impossibilidade pragmática reconhecida e indiscutível em português), mas sim que possibilitei esse causativo através de um morfema prefixal, sufixal ou através de uma partícula independente. Por outro lado, as noções temporal e modal, que em português se expressam por um morfema flexional junto à raiz verbal, podem não estar representadas por um morfema em outra língua, mas a noção daquela temporalidade pode ser fornecida por um morfema aspectual. Por estranho que possa parecer, as introspecções de Ataliba sobre esses processos em língua portuguesa têm sido um ponto de partida para a percepção de fenômenos similares em outras línguas. Essa reflexão não só sintetiza o óbvio, a universalidade das línguas, mas também a necessidade de uma formação lingüística sólida para a compreensão de outras e, até mesmo, de nossa própria língua.

A sua atuação em Associações Científicas, em Grupos de Estudo, como fundador, organizador, grande incentivador, ou sócio, é outra marca inconteste

do Lingüista, cuja sólida formação humanística o situa na inter-relação da ciência da linguagem com outras ciências humanas e sociais.

Fundador do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), em 1969; foi seu primeiro Presidente de 1969 a 1971; Secretário de 1978 a 1979, sendo Presidente o Prof. Rodolfo Ilari, gestão em que se principiou a publicação dos Estudos Lingüísticos (Anais dos Seminários do GEL).

Membro da Comissão de Organização da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN) em 1969, juntamente com J. Mattoso Câmara Jr. e Aryon Dall'Igna Rodrigues; Conselheiro em quatro gestões e Presidente de 1983 a 1985.

No Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI), é um dos Delegados brasileiros, desde 1969; Diretor do V Instituto do PILEI, realizado na Universidade Estadual de Campinas, de janeiro a fevereiro de 1980.

Na Associação de Filologia e Lingüística da América Latina (ALFAL), desde 1969; Vogal de 1981 a 1992; Presidente da Comissão Organizadora do IX Congresso Internacional, realizado na Universidade Estadual de Campinas em agosto de 1990; atualmente é Coordenador da Comissão de Lingüística Portuguesa, criada durante o X Congresso, a partir de 1993.

É filiado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), desde 1969; e à Sociedade Brasileira de História da Ciência, desde 1983.

Ataliba é possuidor de uma liderança, científica e social, inegável, e comprovada através de seus Projetos de Pesquisa Coletiva. Coordenou a execução do "Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta da Cidade de São Paulo" (Projeto NURC) juntamente com Isaac Nicolau Salum (1969-1980) e Dino Preti (desde 1981). Participou de todas as "Reuniões Nacionais dos Responsáveis pela Execução do Projeto NURC no Brasil" de 1969 a 1989, num total de 15 Reuniões, nas cidades selecionadas pelo NURC: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

O seu Projeto mais recente "Projeto de História do Português de São Paulo" (PHPSP), iniciado em 1995, com sede na Área de Filologia e Língua Portuguesa da USP, tem por objetivo historiar o português da Cidade de São Paulo, em comparação com o Português implantado em outras capitais

brasileiras. Esse Projeto está sendo desenvolvido com a participação de alunos da graduação e da pós-graduação da USP, o que demonstra mais uma faceta de sua atuação - a formação de pesquisadores.

O seu grande "Projeto de Gramática do Português Falado" (PGPF), que coordena desde 1988, tem por objetivo a redação coletiva de uma gramática referencial do português culto falado no Brasil, com base nos materiais do Projeto NURC/Brasil. Ataliba conseguiu reunir 35 pesquisadores de 12 universidades brasileiras, de posições teóricas distintas, distribuídos por cinco Grupos de Trabalho (Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe I, Sintaxe II e Organização Textual Interativa). E a sua proposta de 1987 é seguida com rigor, determinação e otimismo. E o que parecia difícil inicialmente, em função da heterogeneidade do grupo, foi por ele conseguido - as Convergências sobre a Organização da Gramática, a Metodologia e os Pressupostos Teóricos: v. Kato (Org.) 1996: 11-14, e Castilho (Org.) 1990.

Por toda a sua contribuição efetiva à História da Lingüística Brasileira e, em especial, por seu Grande Projeto de Gramática do Português Falado, a Revista D.E.L.T.A. dedica esse número especial a esse grande empreendedor dos estudos lingüísticos no Brasil.

Para concluir esse texto em que tentamos traçar o perfil de Ataliba, relacionamos a seguir o Produto do seu Grande Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF).

1. Ataliba Teixeira de CASTILHO (Org.) *Gramática do Português Falado*. Volume I: A Ordem. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990. (Série Pesquisas).
2. Rodolfo ILARI (Org.) *Gramática do Português Falado*. Volume II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992. (Série Pesquisas).
3. Ataliba Teixeira de CASTILHO (Org.) *Gramática do Português Falado*. Volume III: As Abordagens. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1993. (Série Pesquisas).
4. Ataliba Teixeira de CASTILHO e Margarida BASÍLIO (Orgs.) *Gramática do Português Falado*. Volume IV: Estudos Descritivos. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. (Série Pesquisas).
5. Mary A KATO (Org.) *Gramática do Português Falado*. Volume V: Convergências. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. (Série Pesquisas).

6. Ingedore G. Villaça Koch (Org.) *Gramática do Português Falado*. Volume VI: Desenvolvimento. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. (Série Pesquisas).

As publicações que relacionamos a seguir constituem mais uma marca memorável da sua atuação.

Ataliba Teixeira de Castilho (Publicações)

1. Livros

1962a - (Org.) *Anais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília*, vol.I (1959-1961). Marília, FFCL.

1965a - *A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira e suas Relações com a Terminologia Latina*, em parceria com Enzo Del Carratore. Marília, FFCL [Coleção Estudos n. 1].

1967a - *A Sintaxe do Verbo e os Tempos do Passado em Português*. Marília, FFCL [Coleção Estudos n. 12]. Resenhas: Ricardo Carballo Calero, *Sobre Língua e Literatura Galega*. Vigo, Galáxia, 1971, pp. 266-268. Manfred Sandmann, 1972, *Romance Philology* 26: 506-507, 1972.

1968a - *Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa*. Marília, FFCL [Coleção Teses n. 6]. Resenhas: Luiz Carlos Travaglia, 1981, *O Aspecto Verbal no Português*. Uberlândia, Un. Fed. de Uberlândia, pp. 24-26. Wolf Dietrich, 1983, *El Aspecto Verbal en las Lenguas Românicas*. Madrid, Gredos, pp. 140-143.

1970a - (Org.) *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais Brasileiras*. Marília, Conselho Municipal de Cultura.

1978a - (Org.) *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau*. São Paulo/Campinas, Secretaria de Estado da Educação/ UNICAMP, 1978, 8 vols.; republicado em São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, 1988, 3 vols.

1984a - (Org.) *Atas do V Instituto Interamericano de Lingüística. Cadernos de Estudos Lingüísticos* 6 [UNICAMP].

1986a - (Org., com Dino Preti) - *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. São Paulo, TAQ/FAPESP, vol. I, Elocuções Formais.

1986b - *Uma Proposta para o Ensino de Gramática no 1º e 2º Graus*. Campinas, Secretaria de Estado da Educação/UNICAMP, mimeo.

1987a - (Org., com Dino Preti) - *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. São Paulo, TAQ/FAPESP, vol. II, Diálogos entre dois informantes.

1987b - (Org.) *A Ordem do Sujeito Nominal no Português Culto Falado em São Paulo*. Resultados de Grupo de Trabalho coordenado por Paola Bentivoglio, UNICAMP, ms. inédito.

1989a - (Org.) *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP.

1990a - (Org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. I, A Ordem; segunda edição, 1991. Resenhas: Giampaolo Salvi, *Lingua e Stilo* 26: 661-663, 1991; Madalena Colaço, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 5/6: 235-236, 1991.

1991a - (Org.) *Sistematização de Arquivos Públicos*. Campinas, Editora da UNICAMP.

1993a - (Org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. III, As Abordagens.

1993b - (Org.) *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL*, vols. I (Conferências), II (Grupos de Trabalho), no prelo: vols. III-V (Comunicações).

1996 - (Org., juntamente com Margarida Basílio) - *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. IV.

1998 - *A Língua falada no Ensino de Português*. São Paulo, Contexto.

2. Capítulos de Livros. Artigos em Revistas Especializadas e em Atas de Congressos. Verbetes em Dicionários Especializados. Prefácios

1962a - A Língua Portuguesa no Brasil, *Alfa* 1: 9-24.

1962c - Estudos Lingüísticos no Brasil, *Alfa* 2: 135-143.

1963a - A Reforma dos Cursos de Letras, *Alfa* 3: 5-44.

1963b - Estruturalismo, História e Aspecto Verbal, *Alfa* 4: 138-166.

1964a - A Poesia de Carlos Drummond de Andrade, *Alfa* 5/6: 9-40.

1965b - Metodologia da Redação, *Didática* 2: 35-48.

1965c - Recursos da Linguagem Impressionista em Raul Brandão, *Alfa* 7/8: 19-38.

1965d - A Cadeira de Lingüística no Curso de Letras, *Alfa* 7/8: 155-161.

1967b - A Onomasiologia no Léxico e na Sintaxe, de parceria com Enzo Del Carratore, *Alfa* 11: 129-150.

1967c - A Lingüística no Brasil / A Língua Portuguesa no Brasil / Carlos de Laet, em Massaud Moisés e José Paulo Paes (Orgs.) - *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*. São Paulo.

1969a - Projeto de Descrição do Português Culto na Área Paulista, *Letras de Hoje* 4: 73-78.

1969b - A Descrição do Português Culto, Supl.Lit. de *OESP*, 23.3.1969, reproduzido em *Letras de Hoje* 3: 117-123.

1970b - Sur l'aspect verbal en portugais, *Revue roumaine de linguistique* 15: 247-249.

1972a - Rumos da Dialetologia Portuguesa, *Alfa* 18/19: 115-153, 1972/1973 [Miscelânea de Estudos Dedicados a T.H. Maurer Jr.].

1973a - Prefácio ao livro de Dino Preti, *Níveis Sociolingüísticos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

1973b - Pós-Graduação e Planejamento da Pesquisa Lingüística, *Alfa* 18/19, 497-515, 1972/1973.

1973c - O Estudo da Norma Culta do Português do Brasil, *Vozes* 67/8: 21-25.

1974 - A Lingüística Aplicada ao Ensino do Português, *Didática* 9/10: 5-14.

1978b - Os Sons/ Problemas de Análise Gramatical, em Castilho (Org. 1978 a), vol. 5, pp. 12-44.

1978c - Para o Ensino da História da Língua Portuguesa, em Castilho (Org. 1978 a), vol. 6, pp. 93-125.

1978d - Análise Preliminar dos Demonstrativos, *Estudos Lingüísticos* 1: 30-35 [Anais dos Seminários do GEL].

1978e - A Norma Urbana Culta da Cidade de São Paulo: problemas de transcrição, *Estudos Lingüísticos* 2: 3-10.

1978f - A Dimensão Textual do Verbo, *Estudos Lingüísticos* 2: 125-140.

1978g - Variação Dialetal e Ensino Institucionalizado da Língua Portuguesa, *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 1: 18-25; republicado com alterações em Castilho (Org. 1978 a), vol. 4: 32-43.

1979 - A Lingüística no Brasil / A Língua Portuguesa no Brasil [nova redação], em Massaud Moisés e José Paulo Paes - *Pequeno Dicionário de Lingüística Brasileira*, 2ª ed. São Paulo, Cultrix.

1980 - A Constituição da Norma Pedagógica Portuguesa, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 22: 9-18.

1981a - O Projeto NURC e a Sintaxe do Verbo, Estudos de Filologia e Lingüística. Homenagem a Isaac Nicolau Salum. São Paulo, TAQ/ EDUSP, pp. 269-288.

1981b - A Lingüística Portuguesa no Brasil nos anos 70, *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filologia de América Latina* (Phoenix, Estados Unidos, 1981). México, UNAM, 1988, pp. 27-60.

1982 - Norma culta de São Paulo: singularidade ou pluralidade?, *Boletim da ABRALIN* 3: 18-31.

1983a - O Papel da Lingüística na Identificação do Padrão Lingüístico, *Boletim da ABRALIN* 4: 60-66.

1983b - Variedades Conversacionais, *Boletim da ABRALIN* 5: 40-53.

1984b - El Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Culta. Formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal, em Donald F. Solá (Ed.) - *Language in the Americas*. Proceedings in the Ninth PILEI Symposium. Ithaca, Cornell University, pp. 161-165 [republicação parcial de 1981 a, com alterações].

1984c - Ainda o Aspecto Verbal, *Estudos Portugueses e Africanos* 4: 9-36.

1984d - Quinze anos de Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, *Estudos Lingüísticos* 9: 10-20.

1984e - O Presente do Indicativo na Oração e no Texto, *Actas del VII Congreso Internacional de ALFAL* (Santo Domingo, Rep. Dominicana, 1984). Santo Domingo, Universidad Nacional Pedro Henriquez Ureña, 1987, vol. I, pp. 389-404.

1985 - O Artigo no Português Culto de São Paulo, em Castilho (Org. 1989a), pp. 67-88.

1987c - Prefácio ao livro de Rodolfo Ilari - *Perspectiva Funcional da Sentença*. Campinas, Editora da UNICAMP; 2ª ed., 1992.

1987d - Para o Estudo das Unidades Discursivas do Português Falado, *Actas del VIII Congreso Internacional de ALFAL* (San Miguel de Tucumán, Argentina, 1987), no prelo.

1987e - A Elipse do Sujeito no Português Culto Falado em São Paulo. *Estudos Lingüísticos* 14: 32-40.

1988 - O Lingüista Theodoro Henrique Maurer Jr., *Boletim da ABRALIN* 10: 53-63, 1991.

1989b - Prefácio ao livro de Fernando Tarallo (Org.) - *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes.

1989c - O Português do Brasil, cap. do livro de Rodolfo Ilari - *Lingüística Românica*. São Paulo, Ática, 1992, pp. 237-269.

1989d - Para o Estudo das Unidades Discursivas do Português Falado, em Castilho (Org. 1989a), pp. 249-280 [republicação com alterações do texto de 1987 a].

1989e - Da Análise da Conversação para a Análise Gramatical, *Estudos Lingüísticos* 17: 219-226.

1989f - Para uma Gramática do Português Falado, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 1: 37-48.

1989g - O Papel do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, de 1969 a 1971, *Estudos Lingüísticos* 18: 14-20.

1989h - Processos de Atenuação na Fala Culta. *Anais do I Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ*. Discurso e Ideologia. Rio de Janeiro, UFRJ/FJB, pp. 258-261.

1990b - O Português Culto Falado no Brasil: História do Projeto NURC/Brasil, em Dino Preti e Hudinilson Urbano (Orgs.) - *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, vol. IV, Estudos. São Paulo, TAQ/FAPESP, pp. 141-202.

1990c - Português Falado e Ensino da Gramática, *Letras de Hoje* 25/1, 103-136.

1990d - Sistema de Arquivos. *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP* 3: 7-11.

1991b - Advérbios Modalizadores: um novo núcleo predicador?, em parceria com Mary Kato, como autora principal, *D.E.L.T.A.* 7/1: 409-423.

1991c - Avanços na pesquisa sociolingüística: o estudo da língua falada, *Boletim da ABRALIN* 12: 19-24.

1991d - Avaliação em Letras e Lingüística, *Boletim da ANPOLL* 15: 14-18.

1991e - Projeto de Gramática do Português Falado, *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 5/6: 169-179.

1992a - Advérbios Modalizadores, em parceria com Célia Maria Moraes de Castilho, em Rodolfo Ilari (Org.) - *Gramática do Português Falado*, vol. II. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992, pp. 213-260.

1992c - Paulo Duarte e o problema da Língua Brasileira, em parceria com Silvana Godoi, em *Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários*. Campinas, Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, 1992, pp. 151-160.

1993c - Os Mostrativos no Português Falado, em Ataliba T. de Castilho (Org.) - *Gramática do Português Falado*, vol. III. Campinas, Editora da UNICAMP, pp. 119-148.

1993d - Apresentação, em Ian Roberts e Mary A. Kato - *O Português Brasileiro*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas, Editora da UNICAMP.

1993e - Portuguese, em *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Edinburg, Pergamon Press.

1993f - Adjetivos Predicativos, em parceria com Célia M. Moraes de Castilho, *Letras* 5: 122-143.

1994a - Problemas de Descrição da Língua Falada, *D.E.L.T.A.* 10: 47-71.

1994b - Para a História da Associação Brasileira de Lingüística, em parceria com Maria Cristina F. S. Altman, *Boletim da ABRALIN* 16: 21-37.

1994c - Um ponto de vista funcional sobre a predicação, *Alfa* 38: 75-96.

1994d - Teorias Lingüísticas e Ensino da Gramática, *Diário de Classe 3, Língua Portuguesa*. São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, pp. 17-28.

1994e - Informatização de acervos da Língua Portuguesa, em parceria com Giselle Machline de O. e Silva e Dante Lucchesi, *Boletim da ABRALIN* 17: 143-154.

1994f - Prefácio, em Rosa Virgínia Mattos e Silva (Org.) *Fotografias Sociolingüísticas* vol. II. Campinas, Editora da UNICAMP, no prelo.

1994g - Prefácio, em Cristina Altman - *Historiografia da Lingüística Brasileira*, no prelo.

1995a - A Língua Falada e sua Descrição, em *Para Segismundo Spina: Língua, Filologia, Literatura*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/ Iluminuras, pp. 69-90 (para outra versão, v. 1994a).

1995b - Para uma Gramática do Português Falado, em *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários. In Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 79-102 (reelaboração de 1989 f).

1995c - Conversação e Gramática, ms. inédito.

1995d - A Gramática do Português Culto Falado no Brasil. Aspectos Teóricos, em *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa, no prelo.

1995e - GEL, Novos Caminhos, em parceria com Dino Preti, Mercedes S. Risso e Maria Bernadete M. Abaurre, *Estudos Lingüísticos* 24: 19-35 [Anais do GEL].

1996a - Gramática do Português Falado, *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Salvador, ABRALIN-FINEP-UFBA, pp. 417-420.

1996b - Sistemas de Preservação de Documentos Literários: os arquivos e sua metodologia, *Anais do 2º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros* [Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS]. Porto Alegre, PUCRS, pp. 9-17.

1997a - A Gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários* [UFBA] 19, março de 1997: 25-63.

1997b - Língua Falada e Gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa* 1: 107-120.

1997c - Projeto de Gramática do Português Falado, *Estudos Lingüísticos* [Anais do GEL] 26: 62-73.

1997d - Para uma sintaxe da repetição. Língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura* 22: 293-332.

1998a - Langue parlée et processus grammaticaux, em M. Bilger, K. van den Eynde et F. Gadet (Eds. 1998) *Analyse linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*. Leuven/Paris, Peeters, pp. 141-148.

BEST COPY AVAILABLE

3. Resenhas Bibliográficas. Artigos de divulgação

1961 - A Romanização da América [artigo-resenha do livro de Joaquim Ribeiro *História da Romanização da América*], *Anhembi* 45/133: 136-140.
1962d - Sílvio Elia - O Problema da Língua Brasileira *Alfa* 1: 116-119.
1962e - A Estilística [artigo-resenha do livro de Julio Garcia Morejón *Los Límites de la Estilística*], *Alfa* 1: 105-108.
1962f - Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, *Alfa* 2: 156-165.
1962g - João Ribeiro - Crítica, vol. V (Filólogos), *Alfa* 2: 153-156.
1962h - João de Barros - Diálogo em Louvor de nossa Linguagem, ed. crít. de Luciana Stegagno Picchio, Supl. Lit. de *OESP*, 3.3.1962.
1963c - Theodoro Henrique Maurer Jr. - O Problema do Latim Vulgar, *Alfa* 3: 145-154.
1963d - A propósito do Atlas da Península Ibérica [artigo-resenha sobre ALPI], *Alfa* 3: 105-114.
1963e - Pierre Guiraud - La Grammaire, *Alfa* 4: 207-211.
1963f - José Aderaldo Castello - Textos que interessam à História do Romantismo, Supl.Lit. de *OESP*, 5.5.1963.
1964b - Kurt Baldinger - La Formación de los Dominios Lingüísticos en la Península Ibérica, *Alfa* 5/6: 147-154.
1965e - Maria Clara R.T. Constantino - A Espiritualidade Germânica do P. Manuel Bernardes, Supl.Lit. de *OESP*, 6.2.1965.
1965f - Ivan Lind - De Portugal ao Brasil, Supl.Lit. de *OESP*, 9.10.1965.
1966a - Nélson Custódio de Oliveira - Português ao Alcance de Todos, *Didática* 3: 143-147.
1966b - Nelson Rossi (ed.) - Livro das Aves, Supl. Lit. de *OESP*, 15.1.1966.
1966c - Kurt Baldinger - La Semasiología, Supl. Lit. de *OESP*, 12.2.1966.
1966d - Diversos - Les anciens textes romans non littéraires, Supl. Lit. de *OESP*, 26.2.1966.
1966e - Celso F. da Cunha - Uma Política do Idioma, Supl. Lit. de *OESP*, 26.2.1966.
1966f - José Herculano do Carvalho - Estudos Lingüísticos, vol. I, Supl. Lit. de *OESP*, 12.3.1966.
1966g - Maurice Leroy - Les grandes courantes de la Linguistique, Supl. Lit. de *OESP*, 26.3.1966.
1966h - Jacques Pohl - Forme et pensée, Supl. Lit. de *OESP*, 13.8.1966.
1966i - Manuel de Paiva Boléo - Algumas Tendências e Perspectivas da Lingüística Moderna, Supl. Lit. de *OESP*, 3.9.1966.
1996j - Rudolf Hallig et Walther von Wartburg - Système raisonné des concepts pour servir de base à la Lexicographie, Supl. Lit. de *OESP*, 10.9.1966.

1966l - V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, vol III, Supl. Lit. de *OESP*, 5.11.1966.
1967d- Conclusões do I Simpósio sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, Supl. Lit. de *OESP*, 10.6.1967.
1967e - Luiz Carlos Lessa - O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa, Supl. Lit. de *OESP*, 28.1.1967.
1967f - Charles Guiraud - Les verbes signifiant voir en Latin, Supl. Lit. de *OESP*, 18.2.1967.
1967g - José Antonio Tobias - Lógica e Gramática, Supl. Lit. de *OESP*, 4.3.1967, reproduzida na *Revista Brasileira de Filosofia* 17: 213-215.
1967h - Nomenclatura Gramatical Portuguesa, Supl. Lit. de *OESP*, 24.6.1967.
1967i - Joseph Szertics - Tiempo y Verbo en el Romancero Viejo, Supl. Lit. de *OESP*, 29.7.1967.
1967j - Joseph Herman - Le Latin vulgaire, Supl. Lit. de *OESP*, 26.8.1967.
1967l - Francisco da Silva Borba - "Introdução aos Estudos Lingüísticos", Supl. Lit. de *OESP*, 30.9.1967.
1968b - Estudos Filológicos. Miscelânea Serafim da Silva Neto, Supl. Lit. de *OESP*, 13.1.1968.
1968c - Fernando Moura - Vocabulaire fondamental du Portugais pour étranger, Supl. Lit. de *OESP*, 27.1.1968.
1968d - Henry Hoge - "A Selective Bibliography of Luso-Brazilian Linguistics", Supl. Lit. de *OESP*, 23.3.1968.
1968e - José G. Herculano de Carvalho - Teoria da Linguagem, vol. I, Supl. Lit. de *OESP*, 18.5.1968.
1968f - "El Simposio de Bloomington", Supl. Lit. de *OESP*, 27.7.1968.
1968g - Gaetano Righi - Historia de la Filología Clásica, Supl. Lit. de *OESP*, 19.10.1968.
1968h - A Llorente de Maldonado - Teoría de la Lengua e Historia de la Lingüística, Supl. Lit. de *OESP*, 7.12.1968.
1968i - N. E. Donni de Mirande - La Lengua Coloquial y la Lengua de la Literatura Argentina, Supl. Lit. de *OESP*, 21.12.1968.
1969b - H. G. Schogt - Le système verbal du français, Supl. Lit. de *OESP*, 6.8.1969.
1969c - A L. Francis Askins (Ed.) - "Cancioneiro de Corte e de Magnates", Supl. Lit. de *OESP*, 20.9.1969.
1970c - F. R. Palmer - A Linguistic Study of the English Verb, Supl. Lit. de *OESP*, 20.9.1969.
1979d - Xesús F. Couselo (Ed.) "A Vida e a Fala dos Devanceiros", Supl. Lit. de *OESP*, 14.3.1970.

BEST COPY AVAILABLE

1970e - Juan M. Lope Blanch - La Filología Hispánica en México, *Alfa* 16: 350-352.

1971a - A Lingüística na América Latina e no Brasil, Supl. Lit. de *OESP*, 29.8.1971, 5.9.1971, 19.9.1971.

1971b - Jorge Morais Barbosa - A Língua Portuguesa no Mundo, Supl. Lit. de *OESP*, 14.2.1971.

1971c - A Handbook for Teachers of Spanish and Portuguese, Supl. Lit. de *OESP*, 28.2.1971.

1971d - Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil, Supl. Lit. de *OESP*, 14.3.1971.

1986c - Hildo Honório do Couto - O que é o Português do Brasil, *Folha de São Paulo*, 29.6.1986.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (15-25)

Morfológica e Castilhamente: um Estudo das Construções X-mente no Português do Brasil

(Morphologically and "Castilho"-wise:
a study of X-mente formations in Brazilian Portuguese)

Margarida Basilio (*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*)

Abstract: This work addresses the question of the morphological structure of X-mente forms and of the degree of productivity of –mente in forming adverbs in Brazilian Portuguese. The author (a) shows that –mente is not properly a suffix in Brazilian Portuguese; (b) claims that, although the great majority of morphological types of adjectives can be involved in X-mente adverbs, the formative –mente does not have inflection level productivity; and (c) presents a preliminary study of productivity conditions of –mente in forming modal adverbs.

Resumo: Neste trabalho é discutida a estrutura morfológica das construções X-mente no português do Brasil e estudadas em caráter preliminar as condições de produtividade das construções adverbiais X-mente no português do Brasil. A autora (a) problematiza a análise de –mente como derivação sufixal; (b) observa que, embora a produtividade de –mente não possa ser considerada de nível flexional, a grande maioria de tipos morfológicos de adjetivos podem ser envolvidos em construções X-mente; e (c) faz uma análise preliminar das condições de produtividade de advérbios modalizadores em –mente.

Key words: Lexical Productivity; Affixation; Adverb Formation; Brazilian Portuguese.

Palavras-chave: Produtividade Lexical; Afixação; Formação de Advérbios; Português do Brasil.

Os advérbios em -mente trazem um problema interessante em relação à questão da delimitação de unidades lexicais, na medida em que, por um lado, há dúvidas quanto a seu caráter sufixal e, por outro, propostas de atribuição de status flexional. Neste trabalho vamos discutir as duas colocações e determinar algumas condições de produtividade do sufixo –mente no português do Brasil.

As gramáticas do português em geral consideram a formação de advérbios em -mente como um processo de afixação; -mente seria, pois, um sufixo que se adiciona a adjetivos para a formação de advérbios (v., por ex., Cunha e Cintra 1985, Said Ali, 1921/1964 etc.). Entretanto, as formas em -mente apresentam características peculiares, em confronto com as demais formações sufixais em português. Estas características são de cunho fonológico, morfológico e sintático.

Do ponto de vista fonológico, a primeira peculiaridade é que nas formações em -mente a acentuação da palavra base não se submete totalmente à do sufixo, como é de regra nas formações sufixais do português brasileiro. Considere-se, por exemplo, a diferença de padrão acentual entre *nitidamente* e *nitidez* ou *inutilmente* e *inutilidade:* no primeiro membro do par temos um padrão acentual com dois picos, enquanto no segundo, o acento da palavra base se neutraliza frente ao acento do sufixo. A diferença entre os dois casos não pode ser considerada como oriunda do fato de que -mente, formando uma sílaba separada, não se funde com elementos fonológicos anteriores como acontece com -ez e -idade, porque também é clara a diferença de padrão acentual entre formas como *intensamente* e *pensamento*, por exemplo.

A característica fonológica mais saliente das formações em -mente, no entanto, é o fato de que as vogais médias abertas, embora passando à posição pré-tônica em virtude do acréscimo de -mente, deixam de apresentar o fechamento característico desta posição, como vemos em *certamente, brevemente, supostamente*, em oposição a *certeza, brevidade e suposição*.

Do ponto de vista morfológico, formações em -mente apresentam uma característica que contraria definições morfológicas clássicas opondo derivação e composição, na medida em que formações adverbiais em -mente são construídas a partir da forma feminina do adjetivo correspondente, assim configurando uma situação que fere frontalmente a regra geral de que formas flexionadas não podem ser derivantes. As proposições alternativas de que (a) formações em -mente seriam alomorfes em -a dos radicais derivantes; ou de que (b) o sufixo seria -amente não são realmente viáveis, na medida em que alternâncias típicas de formação do feminino se mantêm no caso de bases de formações em -mente, como em *religiosamente*, em que se mantém a alternância submorfêmica entre vogal média fechada na forma do masculino e aberta na forma do feminino do sufixo -oso; adjetivos uniformes não apresentam acréscimo de -a, como em *prudentemente*, mas adjetivos pátrios apresentam a base em -a, como em *espanholamente*; a alomorfia peculiar da formação do feminino se verifica em aumentativos, como em *valentonamente*; e assim por

diante. Temos, portanto, que concordar que formações em -mente são feitas a partir de uma forma flexionada para o feminino.

Do ponto de vista sintático, o fato de podermos enumerar mais de um adjetivo e utilizar -mente apenas na última formação, como em *cuidadosa, vagarosa e pertinazmente*, indica o caráter não afixal de -mente; ou o caráter não preso de afixos, caso alguns prefiram esta alternativa de análise.

Em suma, a pauta acentual, a situação flexionada da base e a relativa mobilidade de posição de -mente em relação a suas bases mostram que a análise de formações em -mente como derivações sufixais é problemática.

Como, então, analisar as formações X-mente? Alguns fatores apontariam para uma análise de X-mente como composição, embora o próprio conceito de composição não seja incontroverso. Na abordagem tradicional, palavras compostas são definidas como palavras formadas com duas ou mais palavras ou radicais. Na abordagem estruturalista, a composição é definida pela presença de dois ou mais radicais. Na morfologia gerativa, a composição é vista a partir da Hipótese Lexicalista como a utilização lexical de estruturas sintáticas (Jackendoff, 1975) ou quase (Anderson, 1992).

Do ponto de vista morfo-semântico, a composição se distingue da derivação pela função de multiplicar as possibilidades de denotação do léxico através da utilização de estruturas sintáticas como mecanismos de expansão lexical. A partir de uma estrutura fixa, do tipo [S+Adj]S, [V+S]S, etc., em que apenas o significado estrutural está previsto, é possível combinar a semântica de quaisquer itens lexicais, desde que obedecida a especificação categorial. Na derivação, ao contrário, temos elementos fixos, formas presas, de semântica pré-determinada e posição pré-determinada, que se adicionam a radicais para a formação de novos elementos denotadores. O conjunto pré-determinado de afixos, ou, alternativamente, regras de adição de afixos, projeta a classe das expansões lexicais possíveis com suas interpretações básicas.

Entretanto, conforme observado em Basilio (1987), certas palavras ou radicais podem se tornar recorrentes em composições, cristalizando-se como afixos funcionais, embora mantendo suas características morfo-sintáticas de composição. Por exemplo, no padrão [V+S]S, que forma agentivos ou instrumentais como *mata-mosquito, guarda-casaca, porta-bandeira* etc. os elementos *guarda-* e *porta* recorrem em inúmeras formações, algumas bastante recentes, tais como *porta-retrato, porta-guardanapo* etc., revelando uma tendência

à cristalização de caráter afixal. Parece ser este o caso de *-mente*, que, como sabemos, deriva de uma expressão cristalizada. No caso, a forma se teria cristalizado funcional e semanticamente, mas mantendo as características sintáticas de composição, ou seja, a situação de concordância. A análise de formas em -mente como compostas explicaria a manutenção da acentuação, o não fechamento das vogais médias abertas e a flexão do feminino na base da construção. A possibilidade de enumeração de advérbios com a ocorrência concreta de –mente apenas no último elemento é de caráter mais complexo, mas encontramos um correlato composicional para este tipo de comportamento nas composições de adjetivos como *sócio-econômico, agro-industrial, franco-brasileiro* etc., em que o sufixo caracterizador do adjetivo é cancelado no primeiro elemento da composição. Há uma situação análoga no lado da prefixação em pares do tipo *micro* e *macro estrutura, infra* e *super estrutura, maxi* e *mini saia, multi* ou *interdisciplinar*, e assim por diante (cf. Basilio, 1989).

O caso de X-mente enquanto forma composta é mais complexo do que o dos adjetivos acima por causa da presença do *e* nas enumerações de formas em –mente e também pelo fato de que processos de formação de palavras com função de mudança categorial são fundamentalmente derivacionais. Do ponto de vista morfológico, portanto, as formações em –mente nos deixam com uma escolha entre uma derivação esdrúxula e um caso estranho de composição com finalidades de mudança categorial.

Existe na literatura sobre a morfologia dos advérbios uma preocupação também do lado oposto, a saber, a possibilidade de que a formação de advérbios fosse considerada flexional, dada a sua produtividade supostamente plena (v. Bauer, 1983). Scalise (1990), rebatendo a proposta, examina as restrições de aplicação da regra de adição do sufixo –mente no italiano e apresenta dados do italiano que passo a cotejar com o português.

A primeira observação de Scalise (doravante S) é que –mente não se adiciona a possessivos, demonstrativos, indefinidos e numerais, o que também se verifica no português, à exceção dos numerais ordinais, cuja situação é menos clara neste particular.

Passando a adjetivos propriamente ditos, S afirma que a maior parte das restrições operando sobre –mente é de ordem semântica e coloca, em primeiro lugar, que -mente não se combinaria com adjetivos designando propriedades físicas, ex.: *bellamente, *calvamente, *bruttamente. Esta colocação levanta duas questões.

BEST COPY AVAILABLE

A primeira, de cunho mais geral, se relaciona à conveniência ou não de estabelecermos restrições semânticas em processos particulares. A meu ver, a questão das incompatibilidades semânticas deve ser tratada em outro nível que não o morfológico, a menos que estas sejam peculiares a um determinado processo em vez de apenas se manifestarem nele. Isto nos leva à segunda questão, a de se a adição de –mente a um adjetivo para a formação de advérbios seria compatível com adjetivos que denotam propriedades físicas. Ora, se advérbios são modificadores de adjetivos, advérbios, sentenças ou enunciados, mas não de substantivos, a utilização de adjetivos denotando propriedades físicas como base para a formação de advérbios terá como produto um uso indireto e, portanto, complexo e menos óbvio. Entretanto, a colocação de Scalise não pode ser tomada em termos absolutos no que tange ao português. Exemplos como *carecamente, talvez possam ser considerados inaceitáveis, pelo menos por enquanto. Considerem-se, todavia, os seguintes exemplos:

(1) A manequim esguiamente desfilava seus anos de dieta e malhação.
(2) Maria desfilava lindamente nua.
(3) Fiquei constrangida diante da menina que vesgamente se esforçava em me fitar.
(4) Ele tentou correr, ainda que capengamente; mas acabou caindo.

Em (1), *esguia* está sendo empregado como advérbio, mas denota a esguiez de Joana; em (2), *lindamente* denota qualidades físicas de Maria, pelo menos em uma das interpretações; em (3), o advérbio denota diretamente a propriedade da menina de ser vesga; em (4), *capenga* pode se referir ao fato de que o sujeito é capenga. É de se notar, no entanto, uma certa resistência e, digamos, uma vocação menor de denotação física para os advérbios em –mente, a qual seria melhor acomodada, no entanto, em termos da dicotomia condições de produtividade/ condições de produção (Basilio, 1993).

A segunda colocação de S é a de que adjetivos denotando cor não são disponíveis como bases para formações em –mente. A rejeição de nomes de cores é mais clara em casos como **azulmente* ou **verdemente*, mas parece haver uma gradação na qual o fator relevante parece ser não semântico, mas morfológico e sintático. Em primeiro lugar, a aceitabilidade de ?amarelamente é sensívelmente maior que *azulmente, pelo próprio fato da adequação mórfica da base Xa; formas como *?cinzentamente* e *?vermelhamente* em confronto como **azulmente* e **marronmente* mostram que o fator mórfico é o predominante na diferença de aceitabilidade.

BEST COPY AVAILABLE

Adicionalmente, a rejeição se esmaece quando nomes de cores apresentam uma feição exclusivamente adjetiva, como em:

(5) Roseamente pintada em toques delicados, a porcelana revivesceu.
(6) Tecida em tons purpureamente fortes, a tapeçaria era de grande valor.

Parece, pois, que o problema maior reside não tanto na semântica de cores mas no caráter primariamente substantivo que os nomes de cores apresentam. É interessante observar, entretanto, que as cores aproximadas são mais facilmente adverbializadas, ao contrário das cores "puras", por assim dizer:

(7) O cabelo avermelhadamente castanho brilhava ao sol.
(8) O dia foi se prolongando acinzentadamente; e de tarde começou a chover.
(9) Esverdeadamente azul, a pedra era das mais raras.

Resta verificar se o que condiciona a maior propensidade de formação é a semântica da aproximação ou a morfologia próxima da do Particípio Passado. O exemplo (10)

(10) Aquele sangue jorrando rubramente.

sugere que a aversão das cores aos advérbios não é total nem em formas primitivas.

S continua sua exposição dizendo que entre um sentido literal e um metafórico, mais abstrato, -mente sempre seleciona o menos concreto. Apesar da dificuldade de decifrarmos o que se entende por concreto, abstrato e metafórico, em textos mais recentes, a colocação de S é relativamente clara em casos como **bellamente*, considerado como impossível no italiano e ocorrente em português fundamentalmente no sentido menos concreto. Entretanto, mais uma vez a proposição poderia ser colocada mais convenientemente em termos de condições de produção. Nos exemplos abaixo, tanto um significado mais concreto quanto um mais metafórico ocorrem em português:

(11) Teatralmente este roteiro mão é viável/João sempre agiu teatralmente.
(12) Viver economicamente implica em fazer pesquisa de mercado todos os dias / Economicamente o país tem duas alternativas, ambas calamitosas.
(13) Profissionalmente eu me defino como lingüísta/ Ele não agiu profissionalmente.

Um outro ponto em que o português se distancia do italiano no que se refere a formações em –mente é o fato de que, ao contrário do que S alega para o italiano, -mente pode ser adicionado a formações compostas em português, conforme ilustrado abaixo:

(14) Acho que sociolingüisticamente falando podemos fazer esta afirmação.
(15) Econômico-financeiramente a situação da Coréia é crítica.

Passando a uma observação mais sistemática das condições de produtividade da regra de adição de -mente na formação de advérbios a partir de adjetivos, podemos observar que -mente pode ser acrescentado à maioria dos tipos morfológicos de adjetivo denominal, conforme ilustrado abaixo:

(16) socialmente, ocasionalmente, racionalmente, letalmente, essencialmente
(17) historicamente, energicamente, liricamente, romanticamente, ceticamente
(18) honrosamente, indecorosamente, perigosamente, pegajosamente, maravilhosamente
(19) monetariamente, tributariamente, utilitariamente, etariamente, humanitariamente

Existem dificuldades maiores, entretanto, com os adjetivos pátrios em –ês e –ense e com os adjetivos em –udo; e baixa utilização nos adjetivos em –ano, embora não se trate de uma barreira absoluta.

Quanto aos adjetivos deverbais, podemos, mais uma vez, verificar condições normais de produtividade em quase todos os tipos morfológicos:

(20) pausadamente, deliberadamente, antecipadamente, refletidamente,
(21) insistentemente, constantemente, evidentemente, ardentemente, decentemente
(22) relativamente, positivamente, consecutivamente, respectivamente, primitivamente
(23) compulsoriamente, contraditoriamente, obrigatoriamente,
(24) visivelmente, sensivelmente, possivelmente, provavelmente, incrivelmente

Uma atenção especial deve ser dada ao caso dos nomes de agente. Entre as formações X-dor, esperaríamos que os substantivos primários não encontrassem uma forma adverbial, que seria possível apenas para os adjetivos,

conforme ilustrado abaixo:

(25) ameaçadoramente, assustadoramente, compensadoramente
(26) *administradoramente, *varredoramente, *compressoramente

Os exemplos acima fortalecem a hipótese de Basilio (1981), segundo a qual o uso adjetivo de formações em –dor do tipo das bases de (26) seria apenas superficial, não se configurando os nomes de agente como sendo também adjetivos. A mesma impossibilidade de (26) se verificaria para formações análogas em –nte:

(27) *fortificantemente, *detergentemente, *alvejantemente, *tranquilizantemente
(28) *repetentemente, *litigantemente, *manifestantemente

apesar da possibilidade de uso adjetivo dessas formas. No caso dos adjetivos propriamente ditos em -nte, no entanto, a situação é menos clara que no caso de -dor, conforme vemos abaixo:

(29) ?angustiantemente, ?sufocantemente, ?estressantemente, ?comoventemente
(30) ?resfolegantemente, ?ofegantemente, ?arquejantemente

Em (29) e (30), as formas são mais ou menos aceitáveis; mas, simplesmente, não se usam. A repetição fonológica não parece exercer algum papel mais relevante, na medida em que formas como *freqüentemente*, *recentemente*, *decentemente*, *constantemente*, *terminantemente*, *incessantemente* etc. não apresentam problema. A razão mais provável é da natureza de estratégias sintático-semânticas. No caso de (30), por exemplo, a utilização do gerúndio poderia bloquear as formações em –mente. É pouco provável, por exemplo, que se escolha *resfolegantemente* em vez de *resfolegando;* mas as formações estariam morfologicamente disponíveis.

Neste levantamento sumário das condições de produtividade de –mente na formação de advérbios no português do Brasil, verificamos que a grande maioria dos tipos morfológicos de base adjetiva são derivantes adverbiais. Observamos, também, que alguns tipos de formação apresentam condições precárias de realização, o que desqualifica a hipótese da produtividade absoluta ou aproximadamente flexional.

BEST COPY AVAILABLE

Finalizando, passo a examinar as condições de produtividade de formações em –mente como modalizadores, a partir de Castilho e Castilho (1992), doravante CC. Nestas situações, as possibilidades de formação são fortemente relacionadas aos valores modalizadores de advérbios, assim como a fatores retóricos, enfáticos.

Segundo CC, os modalizadores epistêmicos se dividem em três subclasses: asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores (hedges). Dentre os asseverativos, encontramos uma quantidade considerável de formações em –mente: efetivamente, obviamente, inegavelmente, incontestavelmente, realmente etc. Como a utilização de asseverativos tem efeito enfático, é natural a presença, dentre os asseverativos, de formações in-X-vel, em que a derivação parassintética é utilizada exatamente para formar um adjetivo que enfatize a impossibilidade de realização da ação veiculada pelo verbo (v. Basilio, 1992). A eliminação do prefixo negativo deste tipo de construção acarretaria a negação do sentido, de tal modo que qualquer destas formas, se privada do prefixo negativo, certamente deixaria de ser epistêmica asseverativa; a adição de um prefixo negativo, se/onde cabível, teria o mesmo efeito. O que é interessante nestas construções é que a forma positiva do advérbio não ocorre, apesar da possibilidade de ocorrência da forma positiva como adjetivo:

(31) Isto é inegavelmente complexo *negavelmente
(32) A proposta é incontestavelmente interessante
*contestavelmente
(33) É incontestável que a proposta é interessante
(34) A proposta pode ser conveniente, mas que ela seja interessante é contestável.

Os quase-asseverativos na classificação de CC indicam uma hipótese. Os casos mais óbvios em –mente são os de *possivelmente* e *provavelmente*, em que a prefixação negativa subverteria significativamente a situação modalizadora. O caso de **impossivelmente* traz uma questão curiosa, a da impossibilidade de utilização adequada de qualquer tempo verbal. Assim, embora *improvavelmente* não seja propriamente uma construção tranqüila, também não é *impossível*; enquanto *impossivelmente* parece ser realmente impossível, mas por razões outras que não as morfológicas, o que cria uma questão interessante para a noção de produtividade lexical.

Ainda na classificação de CC, os epistêmicos delimitadores são os que parecem mais admitir novas formações, na medida em que novos campos de

delimitação estão sempre disponíveis; por exemplo, do mesmo modo que *biologicamente* e *geograficamente*, podemos enumerar um sem-número de outras disciplinas, incluindo-se formações compostas correspondentes a abordagens interdisciplinares, tais como *sócio-interacionalmente*, *econômico-financeiramente*, *bio-eticamente*, *clono-geneticamente* etc.

A outra situação de grande abertura para a formação de advérbios em –mente é a da modalização afetiva. Em CC, os afetivos são subdivididos em dois tipos, os subjetivos, que se voltam para a proposição, e os intersubjetivos, que se voltam para a interação. No primeiro caso, como o que está em jogo é a proposição, podemos encontrar advérbios e suas negações, como em *felizmente* e *infelizmente*, embora a maior parte dos usos seja a de expressão de estranheza. Nestes, encontramos uma situação análoga à dos asseverativos:

(35) Incrivelmente, ele consegue trabalhar 36 horas seguidas *crivelmente

No segundo caso, como o que está em jogo é a interação, não se esperam negações de significados positivos de adjetivos, de modo que formações do tipo de *insinceramente* ou *desonestamente* são descartadas como alternativa para *sinceramente* e *honestamente*, apesar da disponibilidade destas formações para outros usos adverbiais.

Esta breve introdução às possibilidades de formação de advérbios em –mente a partir de adjetivos, levando em consideração as utilizações dos advérbios, mostra que a situação de produtividade de formações adverbiais não é facilmente delimitada de um ponto de vista exclusivamente morfológico, o que evidencia a necessidade de um estudo cuidadoso da relação entre disponibilidades estruturais e seus correlatos na realidade funcional.

Referências bibliográficas

Anderson, S. R. (1992) *A-morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Basilio, M. (1981) Re-estudo de Agentivos. Comunicação. *VI Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro: PUC-RIO.

_____(1987) *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.

_____(1989) Prefixos: a controvérsia derivação/composição. In: *Cadernos de Lingüística e Língua Portuguesa* **1**. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

_____(1992) O Fator Semântico na Derivação Parassintética: a Formação de Adjetivos. In: *D.E.L.T.A.*, 8.1: 71-89.

495

BEST COPY AVAILABLE

_____(1993) Produtividade e Função dos Processos de Formação de Palavras no Português Falado. In: *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL*. Campinas: UNICAMP.

BAUER, L. (1983) *English Word-Formation*. Cambridge: Cambridge University Press.

CUNHA, C. e L. CINTRA (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CASTILHO, A.T. e C.M.M. CASTILHO (1992) Advérbios Modalizadores. In: R. ILARI (org.) *Gramática do Português Falado Vol. II: Níveis de Análise Linguística*. Campinas: UNICAMP.

JACKENDOFF, R. (1975) Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language* 51: 639-671.

SAID ALI, M. (1921-1964) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3a ed. São Paulo: Melhoramentos.

SCALISE, S. (1990) Constraints on the italian suffix –mente. In: W.U. DRESSLER et alii (orgs.) *Contemporary Morphology*. Berlim: Mouton de Gruyter.

496

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (27-46)

A Nasalidade, um Velho Tema
(Nasality, an Old Theme)

Leda Bisol (*Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul*)

Abstract: The aim of this paper is to show that Portuguese has two processes of nasalization, operanting in separate levels, the lexical one that originates the diphthong and the postlexical that originates the nasal vowel. In the formation of the diphthong, the stability effect, a local condition, is the fundamental point as the assimilation is, as spreading, for the nasal vowel.

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar que o português possui dois processos de nasalização que, em níveis fonológicos separados, lexical e pós-lexical, originam, respectivamente, o ditongo e a vogal nasal. Na formação do ditongo, o efeito da estabilidade é o ponto essencial como é a assimilação para a vogal nasal.

Key words: Stability; Assimilation; Percolation; Underspecification.

*Palavras-chave: Estabilidade; Assimilação; Percolação; Subespecificação.**

0. Introdução

A hipótese de Câmara Jr. (1969) de que a vogal nasal é o conjunto VC, uma vogal seguida de uma elemento nasal, subespecificado, um arquifonema em seus termos, é o pressuposto básico deste estudo, que tem por foco o ditongo nasal. Ser bifonêmica a vogal nasal é uma hipótese geralmente aceita, embora com variantes de interpretação. Ser um ditongo mais arquifonema nasal em final da palavra, conforme Câmara, é a hipótese refutada, com o argumento de que o português desconhece o padrão silábico VCC, em que C2 não seja /S/.

Neste artigo, reinterpreta-se a idéia mattosiana à luz da fonologia atual, mas o proibido padrão silábico não vem à tona, pois N, sem ferir a Condição de Coda, associa-se à rima para nasalizar o ditongo que a vogal temática ajudou a construir.

* Agradeço a Lee Seung-Hwa pela leitura crítica dos originais e sugestivos comentários.

1. O Contraste Fonológico

Das evidências que a literatura registra para a hipótese VN, relembremos apenas a relação derivacional do tipo *irmão/irmanar*, *limão/limonada*, que sinaliza paradigmas com uma base em comum, e a ausência de nasalidade na sílaba pré-final de proparoxítonas, *capénga* mas não *cápenga*, apontando para a sílaba pesada que a nasal constrói. Proparoxítonas rejeitam sílabas pesadas na penúltima posição.

Em se tratando de contraste fonológico, vale observar que ele se estabelece entre a sílaba pesada da seqüência VN e a sílaba leve de uma só vogal (1a), mas entre ditongos a oposição se faz diretamente entre presença e ausência de nasalidade (1b).

(1) Contrastes fonológicos

a)		b)	
senda/seda		mão/mau	
lança/laça		pão/pau	
rim/ri		põe/boi	

2. Pressupostos Básicos

2.1. Tipo de nasalidade

A idéia central deste artigo é que o português possui dois processos distintos de nasalidade: o de estabilidade e o de assimilação. O primeiro, em que a nasal do grupo VN, sem interpretação fonética, é desassociada, tornando-se flutuante, ocorre com marcador de classe, em final de palavra, gerando o ditongo nasal; o segundo, com N subespecificado *in situ*, por espraiamento muitas vezes referido, dispõe dos demais contextos para criar a vogal nasal.

Línguas como o francês (Piggot, 1987) e como o português no caso específico do ditongo nasal, que mostram nasalidade local, têm de contar com o efeito da Estabilidade (Goldsmith, 1990:27-29), segundo o qual autossegmentos são preservados como flutuantes, quando desassociados, até que possam reassociar-se a unidades fonológicas vizinhas.

Segundo Odden (1995), não só vogais vizinhas, mas sílabas, rimas ou moras são possíveis receptores de tons flutuantes. É nesta linha que defendemos a idéia de que o receptor da nasalidade flutuante, em português, é a rima, pois

inexistem rimas parcialmente nasalizadas como **irmão* ou **irmaõ*, com nasalidade apenas sobre o núcleo ou sobre a coda. A rima toda fica por ela envolvida: *irmãõ*.

2.2 Da fonologia lexical

Na perspectiva de Kiparsky (1985), segundo o qual, no nível 2, a morfologia precede a fonologia, desenvolve-se este estudo, que entende ser o léxico do português ordenado em dois níveis, o da raiz (nível 1) e o da palavra (nível 2).[1]

O nível 1 é o da derivação e flexão irregular; o nível 2, o da flexão, tanto de verbos como de não-verbos, e inclui a composição e a derivação com sufixos produtivos, como *-zinho* e *-mente*.

É preciso levar em conta a clássica divisão entre regras lexicais, as que se aplicam no processo de formação de palavras e regras pós-lexicais, as que se aplicam sobre o resultado da sintaxe. Regras lexicais são controladas pelo Princípio de Preservação de Estrutura e pela Condição do Ciclo Estrito. Todavia, segundo Kiparsky (1985) e Borowsky (1993), o Ciclo Estrito, que proíbe a aplicação de regras cíclicas em ambientes não-derivados, fica desativado no nível da palavra. Regras pós-lexicais por eles não são controladas.

2.3. Da vogal temática

Em raízes de terminação nasal, subespecificada, a vogal temática nunca faz parte do processo derivacional, funcionando exclusivamente como marcador de classe, o que permite a seguinte afirmação:

(2) *A vogal temática de itens terminados em nasal subespecificada está sujeita à Condição de Perifericidade Vocabular, i.é, é introduzida no nível da palavra.*

O argumento é que inexistem indícios de sua presença na morfologia derivacional do nível 1. Somente aparece diante de sufixos que respeitam a integridade da palavra, *mão#zinha*, *mão#zudo*, ou em final absoluto, *mão*.

[1] A hipótese de três níveis lexicais, o último dos quais seria o da palavra prosódica, com que trabalhamos em estudos anteriores é agora abandonada em favor de dois níveis, mas na visão específica de Kiparsky (1985).

Harris (1982:18) diz que marcadores de classe somente aparecem no nível mais externo da palavra, o da palavra inteira. É o que acontece com o caso em estudo que só conhece VT com esta função, diferentemente de raízes com outras terminações.

Por outro lado, é importante observar que a distinção que se costuma fazer entre raízes com VT e raízes sem VT, também se faz com os itens em questão: i) Os que recebem marcador de classe: *irmão* (irma(N)+o), com a vogal final convertida em glide por silabação, ou submetida a um processo de fusão, *maçã* (masa (N)+a); ii) Os que não têm marcador de classe: *bem, cetim, homem*.

(3) Com VT		Sem VT	
irmaN+o]	(irmão)	omeN]	(homem)
irmaN+a]	(irmã)	armazeN]	(armazém)
faN+a]	(fã)	setiN]	(cetim)

Duas são, pois, as vogais temáticas /a, o/, diretamente envolvidas com raízes nominais de terminação nasal. A última forma, o verdadeiro ditongo nasal ao converter-se por (4) na vogal alta correspondente. A vogal /e/ somente figura em verbos. Que /i/, e na escrita, das flexões nominais, *limões, chorões*, seja reflexo de um processo de assimilação, é o pressuposto mais adiante discutido.

(4) Elevação de VT

$$\begin{bmatrix} \mathbf{V} \\ \mathbf{-ab1} \\ \mathbf{+ab2} \end{bmatrix} \rightarrow \mathbf{[-aberto\ 2]}\ \ \mathbf{Nu}\ \overset{\mathbf{Rima}}{\overline{\mathbf{VT}}}$$

3. Das Exceções

Antes de dar início às derivações, queremos chamar atenção sobre as exceções. São poucas e as admitimos como palavras de ditongos lexicalizados,

isto é, ditongos não gerados. Trata-se de *muito* e *cãimbra/cãibra, zãimbo/ zãibo*. O primeiro é o único caso de nasalização progressiva. O segundo, são raros casos de ditongo no interior de palavra, que não se ajustam à rima máxima do português VCC, a qual somente admite /S/ em C2, como foi observado. Por essas razões de excepcionalidade, tais palavras são lexicalizadas com ditongo.

4. Análise

À luz da fonologia lexical, os ditongos nasais podem ser classificados como lexicais e pós-lexicais.

Os primeiros são gerados no léxico, como *irmão* e *limões*. Em geral puxam o acento para a sílaba final com exceções que podem ser enumeradas: *órgão, órfão, bênção, Cristóvão, sótão* e raras palavras mais. Os segundos são formados no pós-léxico, como *homem, ariticum, fórum* - [omey ~omeñ], [aritukuw~aritikuŋ], ['fOruw ~'fOruŋ].

Em suma, a principal distinção entre o ditongo lexical e o pós-lexical, propriamente uma vogal seguida de um apêndice nasal, é a presença de VT como marcador de classe nos primeiros, e a ausência de VT nos segundos.

4.1. Do ditongo lexical

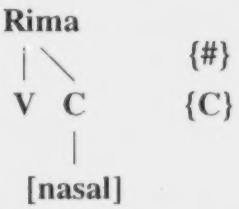
Feitas essas considerações básicas, passemos à derivação do verdadeiro ditongo nasal, que denominamos ditongo lexical, precisamente com o sentido de *ditongo gerado no léxico*, atentando para os detalhes que lhe dão peculiaridade e sustento.

A suposição básica, já enunciada, é que a forma subjacente do ditongo nasal é uma vogal seguida de uma consoante nasal, não plenamente especificada, tal qual a vogal nasal, interna.

É importante notar que N subespecificado somente acontece na coda silábica; no ataque, as nasais do sistema estão plenamente especificadas por traços articulatórios, e são em número de três, /n,m,ñ/, criando oposições fonológicas do tipo /kama,kana, kaña/ (cama, cana, canha).

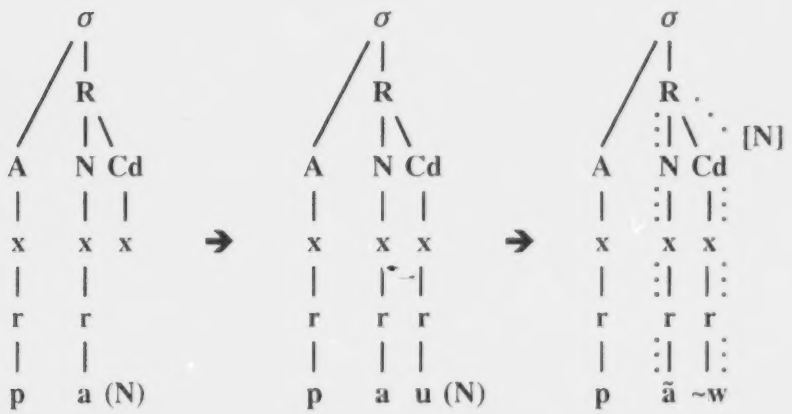
BEST COPY AVAILABLE

(5) Estrutura da vogal nasal



Com respeito ao ditongo, a hipótese é que a nasal com a estrutura (5), em posição final de vocábulo, é desassociada por convenção, porque não recebe interpretação fonética, pois não possui traços articulatórios, resultando um suprassegmento nasal, flutuante (N), mas estável graças à Estabilidade, um dos constructos da teoria autossegmental. Então, a vogal temática, como marcador de classe, ocupa a posição disponível da coda. E o traço nasal, reassociado à rima percola até atingir todos os segmentos terminais, ou seja, as vogais que a compõem. Exemplifiquemos com a palavra *pão*.

(6)



onde (N) significa nasal flutuante

O que se lê acima é que, em posição final de vocábulo, a raiz (r), que domina N, encontra-se dessilabada, porque a nasal não possui os traços articulatórios que lhe garantiriam manifestação fonética e justificariam o *'timing slot'* (x). Conseqüentemente a nasal torna-se flutuante, isto é, livre, mantendo-

se assim no aguardo de reassociação. Se isso não ocorrer, será apagada, de acordo com os princípios da teoria[2].

No passo derivacional seguinte, estando vazia a posição de coda do molde CCVC, a vogal temática nele se insere. Por fim o traço nasal, como um suprassegmento, é associado à rima e percola até os elementos terminais, gerando o ditongo nasal.

A análise realizada em (6) levanta um problema, pois gera um ditongo nasal em um sistema vocálico que não possui vogais nasais subjacentes. Esperar-se-ia que esse procedimento fosse bloqueado pelo Princípio de Preservação de Estrutura, mas isso não acontece, pois esses ditongos são preservados, sem variação, com o papel contrastivo, exemplificado em (1).

A hipótese consagrada de que a vogal nasal é a seqüência tautossilábica VN, em que V recebe de N a nasalidade, tem por ponto de partida o fato já referido de que o português não possui vogal nasal em seu sistema subjacente, mas apenas sete vogais orais, o que pressupõe a presença no sistema do seguinte filtro ou restrição:

(7) Restrição da Vogal Nasal

Leia-se: É proibido V ligado a N por uma só linha de associação.

Esse filtro não alcança vogais nasais em função da nasalidade bifonêmica, como não alcança ditongos. Gerados no léxico, esses ficam protegidos pelas linhas duplas de associação. Fica, pois, (8a) livre da restrição mencionada, mas não (8b).

[2] Derivados com perda da nasal também acontecem: *limão ~limoeiro~; feijão ~feijoada*, mostrando que uma derivação pode ignorar N. Se N não passar para a posição de ataque, no nível 1, pelo ato da silabação, permanece flutuante até o fim do ciclo, quando é apagado, porque não está sob a proteção da extraprosodicidade. Tomem-se extraprosódico, extramétrico ou extrassilábico como sinônimos.

(8)

a. mãu,	mas não	b. *mãu	ou	maũ
V		|		|
[nasal]		[nasal]		[nasal]

Tal argumento fundamenta-se na convenção "Linking Constraint", (Hayes, 1986:331), segundo a qual *linhas de associação em descrição estrutural são interpretadas exaustivamente*.

Retomando a análise, lembremo-nos de que N tautossilábico torna-se flutuante somente em posição final de um item lexical, por conseguinte diante de (]) do nível 2, mas não em itens derivados, nos quais permanece *in situ* para receber, por *default*, os traços articulatórios que lhe garantem manifestação fonética.

É preciso, pois, fazer a distinção (cf. Kiparsky, 1982) entre item lexical, identificado, e item derivado. Nesse, a nasal é licenciada, manifestando-se como coronal na posição de ataque por regra *default*, ou seja, de redundância: *irmanar*, derivada de *irmaN*, *manual*, de *maN*, *lanígero* de *laN* ou *panifício*, de *paN*.

Somente quando se trata da formação de ditongo fonológico, um processo lexical que ocorre no nível da palavra, a nasal é totalmente absorvida, como se observa em (9), porque não possui nem recebe, como segmento independente, os traços articulatórios. De acordo com Piggot (1987), em sistemas de nasalidade local, uma nasal sem traços é desassociada.

Nas derivações que se sucedem, a desassociação da raiz de N de que resulta uma nasal flutuante, será referida por Convenção de Desassociação de N, CDN, que somente ocorre no nível 2, pois a nasal é silabada no nível 1, para sustentar a derivação subseqüente do ciclo 2. No nível da palavra, no entanto, quando ainda permanece inespecificada, tem de ser desassociada, pelas razões inicialmente expostas: não recebe os traços referentes aos pontos de articulação. Por AVT, indicamos a adjunção da vogal temática; por RNP, a reassociação da Nasal à rima, com percolação; por CAA, a condição de apagamento do acento, na passagem do ciclo, desde que o sufixo não receba acento próprio, de acordo com a teoria de Halle & Vergnaud; por SIL, SILABAÇÃO e por AC, acentuação. Essa consiste, em linhas gerais, na atribuição de acento à sílaba pesada final e, nos demais casos, na formação de

um troqueu silábico, a partir da borda direita. EN e IN, que serão tratados no item 4.2, indicam, respectivamente, expansão de nasalidade e implementação de N por assimilação

(9)

	(irmão)	(irmandade)	(irmãos)
a)	[irmaN+o] N	b)[[irmaN]dade] N	c) [irmaN+o] N
Nível 1	(VT não satisfeita)		
Ciclo 1			
SIL	ir.maN	ir.maN	ir.maN
AC	(*)	(*)	(*)
Ciclo 2			
Afix.	-	[ir.máN dade]	
CAA		ir.maN dade	
SIL		ir.maN.da.de	
AC	-	ir.maN.da.de	-
		(* .)	
Nível 2			
Morfologia			
AVT	[[ir.máN]o]	-	[[ir.máN]o]
Flexão	-		[[[ir.máN]o]S]
Fonologia			
CDN	[[ir.má]o]		[[[ir.má]o]S]
	<N>		<N>
SIL e (4)	ir.máu		ir.máu
	<N>		<N>
RNP	ir.máu		ir.máuS
	V		V
	R←[N]		R←[N]
Pós-lexical			
EN		ir.mãN.da.de	
IN		ir.mãn.da.de/ir.man.da.de	
Outras regras...			
Saída	[ir.mãw]	[ir.mãn.dá.δi ~ir.mãn.dá. δi]	[ir.mãws]

A primeira e a terceira entradas são identificadas como itens lexicais, por conseguinte são candidatas à perda de N (CDN) no nível 2, quando VT, que satisfaz a condição de perifericidade vocabular, entra, ocupando a posição de N e tomando a forma de vogal alta, uma vez que vizinha com V (Regra 4). Com a associação da nasalidade à rima, gera-se por percolação o ditongo nasal, garantindo-se, no léxico, o contraste fonológico do tipo *pãw/paw*, *mãw/maw*.

BEST COPY AVAILABLE

Tornar-se glide uma vogal alta por ditongação é conseqüência natural da silabação. Vogais altas que satisfazem a Condição de Coda, por serem soantes, realizam-se em nível de superfície como glide. Isso é um universal lingüístico. E como os ditongos tomam nasalidade por linhas duplas de associação, não são eles atingidos pelo filtro (7).

Por vezes, em se tratando de acentuação, itens com ditongos verdadeiros estão marcados no léxico profundo pela extrametricidade (EX). Leia-se AEE por adjunção do elemento extraviado.

(10) [ÓrfaN+o]N EX

Nível 1	
SIL	Ór.faN
EX	Ór.fa<N>
AC	(* .)
AEE	Ór.faN
Nível 2	
Morfologia	
AVT	[[Ór.faN]o]
Fonologia	
CDN	[[Ór.fa]o]
	<N>
SIL/(4)	Ór.fau
	<N>
RNP	Ór.fau
	R←←[N]
Saída	[Ór.fãw]

Passemos a considerar a terminação oN em palavras polissílabas.

4.1.1.Da terminação oN

De nominais com oN acentuado, derivar-se-ia o ditongo nasal /õw/, que a língua apenas reconhece em monossílabos: *tom, bom, som* ou onomatopaicos como em *bombom*. Raros nomes próprios, empréstimos como *Gaston*, o exibem. Dessa terminação, identificada pelo paradigma derivacional, como se vê abaixo, geram-se dois ditongos lexicais, *ãw* e *õys*: *limão, limões, coração, corações, paixão, apaixonado, paixões.*

Não é difícil argumentar em favor de uma regra de dissimilação que relacione oN com ão, presente tanto na diacronia quanto na sincronia, como (11) sugere:

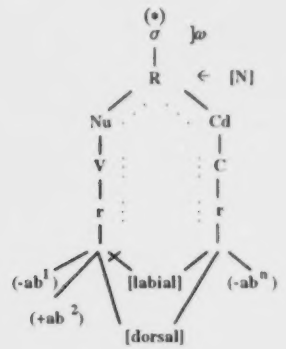
(11)	Diacronia	Sincronia
	conclusione > conclusão	algodão, algodoeiro
	tabelione > tabelião	limão, limonada
	opinione > opinião	gatão, gatona

. Pode-se descrever esta relação através da regra (13), a partir do sistema seguinte:

(12) O sistema vocálico

	lab cor/dor i/u	lab cor/ dor e/o	lab cor/ dor E/O	dor a
aberto 1	-	-	-	+
aberto 2	-	+	+	+
aberto 3	-	-	+	+

(13) Dissimilação Labial (DL)



O asterisco está indicando o acento na sílaba final, como elemento do contexto da regra. O símbolo (]) está dizendo, por sua vez, que tal regra somente atinge cadeias de vocóides labiais que estiverem na borda da palavra. A rima apresenta-se com duas vogais, a segunda das quais, como alta [-ab^n],

isto é, [-] em todos os níveis de abertura, ocupa a posição de coda; a segunda é uma vogal média. Ambas as vogais compartilham os traços labial, dorsal e a nasalidade que percola da rima. O processo de dissimilação consiste em desassociar o traço labial da vogal nuclear. O resultado que seria [α], desconhecido pelo sistema fonológico, é fixado, em função da preservação de estrutura, como /a/.

A regra (13) pressupõe a seguinte restrição, de língua particular, que tem o papel de condição de boa-formação (CBF):

(14) Restrição do ditongo nasal

É proibido *ou* nasalizado, tônico, em posição final de palavras polissílabas. Então o ditongo *ow* nasal é aceito em *[bõw], [tõw], [sõw]*, mas não em **lim[õw], *feij[õw], *naç[õw]*.

Quanto ao ditongo nasal *õy* (15a), com *e* na escrita, a que fizemos alusão em páginas anteriores, entendemos ser o glide o resultado da expansão da coronalidade de /S/, como em (15b), quando uma nova sílaba se forma ou como (15c), em que um glide vem à tona.

(15)

a.	sing.	pl	b. sing.	pl	c. sing.	pl.
limoN >	limão/limões		rapaz>rapazes		coronel>coronéis	
feijoN >	feijão/feijões		flor>flores		fácil> fáceis	
leoN >	leão/leões		mar>mares		funil>funis	

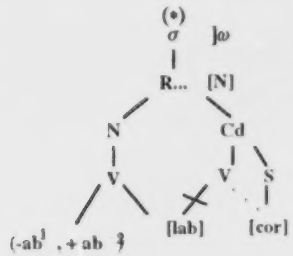
A formação de plural consiste apenas no acréscimo do morfema {S}: *casa>casas*. Mas, se a palavra terminar em consoante, o acréscimo deste morfema cria uma nova sílaba com uma vogal emergente *mar+S > marS > mares; rapaz + S > rapasS > rapazes;* por vocalização da lateral emerge um ditongo: *coronel + S > coronelS > coronéis*, ou a fusão tem sua vez *funil + S > funilS > funiis > funis*. Em todos esses casos, uma vogal epentética intervém, mostrando que o morfema de plural tende a evitar coda complexa. Nossa pressuposição é que tal vogal é o resultado da expansão do traço coronal de /S/. Também argumentam nesta direção Girelli (1988) e Morales-Front & Holt (1997).

A expansão da coronalidade de /S/ em terminação oN subjacente dá-se de forma muito semelhante a *paz ~ paiz, feroz ~ feroiz, mês ~ meis* ou *tõws*

~ tōys, irmās ~ irmāys, fās ~fāys, com a diferença de ser uma regra de aplicação categórica, por conseguinte lexical, enquanto esses pares são variáveis que caracterizam dialetos.

São esses fatos que oferecem argumento à suposição de que /i/, *e* escrita, é uma vogal criada pela expansão da coronalidade de /S/, que substitui *u* por *i*.

(16) Expansão do Traço Coronal (EC)



Condição lexical: Palavra Polissílaba

O asterisco indica acento. Leia-se: O traço coronal de S expande-se sobre a vogal imediatamente precedente, em sílaba acentuada e com nasalidade, quando ambas as vogais são labiais. O espraiamento provoca a desassociação do traço labial da vogal atingida, substituindo-o pelo traço coronal.

(17)

[[limo(N)o] pl] → *li. mõu S → li.mõis [li'.mõys]

[labial] [+cor]

Trata-se de uma regra de mudança de traços que se aplica no léxico e que combina apagamento com assimilação.

Há algumas palavras com o ditongo *ãw* nasal que mostram invariavelmente o glide coronal ao invés do glide dorsal, que para isso devem ser marcadas.

(18)

paN [-fem]	pão(sg) pães (pl)
kaN [-fem]	cão(sg) cães (pl)
alemãN [-fem]	alemão(sg) alemães (pl)

Variantes livres como *aldeãos ~ aldeães ~ aldeões* já estão registradas em gramáticas normativas. Na fala popular se vem notando a preferência pelo plural ***oys***, como se a regra de expansão da coronalidade de /S/ estivesse estendendo o seu domínio.

(19)

	(limão)	(limonada)	(limões)
	[limoN+o] N	[[limoN]ada] N	[limoN+o] N, pl
Nível 1	(VT não satisfeita)		
Ciclo 1			
SIL	[li.moN]	[li.moN]	[li.moN]
AC	(*)	(*)	(*)
Ciclo 2			
Afix.		[li.móN ada]	
CAA		li.moN ada	
SIL/default		li.mo.na.da	
AC		(* .)	
Nível 2			
Morfologia			
AVT	[[li.móN]o]		[[li.móN]o]
Flexão	-		[[[li.móN]o]S]
Fonologia			
CDN	[[li.mó]o]		[[[li.mó]o]S]
	<N>		<N>
SIL e (4)	li.móu		li.móuS
	<N>		<N>
RNP	*li.móu	-	*li.móuS CBF 14
	V		V
	R←N		R←N
EC(16)	-		li.mói S
			V\
			[N] [cor]
DL(13)	li.mãw		-
	V		
	[N]		
Saída	[li.mãw]	[li.mo.ná.da]	[li.mõys]

No pós-léxico, a regra tende a generalizar-se de dois modos: i) perde a restrição lexical, aplicando-se variavelmente em monossílabos também: *bõws*

~bõys, característica de alguns dialetos; ii) coexiste com uma nova versão de espraiamento do coronal, a que, sem restrição quanto à qualidade da vogal ou à nasalidade, deixa de ser uma regra de mudança de traço para ser uma regra de inserção: *paz* > *paiz*.

Feitas essas considerações, passemos a desenvolver uma derivação. Os itens da primeira e da terceira coluna são candidatos a perder N da borda, no nível da palavra, enquanto o item da segunda coluna desenvolve, no ciclo 2 do nível 1, uma nasal que se silabifica como ataque e, por *default*, recebe o traço coronal.

A partir da desassociação de N, no nível da palavra, cria-se o ditongo nasal *ou*, considerado por (14) mal formado, embora não seja bloqueado pelo Princípio de Preservação de Estrutura. A CBF (14) torna obrigatória a assimilação do coronal (16), que se aplica para produzir *õys*, assim como motiva a dissimilação labial (13), impelida por OCP a produzir a forma esperada no singular.

4.1.2. Da terminação *aN*

Quando da seqüência de dois *as* , em que a vogal baixa não se ajusta à posição de C da rima, mas à de núcleo, já ocupada, o Princípio do Contorno Obrigatório, comumente referido por (OCP), funde as duas vogais idênticas em uma só, provocando o alongamento da vogal, que preenche a posição vazia da coda disponível no molde CCVC.

Em (20), que expõe apenas o nível 2, a vogal *temática* na alínea a) *vale* por morfema de feminino e marcador de classe; na alínea b), apenas como marcador de classe.

(20)

		a)	b)
	Nível 2		
	AVT	[[ir.máN]a]	[[fáN]a]
	CDN	[[ir.ma]a]	[[fa]a]
		<N>	<N>
	SIL/OCP	ir.má:	fã:
		<N>	<N>
	RNP	ir.mã :	fã :
		V	V
		R ←[N]	R ←[N]
	Saída	[ir.mã:]	[fã:]

BEST COPY AVAILABLE

Embora o sistema fonológico do português não possua vogais longas, a vogal ***a*** nasalizada, resultante da fusão de ***as***, cria, sem restrições, uma vogal longa que não precisa ser encurtada. É que a restrição de vogal longa somente incide sobre o sistema das vogais fonológicas, o qual não inclui vogais nasais. Embora um ditongo não seja gerado, gera-se a estrutura correspondente com duas posições na rima, assim como a nasalidade com linhas duplas de associação, lexicalmente legitimada.

Do ponto de vista fonético, Moraes & Wetzels (1992:156-58) afirmam que a vogal nasal é efetivamente mais longa que a oral (27%) no contexto tônico e (74%) no contexto átono. A supressão da nasal subjacente acarretaria, pois, o alongamento compensatório da vogal nasal e/ou a presença de apêndice consonântico.Finda a descrição do ditongo nasal que, por sua natureza, é lexical, passemos para os ditongos variantes cujo processo conclui somente no pós-léxico, razão pela qual são denominados ditongos pós-lexicais. Passemos, pois, da nasalidade local para a nasalidade por estranhamento.

4.2 Da vogal interna e do ditongo pós-lexical

Partimos do pressuposto de que a geração do ditongo final em palavras sem VT, *homem, cetim e hífen*, afilia-se à regra da nasalização da vogal no interior da palavra, como em *canto*, *senda* e *pranto*.

Vale observar que as regras ortográficas, neste particular, apresentam indícios fonológicos, pois representam o verdadeiro ditongo por duas vogais, *pão, põe* e pela consoante nasal todas as demais vogais nasalizadas, *campo* ou *bem*, que pertencem ao segundo grupo.

Tanto a nasal interna (VN em *canto* e *censo*, por exemplo) quanto a final (VN em *jovem* e *cetim*) têm realização fonética, por isso estão livres da convenção de apagamento (CDN). A primeira permanece *in situ*, porque recebe os traços articulatórios da consoante seguinte ou da vogal precedente; a segunda, porque se superficializa seja como glide consonântico seja como glide vocálico, de acordo com os traços articulatórios da vogal precedente. Não se trata, pois, da nasal apagada, flutuante e estável, que gera o verdadeiro ditongo nasal, acima desenvolvido, mas da expansão de N *in situ*, uma assimilação. Uma vogal oral seguida de uma consoante nasal tautossilábica é por essa coberta de nasalidade, como afirmava Câmara Júnior.

E porque a regra de espraiamento da nasal, (EN), aplica-se também em

itens não-derivados, como *entre*, *ante* e *sem*, palavras formais, fica ela restringida, pelo Ciclo Estrito, a operar somente em níveis não-cíclicos, cabendo-lhe as alternativas: i) o léxico no nível da palavra ou ii) o pós-léxico. Por ser categórica, i) seria escolhida. Todavia, considerando-se que a nasalidade é, neste caso, um traço redundante, pois o contraste fonológico está garantido no léxico pela oposição referida em (1) de VN versus V (seNda/seda; riN/ri), o Princípio da Simplicidade, que reza *The optimal grammar is the simplest* (Chomsky and Halle, 1988, Kiparsky, 1982), leva a regra de espraiamento de nasalidade para o pós-léxico. Isto é, embora os resultados possam ser alcançados com (21) no nível 2, onde a Condição do Ciclo Estrito está desativada, a gramática mais simples a classifica como regra pós-lexical, pois, entre uma gramática com redundância e uma gramática sem redundância, a segunda deve ser escolhida.

(21) Expansão de N (EN) (Pós-lexical)
Espraie N sobre a vogal tautossilábica

4.2.1. Da implementação de N

Uma das características da vogal nasal interna e das terminações nasais de itens sem vogal temática são as formas variantes que dizem respeito à realização de N, cujo preenchimento por assimilação é uma regra tardia, que se aplica no pós-léxico. No interior da palavra, as variantes são condicionadas pelo segmento vizinho da direita ou da esquerda: *ca[n]to, ca[ŋ]to*; na borda, desenvolvem uma coda vocálica ou consonântica, *home[y] ~home[ñ], bo[w] ~bo[ŋ]*, em concordância com a vogal precedente. É, pois, no componente pós-lexical que se situa essa variação, relacionada à especificação de N.

Em (22a), a nasal adquire os traços da obstruinte seguinte ou da vogal precedente. Diante de líquidas tende a tomar os traços da vogal precedente. Em todos os casos, pode ser suprimida sem perda do espaço temporal; em (22b), concorda com a vogal precedente, manifestando-se como glide vocálico ou consonantal. É essa variação na coda, que tanto aparece em sílaba tônica como átona, o indício de sua natureza pós-lexical.

(22)	a) Nasal interna	b) Nasal externa
	kaNto > kãntu ~ kaŋtu ~kã:to (canto)	omeN > omey > ome[1] (homem)
	taNgo > tango ~tã:go (tango)	setiN > setiy[1] ~ seti[1] (cetim)
	seNso > se[1]su ~se:su (censo)	beN > bey ~be[1] (bem)[1]

[1] Ver para detalhes fonéticos Cagliari (1977).

A variação que VN da borda de palavra (22b) exibe está, pois, relacionada diretamente à realização de N, sem traços articulatórios durante todo o processo lexical, que os recebe, para ser interpretado, em nível pós-lexical, da vogal precedente, quando em glide consonantal ou vocálico se manifesta. A variação interna (22a) também depende do preenchimento da nasal pelos traços articulatórios da vogal precedente ou da consoante seguinte. Pode ser apagada com duração compensatória.

Já contemplada a nasalização local, exemplifiquemos em (23) a nasalização por espraiamento. Palavra que, como *fértil* e *réptil*, não atrai acento final, é marcada por extrametricidade.

Leia-se IN como implementação da nasal por assimilação da consoante seguinte ou da vogal precedente.

(23)

	(campo) [kaNp+o] N	(homem) [omeN] N,[-VT],EX	(cetim) [setiN] N, [-VT]
Lexical	**Nível 1**	**Ciclo 1**	
AVT	kampo	-	-
SIL	kaN.po	o.meN	se.tiN
EX	-	o.me<N>	-
AC	(* .) (* .)	(*)	
AEE	-	omeN	-
Pós-léxical			
EN(21)	kãN.po	o.meN	se.tiN
IN	kãm.po	o.meñ/o.meñ	se.tiy/se.tiñ
Apag. de N (opc.)	kã:po	n/a	n/a
Saída	[kãm.pu/kã:pu]	[ó.m~ey/ó.m~eñ]	[se.t~$f^{\tilde{n}}$/se.t~íñ]

E assim damos por findo esse estudo, que distingue dois tipos de nasalidade em português:

i) a nasalidade por assimilação a partir de uma consoante nasal *in situ*;
ii) a nasalidade por inserção na rima de uma nasal flutuante e estável.

Aquela cria a vogal nasal; esta, o ditongo nasal.

5. Conclusão

A fonologia lexical e a teoria autossegmental permitiram distinguir dois processos de nasalidade em português, a nasalidade por estabilidade e a nasalidade por assimilação, lexical e pós-lexical, respectivamente.

Toda a análise se desenrolou na perspectiva da fonologia lexical, concebendo um léxico composto de dois strata, o da raiz e o da palavra. No nível 1, morfologia e fonologia interagem, iniciando-se a derivação pela fonologia com as regras de silabação e acento. No nível 2, onde um dos processos de nasalização ocorre, a morfologia, que tem precedência, esgota-se antes de iniciar a fonologia. É neste nível que se forma o ditongo nasal. Por outro lado, a nasalização por expansão de N (EN), que alcança terminais assinalados por [-VT] e a vogal interna, e que não tem uma morfologia específica, opera no componente pós-lexical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOROWSKY, T. (1993) On the Word level. In: Anderson & Keating (ed.). *Phonetics and Phonology*, v. 4, 199-233. San Diego, Academic Press.

CAGLIARI, L.C. (1977) *An experimental Study of Nasality with Particular Reference to Brazilian Portuguese*, University of Edimburgh, PHD dissertation.

CÂMARA Jr., J. MATTOSO (1969). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes.

CHOMSKY, N. & M. HALLE (1988) *The Sound Pattern of English*. New York, Harper & Row, Publishers.

GIRELLI, C.A. (1988) *Brazilian Portuguese Syllable Structure*. PHD dissertation. University of Connecticut.

GOLDSMITH J.A. (1990) *Autosegmental and Metrical Phonology*. Brasil Blackwell, Cambridge, Mass.

HARRIS, J. (1982) Nonconcatenative Morphology and Spanish Plurals. *Journal of Linguistics Research*, v. 1, **1**: 15-31.

HAYES, B. (1986) Inalterability in CV Phonology. *Language*, v. 63, **2**:321-350.

KIPARSKY, P. (1982) Lexical Morphology and Phonology. In: I. S. YANG. (ed.) *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul, Hanshin: 3:91.

_____. (1985) Some Consequences of Lexical Phonology. *Phonology Yearbook* **2**, 85-138.

Moraes, J.A. de & L.W. Wetzels (1992) Sobre a duração dos segmentos vocálicos nasais em português. Um exercício de fonologia experimental. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **23:** 153-166.

Morales, F.A. & E. Holt (1997) The interplay of morphology, prosody, and faithfulness in Portuguese pluralization. In: Martinez-Gil, F. & A. Morales-Front (ed.) *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian languages*. Washington, D.C. Georgetown University Press, 392-437.

Odden, D. (1995) Tone: African Languages. In: Goldsmith, J. *The Handbook of Phonological Theory*. Oxford, Blackwell, 444-475.

Piggot, G.L. (1987). On the Autonomy of the Feature Nasal. *CLS* **23**: 223-238.

516

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (47-59)

Quantidade e Duração Silábicas em Português do Brasil
(Syllable Quantity and Duration in Brazilian Portuguese)

Luiz Carlos Cagliari (*Universidade Estadual de Campinas - CNPq*)
Gladis Massini-Cagliari (*Universidade Estadual Paulista - Araraquara*)

Abstract: Analysis of existing relations between Non-linear Phonology models' predictions about syllable weight (quantity) (specially, Hayes' 1995 parametric metrical Phonology) and syllable duration at phonetic level. The data considered here is extracted from "Gramática do Português Falado" Project.

Resumo: Análise das relações existentes entre as predições dos modelos fonológicos não-lineares (em especial, o de Hayes, 1995) a respeito da quantidade das sílabas e a efetiva realização fonética dessas sílabas em termos de duração, através da consideração de dados extraídos do Projeto "Gramática do Português Falado".

Key words: Rhythm; Quantity; Duration; Syllable Weight; No Linear Phonology.

Palavras-chave: Ritmo; Quantidade; Duração; Peso Silábico; Fonologia Não-linear.

0. Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar as concordâncias e discordâncias entre as previsões das teorias fonológicas quanto ao peso silábico (quantidade) em relação à duração intrínseca das sílabas na sua realização fonética. Em especial, pretende-se verificar se algumas das previsões dos modelos fonológicos não-lineares quanto ao peso e duração silábicos (sobretudo o modelo métrico paramétrico de Hayes, 1995, que possui uma subteoria do peso silábico baseada no valor moraico das sílabas) se confirmam na sua efetiva realização fonética, através da análise de dados do Projeto "Gramática do Português Falado". A relevância de testar as predições teóricas através do confronto com dados reais da língua é grande, pois permite, desta maneira, explorar os limites das teorias, avaliando seu poder preditivo, bem como a sua adequação descritiva.

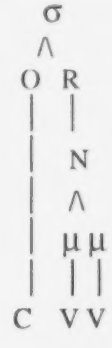
BEST COPY AVAILABLE

Tradicionalmente, a fonologia estruturalista não costuma dar atenção às características duracionais das sílabas, nem dos segmentos, a não ser quando se pode estabelecer uma oposição sistemática, caracterizando, assim, fonemas na língua (valor distintivo) - quando há oposição, como em latim, entre segmentos (vogais ou consoantes) longos e breves (Pike, 1947; Ladefoged, 1971; Hyman, 1975). Só mais recentemente a fonologia tem dado maior atenção aos fenômenos prosódicos e supra-segmentais como unidades e processos constitutivos do sistema fonológico das línguas (Liberman & Prince, 1977; Selkirk, 1980; Nespor & Vogel, 1986; Durand, 1990).

No modelo de Hayes (1995), que desenvolve uma teoria métrica paramétrica do acento e do ritmo e que contém uma subteoria do peso silábico, a sílaba é, universalmente, a unidade que carrega o acento. Em sistemas insensíveis ao peso das sílabas na atribuição do acento, basta, para a descrição do acento, o estabelecimento de regras (ou escolhas paramétricas) que determinem qual das sílabas da palavra deve ser marcada como proeminente. Porém, em relação aos sistemas que consideram as diferenças de peso entre as sílabas, é preciso estabelecer os critérios que pautam as definições das línguas com relação às sílabas leves e pesadas. Alguns aspectos envolvidos nesta questão são universais: uma sílaba CV é sempre leve (ou monomoraica), enquanto que uma CVV é sempre pesada (ou bimoraica). Como o peso de sílabas do tipo CVC varia entre as línguas do mundo (monomoraica ou bimoraica), Hayes (1995: 299-301) propõe que, também aqui, há a necessidade de se postular uma escolha paramétrica. Neste caso, ela se faz entre observar a quantidade de elementos no *núcleo* ou na *rima*, para fins de estabelecer o peso silábico[1].

(1)

(2)



[1] As observações a respeito do peso silábico aqui apresentadas também se aplicam a sílabas mais complexas, do tipo CCV, CCVV, CVVC, CCVV, CVCC, CCVCC, CCVVCC, etc. Basta contar o número de elementos no núcleo e na rima para classificá-las como leves ou pesadas.

Como uma sílaba CV tem sempre um elemento tanto no núcleo como na rima - (1) - e uma CVV tem sempre dois - (2) -, universalmente elas são consideradas monomoraica e bimoraica, respectivamente. Isto ocorre porque a(s) consoante(s) do *onset* nunca licenciam uma mora - é por este motivo que as regras de acento só levam em consideração os elementos da rima (cf. Goldsmith, 1990: 170).

Observe-se em (3) que, por outro lado, nas sílabas CVC, a quantidade de elementos dominados pela rima (dois) é diferente da dominada pelo núcleo (um)[2].

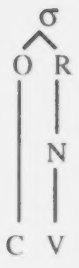
(3)

É por este motivo que o peso silábico das sílabas do tipo em (3) pode variar: as línguas que optam por contar apenas os elementos no núcleo consideram-na monomoraica e as que optam por contar os elementos da rima, bimoraica[3]. Em português, como mostra Massini-Cagliari (1995: 145), são levados em consideração, para estabelecer a quantidade das sílabas ("quantidade" entendida aqui como em Hayes, 1995), os elementos da *rima*. Desta maneira, somente a sílaba em (4) é considerada leve (∪) em Português do Brasil, por possuir apenas um elemento na rima. As demais são pesadas (—), por possuírem mais de um elemento na rima, quer estes elementos estejam todos concentrados no núcleo (no caso de ditongos) - (5) - ou distribuídos entre o núcleo e a coda (no caso de sílabas travadas por consoante) - (6):

[2] Os parênteses em (μ) indicam que esta mora só é licenciada nas línguas que consideram a quantidade de elementos na rima como critério de peso das sílabas; nas que não consideram este critério, ela não é licenciada.

[3] Foi justamente por causa da existência de línguas que consideram CVC leve que Hayes (1995) foi obrigado a rever a sua posição de 1981 - republicado em 1985 -, em que o principal critério de peso silábico era a ramificação da rima.

BEST COPY AVAILABLE

(4) 

(5)

(6)

Como se vê, a partir da teoria de Hayes, é possível prever a quantidade de uma sílaba, através dos critérios apresentados acima. Porém, quanto à relação entre a quantidade das sílabas prevista pela teoria (leve ou pesada) e a duração que elas efetivamente apresentam na sua realização fonética (longa, breve, ultrabreve, ultralonga etc.), muitas perguntas permanecem, ainda, sem resposta.

Uma primeira hipótese que se pode fazer, nesse sentido, é que existe uma simples "tradução" das predições fonológicas para as realizações fonéticas: seria longa toda sílaba pesada e, breve, a sílaba considerada leve. Ora, há muito tempo se sabe que, em relação ao Português do Brasil, esta afirmação é falsa. Muitos trabalhos realizados em Fonética experimental têm mostrado que a duração, em português, tem muito mais a ver com marcação de acento, no nível fonético, do que com quantidade silábica (Delgado Martins, 1986; Fernandes, 1976; Major, 1981, 1985; Moraes, 1986, 1987; Massini, 1991; Massini-Cagliari, 1992). Já, quando da concatenação das palavras em enunciados, ajustes na duração das sílabas seriam necessários, motivados pelo ritmo derivado da concatenação dos acentos lexicais e da estrutura prosódica do enunciado.

O que se quer dizer é que os padrões básicos de quantidade, desde a sua postulação no componente lexical da Fonologia (Mohanan, 1986), passam pelos outros componentes (pós-lexicais) e chegam à representação fonética inalterados ou modificados por processos estabelecidas pelas línguas como, por exemplo, regras de ajustamento rítmico, ou seja, modificações sobre padrões duracionais básicos para se obter um efeito rítmico específico. Nesses processos, certamente, a duração deverá interagir também com as regras de acento, de qualidade vocálica, de entoação, de velocidade de fala (Cagliari, 1990, 1992).

Ora, para uma amostragem dessa relação existente entre *quantidade*

silábica e *duração*, tanto no nível da palavra como no do enunciado, no Português do Brasil, serão analisados dados retirados do Projeto "Gramática do Português Falado". A análise apresentada refere-se a dados de uma entrevista com uma médica de Salvador (inquérito DID-SA-INQ 231). Foi estudado um trecho curto da entrevista (cerca de cinco minutos). As transcrições das moras foram feitas de maneira auditiva[4].

1. Quantidade e duração

A duração é um dos fatores que não distingue fonemas em Português (a não ser quando associada ao acento), mas nem por isto é irrelevante (Massini-Cagliari, 1992). Quando falamos, atribuímos durações diferentes às sílabas por diversas razões. Quando dizemos "leviandade", dizemos com um padrão duracional do tipo[5]:

(7) b bb b l bb
le vi an da de

Como se vê, a ocorrência de sílabas longas e breves, no nível fonético, está muito mais ligado a fatores prosódicos (como entoação e ritmo) do que a predições fonológicas quanto ao peso da sílaba. Por exemplo, a ocorrência da sílaba *da* como longa, no exemplo acima, é devida muito mais à ocorrência do acento do que à sua quantidade (de fato, ela é considerada "leve", de acordo com a teoria de Hayes, 1995). O mesmo ocorre em relação à sílaba "vi", igualmente "leve", mas que se realiza foneticamente ultrabreve, devido a ajustes rítmicos[6].

Um fator que tem desafiado o trabalho de análise é a falta de correlacionar fatos auditivos e físicos levando em consideração parâmetros como acento, duração, velocidade de fala, pés, grupos tonais etc. Mesmo atendo-se apenas a uma boa análise auditiva, as dificuldades são grandes. Por exemplo, em (8), temos a palavra "agora", cujos pesos silábicos,

[4] O que o ouvido treinado percebe como sílabas longas, breves, etc., não depende de medidas exatas, mesmo tomadas com tratamentos estatísticos sofisticados. Os fenômenos de percepção são muito complexos, mas isso não impede que o falante lide facilmente com tal complexidade.

[5] No exemplo (7) e nos demais, quando for o caso, bb = {ultra-breve}, b = {breve}, m = {média ou igual}, l = {longa} e ll {ultra-longa}.

[6] Há que se lembrar que a regra de acento do Português do Brasil, segundo Massini-Cagliari (1995) é formulada em termos do peso das três últimas sílabas da palavra. Isto, no entanto, serve apenas para localizar a sílaba proeminente, não para fazer predições quanto à sua duração, no nível fonético.

previstos pela teoria métrica são ∪∪∪[7]. De acordo com Cagliari (1993), uma das possíveis realizações fonéticas da palavra "agora" pode se dar através da atualização de seus valores duracionais básicos, que são: {breve, longa, breve}, por causa da localização do acento. Porém, como ocorre no corpus do Projeto "Gramática do Português Falado" aqui analisado, quando essa palavra tem a função de conjunção, além de ocorrer com o padrão {b l b}, pode ocorrer como uma seqüência de sílabas de igual duração {igual, igual, igual} (ou {m m m}). Esse tipo de mudança na duração mostra uma das maneiras que a língua tem de "pôr em evidência", "salientar" e evidencia um dos tipos de dificuldade de análise que se tem no estudo das moras (Cagliari, 1984).

(8)	μ μ μ	b l b	m m m
	V CV CV	a - go - ra	a - go - ra
	a go ra		
	∪ ∪ ∪		

A qualidade fonética é um outro fator que pode modificar os padrões duracionais dos itens lexicais. Aqui é difícil estabelecer regras sem uma pesquisa exaustiva. Todavia, há alguns fatos que nos permitem levantar hipóteses interessantes (Lehiste, 1970). Por exemplo, palavras que tenham sílabas com [i], sem conjuntos consonantais (*clusters*), embora possam ter uma forma básica, em termos fonéticos, devida à localização do acento, em que a sílaba tônica é obviamente mais longa que as demais, costumam ter uma realização fonética em que as sílabas apresentam durações iguais com um padrão fonético do tipo {b b b}, como no exemplo (9). Note-se, no entanto, que, assim como o anterior, o padrão quantitativo da palavra *exige* é ∪∪∪.

(9)	μ μ μ	b l b	m m m
	V CV CV	[i - zi - ji]	[i - zi - ji]
	e zi ʒi		
	∪ ∪ ∪		(exige)

[7] Na teoria de Hayes (1995), os símbolos ∪, — e σ representam, respectivamente, "sílaba leve", "sílaba pesada" e "sílaba sem especificação de quantidade".

BEST COPY AVAILABLE

Uma vez que não é possível, no momento, estabelecer as regras gerais que atuam na derivação das formas lexicais, modificando os padrões duracionais, devemos nos contentar com algumas hipóteses iniciais que, a partir da análise de fatos individuais, mostrem algumas tendências da língua. Estas tendências, sem dúvida, são um primeiro passo no caminho de busca das regras ideais. O estudo de dados do tipo apresentado no Projeto "Gramática do Português Falado" é uma boa maneira para se começar. Observando estes dados, podemos estabelecer algumas diretrizes para a ocorrência de padrões de duração das sílabas das palavras.

2. Ajustes

Observando as relações entre a quantidade silábica prevista pela teoria fonológica métrica e a duração das sílabas na efetiva realização fonética de itens lexicais no corpus extraído do Projeto "Gramática do Português Falado", pode-se observar algumas tendências, apresentadas a seguir.

Realiza-se sempre como longa a sílaba que ocorre como sílaba tônica saliente em termos de entoação (Halliday, 1963, 1970; Cagliari, 1982). Em outras palavras, realiza-se sempre como longa (10a) a sílaba que ocupa a posição proeminente do sintagma entoacional - *I* (10b)[8].

(10a)

l b l b b l b l b bb
// 1 Claro!// 3 O estu/dant(e) de//1 pois ele

l b b b b b l
/tem que se aperfeiço/ar //

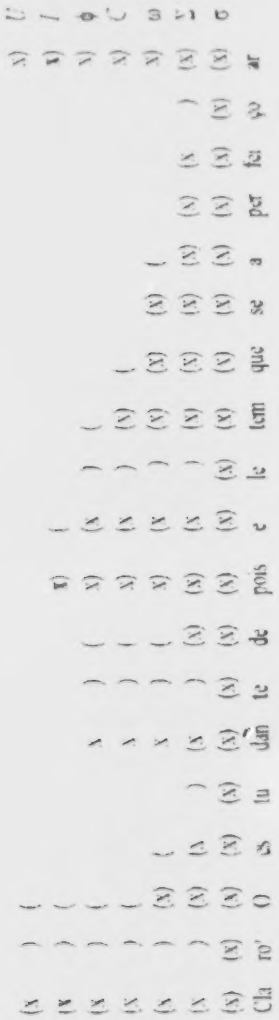
No exemplo (10), a sílaba longa da palavra "claro", "estudante" e "aperfeiçoar" são as sílabas tônicas salientes dos grupos tonais: 1 + 3 + 1. A hesitação do "O" tornou esta sílaba longa. As sílabas longas das palavras "depois" e "tem" carreiam a tonicidade de início dos pés rítmicos.

Em palavras com quatro sílabas, quando o acento principal recai na última ou em palavras com cinco ou mais sílabas, quando o acento principal cai na penúltima sílaba, costuma ocorrer um "acento de apoio rítmico" na primeira sílaba da palavra, sobretudo se esta palavra não se amalgamar ritmicamente com outra palavra que a precede. A presença do acento de apoio rítmico pode

[8] A representação feita em (10a), embora baseada na teoria de Nespor & Vogel (1986), segue a formalização de Massini-Cagliari (1995).

deixar de ocorrer, sobretudo em textos, quando alguma das sílabas intermediárias entre a primeira e a do acento principal tiver uma duração reduzida, do tipo bb {ultra-breve}. Esse acento de apoio rítmico costuma aparecer mais freqüentemente quando a palavra vem destacada do que quando vem inserida num contexto, sobretudo de uma longa fala. Aqui parece que há também um caso típico de variação dialetal: algumas variedades da língua usam mais do que outras o acento de apoio rítmico.

(10a)



(11) l bb bbb l b lb b m m mm
//(1) administrativa/mente, /ela se estru/tura

lb l
como,/(2) né?//

Note-se que, no caso da palavra "administrativamente", analisada no exemplo (11), a proeminência gerada na sílaba *ad* (ou "acento de apoio rítmico") já era "prevista", em termos fonológicos, por resultar da resolução das colisões acentuais ("*clashes*") originadas quando da formação da palavra. Portanto, não se trata de um alongamento da duração completamente aleatório, mas reflexo e atualização de um fato fonológico[9].

(12)

(						x	)
(←	---	---	---	x	)	(x	)
(←	-----	x	)	(x	)	(x	)
(x	)	(x	)	(x	)	(x	)
(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
ad	mi	nis	tra	ti	va	men	te

(						x	)
(x					)	(x	)
(x			)	(x	)	(x	)
(x	)	(x	)	(x	)	(x	)
(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
ad	mi	nis	tra	ti	va	men	te

Um outro fato interessante observado na análise dos dados coletados junto ao inquérito analisado é a ocorrência de sílabas ultralongas, que indicam sempre ênfase -exemplo (13) - ou hesitação - (14).

(13) b b **ll** b b b **ll** b b b b b **ll** b b
//(3) Medi/cina, (3) Cirur/gi a, (3) Neuropsiquia/tri a e //

(14) lb **ll** l b b bb bb bb l bb l
//(1) era /**por** /número, (1) Departa/mento /dez//

[9] A formalização em (12) segue o modelo de Prince (1983).

BEST COPY AVAILABLE

Um outro fato interessante que pode ser observado no *corpus* é a realização não proeminente e com duração breve de palavras monossilábicas marcadas como "pesadas" (bimoraicas, no nível fonológico). No exemplo (15), "nós temos" funciona como se fosse uma palavra fonológica ou um grupo de força, no nível fonético. Nestes casos, uma palavra como "nós" não é acentuada, no nível do enunciado, e nem ocorre como longa. Isto porque, apesar de ser rotulada como "—" no nível da palavra, ela pertence, como parte não proeminente, ao sintagma fonológico (ϕ) de "temos", formando um sintagma entoacional (*I*) - como se pode ver em (15b). Desta maneira, não há previsões fonológicas que justificassem, neste contexto, um alongamento da duração dessa palavra, com finalidade de ênfase.

(15a) b l b ll b l b
//(1) nós /temos o o /chefe //

(15b)

(				x	)	*U*
(	x	)	(	x	)	*I*
(	x	)	(	x	)	ϕ
(x)	(x	)	(	x	)	*C*
(x)	(x	)	(x)	(x	)	ω
(x)	(x	)	(x)	(x	)	Σ
(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	σ
nós	te	mos	o	che	fe	

A aceleração ou desaceleração da velocidade de fala é um outro fator que pode alterar os valores absolutos da duração das sílabas. É o que se pode observar no exemplo (16), abaixo, transcrição de um pequeno trecho da informante de Salvador, mostrando a realização fonética das durações das sílabas[10]. É de se observar, no entanto, que as durações relativas entre as sílabas não se alteram.

(16) (D):
b l b b b l b b l b b b b l bb l
//(3) E a/gora refor/maram tam/bém os Departa/mentos/ (2) né?/

[10] Na transcrição abaixo, ===== representa velocidade de fala rápida, acelerada; —— representa velocidade de fala desacelerada com relação à velocidade precedente; e ..... representa velocidade de fala ainda mais reduzida com relação à anterior. Neste último caso, a desaceleração acaba numa velocidade normal que não vem representada por nenhuma marca especial na transcrição

l b l b l bb l b b l b b
(1) aumen/taram, (1) ou redu/ziram (3) de forma que...//

(I):

==========

l b l b bb bb l bb bb bb bb l bb l bb b l
//(1) É, por/que eles fi/zeram e xa ta/mente /isso, (1) por/que

---

b l b b ll b l b b b bb b l b b l b l
nós /tínhamos, duas ca/deiras du as disci/plinas for/mando /um

b b b l b l b b b l bb b b l b bb
Departa/mento. (3) (E)/ntão, Dermatolo/gi a e mo/lésti a

b b l b l b l b b b l b l
tropi/cal, (1) se/ri a um Departa/mento /só //

3. Conclusão

Ao final desta análise de casos extraídos do *corpus* do Projeto "Gramática do Português Falado", depreende-se que não se deve confundir as noções de *quantidade* da sílaba (do âmbito da Fonologia) com *duração* (dos domínios da realização fonética). Apesar de noções relacionadas, a análise apresentada mostra que a relação entre elas não se resume a uma tradução dos valores de quantidade estabelecidos pela teoria fonológica, com base na estrutura interna da sílaba, em valores de duração (tempo), no nível de sua atualização. No nível da palavra, foram observados fatores, como a localização do acento e as qualidades intrínsecas dos segmentos, que interferem na atualização da duração. Além disso, no nível do enunciado, diversos ajustes na atualização da duração das sílabas foram registrados, devidos à ação de elementos como ritmo, entoação, velocidade de fala, hesitações, ênfases etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGLIARI, L. C. (1982) Aspectos acústicos da entoação do português brasileiro. *Linguagem Oral - Linguagem Escrita* - Série Estudos **8**. Faculdades Integradas de Uberaba. pp. 45-59.

_____ (1984) Análise Fonética do Ritmo em Poesia. *EPA - Estudos Portugueses*

e Africanos. Campinas: UNICAMP - IEL - DTL, **3**, pp. 67-96.

_____ (1990) The Linguistic Functions of Prosody. Unicamp, IEL, unpublished.

_____ (1992) Da Importância da Prosódia na Descrição de Fatos Gramaticais. In: R. ILARI (ed.) *Gramática do Português Falado - níveis de análise lingüística*. Campinas: Editora da Unicamp, vol. II, pp. 39-64.

_____ (1993) Algumas considerações sobre a duração silábica - Um estudo com dados do Projeto da Gramática do Português Falado. Campinas: UNICAMP -IEL, inédito.

Delgado Martins, M. R. (1986) *Sept études sur la perception*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Durand, J. (1990) *Generative and Non-linear Phonology*. London: Longman.

Fernandes, N. (1976) *Contribuições para uma análise instrumental da acentuação e da intonação do português*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado.

Goldsmith, J. A. (1990) *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Basil Blackwell.

Halliday, M. A. K. (1970) *A Course in Spoken English: Intonation*. London: Oxford University Press.

_____ (1973) The tones of English. In: W. E. JONES & J. LAVER. *Phonetics in Linguistics*. London: Longman. pp. 103-126.

Hayes, B. (1985) *A Metrical Theory of Stress Rules*. New York/London: Garland Publishing.[11]

_____ (1995) *Metrical Stress Theory - Principles and Case Studies*. University of Chicago Press.

Hyman, L. M. (1975) *Phonology: theory and analysis*. New York: Holt Rinehart and Winston.

Ladefoged, P. (1971) *Preliminaries to Linguistic Phonetics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Lehiste, I. (1970) *Suprasegmentals*. Cambridge: The M. I. T. Press.

Liberman, M. & A. S. Prince (1977) On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, 8: 249-336.

Major, R. C. (1981) Stress-timing in Brazilian Portuguese. *Journal of Phonetics*. 9(3): 343-352.

_____ (1985) Stress and Rhythm in Brazilian Portuguese. *Language* 61 (2): 259-282.

Massini, G. (1991) *A duração no estudo do acento e do ritmo do português*. Campinas: IEL/UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

Massini-Cagliari, G. (1992) *Acento e Ritmo*. São Paulo: Contexto.

[11] Mesma versão distribuída em 1981 pelo Indiana University Linguistics Club.

_____ (1995) *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP.

MOHANAN, K. P. (1986) *The Theory of Lexical Phonology*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.

MORAES, J. A. de (1986) Acentuação lexical e acentuação frasal em português: um estudo acústico-perceptivo. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional de Fonética e Fonologia. Brasília.

_____ (1987) Correlats acoustiques de l'accent de mot en Portugais Brésilien. *Proceedings of the XI International Congress of Phonetic Sciences*. Tallin, Estonia, URSS. vol. 3, pp. 313-316.

NESPOR, M. & I. VOGEL (1986) *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris Publications.

PIKE, K. (1947) *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. 12th edition. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1971.

PRINCE, A. S. (1983) Relating to the grid. *Linguistic Inquiry*, **14**: 19-100.

SELKIRK, E. O. (1980) *On prosodic structure and its relation to syntactic structure*. Indiana: IULC.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (61-72)

Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real

(R Deletion in Final Coda Position in Brazilian Portuguese: a Case-Study in Apparent Time and in Real Time)

Dinah Callou (*Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq*)
João Moraes (*Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq*)
Yonne Leite (*CNPq/Universidade Federal do Rio de Janeiro*)

*Abstract: This paper deals with the weakening process of the phoneme **R** in final coda position, in Rio de Janeiro dialect. Following labovian quantitative approach, three sets of data are compared, in order to present a case-study in apparent time and real time, through a panel and a trend study. It is shown that final **R** deletion follows age grading pattern and cannot be considered a change in progress.*

Resumo:Neste artigo, analisa-se, em três conjuntos de dados, o processo de enfraquecimento do R em posição final, no dialeto do Rio de Janeiro, na perspectiva da sociolingüística quantitativa laboviana. Através de um estudo de tendências e em painel,fica evidente que esse apagamento não corresponde, na fala culta, a um padrão de mudança em progresso mas sim de gradação etária.

Key words: Portuguese Fonology; R Variation; Variation; Change.

Palavras-chave: Fonologia do Português; Variação do R; Variação; Mudança.

0. Introdução

O apagamento do ***R*** em posição de coda, em final de palavra, é um fenômeno antigo no português do Brasil. O processo, em seu início, foi considerado uma característica dos falares incultos e, no século XVI, nas peças de Gil Vicente, era usado para singularizar o linguajar dos escravos. O fenômeno expandiu-se paulatinamente, sendo hoje comum na fala dos vários estratos sociais.

A perda do ***R*** final tem sido avaliada sob ângulos diversos: um, que a considera uma pronúncia esteriotipada, ainda demarcador social, com indícios de recuperação, inclusive em hipercorreções (Houaiss, 1970); outro, que prediz sua completa perda em dialetos não-padrão (D'Arc, 1992).

Neste artigo, focaliza-se o apagamento do ***R*** — o estágio final de um processo de enfraquecimento que leva à simplificação da estrutura silábica no Português do Brasil — em posição final no vocábulo, na fala culta do Rio de Janeiro (R à h à Ø CVC à CV).

BEST COPY AVAILABLE

Usando a metodologia da sociolingüística quantitativa laboviana, intenta-se realizar uma análise em tempo aparente e em tempo real de curta duração, a fim de verificar se o processo representa uma variação estável ou se há uma mudança em curso, seja a sua implementação, seja a sua recuperação.

São analisados três conjuntos de dados do Projeto NURC, coletados em duas épocas distintas, os locutores estratificados em três faixas etárias: 25 a 35 anos; 36 a 55 anos e 56 anos em diante. O primeiro conjunto (66 informantes, 33 do sexo masculino e 33 do feminino) foi gravado no início da década de 70; o segundo, com alguns dos mesmos informantes do *corpus* anterior (10 informantes, 5 do sexo masculino e 5 do feminino), e, o terceiro, uma nova amostra, composta de 18 informantes, 9 do sexo masculino e 9 do feminino, ambos gravados entre 1992-1996.

A segunda amostra, do recontato, talvez seja muito reduzida para ter significância estatística, mas é, de qualquer modo, valiosa para a interpretação dos resultados iniciais. Essa redução deveu-se, em parte, à dificuldade de localizar os mesmos informantes dos anos 70, principalmente os que àquela altura pertenciam à terceira faixa, agora, necessariamente, com mais de 76 anos. Foram gravadas entrevistas de 30 minutos, focalizando os mesmos tópicos das entrevistas anteriores.

Na amostra dos anos 70, foram analisadas 2723 ocorrências de ***R*** final e nas dos anos 90, 506 para o estudo do recontato e 817 para o estudo da nova amostra.

Usando o programa VARBRUL, os seguintes fatores (a) estruturais e (b) sociais foram examinados: (a) tamanho do vocábulo, vogal precedente, ponto e modo de articulação do segmento subseqüente, pausa subseqüente, classe morfológica, item lexical, acento frasal e acento lexical; (b) faixa etária e gênero.

1. Variação do *R* no Português brasileiro padrão

Na análise fonológica estruturalista do português, dois fonemas ***R*** são habitualmente propostos: um pronunciado como um tepe alveolar, tradicionalmente denominado de R simples ou "fraco" e um outro, que pode variar consideravelmente em sua articulação, tradicionalmente chamado de R múltiplo ou "forte". Em posição final de coda, onde o apagamento é observado, sua variação articulatória , como se pode ver no quadro1, vai de uma vibrante,

alveolar ou uvular, a uma fricativa, velar ou glotal, chegando a seu total apagamento.

R	
vibrante alveolar	(alv. tr.)
vibrante uvular	(uv. tr.)
fricativa velar	(vel. fric.)
fricativa glotal	(asp.)
tepe alveolar	(tepe)
apagamento	(apag.)

Quadro 1- Pronúncia do R no dialeto carioca

Em trabalho anterior, Callou *et alii* (1996) analisaram a realização do ***R*** em posição de travamento silábico nos cinco centros urbanos do Projeto NURC, usando a amostra da década de 70. O grupo de fatores "posição interna/externa no vocábulo" foi selecionado como o mais significativo de todos. Assim, o comportamento do ***R*** em final de vocábulo deve ser analisado separadamente, uma vez que a posição final (externa) constitui o ambiente onde o apagamento se dá mais freqüentemente, como se pode ver nas Figuras 1 e 2, que levam em conta apenas o dialeto carioca.

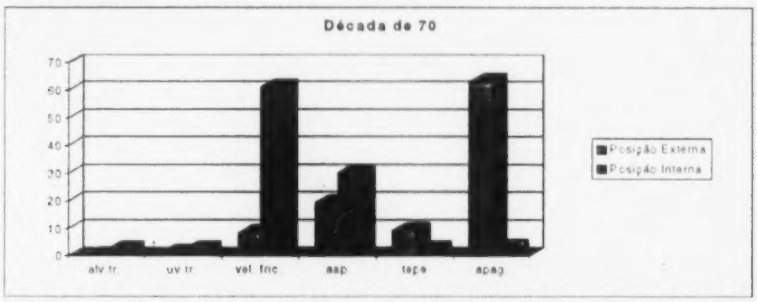


Figura 1 - Realização do R em posição interna e externa no dialeto carioca, na década de 70

Distribuição similar pode ser observada nas amostras da década de 90 (recontato e nova amostra).

BEST COPY AVAILABLE

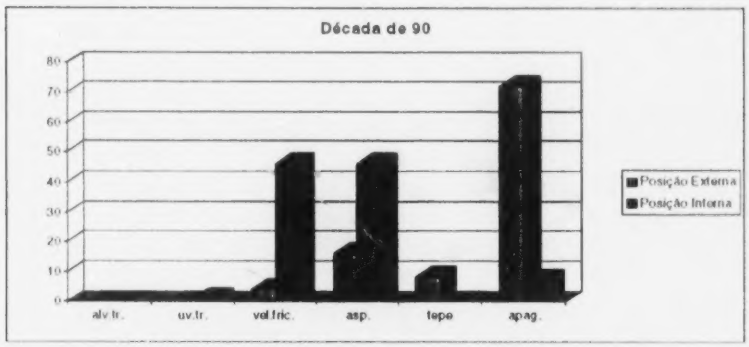


Figura 2- Realização do *R* em posição interna e externa no dialeto carioca, na década de 90

A fim de avaliar as duas propostas referentes ao apagamento do *R* — uma mudança completa no sentido da perda do segmento ou de sua recuperação — apresenta-se uma análise em tempo aparente e em tempo real, através de um estudo em painel (*panel study)* e de um estudo de tendências (*trend study)*, conforme a metodologia proposta por William Labov (1994).

2. Análise da mudança em tempo aparente e em tempo real: pressupostos gerais

A concepção de mudança, formulada pela sociolingüística laboviana (Labov, 1994), segue, em essência, a doutrina do uniformitarismo — oposta à teoria da catástrofe — segundo a qual todos os fenômenos geológicos podem ser explicados como resultantes de processos observáveis que operam de maneira uniforme. Essa teoria, tomada de empréstimo à geologia, teve como seu precursor, na lingüística, William Dwight Whitney (1867, *apud* Labov) tendo influenciado significativamente a corrente neogramática.

Assim, o princípio uniformitário é uma pré-condição necessária, tanto para a reconstrução histórica, quanto para o uso do presente para explicar o passado, pois permite inferir pela observação de *processos em curso* aqueles que operaram no passado.

A proposta de Labov, derivada dessa concepção, parte do pressuposto de que é possível captar mudanças em progresso através da análise distribucional-quantitativa de variáveis em diferentes faixas etárias. Isso constitui o que se convencionou chamar análise *em tempo aparente*. As formas

das curvas de distribuição indicariam se se trata de variação estável ou de mudança em curso (implementação ou perda de um processo). A distribuição, porém, por faixas etárias pode não representar mudanças na comunidade, mas sim constituir um padrão característico de gradação etária que se repete a cada geração. A resposta aos problemas derivados da interpretação dos dados em tempo aparente deve basear-se nas observações feitas *em tempo real*, isto é, na observação e confronto de dois ou mais períodos discretos de tempo.

A combinação de observações em tempo aparente e em tempo real constitui, portanto, o método fundamental de análise da mudança em curso.

Há duas abordagens básicas de obtenção de dados em tempo real: 1) o recontato dos mesmos falantes em período posterior ou 2) a constituição de uma nova amostra representativa, *panel ou trend study*, respectivamente, termos tomados de empréstimo à sociologia. Essa metodologia de estudo em tempo real encontra-se, ainda, em fase experimental, havendo muitas questões abertas, entre elas, o paradoxo de ser a mudança sonora, a um tempo, muito lenta e muita rápida para poder ser observada e o modo pelo qual a variação se transmite através das gerações.

O estudo da mudança, em tempo aparente, é feito, assim, observando-se o comportamento lingüístico de falantes em diversas faixas etárias, mas só o estudo em tempo real poderá esclarecer melhor se se trata de uma mudança ou de gradação etária, já que se compara a fala de um mesmo informante em dois momentos distintos. Se um indivíduo de uma determinada faixa etária reproduz, ao passar para outra, em certa medida, o comportamento lingüístico de falantes da mesma geração na amostra anterior, tem-se um indicativo de a variação ser característica daquela faixa etária. Se, no entanto, ao mudar de faixa etária, reproduz o seu comportamento na faixa anterior, tem-se um indício de que não se está diante de uma característica etária, mas sim de mudança geracional.

Segundo Labov (1994:83), "a interpretação dos dados em tempo real, de estudos do tipo em *painel* ou de *tendências*, requer um modelo subjacente de como os indivíduos mudam ou não mudam durante sua vida, como as comunidade mudam ou não mudam ao longo do tempo, e o que pode resultar da combinação dessas possibilidades. A combinação mais simples produz quatro padrões distintos".

	Indivíduo	Comunidade
1. Estabilidade	estável	estável
2. Gradação etária	instável	estável
3. Mudança geracional	estável	instável
4. Mudança comunitária	instável	instável

Quadro 2- Padrões de mudança no indivíduo e na comunidade

Um estudo em tempo aparente não permite diferençar entre gradação etária e mudança geracional. Por um lado, um estudo em painel poderá detectar as condições em que o indivíduo é ou não estável, mas ele, *per se*, não distingue gradação etária de mudança comunitária ou estabilidade de mudança geracional, uma vez que só se pode ter uma visão da comunidade através do comportamento dos mesmos indivíduos.

Não é difícil interpretar os dois primeiros padrões. Se o comportamento dos indivíduos é estável durante toda a sua vida e a comunidade se mantém também estável, não há variação a analisar e tem-se *estabilidade*; se os indivíduos mudam seu comportamento lingüístico durante suas vidas mas a comunidade como um todo permanece a mesma, o padrão pode ser caracterizado como *gradação etária*. A terceira e quarta combinações não são de tão fácil apreensão. Na mudança geracional, os indivíduos apresentam uma freqüência característica para uma variante particular, mantendo-a durante toda a sua vida. Aumentos regulares, porém, dessas freqüências individuais durante várias gerações podem levar a uma mudança comunitária. Na mudança da comunidade, todos os membros da comunidade alteram conjuntamente suas freqüências ou adquirem simultaneamente novas formas. Segundo Labov, este seria o padrão característico da mudança lexical e sintática, enquanto a mudança geracional seria típica da mudança sonora e morfológica.

3. Análise de fatores estruturais e sociais

O primeiro grupo selecionado, em todas as amostras, foi classe morfológica. A perda do ***R*** é mais freqüente nos verbos: o infinitivo e a primeira e terceira pessoas do futuro do subjuntivo são marcados em português tanto pela presença do ***R*** final quanto pela tonicidade da sílaba que contém o segmento (comer *versus* come). Nos não-verbos, em que o ***R*** não carreia informação morfológica, o peso relativo é baixo (Tabela 1).

Esse comportamento vai de encontro às afirmações correntes na literatura de que material fonológico que carreie informação morfológica tende, nos processos de mudança, a ser preservado.

	70		90			
			Recontato		Nova Amostra	
	%	P.R.	%	P.R.	%	P.R.
Verbo	73%	.70	7%	.77	82%	.82
Não-verbos	32%	.32	39%	.39	32%	.33
Total	61%	.51	62%	.63	64%	.64

Tabela 1- Apagamento do *R* segundo a classe morfológica

Para os nomes, o tamanho do vocábulo é um fator significante, a perda do ***R*** sendo praticamente bloqueada em vocábulos monossilábicos. Já para os verbos, a variável tamanho do vocábulo tem um comportamento neutro.

Devido a essa polaridade, nomes e verbos foram analisados em separado, em todas as amostras. Isso faz uma diferença. Se os nomes não forem separados dos verbos, a seleção dos grupos de fatores significativos não reflete corretamente os ambientes condicionantes do apagamento do ***R***. Por exemplo, se nomes e verbos forem tratados em conjunto, a vogal precedente torna-se o último grupo a ser selecionado pelo programa Varbrul; se eles forem separados, a vogal precedente torna-se, para o apagamento, o primeiro grupo a ser selecionado para os não-verbos.

Além disso, as ocorrências do pronome indefinido *qualquer* foram excluídas, uma vez que neste item lexical a perda do ***R*** é praticamente categórica (99 %).

Com essas modificações, os mesmos grupos de fatores estruturais são selecionados em ambos os períodos, tanto para homens quanto para mulheres: acento frasal, para verbos e não-verbos e tipo de vogal precedente, para os não-verbos.

A análise multivariada, em ambos os períodos, nas três amostras, selecionou sempre os grupos de fatores faixa etária e gênero, passando as duas variáveis, desde o início, a serem analisadas simultaneamente.

BEST COPY AVAILABLE

4. Dois estudos em tempo aparente

A fim de verificar o comportamento lingüístico estável ou instável do indivíduo e da comunidade, comparou-se a distribuição do apagamento do ***R*** no tempo aparente, nas duas amostragens que incluem indivíduos diferentes. Conforme nos diz Labov (1994), no recontato, os resultados podem refletir mais uma característica de faixa etária que uma mudança geracional que tenha a acarretar uma mudança lingüística da comunidade. É no estudo com outros indivíduos não constitutivos da amostra anterior que se pode visualizar melhor a mudança geracional, característica, conforme se disse no item 2, da mudança sonora.

Verbos e não-verbos, homens e mulheres, são analisados separadamente, pelos motivos já expostos. Nas figuras 3 e 4, comparam-se os pesos relativos da perda do ***R*** em homens e mulheres, nas décadas de 70 e 90.

As curvas de distribuição dos verbos indicam, para os homens, uma variação estável, em ambos os períodos. Os falantes mais jovens não modificam o seu comportamento dos anos 70 para os anos 90, mas o segundo e terceiro grupos apresentam comportamentos opostos: nos anos 70, o peso relativo decresce da terceira para a segunda faixa etária e aumenta da segunda para a primeira; nos anos 90, há um aumento da terceira para a segunda e uma diminuição da segunda para a primeira.

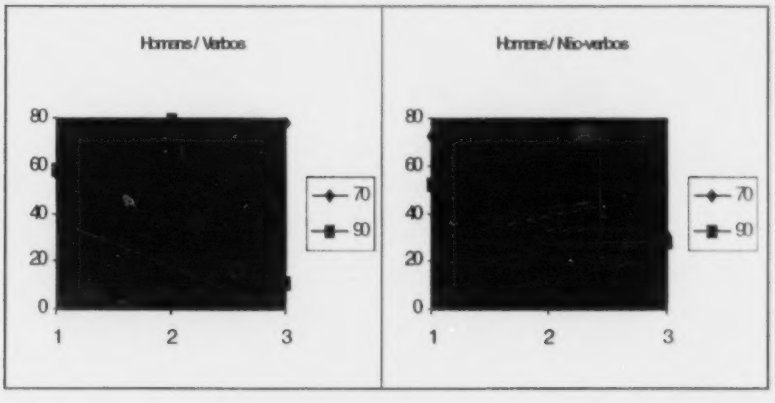


Figura 3- Apagamento do R em homens nas três faixas etárias (1:25-35; 2: 36-55; 3: 56-)

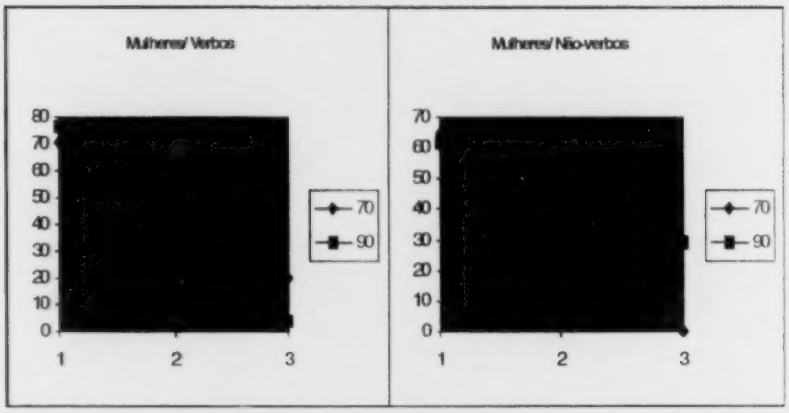


Figura 4- Apagamento do R em mulheres nas três faixas etárias (1:25-35; 2: 36-55; 3:56-)

Uma provável explicação para esse aumento na segunda faixa — que coincide, no Brasil, com a senioridade na vida profissional — é a de o apagamento do ***R*** não ser mais uma pronúncia estigmatizada, ao menos nos verbos, correspondendo a uma nova norma introduzida na comunidade.

Nos não-verbos, as curvas de distribuição indicam uma mudança em curso, a terceira e a segunda faixas etárias apresentando quase o mesmo peso relativo, e uma diminuição no uso da regra de cancelamento, nos falantes mais novos, dos anos 70 para os anos 90. Nos não-verbos, o apagamento nos anos 90 parece ter alcançado o mesmo patamar a que chegaram os verbos.

Para as mulheres, as curvas de distribuição indicam mudança em progresso nos dois casos.

Cumpre assinalar, no entanto, que essa regra avançou nas mulheres mais idosas, na década de 90, apenas nos não-verbos.

5. Um estudo em tempo real

Comparando os mesmos informantes do sexo masculino em ambos os períodos (estudo em painel), pode-se verificar que não há estabilidade: o comportamento não é o mesmo ao longo da vida do indivíduo, a freqüência

BEST COPY AVAILABLE

do apagamento do ***R*** continuando a avançar em não-verbos e em verbos, exceto, na última faixa etária, nos verbos.

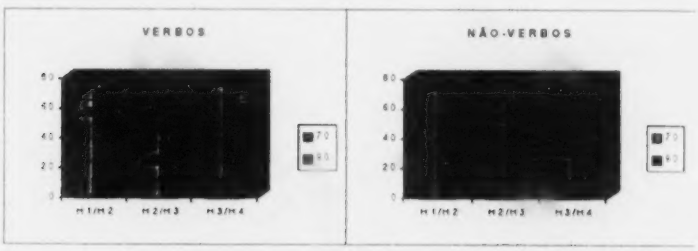


Figura 5: Comportamento individual nos homens ao longo do tempo

As mulheres não apresentam o mesmo comportamento.

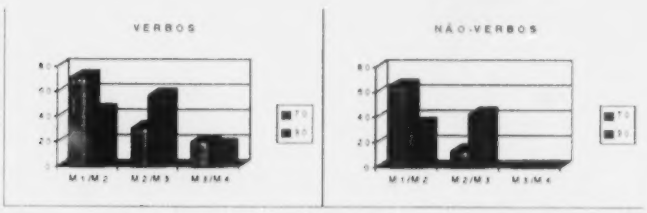


Figura 6 - Comportamento individual nas mulheres ao longo do tempo

Nos verbos, o apagamento do ***R*** diminui da primeira para a segunda e da terceira para a quarta faixa etária. Todavia, ele aumenta da segunda para a terceira faixa etária. Como ocorre nos não-verbos, não há um comportamento similar entre as mulheres: o apagamento do ***R*** diminui da primeira para a segunda faixa etária e aumenta da segunda para a terceira. As mulheres idosas, contudo, são estáveis.

O estudo em *painel* dá conta do comportamento lingüístico do indivíduo, mas não permite determinar se a comunidade é estável ou não, não se podendo, portanto, saber se o fenômeno se enquadra no padrão de gradação etária ou de mudança da comunidade. A comparação da amostra da década de 70 com a de 90 com informantes diferentes (nova amostra) é a forma indicada de observar o processo em curso na comunidade (Tabela 2):

BEST COPY AVAILABLE

	Mulheres		Homens	
	70	90	70	90
	% P.R.	% P.R.	% P.R.	% P.R.
Total	57% - .45	63% - .49	62% - .52	65 % - .51
Verbos	71% - .41	78 % - .44	82% - .57	85% - .55
Não-verbos	21% - .43	37% - .54	32% - .57	31% - .47

Tabela 2-Comportamento da comunidade, em dois períodos de tempo, contrastando verbos e não-verbos, quanto ao apagamento do R

A tabela 2 mostra que a população feminina continua a implementar a regra de apagamento, uma vez que há sempre um aumento do peso relativo de 70 para 90. Por outro lado, em relação aos homens, a regra parece ter atingido seu limite e há indícios de perda do processo de apagamento, principalmente no que tange aos não-verbos. De certa forma, essa dualidade de comportamentos permite inferir que os dois pontos de vista opostos, o de Houaiss — no sentido da recuperação do segmento — e o de D'Arc — no sentido de seu apagamento total, na fala não-culta — têm, em certa medida, fundamento. Em relação à fala culta, no entanto, a avaliação da situação geral e o estudo em tempo aparente e em tempo real indicam antes um equilíbrio que a previsão de um completo apagamento, uma vez que os pesos relativos totais nas duas décadas não vão muito além de .50.

Se não se distinguir entre homens e mulheres e entre nomes e verbos, a estabilidade de comunidade é flagrante: em 70 e 90, a freqüência de aplicação da regra se mantém.

O comportamento individual, como se viu nas figuras 5 e 6, é instável, com exceção do das mulheres da terceira faixa etária. O quadro é, deste modo, característico de um padrão de gradação etária (cf. quadro 2).

6. À guisa de conclusão

Os dados aqui apresentados mostram a complexidade do estudo da mudança lingüística. No caso em pauta, essa complexidade fica bastante evidente. Em primeiro lugar, teve-se que diferençar falantes do sexo masculino de falantes do sexo feminino — uma comunidade cindida, portanto — e, em segundo, distinguir entre verbos e não-verbos. O interessante aqui é que o

apagamento do ***R***, como se disse, incide sobre material com conteúdo morfológico. Essa distinção acarreta um problema para o modelo da fonologia lexical, pois se tem uma regra fonética variável para a qual é imprescindível informação morfológica. No modelo da fonologia lexical, as regras variáveis se aplicariam no nível pós-lexical, em que as informações morfológicas já não estariam presentes.

Por fim, vale salientar que o apagamento do ***R*** final tem sido considerado um caso de mudança de baixo para cima que, ao que tudo indica, já atingiu seu limite, e é hoje uma variação estável, sem marca de classe social.

Referências bibliográficas

Callou, D. *et alii* (1996). Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: Koch, I. (org.). *Gramática do Português Falado*. v. VI: 465-493. Campinas, UNICAMP.

D'Arc, J. (1992). *Difusão lexical na vibrante final*. LETRAS/UFRJ. Dissertação de Mestrado.

Houaiss, A. (1970). Sobre alguns aspectos da recuperação fonética. *Anais do Primeiro Congresso de Filologia Românica*: 25-38. Rio de Janeiro, MEC.

Labov, W. (1994). *Principles of linguistic change*. Oxford/Cambridge, Blackwell.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (73-90)

Repetição e Coordenação*
(Repetition and Coordination)

Roberto Gomes Camacho & Erotilde Goreti Pezatti (*Universidade do Estado de São Paulo -S.J. Rio Preto*)

Abstract: Based on the principle that the cognitive motivation pervades all levels of the grammar of a language, the basic aim of this paper is to explore the hypothesis that the coordenative processes of conjunction and disjunction result from a perceptual-cognitive transference of common mechanisms of repetition. By means of a multifunctional analysis of coordination, it is showed that term conection is the model that activates sentence conection processes at which additive and alternative junctives establish content relations at ideational level, and epistemic and speech act relations at the interactional level.

Resumo: Com base no princípio de que a motivação cognitiva perpassa todos os níveis da gramática de uma língua, este trabalho tem como principal objetivo explorar a hipótese de que os processos coordenativos de conjunção e disjunção resultam de uma transferência perceptual de mecanismos comuns de repetição. Mediante uma análise multifuncional da coordenação, demonstra-se que a ligação de termos é o modelo que ativa os processos de ligação de orações em que os juntores aditivo e alternativo estabelecem relações de conteúdo no nível ideacional e relações epistêmicas e ilocucionárias no nível interacional.

Key words: Coordination; Conjunction; Disjunction; Repetition.

Palavras-chave: Coordenação; Conjunção; Disjunção; Repetição.

0. Palavras iniciais

Admitindo que compõem a linguagem os sub-sistemas discursivo, semântico e sintático, Castilho (1994), propôs, como hipótese de trabalho, que três processos discursivos constituem a modalidade falada: construção, reconstrução e descontinuação.

* Esse artigo é o resultado da fusão de trabalhos anteriores dos autores, desenvolvidos no âmbito do Projeto de Gramática do Português Falado (V. a esse propósito Camacho 1998 e Pezatti 1998).

BEST COPY AVAILABLE

A construção é o processo central da linguagem, já que incide diretamente sobre a organização das unidades semântico-discursivas e gramaticais e sua representação fonológica. A reconstrução é um processo fortemente vinculado à remissão anafórica, representando o modo como se organiza a recorrência de formas e de conteúdos. Já a descontinuação representa um processo de ruptura na elaboração do texto, de que resultam hesitações, pausas, elipses e anacolutos.

Embora o autor mencione "língua falada" e deixe transparecer que o escopo do processo de construção abrange as modalidades falada e escrita, por ser este o processo central de constituição da linguagem, é difícil não admitir que os outros dois também abarquem a modalidade escrita. O traço diferenciador é sempre uma questão de grau: as condições de produção típicas da modalidade falada, em que planejamento e execução ocorrem *on line*, acarretam um grau maior de reconstrução e descontinuação.

Em trabalho mais recente, Castilho (1997) se refere aos domínios discursivo, gramatical e semântico como módulos constitutivos da linguagem referenciados no Léxico, considerando-o componente primitivo, já que não se deriva de nenhuma outra instância da linguagem. O autor admite, então, que os módulos, todos verbais, são administrados por processos cognitivos pré-verbais, que fluem, não unilinearmente, pelos diferentes módulos e que se podem identificar como ativação, reativação e desativação, termos que substituem, respectivamente, os sugeridos em Castilho (1994), acima mencionados, como construção, reconstrução e desativação[1].

Postula a ativação como o processo de codificação gramatical e textual por excelência, mediante o qual a seleção de itens, que suscitam propriedades semânticas, discursivas e gramaticais, ativa, "(i) no Discurso, a constituição do texto, de suas unidades e formas de conexidade; (ii) na Semântica, a constituição dos sentidos lexicais, dos significados composicionais e das significações contextuais; (iii) na Gramática, a constituição das sentenças e de suas representações sintática, morfológica e fonológica" (Castilho, 1997: 303).

A reativação, antes denominada reconstrução, fica mantida como o processo cognitivo que suscita itens e propriedades previamente ativadas.

[1] O autor admite que a mudança resultou do fato de ter-se dado conta de que todos os processos implicam sempre a construção de enunciados.

BEST COPY AVAILABLE

O interesse central deste trabalho não é discutir os postulados teóricos, que se acham ainda em fase de elaboração, mas examinar especulativamente como os processos de ativação e reativação podem ser ilustrados no uso de conectores conjuntivo e disjuntivo do português falado, participando, assim, de uma justa homenagem ao Professor Ataliba Teixeira de Castilho, cujo caráter ativo e empreendedor aponta para duas linhas sempre convergentes: a de instigador e a de pesquisador.

A característica instigadora se delineia claramente no perfil de organizador de importantes programas de investigação, como o Projeto de Gramática do Português Falado, do qual participamos como pesquisadores, e no de coordenador de GTs, como os que promoveu sobre o tema da repetição em congressos da ALFAL, de que, pelo menos no último, participamos como debatedores.

A característica de pesquisador se esboça principalmente na posição sempre aberta a mudanças, cujo caso exemplar se observa nos dois momentos, acima mencionados, em que postula processos (1994) e, em seguida, reformula postulados (1997), fato que demonstra, por si só, rigor na busca da verdade científica que sabemos não ser absoluta.

Por conseguinte, consideramos que a melhor forma de homenagear uma das mais importantes figuras da lingüística brasileira é explorar, neste trabalho, um tema que representasse os dois aspectos assinalados de seu perfil. Resta saber se a homenagem estará à altura do homenageado. Mas aí a história já é outra.

1. Relação entre coordenação e repetição

A repetição, tradicionalmente considerada pelos compêndios de Gramática Tradicional como um vício de linguagem, vem sendo reavaliada, não apenas como um recurso expressivo, mas sobretudo como um mecanismo fundamental da organização textual-interativa do discurso falado. Na interação face-a-face, os participantes empregam, com muita freqüência, desde a simples repetição literal até construções paralelas no nível sintático (cf. Koch, 1994). A repetição é, assim, produto do processo de reativação.

Tratar a coordenação, em sua manifestação conjuntiva e disjuntiva, como uma forma de repetição, não constitui nenhum exagero. Tannen (1987) inclui entre as repetições uma construção em que palavras completamente diferentes

BEST COPY AVAILABLE

são enunciadas no mesmo paradigma sintático e rítmico de um sintagma ou frase precedente, como em (1):

(1) *Here's Columbus Circle, here's Central Park West.*
(Tannen, 1985, p. 30)

Observe-se que esse exemplo é uma forma de justaposição de orações. Não custa mais que inserir um conectivo para que essa construção represente uma relação de conjunção.

Além disso, as relações de conjunção e de disjunção poderiam ser o resultado de uma transferência perceptual-cognitiva dos processos comuns de repetição explícita, embora raramente com reduplicação formal, hipótese que examinaremos. Com efeito, a conjunção e a disjunção de orações raramente faz uso da repetição de estrutura, embora esteja semanticamente comprometida com uma equivalência sintática e semântica. Não obstante, é um mecanismo formal disponível na sintaxe da língua, só possível mediante uma repetição tácita, que pode deixar de sê-lo. Em (2a), a repetição é um recurso discursivo empregado para facilitar a compreensão do interlocutor, já um tanto dificultada em razão da carga informacional que habitualmente procede de uma aula:

(2) a. *maneira do homem pré-histórico era... BAsicamente* eu preciso *comer... e* eu preciso:: *...me defender dos animais e* eu preciso *me esquentar na medida do possível...* (EF-SP-405: 109-13)

Desenvolvendo o postulado de que os atos de linguagem envolvem processos de ativação, reativação e desativação, defenderemos a hipótese de que, embora a coordenação seja o resultado do processo de ativação, é possível considerar que tenha sua gênese cognitiva no processo de reativação.

Justamente por evitar a repetição, a conjunção e a disjunção de orações vêm sendo tratadas mais como um fenômeno de elipse. De um ponto de vista funcional, a elipse é um fenômeno motivado pela distribuição de informação: é muito mais freqüente apagarem-se constituintes que representam informação velha e conservarem-se os que representam informação nova. Por conseguinte, a decisão pela escolha de conjunção com repetição, como (2a) e de conjunção sem repetição, como (2b) depende crucialmente de compromisso interacional com o interlocutor:

(2) b. *a maneira do homem pré-histórico era... BAsicamente eu preciso comer....me defender dos animais e me esquentar na medida do possível...* (EF-SP-405: 109-13)

Este trabalho organiza-se em duas partes. Na primeira, examinam-se a conjunção e a disjunção de termos; na segunda, a conjunção e a disjunção de orações em estruturas simétricas e assimétricas, descrevendo-se os processos que envolvem tanto a junção de estados de coisas, no nível ideacional, quanto a junção de conteúdos epistêmicos e de atos de fala, no nível interacional. Os exemplos que ilustram a exposição são, em sua maioria, retirados de um *corpus* de língua falada culta[2].

2. A conjunção e a disjunção de termos

Dik (1980) trata a coordenação como expansão de constituintes, um enfoque funcional que exclui a possibilidade de apagamento de constituintes em estruturas mais complexas. O esquema contido em (3) fornece uma representação formal do processo:

(3) $\alpha \rightarrow \alpha^1, \alpha^2, ..., \alpha^n (n \geq 2)$

Esse esquema opera sobre algum elemento α, expandindo-o numa série n-ária de elementos coordenados. Podem-se distinguir os seguintes níveis de atuação do processo de coordenação: (i) coordenação de termos; (ii) coordenação intra-termos; e (iii) coordenação de orações.

Termo para Dik (1989) designa entidades do mundo; sendo assim, a coordenação de termos representa uma espécie de atalho que permite ao falante explicitar dois estados de coisas com um único predicado. Desse modo, em orações como *João e Maria viram um fantasma*, e *Ou Lula ou FHC será o próximo presidente*, os termos representam duas funções sintáticas e duas funções semânticas. Há, portanto, dois estados de coisas, representados pelas paráfrases *João viu um fantasma e Maria viu um fantasma* e *Ou Lula será o próximo presidente ou FHC será o próximo presidente*.

Na coordenação intra-termos, não há a duplicação, de modo que dois termos são coordenados numa única função semântica e sintática, como se

[2] O universo da investigação é constituído por uma amostragem do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, que constitui, por sua vez, uma amostragem do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravados com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, historiado por Castilho (1990).

546

observa em *João e Pedro compraram um livro (o dinheiro não dava para comprar dois exemplares)*, que constitui, então, um único estado de coisas.

Em qualquer nível da estrutura sentencial pode ocorrer o processo com a condição necessária de que termos coordenados tenham identidade de função sintática e de função semântica. Essa condição universal, denominada Condição do Constituinte Coordenado (Coordinate Constituent Constraint, doravante, CCC) foi defendida por Schachter (1977), como uma formalização da idéia de "equivalência estrutural" contida na definição comum de coordenação. Constituintes ligados por coordenação devem ser sintática e semanticamente correlatos; caso contrário, a sentença resultante é anômala.

Assim, se a função de Sujeito ou de Objeto for atribuída a um termo de uma série coordenada, a mesma função sintática deve ser assinalada a todos os termos da série. A aplicação dessa regra exclui construções como (4a-b e 5a-b):

(4) a. *?João e por Pedro acertaram o cachorro.*
b. *?João acertou o cachorro e por Pedro.*

(5) a. *?João ou por Luís quebrou o vaso.*
b. *?João quebrou o vaso ou por Luís.*

Além da identidade sintática, a gramaticalidade da coordenação de termos deve ser assegurada pela identidade de função semântica. A aplicação dessa condição exclui a possibilidade de construções como (6a-b) e (7a-b):

(6) a *?João e a chave abriram a porta.*
b. ? *João ou a chave abriu a porta.*
(7) a. *?João comeu com sua mãe e com bom apetite.*
b. ? *João come freqüentemente ou com bom apetite.*

Em (6a-b), argumentos na função semântica de agente e instrumento são coordenados como sujeito; (7a-b) soam estranhas por haver coordenação de termos na função de satélites de companhia e modo.

A CCC formaliza, como se afirmou acima, a intuição de que estruturas coordenadas de termos apresentam equivalência estrutural, com base em dois princípios: são constituintes hierarquicamente equivalentes e o conjunto resultante exerce a mesma função sintática e semântica que o faria um termo

BEST COPY AVAILABLE

singular na mesma posição sintática. É essa condição que representa o processo de reativação, postulado por Castilho (1997) na coordenação de orações. Trata-se aqui, obviamente, de reativação de função, não de termos, como ocorre no processo comum de repetição, embora nem aí esteja assegurada a identidade fônica e conceptual dos constituintes reativados, pois, como mostram estudos sobre repetição, essa não é uma regra necessária para a ocorrência do processo, cujas condições de realização apontam para a existência dos mais diversas graus de identidade fônica e conceptual dos termos reativados.

Koch (1994), por exemplo, elenca um exemplo de repetição orientada para o falante, empregada para ganhar tempo para o planejamento da elocução. Em (8) a repetição, após um falso começo exerce a função de preenchedora de pausa. Observe-se que os SNs *uma delas* e *uma das gêmeas* não representam identidade formal:

(8) *uma delas... uma de/ah uma das gêmeas... quer ser arquiteta... decoradora...*(...) (D2-SP-360: 1233-8, Apud Koch, 1994, p. 156)

Tannen (1985) aponta para a existência de pelo menos dois extremos contrastivos no fenômeno; um deles, que ela denomina *repetição precisa*, consiste num mecanismo relativamente raro mediante o qual a mesma idéia é expressa pelas mesmas palavras com padrão entonacional e qualidade de voz similares; o outro, que ela denomina *repetição parcial*, pressupõe que, apesar de haver transformações ou variações, o significado similar é expresso com palavras e padrões entonacionais ligeira, significativa ou inteiramente diferentes. No caso de haver, por exemplo, palavras totalmente diferentes, como ocorre de certa forma no exemplo (8) acima, o processo de repetição seria o equivalente de uma paráfrase, fenômeno que, todavia, Tannen exclui de seu estudo, por defender a relação entre repetição e natureza formulaica da linguagem, que não se aplicaria à paráfrase (apud Travaglia, 1989).

Das propriedades representadas na CCC, resulta uma terceira a de que termos coordenados são livremente intercambiáveis, sem provocar qualquer alteração no conteúdo final da sentença, como se observa por exemplo em (9a) e sua paráfrase em (9b). A intercambialidade é uma propriedade definidora dessa modalidade estrutural de repetição implícita na coordenação:

BEST COPY AVAILABLE

(9) a. *e que o estilo e a arte sempre vão refletir uma ma-NEI-ra de considerar o mundo e a natureza* (EF-SP-405:107).
b. *e que a arte e o estilo sempre vão refletir uma ma-NEI-ra de considerar a natureza e o mundo.*

3. A conjunção de orações

A conjunção de orações pode subordinar-se a uma proposição de nível superior, comportando-se assim como termos. Exercem, nesse caso, funções sintáticas diversas no predicado de nível superior, seja como argumentos, seja como satélites, conforme se observa em (10a-b):

(10) a. *agora, uma escola se compõe de um.... um... local em que haja condições do estudante ter aula e do professor dar a sua aula* (DID-SSA-231:368).
b. *em função da necessidade de eu assegurar.... a caça... e continuar podendo comer* (EF-SP-405:180).

Esses dados mostram a função marcadamente textual da ligação entre orações, observada particularmente por Halliday & Hasan (1976), que subcategorizam a conjunção de orações num uso aditivo ou estrutural e num uso coesivo. Esses dois usos, representados no exemplo acima por (10a) e (10b) respectivamente, foram anteriormente identificados por R. Lakoff (1971) como conjunção simétrica e conjunção assimétrica.

Um bom critério para decidir se o conjunto é simétrico ou assimétrico é verificar se seus membros coordenados admitem mudança potencial de ordem. Caso admitam, as orações são independentes uma da outra e, portanto, representam o processo de coordenação estrutural, como ocorre tipicamente com (11):

(11) *João fritou o bife, Maria temperou a salada e Antonio refogou a couve.*

Por mudança potencial deve-se entender a adequação necessária do enunciado aos processos comuns de remissão anafórica, tal como ocorre em (12a) e (12b):

(12) a. *João fritou o bife e (∅) temperou a salada.*
b. *João temperou a salada e (∅) fritou o bife.*

O caso prototípico de bloqueio da mudança potencial da ordem das orações e, conseqüentemente, de conjunção assimétrica, é constituído por pequenos fragmentos narrativos em que cada evento segue necessariamente o outro de acordo com a seqüência temporal, como demonstra o exemplo (13):

(13) *cheguei em casa, vi televisão e depois vim para cá pra pra conversar* (D2-RJ-355:87).

Há outros fragmentos de eventos não narrativos, representados abaixo pelo exemplo (14), que, ainda assim, representam uma seqüência cronológica.

(14) *põe aquele refogado ali dentro e tapa, vai ao forno* (D2-POA-291:139).

Outro caso menos nítido de seqüenciação aparece no exemplo (15) que, todavia, sugere a representação de diferentes fases num processo maior.

(15) *eles pescam muito peixe de rio e usam muito na alimentação* (DID-RJ-328:131).

A assimetria de (13-15) - mudança de ordem = mudança de interpretação da sentença - é aparentemente devida às convenções icônicas da ordem de palavras na narrativa. A ordem das orações é paralela ao mundo real, em termos dos eventos descritos nas orações, tornando-se, assim, desnecessário adicionar mais especificação na ordenação temporal dos eventos narrados.

Em si mesmo, o juntivo *e* não indica sucessão temporal (tal significado pode ser atribuído, por exemplo, a *depois* na seqüência *e depois* de (13); mas a ordem das duas orações pode, por convenção, ser icônica em relação à seqüência real dos eventos descritos. Sweetser (1991) propõe que esse uso narrativo é de fato somente um dos muitos modos de explorar a interação da linearidade inerente da linguagem com o conceito geral de "pôr coisas lado a lado".

O tópico comum compartilhado nem sempre está explicitamente manifesto e identificável numa conjunção simétrica, como nos casos prototípicos observados em (13-15). Existem enunciados, como (16) abaixo, cuja identidade é implícita, embora incontestável, já que *fazer salada* e *lavar talheres* constituem duas atividades parciais relacionadas ao domínio comum de *cozinhar*:

550

(16) *Maria está fazendo a salada e Paulo está lavando os talheres.*

Outros enunciados, como (17), constituem casos-limite em termos de tópico comum e, por isso, nem sempre têm a aceitabilidade garantida:

(17) *José fuma três maços por dia e eu conheço muitas pessoas que sofrem de câncer.*

Diferentemente dos casos explícitos de identidade semântica, para que enunciados como esses possam ter um tópico comum, é necessário combinar itens explicitamente manifestos, pressuposições e deduções para obter uma afirmação de identidade, cujo resultado deve envolver pelo menos um dos itens lexicais em cada membro da conjunção que, no caso de (17), é *José*.

Observem-se agora (18a) e (18b):

(18) a. *José fumava três maços e contraiu câncer.*
b. *José fumava três maços por dia e contraiu câncer (portanto você pode tomar o mesmo caminho se continuar fumando tanto).*

A sentença (18a) é uma boa resposta para "O que aconteceu a José?", enquanto (18b) é boa resposta para "Por que você não gosta que eu fume?". Os tipos diferem porque, na conjunção simétrica, é necessário que somente partes das orações ligadas possam ser relacionadas por pressuposição, de modo a assegurar a dedução de um tópico comum. Na conjunção assimétrica, são as duas orações ligadas, como um todo, que contraem a relação, não partes delas.

Em vez de eventos narrativos colocados lado a lado, como em (18a), (18b) manifesta premissas lógicas colocadas lado a lado. A ordem das premissas é significativa e o sentido se alteraria com a inversão de ordem das orações; contudo, a mudança não ocorreria na ordenação temporal de estados de coisas, mas na proposição que foi tomada como logicamente precedente no domínio do conteúdo epistêmico.

No exemplo (18b), o valor conclusivo é tanto um produto da ordem icônica de palavras, quanto o valor temporal de (18a), que pode também envolver suposições de causalidade no mundo real. Entretanto, a ordenação icônica de (18b) se baseia em processos lógicos, não em eventos do mundo real. Dessa sentença, pode-se tirar apenas um resultado epistêmico, uma conclusão que resulta de premissas previamente enunciadas (cf. Sweetser, 1991).

Para entender (18b), o interlocutor deve lançar mão de sua experiência, de seu conhecimento de mundo, ou ainda do discurso prévio que compartilhou, e supri-lo com fatos adicionais que permitam estabelecer um elo entre uma parte de uma oração e uma parte da outra (Lakoff, 1971). É necessário fazer uma pressuposição sobre fumo e câncer e executar deduções baseadas nessas pressuposições e suas relações com os elementos manifestos no enunciado. Uma pressuposição está baseada no senso comum de que fumo demais provoca câncer. Deduz-se daí que pessoas que contraem câncer são, ou podem ser, as que fumam demasiadamente, estabelecendo-se um domínio comum entre José e as demais pessoas que fumam muito.

Um esforço mental ainda maior para elaborar uma dedução baseada em algum tipo de identidade semântica é o que se depreende de (19):

(19) *Dez homens couberam no fusca e eu pago cerveja para todo mundo.*

Essa sentença parece ser razoavelmente interpretável, se considerarmos que o locutor realiza um ato de fala no segundo membro da coordenação, decorrente do estado de coisas que de fato ocorreu, expresso no primeiro membro. Em (19), a mera forma das partes denuncia o fato de que não pode estar envolvida a conjunção normal no domínio do conteúdo, devendo ser antes interpretada como significando algo como "Eu declaro que pago cerveja para todo mundo", leitura que atribui ao segundo membro da conjunção a interpretação de um verdadeiro ato de fala.

4. A disjunção de orações

Embora *ou* tenha sido freqüentemente tratado como operador lógico, esse juntivo compartilha um conjunto muito mais abrangente de funções do que a conjunção lógica de proposições.

Com efeito, nas línguas naturais, são necessárias três condições para que haja disjunção (cf. Charaudeau, 1992; Oliveira, 1995). A primeira é que pelo menos um elemento de uma das asserções disjuntas seja semanticamente idêntico a um dos da outra. (20), por exemplo, preenche esta condição:

(20) *mas é preciso que eu aplique*, que eu utilize os sinais de trânsito na hora certa, ou que eu tenha a habilidade de passar mais rápido pelo guardinha *porque senão, eu (es)tou multada na primeira esquina* (EF-POA-278:197).

Nessa disjunção, uma entidade da primeira asserção (*eu*) se repete na segunda. Não é necessário, entretanto, que se repitam seqüências de itens lexicais; como na relação de conjunção, a repetição pode ocorrer com base em outros mecanismos, como anáfora zero, como em (21), ou especificações semânticas, como em (22). Enfim, nas disjunções que ocorrem em situações reais de comunicação oral ou escrita, deve haver um eixo semântico comum aos termos disjuntos, sobre o qual se dá a oposição entre eles. Na verdade esse elemento idêntico, por ser repetido, tende a ser omitido:

(21) *para então... ele dizer... se há malignidade ou* não nesse nódulo (EF-SSA-49:90).

(22) *ela vai dizer também que eu não posso aplicar, também* sem fazer uma análise ou aplicação, *então vamos voltar aqui* (EF-POA-278:175).

A segunda condição é a existência de uma terceira asserção equivalente ao domínio semântico representado pelo eixo comum às asserções disjuntas. Essa asserção, posta ou pressuposta, deve ser mais geral que as outras duas, podendo, na maioria das vezes, ser introduzida por um conector adversativo. Isso significa que, quando se diz "(OU) A OU B", admite-se uma dessas hipóteses, A ou B, MAS, em qualquer delas, põe-se ou pressupõe-se C, que se crê verdadeira, quer prevaleça A, quer prevaleça B. É o que ilustram as ocorrências (23) e (24):

(23) *não tem importância que a gente chama de análise ou chama de interpretação* o importante é que o processo se realize (EF-POA-278:211).

(24) *hoje você paga o dobro ou o triplo* mas você paga o dobro ou o triplo pela desvalorização do dinheiro (D2-RJ-335:117).

A terceira condição impõe que o locutor desconheça a seleção a operar, o que se pode manifestar por meio do emprego da interrogação (direta ou indireta), do imperativo, de construção hipotética e de construção declarativa referente a fatos futuros, representados respetivamente em (25-28):

(25) a. *a senhora acha que* houve alguma evolução ou:: ou que tenha regredido o cinema atualmente? (DID-SP-234:359)

b. *há muita... discussão aí entre posições opostas de que* se o Japão seria uma economia ou um país desenvolvido. (EF-RJ-379:223)

(26) *então, faz esse refogado e põe tomate,* um ou dois tomates. (D2-POA-291:192)

(27) *porque* quando ele vai aferir ou vai investigar experimentar o homem... *não é o que o homem diz... do experimento de laboratório mas sim o que o homem realmente está pensando...* (EF-RE-337:142)

(28) *além naturalmente do departamento jurídico que é a peça ... de GRANde importância ... porque* vai tratar exatamente de todas aquelas questões... de contra:to ou de distrato (DID-RE-131:240).

Como o aditivo, o conector alternativo pode representar relações simétricas e assimétricas entre os membros coordenados. No primeiro caso, as duas alternativas são mutuamente exclusivas mas equivalentes e independentes uma da outra, permitindo assim a mudança de ordem; já no uso assimétrico, a segunda alternativa depende da primeira, por isso não é permitida a inversão.

Desse modo, para duas opções independentes, das quais pelo menos uma é verdadeira, seria tão razoável dizer "se não B, então A", quanto dizer "Se não A, então B", há, portanto, uma ordenação livre entre os membros da disjunção e, por isso, irrelevante.

A ordem de disjuntos assimétricos, por outro lado, reflete a prioridade de uma oração sobre a outra, ou a dependência do segundo em relação ao primeiro: o membro primário, independente, precede o secundário, dependente. Os dois não precisam ainda ser mutuamente exclusivos em si mesmos, isto é, quando se diz (29), não significa que os dois eventos descritos *não poderiam* ambos ocorrer, mas implica que há um relacionamento unidirecional entre eles.

(29) *Todo fim de semestre, João envia um capítulo pronto de sua tese ou no dia seguinte seu orientador liga reclamando.*

Considerando "Todo fim de semestre João envia um capítulo pronto de sua tese" como A, e "seu orientador liga reclamando" como B, pode-se argumentar usando somente a coordenação alternativa assimétrica "se não A, então B". Sabe-se, na verdade, que, no mundo real, A não somente é temporalmente anterior, mas realmente exerce uma influência *causal* em B, e

que o contrário não pode ser verdadeiro: de modo algum a reclamação subseqüente do orientador influencia o envio prévio de um capítulo pronto da tese por João.

Sweetser (1991) reinterpreta a condição de identidade tópica entre os membros da disjunção (primeira condição de Charaudeau) e os casos de simetria e assimetria de R. Lakoff, mostrando que o juntivo *ou* atua tanto no nível do conteúdo, quanto no epistêmico ou mesmo no ilocucionário, rotulados de "disjunções retóricas" por Lakoff.

No domínio do conteúdo, empregar *ou* indica que um dos disjuntos deve descrever o genuíno estado de coisas no mundo real; repete-se, portanto, dois estados de coisas. Assim, a interpretação de (30),

(30) *há muita... discussão aí entre posições opostas de que* se o Japão seria uma economia ou um país desenvolvido. (EF-RJ-379:223),

como 'discute-se muito sobre', ou "o Japão é uma economia desenvolvida" ou "o Japão é um país desenvolvido", descreve a situação verdadeiramente. O mesmo ocorre em (31),

(31) *é um controle muito natural* ou você não tem filhos ou vai ser é castrado (EF-RJ-379:205),

cuja interpretação de 'ou se evita filhos por algum meio anticonceptivo' 'ou se é castrado' verdadeiramente descreve o futuro estado de coisas.

A relação entre estados de coisas é o único emprego de *ou* tratado sistematicamente pelos estudiosos e gramáticos, que ignoram as outras funções, como a de juntor de inferências (uso epistêmico) e de atos de fala (uso ilocucionário).

Observe-se a sentença (32):

(32) *O orientador de João vai ligar amanhã reclamando, ou (então) ele já enviou um capítulo pronto de sua tese.*

A interpretação provável de (32) é que os dois membros da disjunção são conclusões epistêmicas tiradas da evidência disponível e não como estados alternativos possíveis do mundo real: as duas orações não expressam

alternativas possíveis do mundo real, mas alternativas epistêmicas normais. Presume-se que uma predição proposta sobre o comportamento futuro de alguém está baseada em alguma inferência do que de fato ocorre habitualmente. Contudo, desde que não oferecemos usualmente predições com a intenção de que sejam consideradas incorretas, o falante não pode, cooperativamente, estar oferecendo alternativas genuínas. O que está em discussão em (32) não são alternativas do mundo real, mas somente alternativas epistêmicas e uma não tem prioridade definida sobre a outra (cf. Sweetser 1991). A mesma interpretação epistêmica se aplica a (33) que, diferentemente de (32), contém orações disjuntas em relação simétrica:

(33) *A.- O João entregou a tese no prazo?*
B - A gráfica atrasou a encadernação ou ele não fez as correções a tempo (portanto ele não entregou a tese no prazo).

Observe-se, agora, a sentença (34):

(34) *Entregue a tese no prazo ou você perde a bolsa.*

Na disjunção assimétrica acima, o segundo membro da coordenação dá suporte para o enunciado expresso no primeiro membro, de modo que o receptor é obrigado a escolher entre seguir a ordem dada ou ver realizar-se a segunda força ilucionária, que é um ato de ameaça. Como presumivelmente o receptor desejará afastar a segunda alternativa, o efeito da disjunção é o de uma ordem reforçada. A interpretação da disjunção como ato de fala representa ordens, sugestões e perguntas, como se reinterpreta, nos termos de Sweetser, o exemplo acima contido em (34).

5. Considerações finais

No equacionamento da coordenação disjuntiva e conjuntiva, tratamos os vários usos de *e* e de *ou* como casos de ambigüidade pragmática[3]. Essa expressão sugere que há uma única forma fonológica em que se alojam pelo menos três diferentes valores semânticos, conforme se aplique o juntivo aos níveis do

[3]Uma palavra ou um sintagma é ambíguo quando tem dois diferentes valores semânticos. É também possível, porém, que uma forma lingüística tenha somente um valor semântico, mas ainda assim, múltiplas funções. Um exemplo saliente é a ambigüidade pragmática da negação (Horn, 1985, *apud* Sweetser, 1991): cp. *Ela não está alegre, ela está triste* e *Ela não está alegre, ela está em êxtase*. A diferença é que, no primeiro caso, entende-se a semântica da negativa como aplicada ao conteúdo da palavra *alegre*, enquanto, no segundo caso, como aplicada a alguma asserção subentendida de natureza epistêmica. É o uso da negação que varia, não seu sentido.

BEST COPY AVAILABLE

conteúdo, ao lógico-epistêmico e ao ilocucionário. Por outro lado, tratamos os casos de coordenação como expansões de estruturas equivalentes sintática e semanticamente, o que os aproxima dos casos de repetição, um compromisso teórico marcadamente funcionalista. Desse modo foi possível avaliar positivamente a hipótese de que há uma relação de mão dupla entre os processos de ativação e reativação, postulados por Castilho (1997).

Pela própria característica do processo de coordenação, os juntivos aditivo e alternativo compartilham entre si a condição de equivalência estrutural entre partes dos membros coordenados, que os dados analisados cumprem exemplarmente. Tal exigência formaliza-se na identidade simultânea de função semântica e de função sintática dos termos coordenados.

Os juntivos *e* e *ou* atuam no nível do conteúdo, como coordenadores de estados de coisas; no nível epistêmico, como coordenadores de relações lógico-argumentativas e, no nível ilocucionário, como coordenadores de atos de fala. Essa permeabilidade pelos diferentes níveis não chega a ser surpreendente. A literatura aponta para um caso muito ilustrativo, o do advérbio *agora*, que se esvazia de seu valor dêitico, na expressão da temporalidade, para exercer uma função textual de articulação tópica, fortemente prospectiva, já que favorece a continuidade discursiva (cf. Ilari et al., 1990; Risso, 1993).

É curioso observar, entretanto, que a necessidade de identidade semântica perpassa os juntivo *e* e *ou* nos níveis semântico-textual e pragmático em que atuam, de modo a manter nitidamente a unidade na diversidade. Se é extremamente visível no nível da junção simples de conteúdo, no epistêmico e no ilocucionário, a visibilidade da identidade semântica se enfraquece, mas se mantém como inferências e deduções a partir de esquemas referenciais e cognitivos.

Também não causa estranheza que a função dos juntivos aditivo e alternativo para a construção do texto e para a construção do jogo interacional esteja arraigada no uso estritamente estrutural, nos termos de Halliday & Hasan (op. cit.), que tem o papel específico de ligar idéias semanticamente equivalentes, uso que parece derivado da mesma estruturação cognitiva do espaço físico que nos permite a habilidade de "pôr coisas lado a lado". Conseqüentemente, a multiplicidade de valores semânticos é parte constituinte da economia das línguas naturais humanas.

Aprende-se também uma lição muito importante propiciada pela análise

dos juntivos *e* e *ou*: a semântica de seu campo lexical parece ser inerentemente estruturada por uma compreensão cultural multi-estratificada da linguagem e do pensamento, como sustenta a lingüística cognitiva (cf. Lakoff, 1987 e, especialmente, Sweetser, 1991). Conseqüentemente, na mesma medida em que se modela a compreensão de processos lógicos e de pensamento com base na compreensão do mundo físico e social, modela-se a expressão lingüística em si, em particular no uso da coordenação, não somente como uma descrição do mundo, mas também como ação no mundo sendo descrito, e mesmo como uma conclusão de um raciocínio argumentativo.

O exame da coordenação parece tornar possível a hipótese de que as relações conjuntiva e disjuntiva resultam de uma transferência perceptual-cognitiva dos processos comuns de repetição. A natureza propriamente implícita da repetição na conjunção e na disjunção, comprometida com uma equivalência sintática, semântica, pode ser indício de que apenas constitui uma fase mais elaborada e mais complexa do mecanismo de repetição. Sua expressão icônica mais simples talvez se encontre em processos, como morfemas reduplicativos que indicam pluralidade, expressão que reflete a iconicidade em sua dimensão diagramática (Haiman, 1980).

Os casos mais simples de repetição se localizam inicialmente na coordenação simples e, no nível do período, na conjunção de conteúdo. Os casos mais complexos parecem dizer respeito a associações semânticas, baseadas em dedução e pressuposição, num nível superior de abstração, em que a equivalência necessária, que faz a base da repetição, encontre sua melhor definição em processos metonímicos e metafóricos. Só isso bastaria para demonstrar que, ao lançarem mão de um processo mais básico, o de reativação, como uma verdadeira fonte de criatividade gramatical, os falantes são reais construtores e quase nunca meros reprodutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO, R.G. (1998) Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M.H.M (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VII. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP (no prelo).

CASTILHO, A. T. (1990) O português culto falado no Brasil - história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, D, URBANO, H. (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, V.IV - Estudos. São Paulo: T.A.Queiroz/Fapesp, p. 141-97.

____ (1994) Problemas de descrição da língua falada. *D.E.L.T.A.* **10** (1): 47-71

559

____ (1997) Para uma sintaxe da repetição - língua falada e gramaticalização. *Língua e Literatura* **23** : 293-330.

Charaudeau, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression.* Paris:Hachette.

Dik, S. (1980) Term coordination. *Studies in Functional Grammar*. New York: Academic Press, p. 191-208.

_____ (1989) *The theory of functional grammar.* Dordrecht: Foris.

Haiman, J. (1980) The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language* **56**: 515-540.

Halliday, M.A.K. , Hasan, R. (1992) *Cohesion in English*. London: Longman.

Ilari, R. et al. (1990) Considerações sobre a posição dos advérbios. In: Castilho, A. T. (org.) *Gramática do Português Falado*. v. 1: A ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, p. 63-141.

Koch, I.G.V.(1994) Funções retóricas e interativas da repetição. *Boletim ABRALIN* **15**: 153-8.

Lakoff, R. (1971) If's and's and but's about conjunction. In: Fillmore, Ch, Langendoen, D.T. (Eds.) *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 114-149.

Lakoff, G. (1987) *Women, fire and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago: University Press.

Oliveira, Helênio Fonseca. de. (1995). Os conectores da disjunção. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* **28**: 45-58.

Pezatti, E.G. (1998) Estruturas coordenadas alternativas. In: NEVES, M.H.M. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v. VII. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP (no prelo).

Risso, M. S. (1993)"Agora... o que eu acho é o seguinte": um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A.T. (Org.) *Gramática do português falado*. Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, p.31-60.

Schachter, P. (1977) Constraints on coordination. *Language* **53**: 86-103.

Sweetser, E. (1991) *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tannen, D. (1985) *Talking voices*: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press.

___ (1987)Repetition in conversation as spontaneous formulaicity. *Text*. 7(3): 215-43.

Travaglia, L.C. (1989) Considerações sobre a Repetição na Língua Oral e na Conversação. *Letras&Letras* **5**(1-2): 5-62.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (91-103)

Discurso e Interação: a Reformulação nas Entrevistas*
(Discourse and Interaction:
Reformulation in Interviews)

Leonor Lopes Fávero, Maria Lúcia da C. V. de O. Andrade
(*Universidade de São Paulo*) &
Zilda Gaspar Oliveira de Aquino (*Faculdades Oswaldo Cruz*)

Abstract: The purpose of this paper is to analize the correction as a procedure used by participants to repair actions in the interactional activity. In order to do this, we observe interlocutors' activities during interviews transmitted on TV and we take into account Charaudeau's perspective (1995) about the conditions which organize the right to speech.

Resumo: Partindo de uma abordagem textual-interativa, este artigo discute a correção como um procedimento de reformulação de ações utilizado pelos participantes da atividade interacional. São observadas as atividades dos interlocutores durante entrevistas transmitidas pela televisão, tendo em vista as condições que organizam o direito à palavra, propostas por Charaudeau (1995).

Key words: Discourse; Interaction; Interview; Reformulation.

Palavras-chave: Discurso; Interação; Entrevista; Reformulação.

0. Introdução

A conversação é sempre resultante de uma atividade interpessoal desenvolvida entre pelo menos dois indivíduos em situação face a face, dentro de uma configuração contextual de que fazem parte os entornos espaço-temporal e sócio-histórico que unem os participantes. Há diferenças de grau de manifestação da co-produção discursiva, segundo o caráter mais dialógico ou menos dialógico do texto. No caso de entrevistas de televisão, temos uma construção textual em que a dialogicidade pode-se apresentar em grau menor, ou seja, mais assimétrica, se compararmos, por exemplo, com conversações espontâneas entre amigos; entretanto, trata-se de uma interação menos assimétrica do que uma conferência ou aula em que, basicamente, apenas um dos interlocutores mantém o turno.

* Uma versão abreviada deste trabalho foi apresentada no Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas, realizado na Faculdade de Letras/UFMG – Núcleo de Análise do Discurso, no período de 11 a 14 de novembro de 1997.

560

Partir de uma abordagem textual-interativa permite estudar, nas entrevistas, as relações interpessoais estabelecidas devido à maneira como esse evento discursivo está organizado. Para tanto, é preciso observar –como afirma Brait (1993: 194) -

> *"não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer que, juntamente com outros recursos, tais como entoação, gestualidade, expressão facial etc., permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões".*

Com o objetivo de trabalhar essa especificidade do discurso oral, discutiremos as propriedades identificadoras da correção enquanto atividade de reformulação textual tendo como *corpus* uma entrevista do programa *Roda Viva*, com duração de noventa minutos, transmitido pela TV Cultura de São Paulo, no dia 24/10/1994, em que foi entrevistado o então Ministro da Fazenda Ciro Gomes. Nesse programa, tem-se um entrevistador que cumpre o papel de condutor e mediador da entrevista junto a um grupo de entrevistadores (em torno de seis) que varia conforme a área de atuação da pessoa entrevistada. No caso da entrevista sob análise, o grupo compõe-se, principalmente, de profissionais que atuam em jornais e revistas de grande circulação na imprensa escrita, mas há também a participação de jornalistas de televisão e especialistas na área de economia.

Para fazer o contraponto, estaremos utilizando trechos de entrevista da qual participa Paulo Salim Maluf, também no Programa *Roda Viva* e do locutor esportivo Silvio Luís, do Programa Juca Kfouri, apresentado pela CNT (Gazeta).

Cabe destacar que a investigação foi conduzida a partir dos pressupostos teóricos de disciplinas tais como a Análise da Conversação, a Lingüística Textual e a Sociolingüística Interacional, visando à análise da estrutura de participação e à observação do alinhamento adotado para a situação de representatividade durante a interação, no momento em que se processam as reformulações.

1. A interação e a estrutura de participação

A comunicação interpessoal desenvolve-se entre indivíduos e é entendida como uma relação dialógica em que ambos os interlocutores adaptam continuamente o diálogo às necessidades do outro. Desse modo, a interação caracteriza-se por situar-se em um contexto em cujo âmbito se estabelece um campo de ação comum no qual os sujeitos envolvidos podem entrar em contato entre si. Torna-se, portanto, fundamental a capacidade de ação de cada indivíduo, que deve estar apto a influir no desenvolvimento sucessivo da interação, determinando-o com sua atuação: cada ação de um sujeito deve constituir a premissa das ações realizadas posteriormente pelos demais. Por fim, a interação realiza-se sobre uma série de regras e pode até introduzir alterações no contexto, configurando-se como um processo circular em que as ações de cada participante determinam um retorno por parte do outro ou dos outros sujeitos implicados. É uma espécie de retroação sobre o indivíduo que a realizou.

Na visão de Kerbrat-Orecchioni (1984), o discurso deve ser tomado como um processo interativo fundado na manutenção de acordos a que se chega por meio de negociações. Tais negociações podem ter como objeto a forma ou o conteúdo da interação. Do mesmo modo, podem ter como objeto as opiniões emitidas pelos participantes, pondo em prática uma série de processos argumentativos que visam a modificar o sistema de conhecimentos e crenças dos participantes.

Para Goffman (1967), a negociação tem sempre origem em um conflito ou divergência e, a partir de uma discussão, busca-se chegar a um acordo. Seguindo a perspectiva de Goffman, o conflito inicial dá origem a uma *iniciativa* por parte do locutor. Após essa manifestação, o interlocutor pode fazer uso de uma *reação*, que pode ser favorável ou desfavorável. No primeiro caso, a negociação pode ser concluída com a manifestação de um acordo, que dará lugar ao encerramento ou fecho da interação. No outro caso, a conversação não poderá ser encerrada visto que não há acordo. O locutor pode fazer uma ou várias iniciativas que podem ser reformulações da mesma informação até que se possa chegar ao encerramento da interação com algum tipo de acordo, que pode inclusive ser o acordo sobre a possibilidade de se chegar a um acordo.

De acordo com Schiffrin (1987), o discurso é estruturado por meio de elementos lingüísticos e não lingüísticos, e transmite significações decorrentes

das interpretações que os falantes fazem com base nos conteúdos dos enunciados e nas inferências obtidas pragmaticamente, realizando ainda as ações pretendidas pelos falantes.

A estrutura de participação envolve os participantes da interação (falante, ouvinte ratificado e, no caso das entrevistas, ouvinte não ratificado ou expectadores), isto é, diz respeito às diversas maneiras como eles se inter-relacionam. Para criar essa estrutura, Schiffrin baseia-se em Goffman (1981), apresentando uma distinção entre a estrutura de participação e o formato da produção, ou seja, entre os papéis dos participantes durante um evento discursivo e o alinhamento adotado para a situação de representatividade. O formato de produção só pode ser explicado se atentarmos para a função dos encaixamentos na fala (mudanças de entonação ou qualidade de voz) produzidos pelo falante quando, por exemplo, lê algo em voz alta, recita um texto ou fala por outro, ou seja, através das palavras do outro. Nesse caso, o participante deixa de ser um falante no sentido típico da palavra e torna-se um animador: fala o discurso, mas não é o seu autor, nem seu protagonista. Verificamos, portanto, que o formato de produção evidencia como os participantes se relacionam com o que é dito ou feito, isto é, a sua posição diante de seus turnos, atos de fala e enunciados.

Nas entrevistas, entrevistador e entrevistado cumprem seus papéis alternando-se nos turnos ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento desse tipo de texto. Não se pode deixar de observar o papel desempenhado pela audiência como elemento propulsor de modificações na interação entre os participantes, já que a interação se desenvolve exatamente em função da terceira-parte e é em razão de não se perder esse aliado que se procede a reformulações, preservando-se ou atacando-se a auto-imagem, embora o direito à participação por meio de interferências em que se localizem formulações lingüísticas seja pequeno se o relacionarmos com o tempo de participação direta do entrevistador/entrevistado durante o transcorrer do programa.

Em toda a entrevista, os interlocutores representam seu papel discursivo e de identidade (entrevistador/entrevistado) que pode ser definido como o conjunto de direitos e deveres comunicativos associados aos papéis dos interagentes e ao desempenho de uma identidade social.

Importa salientar a configuração espacial desse programa em que os entrevistadores se encontram reunidos atrás de uma espécie de balcão, que lembra um júri, formando um círculo, no centro do qual está o entrevistado sentado numa cadeira giratória, que permite sua movimentação para poder olhar de frente e se envolver com quem lhe dirige a palavra. Cabe observar

BEST COPY AVAILABLE

que o programa sob análise apresenta características próprias, na medida em que adota a técnica do distanciamento entre entrevistadores e entrevistado quanto ao espaço físico e deixa de lado o caráter intimista, o contato mais próximo, típicos de certas entrevistas, como por exemplo: *Jô Soares Onze e Meia* (SBT com o animador Jô Soares) ou *Aquela Mulher* (GNT com a jornalista Marília Gabriela). A preferência do programa *Roda Viva* é por manter um tom mais formal e, até certo ponto, inquisitorial às entrevistas veiculadas.

2. A correção e a estrutura de participação

Segundo Antos (1982: 92), ao produzir um enunciado, o locutor realiza uma atividade intencional: "Formular um texto não é só planejá-lo, mas também realizá-lo", isto é, formular é efetivar atividades que estruturam e organizam os enunciados de um texto e o esforço que o locutor faz para produzi-los se manifesta por traços que deixa em seu discurso. Assim, formular não significa simplesmente deixar ao interlocutor a "tarefa" da compreensão, mas, sim, deixar, através desses traços, marcas para que o texto possa ser compreendido, o que faz com que a produção do texto seja, ao mesmo tempo, *ação* e *interação*.

Entendidas dessa maneira, as atividades de formulação podem ser subdivididas em:

a) de formulação *stricto sensu*, quando o locutor não encontra problemas de processamento e linearização;

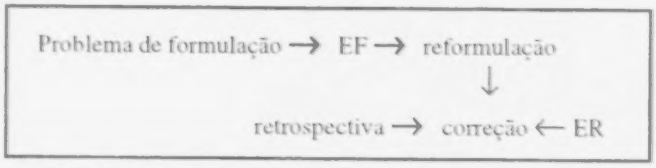
b) de formulação *lato sensu*, quando o locutor encontra problemas de formulação e deve resolvê-los.

As situações que desencadeiam problemas (Antos, id.) recebem diferentes denominações; *trouble-source* (Schegloff, Jefferson e Sacks, 1977: 363), *störungen* (Gulich e Kotschi, 1987: 233), *turbulências* (Marcuschi, 1986: 30). São constituídas pelas hesitações, paráfrases, correções e alguns tipos de repetições denominadas por Gulich e Kotschi (id.) refrasagens.

A correção[1], objeto de estudo deste trabalho, desempenha papel considerável entre os processos de construção do texto, como o demonstra o número de correções encontradas no *corpus* analisado. Corrigir é produzir um enunciado lingüístico (enunciado reformulador - ER) que reformula um

[1] As correções linguísticas propriamente ditas foram tratadas em FÁVERO, L. L., M. L. C. V. O. ANDRADE, Z. G. O. AQUINO (1996) Estratégias de construção do texto falado: a correção.

anterior (enunciado fonte – EF), considerado "errado" aos olhos de um dos interlocutores; a correção é, assim, um claro processo de formulação retrospectiva:



O enunciado X é reformulado por um enunciado Y com a finalidade de garantir a intercompreensão, principal objetivo da correção.

A paráfrase e a refrasagem também têm a função de assegurar a intercompreensão, porém "elas se diferenciam pela natureza da relação semântica[2] que liga o enunciado reformulador ao enunciado fonte e pelos marcadores de reformulação"(Gulich e Kotschi, op. cit., p.43).

A correção será tratada como reformulação, isto é, como procedimento de reformulação de ações, observadas em relação a infrações a regras conversacionais ou às condições que organizam o direito à palavra e que, na visão de Charaudeau (1995), são de três ordens:

a) o saber partilhado – (*nível do saber*) - os interlocutores exercem uma prática discursiva em que as representações são supostamente partilhadas e a compreensão se dá pela ativação desse saber.

b) a representação - (*nível do poder*) - os interlocutores assumem comportamentos que os levam a representar diferentes papéis que vão dar legitimidade a sua palavra. Por exemplo, numa aula universitária, espera-se que o professor fale sobre determinado assunto, já que lhe foi dado esse papel, esse poder; o mesmo ocorre numa entrevista de televisão em que os participantes estão atentos aos papéis que devem ou querem representar.

c) a credibilidade - (*nível do crer*) - os interlocutores não ocupam simplesmente o espaço, mas são reconhecidos como tendo o direito de ocupá-lo porque o sabem fazer. O saber fazer corresponde à aptidão em ligar o espaço externo – dimensão situacional - ao interno – dimensão lingüística -, o que permitirá o reconhecimento da competência do sujeito que comunica, fundamentando, assim, o direito à palavra.

[2] Veja-se Fávero, Andrade e Aquino (id.ibid.).

No programa *Roda Viva*, se procedêssemos à troca do apresentador Matinas Suzuki por Jô Soares, por exemplo, a palavra não teria a mesma credibilidade já que o segundo, apesar de brilhante, tem sua imagem ligada ao Programa que apresenta – um *talk show*.

No *corpus* sob análise, as relações interativas estão muito bem demarcadas, já que se observa um intenso jogo de reformulações, em que os participantes estão atentos aos papéis que querem representar (Ciro Gomes = ministro enérgico; entrevistadores = conhecedores do processo econômico pelo qual o país atravessa). Entretanto, muitas vezes, o interlocutor interfere na construção de tais papéis, buscando modificar a imagem que o entrevistado quer que a audiência construa. Observa-se, nesses textos, a ausência de opacidade relativa aos papéis de participação de entrevistador / entrevistado. Ao empregar a estratégia da correção, o entrevistado preocupa-se mais com a audiência do que com o envolvimento com o entrevistador, redirecionando a atividade interacional e não permitindo, nesse instante, que o entrevistador assuma o comando da situação.

3. As correção na entrevista com Ciro Gomes

O programa *Roda Viva* pauta-se pelo interesse em discutir temas atuais e pelo teor informativo das entrevistas realizadas; é construído em função de questionar, esclarecendo pontos de interesse para a audiência, tanto quanto polemizando as ações, atitudes, idéias do entrevistado, normalmente representado por pessoa que esteja em evidência no momento, seja um político, escritor, esportista, artista etc. (cf. Erlich, 1993). Além disso, diferentemente de outros programas de entrevistas que muitas vezes optam pelo viés humorístico próprio de determinado apresentador para prender a atenção, este programa é construído a partir da área específica de atuação do convidado; esse ponto de vista norteia a convocação do conjunto de entrevistadores, o que significa dizer que os participantes não são fixos, exceção feita ao mediador.

Durante a entrevista, um dos entrevistadores (o jornalista Otávio Costa da *Revista Isto É*, identificado como L9) formula uma pergunta relacionada à queda da Bolsa; entretanto, o entrevistado não a reconhece como tal e, inclusive, discorda da asserção feita antes do pedido de esclarecimento. Isso faz com que o entrevistador use a estratégia da correção de ação (infração): "estou perguntando ((risos))", revelando que ele como interactante cumpre o seu papel na estrutura de participação, qual seja, o daquele que tem a função de perguntar. Verifica-se que o entrevistador faz uso de um comentário metacomunicativo, fazendo lembrar ao entrevistado qual é o seu papel na estrutura de participação.

560

(1) L9 o ministro... a Bolsa já caiu 35% como é que se explica isso
[
L2 isso é o senhor que está dizendo
L9 estou perguntando ((risos))
L2 tem o mesmo endereço né?
(linhas 976- 981)

Nas entrevistas com políticos, muitas vezes, o entrevistador busca combinar enunciados que desestruturem o entrevistado (cf. Halperín, 1995). É assim que o jornalista de *O Estado de São Paulo* (identificado como L7) elenca as expressões que teriam sido empregadas por Ciro Gomes (L2) a respeito dos especuladores, parodiando a fala do ministro. Este interrompe em sobreposição, corrigindo a colocação do entrevistador e indicando a ação pretendida por L7 que seria a de desqualificar a auto-imagem pública do ministro. Dessa forma, Ciro Gomes mostra-se em desacordo com o ato enunciativo, redireciona, por meio da correção, a atividade interacional, desautorizando o interlocutor a proceder de tal forma, revelando o papel que ele espera que o entrevistador represente, mostrando-se atento à construção do contexto do qual são participantes ativos e, portanto, responsáveis:

(2) L7 ministro... neste programa até agora o senhor usou...as seguintes expressão alGUmas das que eu anotei aqui... a respeito dos especuladores ... ((mudando o tom de voz e o ritmo)) nojentos... canalhas... safados... ( )
[
L2 espera um pouquinho eu não falei nem nojento nem canalha... isso foi o senhor que falou
L7 ((rindo)) o senhor falou canalha ((rindo))... mas tudo bem... de qualquer maneira...
L2 não é possível pois... na verdade... o senhor está querendo desqualificar minha opinião
[
L7 não não pera aí não é nada disso...
[
L2 o senhor não está preocupado com as minhas palavras está preocupado em desqualificar minha opinião
L7 não não... MUIto ao contrário... eu queria/
(linhas 1517-1533)

Na verdade, um político não se apresenta tranqüilo quando participa de um programa de entrevistas, pois sua imagem está sempre em jogo e, se ele não estiver atento, poderá ver atingidos sua imagem e seu poder (cf. Fairclough, 1989).

A preocupação com a auto-imagem perante a audiência conduz o ministro a revelar sua dificuldade em participar de uma discussão em que precisa corrigir a todo instante os entrevistadores e reconduzir o dito porque, caso contrário, se instaura a mentira, a distorção dos fatos e ele não pode admitir isso por implicar a fixação de idéias enganosas que poderiam derrubar o Plano Real.

(3) L2 olha é muito difícil a gente participar de uma discussão dessa natureza... porque as pessoas que tão nos assistindo tão aí fora e podem ser consultadas como EU faço sistematicamente
(linhas 314-6)

Em outro segmento em que interagem L7 e L2, observa-se que após um pedido de informação do entrevistador, L2 não atende ao pedido, antes emprega uma correção metacomunicativa, em que ao mesmo tempo altera os papéis de participação, assumindo nesse instante a posição de entrevistador-mediador, já que solicita a participação de outro entrevistador, anulando, assim, a ação de L7, que acaba por rir da situação, como se verifica a seguir:

(4) L7 mas eu gostaria... de aproveitar a oportunidade... e lhe pedir... os nomes dessas pessoas... quais são... que segmentos da
[
L2 ah:: companheiro
[
L7 sociedade... quais são essas pessoas...
L2 eu acho isso uma provocação e passo à pergunta seguinte... quem é?
((risos do Casado))
(linhas 1583-1589)

L4 discutia a respeito das medidas tomadas pelo ministro e colocava a posição da FIESP, criticando a forma como as medidas econômicas foram anunciadas.

(5) L4 as medidas foram jogadas assim... assustou muito isso é uma forma nova que o senhor vai implantar ou
[
L2 não
L4 como o senhor responde a essa crítica deles?
[
L2 não é forma nova não é forma nova não é um pacote... é administração...

(linhas 119-126)

Nesse fragmento, verifica-se que o entrevistado responde à colocação feita por L4 por meio de uma negação e corrige o dito, esclarecendo a respeito do que entende sobre o que é administração e possibilitando que a audiência o observe como alguém que se coloca em situação de superioridade em relação ao entrevistador. Verifica-se que a negação do enunciado, quando acompanhada de um argumentação procedente, realmente parece fortalecer a posição do locutor.

Diferentemente, nos trechos 6 e 7, encontramos uma negação em que não há argumentação. Isto faz com que a correção do dito seja repetida em sobreposição pelo menos por quatro vezes, revelando a não aceitação dessa correção por parte do interlocutor:

(6) L2 não é verdade... não é verdade
[
L4 todas as medidas que foram discutidas
[
L2 não é verdade... não é verdade
[
L4 com os setores interessados
[
L2 não é verdade... não é verdade
[
L4 e desta vez chegou a coisa não houve assim a discussão
[
L2 não é verdade... eu pessoalmente... estive na FIESP... EU pessoalmente... secretários meus por VÁrias vezes... tiveram na FIESP... e nós estivemos o tempo inTEIro insistindo na necessidade de garantir esse esquilíbrio... o tempo inteiro... eu pessoalmente eu não tenho saído de São

BEST COPY AVAILABLE

Paulo... basicamente fazendo o quê? ... encontrando lideranças sindicais... explicando... discutindo e falando... não é verdade isso de forma nenhuma
(linhas 190-210)

(7) L2 não é verdade... não... não é verdade...
[
L6 enganadas porque de repente queriam comprar e não compraram
[
L2 não é verdade ... não ... não é verdade... não... não é verdade
(linhas 304-309)

A correção relacionada à ação do entrevistador pode ser detectada no segmento do qual participa Paulo Maluf (L2), durante o Programa *Roda Viva* em que o ex-prefeito corrige o interlocutor, não entrega o turno que foi assaltado e realinha o papel do entrevistador Marcelo Beraba, chefe de redação do jornal *A Folha de S. Paulo* (L3), e observa-se, inclusive, a utilização da entonação enfática (EU) para acentuar o seu poder. O tópico referia-se à anulação do decreto relativo à proibição do fumo em restaurantes, na cidade de São Paulo, devido a sua inconstitucionalidade:

(8) L2 muito bem... posteriormente foram dadas algumas outras liminares...
[
L3 então...
L2 de maneira que... o procedimento...
[
L3 o que... o que demonstra... prefeito... que... o que demonstra...
[
L2 perdão... me deixa explicar...
[
L3 mas o senhor não deixa eu falar prefeito... ((riso))
L2 mas... espere... você me deixe EU explicar... o procedimento constitucional é o seguinte...
(linhas 234-239)

No programa *Juca Kfouri* levado ao ar no dia 30 de abril de 1997 pela

emissora CNT-Gazeta, o entrevistado Silvio Luiz (L2), locutor esportivo do SBT, escapa a todo momento do tópico em desenvolvimento (A Torcida do Vasco da Gama) e acaba invertendo os papéis relativos à estrutura de participação: quem é o entrevistador e quem é o entrevistado. O entrevistador Jo[illegible] Kfouri (L1)se vê obrigado a aceitar a direção que a entrevista passa a tomar (Questões políticas e econômicas do país: segmento 9), mas revela certa impaciência e corrige a ação de seu interlocutor, questionando sobre qual a função do convidado em seu programa (segmento 10):

(9) L2 pra ele... presidente o que está acontecendo com o nosso país?... o que vamos fazer com os aposentados?... o que vamos fazer com os desempregados?...

L1 vamos... vamos... vamo(s) explorar isso... já que tomou esse rumo
L2 não... isso... isso... vai acontecer
[
L1 não::
L2 então o que aconteceu no Rio de Janeiro... é um
[
L1 Sílvio Luiz do CÉU...
L2 reflexo do que o país está vivendo hoje ((batidas na mesa))
(linhas 204-211)

(10) L1 olha aqui... ((impaciência)) você veio aqui pra ser entrevistado ou pra me entrevistar?...
L2 não... eu não estou te entrevistando
L1 ahn ::
(linhas 278-281)

4. Conclusão

No que concerne à ocorrência de correções nas entrevistas, observamos uma forte tendência a que os falantes procedam a esse tipo de atividade, revelando uma reorganização das ações e/ou infrações dos participantes, tendo em vista, especialmente, a presença da audiência.

Entendida como procedimento que se instaura a partir de uma projeção oriunda da estrutura de expectativa, a correção coloca-se como uma estratégia

que possibilita a resolução de problemas interacionais que estão sendo criados, promovendo um dinamismo dessa atividade.

Pode-se dizer também que há uma ordem de reelaboração textual e ela não é ocasional ou aleatória. Isto aponta para o possível local relevante para a ocorrência de correção, o que leva a reafirmar que as ocorrências de composição do texto conversacional são produto de uma organização local, específica da oralidade, já que o falante tem a possibilidade de usar uma palavra ou estrutura que acabou de produzir ou, ainda, procurar uma nova e/ou mais satisfatória que permita a preservação da auto-imagem pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOS, G. (1982) *Grundlagen einer Theorie des Formulierens*. Tübingen, Max Niemeyer.

BRAIT, E. (1993) O processo interacional. In: D. PRETI (org.) *Análise de Textos Orais*. São Paulo: Projeto NURC/SP – FFLCH-USP, 189-214.

CHARAUDEAU, P. (1995) Une analyse sémiolinguistique du discours. In: *Langages*, 117, 3. Paris, Larousse.

ERLICH, F. (1993). *La interacción polémica: estudio de las estrategias de oposición en francés*. Caracas: Universidad Central de Venezuela.

FAIRCLOUGH, N. (1989). *Language and Power*. London/New York: Longman.

GOFFMAN, E. (1967) *Interaction Ritual*. New York: Pantheon Books.

_____(1981) *Forms of talk*. Philadelphia, University of Pensylvania Press.

GULICH, E. & T. KOTSCHI (1987) Les actes de reformulation dans la consultation. La Dame de Caluire. In: P. BANGE (org.) *L'analyse des interactions verbales. La Dame de Caluire: une consultation*. Actes du Colloque tenu à l'Université Lyon 2, 13 a 15 dez. 1985, Berna.

HALPERÍN, J. (1995). *La entrevista periodística: intimidades de la conversación pública*. Buenos Aires: Paidós.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1984). Les négociations conversationnelles. In: *Verbum*. Tomo VII. Nancy, Presses Universitaires de Nancy.

MARCUSCHI, L.A. (1986) *Análise da conversação*. São Paulo, Ática.

SCHEGLOFF, E.; G. JEFFERSON & H. SACKS (1977) The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*, 53, 361-382.

SCHIFFRIN, D. (1987) *Discourse markers*. Cambridge, Cambridge University Press.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (105-131)

Sobre a Gramática das Orações Impessoais com *Ter/Haver*

(On the Grammar of Impersonal Sentences with Ter/Haver)

Carlos Franchi (*Universidade de São Paulo-Universidade Estadual de Campinas*),
Esmeralda Vailati Negrão & Evani Viotti (*Universidade de São Paulo*)

Abstract: It is the claim of this article that Existential Sentences integrate a larger class of constructions of Brazilian Portuguese. Contrary to what has been proposed in the literature, Brazilian Portuguese Existential Sentences are not a subclass of sentences built with ergative verbs and a postposed subject. Based on the properties observed in the analysis of a corpus of spoken Brazilian Portuguese, we contend that Existential Sentences fall into a class of constructions that we call impersonal constructions.

Resumo: Este artigo mostra que Sentenças Existenciais integram uma classe maior de construções do Português do Brasil. Contrariamente ao que tem sido proposto na literatura, as Sentenças Existenciais do Português do Brasil não são uma subclasse das sentenças construídas com verbos ergativos e sujeito posposto. Com base nas propriedades observadas na análise de um corpus de Português Brasileiro falado, sustentamos que as Sentenças Existenciais fazem parte de uma classe de construções que chamamos de construções impessoais.

Key words: Existential Sentences; Ergative Verb Constructions; Impersonal Constructions.

Palavras-chave: Sentenças Existenciais; Construções com Verbos Ergativos; Construções Impessoais.

0. Introdução

As construções com os chamados verbos existenciais têm sido objeto de muitos estudos, dadas suas peculiaridades na configuração sintática, as questões de interpretação que desencadeiam e a função que desempenham no processo discursivo. Dadas as limitações de espaço, tivemos que impor alguns limites a nosso texto. Ocupar-nos-emos, aqui, da comparação de duas classes de construções no Português do Brasil (PB) que a literatura, em geral, aproxima - as construções de verbos ergativos com o sujeito posposto e as construções impessoais do PB, particularmente com o verbo *ter*.

Trata-se, na verdade, de uma introdução descritiva para um estudo mais aprofundado destas últimas que vimos levando a efeito. As construções existenciais com *ter* constituem uma singularidade do PB, pelo menos na extensão de seu emprego, em relação às construções existenciais com *haver* (predominante em outras línguas românicas) e com verbo copulativo, (possível no Português arcaico e predominante na maioria das línguas de que obtivemos descrições confiáveis). A distribuição dos verbos nas construções existenciais do PB mostra o privilégio às construções com *ter* sobre *haver* e *existir*, mesmo em um corpus datado e de falantes cultos como o do Projeto Nurc[1], de que nos servimos de um modo geral. Os percentuais sobre 661 ocorrências são:

	TER	EXISTIR	HAVER	Total
Ocorrências	337	171	153	661
Percentuais	50.98%	25.87%	23.14%	99.99%

Tabela 1: Porcentagens de Construções Existenciais com TER, EXISTIR e HAVER

O ainda relativamente alto percentual de construções existenciais com *haver* não condiz com a observação de outros autores (por exemplo, Pontes, 1984) de que seu emprego é muito raro, se não inexistente, na língua oral coloquial. Lembre-se que o corpus do Nurc representa uma mescla lingüística em que a escolaridade e a norma escolar constituem, ainda, um fator social significativo na exclusão ou manutenção das formas gramaticais. Observe-se, porém, que ambos os verbos partilham os mesmos contextos nas situações relevantes para nosso estudo, o que nos leva a considerar as ocorrências de ambos os verbos, que chamaremos simplesmente CE's daqui em diante, salvo explícita distinção.

Um outro recorte é que nosso texto e as generalizações nele contidas têm um caráter exclusivamente descritivo e quase documental: visa, em parte, a contribuir para a elaboração de uma "gramática de referência" do português culto falado no Brasil, projeto coordenado por nosso homenageado. Indiretamente, quer chamar a atenção para o fato de que a prática científica pressupõe hoje uma divisão de trabalho: para uns, a exploração de linhas formais de explicação teórica, muitas vezes construídas sobre um côncavo de exemplos

[1] Os dados foram extraídos de diálogos entre dois informantes (D2), que julgamos mais espontâneos.
Na distribuição, levaram-se em conta somente impessoais com *ter/haver* com SN-complemento e construções com *existir* e sujeito posposto. Foram contadas como única ocorrência as reiterações de estruturas em um mesmo contexto imediato.

cruciais e, para outros, o extenso mapeamento do campo - a observação, análise e interpretação cuidadosa dos fatos - que sustenta ou reorienta o esforço teórico. Nossa opção aqui não reduz, esperamos, o interesse do texto, uma vez que tratamos de fatos e propriedades gramaticais de que deve dar conta qualquer teoria que se pretenda explicativa.

Restringimo-nos, ainda, a aspectos gramaticais sintáticos, deixando para depois uma discussão mais cuidadosa dos aspectos semânticos e discursivos que aflorem no texto e o estudo de alguns aspectos específicos das CE's. Consideremos, inicialmente, algumas construções prototípicas, ou sejam, aquelas que predominam no corpus e normalmente servem de base à grande maioria dos estudos descritivos e teoricamente explicativos, como:

(1) Em São Paulo acho que **tem** um problema específico de ter-se tornado um centro industrial. (SP -343)
(2) Muitas vezes, **tem** lugares por aí que [os casebres] não têm [telha]. (RJ, 168)
(3) **Tinha** um gato preto perto dela, e ela olhou meio assim ... (SP, 343)
(4) Ali **havia** uns eucaliptos sendo plantados lá, não? Aonde mais ou menos? (BA, 95)

Ainda a título de introdução, vale colocar, sem discussão, um conjunto de questões específicas que a estrutura dessas orações levanta.

Primeiro, essas orações se caracterizam pela impessoalidade do verbo, colocando dois problemas de análise a resolver - o fato de que o constituinte deslocado à esquerda, quando se realiza, é normalmente um adjunto de lugar/tempo (*em São Paulo/muitas vezes/ali*) e o SN-argumento se realiza internamente ao sintagma verbal. Mais: entre o verbo e seu argumento interno não se pode falar em uma relação semântica de predicação, pelo menos no sentido de que aquele atribua a este um papel temático. Quais as propriedades lexicais do verbo nesse caso? qual a natureza da relação gramatical entre esses constituintes e o verbo? pode-se postular, no PB, um "sujeito" nulo, expletivo? [2]

Segundo, a verdadeira predicação, no sentido semântico acima, se estabelece entre os constituintes do que Milsark (1974, 1977) e Reuland e Meulen (1989) chamam de "coda" das CE's: em (1) o SN-argumento *um*

[2]Não consideramos neste artigo CE's em que o verbo toma uma oração como argumento - relativas livres, infinitivas relativas, interrogativas indiretas e mesmo integrantes.

problema específico e a aposição *de ter-se tornado um centro industrial grande*; em (2) *lugares por aí* e a oração relativa *que os casebres não têm telha*; em (3), *um gato preto* e o sintagma preposicionado locativo *perto dela*; em (4), *uns eucaliptos* e a reduzida de gerúndio *sendo plantados lá*. É a coda predicativa um constituinte necessariamente integrante da estrutura dessas orações, conseqüência de uma propriedade lexical do verbo ou da própria "construção"?

Ainda, considere-se o fato de que essa predicação nas CE's prototípicas se ancora, de um modo generalíssimo, em um campo espaço-temporal. Nos exemplos acima a ancoragem se faz ou mediante as adjunções referidas acima ou mediante sua inserção nos constituintes da coda, seja no SN-argumento - *lugares por aí* -, seja no predicador - *perto dela* e *sendo plantados lá*. Questões semelhantes às anteriores se levantam aqui, tanto sobre a necessidade de postular essa ancoragem como parte integrante da construção, quanto sobre o que a licencia sintática e lexicalmente.

Enfim, inúmeros autores têm observado nessas orações a predominância dos SN's indefinidos na posição interna ao SV, o que nos levaria à questão do chamado "efeito de definitude", que restringiria as CE's àquelas que corresponderiam a uma versão lingüística das intuições presentes no formalismo lógico das estruturas quantificadas existencialmente.

Em síntese, pode-se propor uma estrutura superficial como em:

(5) [(Loc) [X [$_{SV}$ V SN_{Indef} Y]]]
(S) S

como ponto de partida para a análise das ocorrências que permita uma descrição dos dados mais extensos do corpus.

Neste texto, entretanto, preocupar-nos-emos com as primeiras questões. Interessa-nos responder a uma questão mais geral: são as CE's do PB construções sintaticamente singulares ou devemos incluí-las em uma classe mais ampla de estruturas com semelhantes condições de interpretação e semelhante função discursiva?

1. Uma nota sobre as propriedades lexicais dos verbos existenciais

Em seu emprego original, o verbo *ter (teer)* mantinha o sentido transitivo-ativo aproximado do latino *tenere - manter/suster/reter*, mesmo quando já co-ocorre com o verbo *haver* (*aver*) em estruturas possessivas na linguagem

arcaica, com fortes indicações de estarem ambos em uma distribuição complementar: este é o que se prefere quando a relação de posse se estende à expressão de estados inerentes ao sujeito e de qualidades intrínsecas ao "possuidor"; aquele se especializa na expressão da posse de objetos exteriores ao possuidor, sobretudo quando esta implica traços de agentividade ou causa. Em outros termos, *ter* se contrapunha a *haver* por manter a especificidade de sua rede temática. Ao contrário *haver*, na medida em que se emprega em extensões predicativas mais abstratas (expressando outras qualificações), é um item lexical de maior generalidade e simplicidade semântica. Nas construções impessoais existenciais, em concorrência com o verbo *ser*, que subsiste ainda, embora raramente, nos textos quinhentistas e, depois, predominantemente, *haver* se especializa como núcleo funcional das orações existenciais, deixando de empregar-se em outros sentidos.

No curso da história, estende-se o emprego de *ter*, que se torna um verbo predominantemente estativo. Em um dicionário que considera a valência verbal e a relação semântico-gramatical estabelecida entre os argumentos do verbo, como o de Borba e outros (1990), o verbete TER se estende por várias páginas, contemplando relações, tradutíveis em diferentes paráfrases:

(6) a posse inerente, a posse transitória:
- Ela não tinha as duas pernas, (PoA, 37)
- Alguém tem dinheiro, dá dinheiro para esse outro para ele construir a ponte; (SP - 343)

(7) a constatação de um estado psicológico:
- O homem tem medo do outro homem; (PoA, 120)

(8) a concomitância na situação:
- O indivíduo enganado tem uma sorte medonha porque a mulher encontra tudo, (PE, 266)

(9) a atribuição de qualidade ou de um valor ou medida:
- O progresso histórico (é) que tem importância. (PoA, 120)
- O maior caminhão do mundo tem oito metros de largura (BA, 98)

(10) a relação de parte/todo ou a de inclusão:
- O Correio da Unesco tem assim um número excepcional sobre o problema da fome... (SP, 255)
- Que é o que a gente tem numa escola? (BA, 231)

(11) a disponibilidade:
- Hoje o homem não tem aquele tempo necessário para fazer esta ordenaçao (PoA, 120)

(12) a obrigação:

-Esse pessoal não tem marcação de ponto. (RJ, 158)
e, ainda, com *ter* como verbo-suporte:

(13) Paciente:
- O cara tem um ataque ali na sua frente. (SP - 343)
Experienciador:
- Sou um indivíduo que tenho por São Paulo aquela admiração natural... (SP, 255)
Causa
- O clima tem uma influência direta no comportamento da pessoa. (SP, 62)

Mais relevante para nossos propósitos, é que, com sujeito "locativo" ou "temporal", pode-se encontrar tanto a expressão da locação persistente, em uma relação todo/parte, como a locação eventual, circunstancial:

(14) Agora, é uma estrada que tem muita curva muita subida muita descida... (BA, 98)
(15) Salvador tem um cheiro insuportável. (RJ, 158)
(16) [À noite] a cidade só tem preto, só tem preto e bicha, né? (SP - 343)
(17) E' um azar. Nossas férias sempre têm pelo menos três dias de chuva.

Valham o que valham esses termos descritivos, o que se torna evidente é que as relações semânticas estabelecidas não estão inscritas como propriedade temática do verbo *ter* (inclusive pela ausência de quaisquer restrições seletivas), ou seja, por ele lexicalmente acarretadas: a interpretação depende componencialmente, do sentido dos sintagmas nominais e preposicionados que formam as expressões, entre as quais o verbo *ter* expressa uma relação muito abstrata e inespecífica. Como no caso de *haver*, isto favorece o seu emprego como núcleo das orações existenciais. De fato, nesse contexto, ambos os verbos seriam mais apropriadamente tratados não como predicadores, mas como instanciação de operadores funcionais: entram em uma classe fechada de "verbos funcionais". A predicação mesma se estabelece entre os dois elementos da "coda" das orações existenciais.

"Verbos funcionais" se usa acima em um sentido próximo ao de Grimshaw e Mester (1988) e Grimshaw (1991). Trata-se de verbos que, esvaziados historicamente de seus sentidos específicos (como *haver*) ou mantendo em determinados contextos um sentido lexical (como *ter*), "gramaticalizam", em outros contextos, categorias funcionais, incluindo-se entre estas, sobretudo, as que expressam modalização, quantificação e dêixis, como ocorre com os

chamados verbos auxiliares. O processo ocorre a partir de verbos predicativos com sentido mais geral, menos específico.

Nas construções existenciais, portanto, a extensão do conteúdo semântico das relações expressas pelo verbo *ter* favorece o uso como verbo funcional: ele é o portador da dêixis temporal e da quantificação aspectual da oração e, como observa Reuland (1987), sua força no enunciado, enquanto operador, consiste em alterar o domínio conversacional corrente, introduzindo nele uma nova entidade. Nesse sentido, as CE's se incluiriam na classe mais ampla das orações com uma estrutura apresentativa que consideraremos a seguir.

2. Uma nota sobre a função discursiva das CE's

As orações existenciais constituem um dos recursos expressivos para ampliar o universo do discurso, ou mais restritivamente, ampliar o modelo de interpretação delimitado em um texto ou dada situação de discurso (entidades, propriedades a elas atribuídas, relações que contratam). É óbvio que cada expressão ou período de um discurso, inclusive pelos acarretamentos e pressuposições que contêm, altera trivialmente esse universo em relação ao discurso subseqüente: traz ao discurso elementos novos relevantes, novos tópicos - expressam a "existência" deles na situação discursiva a ser levada em conta na interpretação e entendimento da seqüência do discurso. De um ponto de vista estritamente semântico, pois, dizer que as CE's "significam a existência" tem um caráter tautológico, pouco informativo e, pois, irrelevante na linguagem corrente, salvo casos raros de seu emprego para levar o leitor a implicaturas conversacionais. Isto é pouco compatível com o largo emprego das CE's.

Mostra-se facilmente a trivialidade e inutilidade, do ponto de vista da análise gramatical, da "definição" nocional corrente - as construções existenciais como expressando a "existência" do argumento do verbo. Comparem-se os exemplos (1)-(4) às versões em:

(18) Um problema específico de São Paulo foi ter-se tornado um centro industrial,
(19) Muitas vezes, em lugares por aí, os casebres não têm telhas,
(20) Ela olhou meio assim um gato preto perto dela e, no dia seguinte beltrano morreu,
(21) Uns eucaliptos estavam sendo plantados lá, não? Aonde mais ou menos?

Mesmo com SN indefinido, as orações (18)-(21) pressupõem todas (e,

BEST COPY AVAILABLE

na sua forma afirmativa, acarretam) a existência de um problema específico em São Paulo, de certos lugares por aí, do gato preto perto dela, dos eucaliptos sendo plantados. Mais do que uma "predicação de existência", suscetível de avaliação em uma semântica de valores de verdade, as CE's contêm uma "instrução" sobre o que compreender no universo do discurso e como compreendê-lo.

Deve-se, assim, expressar a função dessas construções, especificamente a operação expressa pelos verbos existenciais, em termos de uma semântica instrucional ou discursiva, ou seja, como mecanismos explícitos na sintaxe das orações que se devem interpretar não como objetos e processos integrados à representação da eventualidade ou situação que se descreve (suscetível de uma semântica em termos de valores de verdade), mas como instruções sobre o modo de organização do discurso, ou sobre o modo pelo qual os interlocutores compreendem e, eventualmente (re)constroem, as condições de produção e interpretação do discurso. No caso das CE's, uma instrução relativa ao universo de discurso ou ao modelo a ser levado em conta na interpretação[3].

[3] Reuland (1987) explora a idéia de que as CE's exigem um diferente procedimento de avaliação das condições de verdade. No caso de orações como:

(i) a. Uma estrela é branca,
b. Estrela existe,

pode-se ter acesso (ou percorrer) o conjunto das estrelas que se considera completo em uma dada situação e verificar se pelo menos uma delas possui a propriedade de ser branca ou percorrer as entidades do mundo até encontrar uma que corresponda à propriedade de ser uma estrela. Assim, podem-se avaliar (i) a. e b. em relação a um dado domínio discursivamente delimitado. Ao contrário:

(ii) Olhe, tem uma estrela ali que é branca,

já não pode ser avaliada da mesma maneira. Suponha-se que não se vê qualquer estrela no céu escuro. Subitamente, uma nuvem se abre e alguém diz (ii). Obviamente, não faz sentido tentar avaliar (ii) com respeito a um domínio discursivo corrente: (ii) corresponde a uma instrução para substituir o modelo de interpretação, em que não há nenhuma estrela, por outro em que existe uma estrela branca.

Obviamente, a predicação que relaciona os dois constituintes da coda das CE's, esta sim pode avaliar-se em termos veritativos com base no modelo ou universo de discurso estendido pela operação expressa pelo verbo existencial.

Contrapor uma semântica em termos de valores de verdade a processos instrucionais discursivos (sintaticamente explícitos na oração) - já mostra como, de um ponto de vista estritamente gramatical, consideramos redutor e inadequado o tratamento das construções existenciais como a versão lingüística das intuições subjacentes à noção e formulação da quantificação existencial da lógica clássica dos predicados (Milsark (1974), (1977), e tantos outros), mesmo quando se estenda pelo instrumental mais preciso da quantificação generalizada (Barwise e Cooper (1981), Keenan (1989), entre outros). O tema merece uma longa discussão que não podemos fazer aqui.

Em outros termos, a oração pode ser estruturada de modo a destacar um constituinte na memória imediata que, ou vai dominar o discurso subseqüente para que o interlocutor leve em conta um universo mais amplo na reconstrução temática do discurso situando o tema em outra perspectiva, ou vai introduzir um novo elemento no discurso precedente que o explica, justifica, exemplifica, reorienta, como recurso argumentativo que situe o interlocutor na mesma perspectiva do locutor. À motivação discursiva da estruturação sintática das CE's ou "construções apresentativas", podemos dar o nome de "função apresentativa" e ao processo sintático que coloca em proeminência um de seus constituintes, de "foco apresentativo". São termos que tomamos emprestados a Bolinger (1971), Hetzron (1975), que os associam ao papel no discurso de construções com inversão locativa em inglês e em várias línguas, que se acompanha da posposição do sujeito.

O exemplo (22) esclarece melhor essa vaga descrição das condições de seu emprego, em relação aos discursos subseqüente e precedente:

(22) [Fala-se de parto e parturientes, das dores do parto, dos novos métodos de parto sem dor que modificam o trabalho das mulheres. Em seguida, amplia-se o universo do discurso:]
Tinha uma gatinha em casa que eu acordei um dia ela tinha tido três gatos ou quatro, num sei quantos, e **tinha** um atravessado
como chama? - atravessado: ele veio de de nádegas, não sei como é... — É, de perna, de dorso. — Ela estava lá deitada, não estava gemendo, não estava fazendo nada. Porque ela podia estar miando, não é? como uma cachorra podia. — Dá... às vezes dão um miadinho; um miadinho longe mas dão, uá, uá... Puxei pela perna...etc. (PE, 266)

Embora isso nos ajude a compreender um aspecto relevante para a análise e explicação das CE's, não as distingue precisamente de outras construções sintaticamente incomparáveis. A introdução de um novo elemento no domínio do discurso (com suas conseqüências semânticas), pode fazer-se mediante outros recursos expressivos de mudança de tópico e operadores conversacionais, como se observa, por exemplo, nas passagens destacadas de:

(23) [Nas grandes cidades] é um geral de insatisfação. **Por exemplo poluição**. Agora todo mundo fala [de] poluição. **O controle**, não dá para haver controle de poluição. Só os mais gritantes é que são publicados em jornal et cetera e se controla, mas os pequenos não.

581

Essas companhias de ônibus desses ônibus fumacentos, né? não há controle. Os americanos já estão bem mais à frente, né? **Para você ver, a moto aí**, ela não faz barulho, por quê? (SP, 343)

Inversamente, CE's prototípicas com *ter* ou *haver* na forma impessoal, podem empregar-se com uma interpretação predicativa de "existência" (como em uma sentença com *existir* com sujeito anteposto). Basta, para tanto, deslocar o foco do SN para o verbo:

(24) a. Aí [nessa questão] eu não entrei: se **TEM** algum sistema de hierarquia, (SP, 343)
b. ... se algum sistema de hierarquia existe;
(25) a. Cem anos atrás não **TI**nha [essa] histeria, (SP, 343)
b. Cem anos atrás essa histeria não existia,
(26) a. No caso do Rotary Club, **HÁ** obrigações, né?, (BA, 283),
b. No caso do Rotary Club, as obrigações existem...

O que se tenta deixar evidente é que as CE's que estudamos se devem explicar pelas propriedades estruturantes lexicais e sintáticas que as distinguem e caracterizam para uma determinada função discursiva e não inversamente.

3. Uma classe de construções apresentacionais

Na linha da reflexão intermediária do item anterior, uma primeira aproximação comparativa se deve fazer com outras construções apresentacionais do PB. Trata-se de orações com verbos ergativos - como *acontecer, aparecer, chegar, existir, faltar, ir, ocorrer, sobrar, surgir, vir*, e similares - em que o "sujeito" vem posposto ao verbo, cuja estrutura, no PB, vários autores assimilam à das CE's, não inteiramente sem razão[4]. De fato, a maioria das construções com esses verbos entram em contextos similares aos que vimos para os verbos *ter/haver* e são mesmo muitas vezes substituíveis uns pelos outros com pequenas diferenças de nuances de sentido. Além das construções com *existir*, observem-se:

[4]Usamos "ergativo" para designar uma classe de verbos mono-argumentais (Perlmutter (1976), (1978); Burzio (1981); e daí em diante), que se distinguem de outros intransitivos por propriedades sintáticas que seu argumento compartilha com o objeto direto dos transitivos. Embora essa distinção não seja tão claramente visível no PB, "ergativo" continua uma etiqueta cômoda para a classe de verbos a que nos referimos. Por outro lado, expressões como "posposto/anteposto", "posposição/anteposição" ou como "inversão", "movimento" "deslocamento" e similares, não significam nenhum compromisso com processos ou operações sintáticas, tal como se empregam em vários quadros teóricos.

(27) Ultimamente **apareceu** [/tem tido] um programa que estava num nível razoável, no domingo, que é o 'Fantástico' né? (SP, 255)
(28) Antes de Dom Pedro era uma ponte de madeira. Lá um dia **veio** [/ teve] uma cheia ... (PE, 266)
(29) Daqui a pouco o pessoal vai começar a perder prazo, porque **chega** [/ tem] um ponto que o acúmulo [de serviço] é muito que o acúmulo é tão grande que nao dá tempo da gente [fazer] (SP, 360)

o que leva, às vezes, os entrevistados do Projeto Nurc a uma dúvida sobre o item lexical a escolher:

(30) Não tinha nem lugar no hospital, né? Não tinha. E quando viram que era particular, então apareceu apartamento com ar condicionado [...] Aí **apareceu**... aí **tinha** lugar. (PoA, 283)
(31) Como eu disse, eu calculo. **Tem**... **vem** um montão de coisa diante de mim. (SP, 343)

Mais relevantes são várias propriedades lexicais e distribucionais comuns. Em certos casos, o verbo deixa de expressar uma relação de predicação ou relação temática com o argumento interno (o "sujeito" posposto), como em (29), (30) e:

(32) Então **chega** uma outra firma e diz assim: "Preciso um gerente de produção. (SP, 360)
(33) Sinceramente, eu não entendo o porquê da pergunta. Aí **vai** só uma questão de opinião. (PoA, 120)
(34) Cooperativa é a melhor solução para enfrentar de uma maneira mais eficiente uma série de problemas, porque aí **vem** a parábola das varas. (PoA, 235)
(35) Depois acabaram os bondes, ainda **veio** os ônibus, ein?, que é pior ainda, eu acho. (SP, 396)

Essas construções recolocam questões similares às que fizemos na introdução, visto que realizam internamente ao sintagma verbal o seu único argumento SN e nem sempre apresentam concordância verbal, embora raramente no corpus do Nurc[5], como em (35) e:

(36) Se eles não quisessem que levantassem tanto os preços, eles não precisavam. **Existe** muitos outros meios de transporte que não são explorados. (PoA - 283)

[5] Ver abaixo o quadro comparativo destas construções e das CE's com *ter/haver* no que diz respeito à concordância.

BEST COPY AVAILABLE

(37) Aí então **começou a aparecer** os vestidos feitos [...] E também aparecia o canudo de pito. (SP, 396)
(38) Eu vou de moto, eu choro. **Sai** lágrimas. Bom é que estou andando sem óculos...(SP - 343),
(39) Foi uma sorte que foi localizado [o estoura das bombas]. Então, todo mundo ficou assustado. **Morreu** cem mil de uma vez, blá, blá, blá (SP, 343)

A maioria delas, como no caso das CE's, possui uma predicação secundária associada ao sujeito posposto, constituída por um sintagma em aposição como em (34), por uma oração relativa como em (29), (35) e (36), por um sintagma preposicionado locativo como em (31) ou, ainda, por uma reduzida de gerúndio ou particípio:

(40) [Na estrada] de vez em quando **aparecem** as riscas no chão marcando o início de pista. (BA, 98)
(41) É, o pato é assim. Ele **vem** o pato cozido, feito uma espécie de canja. (PE, 151)

Nelas se repete, ainda, o mesmo fenômeno de uma ancoragem espaço-temporal explícita, como se pode facilmente observar em todos os exemplos acima, e a predominância dos SN's indefinidos, embora não tão acentuada como no caso das CE's que estudamos.

Todas essas correspondências estruturais permitem naturalmente pensar-se em um tratamento uniforme das CE's do PB e construções com verbos ergativos e sujeito posposto. Mas isso pode levar a falsas generalizações. Convém, pois, deslocar a atenção para as diferenças.

Comecemos pelo fato de que, tanto nas CE's quanto nas construções aqui consideradas, o SN-argumento se realiza internamente a SV, posposto a V. Guéron (1980), por exemplo, na formulação e notação da versão contemporânea da gramática gerativa, contrapõe as estruturas sintáticas resultantes com sujeito anteposto e com sujeito posposto a duas distintas formas lógicas, uma predicativa, outra apresentacional:

(42) a - Predicação: $[_S$ SN SV],
b - Apresentação: $[_S V_i [_S$ SN ... v_i...]]

a primeira correspondendo termo a termo a sua estrutura superficial, a segunda derivada por movimento (adjunção à esquerda do núcleo verbal) de que resulta sua focalização. Nesta estrutura, altera-se a relação de escopo entre o argumento e o verbo: na predicação, o sintagma verbal está no domínio de c-comando do sujeito; na apresentação, o sujeito está no escopo do verbo. No fundo, trata-se de formalizar a noção intuitiva de "sujeito posposto". As regras de interpretação dessas duas estruturas dariam sentido à distinção entre predicação e apresentação (agora, nomes descritivos de duas estruturas sintáticas). No primeiro caso, o sujeito se interpreta como referindo-se a um indivíduo cuja existência é pressuposta no universo do discurso; o sintagma verbal expressa uma propriedade do sujeito, que é, pois, um sujeito temático. No segundo caso, o sintagma verbal denota, essencialmente, a introdução do sujeito no modelo do discurso.

Essa estrita compartimentação das interpretações predicativa e apresentacional, com base na posição sintática do argumento, incluindo-se na segunda às CE's não tem, porém, sustentação empírica e deriva de uma confusão entre "predicação" como uma estrutura sintática (Rothstein, 1983; Williams, 1980; entre outros) e "predicação" como relação semântica cujo conteúdo se pode expressar em termos de relações temáticas (Jo Napoli, 1989; Williams, 1995; Franchi, 1997). Comparem-se, inicialmente, orações com *existir* que se constroem com argumento externo ou interno; é difícil precisar, por algum critério semântico conveniente, a diferença de interpretação suposta em:

(43) a - Os deveres do associado não existem propriamente assim; é obrigações, né? (BA, 283)
b - Não existem propriamente assim os deveres do associado; é só obrigações, né?
(44) a - [Sobre o valor social atribuído às ciências humanas]: Eu acho que não existe esse valor. (PoA, 120)
b - Eu acho que esse valor não existe.

Com outros verbos ergativos, é maior a dificuldade de contrapor uma interpretação temático-predicativa a uma interpretação apresentativa, não temática, com base na propriedade sintática da posição do argumento. Embora, em exemplos como (29), (30) e (32) a (35) acima, o verbo deixe de expressar uma relação de predicação ou relação temática com o argumento interno, ou seja, deixe de acarretar lexicalmente traços semânticos que o caracterizem como um tema - objeto movido ou locado no sentido de Gruber e Jackendoff

- estes casos, que poderiam ser incluídos entre as CE's, são excepcionais. Mais habitualmente, o deslocamento do sujeito para uma posição de foco apresentativo, não exclui a interpretação temático-predicativa[6], como se pode ver em (27), (28), (38), (39) e em:

(45) **Chegou** lá no escritório dele um camarada pedindo lá contribuições em dinheiro. (PoA.37).
(46) Ficaram de mandar um outro par de asas. E num me **chegou** até hoje esse par de asas. (PE, 266)
(47) Eu vi, numa estrada, um carro especial que passava no meio da pista (...) e saía pintando [as faixas]. Quilômetros atrás **vinha** um outro carro com uma plataforma e um sujeito sentado nessa plataforma. Na medida que o da frente pintava, ele ia soltando uma bandeirinha pra mostrar que a pista estava pintada. O tempo bastante pra que a pista tivesse secado, **vinha** um outro carrozinho com um sujeito sentado numa plataforma baixa e recolhendo as bandeirinhas, né? (BA, 98)

Esses dados nos mostram que predicação e apresentação não são, na verdade, noções mutuamente exclusivas, nem se incluem em uma mesma classe homogênea de relações semânticas que a sintaxe explicita. O caráter focal, mesmo apresentacional, do argumento interno não exclui a relação de predicação nestas construções, o que as distingue claramente das CE's com *ter/haver* cuja interpretação, como observamos em 1.1, é estritamente apresentacional, sem atribuição de qualquer papel temático, estabelecendo-se a predicação, quando é o caso, somente entre os dois elementos da "coda".

Essa distinção está correlacionada a outras. Já observamos de passagem que, no caso das ergativas com sujeito posposto, a não concordância do verbo com o argumento interno é rara, mesmo que significativa; ao contrário, é quase a regra no caso das CE's, como se verá em 5. Também não se pode falar que predominem as construções com SN-indefinido nas ergativas. Das 76 ocorrências analisadas no corpus, em 39 casos (51.31%) o sujeito posposto é

6. Das 76 ocorrências analisadas no corpus, somente 18 delas se interpretam exclusivamente como apresentativas, excluindo uma interpretação temática, ou seja 23.68% contra 76.31%. A inadequação da análise fica mais evidente quando se sabe que verbos intransitivos de atividade (não-ergativos), construções passivas e construções com verbos copulativos, em que não se pode falar de uma interpretação não temático-predicativa, se constróem também comumente com sujeitos pospostos.

definido; em 37 casos (48.68%), o sujeito é indefinido[7].

Esses fatos apontam para uma clara diferença estrutural que convém examinar com mais cuidado.

4. Uma classe de construções impessoais no PB

Bresnan e Kanerva (1989) e Bresnan (1994), com base em dados de diferentes línguas, como no inglês:

(48) a. The tax collector came back to the village
b. Back to the village came the tax collector,
(49) a. Some people arrived on the scene
b. ?There arrived some people on the scene,

mostra que essas estruturas, similares às que vimos em 3, estão restritas a verbos intransitivo-ergativos (*be, sit, come*) e passivas construídas sem o sintagma agentivo (*by*-phrase): ocorrem sob duas condições, relativa uma à estrutura argumental temática dos verbos, outra, à expressão da relação discursiva de foco/pressuposição:

(50) a. a estrutura argumental é
V: <Tema, Locação>,
sendo o tema a relação proeminente em uma hierarquia temática e, pois, selecionado como argumento externo (exemplos a. em (48)-(49)), salvo quando:
b. o tema é deslocado para (engendrado na base em) uma posição interna ao SV (exemplos b.) para marcar-se sintaticamente a função discursiva de foco apresentacional.

Excluem-se, em princípio, dessas estruturas, os verbos transitivos. Entretanto, alguns verbos não ergativos, que se constroem em outros contextos como transitivos, podem, no PB, sofrer um processo de detematização do agente ou de impessoalização, com resultados temáticos e discursivos semelhantes. Referimo-nos, inicialmente, a construções com o verbo *dar* quando empregado com um sentido "resultativo", ou seja, acarretando lexicalmente para o argumento interno (objeto direto) a afirmação ou a

[7] Esses dados mostram que se deve colocar sob suspeita a extensão do "efeito de (in)definitude" a essas construções no PB (Nascimento (1984); Silva (1994)), embora observado em construções similares em outras línguas.

587

denegação de aparecimento/presença ou não-aparecimento /ausência em uma determinada situação, como no caso dos ergativos estudados[8]:

(51) a. A minha chácara dá umas nanicas enormes,
b. Dá umas nanicas enormes na minha chácara. (*)

No corpus analisado existem inúmeras ocorrências dessas estruturas:

(52) — Você está no alto de um prédio e **dá** uma zebra lá na luz. — Cinqüenta andares (SP, 343)
(53) Mas se usar essa pimenta,[...], então ela ao ponto, essa pimenta frita com as cebolas, é exatamente que quebra o tom de excesso de cebola e ao mesmo tempo da pimenta, e **dá** um aroma! (PoA, 291)
(54) [Falando da necessidade de poupança] Imagina se **dá** um aperto, ou acontece qualquer coisa, a gente não tem dinheiro pra pagar as prestações agora. Aí é que **dá** complicação. (PoA, 283)
(55) Aí Deus chegou, criou a Rússia, então **deu** aquelas estepes magníficas, mas deu a Sibéria... (PoA, 120)

Mas o fenômeno se estende, pelo menos na linguagem coloquial, a outros verbos transitivos, mesmo quando se mantém a relação temático-predicativa do verbo com o argumento interno subsistente:

(56) Você viu se **está gravando** direito aí [nesse gravador]? (SP, 343)
(57) **Tá fazendo** aquele barulhinho esquisito no motor que você disse que ouviu ontem? (*)
(58) Foi bom que você não foi. Só **enche** o saco nessas reuniões do departamento pra discutir currículo, (*)
(59) **Molhou** tudo os quartos em casa na tempestade de ontem. O beiral estava entupido (*),
(60) **Tá cheirando** queimado na cozinha! (*)
(61) — Num **tá escrevendo** nada nessa lousa. — Ela tá úmida. (*)

É fácil observar como as orações impessoais correspondem estruturalmente às CE's com *ter*: ausência do argumento externo, argumento interno focalizado, não concordância com esse argumento, predominância do SN-indefinido, função discursiva apresentacional. Não se trata de um fenômeno restrito que, no PB, se atribua exclusivamente a propriedades semânticas ou

8. - Os exemplos marcados com um asterisco fazem parte da anotação informal de ocorrências por um dos autores.

discursivas das CE's. Ele se estende mesmo a verbos transitivo-causativos em que o SN designativo de lugar ocuparia a posição interna de objeto direto do verbo transitivo, e admitem intransitivação ergativa, como:

(62) a. Encheram as estantes de livros que a gente não lê,
b. As estantes (se) encheram de livros que a gente não lê,
c. Já **encheu** de livro nas estantes que a gente não lê, (*)
(63) a. Cuidado que as formigas estão cobrindo essa grama,
b. Cuidado que essa grama está coberta de formigas,
c. Cuidado que **tá coberto** de formiga nessa grama; (*)

e, mesmo, a construções predicativo-estativas:

(64) Se você cava sem Schield, desaba tudo, que **está cheio** de prédio em cima, né? (SP, 343)
(65) Você também percebe: em São Paulo, **é muito mais cultivado** do que em Minas. (RJ, 158)
(66) No interior, **está mais próximo** de passado do que de futuro. (SP, 343)
(67) Na hora que eles aparecem em comunidade, **fica** tudo ótimo: Todo mundo muito em simbiose, muito dependendo um dos trabalhos dos outros. (SP, 343)

e se reencontra com SN's-sujeito designativos de tempo, como em (67) e em construções impessoais com o verbo *chegar*, freqüentes no corpus:

(68) Eu saldo meus compromissos. Quando **chega** na hora de comprar mais roupa ela não pagou ainda aquela, aí nasce o problema. (PE, 266)
(69) **Chegava** na hora do almoço, eu ia ali, tinha uma lanchonete ali perto que era ótima... (PoA, 37)

Diferentemente do que prevê a generalização descritiva de (50) as propriedades comuns dessas construções e estrutura argumental associada aos verbos que nelas entram, podem ser resumidas:

(70) a. trata-se de verbos que podem selecionar um argumento externo não-animado, designativo de lugar/tempo, seja porque sua diátese lexical o autoriza, seja porque sua diátese transitivo-causativa se

589

reduz por um processo de ergativização:

V: <Locação, Tema>

b. o Locativo (não o tema!) é deslocado para (engendrado na base em) uma posição periférica como um sintagma preposicionado (aparentemente incidindo sobre ambos, tema e locação, o foco apresentativo):

$[SN_{lugar}\ [\ V\ SN]] \leftrightarrow [\ 0\ [[V\ SN]\ Sprep_{\ locativo}]]$

A explicação das estruturas impessoais consideradas deve estar, pois, ligada a dois fenômenos mais gerais. O primeiro se refere ao fato de ser a posição de "sujeito" o alvo imediato das operações que alteram a diátese verbal - passivação pessoal e impessoal, causativização, ergativização (Burzio, 1981; Roberts, 1987), o que se expressa bem no Princípio do Argumento Externo de Borer e Wexler (1987), a que damos aqui uma versão informal mais abrangente:

(71) Salvo especificação em contrário, são externos todos os argumentos ou papéis-θ que são apagados (ou acrescentados) por uma operação.[9]

Por outro lado, no PB, deve-se considerar a possibilidade de reinterpretação do SN-sujeito designativo de lugar/tempo como um locativo que, por ser a função menos proeminente na hierarquia temática ou de topicalidade, se realiza perifericamente como um sintagma preposicionado adjunto.

Do ponto de vista sintático, é nesta classe de construções que se devem incluir as CE's do PB. Já falamos em 1, ao apresentar os exemplos (14) a (17), que o emprego locacional do verbo *ter* (e de *haver*, em um dado período histórico) favoreceu a extensão da seleção categorial do "sujeito" a entidades inanimadas, abstratas, inclusive locativos. Não é sem razão que se aproximam as orações em (a) das orações existenciais em (b):

9. O fato decorre de várias propriedades associadas (ou não associadas) a essa posição: ela não é propriamente uma posição subcategorizada nem tematizada pelo núcleo verbal (Chomsky (1981), (1986)), podendo ser preenchida por um expletivo lexical em inúmeras línguas, eventualmente nulo em outras como o português, sem valor para a interpretação; seu papel na determinação componencial do sentido do verbo é reduzido, senão inexistente, ao contrário do objeto direto (Marantz(1984)).

(72) a. A zona de Ituberá, Valença, por aí, tem muitas plantações,
b. Tem muitas plantações na zona de Ituberá, Valença, por aí; (BA, 95)
(73) a. A cidade pequena não **tem** esses problemas, não é?, (SP, 343)
b. Na cidade pequena, não tem esses problemas, não é?;
(74) a. O verão tem tudo que é fruta,
b. No verão tem tudo que é fruta. (PoA, 37)

Nesse sentido, a hipótese implica que as CE's do PB devem ser analisadas como estruturas específicas, sem parentesco sintático com as CE's com o verbo *existir* e com as CE's com verbo copulativo, comum em outras línguas e presente no português arcaico. Nestas, a alternância "anteposição/posposição do sujeito" se comporta no paradigma generalizado em (50) dos verbos ergativos que estudamos em 3, e não na generalização (70):

(75) a.Isso existe em todo local, né?: precisa realmente ter aquela recomendação...(SP, 62)
b. Existe isso em todo local, né?
(76) a. Raciocínio, o aluno não tem, né? Essa palavra não existe pro aluno.
b. Raciocínio, o aluno não tem, né? Não existe essa palavra pro aluno. (PoA, 283)
(77) a. Gram santidade era no homem (Mattos e Silva, 1989)
a. Era gram santidade no homem;
(78) a. Two books are on the table.
b. There are two books on the table.

Tendo em mente essa hipótese geral, podemos agora considerar problemas específicos que se colocam para nossa análise e descrição.

5. O SN-argumento das CE's: um complemento

A hipótese geral que formulamos acima pressupõe que o SN-argumento nas CE's é sempre um argumento interno, um objeto direto do verbo existencial de que recebe o Caso acusativo. A hipótese não é tranqüila[10]. Há, por exemplo,

10. A hipótese contraria, desde logo, a generalização de Búrzio que suporta inúmeras análises no quadro da Teoria Gerativa: "Se um verbo não atribui papel temático ao sujeito, então não atribui Caso à posição do complemento" valendo para verbos na passiva, verbos de *raising* e verbos ergativos, entre os quais se pode incluir *be/ser*. Entretanto, inúmeros fatos, em várias línguas, tornam essa generalização insustentável.

os que defendem, como Pontes (1984), que o SN nas CE's é "sujeito" posposto, como no caso das orações com *existir*.

A favor de uma análise desse SN como um "sujeito", pode-se lembrar a observação de casos em que o verbo existencial concorda com ele. Mas exemplos como esses são excepcionais, quando não resultado de superurbanismo na fala pública e em programas de TV. Nos contextos em que o fenômeno pode ser observado, o corpus mostra a seguinte distribuição[11]:

		Contextos de não-concordância		Contextos de concordância	
	Total	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Ergativos com sujeito posposto	30	7	23.33%	23	76.66%
CE's com *ter/haver*	40	38	95%	2	5%

Tabela 2: Contextos de Concordância e Não-Concordancia. Comparação entre construções existenciais com TER/HAVER e construções com verbos ergativos e sujeitos pospostos

Além dos fatos de concordância, lembre-se que, contra a identificação funcional do sujeito posposto de construções com verbos ergativos ao SN-argumento das CE's, militam os fatos de toda análise feita em 3 e 4. Pontes objetaria que também nas CE's o SN-argumento pode ocorrer anteposto ou posposto, como o sujeito das construções com *existir* nos exemplos (79) e (80) abaixo. Note-se, porém, que se trata dos únicos exemplos em 490 ocorrências (0.40%) e, também no caso de todas as outras que pudemos notar pessoalmente, ocorrem em um claro contexto de construção a tópico e não de "sujeito":

(79) - Antes de chegar Recife (...), já é arrabalde de Recife (...), ainda na estrada você vê: tem um monte de complexos por ali,[...]Muito material químico, né? É, indústrias químicas **tinha** bastante lá. (RJ, 168),

(80) - As tensões existem, mas a crise [...] a crise que eu digo é o seguinte: a crise sempre **existiu**, sempre houve a crise... [...]- Sempre. A crise sempre **houve**, a crise sempre apareceu, [...](PoA - 120)

[11] A desproporção dos contextos em que a concordância verbo-argumento interno pode ser observada no caso das CE's (39/490) e no caso das ergativas com "sujeito" posposto (30/76) decorre de predominar largamente no corpus, a forma do presente do indicativo que, no caso do verbo *ter* não oferece condições de avaliação da concordância por não se distinguir, na 3ª pessoa, o plural do singular.

Uma outra conseqüência da hipótese geral que esboçamos é a de que, nas CE's, não somente o SN-argumento é complemento dos verbos existenciais, mas ainda se realiza em uma posição sintática a que se atribui o Caso acusativo. Não é fácil encontrar argumentos exclusivamente fatuais, empíricos, a favor dessa hipótese no PB, dado que a distinção morfológica de Caso somente se mantém em português no sistema de pronomes clíticos, cujo emprego, sobretudo no caso da 3a. pessoa é fortemente desfavorecido no PB. Entretanto, pode-se recorrer a um argumento indireto buscado seja na modalidade culta do português em que as CE's com *haver* se constroem com um clítico acusativo:

(81) Não há grandes montanhas em Portugal, embora **as haja** no norte da Espanha,
(82) Cerimônias religiosas, **houve-as** e muito concorridas,

seja em espanhol:

(83) — Hay estaciones de metro en esa zona de la ciudad?
— No **las hay** en esa zona, pero **las hay** muy cerca;
(83) — Hay montañas en Sudamerica?
— Montañas bonitas, **las hay** en Sudamerica;

ou em alemão, justamente quando a CE se constrói com um verbo correspondente a nosso **dar**, da classe dos impessoais em que incluímos *ter*, ao invés das CE's com o verbo copulativo:

(84) a. Es **gibt einen Hund** im Garten
b. Es ist ein Hund im Garten
[Explet.] dá/é um cachorro no jardim
'Tem um cachorro no jardim' [12]

O argumento, porém, não parece satisfatório a Pontes (1984), nem a Nascimento e Kato (1994). Objetam que tais exemplos não podem ser tomados como argumento a favor da hipótese do Caso acusativo, visto que um clítico *lo/o* pode ter como antecedente uma sentença, ou mesmo um predicativo.

(86) a. Fernanda disse que Maria viajou. Fernanda disse-**o**.
b. Esta tese é clara. As hipóteses também **o** são.

Nascimento e Kato assumem proposta de Higginbotham (1987) no sentido de estender a função de "predicado" que se associa a SN's indefinidos como em (87a.) a contextos em que o mesmo efeito de (in)definitude exibido

12. Ver Nascimento (1984), de quem tomamos emprestados os exemplos; Borer (1986), e autores por eles citados.

por esses SN's se manifeste, ou seja um homem em (87b.) se trataria como predicado o que o dispensaria de receber um Caso abstrato:

(87) a. Joãozinho já é **um homem**
b. Tem **um homem** lá no quarto

Deve-se observar, porém, que o clítico que retoma sentenças e predicados jamais apresenta traços de gênero e número (como aliás observam os autores), tanto em português quanto em espanhol:

(88) Esta tese é clara. As hipóteses o/*a/*as são também.

Isso ocorre mesmo quando se trata de um SN-predicativo, um problema para a análise de Nascimento e Kato:

(89) a. - Gostaria de ser (uma) rainha
- Mas você já **o/*a** é desde que nasceu,
b - Essas laranjas são frutas de qualidade e **o** são pelo cuidado que tivemos desde a seleção das mudas.

A diferença estrutural entre as impessoais com *ter/haver* e as construções ergativas com sujeito posposto também se evidencia por outras propriedades sintáticas que nelas se contrastam. Comecemos por observar que a detematização da posição de argumento externo não exclui, no caso das CE's do PB, outras estratégias de indeterminação do "sujeito". De fato, no corpus, existem inúmeras construções cuja interpretação corresponde ponto por ponto à das CE's, mas em que um relativo "esvaziamento" da posição de "sujeito" se faz mediante outro mecanismo sintático: a presença de um "sujeito" indeterminado - como *você, a gente* - em contextos bem claros que excluem uma interpretação predicativa:

(90) Me preocupo com o humano se embananando ele sozinho com as coisas que ele cria, sabe? Porque **você tinha** civilizações antigas, mas o que ela criava, [...]era muito menos do que [...] (SP, 343)
(91) Se você pensar em termos de Idade Média, **você tinha** honrarias que eram concedidas porque fulano era duque, outro era bem definido, né? (SP, 343)
(92) Esse problema de saúde de criança, ainda mais abandonada, eu acho que é o problema mais sério que **a gente tem** dentro do Brasil. (PE, 279)

O sentido indeterminado é evidente, particularmente (90) e (91), em que *tinha* não pode ser interpretado como "possessivo", nem *você* como "possuidor", já que não se possuem civilizações antigas e as honrarias (que se tinham) eram concedidas a outrem.

Um segundo conjunto de exemplos nos mostra o paralelismo sintático e interpretativo de "existenciais" com um clítico *se* que marca justamente a supressão, na diátese do verbo, de seu argumento externo, com indeterminação do sujeito:

(93) Padre e freira são homens e mulheres como qualquer um, deviam de casar (...) Todo mundo trabalha. **Se** poderia **ter** uma religião que trabalhasse oito horas por dia e pronto,[...] (PoA, 283)

(94) — Eu acho que qualquer lugar é diferente daqui do Rio, do ponto de vista clima. Qualquer ponto onde você andar por aí é diferente. — Aqui não **se tem** definição de coisa nenhuma. (RJ, 168)

Enfim, observem-se alguns exemplos que se assemelham às construções com expressões adjetivas complexas (orações com "Tough-movement" como - *Esse livro é difícil de ler [ele]*), em que o elemento na posição de "sujeito" identifica a referência de uma posição vazia ou de um pronome resumptivo complemento do sintagma que expressa a predicação na coda - infinitos preposicionados, gerúndios, locuções prepositivas e preposições pesadas:

(95) a. [Falando do computador] Se isso não tem alguma coisa para controlar, ele está se desenvolvendo automaticamente. (SP, 343)

b. Se o computador não tem alguma coisa para controlar [ele]...

c. Se não tem alguma coisa para controlar isso/o computador;

(96) a. Isso dá para sentir que tinha muita política, com muita força, por trás, né? (SP, 343)

b. Dá para sentir que tinha muita política com muita força, por trás disso, né?

(97) a. Pagamentos de médicos, de remédio, de hospital, essas coisas, no Brasil, não tem nenhum órgão federal assumindo elas, (*)

b. No Brasil, não tem nenhum órgão federal assumindo essas coisas...

Ora, exemplos como esses são completamente agramaticais com os verbos ergativos que atribuem o Caso nominativo, via concordância ou outro mecanismo, a um único argumento em posição pós-verbal:

BEST COPY AVAILABLE

(98) * Você existia honrarias que eram concedidas porque fulano era duque, outro era bem definido, né?
(99) * Se poderia existir uma religião que trabalhasse oito horas por dia e pronto.
(100) * A decisão existia muita política, com muita força, por trás [dela], né?

Esses fatos e contrastes estão a mostrar que, falando um tanto metaforicamente, o verbo existencial *ter*, apesar de seu emprego funcional, como um verbo operador "guarda a memória" da estrutura sintática histórica de que deriva: uma posição de sujeito se manifesta em todos os exemplos de (90) a (97), paralelas na interpretação às CE's. Embora as evidências não sejam diretas, todo esse conjunto de indícios leva-nos a preferir manter a hipótese do SN-argumento como um complemento que recebe do verbo seu Caso acusativo. Quanto à posição de sujeito, não se pode objetar à postulação, em um determinado quadro teórico, da presença de um expletivo nulo nas CE's, como parte da representação de uma estrutura sintática subsistente. Entretanto, não parece adequado nem confundi-lo com um locativo, nem identificá-lo, mediante coindexação a qualquer título, com o SN-argumento.

Uma última observação para evitar questiúnculas terminológicas. Vimos falando, em todo este item, do SN-complemento como um SN-argumento, apesar de termos observado antes que os verbos funcionais, ao contrário das categorias lexicais, são operadores que não possuem uma estrutura argumental. E' necessário, pois, qualificar tal afirmação. De fato, enquanto se entende "estrutura argumental" como correspondendo à rede temática (a diátese) dos verbos predicadores, não há por que falar-se em SN-argumento. A noção funcional de argumento, porém, não se pode restringir, salvo por definição, às relações temático-predicativas. Certamente, do conjunto dos argumentos que recebem os papéis temáticos associados ao item lexical, muitos se perdem no processo de gramaticalização: as categorias funcionais, enquanto operadores, tomam sempre um único "complemento" - o operando sob o escopo da operação; o termo argumento lhe cabe, porém, em um sentido lato e dependendo da metalinguagem utilizada. Por outro lado, a natureza da operação e o caráter do operando também devem tornar-se de alguma forma "visíveis" na sintaxe das línguas naturais para a interpretação semântica, o que justifica falar-se em Caso acusativo.

6. Conclusão

Neste artigo, argumentamos no sentido de mostrar que as CE's integram uma classe maior de estruturas do português. Contrariamente ao que vem sendo proposto por vários autores, as CE's do PB não se assemelham às sentenças com verbos ergativos e sujeito posposto. Para nós, elas integram sim a classe de construções que chamamos de impessoais. Tais construções caracterizam-se por:

a) apresentarem verbos que podem selecionar um argumento externo não-animado, expressando lugar ou tempo, ou porque essa possibilidade está prevista em sua diátese, ou porque sua estrutura argumental tenha sofrido um processo de detematização; e
b) o argumento locativo pode ser realizado como um sintagma preposicional em posição periférica.

O que esse grupo de construções impessoais tem em comum com as construções ergativas de sujeito posposto é a função de realizar foco apresentacional.

Este artigo deixa apontadas para futuras investigações várias questões relevantes para um entendimento mais completo das propriedades dessas construções. Entre elas, mencionamos a elucidação dos fenômenos de ancoragem dessas sentenças no espaço e no tempo, e a natureza categorial e estruturação hierárquica da coda e seus constituintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARWISE, J. e R. COOPER (1981) Generalised quantifiers and natural language. *Linguistics and Philosophy* **4**.

BOLINGER, D. (1971) A further note on the nominal in the progressive. *Linguistic Inquiry* **2**, 584-586.

BORBA, F. da S. e outros (1990). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP.

BORER, H. (1980) Empty subjects in Moderns Hebrew and constraints on thematic relations. *Cahiers Linguistiques d'Otawa* **9**, 25-37.

_____ (1986) I-subjects. *Linguistic Inquiry* **17**, 375-416.

BORER, H. e K. WEXLER (1987) The Maturation of Syntax. In: T. Roeper e E. Williams (eds.) *Parameter Setting;* Dordrecht: Reidel; 123-172.

BRESNAN, J. (1994) Locative inversion and the architecture of universal grammar. *Language* **70**, 72-140.

Bresnan, J. e J. M. Kanerva (1989) Locative inversion in Chichewa: a case study or factorization in grammar. *Linguistic Inquiry* **20**, 1-50.

Burzio, L. (1981) Intransitive verbs and Italian auxiliaries. Tese de doutorado, Boston: MIT.

Chomsky, N. (1981)- *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.

_____(1986): *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. London: Praeger.

Franchi, C. (1997) Predicação. Manuscrito: Unicamp/Usp (A sair em Cançado e Franchi, em preparação)

Grimshaw, J. (1991) Extended projections. Manuscrito. Brandeis University.

_____& A. Mester (1988) Light verbs and theta-marking. *Linguistic Inquiry* **19**, 205-232.

Guéron, J. (1980) On the syntax and semantics of PP extraposition. *Linguistic Inquiry* **11**, 4; 637-678.

Hetzron, R. (1975) The presentative movement or why the ideal word order is VSOP. In: C. N. Li (ed.) *Word order and word order change*; Austin: University of Texas Press; 345-388.

Higginbotham, J. (1987) Indefiniteness and predication. In: E.Reuland e A.ter Meulen (eds.), *The representation of (in)definiteness*. Cambridge (Mass): MIT Press.

Keenan, E. L. (1989) A semantic definition of indefinite NP. Em E. Reuland e A. ter Meulen (eds.), *The representation of (in)definiteness*. Cambridge (Mass): MIT Press; 286-317.

Marantz, A. (1984) *Grammatical Relations*. Cambridge (Mass.): The MIT Press.

Milsark, G.(1974) Existential sentences in English. Tese de doutorado. Cambridge (Mass.): MIT.

_____(1977) Peculiarities of existential constructions in English. *Linguistic Analysis* **3**, 1; 1-29.

Nascimento, M. do (1984) Sur la posposition du sujet dans le Portugais du Brésil. Tese de doutorado, Paris: Université de Paris VIII.

_____& M. A. KATO (1995) O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos. *Revista de Estudos da Linguagem* **4**, 31-74.

Perlmutter, D. M. (1976) Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: J. Schmidt-Ratefeldt (ed.) *Reading in Portuguese Linguistics*; Amsterdam: North-Holland; 93-138.

_____(1978) Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Proceedings of the Fouth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley: University of California.

PONTES, E. S. L (1984) Sobre o conceito de sujeito. Tese de professor titular. Belo Horizonte: UFMG.

REULAND, E. (1987) On the syntax and semantic of existential sentences. *Groningen Papers in Theorethical and Applied Linguistics* **6**.

_____ & A. ter MEULEN (1989) *The representation of (in)definiteness*. Cambridge (Mass.): MIT Press.

ROBERTS, I. (1987) *The representation of implicit and dethematized subjects*. Dordrecht: Foris.

ROTHSTEIN, S. (1983) The syntatic forms of predication. Tese de doutorado: MIT.

SILVA, M. C. F. (1994) La position sujet en Portugais Brésilien. Tese de doutorado. Génève: Université de Génève. Publicada em Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1996.

WILLIAMS, E. (1980) Predication. *Linguistic Inquiry* **11**, 203-238.

599

Sociology • the Social Sciences

2 BIRDS IN THE HAND

If one bird in the hand is worth two in the bush ...
Our two sources are invaluable
... and right at your fingertips.

For current thought and research in sociology and the social sciences, consult

sociological abstracts (sa)
and
Social Planning/Policy & Development Abstracts (SOPODA)

Abstracts of articles, books and conference papers from more than 2,500 journals published in 35 countries; citations of relevant dissertations and book and other media reviews.

Comprehensive, cost-effective, timely.

Available in print, online, on the **sociofile** CD-ROM and on magnetic tape. Our Web site, **http://www.socabs.org**, features the *Note Us* newsletter; information on support services and document delivery; links to relevant sites; and the SAI Web Search Service offering reasonably priced subscriptions to two subsets: Marriage and Family Issues & Law, Crime and Penology.

P.O. Box 22206, San Diego, CA 92192-0206
619/695-8803 • Fax: 619/695-0416 • email: socio@cerfnet.com

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (133-153)

Pela Primeira Vez, e suas Complicações Sintático-Semânticas

(*Pela primeira vez*, and its Syntactic-Semantic Complications)

Rodolfo Ilari (*Universidade de Campinas*)

Abstract: In this paper I concern myself with the Portuguese expression "pela primeira vez"(= Engl. "for the first time") and with the ambiguities that its occurrence entails in sentences as "Ana e Juliana tocaram juntas pela primeira vez em Campinas no concerto de Natal de 1955" (=Ana and Juliana performed together for the first time in Campinas during the 1955 Christmas Concerto") Claming that "pela primeira vez" assigns precedence in time to a particular event among others of the same type, *I speculate on the conditions in which different PPs belonging to the same sentence are taken as defining the relevant type of events. The reflections in this paper are intended to be a tiny fragment of the semantics of events, which is itself a part of aspectology.- an area of linguistic research that Professor De Castilho investigated...for the first time in Brazil three decades ago.*

Resumo: Reflete-se neste texto sobre a expressão "pela primeira vez" e as ambigüidades que sua ocorrência gera em sentenças como "Ana e Juliana tocaram juntas pela primeira vez em Campinas no concerto de Natal de 1955". Atribui-se à expressão o papel de discutir prioridade cronológica a um evento entre outros de um mesmo tipo, *e especula-se sobre as condições em que os diferentes adjuntos podem ser tomados como um dos elementos que definem o tipo de evento em questão. A reflexão que constitui o artigo é um pequeno fragmento de uma gramática de eventos, que por sua vez é parte da aspectologia, área de investigação que o Professor Ataliba T. de Castilho trilhou... pela primeira vez no Brasil há cerca de três décadas.*

Key words: Events; Event Semantics; Scope; Adjuncts; Circumstances; Numerals.

Palavras-chave: Eventos; Semântica dos Eventos; Escopo; Adjuntos; Aircunstanciais; Numerais.

O estudo do aspecto, um dos tantos temas cujo estudo científico, entre nós, começa com o Prof. Ataliba Castilho, centra-se na análise de algumas construções gramaticais, como os "tempos do verbo" e os auxiliares, e prolonga-se naturalmente na análise dos adjuntos. Destes, os mais

BEST COPY AVAILABLE

freqüentemente estudados numa perspectiva aspectual são aqueles cuja ocorrência sofre restrições quanto ao tipo de processo expresso pelo predicado e que, portanto, servem para enquadrar o próprio predicado numa ou noutra classe aspectual. Assim, em sentenças como (1) e (2), os adjuntos "de tempo" *às três da manhã* e *das três às sete da manhã* levam a classificar o predicado *dormiu*, respectivamente, como um ingressivo ou um durativo:

(1) Devido ao calor intenso, Maria só dormiu *às três da manhã* (dormiu = adormeceu, caiu no sono)

(2) Voltando da festa, Maria dormiu *das três às sete / por quatro horas* (dormiu = passou dormindo)

Neste texto, pretendo apresentar uma reflexão informal e inconclusiva sobre um outro tipo de "adjunto de tempo" que, num sentido lato do termo, é também aspectual mas que, pelo que sei, nunca recebeu maior atenção.

O que me chamou a atenção para esse tipo de adjunto foi inicialmente uma questão de língua de uma prova de vestibular em que se explorava o seguinte trecho de uma notícia publicada num jornal de Campinas:

(3) Que flagra! O Jornal do Automóvel flagrou os primeiros veículos importados da Ford em Campinas!

Como tinham percebido os elaboradores da questão de vestibular, esse trecho presta-se a duas leituras distintas: um leitor mais bairrista, ou mais sintonizado com a prática adotada por algumas multinacionais, que consiste em fazer sempre em Campinas e Curitiba seus pré-lançamentos)seria facilmente levado a crer que a Ford havia escolhido Campinas para lançar, em primeira mão e para todo o Brasil, os veículos procedentes de suas montadoras norte-americanas; um leitor mais céptico contentar-se-ia em acreditar que a Ford havia programado vários lançamentos simultâneos em diferentes locais do Brasil, e que Campinas seria apenas um desses locais. As duas interpretações do trecho em questão são captadas pelas paráfrases (4) e (5), cuja diferença se reduz, no essencial, a dizer que estão em Campinas os primeiros "veículos importados pela Ford", ou os primeiros "veículos importados pela (agência da) Ford (existente) em Campinas".

(4) O J.A. viu na agência de Campinas os primeiros veículos Ford importados para o Brasil.
(5) O J.A. viu os primeiros veículos importados Ford recebidos na agência de Campinas.

Posta nesses termos, a ambigüidade reduz-se a duas maneiras diferentes de construir o núcleo do sintagma nominal a que pertence o superlativo *primeiro* (ou, por outra, a duas maneiras diferentes de delimitar o conjunto de onde se extraem o(s) objeto(s) a ser(em) qualificado(s) como "o(s) primeiro(s)"), uma dupla possibilidade que reaparece, intuitivamente, na sentença de que trata a presente "reflexão":

(6) Ana e Juliana tocaram juntas pela primeira vez em Campinas no concerto de Natal de 95.

A sentença (6) é ambígua porque duas coisas diferentes poderiam estar acontecendo pela primeira vez: ou "que Ana e Juliana tocam juntas" ou "que Ana e Juliana tocam juntas em Campinas". É evidente tratar-se de duas leituras distintas: na primeira, (6) é falsa se as duas musicistas já realizaram antes do Natal de 95 alguma performance conjunta, não importando onde; na outra leitura (6) só é falsa se, antes do Natal de 95, já houve pelo menos uma performance conjunta das duas musicistas, e essa performance foi em Campinas.

*

A função da semântica não é apenas levantar ambigüidades mas sobretudo tentar explicá-las, relacionando-as a processos mais gerais de construção do sentido, e representando-as, sempre que possível, como resultados da aplicação de mecanismos conhecidos. Seguindo essa via, procurarei apontar, um a um, os mecanismos semânticos que são acionados em (6) e que, composicionalmente, respondem pelo sentido (literal) que ela assume.

1. Preliminarmente, chamo a atenção para o papel semântico do predicativo *juntas*. Qualquer que seja a leitura escolhida, esse adjetivo indica uma performance simultânea, e isso determina que busquemos um único evento, em que tenham estado envolvidas simultaneamente as duas instrumentistas, e não eventos separados envolvendo cada uma. Fica assim descartada uma ambigüidade que afeta a maioria dos plurais, e que foi estudada por Link (1983) a propósito de sentenças como:

693

(7) João e André carregaram o piano para o primeiro andar.

(poderia tratar-se de uma operação que os dois levam a cabo em colaboração, de modo que a sentença é verdadeira no caso em que o piano sobe uma única vez - ou de uma operação que cada um executa por sua vez, caso em que o piano sobe, no mínimo duas vezes).

Essa ambigüidade, note-se, fica excluída precisamente pelo fato de ter sido usado o modificador *juntas*; ela não seria afastada simplesmente pelo uso de um adjunto de tempo indicando um evento localizado: por exemplo, os músicos de (8) poderiam não ter tocado juntos.

(8) Todos os atuais integrantes da Orquestra Municipal tocaram no concerto de Natal de 95.

2. A ambigüidade de (6) tem a ver, como eu já disse, com a presença do ordinal *primeiro*. Os conceitos de "complemento do superlativo", e de "complemento partitivo", úteis na análise de (3) não têm aplicação imediata em (6), pois nessa sentença não se escolhe o primeiro objeto (ou o primeiro lote) de uma série de objetos, mas o primeiro evento de uma série de eventos; ao invés disso, (6) diz que *algo acontece pela primeira vez*. Pragmaticamente, falar em "primeira vez" dispara inferências convidadas como "o fato aconteceu outras vezes", "não foi essa a única vez que o fato ocorreu", etc. Do ponto de vista semântico, levanta-se, ao contrário, o problema de delimitar, pelas indicações presentes na sentença, "o que acontece", isto é, o conjunto de eventos *do mesmo tipo*, dentre os quais será singularizado "o mais antigo", "o primeiro por ordem de tempo". A singularidade de (6) é que não se chega a delimitar esse conjunto de forma unívoca: nossa intuição nos diz que os "fatos do mesmo tipo" podem ser tanto as *performances conjuntas de Ana e Juliana*, como *as performances conjuntas de Ana e Juliana em Campinas*, como fica claro se recorrermos a duas paráfrases construídas como orações clivadas:

(9) O concerto de Natal de 95, em Campinas, foi a primeira ocasião em que Ana e Juliana tocaram juntas.
(10) O concerto de Natal de 95 foi a primeira ocasião em que Ana e Juliana tocaram juntas em Campinas.

O que há em (6) que leva a delimitar de duas maneiras diferentes o conjunto de eventos sobre o qual opera a singularização expressa por *pela primeira vez*?

3. Fica descartado, de cara, que a ambigüidade de (6) seja de natureza lexical: é claro que poderíamos ter dúvidas sobre algumas palavras daquela frase, por exemplo, poderíamos ficar indecisos quanto ao fato de as duas instrumentistas terem tocado *juntas* na execução de uma determinada peça, na hipótese de a primeira ter atuado como solista, enquanto a outra ocupava a última estante de um dos naipes da orquestra. Dúvidas como essa mostram que "tocar juntos" é uma expressão menos exata do que pensaríamos à primeira vista, mas essas dúvidas não têm nada a ver com as duas interpretações propostas.

Também é imediato reconhecer que a ambigüidade de (6) não resulta de tomar duas ou mais expressões como antecedentes de um mesmo anafórico. A única razão plausível para evocar os anafóricos no presente contexto seria o fato de que um mesmo anafórico pode remeter a (sub-)eventos diferentes conforme a sentença em que se insere, como se pode ver por (11):

(11) João foi visto rondando a farmácia às 9 da manhã;
... *o mesmo* aconteceu às 3 da tarde. (*o mesmo* = João rondar a farmácia)
... *o mesmo* aconteceu às 3 da tarde com Pedro (*o mesmo* = rondar a farmácia)

Essa analogia lembra-nos que uma mesma expressão pode aplicar-se a uma sentença completa analisando-a de maneiras diferentes ou destacando partes diferentes da mesma, mas isso é de certo modo o que já sabíamos.

4. Recusadas para a ambigüidade de (6) uma explicação anafórica e uma explicação lexical, e descartadas outras explicações ainda menos prováveis (por exemplo a que opõe uma leitura formulaica e uma leitura composicional para sentenças como "João abotoou o paletó"), resta considerar as explicações que apelam para diferentes configurações sintáticas - quer se trate da própria sintaxe superficial, quer da sintaxe da metalinguagem em que se exibem os processos de composição semântica, quer ainda de alguma sintaxe intermediária.

Os casos paradigmáticos de ambigüidade sintática são aqueles em que um sintagma aparece em diferentes posições, ou com diferentes relações, na configuração que representa a sintaxe da sentença como um todo. É o que acontece com (13), (14) e (15):

605

(13)Eles combinaram encontrar-se mais tarde perto do carrinho de lanches;
(14)Ele mandou à namorada um cartão postal de Munique;
(15) O menino subiu no elevador sujo de barro

(*perto do carrinho de lanches* poderia modificar *combinaram* ou *encontrar-se*; *de Munique* é adjunto adnominal de *cartão* ou adjunto adverbial de *mandou*; *sujo de barro* pode ser predicativo de *menino* ou de *elevador*).

Em (6), a expressão que se apresenta como candidata natural a uma dupla função sintática é *em Campinas*. Mas podemos, realmente, atribuir a esse sintagma nominal uma dupla função sintática num sentido configuracional? Qual é, para começar, a sintaxe superficial que gostaríamos de atribuir a (6)? Olhemos novamente para aquela sentença:

(6) Ana e Juliana tocaram juntas pela primeira vez em Campinas no concerto de Natal de 95.

Numa primeira análise bastante superficial, os constituintes que ocorrem à direita do verbo *tocaram* aparecem como modificadores desse mesmo verbo: *pela primeira vez*, *em Campinas* e *no concerto de Natal de 95* na função de adjuntos adverbiais; *juntas* na de predicativo do sujeito (mas podendo também assumir uma forma típica de adjunto adverbial, *junto*). Tento expressar essa análise por meio de (16) onde todos os constituintes citados são representados como acréscimos feitos sucessivamente à "oração nuclear" *Ana e Juliana tocaram*.

(16) [[[[[Ana e Juliana tocaram] juntas] pela primeira vez] em Campinas] no concerto de Natal de 95]

Essa análise é pouco atraente para o semanticista porque não dá respaldo à hipótese de que existem duas maneiras diferentes de associar a informação expressa por *em Campinas* às demais informações dadas pela sentença, e, portanto, não ajuda a explicar a ambigüidade que atribui a (6).

A esta altura da exposição, convém considerar a possibilidade de se superpor à representação propriamente sintática duas ou mais representações em termos de Articulação Tema/Rema (ATR). Em termos de ATR, (6) é tipicamente uma sentença não-marcada, isto é, uma sentença com várias leituras possíveis, a partir do princípio de que, em português, o rema inclui

obrigatoriamente o último constituinte da oração e, facultativamente, um número variável de constituintes que o precedem sem solução de continuidade. A representação (16) poderia então ser suplementada de várias maneiras, resultando entre outras, as duas representações que seguem (em que foi sublinhado o rema):

(16a) [[[[[Ana e Juliana tocaram] juntas] pela primeira vez] em Campinas] *no concerto de Natal de 95*]
(resposta natural para "Quando foi que A. e J. tocaram juntas pela primeira vez em Campinas?")
(16b) [[[[[Ana e Ju. tocaram] juntas] pela primeira vez] *em Campinas*] *no concerto de Natal de 95*]

(resposta natural para "Quando foi que A. e J. tocaram juntas pela primeira vez?")

Disporíamos com isso de duas análises que se distinguem precisamente por incluir ou não no rema o segmento crucial *em Campinas* e poderíamos supor que esse segmento deve ser computado com *juntas pela primeira vez* em (16a), onde é temático, e com *no concerto de Natal* em (16b) onde é remático. Essa análise me parece correta apenas circunstancialmente, pois seria um equívoco acreditar que a separação do tema e do rema leva sempre a duas interpretações distintas das sentenças em que ocorre a expressão *pela primeira vez*, ou admitir como princípio de que os constituintes remáticos não fornecem informações criteriais para decidir o que acontece pela primeira vez, e vice-versa: com *em Campinas* e demais adjuntos no rema (ou no tema, pouco importa) a ambigüidade se mantém, como se pode ver em (17):

(17) [[[[[No concerto de Natal de 95,] Ana e Juliana *tocaram*] *juntas*] *pela primeira vez*] *em Campinas*]

(com a articulação tema/rema que a torna resposta natural para "O que aconteceu no Natal de 95, para A. e J. ficarem tão ligadas?").

5. É preferível, pois, tentar refinar a análise propriamente sintática de (6), e uma das maneiras de fazê-lo consiste em perguntar quais seriam as conseqüências de deslocar seus vários constituintes. Aqui, apenas alguns deslocamentos mais "instrutivos" serão considerados, pois a preocupação de exaustividade obrigaria a considerar um número proibitivamente alto de ordens matematicamente possíveis (720?). Consideremos, assim, apenas as sentenças abaixo, em que um dos constituintes foi deslocado para a esquerda:

BEST COPY AVAILABLE

(18) No concerto de Natal de 95, Ana e Juliana tocaram juntas pela primeira vez em Campinas
(19) Em Campinas, Ana e Juliana tocaram juntas pela primeira vez no concerto de Natal de 95
(20) Pela primeira vez, Ana e Juliana tocaram juntas em Campinas no concerto de Natal de 95
(21) Juntas, Ana e Juliana tocaram pela primeira vez em Campinas no concerto de Natal de 95

Salvo engano, a ambigüidade de (6) se mantém em todos esses casos, exceto o de (21), que pode querer dizer uma de duas coisas: "Circunstancialmente juntas, A. e J. estréiam como instrumentistas em Campinas, no concerto de Natal de 95" ou "Em se tratando de performances conjuntas, A. e J. estréiam em Campinas, no concerto de Natal de 95". Há entre essas duas interpretações uma diferença importante, provavelmente relacionada a duas diferentes funções da topicalização que vêm sendo estudadas pela lingüista portuguesa Manuela Ambar; para meus propósitos, essa diferença não é relevante; conta somente que, nas duas interpretações propostas para (21), Campinas deixou de ser critério para decidir o que acontece pela primeira vez.[1] Tomo isso como sintoma de que, em (6), na interpretação em que Campinas é critério para decidir o que aconteceu pela primeira vez, alguma conexão mais forte do que um mero acréscimo recursivo de adjuntos ligava *juntas, pela primeira vez* e *em Campinas*; essa ligação é rompida quando *juntas* ocorre topicalizado; *pela primeira vez* e *em Campinas* recebem então uma interpretação independente, que coloca *em Campinas* em pé de igualdade *com no concerto de Natal de 95*.

Aceita a idéia de que há uma interação a ser esclarecida entre os adjuntos, a representação proposta em (16) pode ser trocada, por exemplo, por estas duas outras:

(22) [Ana e Ju. [tocaram[juntas [pela primeira vez] [em Campinas]$_{Adj(1)}$] [no concerto de Natal de 95 $_{Adj(2)}$]]
(23) [Ana e Ju. [[tocaram[juntas pela primeira vez $_{Adj(1)}$]] [[em Campinas] [no conc. de Natal de 95] $_{Adj(2)}$]]]

[1] Quero dizer com isso que (21) situa a primeira performance conjunta de A. e J. no tempo e no espaço; a interpretação alternativa pela qual se situaria apenas no tempo uma performance conjunta em Campinas fica descartada. Como as duas personagens estreiam juntas em Campinas no concerto de Natal de 95 essa é ao mesmo tempo a primeira ocasião em que tocaram juntas, e a primeira ocasião em que tocaram juntas em Campinas; mas a questão é saber de que "primeira vez" se fala na sentença.

aplicáveis, respectivamente, quando Campinas é critério / não é critério para decidir o que aconteceu pela primeira vez. As duas representações procuram expressar o fato de que os "adjuntos" encontrados em (6) não se acrescentam ao predicado por mera acumulação. Reconhecem ao contrário que os adjuntos adverbiais precisam ser separados pelo menos em dois grupos, o primeiro deles, no nosso exemplo, organizado em torno de *juntas* e mantendo com *tocaram* uma relação "mais íntima", o outro ligado de maneira mais distante ao predicado como um todo. É espontâneo, a esta altura, lembrar que *juntas* se origina de um antigo particípio passado, ou seja, que por ser historicamente uma forma verbal, é capaz de sofrer modificações adverbiais; essa formulação torna mais fácil a tarefa de representar *juntas* como o núcleo de uma "small clause", mas não é indispensável. O essencial é que as representações (22) e (23) relacionam *em Campinas* ao resto da sentença de duas maneiras diferentes - como se espera nos casos típicos de ambigüidade como sintática. Lembremo-nos, porém, que apresentar diferentes configurações sintáticas é apenas parte do trabalho que explica as diferenças de interpretação: para chegar mais perto de uma explicação, será preciso, ainda, referir as diferenças sintáticas a processos semânticos mais gerais.

6. O princípio geral que explica a interpretação das sentenças em que aparece *pela primeira vez* já foi citado, e consiste no fato de que essa expressão obriga a circunscrever um conjunto de eventos que são caracterizados como sendo do mesmo tipo, dentre os quais será singularizado o mais antigo em ordem cronológica. Nesse sentido, *pela primeira vez* mantém o caráter de superlativo que caracterizava o ordinal latino *primus*, exigindo uma espécie de "complemento". Como, neste caso, o conjunto sobre o qual se faz a seleção é feito de eventos, e não de objetos, a forma da sentença precisaria distinguir as circunstâncias que se aplicam aos eventos de maneira apenas ocasional, daquelas que são tomadas como criteriais para a definição da série relevante. Segundo já sugeri acima, isso se faz pela separação de dois tipos de adjuntos adverbiais, a que apliquei os diacríticos $Adj_{(1)}$ e $Adj_{(2)}$ indicando, respectivamente, ligação forte e ligação lábil ao predicado. Essa distinção sintática é explorada pela semântica, que a leva em conta ao realizar o seu procedimento de tradução.

Por hipótese, a semântica trata das sentenças em que aparece o operador *pela primeira vez*, reconhecendo nelas três componentes significativos:

609

a) A própria expressão *pela primeira vez*;
b) as informações correspondentes aos termos integrantes + as informações correspondentes aos adjuntos que mantêm coesão forte com o verbo (na notação proposta nas árvores acima $Adj_{(1)}$)
c) as informações correspondentes aos adjuntos que mantêm coesão fraca com o verbo (na notação acima, $Adj_{(2)}$)

Formulando o procedimento de tradução em termos altamente provisórios, eu diria que:

a) A *pela primeira vez* a semântica deve fazer corresponder uma fórmula[2] como a que segue:

Definição semântica de **pela primeira vez**

$$\exists e\,[\,[\,[\,Y(x_1 \ldots x_n, e)\,\&\,K'(e)\,]\,\&\,K''(e)]\,\&\,f\,[\,[\,Y(x_1 \ldots x_n, f)\,\&\,K'(f)\,]\rightarrow A(e,f)]]$$

Onde fica convencionado que $e \neq f$ e onde, além do mais:
$x_1 \ldots x_n$ são variáveis para indivíduos
e e f são variáveis para eventos
Y é uma variável para predicados de ação
K´ e K´´ são variáveis para circunstâncias aplicáveis a eventos
A(m,n) é um predicado sobre eventos que afirma a anterioridade de m em relação a n

(a fórmula diz, em síntese, que existe um evento que consiste numa ação de tipo Y, cujos participantes são $x_1 .. x_n$, e que se realiza em circunstâncias K´ e K´´; diz também que esse evento é anterior a qualquer outro evento que consista numa ação do mesmo tipo Y, envolvendo os mesmos participantes e ocorrendo nas circunstâncias K')

b) Na definição semântica de *pela primeira vez*, o procedimento de tradução preenche Y com as informações associadas ao verbo; preenche $x_1 \ldots x_n$ com os nomes dos participantes; e preenche K´ com as circunstâncias que mantêm ligação estreita com o verbo;

[2] As fórmulas usadas daqui em diante são inspiradas nas representações que D. Davidson aplica às sentenças de ação. Nessas representações, o evento é tratado como mais um argumento do predicado. A apresentação de todo o procedimento de tradução é, reconhecidamente, pouco rigorosa, dispensando recursos que a tornariam mais elegante, como o enquadramento numa linguagem de tipos e o uso do operador-lambda.

BEST COPY AVAILABLE

c) Por fim, o procedimento de tradução preenche K'' com a tradução dos circunstanciais que mantêm ligação lábil com o verbo.

Aplicado às duas estruturas que atribui a (6), esse procedimento de tradução produz as duas fórmulas seguintes:

(24) $\exists e[[[[T(u, e) \& T(a, e)] \& C(e)] \& N(e)] \& f[_1 T(u, f) \& T(a, f)] \& C(f)] \rightarrow A(e,f)]]$

(25) $\exists e [[[T(u, e) \& T(a, e)] \& [C (e) \& N(e)]] \& f [[T(u, f) \& T(a, f)] \rightarrow A(e,f)]]$

Onde, além do que já ficou estipulado,
u = Juliana
a = Ana
T = tocar
N = ocorre no concerto de Natal de 95
C = ocorre em Campinas

A diferença entre (24) e (25) reside no fato de que a fórmula "C(f)" ocorre apenas em (24), onde indica que o conjunto de eventos dentre os quais se escolhe o primeiro, além de envolver ao mesmo tempo Ana e Juliana, se passa em Campinas. Essa última exigência precisa, obviamente, estar ausente na segunda fórmula.

Imitando o uso que os lógicos fazem da noção ao tratar de operadores e quantificadores, tenho chamado de "ambigüidades de escopo" àqueles casos de dupla interpretação em que, lançando mão das mesmas unidades lexicais, e mobilizando as mesmas operações (eventualmente em ordens diferentes), se chega a efeitos semânticos também diferentes. Como exemplo privilegiado de ambigüidade de escopo, tenho apresentado sentenças como

(26) O João não pagou todas as prestações atrasadas do IPTU

que recebe duas interpretações diferentes conforme se generaliza sobre uma negação ("Aplica-se a todas as prestações que João deixou de pagar") ou se nega uma generalização ("Não se aplica a todas as prestações que João pagou"). O caso de que tratei neste trabalho é um pouco diferente mas, considerando que (24) e (25) se constroem com as mesmas operações semânticas e com o mesmo vocabulário, e considerando além disso que toda a diferença se reduz

à presença da expressão "C(f)" na sub-fórmula universalmente quantificada que constitui a segunda parte de (24), penso que podemos ainda falar, com algum ganho de compreensão (embora com alguma imprecisão), em "ambiguidade de escopo".

7. Minha "reflexão informal e inconclusiva" termina aqui, e deveria ter dado uma idéia de como sintaxe e semântica podem conjugar seus esforços diante de estruturas lingüísticas problemáticas. Ela também levanta a necessidade de separar os adjuntos, superando a idéia de uma adjunção recursiva que se realizaria mecanicamente, em favor de uma análise em que os adjuntos são objeto de uma organização específica. A reflexão foi altamente esquemática e precisaria ser retomada e justificada ponto a ponto.

Essa justificação ponto a ponto não pode ser feita aqui, mas antes de encerrar quero retomar pelo menos uma afirmação que pode ter ficado obscura para o leitor: a de que a reflexão aqui realizada teria algum interesse para o estudo do aspecto. Essa afirmação prende-se ao fato de que o aspecto, é, em alguns casos cruciais, uma questão de quantificação sobre eventos. O caso mais óbvio em português é o do passado composto, que afirma, entre outras coisas, que um determinado evento se repete. Para interpretar sentenças no passado composto, assim como para interpretar sentenças com o operador *pela primeira vez*, é indispensável descobrir, esquadrinhando a sintaxe da sentença, de que evento falamos; por isso, um estudo sobre o passado composto como forma iterativa esbarraria em alguns dos problemas levantados aqui, e vice-versa[3].

Referência

Link, G (1983) The logical analysis of plurals and mass terms. In T. Bauerle et al. *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin: deGruyter.

[3] Sobre a semântica do passado composto, veja-se Ilari, "Notas para uma semântica do passado composto, em português", a ser publicado nas Atas do Encontro Comemorativo dos 20 anos de estudo do Português no Ensino Superior Húngaro" (Budapeste, outubro de 1997).

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (145-168)

Debate/Debate

Formas de Funcionalismo na Sintaxe*
(Functionalism in Syntax)

Mary A. Kato (*Universidade Estadual de Campinas*)

Abstract: This article shows that the term "functionalism", very often understood as a single or uniform approach in linguistics, has to be understood in its different perspectives. I start by presenting an opposing conception similar to the I-language vs E-language in Chomsky (1986). As in the latter conception, language can be understood as an abstract model of a mind internal mechanism responsible for language production and perception or, as in the former one, it can be the description of the external use of language. Also like with formalists, there are functionalists who look for cross-linguistic variation (and universals of language use) and functionalists who look for language internal variation. It is also shown that functionalists can differ in the extent to which social variables are considered in the explanation of linguistic form.

Resumo: Este trabalho procura mostrar que o termo "funcionalismo", freqüentemente suposto como uma abordagem única ou uniforme na lingüística, precisa ser compreendido em suas diversas perspectivas. Inicio o trabalho apresentando o contraste conceitual semelhante às de Língua-I e Língua-E, em Chomsky (1986). Tal como na primeira concepção, a língua, na visão funcionalista, pode ser tomada como um modelo abstrato do mecanismo interno da mente responsável pela produção e percepção da língua ou, como na segunda, pode ser entendida como a descrição dos usos externos da língua. Também paralelamente aos formalistas, há funcionalistas que procuram a variação translingüística possível (os universais do uso da língua) e funcionalistas que procuram determinar as causas da variação intra-lingüística. Também procuro mostrar que os funcionalistas podem diferir na extensão do uso de variáveis sociais na explicação da forma lingüística.

Key words: Functionalism; Production and Perception Models; Universals of Language Use; Language Internal Variation; Functions of Language.

* Esse artigo retoma o debate estabelecido na Revista D.E.L.T.A. a partir do artigo de Votre e Naro (1989). Agradeço a Jairo Nunes e Leila Barbara pela leitura da primeira versão deste trabalho, eximindo-os de quaisquer falhas remanescentes.

Palavras-chave: Funcionalismo; Modelos de Produção e Percepção; Universais de Uso da Língua; Variação Intra-lingüística; Funções da Linguagem.

0. Introdução

Nos estudos lingüísticos modernos, podemos identificar duas perspectivas diferentes de se estudar a linguagem: a perspectiva formal e a perspectiva funcionalista[1]. Essas perspectivas diferem, entre outros aspectos[2] já discutidos nesta Revista, em relação:

a) ao vocabulário descritivo que postulam como primitivos, isto é, às categorias formais para a primeira e às semântico/pragmáticas para a segunda;
b) à forma da língua como sendo determinada pelo seu uso, postulado assumido pelos funcionalistas, mas negado pelos formalistas até o Minimalismo[3].

O objetivo aqui é continuar o debate ocorrido na Revista D.E.L.T.A. sobre funcionalismo *vs* formalismo, mas o que pretendo fazer, neste trabalho, não é opor esses "-ismos", mas antes mostrar que há pelo menos mais de uma forma de funcionalismo[4] e que o contraste entre as várias perspectivas se assemelha aos contrastes encontrados nas abordagens formalistas. No meu entender de gerativista, é necessário, antes de mais nada, distinguir funcionalismo direcionado a um modelo abstrato de uso da língua e funcionalismo direcionado à língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo. O que quero dizer é que, mesmo na visão funcionalista, temos os correlatos da Língua-I e da Língua-E de Chomsky (1986), para quem Língua-I é a representação da competência sintática do falante e Língua-E é o objeto gramatical externo, observável. A diferença é que na visão-I (interna, individual e intensional) do funcionalista, o que se estuda são os processos mentais que entram em jogo no uso da língua e não apenas o conhecimento estrutural dos

[1] Veja uma discussão didática dessa oposição em Neves (1997) e as diferenças da perspectiva epistemológica da aquisição em Kato (1986), 9ª edição (1998).

[2]. As diferenças entre ambas foram já largamente debatidas em seções de DEBATE desta Revista (v. Votre e Naro, 1989; Nascimento, 1990; Dillinger, 1991). Aqui trazemos aquelas que serão úteis na extensão desse debate.

[3] Vide discussão na última secção.

[4] Veja esse tópico desenvolvido no capítulo 4 de Neves (1997). Infelizmente, só tive conhecimento da obra dessa autora quando o artigo estava escrito. O leitor deve, contudo, complementar o que digo, do ponto de vista de uma gerativista, com o que diz a autora funcionalista, de forma muito mais competente.

enunciados, e na visão-E (externa e extensional), leva-se em conta a Língua-E em contexto. Vou chamar o objeto na visão-I de sistema-I e o objeto na visão-E de sistema-E.

O estudo do sistema-E envolve o problema do vocabulário colocado em (a) e o estudo do sistema-I envolve principalmente a questão b. Neste trabalho, vamos primeiro discutir os estudos sobre o sistema-I e em seguida os estudos sobre o sistema-E.

1. Funcionalista em busca de um modelo de uso

Uma das distinções que Leech (1983) faz entre formalistas e funcionalistas é a de que os primeiros tendem a encarar a linguagem essencialmente como um fenômeno mental e os últimos, como um fenômeno social (v. discussão em Dillinger, 1991). Mas isso significaria que os funcionalistas não se preocupam em construir modelos de uso? Ora, qualquer manifestação de interesse com universais translingüísticos parece levantar questões sobre a processabilidade da linguagem e a interação de operações na mente humana.

Os problemas enfrentados pela teoria-padrão gerativa na década de sessenta levou muitos lingüistas a pensarem em interpretar muitos fenômenos do sistema-E como sendo fortemente influenciados por problemas de desempenho, ou de restrições cognitivas mais gerais. Nas palavras de Bever (1977:66): "Thus, certain universal structural properties of language may express general cognitive constraints rather than particular innate linguistic structures". O estudo de Bever tenta explorar o papel da percepção nas intuições de aceitabilidade.

Nessa abordagem psicolingüística, procura-se aprofundar a própria noção de complexidade perceptual. Bever (1970) propôs uma teoria que oferecia uma alternativa para a falida hipótese da complexidade derivacional[5]. Para ele, o ouvinte estaria equipado com um conjunto de técnicas heurísticas, ou estratégias perceptuais, que lhe permitiriam recuperar as relações de estrutura profunda, através de pistas fornecidas pela estrutura superficial. Assim, para Bever (1970, 1977) qualquer explicação processual-perceptual das línguas deve pressupor uma descrição de como é a gramática dessas línguas, embora derivação sintática e recuperação de sentido não tenham sido concebidos como

[5] Segundo essa hipótese, sustentada durante o período da gramática-padrão, a complexidade para interpretar uma sentença derivava de sua complexibilidade derivacional: quanto mais transformações, interpretativamente mais complexa seria a sentença. O processamento era visto como uma operação de transformação das estruturas.

BEST COPY AVAILABLE

caminhos inversos como na hipótese da complexidade derivacional. Também, na época, o gerativista Ruwett (1972) endossa essa visão de Bever, mas estudando problemas de ambigüidade e não de complexidade. Para ele também, regras sintáticas devem ser mantidas distintas de estratégias de processamento[6].

Um precursor desse tipo de abordagem é Zipf (1960), para quem as estruturas das línguas naturais justificam-se pela "lei do esforço mental mínimo". A estrutura de uma língua, segundo ele, deve equilibrar de forma ideal as necessidades e esforços do falante e do ouvinte. Assim, quando uma seqüência particular tem uma carga excessiva de ambigüidade, a língua tende a mudar. Zipf propõe, ainda, que, em nível de palavra, sua freqüência se relaciona logaritmicamente com seu comprimento, fazendo supor que freqüência é uma função da complexidade. As constatações, na literatura, de que constituintes longos tendem a ser colocados no fim da sentença em línguas de núcleo inicial poderiam ser, à primeira vista, uma conseqüência desse tipo de colocação. Assim, Dik (1978) atribui esse peso maior na extremidade à direita a restrições de processamento. O problema com essa explicação é que em línguas SOV temos exatamente o contrário, isto é, constituintes longos tendem a ficar no início da sentença. Se o problema é de processamento, envolvendo, portanto, memória de curto termo, seria estranho admitir que para falantes de língua SVO o lugar de processamento menos penoso é no fim da sentença e para falantes de línguas SOV é no início.

Dentro da mesma hipótese psicolingüística, temos também o estudo clássico de Yngve (1960), no qual o autor propõe que as línguas se estruturam de forma a restringir ramificações à esquerda, por estas imporem uma carga excessiva de processamento ao usuário da língua. O papel das transformações, para este autor, seria o de minorar essa carga, desmanchando as estruturas com ramificação à esquerda e constituindo estruturas com ramificação à direita. Assim, por exemplo, a extraposição de constituintes longos transforma uma estrutura pesada à esquerda em uma estrutura pesada à direita. Podemos fazer aqui a mesma restrição que fizemos acima. Para línguas SVO e VSO, a afirmação de Yngve pode se aplicar, mas o mesmo não pode ser dito de línguas SOV, para as quais são justamente as ramificações à esquerda que são mais naturais.

É justamente nessas diferenças translingüísticas que Kuno (1974) se apóia para mostrar que tanto nas línguas OV quanto VO, são os encaixes centrais e

[6] Veja uma descrição minuciosa desse tipo de estratégia em Kato (1985).

não as ramificações à esquerda que causam dificuldades. Seu estudo sobre a posição das orações relativas nas línguas naturais é uma explicação funcionalista para a restrição encontrada por Greenberg, de que línguas iniciadas por verbo têm a oração relativa depois do núcleo nominal e línguas que têm o verbo no fim têm suas relativas antes do núcleo nominal. Kuno mostra que, se essa relação de simetria transcategorial não é respeitada, a estrutura resultante seria de difícil processamento, devido ao excesso de encaixes centrais que as línguas produziriam.

Clark e Clark (1977), que são também funcionalistas nesse tipo de orientação, dizem explicitamente que a harmonia, ou simetria, transcategorial de posição dos núcleos é uma exigência da nossa capacidade de processamento. Assim, esses funcionalistas admitem que a língua tem uma estrutura X-barra, embora atribuam essa propriedade ao modelo de uso e não da representação da gramática, *stricto-sensu.*

Outro psicolingüista que admite ser a língua um objeto estrutural é Kimball (1973), que trabalha com ambigüidade e mostra, por exemplo, que se um constituinte pode ser interpretado como tendo uma relação com uma posição baixa ou alta na estrutura, a primeira ligação do ouvinte é com a posição encaixada mais baixa.

[1] a. A professora falou com os estudantes *do Chile.*
b. "os estudantes são chilenos"
c. "a professora estava no Chile"

Vê-se, pois, que a reflexão funcionalista pode ir além da explicação das formas efetivamente usadas e predizer comportamentos, ou mesmo objetivar a explicação do motivo da existência dos próprios princípios formais que determinam a ordem invariante ou variante nas línguas naturais ou no comportamento dos falantes. São explicações que procuram justificar o porquê dos princípios formais e nessa tentativa acabam por minimizar a dicotomia entre competência e desempenho, atribuindo um valor psicológico (de processamento) à própria gramática formal.

Esquematizando, temos:

[2] dados-> regras -> restrições formais->interpretação funcional das regras

Essa forma de funcionalismo cujo objeto venho chamando de sistema-I, constitui hoje, como sabem, parte de uma disciplina complexa denominada

Ciências Cognitivas. Tal disciplina propõe-se a responder a perguntas tais como:

- *"To what extent can a theory of language behavior be developed without a theory of linguistic structure?*
- *To what extent can there be a linguistic theory without a general theory of cognitive functioning?*
- *To what extent can there be a cognitive theory without a theory of language behavior?*

(Bever, Carroll & Miller, 1984)

No livro *Talking Minds*, de Bever, Carroll e Miller (1984), essas perguntas são respondidas de diversas formas por lingüistas da estatura de Katz, Jackendoff e Fillmore, por psicolingüistas reputados como Kintsch, Osgood e Premack e por teóricos das ciências computacionais como Roger Schank e Mitchell Marcus. Alguns aderem à visão modular da mente, atribuindo à gramática um módulo especializado, e outros à tese de um mecanismo holístico, multi-funcional.

Uma vez que o estudo do comportamento lingüístico é, na maioria dos casos, visto como um problema da arquitetura da mente e não apenas como usos comportamentais externos (à moda behaviorista), não resta dúvida de que a perspectiva funcionalista que estuda o sistema-I é hoje, junto com a pesquisa gerativista, uma área fascinante de pesquisas teóricas e experimentaiss sobre a mente humana.

2. Funcionalistas à procura da variação translingüística possível

É importante fazer uma distinção inicial entre lingüistas que dão explicações funcionalistas na descrição de línguas particulares e aqueles que procuram explicar os padrões formais possíveis nas línguas através de princípios funcionais. Os primeiros são os funcionalistas que trabalham em variação intra-lingüística e os últimos, que trabalham numa linha inter-lingüística. Passo a discorrer sobre esses últimos.

2.1. Funções gramaticais

Todos os funcionalistas admitem a existência de funções em vários níveis, em todas as línguas, mesmo que não haja perfeita concordância entre eles. Há um consenso em torno de algumas funções diretamente ligadas ao fenômeno da ordem gramatical. São elas:

[3] a. funções gramaticias (sujeito, objeto, predicado...)
b. funções semânticas (agente, paciente, locativo, tempo...; animado, humano, definido, indefinido...)
c. funções textuais (tópico/foco, ou tema/rema, figura/fundo)

Embora o estruturalismo, já no modelo de constituintes imediatos, tenha banido funções como primitivos, as generalizações translingüísticas do trabalho clássico de Greenberg (1966) são formuladas usando-se tais funções gramaticais. Da mesma forma que os formalistas vêm tentando explicar o porquê dos universais indutivos de Greenberg, os funcionalistas também vêm se empenhando em dar uma interpretação aos mesmos fatos.

Assim, o Universal I de Greenberg generaliza que, em sentenças declarativas, com sujeito e objetos nominais, a ordem dominante é quase sempre aquela em que o sujeito precede o objeto. Se outras funções precedem o sujeito teremos uma ordem recessiva ou marcada. Podemos dizer, então, que a ordem canônica no nível das funções gramaticais seria:

[4] S > O

Para o funcionalista, no fato do sujeito ser freqüentemente o tópico não-marcado da sentença estaria a explicação dessa ordem preferencial Temos, porém, outras funções gramaticais como Objeto Indireto (OI) e Adjuntos Adverbiais e a questão é até que ponto, para o problema de sua linearização, tais funções têm explicações de ordem funcional. Poderíamos propor que a ordem preferencial dos complementos nas línguas é:

[5] O >OI

isto é, o sujeito antes do objeto direto e este antes do objeto indireto. Essa última ordem seria determinada pelo princípio visto acima de constituintes mais complexos ocuparem a periferia direita da setença. Essa afirmação esbarra com línguas SOV onde a ordem mais natural (cf. Kuno, 1972) parece ser:

[6] S > OI >O ·

Esse fato nos leva a reformular a asserção acima para:
"OD aparece mais próximo do V do que OI."
Mas essa afirmação parece dizer a mesma coisa que o princípio da

619

adjacência de caso do gerativista Stowell (1981), para quem atribuidor de caso e receptor de caso devem canonicamente aparecer adjacentes. Se o objeto direto tem caso atribuído pelo verbo é ele que deverá aparecer adjacente a este. O japonês, porém, tem o caso do objeto presumivelmente atribuído pela posposição *-o*, o que o coloca em condições de igualdade com o objeto indireto, não havendo motivo formal para o objeto aparecer contíguo ao verbo. Logo, a formulação da ordem relativa entre OD e OI, em termos de restrições formais, parece ser mais motivada translingüisticamente.

Vejamos agora a ordem relativa entre Objeto Indireto e Adjuntos, isto é, constituintes não exigidos pelo verbo. Para os lingüistas da gramática relacional (v. Cole & Saddock, 1977), sujeito, objeto direto e objeto indireto são termos puros (TERMOS) por desempenharem uma função central na sintaxe das línguas naturais e se diferenciam dos não-termos, adjuntos, por não terem um conteúdo semântico independente do verbo. Os termos impuros são designados de OBJETOS OBLÍQUOS (OBL) e compreendem os locativos, instrumentais e benefactivo. Mais do que para a ordem linear superficial, essas funções gramaticais são importantes para os lingüistas relacionalistas na determinação de possíveis regras de mudança de relações funcionais. Assim, na regra da passiva o que era objeto direto ou algum outro complemento passa a ser sujeito e o que era sujeito passa a exercer a função de um não-termo (chômeur). O que se torna o sujeito obedeceria à seguinte hierarquia:

[7] S > O > OI > OBL

Essa hierarquia diz que sujeitos têm primazia sobre objetos diretos, estes sobre OIs, que por sua vez têm primazia sobre os Obls. Johnson (1977) analisa o fenômeno da "Regra de Promoção a Sujeito" nas línguas naturais e mostra que essa hierarquia é motivada translingüisticamente, em sua análise conjunta de línguas como o francês, o alemão, o albanês, o japonês, o sânscrito, o malaguenho e o cebuano. O quadro abaixo mostra como essa hierarquia é respeitada:

[8] REGRA DE CRIAÇÃO DE SUJEITO

Língua	Promoção a sujeito do:		
	OD	OI	OBL
Francês	sim	não	não
Alemão	sim	não	não
Albanês	sim	não	não

BEST COPY AVAILABLE

Japonês	sim	sim	não
Sânscrito	sim	sim	não
Malaguenho	sim	sim	sim
Cebuano	sim	sim	sim

Ainda na teoria relacional, a "Lei da Anulação Relacional" determina que se um SN assume uma função gramatical em relação ao verbo, então o SN que exercia essa função anteriormente deixa de ter qualquer relação gramatical, tornando-se um 'chômeur'(em termos de gramática tradicional, um adjunto). Assim, em uma transformação da ativa para a passiva, na versão da gramática relacional, o objeto inicial assume a função gramatical de sujeito derivado e o sujeito inicial entra em adjunção (em 'chômage')[7].

Dentro dessa versão, teríamos ainda uma explicação para as ordens alternativas OD OI e OI OD que temos em línguas como o inglês. A sentença (9)a, na concepção da gramática relacional, teria a forma (9)b, como derivada por uma regra de ascensão em que OI assume a função de OD e o OD inicial entra em adjunção.

[9] a. Debbie gave a record to Anne.
b. Debbie gave Anne a record.

Esses estudos mostram que a hierarquia de accessibilidade das funções gramaticais, estabelecida por Keenan e Comrie (1977) para a relativização, é relevante em diversos processos gramaticais e parece dar conta melhor do que o princípio da complexidade crescente de Bever e de Dik.

Para esses autores, que partem de dados empíricos de muitas línguas, existe uma hierarquia invariante de funções gramaticais — a hierarquia de acesso — que permite predizer que se uma dada língua usa uma determinada estratégia de relativização em um determinado ponto da hierarquia, ela usará a mesma estratégia em todas as funções que se encontram à esquerda dessa função. A hierarquia proposta é a seguinte:

[10] sujeito > objeto > obj. indireto > oblíquo > genitivo > comparativo

A tese funcionalista de Keenan e Comrie consiste na postulação de que tal hierarquia é determinada por facilidade/dificuldade de processamento da linguagem. Assim uma estrutura contendo relativização do sujeito seria mais

[7] Literalmente = desempregado.

facilmente processada do que uma estrutura contendo relativização do objeto; esta, por sua vez, seria mais fácil do que uma estrutura contendo relativização do objeto indireto e assim por diante. Tal tipo de estudo também se insere dentro da Gramática Relacional, que atribui estatuto primitivo às funções (ou relações) gramaticais 'sujeito', 'objeto' etc.

O que é interessante nesses estudos tipológicos funcionalistas é que eles conseguem dar conta de muitos fenômenos tratados por gerativistas ortodoxos, usando as funções gramaticais e apenas a ordem linear como forma de saída, sem usar a noção e a restrição de estruturas arbóreas. Mas há uma diferença fundamental entre um funcionalista como Dik e os gramáticos relacionais. Estes partem de ordens básicas e usam a noção de transformação para dar conta das ordens derivadas[8]. Aquele dispensa a noção de transformação[9].

2.2. Funções semânticas

Ordens canônicas em outros níveis funcionais também têm sido propostas. No nível das funções semântico-temáticas, podemos dizer que o agente precedendo o paciente é a ordem semântica natural. Prova disso é que, em qualquer teoria gramatical, a forma ativa é considerada a primitiva e a forma passiva, a derivada. Dik (1978) propõe uma hierarquia de subjetividade com base em papéis semânticos (ou temáticos):

[10]Agente>Alvo>Recipiente>Benefactivo>Instrumento>Locativo>
Tempo

Quanto mais se desce na escala, mais difícil fica encontrar esse papel atribuído ao sujeito.

Outras hierarquias de ordem semântica têm sido propostas: o definido antes do indefinido, o possuidor antes do objeto possuído, o humano antes do não-humano e o animado antes do inanimado[10]:

[11] (a) DEFINIDO > INDEFINIDO

[8] Embora não apareça explicitamente, a contribuição dos gramáticos relacionais na teoria de restrições às regras na teoria gerativa foi significativa.
[9] Para uma aplicação interessante da teoria de Dik no português, v. Pezzati e Camacho, (1997)
[10] Ao contrário dos demais, Comrie (1981) propõe uma hierarquia não-binária para a hierarquia [+humano], analisando o [-humano] em duas posições distintas.
HUMANO>ANIMADO >INANIMADO

(b) POSSUIDOR > POSSUÍDO
(c) HUMANO > NÃO-HUMANO
(d) ANIMADO > INANIMADO

O problema do japonês ter a ordem não-marcada S>OI>O pode agora ser explicado pela hierarquia (c) ou (d).

Podemos ainda exemplificar a hierarquia definido >indefinido, usando o caso do chinês. Li e Thompson (1975) mostram que o chinês pode ter o objeto direto antes ou depois do verbo, enquanto todos os demais complementos e adjuntos ficam antes do verbo. Quando está antes do verbo, o OD vem acompanhado de preposição. A teoria de Li e Thompson é de que o chinês, a longo prazo, viria a ser uma língua SOV. Interpretando os fatos do chinês, a gerativista Travis (1984) encara o estado sincrônico do chinês como estável e não o de uma gramática em mudança. A língua se define como sendo [+papel-q à esquerda] e [+ Caso à direita]. Assim, os argumentos nascem todos à esquerda do verbo. Os complementos e adjuntos aparecem todos preposicionados. O OD pode, todavia, apresentar uma ordem variante, isto é pós-verbal, situação em que aparece sem preposição, pois aí recebe caso do verbo. A distribuição é funcional, mas o licenciamento é formal. É o licenciamento formal que explica por que só o objeto pode ter essa dupla distribuição: o verbo só pode atribuir acusativo, Caso do objeto direto. Se a ordem fosse regida apenas pela hierarquia semântica, qualquer complemento ou adjunto deveria poder aparecer depois do verbo.

2.3. Funções discursivo-textuais

No nível das funções discursivo-textuais, temos tido também um certo consenso: o dado (ou evocado) antes do novo (Clark e Havilland, 1977, Kuno, 1972 e outros), o tema antes do rema (Halliday,1967),o mais pressuposto antes do menos pressuposto (Givón,1979b). Para Halliday, não se deve confundir 'tema' com 'dado'. Para ele, o 'dado' é aquele de que vem se falando no discurso, enquanto o 'tema' é aquele do qual se fala na sentença, seu ponto de partida.

Temos, ainda, a hierarquia das pessoas do discurso: primeira antes da segunda e segunda antes da terceira, hierarquia também chamada de empática, por Kuno (1975). Por tratar-se de pessoas do discurso, poderíamos dizer que essa hierarquia está no nível discursivo-pragmático. Outros, porém,

623

não fazem a distinção entre o nível semântico e o discursivo-pragmático e propõem que as pessoas do discurso seriam apenas subclasses da classe dos humanos, que por sua vez seria parte de outra hierarquia como, por exemplo, a proposta de Comrie (1981). Seria o tipo de hierarquia como aquela usada por Zubin (1979), para a atribuição do caso nominativo:

[12] falante>ouvinte> outro humano> concreto> abstrato

Tal hierarquia seria de ordem cognitivo-empática, motivada pela visão egocêntrica do homem, segundo palavras do autor:

> *"Em discurso, a probabilidade de que uma entidade aparecerá no nominativo, quando ele é mencionado, será uma função da ego-distância dessa entidade em relação ao falante."* (p.495)

Outra proposta complexa é a de Dixon (1979), cujo objetivo foi o de estabelecer uma escala de agentividade potencial:

[13]

Pronomes			NOMES			
1ª >	2ª >	3ª >	Próprios >	Comuns		
				Humano >	Animado>	Inanimado

Na verdade, para certos autores (cf. Zubin e Kopcke,1985), as hierarquias, ou princípios, são apenas manifestações mais concretas do princípio da egocentricidade (do eu-primeiro). Dizem Zubin e Kopcke, que iniciamos a codificação lingüística com aquilo que é mais familiar para o falante; começamos pelo agente porque nos consideramos potentes; colocamos os animais antes do inanimado porque aqueles são mais parecidos conosco; iniciamos com algo que foi estabelecido no contexto imediato para nós.

A abordagem discursivo-textual pode ainda apresentar um tipo de condicionamento que não se limita à função referencial-coesiva, mas a uma função textual mais ampla como aquela estudada por Hopper (1979) para o inglês e por Votre e Naro (1989) para o português, sobre a função de sentenças com sujeito posposto no texto. Para esses autores, o que é relevante não é o estatuto 'novo' ou 'velho' do SN posposto, como vem sendo estudada a questão, mas o estatuto da própria sentença *VS* dentro do texto. No trabalho mencionado, Votre e Naro constatam que o fio da narrativa (figura) é veiculada por sentenças de alta polaridade, isto é, transitivas, enquanto as sentenças

com ordem *VS* apenas acrescentam informações de fundo.

2.4. A força relativa das hierarquias de vários níveis

A naturalidade de ordem de uma determinada seqüência de palavras parece ser uma função de todas as hierarquias acima, de tal forma que quanto mais hierarquias forem obedecidas, mais natural a sentença soaria. Inversamente, quanto mais hierarquias forem violadas mais marcada seria a sentença. Para Zubin e Kropcke (1985), que estudaram a ordem SO e OS em alemão, a linearização seria uma função do 'desempenho', o qual faria uso de um mecanismo de tomada de decisão, em um sistema dinâmico, para avaliar o peso relativo das forças em oposição. Para eles, os princípios podem diferir individualmente em força, mas não se pode dizer que haja um princípio que domine todas as outras forças. O que se avalia, segundo eles, é a força cumulativa dos fatores, que determinará se a ordem será SO ou OS. As ordens preferenciais e as ordens categóricas são, para eles, manifestações do mesmo mecanismo de desempenho.

Essa teoria de Zubin e Kropcke pode ser interessante para línguas com variação de ordem como o alemão, mas não consegue explicar o que determinaria a ordem em línguas de ordem rígida. Os autores falam em variação individual na tomada de decisão quanto ao peso que vai se atribuir a cada fator. Podemos também pensar em variação de escolha em termos de língua, de sistema. Há línguas que privilegiam a hierarquia das funções gramaticais e, nesse caso, a ordem seria fixa e determinada por princípios de ordem formal. Inversamente, se uma língua apresenta variação na ordem, isso significa que ela estará privilegiando também outros tipos de hierarquia. Assim sendo, quando um sistema apresenta duas codificações diferentes para a mesma *função gramatical*, a explicação para essa redundância deverá ser encontrada em outro nível funcional. Nessa perspectiva, em relação ao nosso problema de ordem, podemos dizer que quanto mais variação de ordem uma língua permitir, mais sensível ela será a explicações funcionalistas, isto é, a ter sua ordem explicada em termos de funções semânticas ou textuais-discursivas, e não em termos estritamente sintáticos[11]. Por outro lado, quanto menos opções posicionais para uma mesma função gramatical a língua apresentar, menos biunivocidade entre posições sintáticas e funções de ordem semântica ou textual essa língua

[11] É o que mostra o estudo diacrônico de Andrade Berlinck(1995) sobre o português brasileiro e europeu, que perdeu muito de sua capacidade de pospor o sujeito. Enquanto antigamente o PB tinha a inversão bastante produtiva com quaisquer tipos de verbos, a escolha sendo determinada por fatores funcionais, hoje a construção se limita a verbos ergativos.

vai exibir.

Isso não significa dizer que toda variação de ordem possa ser explicada funcionalmente, sem polêmicas, em termos semânticos ou pragmático-textuais. Já vimos que lingüistas de qualquer tendência reconhecem o movimento conhecido como extraposição do constituinte pesado (ou sua variante, movimento de constituinte complexo). Para alguns funcionalistas, principalmente os de linha psicolingüística como Bever (1970, 1977) e Kuno (1974), esse tipo de movimento seria regido por princípios perceptuais, para facilitar o processamento. Embora Ziv (1975) dê uma interpretação estritamente pragmático-textual a esse tipo de estrutura, poderíamos também atribuir o condicionamento ao componente rítmico da sentença.

Essas observações mostram novamente que há divergências, mesmo entre os funcionalistas, em relação às interpretações de causalidade sobre um determinado fenômeno de variação lingüística[12].

Porém, quando se trata de forma da gramática, não se deve menosprezar a importância dos autores funcionalistas-processualistas, que propõem suas análises principalmente com base em dados experimentais e de introspeção, pois é a sua capacidade imaginativa de contextos possíveis e de sentenças possíveis a responsável heurística das explicações funcional e psicologicamente interessantes.

Resumindo, podemos dizer ainda que em cada nível (ou sub-módulo) temos uma ordem canônica, ditada por uma hierarquia de funções do mesmo nível, e que as línguas podem variar conforme privilegiem hierarquias de um ou outro nível. As chamadas línguas quentes ou orientadas para a sintaxe, de Huang (1984), definidas por esse autor com critérios estritamente formais e em função do tipo de categorias vazias em cada tipo de língua, podem, a nosso ver, ser definidas em uma perspectiva funcional como aquelas que dão primazia à hierarquia das funções gramaticais, enquanto as línguas frias, ou aquelas a que Huang chama de orientadas para o discurso, seriam as que ordenam seus constituintes de acordo com as hierarquias das funções discursivo-textuais.

[12] O variacionista sociolingüista, contrariamente a esses autores, que atribuem a forma a apenas um tipo de fator, optam pela adoção de uma perspectiva multi-causal, e procuram, através de uma metodologia quantitativa, medir o peso relativo de cada um. Há ainda a diferença de que, enquanto os lingüistas funcionalistas trabalham no nível abstrato da língua, procurando explicar funcionalmente a organização interna da gramática, os sociolingüistas trabalham com os dados brutos da fala em contexto, o que lhes permite, muitas vezes, sustentar a hipótese de que são fatores extra-lingüísticos que determinam uma forma ou outra, como, por exemplo, o grau de formalidade de uma situação ou o nível social dos sujeitos, etc.

Esse tipo de perspectiva de variação translingüística em função de uma hierarquização das próprias hierarquias já vem encontrando adeptos, na linha conhecida hoje como a Teoria da Optimalidade (v., por exemplo, Prince & Smolensky, 1994; Leech, Raymond & Smolensky, s/d.), que casa a teoria formal com uma teoria de hierarquias funcionais.

3. Funcionalistas em busca da variação intra-lingüística

Ao invés de procurar as generalizações translingüísticas possíveis na gramaticalização das funções de vários tipos, há pesquisas que desenvolvem a realização dessas funções em línguas particulares, em seus aspectos sincrônicos ou diacrônicos. É o caso, por exemplo, do trabalho clássico de Li e Thompson (1975) sobre a ordem dos constituintes no Mandarin[13]. É também o caso de Castilho (1994), para quem, não havendo correlação biunívoca entre forma e função, "um estudo funcionalmente orientado despreza a busca imediata de generalizações que se encontram na comparação das línguas entre si, privilegiando, num primeiro momento, o estudo empírico de uma dada língua"(p. 77).

Também aqui temos uma disputa entre uma posição radical que nega a sintaxe como um nível, ou módulo, autônomo (por exemplo, Givón, 1979) e aquela que vê a forma realizada como uma confluência de fatores discursivos e estruturais (Kuno, 1987; Du Bois, 1985). Para se ter uma idéia da diferença entre esses dois tipos de funcionalismo, vejamos um trecho de Givón (1979: xiii):

> *Em torno da última década, tornou-se óbvio para um crescente número de lingüistas que o estudo da sintaxe de sentenças isoladas, sem o seu contexto natural, extraídas das construções intencionais de falantes é uma metodologia que já ultrapassou sua utilidade. Primeiro, as sentenças isoladas e sua sintaxe estão em freqüente desacordo com a sintaxe encontrada na fala natural, não eliciada artificialmente, de tal forma que sérias dúvidas podem ser levantadas quanto à sua legitimidade e efetiva realidade,exceto como artefatos curiosos de um método particular de eliciação. Além disso, o estudo da sintaxe, quando limitado ao nível sentencial e privado de seu contexto comunicativo-funcional, tende a ignorar ou até mesmo a obscurecer o papel enorme que considerações comunicativas que afetam a estrutura do discurso desempenham na determinação das chamadas regras sintáticas.*

[13] Esse estudo é interpretado na visão de Princípios e Parâmetros por Travis (1984).

BEST COPY AVAILABLE

Em contraste, veja a seguinte posição sustentada por Kuno (1987: 1):

> *Dado um processo lingüístico que é regido puramente por fatores sintáticos, tal processo será descrito pelo componente sintático da gramática tanto por um formalista quanto por um funcionalista. Por outro lado, dado um processo lingüístico que é regido tanto por fatores sintáticos quanto por, digamos, fatores discursivos, este terá os aspectos sintáticos formulados pelo componente sintático, enquanto os fatores discursivos que interagem com os sintáticos serão explicados pelo componente discursivo. Os sintaticistas puristas se concentrarão na primeira caracterização e os funcionalistas na segunda. Não deve haver um desentendimento necessário entre os dois.*

No Brasil, há também adeptos dessas duas posições. Votre e Naro (1989) negam a sintaxe, enquanto os pesquisadores funcionalistas do Projeto da Gramática do Português Falado seguem a linha de Franchi (1976), segundo a qual a língua é constituída de três sistemas: o sistema sintático, o semântico e o discursivo, que se articulam através do léxico[14].

4. Diferenças adicionais entre funcionalistas

Vimos que o funcionalismo pode ter várias abordagens: linguagem interna ou externa, descrição em nível inter- ou intra-lingüístico. Mas há ainda diferenças quanto às funções privilegiadas e o método de trabalho.

Da mesma forma que o estruturalismo europeu e o estruturalismo americano diferem porque este é muito mais formalista e aquele muito mais funcionalista, os que se dizem funcionalistas nos Estados Unidos são mais próximos dos formalistas do que os que se dizem funcionalistas na Europa.

Teóricos como Li e Thompson, Keenan e Comrie[15], Givón, Hopper, e Bever e os relacionalistas, entre outros, procuram justificar a forma das gramáticas usando como base de estudo os padrões lingüísticos nas várias línguas, isto é, seu ponto de partida é a forma sentencial (mesmo dispensando

[14] Consultem-se os trabalhos referentes a classes de palavras nos volumes da gramática do Português Falado, vols 1-6, Campinas: Editora da UNICAMP

[15] Embora inglês, Comrie se identifica mais com o tipo de trabalho dos gramáticos relacionais americanos do que com o trabalho do britânico Halliday.

estruturas arbóreas), identificando-se aí metodologicamente com os formalistas. Já Kuno é muito mais formalista, pois pressupõe as estruturas arbóreas. A linha de Halliday, por outro lado, usa como ponto de partida não as funções gramaticais para descrever padrões sentenciais, mas sim funções de vários níveis como primitivos, incluindo-se aí as funções pragmáticas do tipo ilocucionário, procurando descrever como essas funções juntas determinariam a forma das enunciações. A visão é interativa entre níveis, mas os níveis que são enfatizados são os que têm a ver com a comunicação. Para Halliday, a unidade de estudo não é a sentença (unidade sintática), mas sim o texto, embora metodologicamente ele não consiga esquivar-se ao uso de unidades sentenciais em sua descrição e argumentação[16]. Halliday propõe os seguintes tipos de função:

a) ideacionais (ou cognitivas) (f_1)
b) interpessoais (ou modais) (f_2)
c) textuais (f_3)

Esquematizando a visão de Halliday, temos:

[14] (f_1 ,f_2 ,f_3) --> texto

A função de sujeito, para ele, não se define em um só nível, distribuindo-se pelas funções (a), (b) e (c).

Podemos dizer que o funcionalismo de Halliday difere ainda do de autores americanos sobretudo pela dimensão cognitivo-sócio-cultural que ele adota em contraposição à perspectiva cognitivo-psicológica dos demais. Assim, por exemplo, se Keenan e Comrie, de um lado, e Kuno, de outro, independentemente, explicam a forma das relativas nas várias línguas usando argumentos de processabilidade, mostrando que as línguas elegem as alternativas que favorecem o processamento automático, Halliday já relaciona complexidade lingüística com complexidade da própria interação social. Nesse sentido, ele se alinha com os funcionalistas sociolingüistas como Sankoff e Brown (1976), para quem, o desenvolvimento da crioulização se dá por necessidades comunicativas.

Mas é importante ressaltar aqui que o objeto desses dois tipos de lingüistas é diferente. Para os primeiros, o objeto é o uso da gramática enquanto, para Halliday, o objeto é o discurso/texto. Metodologicamente os lingüistas de orientação norte-americana ainda partem da forma como o problema a ser desvendado, haja vista a preocupação de Hopper com o uso de tempo e aspecto

[16] O estudo mais aprofundado do funcionalismo de Halliday encontra-se em Ilari (1992).

no discurso , o de Votre e Naro (1989), com a variação de ordem SV/VS nas narrativas, e o de Braga (1984), com a ausência /presença de pronome resumptivo em construções de tópico em fala vernacular. A partir da forma procuram determinar as funções.

5. O terreno comum de formalistas e funcionalistas

É um erro, a meu ver, pensar que formalistas e funcionalistas não possam vir a trabalhar juntos em um mesmo objeto. Se é verdade que os funcionalistas trabalham com o uso da língua, em uma das visões de uso que vimos (a que utiliza funções gramaticais como primitivos e princípios de processamento como meta) a gramática entra como um componente central.

Os estudos formais, por outro lado, vêm identificando outras funções, como as de tópico e foco e também os problemas de restrições de definitude. A diferença é que a identificação e definição são sempre de caráter estrutural e formal. Mas lembremos que embora termos como Tema e Rema sejam tão antigos quanto a gramática-padrão, os funcionalistas vêm também se utilizando de termos como Tópico e Deslocamento à Esquerda, usados primeiro por Ross (1967), com uma descrição formal até hoje aceita na literatura.

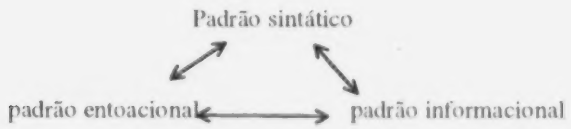
O trabalho seminal de Li e Thompson (1976) sobre uma tipologia lingüística que distingue línguas de proeminência de tópico e línguas de proeminência de sujeito, tornado conhecido entre nós através do trabalho de Pontes (1987), é o texto inspirador do livro organizado pela gerativista Kiss (1995), cujo título é: *Discourse Configurational Languages*. O livro discute justamente como há línguas que marcam as funções como tópico e foco morfologicamente ou sintaticamente, ao contrário de línguas orientadas para funções gramaticais e que marcam, por exemplo, a função de foco, via prosódia.

Estudando a possibilidade de ocorrência de argumentos nulos na sentença, Huang (1984) já havia também classificado as línguas em línguas quentes, ou orientadas para a sintaxe, e línguas frias, ou orientadas para o discurso, sendo que estas permitem argumentos nulos pragmaticamente identificados e aquelas não. E são exatamente as línguas de proeminência de tópico que admitem argumentos nulos pragmaticamente identificados, o que permite agrupar num mesmo grupo lingüístico o chinês e o português do Brasil (cf. Pontes, 1987).

Tentando correlacionar outros fatos com a manifestação do tópico e do foco na sintaxe, Creider (1979) mostra que sua posição canônica nas línguas naturais pode ser predita pela tipologia da língua em termos da ordem de suas

funções gramaticais. Assim, línguas que usam a posição inicial para tópico e final para foco são línguas SVO; línguas que tratam a posição inicial para tópico e a posição pré-verbal para foco são línguas SOV; finalmente, línguas que tratam a posição inicial para foco e a final para tópico são línguas iniciadas por verbo (nandi, filipino, malaguenho).

É interessante observar que a posição de COMP que é focal para línguas SVO, quando ocupada, leva essas línguas a se conformarem com o padrão VS através do movimento do verbo ou do auxiliar. Logo, podemos dizer que a anteposição do verbo nas línguas românicas e do auxiliar nas línguas como o inglês são motivadas tipologicamente pela relação descrita acima entre a ordem sintática básica e a estratégia de posicionamento de informações discursivo-pragmáticas. É possível ainda que essa relação seja mediada pelo padrão entoacional que cada tipo de língua exige, havendo então uma relação ternária do seguinte tipo:



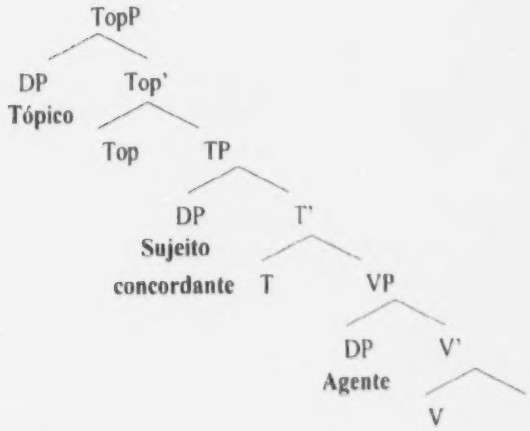
Essa preocupação com funções distintas às de sujeito, objeto e objeto indireto vem assolando também a literatura gerativista, de forma geral. Assim, relativamente aos primitivos semântico-pragmáticos, veremos que eles afloram hoje mesmo em gerativistas fiéis ao modelo de Princípios e Parâmetros, em categorias como FP (Focus Phrase)(Uriagereka, 1995) e TopP (Topic Phrase) (Rizzi, 1996), ou no próprio minimalismo de Chomsky, com estatuto de traço, como {+força} em Comp (Chomsky, 1995), com interpretação de força ilocucionária[17]. A grande diferença é que, para os formalistas, essas funções assumem o estatuto de categorias formais ou de traços de núcleos, na estrutura, mas não para os funcionalistas, para quem a ordem linear parece ser um requisito formal suficiente[18].

[17] Não confundir com a natureza forte de um núcleo, força essa que se refere à capacidade atratora desse núcleo.

[18] O fato de não lidar com os fenômenos de ligação e quantificação talvez seja o motivo da maioria dos funcionalistas não verem a necessidade de representação estrutural. Vide Reinhart (1983), que separa co-referência de ligação, o primeiro, um fenômeno do discurso e o último, um fenômeno sintático dependente da relação estrutural de c-comando. Já Kuno, como trabalha essencialmente com aspectos ligados a esse fenômeno, diferencia-se dos demais, pressupondo estrutura

631

Vimos acima, ainda, que a noção de sujeito, para Halliday, se distribui em níveis diferentes de função. Ora, para os gerativistas, o mesmo sintagma nominal DP assume várias relações no decorrer da derivação[19]:



[17] a. João$_i$ ele$_i$ cv$_i$ partiu. (português brasileiro) (PB)

b. João$_i$ cv$_i$ cv$_i$ partiu. (português europeu) (PE)

Vê-se que o PB tem manifestações morfológicas distintas para tópico e sujeito gramatical, enquanto no PE essa distinção é morfo-fonologicamente invisível, embora a mesma representação esteja subjacente a ambas as línguas[20].

Para os gerativistas de hoje, um elemento que nasce com o papel temático de agente dentro de VP, se alça para uma posição mais alta a fim de checar caso e concordância (função gramatical) e pode receber outro sintagma nominal co-referente em um Especificador mais alto, com traços de topicalidade, sendo este em algumas línguas o próprio sujeito gramatical a subir. O DP que vai subindo deixa vestígios (cv) e a cadeia formada pelo DP e seus vestígios têm as várias propriedades do sujeito: agente, nominativo, sintagma concordante, tópico.

[19] Cv= categoria vazia
[20] V. estudo de Britto (1989) para esse fenômeno

Como fica, nisso tudo, a tese da autonomia da forma lingüística? Com a descoberta das chamadas línguas discursivamente configuracionais, que exibem uma morfo-sintaxe específica para codificar as chamadas funções discursivo-textuais como tópico e foco, o que fica claro é que se a Forma Lógica das línguas não deve, em princípio, apresentar variação, mesmo as línguas frias, ou discursivamente não-configuracionais, deverão chegar à Forma Lógica com a mesma representação das línguas quentes. A conseqüência disso é que voltamos à discussão da tese da iconicidade dos funcionalistas. Podemos dizer que algumas línguas são mais icônicas em relação a funções discursivas e elas são a chave para determinar quais são as funções que estão gramaticalizadas nas línguas naturais, mesmo que em algumas delas a relação seja opaca do ponto de vista morfo-sintático e às vezes só acessível através da prosódia.

Chomsky (1995) considera hoje a Forma Lógica (FL) e a Forma Fonética (FF) como os únicos níveis conceitualmente necessários e estes são os que fazem a interface respectivamente com os sistemas conceitual-intencional e articulatório-auditivo, no sentido de poderem ser consideradas instruções para seu uso. Segundo ele, a forma lingüística nesses dois níveis pode se revelar perfeita ("optimal") para seu uso.

A moral deste trabalho não poderia ser mais óbvia. A língua é significante e significado, dois lados da mesma moeda. O ponto de partida metodológico não importa. Fica ao gosto de cada um. Mas se trabalharmos em consonância, certamente chegaremos a descobertas mais abrangentes e interessantes. Um exemplo disso é o trabalho feito por um funcionalista, Ataliba de Castilho, e uma gerativista, a autora deste trabalho, que em co-autoria (Kato e Castilho, 1991) procuram derivar estruturalmente a idéia funcionalista de Castilho e Castilho(1992) de que os advérbios modalizadores seriam um tipo de hiper-predicadores. Assim, da mesma forma que o adjetivo *possível* é analisado como um predicado que seleciona uma proposição como complemento, o advérbio *possivelmente* é analisado como um predicador que seleciona uma proposição. Se este casamento foi possível, por que não outros?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE BERLINCK, R. (1995) *La Position du Sujet en Portugais: étude diachronique des varietés brésilienne et européenne*. Katholieke Universiteit Leuven: Tese de doutorado.

BEVER, T.G. (1977) The influence of speech performance on linguistic structure. In: G.Bever, J.J. Katz & T.Langendoen (orgs.)(1976) *An Integrated*

*Theory of Linguistic ability.*Sussex: The Harvester Press.

_____(1975) Functional explanations require independently motivated functional theories. *Papers from the Parassession on Functionalism.CLS,580-609.*

_____ (1970) The cognitive basis for linguistics structures. In: J. R. Hayes (org.) Cognition and the Development of Language. Wiley.

_____ , J.M.CARROLL & L. MILLER(orgs.) (1984) *Talking Minds.* Cambridge, Mass; The MIT Press.

Braga, M.L. (1984)Tópico e ordem vocabular. Trabalho apresentado na 36ª SBPC, São Paulo.

Britto, H. (1998) *Deslocamento à Esquerda, Resumptivo-sujeito, Ordem SV e a Codificação Sintática de Juizos Categórico e Tético no Português do Brasil.* UNICAMP: Tese de doutorado.

Castilho,A.T. (1994) Um ponto de vista funcional sobre predicação. *ALFA*,38:75-95.

_____ & C.M.Castilho (1992) Advérbios modalizadores. In: R.Ilari (org.) *Gramática do Português Falado, Vol II: Níveis de Análise lingüística.*Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP.

Chomsky, N. (1986) *Knowledge of Language* . New York: Praeger.

_____ (1995) *The Minimalist Program.* Cambridge, Mass: The MIT Press.

Clark E. & H. Clark (1977) *Psychology and Language:an introduction to psycholinguistics.*New York: Harcourt, Brace Jovanovich.

Clark,H & S.E.Havilland (1977) Comprehension and the given-new contract.In:R.ºFreedle (org.) *Discourse production and Comprehension.*New Jersey: ablex Publishing.

Cole, P. & J.M.Saddock (orgs.) (1977) *Syntax and Semantics: Grammatical Relations (vol.8).* New York: Academic Press.)

Comrie, B. (1981) Language Universals and Linguistic Typology. Chicago & Oxford: Oxford University Press.

Creider, C. A. (1979) On the explanation of transformations. In: T. Givon (ed.) (1979).

Dik, S.C. (1978) *Functional Grammar.* Amsterdam: North Holland.

Dixon, R.M.W. (1979) Ergativity. *Language,55.1*: 59-138.

Dillinger. M. (1991) Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A ,7,1: 395-408.*

Du Bois, J.W. (1985) Competing motivations. In: J.Haiman (org.)*Iconicity in syntax.*Amsterdam: John Benjamins.

Franchi, C. (1976) Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem.. *UNICAMP: Tese de doutorado.*

Givón, T. (1979a) (org.) *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax,* Vol 12. New York: Academic Press.

_____ (1979b) *On Understanding Grammar.* New York: Academic Press.

_____ (1984) *Syntax: a Functional and Typological Introduction.* Amsterdam: John Benjamins.

GREENBERG,J.H. (1966) Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: J.H. Greenberg (ed.) Universals of Language (2nd ed) , Cambridge, Mass: MIT Press.

HALLIDAY,M. (1967) Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics,3:*199-244.

_____ (1970)Language Structure and Language Function. In: J.LYONS (org.) *New Horizons in Linguistics.* New York: Penguin.

_____ (1985) *An Introduction to Functional Grammar.* London: E. Arnold.

HOPPER.P. (1979) Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN (org.) (1979).

HUANG,C.T.J. (1984) On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry,*15,4:531-574.

ILARI, R. (1992) *Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa.* Campinas: Editora da UNICAMP.

JOHNSON, D. (1977) On relational constraints on grammar. In: P.Cole & J.Saddock (orgs.) *Syntax and Semantics: Grammatical Relations, Vol 8* .New York: Academic Press.

KATO, M. A. (1985) Estratégias de interpretação de sentenças e de compreensão de textos. In: M.A. KATO. *A aprendizagem da Leitura.* São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed.

_____ (1986) *O Mundo da Escrita.* São Paulo, Martins Fontes, 9ª ed (1998).

_____ & A. de CASTILHO (1991) Advérbios como núcleos predicadores. *Revista D.E.L.T.A.*, **7**, 1: 409-423.

KEENAN, E.L. & B. COMRIE (1977) Noun phrase accessibility and universal grammar. Linguistic Inquiry, **8**: 63-99.

KIMBALL, J. (1973) Seven principles of surface structure parsing in natural languages. *Cognition,* **2** : 15-47.

KISS, K. (1995) *Discourse configurational Languages.* New York/Oxford: Oxford University Press.

KUNO, S.(1972) Functional sentence perspective: a case study from Japanese and English. *Linguistic Inquiry,3,3:*269-320.

_____ (1974) The position of relative clauses and conjunctions. *Linguistic Inquiry,5:*117-136.

_____ (1975) Three perspectives in the functional approach to syntax. *Papers from the Parassession on Functionalism.CLS, 276-336.*

_____ (1987).*Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy.*Chicago: The University of Chicago Press.

LEECH, G. (1983) *Principles of Pragmatics.* London: Longmans.

LEGENDRE, G.,W. RAYMOND & P. SMOLENSKY (s.d.) *An optimality theoretic typology of case and grammatical voice systems.* University of Colorado, Boulder, ms.

Li, Ch & S.Thompson (1975) The semantic function of word order: a case study in Mandarin. In: Ch. Li (org.) *Word Order and Word Order Change*. Austin: University of texas press.

_____ (1976) Subject and Topic: a new typology of language. In: Ch.Li (org.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press.

Nascimento,M. (1990) Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A*,**6**,*1*: 83-98.

Neves, M. H. M. (1997) *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

Pezzatti, E.G & R.G.Camacho (1997) Aspectos funcionais da ordem de constituintes . *D.E.L.T.A* ,**13**, 2:275-291.

Pontes,E. (1987) *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores.

Prince & Smolensky (1994) Optimality in Language and cognition II. Trabalho apresentado na *Society for Philosophy & Psychology*, Memphis.

Reinhart, T. (1983) Anaphora and Semantic Interpretation Chicago: The University of Chicago Press

Rizzi, L. (1996) The fine structure of the left periphery. Université of Génève, ms.

Ross, J. R. (1967) Constraints on Variabels. MIT: Ph. D. Dissertation.

Ruwett, N. (1972) *Theorie Syntaxiques et Syntaxe du Français*. Paris: Ed. Du Seuil.

Sankoff,G. & P.Brown (1976) The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives.*Language*,52:631-66.

Stowell, T. (1981) *The Origin of Phrase Structure*. MIT: PH.D.Dissertation.

Tarallo, F. (1986) Zelig: um camaleão lingüista. *D.E.L.T.A.*, **2**,1: 127-144.

Travis, L. (1984) *Parameters and the Effect of Word Order Variation*. MIT: Ph.D.Dissertation.

Uriagereka, J. (1995) An F position in Western Romance. In: K.É. Kiss (org).

Votre, S. & A. Naro (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*,*5*,*2*:169-184.

Yngve, V.H. (1960) A model and an hypothesis for language structures.*Proceedings of the American Philosophical Society*, 104:444-466.

Zipf, P. (1960) *Semantic Analysis*. Ithaca: Cornell University Press.

Ziv,Y (1975) On the relevance of content to the form-function correlation (na examination of extraposed relative clauses . In: R.E. Grossman, L.James San & Timothy J.Vance (orgs.) *Papers from the Parassession on Functionalism*. CLS. Chicago.

Zubin, D. A. (1979) Discourse functions of morphology. In: T. Givón (org.).(1979).

_____ & K-M. Kopcke (1985) *Studies in Language*, 9.1: 77-107.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (169-190)

Processos de Referenciação na Produção Discursiva

(Referencial Processes in Discourse Production)

Ingedore Villaça Koch (*Universidade de Campinas*)
Luiz Antônio Marcuschi (*Universidade Federal de Pernambuco*)

Abstract: In this paper, we discuss some of the strategies responsible for the accomplishment of referential processes in spoken language. Our aim is to elucidate how referents are introduced, maintained, retrieved, indicated and identified in the text. The relevance of this investigation is directly connected with the essenciality of the referential system for the connexity and topical organization of texts and with the conviction that the resolution of referential processes is the basis for text comprehension.

Resumo: Este ensaio analisa algumas das estratégias pelas quais se realizam os processos referenciais na produção do texto oral. Trata de explicar como os referentes são introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados no texto. A relevância desta investigação está diretamente ligada à essencialidade do sistema referencial na coesividade e organização tópica do texto. Justamente por isso, Sanford e Garrod (1982:100) julgam importante a resolução do processo referencial para a própria compreensão textual.

Key Words: Referencial Processes; Textual Organization; Sequentiality; Textual Progression.

Palavras-Chave: Processos Referenciais; Organização Textual; Seqüenciação; Progressão Textual.

0. Introdução

Observando o texto numa perspectiva macro, podemos admitir que ele se organiza e progride com base em dois processos gerais: (1) *seqüencialidade* e (2) *topicidade*.[1] Em geral, estes dois processos não são correlacionados

[1] Embora tentadora, parece que uma relação biunívoca desses processos com os de *coesão* e *coerência* não pode ser estabelecida, pois se trata de aspectos diversos. A coesão tem como um de seus componentes um certo subconjunto de estratégias de designação de referentes que se insere no contexto do processo de evolução referencial.

BEST COPY AVAILABLE

com precisão e o primeiro ainda não foi objeto de uma análise sistemática, em especial na língua falada.[2]

Esclarecendo as relações de diferença e semelhança entre os dois processos apontados, pode-se lembrar, grosso modo, que a *seqüencialidade*, vista aqui como *progressão referencial*, diz respeito à introdução, preservação, continuidade, identificação, retomada etc. de referentes textuais, tidas como *estratégias de designação de referentes*. Já a *topicidade*, vista aqui como *progressão tópica*, diz respeito ao(s) assunto(s) ou tópico(s) discursivo(s) tratado(s) ao longo do texto. Se, por um lado, a continuidade referencial serve de base para o desenvolvimento de um tópico, por outro lado, a presença de um tópico oferece tão somente as condições possibilitadoras da continuidade referencial, mas não a garante.

A progressão referencial se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso. Esta característica permite que os referentes não sejam tomados como entidades apriorísticas e estáveis, mas como *objetos-de-discurso*, tal como postulam Reichler-Béguelin/Apothéloz (1995), entre outros. A questão é complexa porque um texto não costuma ser monotópico ou linear, o que dificulta os processos de referenciação. Pode-se mesmo dizer que a continuidade tópica ao longo do texto inteiro não é condição necessária para a progressão referencial. Por outro lado, parece ser intuitivamente verdadeiro que há uma relação entre a manutenção de referentes e a construção de tópicos discursivos.

Não obstante essa relação entre progressão tópica e progressão referencial, parece oportuno considerá-los como processos distintos, mas complementares. São simultâneos e às vezes se codeterminam, por exemplo, naqueles casos em que um referente designado por um pronome anafórico sem antecedente explícito só é interpretável no contexto temático em andamento. Questão central aqui é: como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita lingüisticamente

[2] Muitas são as tentativas existentes de tratar este aspecto na análise da coesão textual, especialmente na linha da cotextualidade, observando as relações de anáfora, elipse, repetição, coesão lexical etc. (na esteira das posições de Halliday & Hasan, 1976). Veja-se o cap. 6. de Possenti (1988), que tenta analisar um texto sob o ponto de vista da sua organização coesiva a fim de indagar-se sobre os efeitos (semântico) discursivos das escolhas feitas: afinal de contas, qual a diferença entre escolher uma anáfora pronominal ou uma repetição lexical ou um elemento de natureza metafórica ou metonímica? Esta é a indagação de Possenti que busca mostrar a diferença entre um tratamento textual e outro discursivo para fenômenos lingüísticos.

(cotextualmente) o referente? Seguramente, os itens lexicais, por mais carga semântica que tenham, não serão suficientes em todos os casos. Em outros termos, não acreditamos que o léxico seja auto-suficiente.

A título de ilustração da questão apontada, trazemos o exemplo (1) em que uma locutora, indagada sobre que frutas mais comia, respondeu do seguinte modo:

(1)

Loc	eu gosto mais de laranja... eu gosto de qualquer tipo de fruta... mas como muita laranja.../.../ essas frutas assim que são mais conhecidas aqui no Rio... porque engraçado que.. *quando a gente viaja... a gente observa* que as frutas de outros estados são totalmente diferentes... coisas até bastante deco/ desconhecidas... com nomes estranhíssimos e os que *nós temos aqui* têm nomes diferentes na/ noutras regiões... né? como... por exemplo... no norte... *eles têm* assim uma variedade de frutas imensa... mas não são muitas frutas... /.../ no Amazonas por exemplo... que *nós*_estivemos em Manaus... ah... *nós passamos* uma tarde num... num lugar onde *eles serviram* uma refeição e depois era só frutas... mas frutas que realmente nunca havia visto /.../ completamente diferentes daquelas *que nós estamos acostumadas aqui no Rio*_/.../ o norte principalmente na Amazonas e no Pará... a influência indígena sobre a alimentação é muito grande... *eles comem* muitas coisas todas assim /.../ o Amazonas é impressionante o número de frutas e frutas assim tudo duro... tipo assim cajá-manga... *eles têm muita coisa assim* /.../ é gozado como *a gente' sente essa diferença*... lá *lá a gente'' não comia* fruta... a banana é uma banana tão grande que não dá pra você comer uma inteira... *o que a gente''' chama de banana aqui... a banana deles lá* é uma coisa imensa... aqui no Rio tinha uma espécie de banana parecida... parece que se não me engano era *banana-figo que eles chamam aqui no rio*... mas ainda lá é muito maior que a banana-figo /.../	= nós todos na condição de viajantes = nós os cariocas = eles os nortistas = nós de nossa família = nós de nossa família =eles os de Manaus = nós *as mulheres* cariocas = eles os amazonenses e os paraenses? = eles os amazonenses = a gente' nós todos; = a gente" nós de nossa família em viagem; = '" a gente nós os cariocas; deles lá dos nortistas = eles os cariocas

NURC-NURC-RJ, DID, Inq. 328 linhas. 63-102

BEST COPY AVAILABLE

O impressionante neste trecho é que nunca são enunciados nominalmente os referentes do pronome *"eles"*, mas nós sabemos quem são esses indivíduos, ou pelo menos agimos como tal, apesar da variação de referentes. Veja-se que há uma enorme variação inclusive para os referentes de *"nós"* e *"a gente"*, sem que se explicite ou que haja algum tipo de referente na superfície textual. Não se trata propriamente de uma relação anafórica nem de correferencialidade, mas de *objetos-de-discurso* que são gerados pela particular forma de organizar o tópico em cada momento do discurso.

Por outro lado, podemos observar que as diversas vezes em que certos itens lexicais entram, tal como o caso de "banana", trata-se sempre de algo diferente e não da mesma banana referencialmente. A rigor, não se trata de banana alguma e sim de um referencial discursivo para falar a respeito de uma classe ou de um objeto ou de uma entidade em contexto sempre diverso. Veja-se também que o mesmo indivíduo é tratado por vezes como o mesmo e como diferente. O "nós" nem sempre inclui o "eu" e também não envolve conjuntos definidos. Na realidade, o que se observa é uma atividade de designação referencial em que não há a necessidade de postular a existência de fenômenos e fatos, mas os fatos e os fenômenos são como que necessidades (realidades) discursivas.

O pronome *"eles"* não tem nenhum elemento referencial antecedente cotextualmente explícito. No entanto, não deixamos de entender de quem se trata. A questão é: como conseguimos, com tamanha facilidade, recobrar referentes em casos como estes? Que tipo de atividade cognitiva é posta em ação? Essa estratégia de referenciação é bastante comum na fala e rara na escrita. Trata-se de um traço característico da fala e de gêneros escritos que têm uma proximidade com a fala.

1. Pressupostos

Três são os pressupostos dos quais partimos para postular as posições aqui defendidas:

1. pressuposto da indeterminação lingüística;
2. pressuposto de uma ontologia não-atomista;
3. pressuposto da referenciação como atividade discursiva.

Quanto a (1), trata-se de um pressuposto forte que supõe uma determinada *noção de língua*, da qual faz parte pelo menos o seguinte:

- a língua é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. Em conseqüência, será essencial postular o princípio de indeterminação em todos os níveis. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação. Não pode ser identificada com instrumentos prontos para usos diversos.

Uma vez admitido esse princípio geral, o pressuposto (2) torna-se imprescindível e postula, em termos gerais, o seguinte:

- do ponto de vista ontológico, o mundo (a realidade extra-mental) não se acha de uma vez por todas definida, identificavelmente demarcada e precisamente delimitada. A discretização do mundo empírico não é um dado apriorístico e sim uma elaboração cognitiva. Isto equivale a dizer que o mundo fenomênico, externo, a possível extensão referencial de nossos itens lexicais, não está à disposição, pronta para receber as designações pura e simplesmente. Trata-se de um contraponto linguagem-mundo necessário para estabelecer uma relação equilibrada entre os dois primeiros pressupostos.

O pressuposto (3) é uma necessidade para se poder estabelecer a correlação entre os dois primeiros. Em síntese, postula-se:

- a referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão *referência* passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de "etiquetar" um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Estes três pressupostos e seus corolários são de extrema importância para se perceber que a *referenciação é um processo discursivo* e que os *referentes são objetos-de-discurso*, não lhes cabendo um estatuto ontológico apriorístico. O resultado destas reflexões deverá conduzir a uma teoria da referenciação que poderá fundamentar uma semântica do texto.

BEST COPY AVAILABLE

Os aspectos acima sugeridos são a seguir observados na construção de textos falados. Em especial, vamos nos dedicar ao estudo dos processos fóricos no texto. Também nos interessarão os aspectos relativos às construções nominais.

Fala-se, hoje, em *referentes evolutivos* no caso da progressão referencial. Contudo, trata-se de termo passível de críticas, tais como as feitas por Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:239-40). Para estes autores, "a noção de *referente evolutivo* recobre ambiguamente... a coisa extra-lingüística ... e os *objetos-de-discurso.*" A proposta é que se distinga entre essas duas entidades na medida em que "o estado da memória discursiva (...) determinante para a representação dos elementos anafóricos, não se confunde com o estado do mundo". A rigor, trata-se de distinguir entre: (a) *objetos mundanos* (entidades extra-discurso e extra-mentais) e (b) *objetos-de-discurso* (entidades alimentadas e reproduzidas pela atividade discursiva). No contexto do discurso, todos os referentes são evolutivos, já que sempre haverá uma mudança, ou seja, os referentes modificam-se à medida que o discurso se desenrola.

2. Correferência e co-significação

Trataremos, aqui, de explicitar por que a progressão referencial não implica necessariamente a *correferência*, isto é, ela pode dar-se como uma reconstrução fundada num contexto gerado no interior do próprio texto sem implicar retomada de referentes, mesmo que faça uso de repetição de itens lexicais. Igualmente mostraremos que a *co-significação*, no caso de *pró-formas nominais* na progressão textual não é necessária para implicar a correferenciação. Este aspecto será aqui analisado na relação com a noção de *recategorização*. Supomos que a noção de *recategorização*, tal como a introduzimos a seguir, com base em Apothéloz (1995), pode ser tomada como uma categoria fundamental para explicar os processos de *heterogeneidade semântica* no processamento textual, isto é, como estratégia produtora de coerência e coesividade implícitas. Particularmente frutífera será esta categoria para o esclarecimento dos processos referenciais na língua falada.

O interesse central nêste momento recai nos seguintes aspectos:

a) continuidade referencial sem explicitação de antecedentes referenciais
b) continuidade referencial sem correferencialidade
c) continuidade referencial sem co-significação

Quanto a (a) é de salientar que não é uma condição necessária para um uso pronominal na função referencial, que haja um antecedente explícito no texto. O exemplo (1) da locutora, posto no início, é uma comprovaçaão deste aspecto. Certamente, neste caso o *"eles"* não é correferencial nem propriamente anafórico. Também não é um item lexical pleno, mas opera num domínio cognitivo que recobra referentes precisos em contextos contínuos e não propriamente pontuais. São pronomes que operam como *introdutores de referentes* numa ação similar ao que se daria com os dêiticos textuais, dependendo de contextos imanentes ao texto.

Este tipo de processamento dos pronomes tem similaridade muito grande com o caso dos nomes quando estes operam, por exemplo, na qualidade de *anáforas associativas*. A rigor, inexiste um antecedente explícito no texto, mas existe sim um apoio, uma fonte ou uma origem de fundo cognitivo ou cultural que motiva a relação. Não se trata de uma proposta fundada na realidade lexical apenas, embora não se negue que, em muitos casos, o aspecto lexical é relevante. É a fenômenos deste tipo e à observação das estratégias ali envolvidas que nos dedicaremos no restante deste ensaio.

Como apoio básico, partimos da posição de Apothéloz/Reichler-Béguelin (1995:229), que rejeitam todas as concepções realistas de significação, evitando assim uma relação rígida (e ingênua) entre a linguagem e o mundo. Mais especificamente, assumimos a posição de Mondada/Dubois (1995), que postulam uma visão processual em relação à significação. É neste sentido que o termo referência passa a ser substituído pela expressão referenciação.

3. O processo de referenciação textual

Seguindo aqui a posição de Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:228ss), parece razoável distinguir entre *"referentes mundanos"* que seriam os objetos do mundo e os *"objetos-de-discurso"*, o que aponta, segundo os autores, para a *"plasticidade das significações lingüísticas"*. Os objetos-de-discurso não pré-existem ao discurso como tal, mas são construídos no seu interior. São estes objetos que os itens lexicais vão designar e não propriamente algo que esteja fora da mente, isto é, algo *mundano*. Esta distinção servirá para fazer uma crítica à noção de *referente evolutivo* que parece estar eivada de uma certa ambigüidade e derivar de uma observação *in vitro*. Isto coloca em cheque a posição metodológica que a sustenta (p.234).

A posição defendida até aqui leva a indagar se a correferência é possível. Apothéloz/Reichler-Béguelin (1995:230) discutem um exemplo extraído de Schnedecker/Charolles (1993:123) para imaginar como se daria a retomada de referentes mediante o pronome anafórico. Suponha-se que alguém misture água e whisky e então tem que retomar a mistura. Qual o gênero do pronome? Masculino ou feminino? A água é feminina e o whisky é masculino.

Segundo esses autores, tudo dependeria (tanto no francês como no português) do que adicionamos e do que assumimos como a base. O elemento adicionado é um componente da mistura, mas o elemento ao qual o outro foi adicionado é o fator da categorização da mistura. Vejam-se os dois casos:

1. João despejou whisky num copo. Em seguida adicionou água e o *tomou.*
2. João despejou água num copo. Em seguida misturou whisky e a *tomou.*

A questão é particularmente interessante porque o pronome anafórico refere a mistura, mas não a *correfere*, já que na mistura há dois elementos. Caso quantifiquemos as porções de água e whisky, a situação fica ainda mais evidente. Por exemplo:

1'. João despejou três dedos de Whisky num copo. Em seguida adicionou um pouquinho de água e o *bebeu.*
2'. João despejou três dedos de água num copo. Em seguida adicionou um pouquinho de Whisky e a *bebeu.*

Contudo, pode-se observar, por exemplo, o caso das receitas de doces e comidas, em que sempre há uma série de ingredientes misturados, fundidos, amassados, adicionados etc., e que são retomados ao longo do discurso. Nem sempre isto se dá de acordo com a lógica suposta na concepção acima proposta. Isto significa que há um nível de complexidade subjacente, inclusive nesse caso, que os *testes de aceitabilidade* não conseguem detectar. Somente a observação de dados discursivos efetivamente realizados pode oferecer uma base cientificamente válida para julgamentos de aceitabilidade.

São muitas as questões que podem ser levantadas neste contexto a respeito do processo de referenciação no texto e o motivo de escolhas pronominais.

Veja-se este caso:

BEST COPY AVAILABLE

- O casal discutia acaloradamente. Observando-o à distância, dir-se-ia que ele *discordava.*

Pode-se indagar se os dois pronomes salientados (*-o, ele*) têm o mesmo referente. Certamente, alguns dirão que não, sendo que o primeiro pronome *-o* refere o *casal* e o segundo *ele* refere o *"homem"*, já que se trata (supostamente) de um casal composto de um homem e uma mulher. No entanto, é posição igualmente correta responder que ambos os pronomes referem o *"homem"*, pois ele seria o referente observado que discordava. Neste caso, temos um item referidor cujo referente é discursivo e cognitivamente construído, pois não há um antecedente cotextualmente explícito.

Essas observações sugerem que a progressão referencial, quer do ponto de vista textual quer cognitivo, não se dá numa simples correlação anafórica, o que leva a rediscutir a própria noção de anáfora. Como lembra Kleiber (1994:11), os referentes não se submetem, no caso da relação anafórica, a condições vericondicionais.

4. O aspecto lexical na progressão referencial

No contexto dessas observações e com base nos pressupostos assumidos inicialmente, uma teoria lexical adequada aos propósitos das investigações textuais, deveria ocupar-se de dois aspectos:

1. desontologizar o léxico e
2. desmundanizar o discurso.

Isto quer dizer que o léxico, como muito bem observou Wittgenstein, não é um instrumento de etiquetagem da realidade. Dizer o mundo não é o mesmo que dar nomes às coisas. O discurso não é um simples produto de relações linguagem-mundo.

O estatuto teórico dos itens lexicais deve ser repensado e tudo indica que as teorias que postulam sentidos literais ou algo parecido não são adequadas. Uma teoria lexical deveria considerar, como o fazem Apothéloz/ Reichler-Béguelin (1995:241), que *"o léxico das línguas naturais é um instrumento complexo, a uma só vez fundamentalmente polissêmico e voltado para os fenômenos da parassinonímia"*. O léxico é uma fonte útil para as operações de designação, mas não simplesmente um "estoque de etiquetas". Isto faz com que seja mais importante identificar o conjunto de estratégias que tornam a referenciação possível no discurso e através do discurso do que simplesmente montar um sistema de correspondências lexicais adequadas.

645

Numa reflexão desta natureza, torna-se pouco produtiva a discussão sobre o problema da significação literal, já que a questão fica deslocada para aspectos estratégicos e processuais. Mas é adequada a discussão, por exemplo, das aspas em certas palavras que, como lembra Authier (1981:136), podem significar "a retirada das palavras de sua evidência de adequação". Trata-se de *uma inadequação léxica mostrada*, ou seja, uma alteração do sistema de designação indicado e que pode alterar significativamente o discurso.

Certamente, tornar-se-ia aqui interessante uma discussão sobre teorias que lidam com os sistemas de categorização ou teorias da prototipicidade. Mas as próprias classificações não são permanentes nem definitivas, uma vez que variam ao longo da história. O importante é ter presente que, no decorrer de um discurso, o indivíduo tem ao seu dispor uma série de alternativas para designar referentes, inclusive os mesmos referentes. Pode escolher elementos lexicais variados, sendo que uma das conseqüências dessa variação é que os termos não operarão como co-significativos, pois a significação será sempre e essencialmente *contextualizada*. Daí a presença de processos de recategorização que por vezes fazem termos não sinonímicos terem relações de correferencialidade. [3]

A seleção lexical pode ser vista como um mecanismo que *no discurso* cria e mantém seus objetos, o que torna difícil falar da "*adequação referencial*", tal como apontado acima. É por isso que Apothéloz & Béguelin (1995:241) afirmam que a "adequação referencial" sofre mais de restrições socioculturais do que ontológicas. É assim que as estratégias de designação dos referentes no discurso podem atuar como uma atividade de categorização e, em muitos casos, servem-se de recursos conhecidos como figuras retóricas, por exemplo, a *analogia*, a *metalepse*, a *metonímia* etc., para realizar-se. Isto significa que um estado ontológico é substituído por um estado discursivo no caso de designações referenciais. Como veremos adiante, a metaforização torna-se, neste caso, uma estratégia de eficácia semelhante a qualquer outra para a designação de referentes e talvez com maior plasticidade.

Se tomarmos as conhecidas noções de *extensão* e *intensão*, tal como definidas pela lógica formal, dir-se-ia que não são complementares se aplicadas a entidades abstratas como os números, por exemplo. Mas, se aplicadas a entidades empíricas, objetos do mundo, seriam complementares, ou seja, quanto maior a intensão tanto menor a extensão e vice-versa. Ocorre que, no discurso, o modelo lógico não funciona, pois ali tudo depende de modelos cognitivos em atuação.

[3] Note-se que este problema não tem a ver com a questão levantada por Frege a respeito da distinção entre *sentido* e *referência*, já que no caso de Frege, a questão ficava presa ao léxico e a aspectos lógico-semânticos. No nosso caso, temos a ver com processos bem mais complexos.

BEST COPY AVAILABLE

Seguramente, as noções de *intensão* e *extensão* serão fundamentais como contribuição essencial para os processos inferenciais, mas não se deve cair na armadilha da semântica extensional, pois uma semântica exclusivamente extensional opera como um sistema de etiquetagem e não tem maiores problemas com a multiplicação indefinida dos seres a que a etiqueta se aplica. Essa semântica tem características de estaticidade, alia-se a uma ontologia essencialista e ingênua e sugere uma relação aparentemente isomorfa entre mundo e linguagem.

5. Por uma noção de atividade anafórica

A retomada anafórica é a estratégia de progressão discursiva mais estudada e conhecida, mas não de todo compreendida e provavelmente mal-compreendida. Em primeiro lugar, a expressão *retomada* nem sempre designa uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de *remissão* que estabelece o contínuo tópico. Em segundo lugar, a noção de anáfora é aqui enriquecida e ampliada e não diz respeito apenas a relações estabelecidas por pronomes, mas por nomes e outras categorias. Veja-se o caso deste segmento que reproduz parte da fala de um sindicalista:

(2)

Inf:	... uma das finalidades precípuas... de *um sindicato*... é:: exatamente a de prestar... toda e qualquer assistência aos *seus associados*... né? dentre... os inúmeros benefícios... que podemos assim constar... ou podemos constatar... éh:: deveremos citar... de início... a prestação... da assistência médica /.../ outra finalidade... a que *o sindicato* se propõe... evidentemente é... aquela de proporcionar... o lazer... aos *seus... inúmeros... associados*... sabemos por exemplo *que o sindicato dos comerciários* para falar de um assunto que nos toca parti/particularmente... possui uma granja na cidade de Carpina... e que proporciona àquela iMENsa... leva... de *associados*... /.../ sabemos também... que(3s) *os sindicatos* também devem leVAR.. adiante... toda e qualquer reivindicação dos *seus associados* /.../	= cada sindicato (do conjunto de todos os sindicatos) = todos os associados (de todos os sindicatos) = conjunto dos sindicatos = conjunto dos associados = um s. (o dos comerciários) =associados do sindicato dos c. = todos os sindicatos = todos os associados

NURC-REC- DID, Inq. 131, linhas 6-36

Note-se que *"o sindicato"* nem sempre designa o mesmo conjunto de elementos, pois, às vezes, é um sindicato específico (p. ex., o dos comerciários) e por vezes todos eles. Não há uma correferência nem co-significação desse termo. Também se dá o mesmo no caso dos associados. Este conjunto é variável em termos de indivíduos designados em um ou outro caso. Não há uma relação de retomada correferencial.

Já no caso do exemplo (3) temos uma situação diferente, em que expressões diversas (não co-significativas) retomam-se correferencialmente:

(3)

Inf:	/.../ normalmente... pelo menos nos últimos anos... tem havido um acordo entre: *a classe... patronal... e a classe trabalhadora...* a fim de que se evite o chamado dissídio coletivo... quando não há um acordo entre pra/ *patrões e empregados...*	= duas classes = dois conjuntos de indivíduos de duas classes

REC-DID, Inq. 131, linhas 6-36

Seguramente, a classe patronal é composta pelo conjunto dos patrões, assim como a classe trabalhadora é composta pelo conjunto dos trabalhadores, mas é certo também que num caso designa-se um todo e no outro os indivíduos do todo, o que configura uma referenciação por uma estratégia de recategorização referencial, embora extensionalmente os referentes sejam os mesmos. Correferencialidade e co-significação no sentido lexical não coincidem.

Tradicionalmente, este procedimento foi visto sob uma ótica de uniformização da continuidade referencial, quando de fato há uma mudança dos elementos anafóricos. Como mostrou Apothéloz (1994), pode haver uma pluralidade de estratégias de designação anafórica, nem todas co-significativas. Isto sugere claramente que não se deve continuar a observar a anáfora sob o aspecto referencial apenas (e muito menos como uma atividade desenvolvida apenas pelo *pronome de terceira pessoa*).

Podemos dizer que se dá uma referenciação explícita quando a repetição lexical revela traços de correferencialidade e co-significação. Já na referenciaão implícita, teríamos a situação em que entrariam casos de associação ou de

relações em que correferenciação e co-significação não operariam simetricamente nem paralelamente. De um certo modo, podemos estabelecer o seguinte esquema geral:

a) referenciação explícita: (correferenciação, co-significação = vinculação textual e antecedentes explícitos)
b) referenciação implícita: (correferenciação e não-co-significação = vinculação textual)
c) referenciação implícita: (correferenciação e não-co-significação = vinculação contextual)
d) referenciação implícita: (não-correferenciação nem co-significação = vinculação situacional, não-textual)

Podemos observar a relação entre referentes em vários níveis:

1. indivíduos
2. indivíduos do conjunto
3. relação entre termos referidores

Isto conduz à situação de:

CORREFERÊNCIA	*CO-SIGNIFICAÇÃO*
+	+
+	-
-	+
-	-

Esta distribuição pode ser observada em estratégias de recategorização em vários níveis, tais como:

a) lexical (semântica)
b) morfossintática
c) discursiva
d) cognitiva
e) situacional

Coloca-se, assim, a questão das relações entre:

a) cognição e sintaxe
b) cognição e léxico
c) léxico e interação

6. Estratégias de progressão referencial

Nota-se, pois, que o processo de referenciação discursiva ou de progressão referencial no discurso dá-se por meio de uma variada gama de estratégias de designação de referentes que providenciam a "evolução da referência" no próprio texto. Segundo Apothéloz & Béguelin (1995:246ss), podemos distinguir três grandes conjuntos de estratégias, diferenciadas pelas situações discursivas que propiciam quando realizam as designações referenciais no papel anaforizador, isto é, de continuadores discursivos, ou seja:

a) no primeiro caso, o objeto-de-discurso *recebe uma transformação no momento mesmo da sua designação anafórica* sem contudo alterar atributos que lhe foram predicados anteriormente e sem ter qualquer relação com modificações anteriores. Trata-se de uma transformação feita pela anáfora no momento exato de sua utilização.

b) no segundo caso, o objeto-de-discurso, mesmo modificado anteriormente pela predicação de um ou mais atributos, *é designado por uma anáfora que não considera estas mudanças anteriormente havidas na predicação* (caso recíproco ao anterior).

c) no terceiro caso, o objeto-de-discurso sofreu, ao longo do texto uma ou mais modificações na predicação de atributos e *a anáfora homologa essas modificações* na predicação (este tipo é comumente chamado de *"referente evolutivo"*, mas esta estratégia não consegue homologar todas as modificações anteriores).

É importante não perder de vista que algumas destas estratégias são mais comuns na escrita do que na fala, já que em certos casos trata-se de realizações estilísticas com efeitos de sentido especiais. A seguir, apresentaremos todas as estratégias, seguindo o modelo proposto por Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995).

650

6.1. Transformações operadas ou marcadas pela anáfora

Os autores citados (p. 347) lembram que, tradicionalmente, os estudos da anáfora consideram-na como uma operação de simples designação referencial em que se dá uma retomada[4]. Observa-se, no entanto, que, no primeiro conjunto (a) de estratégias acima designadas, tem-se o caso em que a anáfora opera transformações no objeto-de-discurso designado. Na realidade, deve-se considerar que a operação de retomada é apenas um cálculo referencial (geralmente de natureza extensional) e não uma retomada do referente quanto a todas as suas propriedades. As modificações que a atividade anafórica pode operar são possíveis de ocorrer de três maneiras:

a1. recategorização lexical explícita
a2. recategorização lexical implícita
a3. modificação da extensão do objeto

(a1) A *recategorização lexical explícita* produz uma predicação de atributos sobre o objeto. Isto quer dizer que não há, no caso de uma anáfora que atua pelo processo de recategorização, diferença alguma entre retomar um elemento com o mesmo item lexical acrescido de predicações modificadoras ou com um item recategorizador (nova expressão lexical).

A rigor, o problema não se acha no aspecto referencial do item, mas sim quanto ao que sabemos a respeito do objeto-de-discurso referido. A nova expressão que o retoma acresce (enxerta, introduz) novos conhecimentos ou atributos (numa espécie de predicação) sem que isto atinja a referenciação como tal, mas sim o sentido e a orientação da referenciação. Veja-se este exemplo:

(4) L1: /.../ por exemplo poluição agora todo mundo fala "poluição poluição" o controle *não não dá para haver controle de poluição... só* os mais gritantes *é que são ... pu/publicados em jornal et cetera e se controla mas* os pequenos *não... essas companhias de ônibus desses ônibus fumacentos né?...* NURC/SP, D2 ,inq. 343, linhas 142-146

No caso de (4) temos uma dupla operação no uso das expressões *"os mais gritantes"* e *"os pequenos"*: (a) a referenciação propriamente dita

[4] Em Marcuschi e Koch (1998), mostra-se que nem todas as anáforas constituem retomadas de algum elemento e que algumas são apenas remissões para prosseguimento discursivo.

(retomando o fato (os casos de poluição) anaforicamente), e (b) indicação de uma informação inédita por recategorização lexical explícita do objeto designado (casos de poluição gritantes/pequenos). A função desta estratégia no caso (4) é a de *explicação*, mas as funções podem variar, segundo mostram os autores citados.

Em certos casos, a recategorização lexical explícita é uma operação de designação que retoma um conjunto de fatos. Isso que dizer que a anáfora introduz um item lexical que identifica o referente, retomando-o por designações vagas que anteriormente teriam sido produzidas (por exemplo, descrições genéricas do referente). Veja-se este caso de uma informante que falava sobre as frutas de que mais gostava:

(5) Inf: /.../ quando a gente viaja... a gente observa que as frutas de outros *estados são totalmente diferentes...* coisas *até bastante deco/ desconhecidas... com nomes estranhíssimos*

NURC/RJ, DID, Inq.328, linhas 71-73

O termo *coisas* retoma de maneira recategorizada, mas explícita, *"frutas de outros estados"* para prosseguir desmembrando esse referente numa série de outros, cada qual com seus comentários. Em outros momentos, esse tipo de recategorização anafórica pode funcionar como designação de um ponto de vista, como neste caso:

(6) *Inf: /.../ fora isso fizemos também um filme... não com esse grupo... foi um outro grupo lá do Mackenzie também mas não um grupo de teatro... foi anterior ao teatro nós fizemos um filme... longa... metragem... colorido inclusive na época tudo... mas não com fins éh::...promocionais ou com fim:: visando algum lu::cro:: ou apresentações realmente em cinemas... da da Capital foi a penas uma::: uma realização nossa pra:: mais pra diversão... um* hobby *um pouquinho mais caro que os* hobbies *comuns né?*

NURC/SP, DID, Inq. 161, linhas 54-63

Observe-se que em (6) *hobby* refere o ponto de vista da locutora a respeito da atividade com a montagem de filmes, que não é propriamente comercial e também não apenas diversão, mas algo que a expressão hobby pareceu caracterizar, repetindo-se, inclusive, em seguida.

(a2) A *recategorização lexical implícita* (caso a2) é feita através de um *pronome anafórico* que remete a um referente e o retoma denominando-o, mas modificando algum aspecto. Essa estratégia pode desempenhar funções diversas, segundo Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:253-254). A primeira função seria a de *redução de uma ambigüidade referencial,* no caso de haver dois candidatos possíveis para uma anáfora pronominal, sendo ambos de mesmo gênero gramatical. O pronome, ao flexionar-se em gênero, pode retomar um dos dois candidatos.

(7) *Inf. /.../ ah e vi também com a Lisa a Lisa Minelli dois filmes inclusive o Cabaré antes de ser premiado eu tinha assistido... e vi um outro que ela fazia o papel duma moça toda queimada (mas) achei que ela trabalhou excepcionalmente bem que eu me pego muito no paPEL que* eles *estão fazendo*...NURC/POA, DID, Inq.121, linhas 638-645

No caso do exemplo acima, a pergunta do documentador, transcrita nas linhas 609-610, havia sido: "você tem preferência por artistas ou por diretores?" A informante, iniciaçmente, começou discorrendo sobre diretores, a seguir sobre artistas do sexo masculino e, a partir da linha 631, sobre mulheres (*...de mulheres eu tenho...*). O anafórico *eles*, da linha 644, refere-se, pois, aos artistas em geral.

Outra é a função de *sugestão de uma conotação particular* em que uma mudança de gênero do pronome refere algo implicitamente conotado. P. ex.:

(8) Apothéloz-Reichler-Beguelin (1995:253)
" Capitão: *Este é o preparado que todos devem tomar contra vermes.*
Soldado: *Mas ela está intragável.*

Com *ela*, o soldado queria referir-se talvez "à gororoba", depreciativamente, conotando uma sopa ou mistura intragável.

(a3) Neste terceiro conjunto temos a *recategorização com modificação da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico,* em que tais transformações são operadas nem sempre implicando uma recategorização lexical, mas de outro tipo, ou seja, formal. Esta operação é muito comum na língua falada e está representada no exemplo (1) do qual extraímos o segmento abaixo:

(9) *Inf: o norte principalmente na Amazonas e no Pará... a influência indígena sobre a alimentação é muito grande...* eles comem *muitas coisas todas assim /.../ o Amazonas é impressionante o número de frutas e frutas assim tudo duro... tipo assim cajá-manga...* eles têm muita coisa assim */.../*

Note-se que neste caso *eles* constrói um domínio referencial extraído do estatuto lógico e ontológico de Amazonas e Pará, sendo que esse *eles* designa de maneira explícita, especificando os indivíduos da classe construída com os habitantes dos dois estados lembrados.

Pode ocorrer, no entanto, *abandono de determinações:* transformações deste tipo, mesmo em relação à referência, podem ser muito sutis. Vejamos dois exemplos:

(10) *L1: /.../ os americanos já estão bem mais à frente né? para você ver a moto aí... ela não faz barulho por que^? tem uma lei americana que impõe setenta e cinco... decibéis...de barulho passou disso... não pode fabricar... o veículo né? agora aqui ain::da* não tem isso...
NURC/SP, D2, Inq. 343, linhas 148-154

Poderíamos perguntar a que se refere o *isso,* mas não é necesário, já que retoma tanto a lei americana que proíbe ruídos acima de um certo volume, como as normas para a fabricação de motos especificamente; ou, então, acrescenta a idéia da lei para os demais "veículos".

Outro caso é o da *passagem a um nível metalingüístico,* uma transformação que se assemelha a uma anáfora associativa. Trata-se de uma passagem que vai do "uso" de uma expressão para sua "menção", daí seu caráter metalingüístico. Veja-se este caso:

(11) L1: nós estamos com o metrô muito::... sei lá... a gente está acostumado já de ouvir falar metrô porque está muito mas... não não temos metrô ainda metrô tem que ser uma malha... certo? Nós temos uma linha... coitadinha não sei se dá para chamar ela de metrô...
NURC-SP , D2, Inq. 343, linhas 397-400

O aspecto metalingüístico acha-se envolvido no uso do termo *"metrô"*, que nem sempre designa o meio de transporte sugerido, mas um conceito desse

meio ou até mesmo uma forma de apresentação ou uma ironia. O uso da expressão, mais do que uma retomada de um referente, visa a comentar um fato.

Interessante é o caso da *fragmentação de um objeto-de-discurso* em que se realizam operações que não agem exclusivamente sobre a extensão e o estatuto lógico do item lexical, mas além disso recategorizam e atuam fragmentando ou selecionando elementos, como no caso do exemplo (2) no uso das expressões *sindicato* e *associado*. Exemplo interessante, citado por Apothéloz & Reichler-Béquelin (1995:259) é este:

(12) *[...] eu lhe propus um dia sair desse convento dizendo-lhe que ela poderia contar com a proteção da Raínha da Suécia, e que Sua Majestade me dava esperanças de que ela seria recebida em seu palácio. Ela gostou* dessa proposta, *tendo aceito* essa saída, *e eu ordenei naquele momento a execução* desse desejo."

As três anáforas frisadas têm por base o enunciado inicial "*eu lhe propus um dia...*". Temos aí um "amálgama cognitivo" (um conjunto de conhecimentos reunidos num enunciado ou num item lexical) que é desmembrado em unidades lexicalmente designadas. Nenhuma das três anáforas refere algo discreto que o enunciado menciona, pois *essa proposta* é o todo visto sob um certo aspecto e como um enunciado; *essa saída* é também uma parte da mesma proposição e nominaliza um dos verbos; de igual modo *esse desejo* é apenas uma noção elaborada a partir dos dados ali fornecidos. O objeto-de-discurso desmembrado é um processo e não um referente especificável discretamente.

6.2 Anafóricos que não levam em conta os atributos predicados do objeto

O segundo conjunto de estratégias (b) é o de anáforas que não levam em conta os atributos anteriormente predicados de um objeto-de-discurso e o retomam no estado inicial. Não se trata de uma recategorização. É comum na escrita e na fala. Trata-se da anáfora em sentido estrito do termo e uma de suas características é retomar o antecedente desconsiderando parcial ou totalmente os novos elementos que foram sendo predicados ou atribuídos a esse antecedente ao longo do discurso. No exemplo que segue, a pergunta girava sobre o que os interlocutores haviam sentido ao entrarem na Faculdade. Após a resposta de L1, transcrita nas linhas 382 a 401, segue-se a fala de L2:

(13) *Inf. Não o:: eu eu senti um choque quando eu adentrei a faculdade entende? Porque:: você sempre ouviu dizer... que seria um negócio*

BEST COPY AVAILABLE

diferente isso aquilo... eu as aulas que eu tive dentro duma ... faculdade foi normalmente como eu tive no científico e no ginásio... era:: mais um :: professor ali na frente... explanando... você levantando questões... simplesmente... dificilmente maior participação do aluno... agora... parece que está havendo mais... conjunto havendo mais digamos assim... o aluno está ... trabalhando mais... o professor distribui os temas você que pesquisa né? não sei se é porque eu fiz o curso à noite... era dessa maneira entende?... mas para mim o:: que eu faço atingiu lógico está... me deu visão ampla eu... hoje eu ... leio um jornal eu sei o que eu estou lendo... pelo menos os... acho que... bagagem eles *me deram... certo?*

NURC/SP, D2, Inq. 62, linhas 402-417

6.3. Anafóricos que homologam os atributos explicitamente predicados

Este é o terceiro conjunto de estratégias em que operam os anafóricos ao longo do discurso e que acarretam recategorizações, homologando num único item lexical uma série de elementos que o objeto foi recebendo ao longo do discurso, tal como mostram Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:262). O exemplo dos autores é retirado de um noticiário:

(14) *"Um jovem suspeito de haver desviado uma linha telefônica foi interpelado há alguns dias pela polícia de Paris. Ele havia "utilizado" a linha de seus vizinhos para ligações aos Estados Unidos por um montante de 5000 francos.* O tagarela *foi denunciado diante do tribunal.",*

No caso em tela, a expressão *tagarela* homologa os atributos do objeto referido no discurso.

Aspectos interessantes a serem observados e não considerados por Apothéloz & Béguelin (1995) são os seguintes:

6.4. Formulação que evidencia estratégias de designação mal-sucedidas

Um dos casos mais freqüentes é o da correção com função referencial. Por exemplo, o caso abaixo, em que o informante vinha falando sobre espetáculos teatrais:

(15) Inf: /.../ porque todos os espetáculos... que partem para esse

campo... fazem sucesso em *São Paulo... ou então... monólogos... de artistas famosos... eh principalmente os monólogos humorísticos como:: os espetáculos do uh:: uh:: Chico Aní::sio... do:: Juca Cha::ves... eh:: Ari Tole::do... José Vasconcelos e os outros que sempre faz sucesso... com algumas:: raras exceções... às vezes a peça não agrada tanto...ma::s normalmente... éh:: esse::* esses indivíduos esses humoristas *fazem muito sucesso com (todos) seus moNÓlogos teatrais*

NURC-SP, DID, Inq. 161, linhas 536-446

Observe-se que a expressão em negrito *esses indivíduos* é corrigida pela outra que vem logo em seguida *esses humoristas*, pois de fato tratava-se de humoristas em se considerando os quatro artistas citados. É comum, em especial na fala (já que na escrita se apaga), a presença de correções referenciais especialmente no caso de retomadas globais. Veja-se, também, o exemplo (16), onde se pode, inclusive, notar a hesitação do falante na procura do referente adequado. Como este não lhe vem à mente no momento preciso, ele opera uma correção com função referencial:

(16) *Inf. /.../ agora acho que seria interessante por exemplo que nem é feito na Europa que cada... ah::... hm cada casa contribui com tanto por mês... e então::* os que têm *têm televisão e rádio contribuem com tanto por mês e aquilo é pra:: pra televisão quer dizer só tem MEIA hora de:: propaganda diária...* NURC/POA, DID, Inq.121, linhas 146-152

7. Observações finais

Por tudo o que aqui foi discutido, fica patente que os referentes do discurso vão sendo submetidos a uma série de mudanças, que podem ser efetuadas por estratégias de seqüenciação muito diversas. Somos de opinião que a conclusão mais importante a ser tirada deste ensaio deve ser a de que os fenômenos discursivos não são necessariamente fenômenos do mundo e que, no interior do discurso, a progressão referencial se realiza de maneira extremamente variada e dinâmica, através do recurso a uma ampla gama de processos de referenciação.

Referências bibliográficas

Apothéloz, D. (1995). Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: Berrendonner, A. & M-J Reichler-Beguelin (eds.) (1995) pp. 143-173.

_____. & M.-J. Reichler-Béguelin (1995) *Construction de la référence et strategies de designation.* Tranel 23 – Du syntagme nominal aux objets-de-discours, 1995:227-271.

_____. & D. Dubois (1995) Construction de la référence et stratégies de désignation. In: Berrendonner, A. e M-J Reichler-Beguelin (eds.) 1995, pp. 227-271.

Berrendonner, A. (1995) Anaphore associative et meréologie. *Recherches sur la Philosophie et le Langage,* nº 16(1995):237-255.

_____ e M.-J. Reichler-Beguelin (1995) Accords "associatifs". *Cahiers de Praxématique* 24(1995):21-42.

_____ A e M.-J. Reichler-Beguelin (eds.) (1995) *Du syntagme nominal aux objets-de discours. SN complexes, nominalisations, anaphores.* Neuchâtel, Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel. (Tranel, nº 23, dezembro de 1995).

Halliday, M.A.K. & R. Hasan(1976) *Cohesion in English.* London, Longman.

Kleiber, G. (1994) *Anaphores et Pronoms.* Louvain, Duculot.

Marcuschi, L. & I. V. Koch (1998) Progressão referencial na língua falada. (no prelo) a aparecer no Vol IX da *Gramática da Língua Falada.*

Milner, J.-C. (1982) *Ordres et raisons de langue.* Paris, Seuil, 1982.

Mondada, L. e D. Dubois (1995) Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. In: Berrendonner, A. e M-J Reichler-Beguelin (eds.) 1995, pp. 273-302.

Nunberg, G. D. (1978) *The Pragmatics of Reference.* Ph.D. Thesis, City University of New York, U.M.I. -Ann Arbor, Michigan.

Possenti, S. (1988) *Discurso, Estilo e Subjetividade.* São Paulo, Martins Fontes.

Sanford, A. S. e S.C. Garod (1982) *Towards a processing account of reference.* In: A. Flammer e W. Kintsh (eds.) (1982) *Discourse Processing.* Amsterdam, North-Holland Publ. Company, pp. 100-110.

Schnedecker, C., et alþ (eds.) 1991. *L'Anaphore Associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques).* Paris, Klincksieck.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (191-208)

Hipotaxe e Gramaticalização: uma Análise das Construções de Tempo e de Condição

(Hipotaxis and grammaticalization: an analysis of temporal and conditional complex sentences)

Maria Helena de Moura Neves (*Universidade Estadual Paulista /CNPq*)
Maria Luiza Braga (*Universidade Estadual de Campinas*)

Abstract: This paper studies complex sentences with temporal hypotatic clauses and with conditional hypotatic clauses in order to investigate the degree of grammaticalization shown by these two kinds of utterances. Our hypothesis is that the more the hypotatic clause is integrated to the nuclear clause, the greater is the degree of grammaticalization. Such degree of integration was measured according to three groups of factors, and the results show that, regarding two of the variables evaluated, the conditional clauses are the most integrated to their nucleus, but, in another rank of evaluation, the temporal clauses are the most integrated ones. Considering that this study is based on a functionalist view, the results may be interpreted according to the principle that there is a competition of motivations in the use of language, so that each utterance reflects the balance of such forces.

Resumo: O trabalho estuda construções de orações hipotáticas temporais e construções de orações hipotáticas condicionais, com a finalidade de investigar o grau de gramaticalização que se verifica nesses dois tipos de enunciados. A hipótese é que quanto maior a integração da oração hipotática à nuclear, maior o grau de gramaticalização. Essa maior integração foi medida segundo três grupos de fatores, e os resultados mostraram que, em duas das variáveis avaliadas, as orações condicionais são as mais integradas a seu núcleo, mas, em outra ordem de avaliação, as orações temporais são as mais integradas. Dentro da base funcionalista em que o trabalho se move, esses resultados podem ser interpretados segundo o princípio da existência de competição de motivações no jogo da linguagem, entendendo-se que cada enunciado que se produz é o resultado do equilíbrio dessas pressões.

Key words: Grammaticalization; Clause Combining; Functionalism.

Palavras-chave: Gramaticalização; Articulação de Orações; Funcionalismo.

A orientação funcionalista marcou muito fortemente as análises das línguas particulares, especialmente por ter, de certa forma, legitimado as considerações

BEST COPY AVAILABLE

de ordem discursiva dentro dos estudos gramaticais. A frase, por exemplo, indiscutivelmente regulada em *types* (Lyons; 1977) no sistema, é analisada, no funcionalismo, como peça de comunicação real, produzida em ato de interação, e organizada, pois, segundo mecanismos capazes de marcar a relatividade da relevância dos diferentes eventos e entidades que se seguem no discurso (De Lancey; 1981). Aquele "dinamismo comunicativo" com que já a Escola de Praga revestiu as seqüências formais assentou a não-biunivocidade entre formas e funções, e conferiu à análise gramatical das frases dos enunciados reais de qualquer língua uma dimensão discursiva determinante: regras e princípios devem ser explicados em termos de sua funcionalidade em relação aos modos de uso das expressões.

Algumas assunções legitimadas pela orientação funcionalista da análise são, por exemplo:

a) A forma dos enunciados não é entendida independentemente de suas funções: a teoria da gramática deve integrar o estudo da forma, do significado e do uso, de tal modo que não apenas os traços lingüísticos formais, mas também os semânticos e os pragmáticos sejam abrigados numa perspectiva teórica mais geral, com inter-relacionamento entre análise dos dados e formação da teoria (Dik; 1989b).

b) Há dois sistemas de regras envolvidos na organização gramatical das línguas naturais: as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas); o primeiro desses dois sistemas é instrumental em relação ao segundo já que, num paradigma funcional, as expressões lingüísticas devem ser descritas e explicadas dentro de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal (Dik; 1989a).

c) As regularidades das línguas podem ser explicadas em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas as usam: a gramática funcional tem posição num ponto intermédio entre as teorias que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua e as que se ocupam apenas da instrumentalidade do uso da língua (Mackenzie; 1992).

d) A língua é internamente estruturada como um organismo dentro do qual subsistemas se hierarquizam (Givón; 1984).

e) As formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas: a língua é um sistema semântico, e a gramática funcional destina-se a revelar, pelo estudo das seqüências lingüísticas, os significados que estão codificados pelas seqüências (Halliday; 1985).

A partir dessas assunções pode-se entender como até questões aparentemente restritas ao âmbito da oração - por exemplo, a transitividade, sabidamente ligada a fatores sintáticos e semânticos - encontraram, na gramática funcional, um tratamento que incorpora a consideração de um componente discursivo. Especialmente a partir do já clássico estudo de Hopper e Thompson (1980) se admite a interferência de fatores discursivos no mecanismo da transitividade, vista como a propriedade central do uso lingüístico. Considera-se que a transitividade é uma propriedade escalar, condicionada por fatores sintáticos e semânticos, mas também pelo texto, já que sua gradualidade é ligada às necessidades de expressão dos usuários, dirigida pelos propósitos da comunicação. Assim, há íntima correlação entre grau de transitividade e relevo discursivo: baixa transitividade se liga a menor relevância, ou segundo plano ("fundo"), e alta transitividade se liga a maior relevância, ou primeiro plano ("figura"). Em cada um desses dois planos, outras propriedades se agregam: à noção discursiva de fundo como plano de menor relevância, por exemplo, se ligam outras noções gramaticais, como a minimização da dimensão dêitico-temporal, isto é, o uso de formas finitas imperfectivas e formas infinitivas (Hopper e Thompson; 1980). A transitividade chega a ser apresentada como um metafenômeno responsável pela codificação sintático-estrutural das funções de caso semântico e pragmático, sendo a estrutura temática apontada como observável tanto no âmbito da frase como no âmbito do discurso, isto é, das proposições concatenadas (Givón; 1984).

Ainda na questão do tratamento da estrutura temática, lembre-se o importante veio de investigação que se criou, no funcionalismo, com a valorização dada ao papel do discurso no modo de preenchimento formal dos papéis temáticos das estruturas argumentais (Du Dubois; 1987, 1993a, 1993b): o falante estrutura as frases de seu discurso (usando, por exemplo, um sintagma nominal ou um pronome em uma determinada posição estrutural) dirigido por pressões comunicativas refletidas na necessidade de controlar o fluxo de informação (Du Dubois e Thompson; 1991). Organizado pelo fluxo de atenção (De Lancey; 1981), o fluxo de informação representa um "empacotamento" do conteúdo ideacional, feito pelo falante para apresentação a seu ouvinte, implicados, nesse modo particular de embalagem, os diversos aspectos cognitivos e sociais envolvidos na produção do enunciado.

Particularmente beneficiada de tais posições assumidas pela análise funcionalista dos enunciados é a questão da articulação de orações, isto é, da relação entre uma oração tradicionalmente considerada "adverbial" e a oração que aqui denominaremos *nuclear*. Essas construções se diferenciam da frouxa

relação de "coordenação" - em princípio, de recursividade indefinida - mas também se distinguem do rígido encaixamento, ou seja, da relação de coparticipação em uma mesma estrutura básica. Mais do que no caso daquela relação intraproposicional que é a transitividade, de que acima se falava, trata-se, portanto, de uma relação que há de refletir as tensões que organizam dominância e recessividade no texto. As orações de que aqui tratamos - por isso mesmo denominadas "de realce" por Halliday (1985) - são satélites de localização temporal ou satélites cognitivos de uma predicação central, instituída a partir da aplicação, a um determinado predicado, de um certo número de termos que preenchem posições argumentais. Já nessa configuração, tais construções se revelam como altamente sensíveis às determinações do discurso, configurando a expressão de relações situadas acima da organização de "predicação central" (nos termos de Dik; 1989), resolvidas em estruturas de interdependência. Refletem-se, nessas construções, relações de localização temporal, além de relações lógico-semânticas e relações argumentativas, que marcam todo o texto e são, mesmo, provenientes de sua organização geral (Mathiessen e Thompson; 1988). Como facilmente se entende, não é, pois, privilégio dos elementos articuladores de orações a indicação de subseqüência, antecedência, concomitância, nem a indicação de causalidades ou condicionamentos, estes últimos estreitamente relacionados com bases perceptivas que perpassam o texto, tais como a pressuposição, o subentendido, a preferência e a redundância (Peirce, 1987; García, 1994).

À relativa independência conceptual das orações que aqui se estudam (Haiman; 1983) se liga a grande importância de que, no exame dessas construções, se levem em conta dois aspectos fundamentais postos em foco nas investigações de base funcionalista. De um lado, cabe considerar-se o jogo da articulação entre elementos focais e elementos informacionalmente recessivos, de que já se tratou acima. De outro lado, e ligado a isso, há o fato de que o contexto constituído oferece grande margem para manipulação do falante, a ponto de ficar aberto campo propício a diferentes realizações, que podem representar diferentes graus de gramaticalização das entidades postas em funcionamento.

Tratamos a gramaticalização, aqui, não no sentido estrito de evolução diacrônica, mas no sentido funcional de acionamento de possibilidades concomitantes, representativas de diferentes graus de coalescência semântica e/ou sintática na organização do enunciado. Mais do que evolução, o caráter gradual da gramaticalização representa escolha entre construções mais, ou menos, gramaticalizadas, entre paradigmas mais, ou menos, estabelecidos, entre

BEST COPY AVAILABLE

itens que estão mais, ou menos, dentro da gramática. No estudo da articulação de orações, por exemplo, isso representa a consideração, especialmente, da existência de graus na marcação (não-morfológica) de caso, isto é, na integração da oração hipotática de realce à nuclear. Nosso objetivo é verificar se, à semelhança dos processos morfológicos, as estratégias sintáticas exibem graus diferenciados de gramaticalização que se deixam apreender por propriedades formais.

O princípio que está na base de uma investigação levada nesse sentido é o da unidirecionalidade da gramaticalização, já assentada na clássica definição de Kurylowicz (1975)[1], especialmente considerada, aqui, a passagem gradual e contínua da menor para a maior regularidade, da menor para a maior previsibilidade, com maior sujeição do falante a determinações do sistema (Neves; 1997: 129). A unidirecionalidade constituiria a propriedade que permitiria a identificação e a circunscrição dos fenômenos de gramaticalização dentro do quadro mais amplo dos demais fenômenos de mudança lingüística.

Dentro do conceito de unidirecionalidade da gramaticalização entende-se que os estágios - sejam eles A e B - estão ordenados de tal forma que A ocorre antes de B, mas B não ocorre antes de A (Hopper e Traugott; 1993). No nível da morfologia, isso significa que um item lexical, uma vez em processo de gramaticalização, antes de se transformar em palavra gramatical passa por etapas intermediárias, as referidas A e B, que se encontram ordenadas entre si, de forma tal que a uma etapa menos gramaticalizada se segue outra mais gramaticalizada. A trajetória inversa estaria bloqueada, ou não caracterizaria um processo de gramaticalização. O trajeto de gramaticalização é o seguinte (Hopper e Traugott; 1993: 7):

ITEM LEXICAL > PALAVRA GRAMATICAL > CLÍTICO > AFIXO FLEXIONAL

Os processos cognitivos correlacionados à mudança no estatuto categorial do item em processo de gramaticalização também operam com categorias que se dispõem em uma escala unidirecional. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) sugerem a seguinte:

[1] "Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status, e. g. from a derivative formant to an inflectional one".

663

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE[2]

O princípio da unidirecionalidade, não obstante seu caráter a-teórico (Frajzyngier; 1996), é aceito pela maioria dos estudiosos que discutem o paradigma da gramaticalização. Além de restringir os tipos de mudança lingüística, ele permitiria predições quanto ao estágio de gramaticalização de itens ou de construções particulares.

Com vistas a aferir o grau de gramaticalização de um determinado item, têm sido propostos critérios, fatores, parâmetros diversos. Hopper (1991), por exemplo, arrola, como princípios, estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização, que possibilitariam a identificação dos estágios iniciais do processo. Lehmann (1985) propõe três parâmetros - peso, coesão e variabilidade - a serem investigados em nível paradigmático e sintagmático, e combinados aos processos de paradigmatização, obrigatorização, condensação, coalescência e fixação. Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) sugerem uma lista de 'hipóteses' que funcionariam como procedimento de descoberta dos graus relativos de gramaticalização da marcação de caso. Dentro desse domínio circunscrito, qual seja a marcação de caso, duas hipóteses são relevantes para o nosso trabalho, aquelas que se relacionam com a marcação de tempo e de condição, e que são as seguintes[3]:

> a) Uma categoria que se refere a um conceito que tem potencialmente três dimensões físicas é menos gramaticalizada do que uma que se refere a um conceito que tem apenas uma dimensão possível, a qual, por sua vez, é menos gramaticalizada do que aquela cujo referente não exibe nenhuma dimensionalidade física. Esse parâmetro pode ajudar-nos a determinar que ESPAÇO é menos gramaticalizado do que TEMPO e que TEMPO é menos gramaticalizado do que uma categoria como CONDIÇÃO ou MODO.
> b) Se duas categorias diferem uma da outra apenas pelo fato de que uma expressa uma relação temporal enquanto a outra expressa alguma relação 'lógica', então a última é mais gramaticalizada. Desse modo, é possível

[2] Segundo Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), "the categories introduced above represent prototypical entities, each of wich includes a variety of perceptually and/or linguistically defined concepts and can be viewed as representing a domain of conceptualization that is important for structuring experience. The relation among them is metaphorical in nature, that is, any one of them may serve to conceptualize any other category to its right."

[3] Na apresentação de Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991, p. 157), essas são as hipóteses d) e e), respectivamente.

estabelecer, por exemplo, CAUSA e CONDIÇÃO como categorias que são mais gramaticalizadas do que TEMPO.

Essas duas hipóteses, como se apontou acima, foram propostas tendo-se em vista a marcação morfológica de caso. A questão que se põe, aqui, é se elas teriam poder preditivo mais amplo, de forma a ter aplicação em níveis outros que não o morfológico. Em outras palavras, os enunciados de tempo e de condição estariam ocupando posições diferenciadas no *continuum* da gramaticalização?

Na verdade, uma questão central nos estudos sobre gramaticalização é a que se refere a seus domínios. Caracterizada, inicialmente, como um processo morfológico, já nos seus primórdios vê os limites dilatados pela inclusão dos fenômenos relacionados à ordem das palavras (Meillet; [1912] 1948). Ao longo das décadas, as fronteiras continuaram a ser sistematicamente ampliadas e, hodiernamente, investigam-se quanto à gramaticalização fenômenos tão distintos quanto a repetição e a combinação de orações, entre outros.

Ao considerarem os processos de combinação de orações a partir da gramaticalização, Hopper e Traugott (1993) associam integração a gramaticalização, indicando que quanto mais integradas as orações de um enunciado tanto mais avançado o processo de gramaticalização. A integração sintática, por seu turno, constituiria um reflexo da integração semântica ou pragmática dos estados de coisa codificados pelas orações em questão, e se deixaria medir pela dependência e pelo encaixamento das orações.

No mesmo sentido vai a nossa investigação. Temos como hipótese básica que quanto maior a gramaticalização, no caso das construções que examinamos - temporais e condicionais[4] -, maior a integração entre a oração hipotática e a nuclear, o que pode ser medido com base:

a) na realização do sujeito da hipotática por meio da anáfora pronominal ou por zero;
b) na determinação do tempo e do modo da hipotática pelo tempo e pelo modo da nuclear.

[4] O *corpus* em exame é constituído de construções temporais e condicionais da língua falada (Projeto NURC) introduzidas por conjunção, as quais foram objeto de investigação em trabalhos, respectivamente, de Braga (no prelo, volume VII) e de Neves (no prelo, volume VII), no âmbito do Projeto "Gramática do Português Falado", coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho. A delimitação dos inquéritos do NURC para exame dos dois tipos de ocorrência foi exatamente a mesma, o que permite que nossas considerações possam recorrer à questão da freqüência.

665

Um conjunto de construções com orações temporais e de construções com orações condicionais (eventuais e factuais) foi analisado, pois, segundo:

a) a realização do seu sujeito;
b) a determinação de seu tempo e de seu modo pelo tempo e pelo modo da nuclear.

Diretamente ligada a essas duas variáveis está uma terceira, que também foi investigada: a posição da oração hipotática em relação à nuclear.

Visando a comprovar empiricamente nossa hipóteses, examinamos os enunciados de tempo e de condição, eventuais e factuais, em relação a essas propriedades - posição, realização do sujeito e determinação modo-temporal hipotática - sob a forma de grupos de fatores[5]. Os resultados são apresentados a seguir.

À semelhança do que ocorre na morfologização, com forte correlação entre grau de gramaticalização de um item e restrição à sua mobilidade (Lehman; 1985), é de se esperar que as orações mais gramaticalizadas sofram inibições à variabilidade posicional. Para testar essa hipótese, postulamos uma variável com três fatores: anteposição, posposição e intercalação.

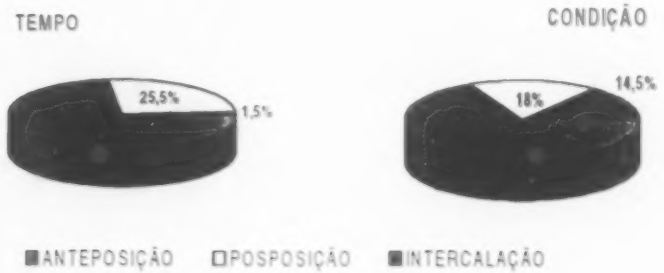


Gráfico 1: Posição das orações de tempo e de condição

[5]O conceito de grupo de fatores remete à teoria da variação (Labov, 1969). Não estamos, porém, considerando orações de tempo e de condição como variantes de uma variável dependente. O que estamos fazendo é apenas utilizar alguns dos recursos oferecidos pela metodologia: basicamente, o uso de grupos de fatores, o que garante uma análise exaustiva e coerente de todos os dados à luz do mesmo elenco de categorias linguísticas, e o uso de estatística para comprovar, ou não, as hipóteses.

666

Os resultados indicam que, quanto à anteposição e à posposição da oração hipotática em relação à oração nuclear, as diferenças entre orações de tempo e de condição são relativamente pequenas, como mostra o gráfico 1.

As diferenças encontradas se referem aos casos de intercalação da oração hipotática, relativamente freqüente nos enunciados de condição, e esporádica nos de tempo. As restrições à mobilidade posicional, quer discursivas quer gramaticais, atuam tanto nas hipotáticas que ocorrem às margens quanto nas que ocorrem dentro da oração nuclear, como mostramos em trabalhos anteriores (Braga, no prelo; Neves, no prelo). Sabe-se que uma oração que esteja circundada por material de outra é mais estreitamente vinculada a essa do que uma oração que, completa, a preceda ou anteceda. (Harris e Campbell; 1995: 283). Observe-se, também, que, quando a oração hipotática está intercalada, a remoção pode tornar-se mais delicada, uma vez que o falante precisa atender à configuração sintática dos constituintes da oração nuclear que a circundam e à inter-relação desses constituintes com fatores tão diferenciados quanto quantidade e distribuição linear da informação, presença de anáfora e de focalizador. Os trechos (1) e (2), abaixo, ilustram ocorrências de intercalação:

(01) *Inf.*: e eu acho que o dinheiro todo que eu pudesse... *se eu ganhasse assim na loteria e tal eu nunca jogaria em mercado de capitais (D2-RJ-355, p. 107-108)*

(02) *Inf.*: mas essa aí, *quando tocava a gente não dançava. (DID- POA-045, p. 21)*

Ainda quanto à posição, uma evidência adicional da diferença entre as orações em pauta é fornecida pelo emprego de conectivos e seqüenciadores que vinculam as construções de tempo e de condição, como um todo, ao cotexto precedente, muito mais usuais em se tratando dos enunciados de condição. Não importa qual seja a ordem das orações hipotáticas, esses juntores sempre remetem à oração nuclear, visto que é esta que codifica a unidade retórica que ajuda a construir a espinha do texto, e enquanto tal criam um fraco contexto de intercalação, como se mostram (3) a (5), abaixo:

(03)*Inf.*: *ENTRETANTO, se há persistência em qualquer dos pontos da glândula mamária de um nódulo, este nódulo terá que ser examinado, terá de ser retirado. (EF, SSAL, 049, p. 05-06)*

Inf.: você geralmente viajando você... não se prende muito ao horário então normalmente você almoça horas bem mais tarde... aqui porque você tem o problema de trabalhar ce tem uma hora fixa

pra almoçar... **ENTÃO** se eu comer muito na hora do café *não vou ter vontade de almoçar (DID-RJ-328, p. 143).*

(04) isso a gente nós já explicamos em classe... **PORQUE** quando ele vai aferir ou vai investigar, experimentar o homem... *não é o que o homem diz... do experimento de laboratório... mas sim o que o homem realmente está pensando (EF, REC, 337, p.06)*

(05) A mensagem é a mesma, ela poderá interpretar, se eu pedir a interpretação, vai me dar o seu ponto de vista, vai me dar o seu ponto de vista, a sua opinião, mas ele não está criando nada, ele está fiel à comunicação e à extrapolação, o que é extrapolação? (...) É seguido, hein? É uma transferência a partir de que? Certo. Exato. Exato. **ENTÃO**, quando o individuo, ou quando o aluno for capaz, capaz de inferir *a partir daquela comunicação, ele está já com o nível de extrapolação (EF-POA-278, p. 11)*

O número bem mais elevado de intercalação no caso dos enunciados condicionais, bem como de conectivos antecedendo os enunciados condicionais, com as conseqüentes restrições à mobilidade da hipotática, parece confirmar, então, a hipótese de que as orações do enunciado de condição estariam mais integradas a seu núcleo, e, conseqüentemente mais gramaticalizadas do que as de tempo.

Quanto à segunda variável - explicitação do sujeito - a razão de nosso interesse pela investigação tem base no fato de que a anáfora, por implicar o compartilhamento do constituinte que é retomado sob a forma pronominal ou zero, tem sido arrolada entre os índices de integração das orações (Lehmann; 1988). Uma vez que nosso interesse se centra na codificação do sujeito por meios anafóricos, desconsideramos as ocorrências de verbo impessoal e aquelas em que o sujeito é um SN pleno com núcleo substantivo.

Os resultados preliminares sugerem que não há diferenças significativas entre orações de tempo e condição, como mostra o gráfico 2:

Gráfico 2: Anáfora nas orações de tempo e de condição

Entretanto, sabemos que a realização do sujeito por pronome anafórico é sensível a outros condicionamentos lingüísticos além do tipo de oração. A posição da oração e a correferencialidade entre os sujeitos das orações que integram o enunciado, por exemplo, constituem correlações pertinentes como demonstraram, para o português do Brasil, Paredes da Silva (1988) e Duarte (1993). Assim, os resultados exibidos no gráfico 2 representam tão somente uma primeira aproximação dos dados, pois, não levando em consideração a delicada inter-relação de outras variáveis igualmente pertinentes, não podem ser tidos como conclusivos.

Visando a superar essa limitação, procedemos a recortes e cruzamentos diversos que são considerados a seguir. Vale lembrar que a primeira tabela inclui apenas as ocorrências de sujeitos não-correferenciais, enquanto a segunda abriga apenas as de sujeitos correferenciais.

		ANTEPOSIÇÃO		POSPOSIÇÃO		TOTAL	
		No.	%	No.	%	No.	%
TEMPO	ANÁFORA ZERO	02	13	01	20	03	14
	ANÁFORA PRONOMINAL	14	88	04	80	18	86
	TOTAL	16	--	05	--	21	--
CONDIÇÃO	ANÁFORA ZERO	04	29	02	33	07	32
	ANÁFORA PRONOMINAL	10	71	04	67	15	68
	TOTAL	14	--	06	--	20	--
TOTAL	ANÁFORA ZERO	06	--	03	--	09	--
	ANÁFORA PRONOMINAL	24	--	08	--	32	--
	TOTAL	30	--	11	--	41	--

Tabela 1: Sujeitos não-correferenciais, anáfora, tipo e posição da oração. Qui-quadrado: 2.202
Significancia: .147

A interpretação dos resultados das tabelas 1 e 2 requer prudência, visto que várias células são pequenas. Entretanto, eles permitem verificar que a escolha de uma anáfora zero ou de uma anáfora pronominal é sensível à posição da oração hipotática e à correferencialidade dos sujeitos. Observa-se, em primeiro lugar, que a anáfora zero é mais provável nas orações hipotáticas pospostas, enquanto a pronominal é mais provável nas antepostas, correlações que são mais perceptíveis no caso de sujeitos correferenciais. Observa-se, ainda que, no caso de sujeitos não-correferenciais, a anáfora pronominal tende a ocorrer mais nas orações de tempo do que nas de condição, enquanto a anáfora zero, inversamente, tende a ocorrer mais nas de condição.

BEST COPY AVAILABLE

		ANTEPOSIÇÃO		POSPOSIÇÃO		TOTAL	
		No.	%	No.	%	No.	%
TEMPO	ANÁFORA ZERO	05	22	03	33	08	25
	ANÁFORA PRONOMINAL	16	78	06	67	24	75
	TOTAL	23	–	09	–	32	–
CONDIÇÃO	ANÁFORA ZERO	02	20	01	33	03	30
	ANÁFORA PRONOMINAL	08	80	02	67	10	70
	TOTAL	10	–	03	–	13	–
TOTAL	ANÁFORA ZERO	07	21	04	33	11	–
	ANÁFORA PRONOMINAL	26	79	08	67	34	–
	TOTAL	33	–	12	–	45	–

Tabela 2: Sujeitos correferenciais, anáfora, tipo e posição da oração
Qui-quadrado: 0,308
Significancia: .006

Afinal, assumindo-se que, à semelhança do que ocorre nos processos morfológicos, a maior gramaticalização da combinação das orações pode ser aferida pela maior integração, e que a presença de anáfora zero constitui um índice confiável dessa integração, os resultados empíricos que obtivemos sugerem, mais uma vez, que os enunciados de condição estão mais gramaticalizados do que os de tempo.

Quanto à terceira e última variável - correlação modo-temporal entre as orações nuclear e hipotática - a motivação para a investigação se liga não apenas à noção de *consecutio temporum*, que está em toda a literatura clássica, mas também a indicações da lingüística moderna (entre outros, Van Valin, 1984; Lehman, 1988; Harris e Campbell, 1995) de que existe uma dependência, ao menos parcial, do tempo da oração hipotática em relação ao da sua nuclear.

O primeiro passo consistiu em agrupar as construções de tempo e de condição segundo compartilhassem ou não os mesmos tempos ou os mesmos modos. Os resultados são exibidos na tabela 3, próxima página.

Os dados mostram nítidas diferenças entre os enunciados de tempo e os de condição no que diz respeito à correlação entre tempo e modo. Nas construções temporais, os falantes tendem a manter o mesmo modo na oração nuclear e na hipotática, preservando o tempo em cerca de 80% dos casos, resultado que, especialmente quanto ao modo, tem de ser avaliado com cautela,

já que o *corpus* examinado apresentou predominância quase absoluta de orações de tempo iniciadas por *quando*, conectivo favorecedor do uso do indicativo.

		TEMPO		MODO	
		No.	%	No.	%
+	+	59	73.5	21	26.5
+	-	01	07.0	14	93.0
-	+	13	62.0	08	38.0
-	-	01	05.5	18	94.5

Tabela 3: Correlação tempo-modo nos enunciados de tempo e condição

No caso das construções condicionais, embora os falantes possam utilizar estratégias similares, o que chama a atenção é uma manipulação mais rica do modo.

A tabela acima revela os princípios gerais que controlam o jogo modo-temporal nos enunciados em estudo, sem, no entanto, esclarecer sobre uma possível determinação, *stricto sensu*, do modo e do tempo da oração hipotática pela nuclear. Observa-se que uma análise mais refinada descortina uma grande gama de combinações, que estão apresentadas a seguir e que se indicam, esquematicamente, no quadro 1, próxima página.

(06a) L2: quando COMEM *peixe,* COMEM *cru. (D2-POA-291, p. 17)*
(06b) Inf: se essas características ESTÃO *explicitas da mesma maneira como eu as coloquei isso* É *conhecimento (EF-POA-278, p. 06)*
(07a) Então quando o indivíduo, ou quando o aluno FOR CAPAZ *de inferir a partir daquela comunicação, ele* ESTÁ *já com o nível de extrapolação. (EF-POA-278, p. 11)*
(07b) Inf.: SE VOCÊ APANHAR *dez... em nove* TEM *capital japonês no meio. (EF-RJ-379, p. 884-85)*
(08) se ela FOI *criada... para um FIM... Outro... que NÃO ... a contemplação estática ... ela* É *pragmática. (EF-SP-405, p. 303-307)*

BEST COPY AVAILABLE

(09) uma biblioteca DEVE ser um:: lugar muito bem:: amplo... ahn muito bem ventilado... né?... bem localizado quer dizer em posição que... eu falo em relação... ao sol... ao poente ao nascente... prá o:: o::... estudante ter um conforto prá estudar a não ser que seja::: que um colégio TENHA condições de botar ar condicionado. (DID-SSA-231, p. 346-350)

(10) quando VAI (a/a) ENCENAR eu acho que o pessoal já DEVE ESTAR SABENDO mais do que de cor (DID-SP-281, p. 108)

(11) L2: se ele APRENDER a que dizendo que não quer ir não vai... eu ESTOU CRIANDO um precedente muito sério. (D2-SP-360, p. 357-362)

(12) L2: eu por mim TRABALHAVA na Escola de Belas Artes se o salário que me pagassem na Escola de Belas Artes me DESSE pra co ... viver condignamente. (D2-SSA-98, p. 103-105

(13a) ... ou se ele TAVA em solidão quando ESTAVA no meio da sociedade (D2-REC-05, p. 04)

(13b) quanto à coleta se eles DEPENDIAM... da colheita... de... frutos... raizes... que eles não plantavam... que estava à disposição deles na natuREza... eles também TINHAM que obedecer o ciclo vegetativo (EF-SP-405, p. 49-50)

(14) ...tu acho que ESTAVAS junto com o, Manabu Mabe e junto o Carona quando nós FOMOS naquele arma/restaurante naquele naquele restaurante é::: chinês (D2-POA-291, p. 15-16)

(15a) ...a, quando ele USA a interpretação, ele já PREPAROU o, a, processo mental do aluno para uma extrapolação. (EF-POA-278, p. 15)

(15b) e`inclusive se HÁ alguma coisa quebrada por exemplo eu chego... FOI um dos dois... (D2-SP-360, p. 142-143)

(16a) quando nós PASSAMOS elas DISSERAM assim> essas viciadas... (DID-POA-045, p. 10)

(16b) se ele ARMAZENOU aquilo e devolve da mesma maneira como ele a recebeu, ele não FEZ nenhum trabalho, ele não manipulou aquela informação (EF-POA-278, p. 07)

(17)quando:: TINHA uns quinze a dezoito anos eu ESTUDEI balê (DID-SP-281, p. 109-110)

(18) se FAZ a retirada do... testiculo, se retirando, portanto, a fonte produtora ou elaboradora de testerona, TERÁ que haver uma gincomastia secundária. (EF-SSA-491, p. 04-05)

(19a)... então vejam aqui, aqui, quando ESTIVER TRABALHANDO com compreensão ele VAI ATUAR sobre uma comunicação (EF-POA-278, p. 08)

(19b) L2 porque se você não TIVER outra opção não TIVER Chacrinha não

TIVER *Flávio Cavalcanti*
L1 eu eu continuo achando
L2 não TIVER *Sílvio Santos/ o povo*
L1 eu continuo achando
L2 o povo VAI LIGAR *pra TV universitária. (D2-RE-05, p. 310-315)*

(20) Então, se se a Maria Lúcia FEZ *ver per, percutir com a sua colocação, ela* VAI DIZER *que eu não posso aplicar, também, sem fazer uma análise ou aplicação. (EF-POA-278, p. 252-254)*

(21) ... então se HOUVESSE *já uma interpretação,* ESTARIA *no nível seguinte (EF-POA-278, p. 06)*

(22) se nós TIVERMOS *de falar de alimentação brasileira...realmente não...não* TERIA *assim muita relação, ... né? (DID-RJ-328, p. 258-263)*

(23) quando eu PERGUNTO *o que estuda a sociologia do direito eu* PODERIA *perguntar também o que estuda sociologia jurídica. (EF-REC-337, p. 05)*

(24) ... um acordo entre a classe patronal e a classe trabalhadora a fim de que se EVITE *o chamado dissídio coletivo... quando não* HÁ *um acordo entre patrões e empregados (DID-REC-131, p. 02)*

EXEMPLO	NÚCLEO	HIPOTÁTICA	TEMPORAL	CONDICIONAL
06[a,b]	presente - indicativo	presente - indicativo	x	x
07[a,b]		futuro - subjuntivo	x	x
08		perfeito - indicativo	--	x
09		presente - subjuntivo	--	x
10		futuro presente perifrástico	x	--
11	presente contínuo	futuro - subjuntivo	--	x
12	pretérito imperfeito - indicativo	imperfeito - subjuntivo	--	x
13[a,b]		imperfeito - indicativo	x	x
14		perfeito - indicativo	x	--
15[a,b]	pretérito perfeito - indicativo	presente - indicativo	x	x
16[a,b]		pretérito perfeito - indicativo	x	x
17		pretérito imperfeito - indicativo	x	--
18	futuro presente - indicativo	presente - indicativo	--	x
19[a,b]	futuro presente perifrástico	futuro - subjuntivo	x	x
20		pretérito perfeito - indicativo	--	x
21	futuro pretérito - indicativo	pretérito imperfeito-subjuntivo	--	x
22		futuro - subjuntivo	--	x
23		presente - indicativo	x	--
24	presente - subjuntivo	presente - indicativo	x	--

Gráfico 1: Correlações tempo-espaço

BEST COPY AVAILABLE

O quadro 1 mostra que 31% dos tipos de correlações são explorados tanto nos enunciados de tempo quanto nos de condição, enquanto em 69% dos casos esses dois tipos de enunciados se encontram em distribuição complementar. Mostra também que, para um grande número de células, inexiste uma relação biunívoca entre o tempo e o modo das orações que constituem o enunciado. Ao contrário, a um tempo da oração nuclear podem correlacionar-se outros tempos e, também, modos diversos na hipotática. Essa flexibilidade sugere que a flexão modo-temporal da hipotática não é determinada apenas pela flexão do verbo da oração nuclear, e que a explicação para essa relação precisa enriquecer-se consideravelmente, de modo a incluir informações outras, tais como tipo de conectivo, a posição, etc. Sugere, conseqüentemente, que a variável determinação de tempo e de modo, no caso dos enunciados em estudo, não pode ser usada como um parâmetro capaz de validar empiricamente nossa hipótese.

Em conclusão, deve-se apontar que os resultados da análise que empreendemos devem ser considerados dentro da noção funcionalista básica de que, no jogo da linguagem, motivações entram em competição, e cada enunciado que se produz é o resultado do equilíbrio dessas pressões. No nosso caso, enquanto a análise das duas primeiras variáveis analisadas - ordem relativa das orações e realização do sujeito de cada uma das orações - aponta para a conclusão de que as construções condicionais são mais integradas e, portanto, mais gramaticalizadas do que as temporais, os resultados da análise da terceira variável vão noutra direção, indicando que as construções temporais são mais integradas do que as condicionais. Se a primeira conclusão repercute noções muito fortes, como a que se deduz da escala unidirecional da gramaticaização (Hopper e Traugott, 1993; Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991), na qual as categorias mais gramaticalizadas são as da direita (mais abstratas), a segunda conclusão - que é especialmente referente a casos de intercalação de orações - reflete a hierarquização em camadas proposta na gramática funcional (Dik, 1985; Hengeveld, 1989; Hengeveld *et alii*, 1990), na qual os satélites de tempo atuam em nível mais baixo (o da predicação), enquanto os satélites de condição atuam em nível mais elevado, e, portanto, de ligação mais frouxa (os da proposição e do ato de fala).

Referências bibliográficas

Braga, M. L. (no prelo) As orações de tempo sob uma perspectiva funcionalista. *Lingüística Portuguesa*, **2**.

_____ (no prelo) As construções temporais. In: M.H.M.NEVES (org.) *Gramática do português falado* Vol VII. Campinas, Ed. UNICAMP.

DE LANCEY, S. (1981) An Interpretation of Split Ergativity and Related Patterns. *Language*, **57**.3: 626-657.

DIK, C.S.(1985) Linguistic Differences Produced by Differences between Speaking and Writing. In: D.R.OLSON; N. TORRANCE & A. HILDYARD (eds.)*Literacy, Language and Learn*ing. Cambridge: Cambridge University Press.

_____(1989a) *The Theory of Functional Grammar.* Dordrecht-Holland/ Cinnaminson-U.S.A.: Foris Publications.

_____ (1989b) Functional Grammar and its Relevance to Grammar Writing. *In*: G. GRAUSTEIN and G. LEITNER (eds.) *Reference Grammars and Modern Linguistics Theory*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p. 33-55.

DUARTE, M. E. L. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. *In*: I. ROBERTS & M. KATO (orgs.). *Português Brasileiro*: uma viagem diacrônica. Campinas: UNICAMP, p. 107-128.

DU DUBOIS, J. W. (1987) The Discourse Basis of Ergativity. *Language, 6.4: 805-855.*

_____(1993a) *Discourse and The Ecology of Grammar:* Strategy, Grammaticization, and The Locus. Rice Symposium, MS, University of California: Santa Barbara.

_____ (1993b) La estructura argumental preferida y el cero absolutivo. ALFAL, MS: Veracruz.

DU DUBOIS, J. W. and S. THOMPSON. (1991) *Dimensions of a Theory of Information Flow*. MS: Univ. of California, Santa Bárbara, .

FRAJZYNGIER, Z. (1996) *Grammaticalization of Complex Sentence.* A Case Study in Chadic. Amsterdam: John Benjamins.

GARCÍA, A. L. (1994) *Gramática del español* I. La oración compuesta. Madrid: Arco Libros.

GIVÓN, T. (1984) *Syntax* I. New York: Academic Press.

HAIMAN, J. (1983) Iconic and Economic Motivation. *Language*, **59:** 781-819.

HALLIDAY, M. A. K. (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold.

HARRIS, A. C. and CAMPBELL, L. (1995) *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

HEINE, B.; C. ULRIKE and F. HÜNNEMEYER. (1991) From Cognition to Grammar: Evidence from African Languages. *In*: TRAUGOTT and B. HEINE (eds.) *Approaches to Grammaticalization* 1, Amsterdam: John Benjamins, p. 149-187.

HENGEVELD, K. (1989) Layers and Operator in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, **25**:127-157.

HENGEVELD *et alii*. (1990) The Hierarchical Structure of the Clause and theTypology of adverbial Satellites. *In*: J. A. M. NUYTS; C. Vet BOLKESTEIN (eds.) *Layers and Levels of Representation in Language Theory*. Amsterdan: John Bejamins.

675

Hopper, P. J. (1991) On Some Principles of Grammaticalization. *In*: E. Traugott and B. Heine (eds.) *Approaches to Grammaticalization* I, Amsterdam: John Benjamins, p. 17-35.

Hopper, P. and E. Traugott. (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

Hopper, P. and S. A. Thompson. (1980) Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*, **56**: 251-299.

Kurylowicz, J. (1975) The Evolution of Grammatical Categories. *In*: *Esquisses linguistiques* II, p. 38-54 [1965].

Labov, W. (1969) Contraction, deletion and inherent variability of the English Copula. *Language*, **45**: 715-62.

Lehmann, C. (1985) Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic Change. *Lingua e Stile*, **20**.3: 303-318.

_____ (1988) Towards a Tipology of Clause Linkage. *In*: J. HAIMAN and S. A. THOMPSON (eds.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins.

Lyons, J. (1977) *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (1979) *Introdução à lingüística teórica*. Tradução portuguesa. São Paulo: Ática.

Mackenzie, J. L. (1992) What is Functional Grammar? XX^{e} Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, MS: Zürich, Suisse.

Mathiessen, C. and S. Thompson. (1988) The Structure of Discourse and "Subordination". *In*: J. Haiman and S. Thompson. *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, p. 275-329.

Meillet, A. (1948) L'évolution des formes grammaticales. *In*: A. Meillet. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, p. 130-148, [1912].

Neves, M. H. M. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (no prelo) As construções condicionais. In: M.H.M.Neves (org.) *Gramática do português falado* Vol VII. Campinas, Editora da UNICAMP

_____ (no prelo) Articulação de orações: a questão dos estados de coisas. *Rev. Filologia e Lingüística Portuguesa* **2**.

Peirce, C. S. (1987) *Obra lógico-semântica*. Tradução espanhola. Madrid: Taurus.

Van Valin, R.D. (1984) Functionalism, Anaphora and Syntax.. Review Article from Susumo Kuno: Functional Syntax. Anaphora, Discourse and Empathy. *Studies in Language* 14.1: 169-219.

Traugott, E. and Heine, B. (eds.) (1991) *Approaches to Grammaticalization* I. Amsterdam: John Benjamins.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (209-225)

Sobre a Classificação das Palavras
(On Word Classes)

Mário A. Perini, Yara G. Liberato, Maria Elizabeth F. Saraiva &
Lúcia Fulgêncio *(Universidade Federal de Minas Gerais)*

Abstract: In this article we discuss some basic questions relative to word classification, namely: the type of unit that should be classified (words, not lexemes); the need to set up clear objectives to classification; and the rigorous distinction between classes (based on paradigmatic relations) and functions (based on syntagmatic relations). We then consider the traditionally accepted distinction between "adjectives" and "nouns", and we show that this is not a class distinction, but rather a functional distinction. Thus, adjectives and nouns are not distinct word classes in Portuguese.

Resumo: Neste artigo discutimos algumas questões básicas relativas à classificação das palavras, a saber: o tipo de unidade a ser classificada (palavras, e não lexemas); a necessidade de estabelecer objetivos claros para a classificação; e a distinção estrita entre classes (baseadas em relações paradigmáticas) e funções (baseadas em relações sintagmáticas). A partir daí, discutimos a questão da distinção tradicionalmente aceita entre "adjetivos" e "substantivos", e mostramos que essa distinção não é de classe, mas de função. Ou seja, adjetivos e substantivos não se distinguem enquanto classes de palavras em português.

Key words: Word Classes; Adjectives; Nouns; Noun Phrase.

Palavras-chave: Classes de Palavras; Adjetivos; Substantivos; Sintagma Nominal.

0. Introdução

Este artigo relata parte dos resultados de um projeto em andamento na UFMG, que trata da estrutura interna do sintagma nominal em português, em relação com a classificação das palavras. Desse projeto já resultou a publicação, em 1996, de um número especial da *Revista de Estudos da Linguagem*; o título desse texto, omitido pela *Revista*, é *O Sintagma Nominal em Português: Estrutura, Significado e Função* (autores: Mário A. Perini, Sigrid T. Fraiha, Lúcia Fulgêncio e Regina Bessa Neto).

No presente artigo consideramos especificamente o problema da

classificação das palavras, assim como certo número de questões teóricas que a nosso ver não estão suficientemente esclarecidas na literatura; essas questões serão abordadas a partir de uma discussão da distinção entre "adjetivos"e "substantivos".

1. Classificar o quê?

A primeira pergunta importante a ser considerada é: ao classificarmos, que espécie de unidade deve ser levada em conta? Classificamos lexemas ou palavras?

Os lexemas correspondem a conjuntos de formas vinculadas paradigmaticamente através da relação tradicionalmente denominada "flexão". Por exemplo, temos o **lexema** *correr*, que compreende as **palavras** *correr, corro, corríamos* etc. Podemos então perguntar: ao classificarmos estamos agrupando palavras ou lexemas?

Acreditamos que a classificação, no que nos interessa, é de palavras, e não de lexemas; isso porque as diferentes palavras que compõem os lexemas tradicionalmente definidos podem ter comportamento gramatical muito variado, tanto sob a perspectiva semântica quanto sob a morfossintática. Assim, dentro do lexema chamado "o verbo *correr*", temos *corríamos*, que tem comportamento muito diferente do de *correr* ou *correndo*. A **palavra** *correr* tem distribuição algo parecida à de um "substantivo" tradicional, e por isso mesmo alguns autores a chamaram "substantivo verbal" (ou "forma nominal do verbo"). Já *correndo* seria antes um tipo de "advérbio", e assim por diante. Colocando a coisa em termos semânticos, diremos que *correr* tem potencial referencial (é o "nome de uma coisa"), o que *corríamos* e *correndo* não têm.

Concluímos que uma classificação com o objetivo que colocamos para a nossa — a saber, o objetivo de descrever a ordem dos constituintes — deve considerar palavras, e não lexemas. Estritamente falando, *caneta* e *canetas* seriam classificadas separadamente, e com efeito devem sê-lo, se a classificação estiver dirigida para a descrição da concordância nominal, já que sua distribuição difere, ainda que minimamente: um plural não ocorre exatamente nos mesmos ambientes que um singular. Naturalmente, isso é levar o detalhamento a um ponto excessivo; em particular, no caso da descrição da ordem dos termos, não é necessário chegar a tais minúcias.

Isso não quer dizer que seja impossível classificar lexemas. Só que,

pelo que vemos, os objetivos tradicionalmente colocados para a descrição morfossintática não teriam muito o que fazer dessas classes, pois seriam compostas de membros distribucionalmente muito diferentes. De outros pontos de vista, pode fazer sentido classificar lexemas; por exemplo, todas as palavras que compõem o lexema *correr* têm traços semânticos comuns, relacionados com a idéia de "deslocamento rápido". Essas diferentes classificações não são mutuamente exclusivas pois o sistema de classificação presente na competência do falante-ouvinte é complexo por natureza. Uma forma se associa paradigmaticamente a algumas segundo certos critérios, e a outras segundo outros critérios, ficando essas associações (e conseqüentes classificações) superpostas e simultaneamente disponíveis.

2. As bases da taxonomia

Apesar da muita discussão que tem havido a respeito da noção de "classe" na literatura recente (veja-se, por exemplo, a discussão em torno de protótipos, "squishes" etc.), alguns aspectos ainda estão por explicitar. Vamos expor aqui brevemente alguns pontos que nos parecem básicos.

2.1. Classificando por objetivos

O primeiro deles é que uma classificação só faz sentido se atrelada a um objetivo (no caso, um objetivo descritivo). Isso porque o número de traços distintivos morfossintáticos e semânticos associados a um item léxico é muito grande. Considerando em especial os traços semânticos, se os levarmos todos em conta acabaremos sem dúvida com uma classe para cada item: afinal de contas, *olho* não tem exatamente a mesma matriz semântica de *nariz*. Assim para se fazer uma classificação com base em traços é necessário selecionar os traços que interessam, desprezando os demais.

É o que todo mundo faz, claro. O que falta é uma explicitação dos critérios de seleção dos traços. A maioria das classificações se louva simplesmente na seleção tradicional, que não é preciso criticar aqui. Temos uma proposta que nos parece mais razoável: derivar a seleção dos traços da conveniência descritiva.

No início, nosso horizonte será uma descrição um tanto restrita, ou seja, subordinaremos tudo à conveniência de descrever **a ordem dos termos dentro do sintagma nominal**. Eventualmente, claro, será preciso caminhar para uma descrição muito mais ampla. Não sabemos bem como vai ficar a taxonomia mais adiante, mas no momento o caminho parece claro. Vamos

BEST COPY AVAILABLE

selecionar como relevantes para a taxonomia todos aqueles traços (semânticos ou morfossintáticos) que sejam necessários para a descrição da ordem dos termos internos do SN. Isso nos fornecerá um critério não arbitrário para a escolha dos traços.

O resultado será uma classificação na qual **cada classe é composta de elementos cujo comportamento relativo à ordenação no SN é idêntico**. Sustentamos que tais classes devem fazer parte da competência dos falantes, já que estes são capazes de gerar e avaliar corretamente os SNs: de um modo ou de outro, eles classificam os diversos elementos de modo a colocá-los corretamente dentro do SN.

Como se vê, a taxonomia é uma decorrência da análise; ou seja, os elementos que determinam a taxonomia são todos componentes da descrição da ordem dos termos dentro do SN. Por outro lado, há fatores importantes para a descrição da ordem que não podem figurar na taxonomia, por não servirem para distinguir as palavras entre elas. Assim, por exemplo, o caráter restritivo ou não-restritivo de um termo pode, em certos casos, ser correlacionado com a ordem, donde a diferença entre *o bonito barco* (não-restritivo) e *o barco bonito* (restritivo). No entanto, essas duas acepções parecem estar disponíveis a toda e qualquer palavra potencialmente qualificativa, não havendo qualificativas que, por exemplo, não possam ser restritivas. Conseqüentemente, a restritividade não constitui traço distintivo presente no léxico, e não pode servir como uma das bases da taxonomia (o que equivale a dizer que a descrição da ordem dos termos vai além da simples taxonomia das palavras envolvidas).

Além disso, sabe-se que há fatores pragmáticos (textuais) que atuam na determinação da ordem dos termos: foco de contraste, preparação, dadidade (ver Perini *et al.*, 1996, p. 121-125). Tais fatores tampouco podem ser levados em conta no presente estudo, porque não se vinculam a palavras ou a itens léxicos, mas antes a unidades maiores, isto é, ao discurso como um todo, incluindo a situação extra-lingüística. Dentro do universo vocabular que nos interessa, não é possível determinar quais as palavras que podem ser **dadas**, por exemplo. Podemos dizer que o artigo ***o*** não pode ser dado, mas o efeito da dadidade se observa nos nomes, e é entre os nomes que a oposição dado/novo se manifesta. Só que não se trata de **palavras** dadas ou novas, mas de conceitos. Isso vale para os demais fatores de natureza pragmática, de modo que serão deixados de lado neste artigo.

Como se vê, o problema da descrição da ordem dos termos do SN transcende a questão da taxonomia. Não é possível descrever o SN totalmente à maneira dos tagmemicistas, isto é, em termos de uma série de nichos ordenados, cada um deles ocupado por uma classe de elementos.

2.2. Classes e funções

As **classes** são associações paradigmáticas de elementos, e nisso se distinguem das **funções** morfossintáticas ou semânticas. Esse princípio, bastante bem estabelecido, é freqüentemente esquecido na prática da análise, de forma que tanto na gramática tradicional quanto em trabalhos modernos se encontra a cada passo confusões implícitas entre classe e função. A seguir tentaremos explicitar o problema.

Vamos partir de um enunciado qualquer, digamos uma oração como *Assis comprou um gravador japonês*. É possível identificar diversos tipos de relações morfossintáticas ou semânticas que estão realizadas nessa frase; por exemplo, *Assis* é sujeito da frase; e *japonês* tem acepção proventiva ("proveniente do Japão"). Podemos dizer, corretamente, que *Assis* (ou, mais precisamente, o sintagma nominal *Assis*) nessa frase **funciona como** sujeito, e *japonês* **funciona como** proventivo. Note-se que isso só vale para esses itens nessa frase particular; não se pode dizer da palavra *Assis* que é um sujeito (pois pode ser, digamos, objeto direto) nem da palavra *japonês* que é proventiva (pois pode ser agentiva, como em *a invasão japonesa*). Em vez disso, diremos que (como mostra a frase examinada) *Assis* **pode ser** sujeito, e *japonês* **pode ser** proventivo.

Essas potencialidades ("poder ser sujeito", "poder ser proventivo"), embora sejam depreendidas a partir do exame de enunciados particulares, são o que pode ser atribuído às palavras fora de contexto, isto é, em seu estado de dicionário. Por isso não faz sentido perguntar (sem contexto) se *Assis* **é** sujeito ou objeto direto; mas faz sentido perguntar (ainda sem contexto) se *Assis* **pode ser** sujeito ou objeto direto. Paralelamente, não se pergunta sem contexto se *japonês* **é** proventivo (pois pode ter outras acepções), mas pergunta-se se **pode ser** proventivo, agentivo etc.

A idéia é que designações como "sujeito", "objeto direto" ou "acepção proventiva" se referem a **funções**, ao passo que "poder ser sujeito", "poder ter acepção proventiva" se referem a traços léxicos que podem ser utilizados como base para uma taxonomia. Em termos saussurianos, relações como

"sujeito de" ou "em acepção proventiva" são sintagmáticas, pois só se definem dentro de um contexto e em dependência deles; ao passo que potencialidades como "poder ser sujeito" e "poder assumir acepção proventiva" são traços paradigmáticos, que relacionam membros de classes cuja associação não aparece nos enunciados, mas na estrutura do léxico. em outras palavras. O que relaciona *Assis* com *comprou* na frase acima é o fato (sintagmático) de que *Assis* é o sujeito de *comprou*; já o que relaciona *Assis* com *Pereira*, fora de qualquer contexto, é o fato (paradigmático) de que ambos os itens têm — no que nos interessa — as mesmas potencialidades morfossintáticas e semânticas.

Uma conseqüência disso é que não se pode utilizar expressões como "esta palavra está funcionando aqui como adjetivo", se entendemos "adjetivo" como nome de uma classe. A nosso ver é contraditório afirmar de uma palavra em determinado contexto que "funciona como" membro de uma classe, porque a noção de "classe" é paradigmática, e portanto livre de contexto por definição. O que é um adjetivo, afinal de contas? É simplesmente um item que pode funcionar de determinadas maneiras; se um item está "funcionando como" adjetivo, é um adjetivo, e pronto. Se não é um adjetivo, então não pode funcionar como adjetivo — tudo isso como corolários da própria noção de "classe".

Quando alguém diz que "esta palavra pode ocorrer como substantivo ou como adjetivo", provavelmente tem em mente outra coisa: interpretamos essa afirmação como equivalente a "esta palavra pode ocorrer como X ou como Y", onde X e Y são **funções** sintáticas ou semânticas. Seria bom aplicarmos maior rigor no uso das expressões que usamos, principalmente em um ponto como este, onde a confusão é tão freqüente.

Talvez as coisas fiquem mais claras se estabelecermos de uma vez por todas o que queremos dizer com "adjetivo": uma função ou uma classe; e se, uma vez estabelecido o valor desse termo, nos mantivermos fiéis a esse valor. Se "adjetivo"é o nome de uma classe, então que fique explícito que se trata de algo que se predica de palavras em seu estado de dicionário, e não de ocorrências de tais palavras em contextos determinados.

Procurando uma terminologia livre de tais confusões, propomos o termo "traço" para designar uma potencialidade léxica — um ou mais traços podem definir uma classe, formada esta pelos elementos que possuem aqueles traços. Para as funções, talvez o melhor fosse utilizar sempre o próprio termo "função", tradicional em sintaxe; no entanto, em semântica "função" é tão ambíguo que preferimos dizer "acepção". Assim, diremos da palavra (item léxico) *japonês* que tem os **traços** semânticos <+Proventivo, +Agentivo>, o que significa que **pode**

assumir, segundo o enunciado onde ocorre, as acepções "proventiva" ou "agentiva" (entre outras, evidentemente). Um item pode ter ambos os traços em sua matriz léxica, pois os traços não exprimem mais que potencialidades; mas em um contexto dado o item assume apenas uma acepção cada vez: não é possível construir um enunciado onde *japonês* seja, **ao mesmo tempo**, "proventivo"e "agentivo". Adotamos também a convenção de colocar os traços entre ângulos, < > (quando são de natureza semântica) ou entre colchetes, [ ] (quando são morfossintáticos), e as acepções entre aspas, " ".

2.3. Classes como feixes de traços

Outro ponto que queremos explicitar aqui é a natureza da classificação baseada em feixes de traços distintivos. Rótulos como "nome", "preposição", "verbo" etc., no que pese seu uso quase exclusivo nas análises, só podem ser entendidos como abreviaturas de matrizes de traços. E mais: só podem ser entendidos como termos aproximativos, ou seja, quando classificamos as palavras em dez (ou cem) classes estamos sempre deixando de lado os casos minoritários ou que se consideram, por alguma razão, menos importantes. A única maneira rigorosa de falar das classes de palavras é utilizando o conjunto completo dos traços relevantes.

3. Exemplos

Vamos examinar mais detalhadamente a classificação das seguintes palavras: *mau, ruim, caneta* e *paternal*.

Em primeiro lugar é preciso definir os traços a serem utilizados na classificação desses itens. A pesquisa relatada em Perini *et al.*, 1996 revelou que alguns traços semânticos são relevantes para a determinação das possibilidades de ordenamento dos termos no SN: por exemplo, <Qualificativo> e <Referencial>, entre outros; aqui vamos limitar-nos a esses dois, para simplificar a discussão. Segundo a análise proposta no trabalho citado, a acepção "qualificativa" está disponível a itens que aparecem tanto antes quanto depois do núcleo do SN; a acepção "referencial" só se realiza (por definição) no próprio núcleo.

Analisando as quatro palavras escolhidas em termos desses dois traços, teremos:

mau	<+Q, +R>
ruim	<+Q, +R>
caneta	<-Q, +R>
paternal	<+Q, -R>

As quatro palavras examinadas se distribuem, em um primeiro momento, em três classes, definidas pelas matrizes de traços <+Q, +R>, <-Q, +R> e <+Q, -R>. Esses traços permitem descrever as possibilidades posicionais de cada palavra, através de certas regras incluídas na análise; essas regras especificam que um elemento marcado <+Q> pode ocorrer antes ou depois do núcleo; um elemento marcado <-Q> não pode ocorrer antes do núcleo; e somente elementos marcados <+R> podem ocorrer como núcleos. Isso prevê as seguintes possibilidades:

> *mau* pode ocorrer como núcleo; e pode ainda ocorrer posposto ou anteposto ao núcleo;
> *ruim* pode ocorrer nas mesmas posições que *mau*;
> *caneta* só pode ocorrer como núcleo;
> *paternal* pode ocorrer posposto ou anteposto ao núcleo, mas não como o próprio núcleo.

Essas previsões são confirmadas para três das palavras em exame. Mas no caso de *ruim* há uma falha, porque essa palavra não pode ocorrer anteposta ao núcleo: *um livro ruim* / **um ruim livro*. E não se conhece nenhum traço semântico de *ruim* que possa ser responsabilizado por esse fato.

Por conseguinte, marcaremos *ruim* como uma **exceção** à regra que estipula que os elementos marcados <+Q> podem ocorrer antepostos. Ou seja, temos que reconhecer que as possibilidades de ordenação não são inteiramente determinadas pela semântica dos diversos itens envolvidos. Desse modo, admitiremos a necessidade de marcar os itens (ou alguns deles) com traços idiossincráticos, que os identificam como exceções; no caso, marcaremos *ruim* com o traço [-Ant], o que quer dizer que essa palavra é uma exceção à regra ou regras que estabelecem as possibilidades de anteposição. Assim, *ruim* terá a matriz <+Q, +R>, [-Ant], diferenciando-se de *mau*, que é <+Q, +R>, [+Ant][1].

O que temos em mãos, portanto, é certo número de traços distintivos, cada um dos quais corta o universo dos itens léxicos em duas classes. Os traços, em seu conjunto, definem diversos cortes, e portanto diversas classes;

[1]Na verdade há redundâncias nessa notação, mas isso não precisa preocupar-nos no atual estágio da investigação. Por exemplo, não é realmente necessário especificar que *mau* é [+Ant], pois isso já é determinado pela regra mencionada, que estabelece que um item <+Q> pode ser anteposto. Discutir esse tipo de questão só faria sentido se estivéssemos empenhados em desenvolver uma notação formalizada e maximamente econômica, o que nos parece prematuro. No momento trata-se de observar e sistematizar dados, não de construir uma teoria geral: em outras palavras, nosso objetivo é descritivo, não explicativo, e por isso não nos ocuparemos de eliminar eventuais redundâncias da notação utilizada.

BEST COPY AVAILABLE

como vimos, considerando os quatro itens *mau, ruim, caneta* e *paternal* e os três traços <Q>, <R> e [Ant], definimos quatro classes. Cada classe compreende certo número de itens cujo comportamento relativo à ordenação dentro do SN é semelhante.

4. A taxonomia e a análise

Essa definição de traços tem uma relação muito íntima com a análise propriamente dita da ordem dos termos no SN. Pode-se perguntar se é a análise que deriva das classes ou as classes que derivam da análise; mas essa pergunta não faz muito sentido, e não pode ser respondida de maneira direta.

Acontece que uma análise é em grande parte feita de generalizações, e as generalizações implicam na postulação de classes; nesse sentido, construir a análise e estabelecer classes são tarefas concomitantes e interdependentes. Digamos que se parta da observação de fatos: o item *mau* pode ocorrer tanto antes quanto depois do núcleo. Outra observação particular é que *mau* possui o traço semântico <+Q>, ou seja, pode ter acepção qualificativa.

Aqui estamos ainda em um estágio de generalização muito incipiente, e no que diz respeito a *mau* não temos mais que duas afirmações particularizadas. Teremos uma análise a partir do momento em que tentarmos uma generalização. Por exemplo, podemos dizer que *mau* pode ocorrer anteposto ou posposto **porque** tem o traço <+Q>. Isso equivale a dizer que "todo item marcado <+Q> pode ocorrer anteposto ou posposto ao núcleo"— e essa afirmação já é mais do que uma simples observação. Engloba uma generalização, e portanto já é uma análise (ou parte de uma análise).

Mas mesmo para formular essa generalização somos obrigados a estabelecer classes: a afirmação "pode ocorrer anteposto ou posposto ao núcleo" se predica não de um item léxico, mas de uma classe de itens, ou seja, de todos os itens marcados <+Q>. O estabelecimento de classes é essencial para a formulação das generalizações, e portanto para a elaboração da análise. E, por outro lado, as classes só fazem sentido dentro de uma análise: senão como justificaríamos a escolha do traço <Q> e não, por exemplo, um traço que exprimisse o caráter "desfavorável" ou "desagradável" da semântica de *mau*? Naturalmente, porque o traço <Q> é relevante para a descrição das possibilidades de ordenação da palavra *mau*, ao passo que o fato de que essa palavra significa uma coisa desagradável não tem importância para a descrição das suas possibilidades de ordenação.

Assim, não se pode dizer que a taxonomia precede a análise, nem vice-versa; nem sequer que uma "depende" da outra. Antes, a taxonomia é um dos aspectos da análise. A análise da ordem dos termos do SN lança mão de fatores independentes de qualquer taxonomia léxica (notadamente fatores de ordem textual e pragmática); por isso não se pode identificar a taxonomia com a análise. Mas a taxonomia é um ingrediente básico da análise, já que se observa que certos tipos de itens, definíveis em termos de suas propriedades semânticas ou formais, se comportam de maneira especial do ponto de vista da ordenação.

Voltemos agora à questão do traço formal [-Ant] que, como vimos, identifica o item *ruim* como exceção. Esse traço, ao caracterizar um item segundo seu comportamento dentro do SN, automaticamente estabelece uma nova classe: dentre os itens marcados <+Q> é necessário distinguir dois grupos: aqueles que são proibidos de ocorrer antepostos e aqueles que não sofrem essa restrição. Isso é parte legítima da taxonomia, pois se justifica em termos das conveniências da descrição. O fato de uma das classes definidas por [-Ant] ser muito menos extensa do que a outra não afeta a questão em si; apenas nos autoriza a chamar esses casos minoritários de "exceções".

Assim, uma pessoa que aprende o item *mau* precisa ficar sabendo uma série de coisas, entre as quais: (a) esse item tem os traços <+Q, +R>; e (b) esse item não é exceção à regra que autoriza os itens <+Q> a ocorrerem antepostos ao núcleo. Naturalmente, certas estratégias de aprendizagem oferecem atalhos, como considerar que um item não é exceção até prova em contrário. Mas o resultado final é o mesmo: as exceções se classificam à parte (dentro da classe mais geral a que pertencem), o que automaticamente coloca as não-exceções também à parte. Consideramos pois uma classe o conjunto de todos os itens cujo comportamento relativo à ordenação no SN seja idêntico, ou seja, que tenham exatamente a mesma matriz de traços — compreendidos aí os traços idiossincráticos do tipo [Ant].

5. Representação das classes em traços

As classes, como vimos, se definem através de matrizes de traços; e esses traços são em parte semânticos, em parte formais (isto é, morfossintáticos). Há uma diferença nítida entre traços semânticos e formais: estes últimos muitas vezes são **ad hoc**, pois não encontram motivação independente em outros setores da gramática; é o caso do traço [Ant], com o qual estamos lidando. Já os traços semânticos não são **ad hoc**: são essenciais não apenas para efeitos de descrição da ordem dos termos no SN, mas ainda

para a caracterização do significado propriamente dito das palavras. Assim, por exemplo, a marca <-Q> no item *caneta* nos informa que esse item não ocorre anteposto ao núcleo, e também que *caneta* não pode exprimir uma qualidade atribuível a um objeto.

A importância dessa distinção vem de que um traço semântico tem, por assim dizer, existência independente, sendo essencial para descrever um **fato**, a saber, o significado de um item. Mesmo se não for relevante para outros propósitos, o traço semântico precisa figurar na análise porque senão certos itens ficarão com sua caracterização semântica incompleta. Já um traço formal tira toda a sua razão de ser de sua utilidade gramatical.

6. Sobre a natureza dos traços

Há um aspecto do comportamento gramatical dos itens que precisa ser sempre levado em conta, que é sua flexibilidade categorial, ou seja, sua grande capacidade de mudar de classe (semântica e/ou morfossintática) segundo as necessidades expressivas do falante. Essa flexibilidade categorial levanta certos problemas para a análise.

Voltemos ao item *caneta*: foi proposto acima que esse item seja marcado, no léxico, com o traço <-Q>, significando que não pode ocorrer modificando (ou qualificando) o núcleo: não tem potencial qualificativo. No entanto, nada impede, em princípio, que a partir de amanhã *caneta* comece a ser usado qualificativamente. É o que acontece às vezes com itens originalmente <-Q>, como *cabeça*, que passou recentemente a ser utilizado (em certa variedade coloquial) qualificativamente: *um filme cabeça* (um filme inteligente). Como é que isso pode acontecer, se o termo era <-Q>, e portanto não tinha potencial qualificativo? Não estaríamos, com essa marca, negando a possibilidade de uma coisa que é comprovadamente possível?

A pergunta tem razão de ser, e pode ser respondida lançando-se mão da distinção entre sincronia e diacronia.

Ao se falar de "potencial" deve-se distinguir duas noções: primeiro, o potencial que um item possui de ser utilizado de determinada maneira **sem que seu uso cause efeito de inovação** (coisas como: efeito humorístico, variedade ou dificuldade de interpretação etc.). Nesse sentido, *caneta* é certamente destituído do potencial expresso pelo traço <Q>, devendo ser marcado <-Q>; e é nesse sentido que a noção de "potencial" nos interessa.

BEST COPY AVAILABLE

Já a noção diacrônica de "potencial" se refere à possibilidade de um item ser utilizado de determinada maneira **como inovação**. Assim, hoje, o uso de *caneta* como qualificativo é em princípio possível, mas constituirá inovação, acarretando os efeitos mencionados. Foi o que ocorreu com *cabeça* as primeiras vezes que se falou de *papo cabeça, filme cabeça* etc. A diferença está em que a primeira noção de "potencial" se refere ao armazenamento de uma possibilidade como parte da convenção lingüística vigente (o que chamamos "língua portuguesa"); a segunda noção se refere às possibilidades de mudança dessa convenção.

Embora não nos interesse neste momento, a noção diacrônica tem relevância e distingue à sua moda os itens léxicos entre eles. Assim, *caneta* pode, concebivelmente, passar a ser utilizado qualificativamente; mas certamente o mesmo não vale para *corríamos, sempre* ou *em*. Por isso, é importante distinguir o potencial **de uso** (sincrônico) do potencial **de mudança** (diacrônico); aqui nos interessa o primeiro.

Essa posição tem corolários para a interpretação do que, precisamente, nos dizem os traços utilizados na análise. Assim, quando utilizamos um traço qualquer, digamos <+T>, para marcar um item, estamos dizendo o seguinte:

> "esse item (ou, mais exatamente, essa **palavra**; ver a seção 2) pode ser utilizado como "T", e esse uso é aceito pela comunidade como parte da convenção, e não como uma tentativa de modificar a convenção."

7. Substantivos e adjetivos

7.1. O núcleo do SN

Vamos exemplificar a aplicação dos princípios discutidos ao caso dos elementos habitualmente colocados sob o rótulo de "adjetivos" e "substantivos". Para isso começaremos examinando a noção de "núcleo do sintagma nominal" — uma noção que se encontra na base da distinção entre adjetivos e substantivos, mas que não está definida de maneira satisfatória na literatura a que tivemos acesso (por exemplo, nos artigos reunidos em Corbett *et al.* (1993). Aqui apresentaremos a solução proposta em Perini *et al.* (1996).

Mostrou-se nesse texto que a definição de base puramente posicional, como por exemplo a proposta em Perini (1995), não funciona. A razão principal

é que, ao se tentar definir o núcleo posicionalmente, tanto os termos que precedem quanto os que seguem o presumível núcleo podem ocorrer repetidos. Assim, qualquer definição dependennte da posição (digamos, "o terceiro termo a partir do final do SN") esbarra no fato de que não se pode saber de antemão quantos termos repetidos estão presentes em um SN particular. Não obstante, estamos convencidos de que é necessário atacar o problema da definição do núcleo, a fim de permitir a própria formulação das questões de ordenação dos termos: se o objetivo da análise é, por exemplo, discutir a posição do adjetivo no SN, essa posição será definida em relação a quê?

A conclusão a que se chegou é que o núcleo do SN não é uma entidade definível **formalmente** (a partir de sua posição no sintagma, ou de outros fatores, como o controle da concordância); antes, trata-se de uma **função semântica**, a saber, o núcleo é o termo do SN que está tomado em acepção **referencial** — ou seja, como "designação de uma coisa".

As bases que permitem ao ouvinte determinar qual dos termos de um SN veicula a acepção referencial estão expostas em Perini *et al.* (1996: 75 sqq). Aqui damos apenas um exemplo: seja o sintagma *o carro amarelo*: a palavra *amarelo*, em virtude de sua matriz semântica armazenada no léxico, pode ser referencial (como em *o amarelo está na moda*) ou então qualificativa (*casa amarela*). Mas *carro* só pode ser referencial. Portanto, em *o carro amarelo* a palavra *carro* é referencial ("R") e *amarelo* qualificativo ("Q"). Há razões para crer que em cada SN há sempre um centro de referência, e apenas um; no caso em pauta, é *carro*, e é esse o núcleo.

Isso explica, entre outras coisas, a facilidade que têm os ouvintes de identificar o núcleo de um sintagma, já que essa identificação é resultado direto da própria compreensão do sintagma. Seria pouco plausível argumentar que os ouvintes encontram o núcleo a partir de um cômputo da posição do elemento dentro do sintagma.

7.2. Adjetivos e substantivos

A análise do núcleo do SN resumida acima acaba inviabilizando a definição formal de "adjetivo" e "substantivo". Acontece que a definição formal se basearia no potencial funcional de cada palavra: o conjunto de funções sintáticas que cada uma pode ocupar. Por exemplo, diríamos que *paternal* é um "adjetivo" porque não pode ser núcleo do SN, e *João* é "substantivo" porque pode. Se o núcleo do SN pudesse ser definido em termos formais —

digamos, através de sua posição exclusiva dentro do sintagma — teríamos que "adjetivos" e "substantivos" seriam classes morfossintáticas distintas.

Mas a partir do momento em que se nega a diferenciação morfossintática entre o núcleo e os demais termos do SN (em particular os modificadores realizados por "adjetivos" tradicionais), torna-se impossível aplicar essa definição: os "adjetivos" e os "substantivos" tradicionais têm o mesmo potencial funcional sintático, isto é, ocorrem no mesmo conjunto de funções sintáticas. Logo, pertencem, formalmente falando, a uma única classe. O que distingue esses tipos de palavras são suas potencialidades **semânticas**: *paternal* se distingue de *João* por não ocorrer em acepção referencial (*paternal* não é "o nome de uma coisa"). As potencialidades formais observadas desses itens são decorrência automática de suas potencialidades semânticas: cada item tem este ou aquele comportamento formal em virtude de significar isto ou aquilo[2].

De certo modo isso nos leva de volta à intuição tradicional de que o substantivo seria a palavra que nomeia as coisas. Mas nossa análise se diferencia da tradicional em pontos cruciais: negamos que o substantivo e o adjetivo existam como classes autônomas, morfossintaticamente caracterizáveis. Em vez disso, a diferença tradicionalmente percebida entre "adjetivo" e "substantivo" se interpreta como uma diferença entre palavras que podem ser nomes de coisas (isto é, que podem ter acepção referencial; ou ainda, que são marcadas <+R>) e palavras que não podem.

Essa posição permite capturar um fato extremamente importante, mas que não se encaixa na análise tradicional: a existência de grande número de itens que podem ocorrer em acepção referencial ou qualificativa, como *amigo*:

Meu melhor **amigo** [acepção referencial]
Um gesto **amigo** [acepção qualificativa]

Qualquer sistema que só considere duas alternativas (substantivo X adjetivo) precisa deixar de lado a diferença entre *paternal*, *João* e *amigo*, porque aqui temos **três** tipos de comportamento distinto (semântico e morfossintático).

[2] Essa não é uma afirmação de valor geral; pode haver, e certamente há, casos em que traços puramente formais distinguem grupos de palavras em classes diferentes. Por exemplo, não vemos maneira de caracterizar semantiCamente os substantivos masculinos face aos femininos.

A presente proposta descreve os fatos a partir de fatores semânticos inevitáveis, que precisam de qualquer maneira figurar na análise: *João* é um nome de coisa, e só isso; *paternal* é uma qualidade, e só isso; *amigo* pode ser as duas coisas. A presença desses traços na potencialidade semântica dessas palavras é algo que consideramos um fato, não uma decorrência desta ou daquela teoria.

8. Conseqüências para a taxonomia

8.1. Princípios

As conseqüências desta análise para a questão da classificação das palavras são óbvias: morfossintaticamente, adjetivos e substantivos não se distinguem. Teremos que colocá-los juntos em uma só classe formal, à qual podemos chamar **nomes** (seguindo Camara, 1970).

É preciso observar, contudo, que isso não significa que não haja distinções morfossintáticas entre as palavras em geral. Certamente a diferença entre um verbo e um substantivo não pode ser reduzida totalmente a fatores de significado: o verbo se conjuga, ocupa uma função sintática própria etc. Mesmo dentro do SN, muitos elementos poderão ser colocados em classes à parte por razões formais. Por exemplo, não se conhece nenhuma razão semântica para que o artigo ocorra em sua posição característica à cabeça do sintagma. Logo, o **artigo** precisa (pelo que sabemos hoje) ser segregado da classe dos nomes, formando uma classe que se define por um comportamento sintático próprio.

O comportamento dos diversos elementos do SN (exceto o dos nomes) está ainda pouco estudado. Uma tarefa que se coloca de imediato é a de investigar quantos e quais tipos de comportamento formal se podem distinguir dentre os elementos que comparecem no SN. É provável que palavras como *todos, o, meu, outro, cinco* etc. não possam ser incluídas dentro da classe dos nomes. A se confirmar essa hipótese, elas escapariam às regras que governam a posição dos nomes, exigindo regras próprias. Uma conseqência seria que elas teriam que se colocar em classes diferentes da dos nomes.

8.2. Os nomes

O caso dos nomes, no momento, fica assim:

(a) parece que existe uma classe, morfossintaticamente distinguível, que

englobaria *grosso modo* as classes tradicionais dos "adjetivos" mais os "substantivos" (com o provável acréscimo de alguns "pronomes"). Os membros dessa classe se caracterizam por sua distribuição: ocorrem na parte final (a "área direita") do sintagma. A idéia é que a classe dos nomes poderia ser definida posicionalmente. Ainda *grosso modo*, os nomes correspondem aos elementos "lexicais" mencionados na literatura tradicional; os outros seriam os "funcionais". Evitamos utilizar essa nomenclatura porque nos parece apriorística e baseada em critérios mal delimitados; mas por trás dela há uma intuição que pode ser válida;

(b) entre os nomes existe uma grande variedade de traços semânticos. Alguns desses traços semânticos são relevantes para o posicionamento dos itens, outros não. Assim, por exemplo, o item *João* denota um objeto concreto, e o item *santidade* um objeto abstrato; mas essa oposição (concreto/abstrato) não funciona na determinação da posição dos itens dentro do SN. Desse ponto de vista, *João* e *santidade* são idênticos, e sua oposição não interessa para efeitos de taxonomia. Por outro lado, o item *japonês* pode ser proventivo (nascido ou proveniente do Japão) ou agentivo (praticado pelos japoneses); já o item *violento* não pode ser nem proventivo nem agentivo, mas pode ser qualificativo. Acontece que essa diferença se reflete nas possibilidades de posicionamento: as acepções agentiva e proventiva só são disponíveis em posição posposta, de maneira que se antepusermos *japonês* o resultado será mal formado (**um japonês carro*, **a japonesa decisão*) porque o item anteposto fica sem acepção possível. Já *violento* pode ocorrer anteposto ou posposto, porque a acepção qualificativa é disponível nas duas posições; donde serem bem formados tanto *temporal violento* quanto *violento temporal*.

Simplificando bastante, a situação é essa. Temos taxonomias nos níveis morfossintático e semântico. E, a partir do momento em que decidimos descrever a ordem, não podemos escapar de nenhum desses níveis: a descrição da ordem dos termos no SN precisa ter uma cara morfossintática e uma cara semântica (além de outras caras, como a funcional, da qual não nos ocupamos neste trabalho).

8.3. A taxonomia que buscamos

Quando falamos de "nomes", por exemplo, estamos nos referindo a uma classe definida formalmente. E podemos deixar escapar alguma referência a uma subclassificação dos nomes segundo critérios semânticos: alguns podem ser agentivos, outros não etc. Essa maneira de falar pode sugerir que no

BEST COPY AVAILABLE

fundo a taxonomia que buscamos seria essencialmente formal: os traços morfossintáticos definiriam as classes, depois os semânticos definiriam as subclasses.

Mas não é isso. Rótulos como "nome" (ou, digamos, "verbo") são apenas abreviaturas de matrizes de traços, e representam aproximações. A única maneira rigorosa de se falar da classificação das palavras é utilizando diretamente as matrizes. Assim, uma palavra como *João* se distingue de *sem* através de certos traços, e de *amigo* através de outros traços. O fato de que no primeiro caso os traços são (também) formais, e no segundo só semânticos, não precisa ser colocado em primeiro plano. Vamos entender a taxonomia como resultado de traços gramaticais, alguns formais e outros semânticos, sem hierarquia de tipos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARA, J. M. Jr (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
CORBETT, G. G.; N. M FRASER. & S. MCGLASHAN. (orgs.) (1993) *Heads in Grammatical Theory*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
PERINI, M. A. (1995) *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática.
_____ et.alli (1996) O Sintagma Nominal em Português: Estrutura, Significado e Função. da *Revista de Estudos da Linguagem nº Especial*. B. Horizonte: UFMG.

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (227-242)

O Discurso Auto-reflexivo: Processamento Metadiscursivo do Texto

(Self-reflexive Discourse: Meta Discursive Processing of Text)

Mercedes Sanfelice Risso & Clélia Cândida A. Spinardi Jubran
(Universidade do Estado de São Paulo / Assis - CNPq)

Abstract: This paper, based on a text-interative point of view, deals with metadiscursiveness, pointing out its characteristics and functionality in the processing of the spoken text. Different discourse reference modalities are described, featuring focalizations of the code in use, of the management of the communicative event, and of the outline of the text structure. The data used in the analysis are passages from Projeto NURC inqueries, D2 and EF types.

Resumo: A partir de uma ótica textual-interativa, este artigo aborda a questão da metadiscursividade, destacando as suas propriedades e a sua funcionalidade no processamento do texto falado. São caracterizadas diferentes modalidades de referência ao discurso, que envolvem focalizações do código em uso, da gestão do evento comunicativo e do esquema de construção do texto. A análise tem por dados trechos de inquéritos do Projeto NURC, dos tipos D2 e EF.

Key words: Metadiscourse; Self-Reflexiveness; Spoken Text.

Palavras-chave: Metadiscurso; Auto-reflexividade; Texto Falado.

0. Introdução

Este artigo tem por objetivo o estudo do processo da metadiscursividade, apreendido como um recurso importante de estruturação textual, ativado freqüentemente na organização do texto falado. A apreensão desse recurso, pela análise de materiais do Projeto NURC/BR, contempla a descrição de um movimento de auto-reflexividade, pelo qual o "fazer" discursivo é referenciado no próprio discurso.

Fundamentado numa perspectiva textual-interativa, este estudo toma por base uma concepção pragmática de linguagem, como atividade verbal entre os protagonistas de um ato comunicativo, contextualizada no espaço, no tempo e no conjunto complexo de circunstâncias que movem as relações sociais

entre os interlocutores. Na ação verbal estão, portanto, incorporados o enunciado e suas condições enunciativas. A adoção desse fundamento teórico leva a ver os componentes enunciativos como introjetados no produto lingüístico de um ato comunicativo — o texto.

O metadiscurso, por inscrever o produto verbal na situação enunciativa que o instaura, estabelece-se como uma das evidências dessa integração entre enunciado e enunciação.

Como propriedade discursiva, potencialmente presente em toda e qualquer manifestação textual, a metadiscursividade ganha, no caso específico da língua falada, uma densidade particular, pelo fato de as contingências da produção oral promoverem uma acentuada manifestação dos fatores enunciativos na estruturação do texto. Fortemente ancorado no entorno espaço-temporal de interação face a face, o texto falado é produzido de forma dinâmica e momentânea, o que favorece sensivelmente o afloramento, na sua superfície, de traços da enunciação. Em razão do monitoramento local e contínuo das construções verbais, esses traços são lingüisticamente materializados, ficando, portanto, acessíveis à análise. As formas metadiscursivas serão ressaltadas, na presente investigação, como um dos fenômenos verbais diretamente observáveis no produto dessa atividade emergencial de processamento formulativo.

1. Metadiscursividade: A Glosa do Próprio Discurso

A propriedade básica particularizadora da metadiscursividade é a da auto-reflexividade do discurso: este se elabora focalizando-se a si mesmo, pela conjunção do que é dito com o ato de dizer. Por reportar o discurso ao ato de enunciação que o cria, auto-referenciando-se, o metadiscurso constitui-se simultaneamente como discurso e como glosa sobre o discurso.

No seu estatuto de discurso auto-referente, os enunciados metadiscursivos dão concretude a um vasto inventário de aspectos de textualização, que se desdobram em mecanismos variados de focalização da atividade discursiva, como entre outros: procedimentos mais pontualizados que recaem sobre o signo, explicando-lhe valores semânticos e funções em contextos comunicativos concretos, ou sinalizando o processamento de seleções lexicais; procedimentos que põem em destaque unidades mais amplas, como o tópico e o texto, explicitando-lhes a organização, por marcas de aberturas, fechos, retomadas, sínteses, exemplificações, reformulações ou mesmo de esquemas macro-estruturais de composição textual; procedimentos com foco na natureza dos

BEST COPY AVAILABLE

atos de fala, pela rotulação de seu teor declarativo, responsivo ou interrogativo; procedimentos evidenciadores do caráter dialógico do texto falado, relacionados à administração das relações interacionais, com alvo na eficácia da comunicação, pela checagem da boa transmissão e recepção informacional.

Pela característica da auto-reflexividade, a metadiscursividade tem um ponto em comum com a metalinguagem, compreendida como fenômeno de auto-referenciação da língua: a frase metalingüística centra-se no próprio código verbal que está na base de sua formulação, incidindo sobre propriedades de forma e significado dos signos lingüísticos. Remetendo, assim, à estrutura da língua enquanto sistema, a metalinguagem, tomada por este ângulo, diferencia-se da metadiscursividade, por prescindir de um elemento fundamental para a operação metadiscursiva, que é a focalização do contexto discursivo. Essa distinção entre metalíngua e metadiscurso explicita uma polarização entre código, abstraído de atualizações interacionais, e "mise-en-scène" do código, que, na ótica textual-interativa aqui adotada, congrega o complexo da ação verbal, coenvolvendo enunciado e contingências enunciativas.

Uma atenuação dessa polarização é vista na concepção que Jakobson (1969) tem da função metalingüística. Segundo destaca Borillo (1985), à noção de mensagem centrada sobre o código, Jakobson acrescenta uma observação relativa a condições enunciativas para a ocorrência de enunciados metalingüísticos: a de que eles decorrem da necessidade de destinador e destinatário checarem, pela referência ao código, a eficácia comunicativa da mensagem.

A observação de Jakobson, por reportar as operações metalingüísticas ao ato de enunciação, representa um primeiro passo para aproximá-las das operações metadiscursivas. A perspectiva pragmática da linguagem, enfatizando a contextualização das realizações verbais, leva a uma confluência entre os procedimentos metalingüísticos e metadiscursivos, na medida em que as remissões às estruturas da língua passam a ser enfocadas pelo ângulo de seu funcionamento em situações comunicativas.

Apoiando-se nessa concepção mais abrangente, gerada pelo tratamento discursivo dos fatos lingüísticos, Borillo (1985) comenta que:

> *"a metalinguagem é na verdade um discurso centrado sobre o código, mas código tomado em sentido amplo, remetendo tanto*

à estrutura da língua enquanto sistema, quanto à sua ativação em situação de comunicação, i. é, movido por um locutor, que se dirige a um destinatário — real ou virtual — em circunstâncias particulares".

Ao examinar a função metalingüística em situação de enunciação, Borillo (1985) a destaca como uma primeira modalidade de metadiscurso: a) a que faz referência ao discurso, especificando aspectos do código em uso na elaboração do texto. A investigação feita pelo Autor sobre a questão da metadiscursividade envolve ainda outras duas formas de intervenção do metadiscurso: b) a que se refere ao discurso como fato enunciativo, para explicar algumas de suas condições, ligadas à gestão do diálogo, tendo em vista sua inteligibilidade; c) a que se refere ao discurso enquanto construção de enunciados, para explicar seu desenvolvimento, sua estratégia e organização argumentativa. Esses três aspectos funcionais da glosa sobre o discurso serão considerados na análise do corpus, a ser apresentada no item 2 deste artigo.

Em decorrência dessa propriedade de auto-referenciação, pela tomada de elementos discursivos como objeto de focalização, o metadiscurso entra, na composição do texto, em pauta diferenciada da estrutura informacional. Denunciando momentos de processamento verbal na interação, estabelecendo-se como elementos explícitos de antecipação, avaliação e comentários da produção discursiva, firmando-se como indiciadores da montagem do texto, entre outras atuações, os enunciados metadiscursivos operam efetivamente no âmbito da atividade enunciativa. Como tal, mantêm-se exteriores aos conteúdos das proposições tópicas. Entretanto, asseguram a ancoragem pragmática desse conteúdo, ao circunscreverem a significação proposicional, de base informacional, no âmbito das significações geradas pelo espaço discursivo. Assim, em seu estatuto pragmático-discursivo, funcionam como embreadores dos enunciados com as condições de enunciação, ao apontarem para as instâncias produtoras do discurso, correlacionando-as simultaneamente com a estruturação textual-interativa.

Gülich e Kotschi (1995) reconhecem, igualmente, essa dimensão diferente que o metadiscurso assume relativamente à estrutura informacional. Focalizados como procedimentos típicos de *qualificação*, que envolvem avaliações e comentários de uma expressão ou seqüência de expressões integrantes do discurso em processo, os enunciados metadiscursivos, segundo os Autores, não atuam imediatamente no plano da estrutura informativa. Constituem manifestações explícitas de controle da atividade discursiva, que suspendem

momentaneamente o fluxo informacional, designando propriedades de constituintes discursivos sob seu escopo.[1]

A diferença entre enunciados metadiscursivos e proposições tópicas ganha evidência, no espaço textual, pelo fato de que o estatuto de metadiscurso é sempre assinalado. Nessa sinalização entram procedimentos verbais de natureza e níveis variados, indo de fatos prosódicos a construções referenciadoras do processamento lingüístico-textual-interativo. Esses procedimentos sinalizadores podem apresentar diferentes graus de estereotipia e ganharem formato ora mais estendido, ora mais conciso. Observados em relação à unidade tópica, mostram uma tendência para ocorrerem como incisos, o que salienta a diferença dada pela tônica pragmático-discursiva que eles comportam. Vistos em relação ao seu escopo — segmento do discurso por eles referenciado — os operadores de metadiscursividade tendem a se posicionar como prefaciadores, e, portanto, como mecanismos que anunciam antecipadamente, no texto, o valor discursivo do fragmento que eles introduzem. Indiciam-lhe o estatuto e funções discursivas (por exemplo, o seu papel de síntese, reformulação, repetição, exemplificação) apontam seu lugar e relação com as demais partes integrantes do texto, na macro-estrutura textual, qualificam sua força ilocutória, explicitam sua direção argumentativa, comentam propriedades de unidades lexicais que o constituem, conferem sua eficácia na relação comunicativa entre os interlocutores.

Em escala menor, a posição não prefaciadora pode destacar algumas das funções acima, como é o caso da última, mais propensa a ser expressa por operadores que sucedem seu escopo, como fecho do segmento - objeto de sua referência.[2]

A observação dos papéis exercidos pelos operadores metadiscursivos demonstra uma intrincada rede de funções, marcadas por uma multiplicidade de possibilidades sinalizadoras.[3] A diversificação dos mecanismos indiciadores

[1] Embora concordemos com Gülich e Kotshi, no que diz respeito ao destaque do domínio particular de atuação do metadiscurso, nossa concepção integrativa de introjeção dos fatores pragmáticos na tessitura lingüística do texto distancia-nos de sua visão estratificada da estruturação textual em camadas, que leva os Autores a distinguirem entre um procedimento básico (*verbalização*) e procedimentos adicionais de produção discursiva (*tratamento e qualificação*).

[2] A observação aqui feita levanta a questão das correlações entre posição e função dos operadores metadiscursivos, como possível campo de investigação.

[3] Essa constatação suscita uma frente de pesquisa que correlacione a pluralidade sinalizadora com a multifuncionalidade metadiscursiva. Um ponto a ser examinado seria a possível ligação entre determinadas funções e mecanismos sinalizadores específicos para indicá-las.

BEST COPY AVAILABLE

de metadiscursividade torna a sua listagem bastante extensa e complexa, o que dificulta uma categorização das unidades aí envolvidas. Trata-se, com efeito, de uma lista aberta, constituída por uma variedade de formas e construções lingüísticas, sempre renovada no dinamismo das interações verbais.

Uma outra questão que destaca a dificuldade de categorização dos referidos operadores diz respeito ao fato de poderem estar elípticos, na construção sinalizadora, exatamente os termos referentes à atividade enunciativa, que explicitariam a focalização auto-reflexiva do discurso. A auto-reflexividade do discurso ganha evidência, nesses casos, pela recuperação desses termos, facilmente viabilizada com apoio em dados do evento comunicativo. Observe-se, por exemplo, a ausência dos verbos de natureza declarativa em contextos como: ***Compreendeu? Em primeiro lugar ...***, que podem ser automaticamente decodificados como *Comprendeu o que eu* **disse***? Em primeiro lugar,* ***quero me referir*** *ao seguinte.*

2. Análise

A análise da manifestação da metadiscursividade em língua falada, aqui empreendida, assenta-se no exame da funcionalidade do metadiscurso na configuração das relações textuais-interativas. Os papéis a serem caracterizados contemplam as três modalidades de referência ao discurso, apontadas por Borillo (1985), e já mencionadas no item anterior.

As passagens selecionadas para análise constam do material do Projeto NURC, e mostram duas situações diferenciadas de coleta de dados: uma, em que o discurso é mediado por um entrevistador, que aciona o diálogo, provocando a fala dos informantes, e outra, em que não se verifica essa mediação, transcorrendo a fala por conta e iniciativa do próprio informante. No primeiro caso, enquadra-se o inquérito do tipo D2 (Diálogo entre Dois Informantes), número 255, do NURC/SP e, no segundo, o inquérito do tipo EF (Elocução Formal), número 049, do NURC/SSA.

O D2 é previsto como tomada de fala mais espontânea entre os Locutores em interação, reduzindo-se o papel discursivo do Documentador a eventuais participações, com o intuito de manutenção do diálogo que se desenvolve entre os Informantes. No entanto, no caso específico do D2 escolhido, a presença do Documentador, na ativação do evento interacional, é mais marcante, o que aproxima esse inquérito de uma situação típica de entrevista, característica de uma outra modalidade de material do NURC, o DID (Diálogo entre Informante e Documentador).

A própria natureza do papel discursivo do Documentador implica o desencadeamento de atos de fala centrados no *fazer* discursivo, uma vez que, enquanto *alimentador* de diálogo, o Documentador tem o discurso como objeto de sua fala. A ocorrência do metadiscurso é, portanto, uma constante nas intervenções do Documentador. No D2 sob análise, o aumento da freqüência do metadiscurso está em relação direta com as circunstâncias especiais de participação ativa do Documentador, aí verificada.

Este fato é visível no segmento abaixo, que recorta três momentos de manifestação do Documentador, seguido do turno de um dos Informantes.[4]

Doc. *com respeito ... ao telefone como eu digo eu gostaria que o senhor colocasse o significado vamos dizer ... do telefone para as comunicações ... em tese o senhor já colocou ... mas eu gostaria que o senhor ... amiudasse*
um pouco
(...)
Doc. *então ... então agora nós ... vamos mexer aqui num assunto que parece ser um pouco mais amplo ... o problema da imprensa ... professor ... R. quer falar sobre a imprensa ou dá a primazia aqui ao professor C.?*
(...)
Doc. *professor C. ... professor R. poderiam nos mencionar vamos dizer na escala de:: ... — não sei se seria certo — de valores ... os problemas de uma cidade:: ... de uma ciDAde comum ...]*
L1 *(...)*
L2 *é eu não teria muito que acrescentar ... o C. de certa forma colocou muito bem o problema eu poderia só complementar me referindo por exemplo a alguns aspectos como a poluição ... que hoje em São Paulo se torna insuportável né? e a poluição é reflexo exatamente dessa atitude individualista né? do homem de um modo geral ... com seus condicionamentos a/ atuais né? eu até costumo dar o exemplo né? o sujeito monta uma fábrica na beira de um rio né? então ele não está muito preocupado em saber se o resíduo da fábrica despejado no rio vai matar os peixes que estão dentro daquele rio ... ele*

[4] A análise do corpus não contemplará todas as ocorrências de metadiscurso, mas ressaltará as mais representativas das funções destacadas em cada ponto deste artigo.

BEST COPY AVAILABLE

está preocupado que a fábrica produza e dê um lucro que ele precisa daquele lucro et cetera quer dizer em primeiro lugar ... entende? vêm as suas preocupações pessoais o seu lucro ... entende? depois a comunidade
(...)
mas não é só em São Paulo ... eu acho que mesmo na cidade pequena às vezes acontece isso quer dizer às vezes a cidade é pequena o sujeito conhece o problema do outro
1515 *mas também vive na dele como se diz na gíria né?*
(D2-SP/255)[5]

Os três lances de fala do Documentador acusam uma função preponderante de seu desempenho, que é a de sustentar a continuidade do ato comunicativo, pela freqüente proposição de tópicos a serem abordados pelos Locutores:

(1) ***com respeito*** *... ao telefone*
(2) ***eu gostaria que o senhor colocasse o significado vamos dizer*** *... do telefone para as comunicações ...*
(3) ***então ... então agora nós ... vamos mexer aqui num assunto que parece ser um pouco mais amplo*** *... o problema da imprensa ...*
(4) ***professor C. ... professor R. poderiam nos mencionar vamos dizer na escala de:: ... - não sei se seria certo - de valores ...*** *os problemas de uma cidade:: ... de uma ciDAde comum ...*

Em todos os casos acima, observam-se prefaciadores metadiscursivos (em negrito) que conferem estatuto de tópico discursivo ao segmento subseqüente, por eles escopado (sem negrito). A nomeação do tópico, assim desencadeada, ganha teor de metadiscurso, porque enquadra, no âmbito do discurso, os elementos referenciados, ao fazer deles pontos de centração do diálogo, em seu andamento. Estabelecidos desse modo como tópicos a serem focalizados, tais elementos escopam, por sua vez, toda a porção textual, de base cognitivo-informacional, concernente a eles. Configura-se, então, a referida ancoragem dos dados da estrutura informacional no contexto discursivo, traduzindo a estreita articulação entre os componentes ideacionais e os metadiscursivos, na elaboração textual-interativa.

[5] A citação deste D2 é feita conforme transcrição publicada em Castilho e Preti (1987).

BEST COPY AVAILABLE

A aferição da qualidade de tópico respalda-se na presença, no corpo dos segmentos metadiscursivos prefaciadores, de recursos tematizadores (*com respeito*, em (1) e de termos que designam atividades verbais (*colocasse o significado*, em (2); *vamos mexer aqui num assunto*, em (3); *poderiam nos mencionar*, em (4)). Essa designação das atividades verbais é essencial para o reconhecimento da auto-reflexividade do discurso, particularmente em situações interacionais no molde de entrevistas, como a do D2 em análise, onde as ações verbais nomeadas correspondem às atividades pressupostas no desempenho do papel discursivo dos entrevistados.

O conjunto de comentários sobre os fragmentos de (1) a (4) demonstra a dinamicidade da instauração do processo metadiscursivo, pela ação recíproca entre as partes constituintes desse processo e pela interdependência de várias funções: à atribuição de estatuto de tópico a um segmento discursivo relaciona-se a prévia nomeação do tópico, que, por sua vez, se sustenta em diferentes designações da ação verbal (falar acerca de), concernente com a noção de tópico.

Os procedimentos de topicalização, pontuando quadros de referências ao longo do diálogo, concretizam uma forma de intervenção do metadiscurso, que se refere ao discurso, enfocando a sua construção (cf. Borillo, 1985).

Na apresentação de tópicos, feita pelo Documentador, a nomeação de ações verbais pode vir acrescida de qualificações, que esclarecem as condições sob as quais a atividade verbal se realiza — o que lhes confere cunho metadiscursivo. É o que acontece no primeiro lance de fala do Documentador, no qual este insiste na continuidade de um tópico já em curso (telefone), precisando-lhe um aspecto (o ***significado do telefone para as comunicações***), para, em seguida, qualificar a atividade do falante:

(5) *... **em tese** o senhor já colocou ... mas eu gostaria que o senhor ... **amiudasse** um pouco*

No trecho acima transcrito, a expressão *em tese* mostra uma avaliação inicial que o Documentador faz do grau de extensão com que o assunto em pauta foi até então abordado pelo locutor. Na seqüência, o verbo *amiudasse* traduz a sugestão de particularização do tópico, concentrando em si a designação metafísica de uma ação declarativa e, simultaneamente, a qualificação dessa ação (falar detalhadamente).

Os recursos metadiscursivos destacados, associados a todo um conjunto de fatos lingüístico-argumentativos co-ocorrentes no contexto, denunciam o

BEST COPY AVAILABLE

exercício de um controle polido, por parte do Documentador, sobre o comportamento verbal do locutor. Essa constatação mostra a metadiscursividade a serviço da configuração das relações interacionais.

No delineamento dessas relações, a representação da instância do locutor no texto pode realizar-se também metadiscursivamente. Isso se dá claramente no segmento (6), onde vemos o Documentador referir-se aos Informantes, enquanto sujeitos do discurso, a fim de gerir o diálogo, tendo em vista a seleção do locutor a quem deve ser delegado o turno subseqüente.

(6) ... ***professor ... R. quer falar sobre a imprensa ou dá primazia aqui ao professor C.?***

Essa forma de administração do evento interacional acusa o envolvimento de mecanismos metadiscursivos, na referência ao discurso como fato enunciativo (Borillo, 1985). Já o fato que comentaremos a seguir enquadra-se em uma outra modalidade de referência ao discurso, vista por Borillo como explicitadora do código com base no qual o texto está sendo construído. Tal fato encontra-se na passagem (4), aqui retranscrita:

(4) *professor C. ... poderiam nos mencionar* vamos dizer *na escala de:: ... - **não sei se seria certo** - de valores ... os problemas de uma cidade:: ... de uma ciDAde comum ...*

Os incisos metadiscursivos assinalados projetam a preocupação com a formulação lingüística do texto, no que diz respeito ao processamento de seleções lexicais. O marcador ***vamos dizer*** e a frase parentética ***não sei se seria certo*** sinalizam, conjuntamente, o problema formulativo da pertinência dos signos escolhidos, para a adequada expressão do tópico discursivo, que o Documentador está submetendo aos Informantes. Segundo Silva (1995), sinalizadores metadiscursivos dessa natureza revelam uma estratégia pela qual o falante, ao anunciar ao ouvinte que uma dada formulação não é totalmente satisfatória, torna-o cúmplice da imprecisão verbal, diminuindo automaticamente sua própria responsabilidade por ela. Coloca-se, pois, em questão, o código em funcionamento numa situação efetiva de comunicação, e a eficácia de seu uso para a boa consecução dos objetivos interacionais.

Assim como o metadiscurso oferece pistas para a identificação e a caracterização do papel discursivo do Documentador, na mobilização das relações textuais-interativas, dados metadiscursivos importantes também ressaltam da materialidade lingüística do texto, na revelação das funções

tipificadoras dos Informantes. O trecho do D2-SP/255, sob análise, registra o turno de um dos Informantes (L2), que se situa após a fala de L1 (não transcrita). Ambos discorrem sobre o mesmo tópico, ***principais problemas de uma cidade comum***, introduzido pelo Documentador.

A fala de L2 comporta traços metadiscursivos que, ao mesmo tempo que nomeiam a atividade verbal peculiar à função de falar sobre o tema proposto, característica do papel do entrevistado, definem L2 como locutor subseqüente a L1:

(7) *é **eu não teria muito que acrescentar** ...o C. de certa formacolocou muito bem o problema **eu poderia só complementar me referindo** por exemplo a alguns aspectos como poluição ...*

Além de qualificarem a fala de L2 como sucedânea à de L1, os verbos *acrescentar* e complementar materializam no texto a parceria no desenvolvimento do tópico, pondo em evidência uma *interação centrada* (Goffman, 1976). Observa-se, com efeito, que L2 tem por parâmetro o desempenho de seu interlocutor, que é positivamente avaliado: ***o C. de certa forma colocou muito bem o problema***. Trata-se de mais uma frase de cunho metadiscursivo, por tomar o discurso do interlocutor como objeto de consideração e comentário.

Alavancada na fala de L1, a de L2 faz o tópico progredir, mediante uma operação exemplificadora, veiculada pelo marcador metadiscursivo *por exemplo*, prototípico dessa operação. É por essa via que se dá a entrada do subtópico poluição como reflexo de atitudes individualistas, concretizador da exposição anteriormente feita pelo parceiro, sobre o ***individualismo em cidades grandes***.

A estruturação interna desse subtópico compreende uma introdução, em que se coloca a tese, e um desenvolvimento, por meio de um procedimento de exemplificação, nitidamente marcado pela frase operadora da metadiscursividade ***eu até costumo dar o exemplo né?*** (l. 1481-1482). Essa frase classifica o seu escopo (de ***o sujeito a et cetera*** - l. 1482 a 1487) na categoria discursiva de exemplo, preenchendo a função, apontada por Borillo, de pôr em relevo aspectos da construção do texto. No esquema de composição do texto, a referida frase atua ainda como fator de coesão, na

BEST COPY AVAILABLE

medida em que articula a introdução e o desenvolvimento do subtópico, conjugando a tese e o argumento comprovador.

Se, na situação acima, a frase metadiscursiva funciona relativamente a seqüências estruturais do tópico, nos contextos em que o metadiscurso destaca o código como objeto, são pontualizadas unidades menores, como em (8):

(8) *às vezes a cidade é pequena o sujeito conhece o problema do outro mas também* ***vive na dele*** como ***se diz na gíria né?***

O enunciado metadiscursivo *como se diz na gíria* escopa a expressão *vive na dele*, contextualizando-a em um subcódigo especial — o da linguagem gíria. Dessa sinalização de mudança de registro, infere-se a preocupação do Informante em preservar-se de reações desfavoráveis ao seu desempenho de falante culto da língua, evitando, assim, a tipificação negativa de sua formulação. Essa visível estratégia de preservação de face reflete o jogo das relações interpessoais em um evento comunicativo de língua falada. Com procedimentos dessa ordem, o Informante do NURC deixa entrever a consciência que tem do desempenho verbal dele esperado, nessa situação particular de coleta de dados de norma culta.

Passando, agora, ao segundo trecho recortado para análise, relembramos que o critério para a sua escolha recaiu no fato de que, nele, não há a mediação de um Documentador. Este trecho é extraído de um inquérito do tipo EF (Elocução Formal), que registra uma situação de comunicação diferenciada da do D2. Aqui, como dissemos, o Informante toma a iniciativa da fala, discorrendo sobre um tema pré-estabelecido, em contexto de sala de aula. No papel de professor, domina quase exclusivamente o turno, exercendo sua ação verbal numa situação marcadamente didática.

Os reflexos dessas condições comunicativas se fazem notar na elaboração textual, com predominância da estrtutura ideacional do discurso sobre a interpessoal, e com maior projeção da organização global da informação em tópicos discursivos. Essas características propiciam o surgimento do metadiscurso, pontuando o texto, com referências à sua macroestrutura e à montagem das partes internas de sua composição. Na perspectiva de Borillo, o discurso torna-se auto-reflexivo, nesses casos, exatamente porque tem por foco a construção do texto.

705

A aula analisada, sobre ***região mamária e mediastínica***, é bipartida nesses dois supertópicos, que se sucedem linearmente, sem interposições de um sobre outro. A demarcação desses supertópicos vem sob forma das frases metadiscursivas (9) e (10), nas quais, respectivamente, se dá o fechamento do primeiro tópico e a abertura do segundo.

(9) *então ... eu acho que nada mais nós temos a falar sobre a glândula ...*[6]

(10) *... agora nós vamos passar para o nosso outro assunto ... o outro assunto ... é a região metadiastínica ... então nós vamos começar a nossa região mediastínica ...*

Circunscrevendo nossa análise à tessitura do primeiro supertópico, observamos que a sua explanação é precedida de uma passagem essencialmente metadiscursiva, de nomeação e enumeração dos subtópicos correspondentes aos passos de progressão textual. Se a nomeação representa a subdivisão do assunto (cf. a metadiscursividade do vocábulo *item* neste contexto), a enumeração define a sua seqüencialidade (cf. a sucessão dos numerais ordinais):

(11) *Então é como eu tinha dito a você ...* ***quarto item*** *... é a forma ...* ***quinto*** *... dimensões ... infância ... puberdade ... etc ...* ***sexto item*** *... nós temos a:: ... exploração .. exploração aqui vale a dizer é exame .. sétimo ... nós temos os planos cons::titutivos ...* ***sexto*** *... exploração ... exploração é o exame ... feito na glândula ... nos planos constitutivos ... nós temos a pele ... temos o tecido subcutâneo ... e a camada ... retro ... mamária ... com a sua definição ... ligamento ... (especial) da mama ...* ***oitavo*** *... nós temos os vasos ... e nervos ...* ***nono*** *... é ... e as veias*[7]

A abertura da explanação propriamente dita do supertópico, que se dá logo após o trecho acima, é também marcada por prefaciadores metadiscursivos:

[6] As citações deste EF são feitas de acordo com transcrição apresentada em mimeo, pela equipe do NURC/SSA.

[7] Não apresentamos integralmente a passagem, porque não dispomos da gravação e transcrição da parte inicial da aula.

BEST COPY AVAILABLE

(12) *... **bom** ... **então vamos** ... já copiaram o que escreveu ... **bom** ... **vamos começar** ... **região mamária** :: ... **ora nós definimos** como sendo região mamária ... a região ocupada pela glândula mamária ...*

As formas grifadas em (12), ao anunciarem o início iminente do tópico, funcionam como pistas indicativas de relações estruturadoras do texto. Nessa função, elas se encadeiam em uma ordem que acusa diferentes graus de transparência semântica, na referência à introdução do tema: de um marcador tipicamente estereotipado para a pontuação de abertura tópica (*bom*), o discurso passa a outro marcador menos cristalizado (***então vamos***), caminhando para uma perífrase verbal, totalmente transparente na tradução de um passo introdutor (***vamos começar***), até chegar ao recurso de topicalização (***região mamária***), que conjuga a sinalização da abertura com a denominação explicitadora do tópico. A complementaridade entre esses mecanismos metadiscursivos promove um processo de abertura enfática do supertópico. A entrada na exposição se dá logo depois, na passagem em análise, pelo padrão de uma formulação definidora, que se constitui como uma categoria clássica, em situações didáticas, para o começo de exposições.

O desenvolvimento do tópico assim introduzido obedece rigoraosamente à itemização do assunto, na ordem em que ela foi enumerada no prólogo da aula. O anúncio de cada etapa nova, na progressão do tópico, é sempre assinalado pelo procedimento metadiscursivo da topicalização, expresso por estruturas rotuladoras de cada campo de centração, que incorporam (13 a 16) ou não (17) locuções adverbiais de apresentação do assunto. Transcrevemos, abaixo, alguns recortes ilustrativos:

(13) ***quanto aos/ao número** ... as mamas são em número de duas...*

(14) ***quanto à forma** ... **quanto à forma** ... a glândula mamária ... como vocês estão vendo ... ela representa a forma de uma semiesfera ...*

(15) ***quanto às dimensões** ... **quanto às dimensões** ... nós vamos notar que ... na mulher existem fases ...: em que ... as glândulas mamárias aumentam consideravelmente de tamanho ...*

(16) ***quanto à exploração** ... a exploração é mais do ponto de vista clínico pra vocês terem uma idéia ... é um exame que se faz ...*

BEST COPY AVAILABLE

(17) ***planos constitutivos*** *... então nós vamos encontrar/ver ... em planos constitutivos ... quais são os elementos que constituem a glândula mamária ...*

Esses demarcadores metadiscursivos do esquema de organização do texto são índices de planejamento prévio, que costuma caracterizar as Elocuções Formais do NURC. A insistência com que são usados faz parte de procedimentos didáticos, que perseguem objetivos de clareza e inteligibilidade.

Por isso mesmo, esses elementos de *informação pragmática* (Fraser, 1990) ganham especial importância na configuração das relações textuais-interativas. O processo de designação do discurso, instanciando momentos de composição textual, tem um significativo alcance interacional, por facilitar o trabalho de formulação e apresentação dos tópicos, e, conseqüentemente, de recepção do texto como um todo.

A grande incidência do pragmático no texto evidencia-se particularmente quando procedimentos metadiscursivos contemplam o evento interacional em si próprio. Esse fato é observado no enunciado abaixo, pelo qual se fecha o contato da professora com os alunos, encerrando-se a aula:

(18) ***bom ... é só isso que eu tenho a dizer ... a vocês ...***

*

* *

Os diferentes tipos de enunciados destacados na análise põem em relevo a propriedade básica da auto-reflexividade, pela qual o metadiscurso faz referência explícita ao discurso em que se inscreve.

Os aspectos particularizadores da focalização da atividade discursiva puderam ressaltar a funcionalidade do metadiscurso no processamento do texto falado, explicitando uma variada ordem de fatores de composição textual, engendrados na dinâmica da interação verbal.

Em consonância com a perspectiva teórica segundo a qual a linguagem é uma atividade verbal contextualizada em um conjunto complexo de circunstâncias enunciativas, a análise demonstrou também que as funções metadiscursivas correlacionam-se com os papéis discursivos que os locutores assumem, relativamente à natureza do ato comunicativo que protagonizam.

BEST COPY AVAILABLE

Referências bibliográficas

Borillo, A. (1985) Discours ou Metadiscours? *DRLAV, 32.*

Castilho, A. T. & D. Pretti (orgs.) (1987) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo: materiais para seu estudo. v. II* - Diálogos entre dois Informantes. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP.

Goffman, E. (1976) Replies and Responses. *Language in Society, 5.*

Gülich, E. & T. Kotschi (1995) Discourse Production in Oral Communication. In: U.M. Quasthoff - *Aspects of Oral Communication*. Berlim: Walter de Gruyter.

Jakobson, R. (1969) *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.

709

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial (243-254)

Retomando a Interrupção...
(Getting Back to Interruption...)

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva & Mercedes Fátima de Cunha Crescitelli (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)

Abstract: This work follows other studies on interruption that we have been developping since 1995 in a group engaged in interactive textual organization within the Grammatical Project of the Spoken Portuguese. Our aim is to uncover the status of interruption: is it a mecanism of construction of the spoken text or only of a token of the occurrence of some of these mecanisms (correction, paraphrase, repetition, parentheses)? To answer this question, we analysed six inquiries of different nature (formal elocutions - Efs; interviews - DIDs - and dialogues between two informants - D2s) extracted from the NURC/SP, NURC/RJ and NURC/Recife Project. As to the theoretical point of view, we turned our attention to assumptions which supported the arguments put forward by the researchers belonging to the above mentioned group, whose articles were published in Grammatical Project of Spoken Portuguese (IV, V, VI)

Resumo: Este trabalho é continuação dos estudos sobre interrupção que vêm sendo desenvolvido por nós, desde 1995, dentro do grupo "Organização textual interativa" no âmbito do Projeto da Gramática do Português Falado. *Nosso objetivo é explicitar o estatuto da interrupção: trata-se de um mecanismo de construção do texto falado ou, apenas, de um índice de ocorrência de alguns desses mecanismos (correção, paráfrase, repetição, parênteses)? Para responder a essa questão, analisamos seis inquéritos de natureza diferente (elocuções formais - EFs - , entrevistas - DIDs - e diálogos entre dois informantes - D2s), extraídos do Projeto NURC/SP, NURC/RJ e NURC/Recife. Do ponto de vista teórico, recorremos às pesquisas desenvolvidas pelo grupo acima mencionado, cujos artigos foram publicados na coleção:* Gramática do Português Falado (volumes IV, V e VI).

Key words: Interruption; Fluency; Spoken Language; Conversational Text; Interaction.

Palavras-chave: Interrupção; Fluência; Linguagem Falada; Texto Conversacional; Interação.

BEST COPY AVAILABLE

0. Introdução

Se entendermos como sinal de domínio da linguagem falada a fluidez e a continuidade, sem quaisquer interrupções ou desvios, como quer o senso comum, tudo que concerne a inacabamento ou quebra indicará inabilidade lingüística. Se, ao contrário, considerarmos que tais rupturas e inacabamentos são constitutivos da oralidade e manifestam um pensamento em elaboração, que, por isso mesmo, deixa-se ver em seus tateamentos, precisamos, necessariamente, questionar a representação do que seja ser fluente.

A fluência/disfluência tem sido objeto de pesquisa de alguns estudiosos, entre os quais Butler-Wall (1986), Delomier & Morel (1986), Bange (1986), Riggenbach (1991), Scarpa (1993), Koch & Souza e Silva (1996), Crescitelli (1997).

Em trabalho anterior, no âmbito do Projeto da Gramática do Português Falado (daqui por diante PGPF), Souza e Silva & Crescitelli (1996), também motivadas pelas noções de inacabamento ou descontinuidade, debruçaram-se sobre o assunto e, restringindo-o à interrupção, concluíram que esta se relaciona, formalmente, a dois fatores: a existência de corte (sintático ou lexical) e a existência/inexistência de retomada.

Estabelecido esse parâmetro formal, outras questões emergem: qual o estatuto da interrupção? Trata-se de um mecanismo de construção de texto falado ou é apenas indício da ocorrência de algum desses mecanismos? Em outras palavras, qual a relação da interrupção com as estratégias[1] de correção, paráfrase, repetição, parênteses? E com a hesitação?

Para responder a essas questões, retomamos aproximadamente oitenta minutos de gravação, de seis inquéritos[2] de natureza diferente do Projeto NURC (D2. 333/SP, D2.05/RE, DID. 161/SP, DID 328/RJ, EF. 377/SP e EF. 405/SP). Optamos por analisar a interrupção na sua inter-relação com outros

[1] Estamos usando neste artigo as designações **mecanismo** e **estratégia** como sinônimas.

[2] Símbolos usados na transcrição, além das normas do NURC

Símbolos usados na transcrição, além das normas do NURC	
// (barras duplas)	interrupção
duplo sublinhado	retomada
negrito	fenômeno comentado

BEST COPY AVAILABLE

fenômenos, tendo sempre como preocupação fazê-lo levando em conta a **interrupção com retomada e sem retomada.**

Recuperamos aqui a formulação de uma hipótese anterior, ainda não explorada, configurada, agora, como ponto de partida para este artigo:

> *"o '**alarme falso**' **de interrupção** é um sinalizador de estratégias de construção do texto falado como o parênteses[3], correções etc., enquanto a **interrupção** independe da co-ocorrência com tais fenômenos"* (Souza e Silva & Crescitelli, 1996:156).

A oposição ***alarme falso de interrupção x interrupção*** surgiu com a necessidade de:

a) distinguir a interrupção dos demais mecanismos de construção do texto falado, objetos de análise dos membros de nosso sub-grupo (que trata da organização textual-interativa) no PGPF;
b) distinguir as diferentes características da interrupção.

Nossa preocupação de transformar uma categoria do senso comum em tema de reflexão levou-nos a constatar que a **retomada**, feita pelo falante, de um enunciado que ele havia deixado em suspenso[4], é fundamental para a análise interpretativa da interrupção e para a sua caracterização adequada enquanto elemento constante e sistemático na língua falada.

Marcado aquele momento de delimitação, no qual a rubrica **alarme falso** foi fundamental para indicar as duas faces de um mesmo fenômeno, continuamos a manter a oposição indicada, contudo, passamos, de agora em diante, às designações **interrupção com retomada x interrupção sem retomada**, respectivamente.

1. Interrupção com retomada

Entendemos por interrupção com retomada o fenômeno assim caracterizado: o enunciado suspenso durante algum tempo (depois da ocorrência de um corte de natureza sintática ou lexical) é retomado, de maneira imediata ou não.

[3]"Parênteses" é denominação usualmente utilizada, no âmbito do Projeto da Gramática do Português Falado, para caracterizar um dos fenômenos de construção do texto falado.
[4]As marcas de retomada estão explicitadas no Quadro I.

BEST COPY AVAILABLE

Analisando o *corpus*, encontramos quase 90% de interrupções com retomada (Quadro I), um índice, sem dúvida, muito significativo[5] para a caracterização do fenômeno e para a determinação de seu estatuto face aos demais.

Em relação à marca formal da retomada, observa-se uma simetria: independentemente de o corte ser lexical ou sintático, temos basicamente as mesmas marcas formais, exceto a do tipo de frase, que ocorre apenas após corte sintático. Em ambos os casos, como se pode notar nos índices percentuais do Quadro I, cuja soma ultrapassa 100%, a manifestação lingüística da retomada se dá por meio de mais de uma marca.

Total de interrupções	Interrupções com retomada	
128	115	89,9 %

Marca formal de retomada	Corte sintático
da estrutura	89,4 %
da palavra (repetição lexical)	67,3 %
da palavra (repetição "semântica")	15,7 %
do tipo de frase	1,0%

Marca formal de retomada	Corte lexical
da estrutura sintática	60,0 %
da palavra (repetição lexical)	70,0 %
da palavra (repetição "semântica")	25,0 %

Quadro I: Interrupção com retomada

As interrupções com retomada, como se observa também no quadro I, podem co-ocorrer com outros fenômenos de construção do texto falado, em relação aos quais fazemos breves considerações, remetendo o leitor às obras dos especialistas mencionados a seguir:

[5]Conforme apresentamos em Souza e Silva & Crescitelli (1996).

⇨ Correção:

L 2 *ela não comunica futebol? ela não comunica esportes? ela não comunica cultura? por que é que eu não ligo? eu não ligo porque ( )*

L 1 */ na minha opinião é o teatro... vem cá eu eu impugno... acho que ela não comunica cultura ela comunica // a* ***podia comunicar*** *//*

L 2 */ comunica subcultura incultura e falsa cultura podia não / não só podia como devia*

L 1 *se comunicar não tem público*

L 2 *tem público... ela teria que preparar o público pra receber essa boa comunicação*

(D2.05 - l. 374)[6]

As correções indicam, entre outras funções, ajustamento de trajetória a fim de obter maior precisão do enunciado (Fávero, Andrade e Aquino, 1996).

⇨ Repetição:

Loc. - *de comer pão... sabe... quando eu como... porque eu sei que estou engordando... então ((risos)) eu// então... eh... eu acho que a alimentação também é uma coisa...// é uma questão de hábito... e eu acho que o brasileiro não tem assim bons hábitos à mesa... principalmente nesses lugares que a gente visita mais pra cima...* (DID 328 - l. 343)

As repetições atuam freqüentemente com função de coesividade (Marcuschi, 1996).

⇨ Parênteses:

L 1 - *olha I... eu... como você sabe... u::ma pessoa um diretor lá da Folha... certa feita me chamou... e me incumbiu de escrever sobre televisão... o que me parece é que na ocasião... quando ele me incumbiu disso... ele pensou... que ele ia::... ficar em face de uma recusa... e que eu ia... esnoBAR ((ri))//* ***- agora vamos usar um termo... que eu uso bastante que todo mundo usa muito*** *- eu iria esnobar a televisão... como todo intelectual realmente esnoba... mas acontece... que eu já tinha visto* (D 2. 333 - l. 03)

[6] Nos exemplos, indicamos apenas o número da primeira linha do inquérito.

BEST COPY AVAILABLE

Os parênteses podem ser entendidos como elementos de valorização e de controle do enunciado. Em geral, têm valor metadiscursivo (Jubran, 1996), o que significa que o locutor pode comentar sua própria enunciação ou a de seu co-enunciador, no interior dessa mesma enunciação. Trata-se, pois, de uma manifestação da heterogeneidade enunciativa.

⇨ Paráfrase:

Inf. - *ordem determinada... certo?... então o que nós estamos verificando aí?... qual... a distân::cia // **vamos dizer qual a posição do resultado** desses testes.. em relação... a um:: padrão... de exatidão... certo?...*

(EF. 377 - l. 90)

As paráfrases atuam, principalmente, com a finalidade de garantir ao interlocutor a compreensão dos enunciados (Hilgert, 1996).

⇨ Hesitação:

L 1 *(...) ao passo que aqui no Brasil eh eh não há um:: nada conceitual — vamos dizer—... a respeito do:: da Fonética não é? ... e:: e não havendo uma codificação não//... **eh eh um uma**... nada normativo ... ah*

L 2 *( )*

L 1 *fica ao sabor:: do do popular*

(D 2. 333 - l. 132)

Finalmente, a hesitação explicita, segundo Marcuschi (1996), os fenômenos de processamento da fala. Se, por um lado, pode indicar falhas de memória ou domínio insuficiente do tópico conversacional, pode, por outro lado, servir para o falante ganhar tempo (Preti, 1992).

Do total de interrupções com retomada, todos os casos, exceto um, apresentam co-ocorrência de outros fenômenos (quadro 2, próxima página).

Os dados parecem confirmar, portanto, a primeira parte de nossa hipótese: a **interrupção com retomada** sinaliza a ocorrência de fenômenos de construção do texto falado.

Por outro lado, a maior ocorrência da **correção** entre os mecanismos parece ser justificada pelo fato de que ela possibilita o ajustamento de trajetória. Associar na seqüência do discurso, os enunciados e suas correções contribui

para construir uma imagem dos locutores como pessoas "cultas", que dominam a norma lingüística de prestígio. Explica-se, assim, a ocorrência desse fenômeno em um *corpus* como o utilizado por nós.

Sem co-ocorrência	Interrupções com retomada
1,7%	98,3%

com correção:	37,4%
com hesitação:	28,7%
com parênteses:	18,3%
com repetição:	18,3%
com paráfrase:	5,2%

Quadro II - Co-ocorrência com outros fenômenos

Nos casos de correção, parênteses, repetição e paráfrase, parece que a ocorrência de interrupção se dá *com uma finalidade (interromper para quê?)* e nos casos de hesitação se dá *por uma razão (interromper em decorrência de quê?)*.

2. Interrupção sem retomada

Trata-se do fenômeno caracterizado pela interrupção (por meio de um corte lexical ou sintático) de um enunciado que não foi retomado. É uma atividade muito menos freqüente do que a interrupção com retomada, conforme atestam as únicas 13 ocorrências no *corpus* (10,1%). Esse índice, além de não ser estatisticamente significativo, compreende, entre outras, situações como a apresentada a seguir:

L 2 *válido*
[
L 1 *muito válido foi o mobral talvez que conscientizou politicamente o povo pra que ele viesse a se manifestar nas urnas... essa mani//*
[
L 2 *você acha que foi problema de conscientização ou foi falta de comunicação do governo com o povo também*
[
L 1 *não:: não:: não:: foi não...*
foi conscientização::... você vai vê/ agora

BEST COPY AVAILABLE

conscientização que serviu para advertir o governo
em fazer com que na próxima o governo apresente
candidatos melhores... melhor: melhor: ... mensagem...
(D 2. 05 - l. 328)

Nesse trecho, L 2 interrompeu L 1 (interrupção essa marcada por um corte lexical), mas o diálogo continuou em seu fluxo habitual possivelmente pela atitude cooperativa de L 1, que, imediatamente, partilhou, embora se opondo, da idéia proposta por L 2. Podemos reafirmar, portanto, que o inacabamento formalmente marcado não implica quebra do ponto de vista interacional.

Também é menor (46,2%) a co-ocorrência desse tipo de interrupção com os fenômenos de língua falada já citados, o que parece confirmar a segunda parte de nossa hipótese: *"a interrupção sem retomada independe da co-ocorrência com outros fenômenos"*. Assim, a interrupção não seguida de retomada tem sua existência manifestada enquanto fenômeno em si, como se pode verificar no exemplo a seguir:

será?... pede// que idade ela tem? ((risos))... normalmente quando a gente pede para uma criança de// por volta de quatro a cinco anos desenhar uma mesa... ela põe o TAMPO:: que ela sabe que existe... ela põe as PERnas para todos os lados... por quê? ora... se ela olhar de um determinado// ela vê duas pernas se ela... andar meio metro ela vê outras duas pernas para todos os lados... por quê? porque ela Sabe que a mesa tem um tampo que é onde ela põe as coisas... e que a mesa está apoiada em cima de pernas... agora isso aqui... ela jamais vai poder... VER essa imagem... da mesa... (EF. 405 - l. 435)

No entanto, ela não deixa de exercer, em alguns casos, a função que lhe é mais peculiar, isto é, a de sinalizadora de outros fenômenos. Quando há essa função, os dados de nossa pesquisa revelam a seguinte hierarquia de co-ocorrência[7]: hesitação ➢ parênteses ➢ paráfrase ➢ repetição/correção, apresentada no Quadro III, a seguir.

[7] Nessa hierarquia, o sinal ➢ indica "maior ocorrência de um fenômeno em relação ao que o segue".

Sem co-ocorrência	Com co-ocorrência
53,8%	46,2%

com hesitação:	23,2%
com parênteses:	15,4%
com paráfrase:	7,7%
com repetição:	0,0%
com correção:	0,0%

Quadro III - Hierarquia de co-ocorrência

Duas hipóteses podem explicar a maior incidência de hesitação: a) a inter-relação entre esse fenômeno e uma de suas manifestações habituais, qual seja a quebra de palavra, por nós designada corte lexical; b) a relação entre interrupção e hesitação em que esta implica sempre uma interrupção, embora a recíproca não seja verdadeira.

Quanto à não ocorrência de repetição e de correção, percebe-se a tendência que tem o falante de fazer a retomada todas as vezes em que se interrompe ao lançar mão dessas estratégias.

3. A interrupção e as tentativas de tomada de turno

O fenômeno da interrupção, mais do que uma análise meramente formal, necessita ser observado também sob o ponto de vista interacional. Assim, o que aparentemente se mostra na superfície lingüística como inacabamento pode revelar completude, se considerarmos o entorno situacional. Vejamos um excerto em que há disputa por parte dos interlocutores pela ocupação do espaço discursivo, não resultando, contudo, em inacabamento:

L 1 *que nos mata sobretudo é a pressa é a pressa de cada dia*
L 2 *isso não/ a pressa de cada dia éh éh éh éh:::// é a pressa de cada dia*
L 1 *dessa dessa você não se livra mais*
L 2 *| ah: isso não*
L 1 *essa é uma conseqüência da civilização/ mas a gente deve parar um pouco então aliás*
L 2 *você passa ter pressa //*
L 1 *quando eu disse ainda há pouco de que o homem o o//*
L 2 ***você pode ter pressa** sem ser apressado*
L 1 ***homem** precisava // **que o homem** precisava de solidão*

BEST COPY AVAILABLE

era justamente isso era parar pra meditar::... para conhecer-se... pra decifrar-se quanto mais ***a gente***

L 2 ***mas você*** //

L 1 ***precisa*** *de decifração menos tempo a gente tem para essa auto-análise*

L 2 *não ED mas* ***cê pode*** *// não precisa essa auto-análise* ***você pode*** *fazer tudo sem ter pressa... ou melhor você pode ter pressa sem ser apressado...*(D 2.05 - l. 210)

Nesse trecho, L 2 retoma o fragmento "você pode ter pressa", após a tentativa de tomada de turno de L 1, acrescentando a seqüência "sem ser apressado". O mesmo movimento é feito por L 1, que, interrompido por L 2 ("de que o homem o o//"), retoma o enunciado não só repetindo "homem", mas também completando o segmento da seqüência, após uma auto-interrupção ("o homem precisava// que o homem precisava de solidão"). Parte desse enunciado é posteriormente reformulado ("o homem/a gente") e o verbo ("precisa") é retomado após outra tentativa de interrupção por parte de L 2, o qual, por sua vez, retoma, também reformulando, o fragmento "mas cê pode/ / você pode..."

As tentativas de interrupção e a resistência em manter os turnos costuram os enunciados, evitando a ruptura do tecido dialógico e garantindo a progressão temática. Esses procedimentos explicitam o esforço dos interlocutores em colocar e/ou manter em circulação, na interação, o seu ponto de vista.

O mecanismo de manutenção do turno também foi observado no exemplo seguinte, no qual L 1 e L 2 se atribuem, através da repetição de sintagmas e de orações, direitos de complementação dos enunciados interrompidos pelo outro:

L 1 *NÃO NÃO*

L 2 *no dia que o povo for conduzido pelos*

L 1 *a cultura // a cultura do povo... // a cultura do povo //*

L 2 *meios de comunicação por forças dos meios de comunicação / /*

L 1 | ***a cultura do povo está numa exata medida de Flávio Cavalcanti...***

L 2 *mas porque... porque* ***a televisão está promovendo*** //

L 1 *noventa por cento do Brasil acha que*
Flávio Cavalcanti é um homem culto
L 2 *mas Ed porque a tele // a televisão está promovendo Flávio Cavalcanti*

(D 2.05 - l. 210)

As tentativas de interrupção e os esforços para manter o turno podem ser explicados pela especificidade do texto conversacional.

4. Considerações Finais

Este artigo mostra a importância do fenômeno da interrupção, que, para nós, é constitutivo da natureza do oral. Em outras palavras, os enunciados interrompidos não se caracterizam como sendo próprios a tais e tais indivíduos ou a determinadas situações; pelo contrário, podem ser considerados uma marca de elaboração da própria oralidade. Resultam do modo de inscrição da linguagem falada no eixo temporal, isto é, indicam a simultaneidade da elaboração/produção do processo.

Nossa pesquisa revela que, no texto falado, a interrupção é muito freqüente, co-ocorrendo, em geral, com os outros fenômenos que compõem o próprio processo de elaboração da fala (correção, parênteses, paráfrase, repetição e hesitação). Além disso, os enunciados interrompidos e retomados são mais freqüentes do que os não-retomados.

Retornando às perguntas apresentadas na introdução deste trabalho, concluímos que a maior parte das interrupções sem retomada existe enquanto fenômeno em si e indica inacabamento formal do enunciado. As interrupções com retomada e algumas das sem retomada sinalizam as estratégias do texto falado. Como fenômeno sinalizador, elas apontam, ainda, para o caráter reflexivo da linguagem, isto é, para a possibilidade que a linguagem tem de poder olhar para si mesma, de se voltar sobre aquilo que acabou de ser dito ou de antecipar aquilo que ainda vai ser proferido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANGE, P. (1986). Une modalité des interactions verbales: fiction dans la conversation. *DRLAV* no. 34-35, p.215-232.

BUTLER-WALL, B.A. (1986). *The frequency and function of disfluences in native and non-native conversational discourse*. PhD Thesis. Los Angeles,

University of California.

Crescitelli, M.F.C. (1997). *Disfluência conversacional em falantes cultos (Projeto NURC/SP)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.

Delomier, D. & MOREL, M.A. (1986). Caractéristiques intonatives et syntaxiques des incises. *DRLAV* no. 34-35, p.141-160.

Fávero, L.L.; Andrade, M.L.C.V. & Aquino, Z.G.O. (1996). Estratégias de construção do texto falado: a correção. In: Kato, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP, Vol. V.

Jubran, C. (1996). Parênteses: propriedades identificadoras. In: Castilho, A.T. & Basílio, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP, Vol. IV.

Hilgert, G. (1996). As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, I.G.V. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP/FAPESP, Vol. VI.

Koch, I.G.V. & Souza e Silva, M.C.P. (1996). Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. In: Castilho, A.T. & Basílio, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP. Vol. IV.

Marcuschi, L.A. (1996). A repetição da língua falada como estratégia de formulação textual. In: Castilho, A.T. & Basílio, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP, Vol. IV.

Preti, D. (1992). A linguagem dos idosos: o fenômeno da hesitação. Estudos lingüísticos. XXI *Anais* de Seminário do GEL. Jaú, Fundação Educacional Dr. R.Daub.

Riggenbach, H. (1991). Toward and understanding of fluency: a microanalysis of nonnative speaker conversations. *Discourse Processes*, 14:423-441.

Risso, M.; Silva, G.M. de O .& Urbano, H. (1996). Marcadores discursivos: traços definidores. In: Koch, I.G.V. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP/FAPESP, Vol. VI.

Scarpa, E.M. (1995). Sobre o sujeito fluente. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, 29:163-184, jul/dez.

Souza e Silva, M.C.P. (1995). *A interrupção. Letras & Letras*. Universidade Federal de Uberlândia.

_____& Crescitelli, M.F.C. (1996). Sem querer interromper... e não interrompendo. In: KOCH, I.G.V. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP/FAPESP, Vol. VI.

_____& Koch, I.G.V. (1996). Estratégias de desaceleração do texto falado. In: KATO, M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas, Ed. da UNICAMP, Vol. V.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998 (255-267)

A Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil
(The Hypothetical Construcion in Spoken Portuguese)

Judit Tapazdi *(U.de L. Eötvös de Budapeste, Doutoramento em Filologia Românica)*
Giampaolo Salvi[1] *(U. L. Eötvös de Budapeste)*

Abstract: In this paper we examine the Portuguese hypothetical constructions in which the "imperfeito do subjuntivo" and the "mais-que-perfeito do subjuntivo" are used in the subordinate clause. These sentences show that it is necessary to revise the rules of the traditional descriptions of conditional sentences. Our study is based on the conditional sentences of "O Corpus do Português Fundamental" and two volumes of "A linguagem falada culta na cidade de São Paulo", which offers a good opportunity to compare the use of tenses in European and Brazilian Portuguese.

Resumo: Neste artigo apresenta-se um estudo sobre as construções hipotéticas da língua portuguesa, com o imperfeito do subjuntivo e o mais-que-perfeito do subjuntivo na prótase. Estes tipos de construção mostram a necessidade de fazer uma revisão das normas estabelecidas nas descrições tradicionais, tanto no plano teórico como no plano prático. Examinando os períodos condicionais de O Corpus do Português Fundamental *e dois volumes de* A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, *podemos comparar o uso dos tempos verbais na linguagem corrente de Portugal e do Brasil.*

[1] O grupo de investigação por mim dirigido e composto por alunos do Curso de Doutoramento em Linguística Românica (Tibor Berta, Ildikó Szijj, Márta Pálosi e Judit Tapazdi) começou, em 1996, um trabalho de pesquisa sobre a subordinação em português. O projecto, financiado pelo Fundo Nacional Húngaro para a Investigação Científica (OTKA, projecto TO19656), terá a duração de quatro anos e pretende oferecer uma descrição das principais estruturas de subordinação da língua portuguesa, com particular atenção ao uso da língua falada na sua variedade europeia. Os resultados da pesquisa serão publicados em volume, à conclusão do projeto, em 1999.
Como modelo para a nossa descrição tomámos a Grande Grammatica Italiana di Consultazione (3 vol., Bologna: il Mulino, 1988-95), concebida e dirigida pelo meu mestre Lorenzo Renzi, obra na qual colaborei desde os inícios e que constitui uma das gramáticas mais completas de uma língua românica. Para a língua falada utilizamos o corpus de textos publicados no segundo volume do Português Fundamental (v.Bibliografia) integrado, se necessário, com outros materiais.
Na ocasião desta Festschrift pensámos que a maneira melhor de expressar a nossa afeição e a nossa apreciação a Ataliba e à sua obra era apresentar-lhe um excerto da nossa descrição; a ele em especial, que tanto está a fazer pela descrição do português falado no Brasil, oferecemos uma pequena comparação dos dados do português falado em Portugal com os dados do português falado no Brasil. O texto que publicamos é parte do capítulo sobre as orações hipotéticas, escrito por Judit Tapazdi, que também recolheu e elaborou os dados do português brasileiro.
Giampaolo Salvi.

BEST COPY AVAILABLE

Key words: Hypothetical construction; Use of tenses; Spoken European and Brazilian Portuguese.

Palavras-chave: Construção hipotética; Uso dos tempos; Linguagem corrente de Portugal e do Brasil.

0. Introdução

Este artigo constitui parte de um trabalho mais amplo sobre as construções hipotéticas da língua portuguesa em que, além dos usos da língua escrita, tomámos em consideração também os dados da língua falada.

Neste trabalho concentrar-nos-emos em construções condicionais da linguagem corrente em que na prótase encontramos o imperfeito do conjuntivo e o mais-que-perfeito do conjuntivo.

Entre as construções hipotéticas, estas são muito freqüentes na linguagem corrente e são geralmente consideradas as formas "clássicas" das frases condicionais. Apesar disso, estes tipos de construção apresentam algumas divergências com respeito às normas estabelecidas nas descrições tradicionais, tanto no plano teórico como no plano prático. Além disso, estes períodos fornecem uma óptima oportunidade para compararmos o uso, na linguagem corrente de Portugal e do Brasil. Para este fim examinaremos o *Corpus do Português Fundamental* e dois volumes de *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* que são amostras de entrevistas gravadas e transcritas no quadro de projectos destinados a observar a língua falada.

1. As construções condicionais com o imperfeito do conjuntivo na prótase

Em termos gerais pode verificar-se que numa construção condicional a presença do modo indicativo implica que os conteúdos proposicionais sejam possivelmente verdadeiros. Por outro lado, as construções condicionais com o imperfeito do conjuntivo na prótase podem expressar um certo nível de falsidade ou irrealidade dos conteúdos proposicionais da prótase e da apódose. Esta afirmação pode evidenciar-se com uma prova de compatibilidade semântica. Juntando ao período (1) uma oração de que pode inferir-se que o conteúdo proposicional da prótase é obviamente verdadeiro, o resultado será uma seqüência semanticamente anómala (1.a):

(1) Se acendêssemos a lareira, a sala ficaria mais quente.

BEST COPY AVAILABLE

(1a)*Se acendêssemos a lareira, a sala ficaria mais quente, mas o João já a acendeu.

Tendo provado a falsidade possível dos conteúdos proposicionais da prótase e da apódose, devemos salientar que os conteúdos proposicionais só possivelmente são falsos na oração (1), porque no mundo real eles podem tornar-se verdadeiros, uma vez que não existe nenhum obstáculo que nos possa impedir de acender a lareira.

Mas alguns períodos hipotéticos que contêm formas verbais do conjuntivo e do condicional não expressam a "falsidade possível" dos conteúdos proposicionais da prótase e da apódose, mas conteúdos claramente falsos: chamamos estes períodos contrafactuais ou períodos hipotéticos de irrealidade:

(2) Se eu quisesse, compraria o Parlamento da Hungria.

A construção com "como se" é um dos tipos mais freqüentes em que o imperfeito do conjuntivo da prótase exprime contrafactualidade:

(3) Ela conduz como se a rua fosse toda dela.
(3.a) Ela conduz como conduziria se a rua fosse toda dela. /mas a rua obviamente não é dela/

(M.H.Mira Mateus et alii, 1983, p.464)

Os períodos contrafactuais não constituem um tipo à parte, porque a contrafactualidade não é um significado rigidamente conexo a uma determinada concordância dos modos e tempos verbais, mas sim um efeito semântico complexo que deriva da interacção da morfosintaxe com o conteúdo proposicional da prótase e da apódose e com o contexto lingüístico e extralingüístico.

A combinação imperfeito do conjuntivo - condicional simples neutraliza a oposição entre a mera hipoteticidade e a contrafactualidade porque pode apresentar quer este, quer aquele valor semântico. Comparem-se os seguintes exemplos:

(4) Se vocês lessem os jornais, saberiam o que se está a passar.
(5) Se a Paula fosse russa, não teria que aprender russo.

Pode constatar-se que os períodos hipotéticos de tipo imperfeito do conjuntivo - condicional simples pertencem às construções contrafactuais se, além das indicações morfosintácticas de "possível falsidade", neles se apresentam outras indicações de falsidade de origem extralingüística.

1B. As construções condicionais com o mais-que-perfeito do conjuntivo na prótase

Se na construção hipotética houver uma forma do mais-que-perfeito do conjuntivo e/ou uma forma do condicional composto (ou as formas que podem ter o mesmo valor), o período pode expressar contrafactualidade, porque estas formas verbais podem indicar a falsidade dos conteúdos proposicionais. Distinguem-se três variantes:

(6) Se me tivessem convidado à festa, não estaria tão triste.
mais-que-perfeito do conjuntivo e condicional simples
(7) Se eu tivesse muito dinheiro, já te teria comprado um carro.
imperfeito do conjuntivo e condicional composto
(8) Se não tivesse havido tanto trânsito, teríamos chegado há horas.
mais-que-perfeito do conjuntivo e condicional composto

Mas uma forma do mais-que perfeito do conjuntivo na prótase não é uma condição suficiente para uma interpretação contrafactual. No exemplo (9), o contexto lingüístico mostra que só se faz uma hipótese sobre o passado. Assim torna-se evidente que o contexto lingüístico pode permitir uma interpretação diferente da do exemplo (6):

(9) Se a Ana tivesse comprado o livro de que precisas, emprestar-to-ia; se quiseres, telefono-lhe a perguntar.

Por outro lado, uma apódose com o condicional composto pode ser uma condição suficiente para uma interpretação contrafactual, dependendo do contexto. Assim no caso do exemplo (7):

(7.a) Não tenho muito dinheiro e por isso não te comprei um carro.

A interpretação contrafactual nem sempre é possível mesmo nos períodos com a combinação do mais-que-perfeito do conjuntivo e do condicional composto:

(10) Se a Maria tivesse comprado o televisor "Samsung" no armazém "Skála", teria pago 50,000 Fts, se ela tivesse ido a um "Keravill", teria pago 56,000 Fts pelo mesmo modelo. Não sei onde ela comprou, mas o importante é que hoje já podemos ver "Os Vizinhos".

O exemplo apresenta só hipóteses sobre o passado, como em (9), e não há nenhuma certeza sobre a falsidade dos conteúdos proposicionais da apódose e da prótase. Isto pode demonstrar-se com a substituição do mais-que-perfeito do conjuntivo com o pretérito perfeito do indicativo:

(11) Se a Maria comprou o televisor "Samsung" no armazém "Skála", pagou 50,000 Fts, se ela foi a um "Keravill", pagou 56,000 Fts pelo mesmo modelo. Não sei onde ela comprou, mas o importante é que hoje já podemos ver "Os Vizinhos".

Em resumo, é possível constatar que os períodos hipotéticos compostos do imperfeito do conjuntivo e do condicional simples podem ser interpretados como:

- períodos de possibilidade, ou seja, de possível falsidade ou
- contrafactuais.

As construções do mais-que-perfeito do conjuntivo e / ou do condicional composto podem exprimir:

- possível falsidade ou
- contrafactualidade.

A existência de períodos contrafactuais entre as construções imperfeito do conjuntivo - condicional simples e o facto de haver períodos de possível falsidade entre as frases com o mais-que-perfeito do conjuntivo apontam para a necessidade de fazer uma revisão da classificação tradicional dos períodos condicionais, que era inspirada pela tripartição latina entre casus realis, casus possibilis e casus irrealis. Segundo esta classificação distinguem-se períodos hipotéticos da realidade, da possibilidade e da irrealidade e a todos os tipos dos períodos hipotéticos pertence uma concordância especial de modos e tempos.

Assim a gramática tradicional não pode correctamente interpretar nem a construção contrafactual composta de imperfeito do conjuntivo - condicional

simples (exemplos 2 e 5), nem a construção de possível falsidade de mais-que-perfeito do conjuntivo - condicional simples (exemplo 9) ou mais-que-perfeito do conjuntivo - condicional composto (exemplo 10).

2. Os períodos condicionais com o imperfeito do conjuntivo na prótase no português europeu

2.1 O imperfeito do indicativo na apódose

Entre os exemplos, há 27 períodos com o imperfeito do conjuntivo na prótase.

Pode constatar-se que na maioria dos casos na apódose se utiliza o imperfeito do indicativo (25 exemplos).

> nós, se não fosse a emigração aqui, nós não, comíamos uns aos outros (A 107)

2.1.a A combinação imperfeito do conjuntivo/imperfeito do indicativo em vez do mais-que-perfeito do conjuntivo/ condicional composto

Há 7 exemplos em que a combinação do imperfeito do conjuntivo / imperfeito do indicativo tem o valor da combinação do mais-que-perfeito do conjuntivo/condicional composto. Nestes períodos exprimem-se hipóteses sobre o passado, ou seja, trata-se de construções contrafactuais:

> fui de avião, mas quando me meti no avião, meu senhor, não calcula...! se eu soube(sse)... quando fui de avião, quando cheguei a, às escadas do avião se me metessem uma seringa eu não deitava sangue nenhum (A 221)

2.2. O condicional simples na apódose

Só três vezes apareceu uma forma do condicional simples na apódose (com os verbos *ser, ficar e comentar*). Duas vezes nestes três exemplos o tema da entrevista não era de tipo quotidiano. Por isso talvez o falante tenha preferido a forma do condicional simples em vez do imperfeito do indicativo que é mais freqüentemente usado na linguagem quotidiana.

seria egoísmo se nós realmente tivéssemos possibilidades de os consultar e não o fizéssemos (A 119).

2.3. O condicional composto na apódose

O condicional composto aparece só uma vez durante as entrevistas publicadas num período composto e, neste caso, o imperfeito do conjuntivo na prótase tem o valor do mais-que-perfeito do conjuntivo:

> tavam na parte mais alta, não é, e até digo mais, se as inundações fosse, fosse durante o dia, teria morrido mais gente porque a malta ia-se metendo nas lojas, tava a chover (A 233)

2.4. O presente do indicativo na apódose

Na apódose pode aparecer o presente do indicativo em vez do condicional simples / imperfeito do indicativo, formando assim um tipo misto - com uma prótase de possível falsidade, enquanto a apódose tem um valor de possível verdade:

> até se eu ouvisse pedir a uma pessoa qualquer assim (...) nós desplicamos como é, pessoas que não sabem, não é (A 129)

2.5. O imperfeito do conjuntivo com orações clivadas

Há um período com uma oração clivada em que o condicional e o imperfeito do indicativo aparecem juntos:

> se você fosse, const(...) fizesse parte desse governo, qual era a preocupação maior que teria? (A 217)

2.6. A construção com "como se"

No *Corpus do Português Fundamental* há 8 exemplos com esta construção. Como já vimos anteriormente, o uso do imperfeito do conjuntivo na construção "como se" expressa contrafactualidade:

> e nós estávamos a viver aquilo como se estivéssemos também nós a janela (A 297)

3. Os períodos condicionais com o mais-que-perfeito do conjuntivo na prótase no português europeu

O mais-que-perfeito do conjuntivo encontra-se em três exemplos mas, curiosamente, nunca se combina com o condicional composto ou com o mais-que-perfeito do indicativo que seriam exemplos "clássicos" de períodos de irrealidade.

3.1. O imperfeito do indicativo na apódose

A combinação mais-que-perfeito do conjuntivo / imperfeito do indicativo só uma vez se encontra nas entrevistas e aqui expressa possível falsidade:

> porque me parecia ... uma coisa detestável, um problema grande de consciência, se amanhã como magistrado viesse a verificar que tinha errado ou que tinha julgado mal, sobretudo, se tivesse julgado mal em prejuízo de alguém. (A 97)

3.2. Locuções verbais na apódose

Há dois exemplos em que se utilizam locuções verbais na apódose. No exemplo seguinte a locução "podia ter sabido" exprime contrafactualidade e substitui a combinação "teria / tinha podido saber" que não se usa:

> vivia tudo na esperança, mas eu não sabia nada que era aquele dia. e, por acaso até podia ter sabido se o, se o filho da minha irmã mais velha /.../ me tivesse dito porque ele é que ... (A 254)

3.3. O presente do indicativo com o valor do mais-que-perfeito do conjuntivo na prótase

Num dos exemplos mais surpreendentes, a forma do presente do indicativo tem o valor do mais-que-perfeito do conjuntivo e, ao mesmo tempo, o imperfeito do indicativo utiliza-se em vez do condicional composto:

e depois cheguei lá ao cinema e obriguei aquela gente toda a sair. se eu não os obrigo a sair certamente morriam lá. (A 232)

4. Orações condicionais com o imperfeito do conjuntivo na prótase no português falado no Brasil

Entre os exemplos brasileiros há 48 períodos com o imperfeito do conjuntivo na prótase.

4.1. O condicional simples na apódose

É de salientar que na maioria dos exemplos na apódose se utiliza o condicional simples /33 exemplos/, o que mostra uma tendência contrária em relação ao uso mais freqüente no português europeu.

se você construísse seu carro você pensaria em poluição? (B 24/)

4.2. O imperfeito do indicativo na apódose

Ao contrário da linguagem falada de Portugal, o português do Brasil prefere não utilizar formas do imperfeito do indicativo na apódose, pois há só quatro exemplos com esta forma verbal, dois dos quais expressam possível falsidade. Temos que mencionar que ambos os exemplos são do mesmo informador.

se fosse um porco era fácil... ele virar salsicha (B 51)

Os outros dois exemplos também merecem a nossa atenção, porque neles a combinação imperfeito do conjuntivo - imperfeito do indicativo tem o valor da combinação mais-que-perfeito do conjuntivo - condicional composto e assim expressam contrafactualidade:

mas não era co/ como a correção monetária de hoje ... se fosse o negócio ia longe (137)
porque digamos que você começasse fazer ... metro em mil novecentos e trinta ... então ia aproveitar a linha do bonde (B 27)

É de destacar o facto de em ambas as apódoses se encontrar o verbo ir no imperfeito do indicativo, uma vez que se revela a tendência já descrita por Alba Maria Cavalcante Bezerra, segundo a qual o verbo "ir" é um dos poucos que se utiliza na forma do imperfeito do indicativo em vez do condicional simples.

4.3. O condicional composto na apódose

Temos dois períodos com o condicional composto na apódose. Em ambos o imperfeito do conjuntivo da prótase tem o valor do mais-que perfeito do conjuntivo:

> O Teatro Municipal estava completamente lotado ... e não é pelo fato de ter sido grátis... para todo aquele público... que a peça faria sucesso... porque se o público não gostasse teria saído antes de terminar (...) ou então não teria batido palma no fim (C 51)

4.4. O mais-que-perfeito composto do indicativo na apódose

Entre as frases condicionais encontram-se dois exemplos com o mais-que-perfeito composto do indicativo na apódose. É de notar que o imperfeito do conjuntivo se usa com o valor do mais-que-perfeito do conjuntivo:

> naquele tempo não havia correção monetária... se houvesse a Escola Paulista tinha levado uma bordoada daquele tamanho— mas como não havia... (C 137)

4.5. O imperfeito do conjuntivo na apódose

As formas do imperfeito do conjuntivo com o advérbio "talvez" aparecem duas vezes na apódose:

> se fizesse uma caixa desse tamanho talvez funcionasse (B 57)

4.6. Um caso especial

O condicional simples e o imperfeito do indicativo usam-se, um ao lado do outro, no exemplo seguinte. É de notar que o verbo que aparece na forma do imperfeito do indicativo é outra vez o verbo "ir":

> se não houvesse acordo... a demanda seguiria o seu trâmite até final — em geral as causas iam terminar no Supremo Tribunal do Trabalho (C 136)

4.7. O presente do indicativo na apódose

Encontrámos um exemplo com o presente do indicativo na apódose, em que a prótase exprime possível falsidade, enquanto a apódose tem um valor factual:

> este meu sítio:: representa para mim ... se outras coisas não houvessem ... uma razão a mais para viver ... para existir (B 107)

4.8. Outras conjunções ou a omissão de qualquer conjunção

4.8.1. Períodos com a conjunção "caso" e com a locução "supondo que" a introduzir a prótase

A conjunção "caso" utiliza-se em 3 exemplos, sempre ao lado do condicional simples na apódose:

vamos supor caso você tivesse um cachorro... e ele apresentasse (alguém) assim alguns sintomas de doença... éh você mesmo procuraria... curá-lo... ou você recorreria a alguém? (C 71)

A prótase introduz-se com a locução "supondo que" só numa frase condicional:

> supondo que tivesse... carne né? faria... bife... com batatas (C 128)

4.8.2 A omissão da conjunção

No "Corpus" brasileiro encontra-se um período condicional sem conjunção condicional e com a inversão necessária do verbo e do sujeito na prótase:

> como sendo um dos empecilhos maiores ... tivesse eu o dia TOdo no meu dispor ... talvez aquela ligação que não saia naquele momento pudesse sair em OUtros momentos (B 120)

4.9 A construção "como se"

Entre os exemplos encontram-se seis com a construção "como se". Na apódose pode usar-se tanto o presente como o imperfeito do indicativo.

BEST COPY AVAILABLE

a cassa não tinha goma... a cassa era como se fosse uma chita mais fina (B 199)

É curioso ver o único exemplo em que a conjunção "se" não aparece:

e faz um movimento assim como estivesse caval/ cavalgando (B 33)

5. Orações condicionais com o mais-que-perfeito do conjuntivo na prótase no português falado no Brasil

No "Corpus" brasileiro há só dois exemplos com o mais-que-perfeito do conjuntivo na prótase.

5.1. O condicional composto na apódose

Há só um exemplo com o condicional composto na apódose, que seria um exemplo clássico das construções contrafactuais com o mais-que-perfeito do conjuntivo na prótase:

se eu tivesse ... éh contratado uma companhia de turismo eu já teria feito reservas (C 78)

5.2 O imperfeito do conjuntivo na apódose

A forma do imperfeito do conjuntivo, tendo o valor do mais-que-perfeito do conjuntivo, aparece na apódose só uma vez, ao lado do advérbio "talvez":

então eu andava muito a pé... circunstância que talvez não ocorresse se eu tivesse ido no verão (C 77)

6. Conclusão

Como vimos, há diferenças e semelhanças entre os usos português e brasileiro nas orações hipotéticas com o imperfeito do conjuntivo na prótase.

A maior diferença observa-se em relação ao imperfeito do indicativo e ao condicional simples. O português europeu dá preferência às formas do imperfeito do indicativo. Por outro lado, no português do Brasil, as formas do condicional simples são muito mais freqüentes do que as do imperfeito do indicativo. No português europeu, a escolha do condicional simples caracteriza

textos mais sofisticados, enquanto no português do Brasil se observa uma tendência para utilizar certos verbos /p.ex. "ir"/ no imperfeito do indicativo. / ver o artigo de A.M.C.Bezerra/. Além disso, é de notar que entre os exemplos brasileiros, aparecem também períodos pronunciados pelos documentadores que, para serem mais corteses, deram talvez preferência às formas do condicional simples.

Uma das semelhanças mais importantes, raramente notada nas descrições tradicionais, é o facto de o imperfeito do conjuntivo poder ter o valor do mais-que-perfeito do conjuntivo e o condicional simples / imperfeito do indicativo poder ter o valor do condicional composto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, A. M. C. (1993) A forma em "-ria" na língua culta falada na cidade de São Paulo. *Cadernos de Estudos Linguísticos* **24**: 179-230.

Grande Grammatica Italiana di Consultazione /a cura di Lorenzo Renzi e Giampaolo Salvi/ Volume II, I sintagmi verbale, aggettivale, avverbiale. La subordinazione. Le frasi ipotetiche, XIII.2.3 (Marco Mazzoleni), pp. 751-784, 1991, il Mulino, Bologna.

MARTINS, M. T. H. S. (1982) *Portugiesische Grammatik* Tübingen:Max Niemeyer Verlag.

MATEUS, M. H. M. et alli (1983) *Gramática da Língua Portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual* Coimbra: Livraria Almedina.

NASCIMENTO, M. F. B.et alli (1987) *Português Fundamental*, Volume Segundo, Métodos e Documentos, Tomo Primeiro, Inquérito de Frequência Documentos I. Entrevistas: 77-309. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (no texto: como A).

A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, Vol. II, 1987, FAPESP, São Paulo (no texto: como B).

A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, Vol. III, 1988, FAPESP, São Paulo (no texto: como C).

WORD OF MOUTH

Communication is power. An idea, passed from person to person, and village to village, can transform the world.

Start with the right idea.

Linguistics and Language Behavior Abstracts
offering

- abstracts of scholarly articles and books
- bibliographic entries for subject specific dissertations and book and other media reviews.

LLBA's timely and comprehensive coverage speaks volumes on current ideas in linguistics and language research.

Available in print, online, on CD-ROM (from SilverPlatter and NISC) and on magnetic tape.

Visit our Web site: www.socabs.org for product information, links to relevant sites, and subscription-based access to the LLBA Speech, Language and Hearing Pathology subset.

LLBA
Linguistics and Language Behavior Abstracts
P.O. Box 22206, San Diego, CA 92192-0206
619/695-8803 • Fax: 619/695-0416 • email: socio@cerfnet.com

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial (269-276)

O seu Trabalho Está Bom, Mas...
(Your Paper is Good, But...)

Hudinilson Urbano (*Universidade de São Paulo*)

Abstract: The purpose of this paper is to analyse and discuss structures and constructions such as "This is a first approximation, but...", critically examined by Charlotte Baker (1995), and reflect about the possibilities of usage of the particle "mas" in oral Portuguese speech.

Resumo: O objetivo deste ensaio é observar e analisar uma construção do tipo "Esta é uma primeira abordagem, mas...", observada de maneira crítica por Charlotte Baker (1995), e refletir sobre as possibilidades de uso da partícula "mas" no português falado.

Key words: Politeness; "But"; Mitigation in the Speech.

Palavras-chave: Polidez; "Mas"; Atenuação na Fala.

É comum alguém começar desta forma a análise crítica de um trabalho, sobretudo quando se está em presença do seu autor, como no caso das defesas de teses. Vem desse uso talvez até a substantivação do "mas" em frases do tipo: "Há sempre um más" ou "Não tem más nem meio más", onde ele significa restrição, objeção, dificuldade, estorvo, obstáculo etc.

Duas podem ser as motivações para o elogio contido na oração que precede o "mas": ou se trata de um elogio verdadeiro em razão da qualidade real do trabalho ou se trata de um falso elogio, fruto da simples atitude de polidez e diplomacia do falante. Em ambos os casos, esse elogio soa como uma atenuação antecipada do que se vai dizer na seqüência do "mas".

Uma construção de estrutura sintático-semântico-pragmática semelhante pode ser exemplificada em enunciados como:

"Eu não quero ser grosseiro, mas..."
"Posso estar enganado, mas..."
"Não sei se entendi bem, mas..."
"Desculpe o egoísmo, mas..."

Nestes enunciados, o segmento precedente ao "mas" não contém elogio, antes uma ressalva ou restrição, também falsa ou verdadeira, ao próprio falante. Nesses casos, além da função atenuadora antecipada, esses segmentos têm um caráter de preparação defensiva em relação ao que vai ser dito na seqüência introduzida pelo "mas", como por exemplo:

(1) "Eu não quero ser grosseiro, mas você pegou o meu lugar."

Baker (1995) denominou esse uso do "mas" em tais contextos de "mas prefácio controlador de resposta". Na realidade o "mas" articula-se com um segmento anterior ("Eu não quero ser grosseiro"), aprioristicamente atenuador, de feição mais ou menos formulaica. Esse conjunto prefacia a oração "você pegou o meu lugar", de natureza ofensiva, que, sem o acompanhamento atenuador do início, poderia ensejar uma réplica agressiva. Trata-se de uma estratégia que tenta afastar por antecipação o eventual melindre do ouvinte em face de algo menos cortês ou irreverente que ele, falante, pretende ou vai falar.

Sem que se possa considerar um uso conjuncional típico o "mas", nos termos das gramáticas tradicionais, não há duvida que entre o segmento anterior e o posterior há uma contrariedade semântico-pragmática de idéias e atitudes: não se quer ser grosseiro, mas se toma uma atitude verbal que pode ser interpretada como grosseira. A oposição semântica pode não ser clara e explícita, como prevêem as gramáticas.

Na verdade, no texto oral, sobretudo na conversação, a oposição estabelecida pelo "mas" passa muitas vezes por uma cadeia de pressupostos, nem sempre clara e imediatamente inferíveis, todavia mais ou menos convencionalmente aceitos e pragmaticamente compreensíveis.

Observemos o exemplo:

(2) "Sou pobre, mas sou honesto."

Neste exemplo a idéia de honestidade não se contrapõe logicamente à de pobreza, mas o falante, ao relacionar essas qualidades por meio do "mas", aceita uma espécie de consenso de que "pobre tem escassez de recursos, por isso tem dificuldade ou impossibilidade de cumprir suas obrigações, tornando-se mau pagador; logo, desonesto", o que explicaria o emprego da palavra "honesto" por oposição.

BEST COPY AVAILABLE

Freqüentemente o "mas" deixa de estabelecer contraste de idéias, proporcionando, porém, em concorrência ou não, algum outro tipo de oposição de natureza discursiva ou pragmática.

Tomando-se por base o uso sintático original do "mas como conjunção coordenativa, podemos formular o esquema [X + MAS + Y], aplicando-o às construções sob análise:

(3) "*Eu não quero ser grosseiro*, mas *você pegou o meu lugar*.
X Y

Observando este tipo de construção, parece que ela apresenta ao menos as seguintes características:

1) quanto ao X:

- tem função de "atenuar" em benefício próprio e/ou do ouvinte, por antecipação, o conteúdo de Y, por meio de um elogio ao outro ("Seu trabalho está bom") ou uma restrição ou falha sobre si próprio ("Posso estar enganado"). Vale lembrar, com Rosa (1992: 30) que "a noção mesma de atenuação permanece atada à obtenção de um efeito de sentido que só poderá ser considerado e avaliado como tal numa interação social específica".

-trata-se de pequenas frases ou orações mais ou menos estereotipadas, como:

Não quero ser detalhista, mas... / Não me lembro bem, mas...
Posso estar enganado, mas... / Desculpe o egoísmo, mas...

- representa um comentário e/ou uma intenção metacomunicativos de controle do conteúdo de Y. É, portanto, marginal ao tópico;

- nessas condições, controla/delimita uma possível resposta ou comentário do ouvinte, atingido pela mensagem contida em Y, procurando afastar, por antecipação, sua indisposição ao que será dito na seqüência;
- trata-se de oração paralela ao Y, gramaticalmente falando;

- deve estar vinculado necessariamente ao efeito de sentido de Y.

BEST COPY AVAILABLE

Em caso contrário, pode ocorrer o que Rosa (1992: 85-87) chama de "falso mas - prefácio", como no exemplo abaixo, em que Y não se relaciona com X, ou, em outras palavras, o conteúdo da direita ao "mas" não se relaciona com o objeto antecipado à esquerda ("como é que se deu a mudança"):

(4) L2 *(...)Europa você encontrava os casos de histeria aqueles de histeria de conversão né? que o cara... tem um TA:: que ali na sua frente... isso não acontece... mais... sabe...* eu não sei te explicar como é que se deu a mudança... mas... *caso assim é muito difícil de encontrar...(...)* (vol III - p. 82)

- sinaliza que o falante sabe ou supõe que o conteúdo de Y é dúbio, contestável, ofensivo ou irreverente, sendo, portanto, passível de uma possível crítica.

2) quanto ao Y:

- trata-se de uma mensagem principal, direta, a prevalecer, falando-se em termos de conteúdo;

- de alguma forma seu conteúdo implica o ouvinte ou o próprio falante, ou suas opiniões, ou os seus comportamentos;

- trata-se de oração paralela ao X, gramaticalmente falando;

- deve estar vinculado necessariamente à intenção contida em X;

- trata-se de mensagem dúbia, ofensiva ou irreverente ou, de alguma forma, criticável. Enfim, trata-se de um ato de fala considerado pelo falante como potencialmente ameaçador à face do ouvinte e, por tabela, a sua própria face.

3) quanto ao X e ao Y:

- ambos devem ocorrer obrigatória e explicitamente, o que determina que o "mas" esteja sempre em posição medial no turno;

- ambos preenchem estruturas sintáticas equivalentes (unidades teóricas coordenadas) e correspondem a segmentos semântica e pragmaticamente vinculados e de alguma forma oponíveis.

4) quanto ao "MAS":

- trata-se de uma conjunção coordenativa, portanto com função sintática normal de coordenação; daí sua posição inicial na oração e medial no turno;

- no plano semântico, dentro do contexto específico, opõe de algum modo segmentos ou introduz uma restrição.

Nessas condições, X funciona como um mecanismo atenuador acoplado ao "MAS", com o qual, em conjunto, prefacia um segmento (Y), classificado como menos polido ou dúbio, capaz de perturbar a interação pacífica entre os parceiros.

Por outro lado, conforme o grau de questionamento implicado no Y, também varia o grau da força atenuadora de X.

Assim, por ter uma função mais interacional que referencial, o X pode ser entendido como marcador de atenuação, mas, por não revelar uma cabal fixidez formal e uma grande recorrência de uso é melhor designá-lo genericamente de "procedimento" de atenuação.

Levantadas as características gerais dessas construções, procuramos fazer uma pesquisa rápida em transcrições de vários textos (amostras do Projeto NURC/SP e cerca de dez entrevistas dos programas de TV "Jô Soares Onze e Meia" e "Marília Gabi Gabriela"), a fim de examinar ocorrências que permitissem a aplicação desse suporte teórico, bem como reflexões complementares.

O levantamento revelou muito poucas ocorrências, principalmente perfeitamente enquadráveis nas coordenadas arroladas. Parece que textos induzidos, como os do NURC e as entrevistas, embora possibilitem muitas estratégias de atenuação, não favorecem a ocorrência do tipo de construções que queríamos enfocar.

Mas as poucas ocorrências do tipo ou variantes dele ensejam, por ora, algumas observações significativas.

A primeira é que deve ficar claro que o "mas-prefácio" (na realidade: X + MAS prefácio) é apenas um dos vários procedimentos de atenuação possíveis e em abundância produzidos na língua falada.

BEST COPY AVAILABLE

A segunda observação é que a ordem X+MAS+Y pode estar invertida. Assim, em lugar de

(5) *O seu trabalho está bom*, mas *há falhas metodológicas nele*.
X Y

pode-se dizer, com efeito atenuador talvez de grau diferente (caberia analisar mais profundamente para chegar a uma conclusão a respeito):

(6) *Há falhas metodológicas no seu trabalho*, mas *ele está bom*.
Y X

ou:

(7) Inf. (...) agora é possível que haja outro termo específico mas isto já está:: ... confesso... fora... dos meus limitados conhecimentos na matéria (DID 250, p. 139. 1. 261-263)

A terceira observação é quanto ao "falso mas-prefácio atenuador", já lembrado. Pode o Y não ter vinculação com o X, conforme o exemplo (4); pode o X não conter conteúdo criticável ou de alguma forma ameaçador à face do ouvinte e/ou do falante.

(8) Inf. agora o::o:: eu não sei bem porque que chamavam colonos mas os empregados aqui em Campinas eles eram quase todos ... descendentes ... de colonos italianos ...(DID 18, p, 18, 1. 65-67)

Portanto, não há o que atenuar... salvo se Y contiver um auto elogio, que causa certo desconforto como em:

(9) L1 (...) e os processos também... que ele... recebe ou...
eu não sou leiga eu não entendo... mas... pelo que a gente... ouve falar são muito bem estudados... tem pareceres muito bem dados. (D2, p. 166, L 1184-87)

L1 está falando sobre seu marido como procurador do Estado. Elogiar o trabalho do marido naturalmente soa como auto elogio, o que caracteriza uma falta de modéstia, que ela procura atenuar, por antecipação com "eu sou leiga eu não entendo" e mesmo depois de proferido o "mas", com a estratégia de distanciamento "pelo que a gente... ouve falar".

Muitas outras observações poderiam ainda provocar o presente ensaio,

mas o objetivo, neste curto espaço, é apenas chamar a atenção, juntamente com outros estudiosos sobre o "mas", para as virtualidades de uso dessa partícula, aqui apenas esboçadas. Trata-se de partícula que, combinada com outros recursos da língua e em contextos específicos, enseja originais estratégias retóricas e de estilo, sobretudo na língua falada. Só a título de ilustração relacionamos, extraída de um inquérito do Projeto NURC (DID 161), de 65 minutos, a recorrência de nove construções reveladoras, produzidas por um mesmo informante:

(10) (...) colocaram coisas que estavam fo::ras... mas completamente fora da da do TEMA. (p.39. 1. 46-47)

(11) de quem tivemos apoio? De ninguém... mas DE NINGUÉM MESMO... (p.41, 1. 120-121)

(12) (...) e assim mesmo foi MUITO pouco viu? mas muito pouco mesmo (p.41, 1. 127-128)

(13) (...) não tivemos nenhum PROblema mais sério ma::s aPOIO mesmo de ninguém (p.41, 1. 134-135)

(14) (...) é um erro muito grande... mas muito grande mesmo (p.44,280-281)

(15) olha... o:: paulista é frio é gelado... mas é gelado mesmo (p.48, 1. 439-440)

(16) (...) existem pouQUÍssimos... principalmente em São Paulo mas pouQUÍ::ssimos mesmo (p. 52, 1. 628-630)

(17) (...) é praticamente impossível... mas impossível mesmo (p.54, 1. 714-15)

(18) (...) ele é doente.. mas é doente MESmo (p.57, 1. 824-825)

A insistência de construções bastante semelhantes, respingadas de entonação intensiva, alongamentos e repetições, com "mas enfático", permite abrir caminho para hipóteses estilísticas desse falante, naturalmente sujeitas a análises mais profundas.

Finalmente cremos que uma variante do "mas prefácio atenuador" pode ocorrer em respostas do tipo "sim mas" (e variantes como "ahn ahn mas", "uhm

uhm mas", "é mas" etc.), ainda que com baixo grau de atenuação, não só pela formulaicidade do esquema, como também pela sua alta rotatividade de uso, o que esvazia a própria significação pragmática do "sim". Pensamos, sobretudo, nas respostas "sim mas..." em que o "sim" (ou sua variante) é produzido quase mecanicamente, dentro de uma estratégia de cortesia, preparando um reparo ou discordância, ainda que parcial, e, portanto, não significando total assentimento, como literalmente faria supor. Trata-se de um "sim" cortês, facilitador da interação, na medida em que prepara e atenua, por antecipação, uma resposta ou comentário possivelmente frustrante ou desagradável para o falante anterior. Por outro lado, facilita a entrada pacífica no turno:

(19) L1 então você tem que abstrair desse aspecto porque você pode ter ambos os ca::sos... você tem que pegar na média esquecendo esse aspecto particular...

L2 é mas aí:: é o tal negócio eu não me preocupo muito com a média... (D2, p. 31, l. 565-569)

L1 faz a seguinte colocação: "você tem que pegar a média esquecendo este aspecto particular", com a qual L2 não concorda, apesar de iniciar seu turno com "é", aparentemente concordância.

A fim de manter uma interação pacífica, ao invés de discordar prontamente L2 prefere utilizar um "é"(substituto do "sim", que formal e convencionalmente é uma palavra de concordância), que facilita polidamente a interação, na medida em que aparenta um alinhamento com o interlocutor. Por outro lado ameniza antecipadamente o "eu não me preocupo muito com a média...", enunciado que traduz opinião contrária à do seu interlocutor.

Referências bibliográficas

Baker, C. (1995) This is a first approximation, but... *Papers from the Eleventh Regional Meeting of the Chicago Linguistic Soc. 11*: 37-47.

Rosa, M. (1992) *Marcadores de atenuação*. São Paulo, Contexto.

INSTRUCTIONS FOR PRESENTATION OF THE CONTRIBUTIONS

Papers submitted to D.E.L.T.A. should be sent: in floppy disk, typed in WORD for Windows with no format other than paragraphs, and three paper copies. The label on the floppy disk must specify the author's name, tittle of the paper, author's affilliation and version of word-processing programme used. To guarantee anonymity when sent to referees, in two of the printed copies, the name, affiliation and other references that may identify the author must be omitted. The floppy disk will not be returned to the author. Therefore, please keep back-up copy for the modifications that may be suggested by referees.

Foot-notes: located at the bottom of the page, numbered from 1. Should there be a foot note in the tittle it is to be introduced by an asterisc (*) and must not be numbered. Foot notes should not be used for bibliographical references. References should be made within the text, in brackets, using the surname of the author, date of publication followed by a colon and the page number; when it is not a quotation put cf before the name of the author (ex: Chomsky (1965:152) or (Chomsky;1965:152) and (cf.: Chomsky;1965:152) or (cf.: Chomsky :1965:152)).

Tables, charts, figures, trees must also be sent sepparately in camera ready format - laser/ink jet or indian ink. The title of tables, charts, figures, are numbered and capital letters are used for initials.

Abstract/Resumo: In Italics, introduced by the word *Abstract* or *Resumo* in two versions, one in Portuguese and one in English of around 100 words each. It is advisable to have them read by native speakers. They are each to be followed by 4 key words/ 4 palavras-chave, preceded respectively by the word *Key Words/Palavras-Chave*.

References: type the word References 3 lines before the first entry. The entries, in alphabetical order and single spaced. Use upper case for surnames. Initials of the first author follow the surname; initials of other authors in an entry precede the surname. Titles of books or journals are in italics and the number of journals in bold. In the second entry of a given author his/her name is replaced by a 5 space dash. The date comes in brackets after the author's name; other relevant date come at the end of the entry; more than one work in the same year are distinguished by the letters a, b, etc., within the brackets. E.g.:

Serrani-Infante, S. (1997) Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas. *D.E.L.T.A.*, **13**.1 : 63-81.

Kress, G. (1997) *Before Writing : Rethinking the Paths to Literacy*. London: Routledge.

Appendices: should there be any, after the references, preceded by the Word Appendix, in upper case. If long stretches of text from published works are to be annexed, please provide camera ready copy as well as complete bibliographical reference and permission from the publishers for reproduction.

D.E.L.T.A. keeps the copyright of the papers submitted unless it officially withdraws this right on request. Papers submitted are not to be witdrawn after the process of refereeing starts.

Size: ARTICLE: maximum length: 10.000 words; OVERVIEW, DEBATE: maximum length: 12.000 words; SQUIBS: maximum length: 6.000 words; REVIEW: maximum length: 3.600 words.

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº Especial, 1998

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos submetidos à D.E.L.T.A. devem ser enviados:

•em três vias impressas, com páginas numeradas, duas delas sem nenhuma informação que identifique a autoria. Em folha à parte, devem vir um título em português e um em inglês, além do endereço completo, com telefone, fax e e-mail do autor, bem como informação da área em que se insere o trabalho. Os nomes dos autores, com o sobrenome principal em maiúsculas, devem ser seguidos da filiação por extenso;

•em disquete, digitados em programa Word-for-Windows recente, sem formatação além de parágrafo; deve ser colada, no disquete, uma etiqueta contendo o nome do/a autor/a, o título do trabalho e o programa utilizado. O disquete não será devolvido a/o autor/a, que deve manter seu arquivo para as eventuais modificações sugeridas pelos pareceristas.

Notas: devem ser digitadas em pé de página, numeradas a partir de 1. Se houver nota no título, esta recebe asterisco e não numeração. As notas não devem ser utilizadas para referência bibliográfica. Estas devem ser feitas no corpo do trabalho, entre parênteses, usando o sobrenome do autor, data de publicação e página, no caso de citação, precedido de cf. no caso de paráfrase (ex.: Chomsky (1995:152) ou (Chomsky;1995:152) e (cf.: Chomsky;1995:152) ou (cf.: Chomsky :1995:152).

Ênfase: usar itálico, *não sublinhar*.

Tabelas, gráficos, desenhos, quadros e árvores devem ser encaminhados, também separadamente, em versão impressa, pronta para ser fotografada, em laser/ink jet ou tinta nanquim. Devem ser numerados e ter título. Apenas as iniciais do título devem estar em maiúsculas.

Abstract/Resumo: datilografados em itálico, precedidos da palavra *Abstract* ou *Resumo*, em duas versões de cerca de 100 palavras, uma em inglês e uma em português. Recomenda-se que sejam revistos por falantes nativos dos respectivos idiomas. Os *Abstracts* e *Resumos* devem ser seguidos de quatro palavras-chave/key words, naquela língua, precedidos do termo *Key Words* ou *Palavras-Chave*.

Referências bibliográficas: datilografar a expressão Referências bibliográficas. Os autores devem estar em ordem alfabética, sem numeração das entradas e sem espaço entre as referências. O principal sobrenome de cada autor, digitado em maiúsculas, seguido de vírgula e das demais iniciais (do nome e sobrenomes). As iniciais de outros autores precedem o sobrenome. Título de livro ou revista deve vir em itálico e o número de revista em negrito. Na segunda entrada de um mesmo autor, seu nome é substituído por um traço de 5 toques. Data identificadora da obra, entre parênteses, após o nome do autor (outras datas relevantes, no final da entrada). Mais de uma obra no mesmo ano, distinguidas pelas letras a, b, etc. após a data. Ex.:

Serrani-Infante, S. (1997) Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas. *D.E.L.T.A.*, **13**.1 : 63-81.

Kress, G. (1997) *Before Writing : Rethinking the Paths to Literacy*. London: Routledge.

Anexos: caso existam, devem ser colocados depois das referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo. Para anexos que constituam textos originais já publicados, enviar em formato final para ser fotografado e incluir referência bibliográfica completa, bem como permissão de editores para reprodução.

A D.E.L.T.A. detém o "copyright"dos trabalhos a ela submetidos, exceto nos casos em que está impresso o contrário. Os trabalhos submetidos à D.E.L.T.A não devem, sob hipótese alguma, ser retirados depois de iniciado o processo de avaliação.

Tamanho: ARTIGO: até 10.000 palavras; se tiver gráficos e/ou anexos, o conjunto não deve ultrapassar 27 páginas. RETROSPECTIVA, DEBATE: até 12.000 palavras. QUESTÕES E PROBLEMAS: até 6.000 palavras. RESENHA: até 3.600 palavras.

BEST COPY AVAILABLE

DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS
EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA
D.E.L.T.A., Vol. 14, Nº ESPECIAL, 1998
Revista publicada com o apoio oficial da ABRALIN - Associação Brasileira de Lingüística

Tesouraria / Treasurer
Sumiko Nishitani Ikeda - *PUC-SP*

Correspondência / Mailing address
Revista D.E.L.T.A.
Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Rua Monte Alegre, 984 - CEP 05014-001 - São Paulo, SP, Brasil
Fone: (55) (011) 864-4409 Fax: (55) (011) 3862.5840
cogeae/pucsp.br./~pos/cepril/delta.html
E-mail: delta@exatas.pucsp.br

BEST COPY AVAILABLE

D.E.L.T.A.

Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

Sumário /Contents

APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

Adair PALÁCIO & Deni la MOURA þ- Ataliba Teixeira de Castilho: ó Homem, o Professor e o Lingüista/ Ataliba Teixeira de Castilho: The man, the lecturer, the linguist

Margarida BASÍLIO - Morfológica e Castilhamente: um Estudo das Construções X -mente no Português do Brasil/Morphologically and "Castilho" -wise: a Study of X -mente Formations in Brazilian Portuguese

Leda BISOL - A Nasalidade, um Velho Tema/ Nasality, an Old Theme

Luiz Carlos CAGLIARI & Gladis MASSINI-CAGLIARI - Quantidade e Duração Silábicas em Português do Brasil/Syllable Quantity and Duration in Brazilian Portuguese

Dinah CALLOU, João MORAES & Yonne LEITE - Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real/R Deletion in Final Coda Position in Brazilian Portuguese: a Case-Study in Apparent Time and in Real Time

Roberto Gomes CAMACHO & Erotilde Goreti PEZATTI - Repetição e Coordenação/ Repetition and Coordination

Leonor Lopes FÁVERO, Maria Lúcia de C. V. de O. ANDRADE & Zilda Gaspar Oliveira de AQUINO - Discurso e Interação: a Reformulação nas Entrevistas/Discourse and Interaction: the Reformulation in Interviews

Carlos FRANCHI, Esmeralda Vailati NEGRÃO & Evani VIOTTI - Sobre a Gramática das Orações Impessoais com *Ter/Haver*/On the Grammar of Impersonal Sentences with *Ter/Haver*

Rodolfo ILARI - *Pela primeira vez*, e suas Complicações Sintático-semânticas/*Pela primeira vez*, and its Syntactic-semantic Complications

Mary A. KATO (Debate) - Formas de Funcionalismo na Sintaxe/ Functionalism in Syntax

Ingedore Villaça KOCH & Luiz Antônio MARCUSCHI - Processos de Referenciação na Produção Discursiva /Referencial Processes in Discourse Production Portuguese

Maria Helena de Moura NEVES & Maria Luiza BRAGA - Hipotaxe e Gramaticalização: uma Análise das Construções de Tempo e de Condição /Hipotaxis and Grammaticalization: an Analysis of Temporal and Conditional Complex Sentences

Mário A. PERINI, Yara G. LIBERATO, Maria Elizabeth F. SARAIVA & Lúcia FULGÊNCIO - Sobre a Classificação das Palavras/On Word Classes

Mercedes Sanfelice RISSO & Clélia Cândida A. Spinardi JUBRAN - O Discurso Auto-reflexivo: Processamento Metadiscursivo do Texto/ Self-reflexive Discourse: Metadiscoursive Processing of the Text

Maria Cecília Pérez de SOUZA E SILVA & Mercedes Fátima de Cunha CRESCITELLI - Retomando a Interrupção.../Getting Back to Interruption...

Judit TAPAZDI & Giampaolo SALVI - Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil/The Hypothetical Construction in Spoken Portuguese.

Hudinilson URBANO - O seu Trabalho Está Bom, mas.../Your Paper is Good, but...

BEST COPY AVAILABLE